SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 10ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

11/05/2023
QUINTA-FEIRA
às 09 horas

Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 11/05/2023.

10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quinta-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

FINALIDADE	PÁGINA
Ouvir na qualidade de convidado o Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art 103, § 2º do RISF.	**10**

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 7/2023** - Não Terminativo -	**SENADOR ESPERIDIÃO AMIN**	**15**
2	**MSF 8/2023** - Não Terminativo -	**SENADOR JAQUES WAGNER**	**179**
3	**MSF 9/2023** - Não Terminativo -	**SENADORA MARA GABRILLI**	**242**
4	**MSF 6/2023** - Não Terminativo -	**SENADOR VENEZIANO VITAL DO RÊGO**	**301**

5	**MSF 10/2023** - Não Terminativo -	**SENADORA TEREZA CRISTINA**	**399**
6	**MSF 21/2023** - Não Terminativo -	**SENADOR RANDOLFE RODRIGUES**	**466**
7	**MSF 12/2023** - Não Terminativo -	**SENADORA MARGARETH BUZETTI**	**533**
8	**MSF 5/2023** - Não Terminativo -	**SENADOR NELSINHO TRAD**	**600**
9	**MSF 18/2023** - Não Terminativo -	**SENADOR ASTRONAUTA MARCOS PONTES**	**655**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES				SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Democracia(PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)						
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO	3303-5990	1	Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB	3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)(6)	AP	3303-6777 / 6568	2	Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR	3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL	3303-2261	3	Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC	3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE	3303-3522	4	Efraim Filho(UNIÃO)(3)(6)	PB	3303-5934 / 6116 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)	ES	3303-6747 / 6753	5	Carlos Viana(PODEMOS)(3)	MG	3303-3100
Cid Gomes(PDT)(3)(8)	CE	3303-6460 / 6399	6	Leila Barros(PDT)(3)(8)	DF	3303-6427
Alessandro Vieira(PSDB)(3)	SE	3303-9011 / 9014 / 9019	7	Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF	3303-6049 / 6050
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD, REDE)						
Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB	3303-6788 / 6790	1	Otto Alencar(PSD)(2)	BA	3303-1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS	3303-6767 / 6768	2	Omar Aziz(PSD)(2)	AM	3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP	3303-2191	3	Margareth Buzetti(PSD)(2)	MT	3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO	3303-2092 / 2099	4	Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC	3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA	3303-6390 / 6391	5	Beto Faro(PT)(2)	PA	3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE	3303-6285 / 6286	6	Fabiano Contarato(PT)(2)	ES	3303-9054
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR	3303-2281	7	Flávio Arns(PSB)(2)	PR	3303-6301
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)						
Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP	3303-1177 / 1797	1	Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ	3303-6640 / 6613
Wellington Fagundes(PL)(1)(11)	MT	3303-6219 / 3778 / 3772 / 6213 / 3775	2	Wilder Morais(PL)(1)(11)	GO	3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS	3303-2431	3	VAGO(10)(5)(11)		
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)						
Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC	3303-6446 / 6447 / 6454	1	Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI	3303-6187 / 6188 / 7892
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS	3303-1837	2	Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR	3303-5291 / 5292

(1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

(2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).

(3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

(4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).

(5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

(6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

(7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).

(8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).

(9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

(10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).

(11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).

(12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODCOL=54

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 11 de maio de 2023
(quinta-feira)
às 09h

PAUTA

10ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Audiência Pública Interativa
2ª PARTE	Indicação de Autoridades - PRESENCIAL
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:
1. Ajuste na modalidade das duas partes. (02/05/2023 21:54)
2. Geração de informes legislativos (08/05/2023 12:55)
3. Inclusão de documento em Textos (09/05/2023 10:12)
4. Idem (10/05/2023 15:58)

1ª PARTE

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Ouvir na qualidade de convidado o Ministro das Relações Exteriores, para prestar informações no âmbito de suas competências, conforme disposto art 103, § 2º do RISF.

Observações:

1ª Parte da Reunião - semipresencial: nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 1 de 2023, a participação do membro por videoconferência não conta como presença, nem para efeito de quórum.

Requerimentos de realização de audiência:

- REQ 4/2023 - CRE, Senador Renan Calheiros
- REQ 1/2023 - CRE, Senador Carlos Portinho

Convidado:

Senhor Embaixador Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Presença Confirmada

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira

de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 9, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 10, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o

nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 21, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CHRISTIAN VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 9

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MICHEL ARSLANIAN NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, Canadá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RENAN CALHEIROS

SF/23199.87697-03

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2023 – CRE

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 103, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, para discutir projetos e situação de sua Pasta e perspectivas para o futuro.

JUSTIFICAÇÃO

O § 2º art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal preconiza que "a Comissão promoverá audiências públicas, no início de cada sessão legislativa, com os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa para prestarem informações no âmbito de suas competências". Visando cumprir tal dispositivo, é requeiro seja convidado o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, para a referida Audiência Pública, na qual poderemos discutir importantes aspectos da Política Externa Brasileira e das Relações Internacionais do Brasil.

Sala da Comissão,

Senador Renan Calheiros – MDB/AL

SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Partido Liberal

SF/23760.32809-58 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre sobre a possível revogação do Decreto 9.731, de 2019 - que que dispensa de forma unilateral, vistos de visita, a Comunidade da Austrália, do Canada, Dos Estados Unidos da América e do Japão, as pessoas abaixo:

- o Exmo. Sr. Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores;
- a Exma. Sra. Daniela Carneiro, Ministra do Turismo.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dias a mídia tem noticiado que o governo brasileiro decidiu voltar a exigir vistos para turistas vindos dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão e da Austrália.

A isenção da necessidade de vistos para viajantes vindos dessas nacionalidades havia sido concedida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em 2019, atendendo a um pedido do setor de turismo, que via na ação uma maneira de atrair público estrangeiro para o país, o que **importa consecutivamente em mais divisas e investimentos para o Brasil.**

De acordo com avaliações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a isenção não gerou um aumento no número de estrangeiros visitando o Brasil. Ainda segundo o governo, a quantidade de turista se manteve estável, e, em alguns casos, quedas foram registradas.

SF/23760.32809-58 (LexEdit)

Contudo, a Agência Brasileiro de Promoção Internacional do Turismo – Embratur e a Polícia Federal (PF), mostrou que o Brasil superou, pela primeira vez desde 2019, a marca de 3,1 milhões de turistas internacionais recebidos no país. Ao todo, foram 3.100.993 visitantes de janeiro a novembro de 2022. O turismo brasileiro teve o melhor resultado dos últimos seis anos para o mês de agosto, com faturamento de R$ 17,6 bilhões em todo o país. No pós-pandemia, a retomada do turismo já é realidade. Então, precisamos continuar os incentivos do turismo estrangeiro ao nosso pais, o que é importante para toda a cadeia, na medida que o ingresso do turista no país faz circular a economia e gera aumento de empregos.

Podemos citar como exemplo, os Estados Unidos, que retomaram 75% do fluxo de turistas para o Brasil em 2022. Dados apontam os norte-americanos como um dos principais emissores de turistas ao Brasil neste ano. De janeiro a novembro, desembarcaram no país – 373.382 turistas americanos, figurando como o segundo pais que mais aportou turistas no Brasil comparando com os demais. Vale mencionar: Argentinos (883.088), Paraguaios (256.598), Chilenos (169.671), Uruguaios (158.705), Portugueses (121.542), Franceses (115.795), Alemães (104.640), Britânicos (76.335) e Colombianos (74.732).

O levantamento ainda mostrou que os estados que esses turistas mais utilizaram para ingressar no Brasil foram São Paulo (1.308.621), Rio de Janeiro (544.303), Paraná (456.538), Rio Grande do Sul (400.409), Santa Catarina (115.611) e Alagoas (15.500).

Ademais, de acordo com o artigo 9º da Lei 13.445 de 2017, o Poder Executivo disporá sobre requisitos de concessão de vistos, bem como de sua simplificação, inclusive por reciprocidade. Contudo, não há, em princípio, fundamentos para exigência da reciprocidade diante de uma clara necessidade de impulsionamento econômico do país e atratividade de mais turistas.

Portanto, por essa lógica, chega-se a conclusão que a melhor maneira de manter o incentivo a este setor e a não revogação do Decreto nº 9.731 de 2019.

Sendo, faz-se imprescindível a presença dos Excelentíssimos Ministros para explicar as motivações do possível ato.

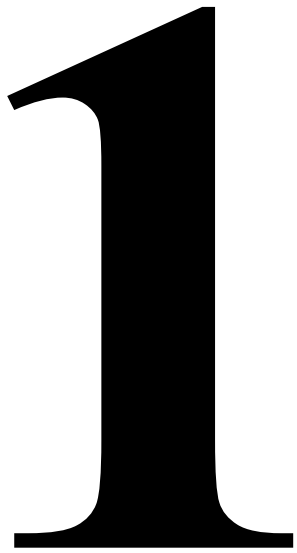
Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 9 de março de 2023.

Senador Carlos Portinho
Líder do PL

SF/23760.32809-58 (LexEdit)

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL



I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *SÉRGIO FRANÇA DANESE*
CPF.: 238.613.981-68
ID.: 5381929 SSP-SP

1954	Filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese, nasce em 22 de dezembro, em São Paulo-SP
Dados Acadêmicos:	
1976	Bacharel em Letras Modernas - Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
1979	Curso de pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México
1981	Curso de Preparação à Carreira de Diplomatas - IRBr
1985	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
1997	Curso de Altos Estudos - IRBr - "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira"
Cargos:	
1981	Terceiro-secretário
1984	Segundo-secretário
1989	Primeiro-secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
2000	Ministro de segunda classe, por merecimento
2008	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1978-79	Embaixada no México, auxiliar local
1981-85	Divisão da América Meridional I, assistente
1985-87	Presidência da República, Gabinete Civil, Assessor Internacional
1987-90	Embaixada em Washington, segundo e primeiro-secretário
1990-92	Embaixada no México, primeiro-secretário
1992-93	Secretaria-Geral de Política Exterior, assessor
1993-94	Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Gabinete, assessor especial e porta-voz
1994-95	Ministério da Fazenda, assessor e porta-voz
1995-96	Gabinete do Ministro de Estado, coordenador executivo e subchefe para Assuntos Políticos
1996-98	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, subchefe e porta-voz
1998-2000	Embaixada em Paris, conselheiro e ministro-conselheiro
2000-05	Embaixada em Buenos Aires, ministro-conselheiro e encarregado de negócios
2005-09	Embaixada em Argel, embaixador
2009-12	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, assessor especial
2012-15	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, subsecretário-geral
2015-16	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, secretário-geral
2016-20	Embaixada em Buenos Aires, embaixador
2020-22	Embaixada em Pretória, cumulativa com a Embaixada junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto, embaixador
2022-	Embaixada em Lima, embaixador
Publicações:	
	Livros - Política externa brasileira e relações internacionais:
1999	Diplomacia presidencial. História e crítica. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Topbooks;

2009	A escola da liderança. Ensaios de história e política externa brasileira. Rio de Janeiro: Record;
2017	Diplomacia presidencial. História e crítica. 2a. ed. revista. Apresentação de Rubens Ricupero. Prefácio de Celso Lafer. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão;
	Livros - ficção:
1994	A história verdadeira do Pássaro-Dodô. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993; 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998 (Ficção infanto-juvenil). Prêmio Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil;
2003	A sombra do meio-dia. Rio de Janeiro: Topbooks (novela curta);
2017	O outro lado da Lua. Rio de janeiro: Topbooks (novela curta);
	Livros - organização/edição:
1989	Vários – Ensaios de história diplomática do Brasil. Introdução de Rubens Ricupero. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI (cadernos do IPRI) (organizador);
1994	Ricupero, Rubens – Visões do Brasil. Rio de Janeiro: Record (organizador);
1998	Ricupero, Rubens – O ponto ótimo da crise. Rio de Janeiro: Revan (organização e introdução - "Um olhar brasileiro sobre o mundo");
	Principais artigos:
1979	“Sobre Gouverneurs de la rosée” in: Thesis. Nueva revista de Filosofía y Letras, nº 2, abril-junho de 1979;
1979	“Sobre la narrativa social en América Latina” in: Língua e Literatura, nº 8;
1984	“A diplomacia da República Velha: uma perspectiva” in: Revista brasileira de política internacional. Ano XXVII, 105-108;
1987	“Os novos estados como novos atores nas relações internacionais” in: Revista de Informação Legislativa. Ano 24, nº 96;
1999	“A diplomacia presidencial na política externa brasileira” in: Carta Internacional, ano VII, nº 72;
1999	"A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil" in: Política externa, vol. 8, nº 1;
2001	“O Brasil e a América do Sul: apontamentos para a história de uma convergência” in: Política externa, vol. 9, nº 4;
2001	“¿Liderazgo brasileño?” in: Foreign affairs en español, vol. 1, nº 3;
2010	“Um anônimo da Nova República” in Ricupero, Rubens - Diário de bordo. A viagem presidencial de Tancredo. São Paulo: Imprensa Oficial.

Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil
Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
Cruz do Mérito, Alemanha, Oficial
Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Comendador
Ordem Nacional de Bernardo O`Higgins, Chile, Comendador
Legião de Honra, França, Comendador
Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador
Ordem Nacional da Itália, Comendador
Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador
Ordem Nacional da Águia Azteca, México, Comendador
Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Comendador
Ordem Nacional do Suriname, Comendador
Ordem do Mérito Simón Bolívar, Venezuela, Comendador

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 7, DE 2023

(nº 92/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 92

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

EM nº 00034/2023 MRE

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RONALDO COSTA FILHO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o organismo internacional e curriculum vitae de **SÉRGIO FRANÇA DANESE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 103/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055690) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058945** e o código CRC **93CB54EA** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002643/2023-82 SUPER nº 4058945

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 19

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de Nações Unidas
Divisão das Nações Unidas

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Fevereiro de 2023

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS 5

PERFIS BIOGRÁFICOS 6

ANTÓNIO GUTERRES 6

CSABA KŐRÖSI 7

INFORMAÇÕES GERAIS 8

Processo de criação da ONU 8

Organizações internacionais predecessoras 9

Escopo da Organização das Nações Unidas 10

Estados membros 11

Órgãos principais 12

1. Assembleia Geral 12

2. Conselho de Segurança 13

Mandato 2022-23 no Conselho de Segurança da ONU 15

3. Conselho Econômico e Social – ECOSOC 17

4. Conselho de Tutela 17

5. Corte Internacional de Justiça 17

6. Secretariado 20

Organizações e programas vinculados ao Sistema das Nações Unidas 20

Tribunal Penal Internacional 21

Desafios enfrentados prévia e atualmente pela ONU 23

A Reforma da Organização 28

Reforma do Conselho de Segurança 30

Posição da Alemanha 33

Posição da Índia 33

Posição do Japão 34

Posições dos demais grupos negociadores 35

Grupo L.69 35

Grupo Africano 36

C-10 37

Uniting for Consensus 37

P5 38

ACT 38

A reforma do ECOSOC e a agenda multilateral econômica 39

RELAÇÕES BRASIL-ONU 39

Por que o Brasil é o primeiro a discursar na Assembleia Geral da ONU? 41

Contexto atual da relação com a ONU e perspectivas futuras 45

O Brasil e a agenda de direitos humanos e temas sociais na ONU 46

Ações da ONU/OMS em resposta à COVID-19 60

Brasileiros no Secretariado da ONU 64

Candidaturas brasileiras na esfera de competência do DOI 65

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS DA ONU 66

Orçamento das Nações Unidas e contribuições brasileiras 67

PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS 69

Revisão da arquitetura de paz e segurança da ONU 69

Consolidação da Paz 69

Mulheres, Paz e Segurança 71

Mudança do Clima e Conflito 72

Segurança Alimentar e Conflitos 74

Operações de Manutenção da Paz 74

Ucrânia 77

Haiti 79

Colômbia 81

Conflito Israelo-Palestino 82

Síria 84

Iêmen 86

República Popular Democrática da Coreia – RPDC 87

Guiné-Bissau – Configuração específica da CCP 89

Venezuela 90

Temas africanos na agenda do Conselho de Segurança da ONU 92

Embargo a Cuba – Resolução da Assembleia Geral da ONU 94

Terrorismo 95

POLÍTICAS BRASILEIRAS EM PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A REFUGIADOS, APÁTRIDAS E DESLOCADOS INTERNOS 96

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E POLÍTICAS GERAIS DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA 104

MEIO AMBIENTE 105

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável 105

Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF) 106

Mudança do Clima 107

Florestas 110

Água 111

DIREITO DO MAR 112

Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU e Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) 112

Biodiversidade Marinha em Áreas além das Jurisdições Nacionais 113

Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos 114

ANEXOS 115

Estados Membros 115

Evolução do Número de Países Membros 121

Atos Brasil-ONU 123

Atos Multilaterais 127

Lista de maiores contribuintes das Nações Unidas 131

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	Organização das Nações Unidas (ONU)
Estados membros:	193
Fundação:	26 de junho de 1945
Sede central:	Nova York
Línguas oficiais:	Árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo
Ano de adesão do Brasil:	1945 (membro fundador)
Principais órgãos:	Assembleia Geral (AGNU), Conselho de Segurança (CSNU), Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho de Direitos Humanos (CDH), Comissão de Consolidação da Paz (CCP), Corte Internacional de Justiça (CIJ), Secretariado
Principais chefias da organização:	António Guterres (secretário-geral das Nações Unidas, desde 2017); Csaba Korösi (presidente da 77ª sessão da AGNU, até 17 de setembro de 2023).
Representante da organização no Brasil:	Silvia Rucks (Coordenadora Residente da ONU no Brasil)

PERFIS BIOGRÁFICOS

ANTÓNIO GUTERRES

Secretário-geral das Nações Unidas
(de janeiro de 2017 a dezembro de 2026)



Nasceu em Lisboa, em 1949. Foi primeiro-ministro de Portugal entre 1995 e 2002, e alto comissário das Nações Unidas para Refugiados entre 2005 e 2015. Presidiu o Conselho Europeu de janeiro a julho de 2000. Atuou no Parlamento de Portugal por 17 anos, tendo sido eleito pela primeira vez em 1976. Foi também membro do Conselho de Estado de Portugal (1991-2002) e presidente da Internacional Socialista (1999-2005). É formado em engenharia pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. Assumiu o cargo de secretário-geral das Nações Unidas (SGNU) em 1º de janeiro de 2017 e foi reconduzido em junho de 2021.

CSABA KŐRÖSI

Presidente da 77ª AGNU

(de setembro de 2022 a setembro de 2023)



Nascido em 1958, em Szeged, Hungria, é formado em Relações Internacionais pelo *Moscow Institute of International Relations*. Ingressou no serviço exterior de seu país em 1983, tendo exercido funções de Representante Permanente junto às Nações Unidas e Secretário de Estado Adjunto para políticas de segurança, multilateralismo e direitos humanos. Foi Vice-Presidente da 66ª AGNU (2011-2012), Co-Chair do UN Open Working Group on Sustainable Development Goals e Vice-Presidente do Bureau da UN HABITAT III (2014). Foi Diretor de Sustentabilidade Ambiental do Gabinete Presidencial da Hungria. Em junho de 2022, foi eleito presidente da 77ª Sessão da Assembleia Geral com plataforma de cinco prioridades: i) observância dos princípios da carta das Nações Unidas; ii) busca por progresso significativo e mensurável em transformação sustentável; iii) identificação de soluções integradas e sistêmicas; iv) promoção do papel da ciência na tomada de decisões multilaterais; e v) aumento da solidariedade, de modo a melhor enfrentar as crises em curso. É casado e tem uma filha.

INFORMAÇÕES GERAIS

Processo de criação da ONU

Após a Segunda Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e exterminou milhões de seres humanos, prevalecia na comunidade internacional sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de organização política entre os países capaz de manter a paz e a segurança internacional.

A expressão Nações Unidas foi concebida pelo presidente estadunidense Franklin Roosevelt e utilizada pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 12 de janeiro de 1942, quando representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam a lutar contra as potências do Eixo.

Em agosto de 1944, na Conferência de Dumbarton Oaks, entre os "Quatro Policiais" (EUA, URSS, Reino Unido e China), foi preparado o primeiro projeto do documento constitutivo da Organização. Ali se encontravam definidos seus princípios e estrutura, bem como o funcionamento de seus órgãos principais, incluindo um Secretariado para cuidar dos assuntos administrativos. Ademais, o documento também continha disposições específicas sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais, como forma de prevenir e suprimir atos de agressão.

Mais tarde, na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, definiu-se a fórmula para a votação no Conselho de Segurança: a) cada membro do Conselho teria um voto; b) as decisões em questões processuais seriam tomadas pelo voto afirmativo de sete membros; e c) as decisões em todos os outros assuntos seriam tomadas pelo voto afirmativo de sete membros, inclusive os votos afirmativos de todos os membros permanentes (aí embutido, portanto, o poder de veto).

A Carta das Nações Unidas (Carta de São Francisco) foi elaborada pelos representantes dos países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. A Organização propriamente dita, entretanto, começou a funcionar efetivamente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. Atualmente, em 24 de outubro, comemora-se em todo o mundo o "Dia das Nações Unidas".

Durante a primeira reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos. Em dezembro do mesmo ano, John D. Rockefeller Jr. ofereceu cerca de oito milhões de dólares para a compra de parte dos terrenos na margem do East River, na ilha de Manhattan, em Nova York. A cidade de Nova York ofereceu o resto dos terrenos para possibilitar a construção da sede da Organização.

Atualmente, a ONU tem, além da sede central em Nova York, sedes em Genebra (Suíça), Viena (Áustria) e Nairóbi (Quênia), bem como escritórios espalhados por grande parte do globo.

Organizações internacionais predecessoras

Criada em 1919, pelo Tratado de Versalhes, após a Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações (LDN) foi a organização internacional predecessora da ONU. Tratou-se de tentativa ambiciosa de se criar uma associação permanente de Estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional. Representou, assim, inovadora proposta de estruturar o funcionamento do sistema internacional.

Um dos principais idealizadores da Liga foi o então presidente estadunidense Woodrow Wilson, que, já em 1918, havia apresentado a proposta de um acordo de paz de 14 Pontos, cujos termos incluíam a transparência nas relações internacionais, a abolição das barreiras econômicas entre os países e a redução dos armamentos nacionais.

O projeto wilsoniano foi sendo reformulado e expandido, transformando-se no Tratado de Versalhes, que exigia dos países derrotados na Primeira Guerra pesadas indenizações financeiras e lhes impunha outras restrições. O Tratado levou em conta interesses econômicos, estratégicos e territoriais dos vencedores, e acabou gerando tensões nas relações internacionais no entreguerras.

A LDN, desde suas origens, apresentava problemas que contribuíram para o seu fracasso. Entre outros fatores, pode-se citar a ausência dos Estados Unidos entre seus membros. Embora a ideia da organização tivesse partido do presidente Wilson, o Congresso estadunidense considerou que convinha aos Estados Unidos manterem seu isolacionismo no pós-Primeira Guerra e não aprovou o ingresso do país na Liga, por temer que os Estados

Unidos, então uma potência emergente, se transformassem em uma “polícia internacional”.

Da mesma maneira, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não entrou na organização, uma vez que, no início da década de 1920, logo após a implantação do comunismo, a nação tinha entre seus projetos a exportação da revolução e a luta para levar o socialismo ao mundo todo. Só anos mais tarde, com as mudanças em sua política externa, a URSS entraria na Liga das Nações. Como país derrotado na Primeira Guerra, a Alemanha também não participou inicialmente na LDN.

A corrida armamentista que teve início na Alemanha e no Japão na década de 1930 era evidência de que as nações não se submetiam aos ideais da organização e, ao mesmo tempo, um prenúncio da Segunda Guerra Mundial, que eclodiu em setembro de 1939. Com a declaração de guerra, a Liga decidiu interromper suas sessões até a paz, de modo que a organização se esvaziou e se restringiu a atividades como a proteção de refugiados e os estudos sobre a futura reconstrução. Em 1946, com a Carta de São Francisco já em vigor, a extinção da Liga foi finalmente formalizada, uma vez que, na prática, a organização havia malogrado em seus propósitos e se encontrava virtualmente inoperante.

Escopo da Organização das Nações Unidas

O artigo 1º da Carta define os propósitos da Organização:

- Manter a paz e a segurança internacionais;
- Desenvolver relações amistosas entre as nações;
- Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
- Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

Em razão de seu caráter internacional único e dos poderes previstos em sua Carta, a Organização pode agir numa ampla gama de questões. Embora mais conhecida pelo seu trabalho no âmbito da manutenção e consolidação da paz, bem como da prevenção de conflitos e assistência humanitária, os domínios de atuação do Sistema ONU (agências especializadas, fundos e programas) compreendem diversas questões fundamentais como desenvolvimento econômico, social e sustentável; meio

ambiente; proteção aos refugiados; combate ao terrorismo; desarmamento e não proliferação; promoção da democracia; direitos humanos; igualdade de gênero; governança; saúde; alimentação; entre outras, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos na Carta e coordenar os esforços dos estados membros para um mundo mais seguro para as gerações presentes e futuras.

Estados membros

A admissão de novos membros é regulada pelo artigo 4º da Carta de São Francisco, que estabelece que a ONU está aberta a todos os "estados amantes da paz" que aceitarem as obrigações contidas na Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações. A admissão de qualquer estado será efetuada por decisão da AGNU, mediante recomendação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

As regras de procedimento do CSNU e da AGNU, artigos 58 e 134, respectivamente, estabelecem que qualquer estado que deseje se tornar membro da ONU deve solicitar ao Secretário-Geral sua admissão, acompanhada de carta afirmando que aceita as obrigações advindas da Carta. O SGNU, em seguida, envia cópias à AGNU e ao CSNU. O CSNU irá deliberar em sessão fechada e poderá criar Comitê para analisar o caso. O Comitê dispõe de prazo de 35 dias antes de sessão regular da AGNU, ou 14 dias antes de sessão especial, para apresentar relatório ao CSNU. O Conselho de Segurança então se reúne para considerar a solicitação, que, por ser matéria substantiva, exige nove votos favoráveis para aprovação e o voto não negativo dos membros permanentes. Após deliberação, o Conselho aprova resolução recomendando à AGNU que admita o estado. Na AGNU, são necessários 2/3 dos votos para admissão.

Chamam-se membros fundadores das Nações Unidas os países que assinaram a Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942, ou que participaram da Conferência de São Francisco, tendo assinado e ratificado a Carta. O Brasil é um dos 51 membros fundadores da ONU. Houve dois períodos marcados pela grande elevação do número de membros: a década de 1960, em razão da descolonização (43 novos membros), e a década de 1990, em decorrência do desmembramento da União Soviética, entre outros fatores (33 membros). O membro mais recente é o Sudão do Sul, que se tornou o 193º membro da Organização, em 2011.

Órgãos principais

De acordo com a Carta, para que pudesse desempenhar seus múltiplos mandatos, a ONU teria seis órgãos principais: a AGNU, o CSNU, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Secretariado. O Conselho de Direitos Humanos (CDH) é órgão subsidiário da AGNU.

O Sistema ONU é formado pelos seis principais órgãos da Organização, pelas Agências Especializadas e por fundos e programas, além de outras organizações vinculadas à ONU.

1. Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o principal órgão deliberativo das Nações Unidas, que reúne todos os estados membros da Organização. Na AGNU, cada estado, independentemente de seu tamanho, poder militar ou econômico, tem direito a um voto ("one country, one vote").

Embora as resoluções da Assembleia Geral não sejam obrigatórias e funcionem como recomendações aos estados, elas refletem o grau de acordo intergovernamental, a evolução das ideias políticas e o estado da cooperação global a respeito de determinado tema. São adotadas por maioria simples dos presentes e votantes (97 votos, se presentes os 193 membros) ou por 2/3 (129 votos) nos casos de "assuntos importantes": manutenção da paz e segurança internacionais; admissão, suspensão e expulsão de membros; e todos os assuntos orçamentários (artigo 18 da Carta e Regras de Procedimento 83-86).

As questões organizacionais e procedimentais da Assembleia Geral são tratadas pelo Comitê Geral ou pelo Comitê de Credenciais. As questões substantivas, por sua vez, são tratadas no Plenário ou por uma das seis Comissões Principais, nas quais todos os membros têm direito a representação. A AGNU atribui itens de sua ordem do dia a uma das Comissões, ou Comitês Especiais estabelecidos, para estudar uma questão específica. As Comissões ou Comitês Especiais, por sua vez, submetem propostas à aprovação do Plenário da Assembleia. São as seguintes as Comissões da AGNU:

- Primeira Comissão (**Desarmamento e Segurança Internacional**): armas nucleares, outras armas de destruição em massa, espaço sideral (aspectos relativos a desarmamento), armas convencionais, segurança e desarmamento regional, outras medidas de desarmamento e segurança internacional e maquinário de desarmamento.

- Segunda Comissão (**Econômica e Financeira**): política macroeconômica, atividades operacionais para desenvolvimento, financiamento para desenvolvimento, grupos de países em situações especiais, globalização e interdependência, erradicação de pobreza, tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento, agricultura e segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e soberania do povo palestino sobre seus recursos naturais.

- Terceira Comissão (**Social, Humanitária e Cultural**): promoção e proteção dos direitos humanos.

- Quarta Comissão (**Políticas Especiais e Descolonização**): descolonização e Oriente Médio.

- Quinta Comissão (**Administrativa e Orçamentária**): programa orçamentário das Nações Unidas (bianual), orçamento das missões de paz (anual), questões de recursos humanos, escalas de contribuições dos estados membros (metodologia revisada a cada 3 anos).
- Sexta Comissão (**Jurídica**): direito internacional e outras questões jurídicas relativas às Nações Unidas.

2. Conselho de Segurança

Na arquitetura institucional da ONU, atribuiu-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a primazia sobre a condução dos assuntos relacionados à paz e à segurança internacionais. Com base nos Capítulos VI ou VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança pode decidir sobre

medidas a serem adotadas em relação aos estados cujas ações ameacem a paz internacional. Dentre as decisões que venham ser tomadas ao amparo do Capítulo VII estão o embargo de armas, sanções abrangentes e mesmo a autorização de intervenção armada. Essas medidas são manifestações impositivas da autoridade do CSNU, e dispensam, portanto, o consentimento das partes em conflito.

O Conselho de Segurança é composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido – conhecidos como "P-5") e por dez membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos. Depois do Japão, o Brasil é o país que por mais vezes integrou o CSNU como membro não permanente. Esteve nele presente por onze vezes, nos biênios 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99, 2004-05, 2010-11 e no presente momento, mandato 2022-23.

O Brasil sustenta que o CSNU deve atuar de forma transparente, responsável e sempre orientada pelos princípios basilares da Carta das Nações Unidas. Defendemos as vias diplomática e política para a solução dos conflitos e consideramos que as medidas coercitivas são opções de última instância. Ademais, procuramos contribuir para aprimorar o desenvolvimento conceitual dos assuntos de paz e segurança – a exemplo da diplomacia preventiva, meio mais efetivo para proteger as populações civis sob risco de violência, e também segurança estratégica, que foi objeto de debate temático que o Brasil realizou na sua presidência em julho de 2022

O país tem enfatizado a interdependência entre segurança e desenvolvimento, o que foi endossado pelo Conselho de Segurança em declaração adotada sob presidência brasileira do órgão, em fevereiro de 2011. No texto, Conselho endossa a perspectiva brasileira de que desenvolvimento e segurança são conceitos "estreitamente relacionados e que se reforçam mutuamente, bem como que sua relação é complexa, multifacetada e deve ser determinada caso a caso".

Nos momentos em que o Brasil não integra o Conselho de Segurança, o Representante Permanente (RP), chefe da Missão Permanente do Brasil em Nova York, participa dos debates abertos temáticos mensais organizados pelas presidências rotativas do órgão. Na condição de presidente da configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da

Paz (CCP) das Nações Unidas, o Brasil é também convidado a fazer apresentação no CSNU sobre a situação de segurança daquele país.

Mandato 2022-23 no Conselho de Segurança da ONU

Em março de 2018, o Brasil anunciou candidatura à vaga destinada à América Latina e ao Caribe a assento não permanente do CSNU em eleições a serem realizadas em 2021. O anúncio se deu após acordo firmado com Honduras, por meio do qual o Brasil antecipou seu pleito de 2033-2034 para 2022-23. Ao lançar-se candidato, o Brasil definiu sete prioridades para seu mandato: prevenção e resolução de conflitos; manutenção eficiente da paz; promoção do direito internacional humanitário e dos direitos humanos; avanço da Agenda de Mulheres, Paz e Segurança; coordenação com a Comissão de Consolidação da Paz; articulação com organizações regionais; e reforma do Conselho de Segurança.

Eleito em junho de 2021, com 181 de 190 votos possíveis, o Brasil ingressou no CSNU em 1/1/2022 para seu 11º mandato no Conselho de Segurança, onde permanece até 31/12/2023. A expressiva votação atesta o reconhecimento do Brasil como ator relevante e com vasta experiência nos temas de paz e segurança internacionais.

Como membro fundador das Nações Unidas e participante ativo do sistema multilateral, bem como detentor da terceira maior fronteira terrestre em número de nações vizinhas, negociadas pacificamente, o Brasil possui credenciais sólidas para exercício da função. A presença do Brasil no Conselho é fundamental para a defesa de seus interesses no campo da paz e da segurança internacionais. Como único órgão da ONU que emite decisões vinculantes, o Conselho de Segurança tem poder singular para conformar a realidade internacional e isso se reflete na influência e no prestígio de que gozam seus membros.

Em julho do ano passado, o Brasil exerceu a presidência de turno do órgão, ocasião em que promoveu debate aberto de alto nível sobre Comunicação Estratégica em Operações de Manutenção da Paz, presidido no nível de chanceler. O evento resultou na adoção de declaração presidencial, o primeiro documento aprovado pelo órgão sobre o tema. Organizou-se, ademais, evento de alto nível sobre “crianças e conflito armado” e briefing sobre a Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

O Brasil assumirá novamente a presidência do CSNU em outubro de 2023. Na ocasião, deverá ser organizado pelo menos um evento autoral, sobre tema de escolha do país, em geral presidido pelo chanceler. Além disso, no mês de outubro o CSNU realiza debate aberto anual sobre mulheres, paz e segurança.

O Brasil defende maior transparência dos trabalhos do CSNU, mais eficiência em seu processo decisório e maior coordenação com os demais órgãos da ONU, respeitando-se suas respectivas competências. As decisões do CSNU devem refletir os propósitos e princípios da Carta de São Francisco e, para isso, seus métodos de trabalho devem ser continuamente aprimorados.

A distribuição desigual de atribuições reforça o caráter assimétrico do CSNU: os cinco membros permanentes (P-5) controlam a dinâmica do processo de proposição de textos; negociam previamente entre si a maioria das propostas que serão submetidas aos demais membros do CSNU; e controlam a distribuição das presidências dos órgãos subsidiários do CSNU e da função de relatoria dos temas da agenda (penholderships). Aos países eleitos, caberia lugar de apoio, ou, muitas vezes, presidências de comitês cujo trabalho quase que se limita a ações de natureza cartorial. Melhor distribuição de tarefas entre os membros do Conselho, em especial por meio da atribuição de maiores responsabilidades aos membros eleitos, contribuiria para aprimorar o processo decisório do órgão, em termos de legitimidade e de eficiência.

O Brasil é atualmente correlator (*co-penholder*) do item de segurança alimentar e conflitos e do dossiê humanitário da Síria. O país exerce, ainda, a função de ponto focal entre o CSNU e a CCP e pleiteia a correlatoria do dossiê colombiano no Conselho. Em 2023, o Brasil continuará a se coordenar com os demais membros não permanentes para garantir melhor distribuição das atribuições do CSNU e para defender a efetiva implementação das recomendações já aprovadas pelos membros para aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão.

Tema que igualmente preocupa o Brasil é o dos métodos de trabalho dos comitês de sanções. O Brasil tem solicitado que os nomes apresentados em requerimentos de listagem sejam acompanhados de provas ou indícios que permitam a análise informada pelas autoridades brasileiras, em razão dos efeitos jurídicos abrangentes das decisões do Comitê e de sua aplicabilidade imediata no ordenamento jurídico brasileiro por força da lei

13.810. O país defende também o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho do Comitê 1267 (relativo à Al-Qaeda e ISIL/Da'esh), inclusive maior rigor e transparência nas propostas de nomes de indivíduos a serem sancionados. Atualmente, a SERE consulta a ABIN e a PF sobre todos os nomes propostos.

3. Conselho Econômico e Social – ECOSOC

O ECOSOC é a instância de debates substantivos e de coordenação nas áreas econômica, social e humanitária do Sistema ONU. O órgão tem relevante papel na integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável (social, ambiental e financeiro) e na implementação da agenda de desenvolvimento, inclusive dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Ademais, o ECOSOC mantém importante diálogo com instituições financeiras e comerciais internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional.

No documento aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – "O Futuro que Queremos" –, reafirmou-se que o ECOSOC é o principal órgão para assuntos de desenvolvimento econômico e social e de coordenação do Sistema das Nações Unidas.

4. Conselho de Tutela

A Carta de São Francisco também estabeleceu um Conselho de Tutela, encarregado da supervisão da administração dos territórios sob regime de tutela internacional. As principais metas desse regime consistiam em promover o progresso dos habitantes dos territórios e desenvolver condições para a progressiva independência e o estabelecimento de um governo próprio. Os territórios sob esse regime – em sua maioria países da África – alcançaram, ao longo dos anos, sua independência. Nesse contexto, o Conselho de Tutela suspendeu suas atividades em 1994, após o encerramento do acordo de tutela sobre Palau, no Pacífico.

5. Corte Internacional de Justiça

Principal órgão judiciário das Nações Unidas, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) tem como função resolver controvérsias de caráter jurídico

surgidas entre estados. Sediada no Palácio da Paz, na Haia, a CIJ foi criada em substituição à Corte Permanente de Justiça Internacional, que havia funcionado no mesmo local, desde 1922. A CIJ iniciou suas atividades em 1946, com a dupla função de solucionar controvérsias legais submetidas por estados e de emitir pareceres consultivos sobre questões legais do interesse de organizações internacionais devidamente autorizadas. A nova Corte teve seu estatuto (muito semelhante ao da antecessora) anexado à Carta da ONU, tornando-se um dos órgãos principais da Organização. A base da jurisdição da CIJ em casos contenciosos é o consentimento dos estados partes da disputa.

Composição

A CIJ é composta por quinze juízes, de diferentes nacionalidades, eleitos para mandatos de nove anos. A eleição acontece trienalmente, na AGNU e no CSNU.

Não é permitido que dois juízes da mesma nacionalidade façam parte da Corte ao mesmo tempo. O artigo 9 do estatuto da Corte estabelece que, a cada eleição, além das qualificações individuais de cada candidato, também seja levada em consideração a composição da CIJ como um todo, de modo que as principais formas de civilização e os principais sistemas jurídicos do mundo nela estejam representados. Isso se vincula à ideia de que a Corte deveria aplicar um direito internacional universal, não restrito à cultura jurídica de algum grupo de países.

Por fim, como os juízes são eleitos em capacidade individual, devendo apresentar seus pontos de vista e não os de seus países de origem. As partes em litígio têm o direito de ter um juiz de sua nacionalidade participando do corpo decisório. Se não houver nenhum juiz da nacionalidade dos estados envolvidos na controvérsia, eles poderão indicar um, de maneira *ad hoc*.

A partir de uma análise da composição atual da CIJ, comparativamente à de sua antecessora, houve um decréscimo do número de juízes da Europa, a manutenção (com ocasionais aumentos) da quantidade oriunda da Ásia e das Américas, bem como a inclusão de juízes da África e da Oceania. Quanto aos sistemas jurídicos, nota-se um aumento do número de países de *Common Law* e de direito híbrido, em detrimento da tradição romano-germânica.

Desde a sua criação, a CIJ sempre teve nacionais de, pelo menos, quatro dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU: Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia/União Soviética. Desde de 2018, quando o candidato britânico perdeu as eleições para o candidato da Índia, a Corte não conta com juiz do Reino Unido. Além disso, apenas no período de 1968 a 1984, a Corte não teve membro de nacionalidade chinesa. Nas informações oficiais da CIJ, menciona-se a existência de uma prática na distribuição das vagas que equivale àquela observada no CSNU: 3 para a África, 2 para América Latina e Caribe, 3 para a Ásia, 5 para Europa Ocidental e outros Estados e 2 para a Europa Oriental. Não há previsão escrita, entretanto, para tal distribuição de vagas ou para a presença contínua dos P-5 na composição da CIJ.

O Brasil elegeu cinco brasileiros como juízes da CIJ: José Philadelpho de Barros e Azevedo; Levi Fernandes Carneiro; José Sette Câmara Filho; Francisco Rezek; Antônio Augusto Cançado Trindade; e Leonardo Nemer Caldeira Brant, eleito em 4 de novembro de 2022 para ocupar vaga aberta pelo prematuro falecimento de Cançado Trindade.

Jurisdição

Os casos contenciosos da CIJ estão abertos somente a estados, que devem consentir com a jurisdição da Corte, por um dos meios a seguir:

- *Compromis* / *Special agreement*: acordo em que as partes aceitam a jurisdição da Corte para um caso específico;
- Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória da CIJ ("Cláusula Raul Fernandes"): declaração feita voluntariamente pelo estado para aceitar a jurisdição obrigatória da CIJ. O Brasil não possui declaração unilateral válida, razão pela qual não pode acionar ou ser acionado na CIJ com base nesse fundamento jurisdicional;
- Tratado, bilateral ou multilateral, que contenha cláusula compromissória prevendo recurso à CIJ em caso de controvérsia entre as partes. O Brasil é parte de alguns tratados que contêm cláusulas desse tipo, como o Pacto de Bogotá para solução de controvérsias no âmbito regional;
- *Forum prorogatum*: embora não esteja contido no artigo 36 do Estatuto, é hoje previsto pelo Regulamento da Corte (artigo 38), e possibilita que um estado inicie a demanda na expectativa de que o estado requerido venha a aceitar a jurisdição da CIJ.

Já a competência consultiva da CIJ destina-se à emissão de pareceres, em geral não vinculantes, que podem ser solicitados pela AGNU e pelo Conselho de Segurança. Outros órgãos da Organização e agências especializadas também podem solicitar pareceres consultivos, restritos, no entanto, ao escopo de suas respectivas atividades e mediante autorização da Assembleia Geral. Indivíduos nunca são partes perante casos na CIJ.

A jurisdição material da Corte estende-se a todas as questões a ela submetidas pelos estados e a todos os assuntos previstos na Carta das Nações Unidas e nos tratados e convenções em vigor.

6. Secretariado

O Secretariado administra e executa os programas e as políticas elaboradas pelos demais órgãos das Nações Unidas. Seu chefe é o Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU), nomeado pela Assembleia Geral, a partir de recomendação do Conselho de Segurança. Cerca de 40 mil pessoas trabalham para o Secretariado, mas a representação geográfica equitativa ainda é um desafio. Alguns países e regiões dominam o preenchimento das vagas, sobretudo nos escalões mais elevados.

Desde que assumiu o cargo de SGNU, António Guterres tem tentado alterar esse quadro, por meio da nomeação de funcionários segundo critérios de igualdade de gênero e diversidade geográfica. Há poucos nacionais brasileiros em altos cargos no Secretariado. A mais recente foi a embaixadora Maria Luiza Viotti, que ocupou, entre 2017 e 2021, o cargo de chefe de gabinete do SGNU. O Itamaraty tem envidado esforços para ampliar o número de brasileiros no Secretariado, por meio, entre outras ações, da divulgação de vagas para os mais diversos quadros de funcionários internacionais da ONU.

Organizações e programas vinculados ao Sistema das Nações Unidas

As Agências Especializadas são organizações independentes, ligadas à ONU mediante acordos internacionais e dotadas de estruturas intergovernamentais autônomas e de orçamentos e funcionários internacionais próprios. Algumas delas são anteriores à criação da ONU, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), constituída em 1919, ou a União Postal Universal (UPU), criada em 1875. Em geral, elas trabalham com a ONU e interagem entre si, de acordo com o mecanismo

coordenador do ECOSOC. Seus secretariados, integrados por pessoal internacional, trabalham sob a direção dos chefes executivos dessas organizações, que não respondem diretamente ao SGNU.

Além das duas mencionadas, são Agências Especializadas: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO); União Internacional de Telecomunicações (ITU); Organização Marítima Internacional (IMO); entre outras.

Ademais dessas organizações intergovernamentais especializadas que integram o Sistema das Nações Unidas, existem vários programas e fundos, financiados, mormente, por contribuições voluntárias dos estados membros e criados pela ONU com propósitos específicos, de caráter econômico, social, humanitário, etc. Eles respondem à Assembleia Geral, de forma direta ou por meio do ECOSOC. Em questões administrativas, os chefes executivos dos programas e fundos respondem ao SGNU.

São exemplos de programas e fundos da ONU: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-HABITAT); o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), entre outros.

Além das agências especializadas e dos programas e fundos, as Nações Unidas contam com outros tipos de instituições, que não se enquadram nas definições anteriores, como as comissões funcionais e as comissões regionais, os tribunais penais internacionais específicos e os Institutos de Pesquisa e Treinamento, além da Universidade das Nações Unidas (UNU) – sediada em Tóquio.

Tribunal Penal Internacional

Embora faça parte do sistema das Nações Unidas, o Tribunal Penal Internacional (TPI) é um órgão independente, regido por estatuto próprio,

dotado de orçamento autônomo e composto por estados partes que não se confundem, necessariamente, com os membros da ONU.

O Brasil apoiou a criação do TPI por entender que uma corte penal eficiente, imparcial e independente representaria grande avanço na luta contra a impunidade pelos mais graves crimes internacionais. O governo brasileiro participou ativamente dos trabalhos preparatórios e da Conferência de Roma de 1998, na qual foi adotado o Estatuto do TPI.

Com sede na Haia (Países Baixos), o TPI iniciou suas atividades em julho de 2002, quando da 60ª ratificação do Estatuto. Regido pelo princípio da complementaridade, o Tribunal processa e julga indivíduos acusados de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e, desde 17 de julho de 2018, crimes de agressão quando não há responsabilização dos envolvidos pelo estado onde os crimes ocorreram.

Diferentemente da Corte Internacional de Justiça, que examina litígios entre estados, o TPI julga apenas indivíduos. A existência do Tribunal contribui para prevenir a ocorrência de violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, além de coibir ameaças contra a paz e a segurança internacionais.

A jurisdição do TPI é complementar às dos Estados. O Estatuto de Roma estipula que cabe aos Estados a responsabilidade primária e o dever de exercer sua jurisdição penal contra os responsáveis por crimes internacionais. O TPI apenas irá exercer a sua jurisdição quando o Estado é incapaz ou não possui a intenção de conduzir a persecução penal dos acusados. Por ausência da intenção, compreende-se o objetivo de proteger a pessoa acusada, a demora injustificada dos procedimentos ou a ausência de procedimentos independentes ou imparciais.

O TPI examina, atualmente, 10 situações, sendo 8 investigações (Darfur/Sudão, Mali, Quênia, República Centro-Africana (três casos), República Democrática do Congo e Uganda) e 2 exames preliminares (Nigéria e Venezuela).

O Brasil depositou seu instrumento de ratificação do Estatuto de Roma em 20 de julho de 2002. O tratado foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 4.388, de 25/9/2002. Após trabalho realizado por Comissão Interministerial, encontra-se em trâmite no Congresso Nacional, desde 2007, Projeto de Lei de Implementação do Estatuto de Roma (PL 301/2007 e PL 4038/2008), que tipifica os crimes previstos naquele instrumento e regulamenta a cooperação com o TPI, de

modo a permitir o cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil quando da ratificação do Estatuto.

Atualmente, o Estatuto de Roma conta com 123 estados partes – dos quais 33 são africanos; 28, latino-americanos e caribenhos; 25, do Grupo da Europa Ocidental e Outros; 18, da Europa do Leste; e 19, da Ásia e Pacífico. Todos os países da América do Sul são partes do Estatuto. Em 1º de junho de 2019, a Malásia tornou-se o 123º estado-parte.

Como qualquer instrumento jurídico internacional, o Estatuto de Roma é produto de seu tempo e passível de aprimoramento. O Brasil tem exercido papel de liderança nas reuniões em que os estados partes tratam de ajustes com vistas a promover maior aceitação e a consolidação do TPI – a exemplo das discussões que levaram à adoção, em 2010, na Conferência de Revisão de Campala (Uganda), das emendas relativas ao crime de agressão, que estabelecem as condições para que o TPI possa exercer sua jurisdição sobre esse crime. O Brasil está comprometido com o processo de ratificação dessas emendas, que se encontra em andamento.

A brasileira Sylvia Steiner integrou o corpo de juízes do TPI. Tendo cumprido seu mandato até 2012, continuou a exercer suas funções até a conclusão de caso no qual atuava. Em 2018, foi eleita integrante do Comitê Consultivo para Nomeações do TPI, cumprindo seu mandato até 2021.

Desafios enfrentados prévia e atualmente pela ONU

As Nações Unidas constituem, atualmente, a principal organização multilateral com propósitos amplos, que incluem a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e a cooperação para o desenvolvimento dos povos. Seria difícil conceber o mundo sem a ONU, única entidade política de participação universal e democrática à disposição da humanidade que lida, de forma integrada, com os desafios da paz e segurança internacionais, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.

É necessário reconhecer a sabedoria de sua concepção original, os resultados que alcançou e sua capacidade de renovação, ao incorporar novos temas e aumentar suas áreas de atuação. Como decorrência da ampliação do papel político assumido em sua criação, a ONU é hoje protagonista na promoção de políticas que visam à erradicação das mazelas

que afligem a humanidade e possibilitem que os indivíduos tenham seus direitos mais fundamentais observados.

Os princípios fundamentais das Nações Unidas – arrolados no artigo 2º da Carta de São Francisco – têm guiado a interação entre os estados membros. Dentre eles, estão a igualdade soberana dos estados, a solução pacífica de controvérsias, a proibição da ameaça ou uso da força nas relações internacionais e a não intervenção nos assuntos essencialmente internos dos estados. Ademais, desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela AGNU, em 1948, a Organização tem sido indispensável para promover a universalização dos ideais de direitos humanos, bem como a ampliação de seu escopo e de sua efetividade.

Apesar das críticas sobre a incapacidade de atuar de maneira decisiva sobre o conflito atual entre a Rússia e a Ucrânia, a ONU, segue contribuindo para encaminhar ou conter conflitos internacionais e continua a prestar auxílio fundamental à manutenção da paz e da segurança internacional, por meio de suas missões de campo. Por meio de agências especializadas, tem papel central nos esforços voltados ao desarmamento e à não proliferação nuclear, além da prestação de assistência humanitária.

As Nações Unidas constituem-se, também, em foro indispensável de ação coordenada com vistas à promoção do desenvolvimento, ao combate à pobreza e outros de desafios globais, como a pandemia de covid-19. As agências, os fundos e os programas da ONU formam uma rede que opera em todas as áreas do desenvolvimento – saúde, educação, emprego, gênero, agricultura, alimentação e meio ambiente. Desde 2015, com a aprovação da Agenda 2030, a estratégia de desenvolvimento da Organização passou a pautar-se pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas.

Profundas mudanças alteraram o cenário internacional desde a criação das Nações Unidas. A ONU foi criada por 51 estados, que representavam a quase totalidade dos países independentes à época. O acelerado processo de descolonização dos anos 1960 e 1970, além da fragmentação de certos estados com o fim da Guerra Fria (União Soviética e Iugoslávia, principalmente), elevou o número de membros. Hoje, a ONU possui 193 membros, cuja maioria é formada por países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a agenda internacional evoluiu e ampliou-se. Temas econômicos, sociais e ambientais, os três pilares do

desenvolvimento sustentável, ganharam importância na agenda multilateral. A manutenção e consolidação da paz e da segurança internacionais adquiriram novos contornos, seja pela natureza intratestatal de alguns conflitos, seja pelo envolvimento de atores não estatais, como empresas privadas de segurança.

O atual conflito na Europa, que completa um ano no mês corrente, tornou ainda mais evidentes as limitações do Conselho de Segurança para lidar com as ameaças e desafios relacionados à paz e segurança internacional. A severa crise humanitária na Síria, as consequências das intervenções na Líbia, no Iraque e, mais recentemente, no Afeganistão, a persistência de problemas políticos, de segurança e humanitários na África (Mali, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Somália, Sudão/Sudão do Sul) dão provas de que os esforços autorizados pelo CSNU não se têm mostrado suficientes.

Outro importante desafio da Organização é a questão do desarmamento nuclear. Passados mais de 50 anos da entrada em vigor do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1970, o cumprimento do seu artigo VI, que obriga os Estados nuclearmente armados (NWS, na sigla em inglês) a se desarmarem, vem sendo negligenciado, em um contexto em que progressos alcançados ao longo da década de 1990, no âmbito do controle de armamentos estratégicos, têm sido revertidos.

Para o Brasil, arsenais nucleares, além de ameaçarem toda a humanidade, agravam tensões e prejudicam os esforços de paz. Os três pilares do TNP, pedra angular do regime de não proliferação e desarmamento nuclear, são o desarmamento, a não proliferação e o reconhecimento do direito inalienável ao uso da energia nuclear para fins pacíficos. No entanto, a implementação desses pilares apresenta graves desequilíbrios, com ênfase desproporcional na não proliferação.

No que concerne à obrigação de desarmamento, apesar de reduções unilaterais e bilaterais de seus arsenais realizadas por alguns países ao longo das décadas, existem ainda cerca de 12.705 ogivas nucleares (das quais 3.732 em estado operacional) sob controle de nove estados: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte. Segundo estudos realizados nos últimos anos e amplamente discutidos no âmbito das Conferências sobre os Impactos

Humanitários das Armas Nucleares [1], mesmo no caso de um conflito nuclear "limitado" ou acidente envolvendo arsenais nucleares os efeitos seriam indiscriminados e de dimensões imprevisíveis.

A prática de modernização dos arsenais nucleares pelos NWS, o aumento dos limites numéricos do arsenal nuclear, em alguns casos, e a ênfase na dissuasão nuclear presente nas doutrinas desses países vão de encontro ao reconhecimento dos efeitos deletérios da posse e potencial emprego de armas nucleares. Esse panorama negativo é ainda reforçado pela erosão de compromissos bilaterais e multilaterais na área de controle de armamentos [2] e, mais recentemente, pela conflagração do conflito entre Rússia e Ucrânia, que elevou o risco de emprego de armas nucleares a níveis não testemunhados desde a Guerra Fria. Nesse cenário, o chamado "Doomsday Clock", do *Bulletin of the Atomic Scientists*, indica que a humanidade encontra-se a 90 segundos para meia-noite, evidenciando grau de risco nuclear sem precedentes nas últimas décadas.

A paralisia na agenda do desarmamento nuclear agravou-se nas últimas duas décadas. As principais iniciativas na área encontram-se bloqueadas, especialmente em razão da resistência dos NWS. Essa paralisia, confrontada com o senso de urgência da maioria da sociedade internacional em se avançar rumo à eliminação dessas armas, gerou o acirramento da polarização entre os NWS e estados partes da OTAN, que é uma aliança nuclear, de um lado, e a grande maioria dos estados não nuclearmente armados, de outro. Nesse contexto, ganhou proeminência nos últimos anos o tratamento da dimensão humanitária do uso de armas

[1] Série de conferências realizadas no âmbito da chamada Iniciativa Humanitária, que reuniu 159 países em torno da questão dos impactos humanitários do eventual uso de armas nucleares. Foram realizadas três conferências (Oslo, em 2013; Nayarit, em 2014; e Viena, também em 2014). A Iniciativa Humanitária impulsionou as discussões que resultaram nas negociações do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares (TPAN), em 2017. Em 2022, antes da Primeira Reunião dos Estados Partes do TPAN, a Áustria organizou a primeira Conferência Humanitária, em Viena, já sob a vigência do TPAN.

[2] Entre tais acordos estavam o Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (Tratado ABM), herança do período de "détente" entre EUA e URSS, que visava prevenir uma corrida armamentista desenfreada por meio da limitação de meios de defesa antimísseis balísticos, denunciado pelos EUA em 2001; o Tratado de Forças Convencionais na Europa, que havia sido concebido para evitar grandes acúmulos de forças militares convencionais no continente europeu, denunciado pela Rússia em 2015; o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, que havia banido mísseis nucleares de médio alcance, reduzindo, assim, o perigo de uma guerra nuclear na Europa, denunciado por EUA e Rússia em 2019; e o Tratado de Céus Abertos, que permitia elevado grau de transparência mútua entre OTAN e Rússia sobre as respectivas capacidades e movimentos militares, denunciado pelos EUA em 2020 e pela Rússia em 2021.

nucleares, que motivou as três Conferências sobre o assunto (Oslo, em fevereiro de 2013; Nayarit, em fevereiro de 2014 e Viena, em dezembro de 2014) e outras iniciativas no âmbito da AGNU e do TNP.

Esse processo resultou na adoção do Tratado para a Proibição de Armas Nucleares (TPAN), em julho de 2017, pela Assembleia Geral, com o voto favorável de 122 delegações. O Tratado, já assinado por 92 países e ratificado por 68, entrou em vigor em 22/3/2021. A primeira Reunião dos Estados Partes ocorreu em Viena, em março de 2022, quando foi adotada a Declaração de Viena. A segunda Reunião dos Estados Partes será presidida pelo México e deverá realizar-se em dezembro de 2023. O Brasil foi o primeiro país a assinar o TPAN, que se encontra em tramitação no Congresso.

Em contraste com o TPAN, cuja lógica de deslegitimação da posse e do uso de armas nuclear tem se provado cada vez mais acertada, o TNP tem sofrido reveses significativos. Em 2022, a X Conferência de Exame do TNP não logrou produzir documento final consensual, resultando em segundo fracasso consecutivo de uma ConfEx.

Nesse foro, o Brasil, atua como parte da Coalizão da Nova Agenda (NAC), grupo de países integrado também por África do Sul, Egito, Irlanda, México e Nova Zelândia e que advoga pelo progresso no pilar de desarmamento nuclear. A NAC tem atuado de forma demandante no âmbito das conferências de revisão do TNP desde 2000.

As Conferências de Exame do TNP ocorrem a cada cinco anos, e estima-se que o próximo ciclo de revisão, que culminará na XI ConfEx, será particularmente desafiador, dado o ambiente de segurança internacional adverso, marcado por um conflito na Europa e a crescente competição internacional entre Estados Unidos e China.

Não é pequeno o desafio que têm pela frente os integrantes das Nações Unidas. As transformações em curso no mundo evidenciam grave descompasso entre as instituições de governança e as demandas das sociedades. Sobretudo no plano da paz e segurança, é imprescindível uma atualização institucional, sob o risco cada vez maior de fadiga e falência sistêmica. Com o fortalecimento da ONU, os desafios mundiais poderão ser superados de maneira mais eficaz e duradoura, assegurando-se o respeito ao direito internacional.

A Reforma da Organização

Desde que assumiu o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2017, António Guterres tem conferido especial empenho a seu projeto de reforma da Organização. O esforço foi intensificado a partir de agosto de 2021, quando divulgou o relatório "Our Common Agenda", com recomendações e reflexões sobre os próximos 25 anos das Nações Unidas, do sistema multilateral e da comunidade internacional.

O documento estabelece as seguintes áreas prioritárias: superação dos efeitos da pandemia e implementação da Agenda 2030; proteção contra a mudança do clima; promoção da paz e prevenção de conflitos; respeito ao direito internacional; promoção da igualdade de gênero; redução das desigualdades entre países, promoção da cooperação digital; reformas dos principais órgãos da ONU; financiamento sustentável da organização; promoção de parcerias entre diferentes atores; maior inclusão de jovens nas discussões internacionais; criação de mecanismos para melhor responder a crises sistêmicas.

Para os países em desenvolvimento – particularmente o G77 – pouca ênfase foi dada aos desafios do Sul Global, como a redução da pobreza e do endividamento. Outra crítica do grupamento foi a diluição da participação estatal na definição de algumas das propostas. Preocupa ao Brasil, em particular, iniciativas de identificação e de governança dos chamados "bens públicos globais", cuja definição não é multilateralmente acordada.

Em novembro de 2021, a pedido dos Estados membros, a AGNU solicitou consultas amplas sobre as propostas contidas no relatório, que aconteceram entre janeiro e maio de 2022. O Brasil participou ativamente das consultas. Durante o processo, externou sua preocupação com o fato de que o texto do relatório tenha sido submetido a conhecimento prévio de grupo pequeno de países, com oportunidade de influenciar o resultado final. Manifestou, ademais, inconformidade com modelo de governança do multilateralismo proposto no relatório, que inclui entes de direito privado entre interlocutores a serem consultados pela ONU no processo de tomada de decisão.

Muitos dos eventos propostos no relatório constavam no calendário da ONU – caso da Cúpula para a Transformação da Educação, realizada em 2022. Outros são inovações. Entre elas, destaca-se a "Cúpula do Futuro", prevista originalmente para o ano corrente. Por insistência do G77 em

melhor discutir os possíveis temas a serem tratados, a Cúpula deverá realizar-se apenas em 2024.

Em setembro de 2023, à margem da AGNU, reunião ministerial discutirá os temas (*tracks*) do evento. As sugestões do SGNU são: discussão de "Global Digital Compact"; elaboração de "Nova Agenda para a Paz"; criação de regime para o uso pacífico e sustentável do espaço exterior; governança de "bens públicos globais"; e adoção de "Declaração para Gerações Futuras".

No contexto da preparação da Cúpula do Futuro, o SGNU nomeou painel de especialistas copresidido pela ex-presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, e pelo ex-primeiro-ministro da Suécia, Stefan Löfven, encarregado de elaborar propostas com vistas ao "multilateralismo efetivo". A intenção do SGNU é que o documento elaborado pelos especialistas seja transformado em projeto de resolução a ser submetido à aprovação dos Estados membros por ocasião da Cúpula, em 2024.

Originalmente, o SGNU propôs grupo consultivo sobre "bens públicos globais" como objetivo de identificar bens que se enquadrariam nessa categoria. Após críticas de diversos países membros, inclusive o Brasil, acerca da inexistência de definição consensual sobre o termo, o grupo passou a dedicar-se à governança global nas áreas de: paz e segurança; arquitetura financeira global; espaço digital; e ciência, meio ambiente e clima.

O Brasil deverá adotar postura ativa e propositiva nas discussões sobre a implementação de "Our Common Agenda", em particular em preparação à Cúpula do Futuro, de maneira a resguardar seus interesses e aqueles dos países em desenvolvimento. A articulação com o G77 é vital para a atuação do país, principalmente em temas sensíveis.

À luz das dificuldades financeiras por que passa a Organização, causadas pelo atraso no pagamento de contribuições de estados membros, o SGNU anunciou, informalmente, que pretende apresentar, no contexto das reformas em curso, medida para reduzir o prazo de mora da dívida que enseja a aplicação da sanção de perda do direito de voto, prevista no artigo 19 da Carta. Atualmente, a mora permitida equivale ao passivo correspondente aos dois exercícios orçamentários anteriores. O SGNU pretende passar a tolerar mora de apenas um ano, pressionando os estados membros a saudarem suas dívidas com maior celeridade. Tal proposta, se aprovada, teria consequências diretas para o Brasil.

O país aprecia a maneira transparente e aberta como a reforma tem sido conduzida e os esforços dedicados à modernização da Organização, imprescindível para dotá-la dos meios necessários para a consecução de seus objetivos, diante dos desafios do século XXI. No entanto, a reforma da Organização não estará completa sem atualização da composição do Conselho de Segurança. Para o Brasil, a reforma não deve afetar as prerrogativas de supervisão orçamentária e administrativa dos estados membros, nem trazer empecilhos adicionais à manutenção do direito de voto do país na AGNU.

Reforma do Conselho de Segurança

Entre os membros das Nações Unidas, prevalece avaliação de que o Conselho de Segurança da ONU deve ser reformado de modo a refletir a realidade contemporânea e a aperfeiçoar sua eficiência e legitimidade. A incapacidade de ação no conflito na Ucrânia, em razão de sucessivos vetos, agudizou essa percepção, a ponto de que membros permanentes como os EUA e a Rússia, em geral refratários à reforma, tenham nos últimos meses manifestado favoráveis a uma reforma.

A composição do Conselho, herdada da Segunda Guerra Mundial, não acompanhou a evolução da conjuntura internacional. Em 1945, havia 51 estados para um CSNU integrado por 11 membros (representando 22% do total). Hoje são 193 estados para 15 membros (somente 7,7% do total). O Brasil advoga que apenas um Conselho de Segurança verdadeiramente representativo, com participação de países em desenvolvimento, poderá traduzir adequadamente os interesses da comunidade internacional atual.

A expansão do CSNU, com o ingresso de novos membros permanentes e não permanentes, contribuirá para que as decisões do órgão, que afetam toda a comunidade internacional, sejam tomadas com mais equilíbrio e de forma mais inclusiva, legítima e eficaz. Por isso a expansão em ambas as categorias conta com o apoio da ampla maioria dos estados membros da ONU e deve estar refletida no processo negociador. Nesse contexto, o Brasil tem procurado atuar com seus parceiros para injetar maior dinamismo político no processo de reforma.

Nesse debate, que ganhou intensidade a partir dos anos 1990, o Brasil juntou-se a Alemanha, Índia e Japão para formar o denominado G-4. A criação do grupo foi formalizada em Cúpula promovida pelo Japão, em setembro de 2004. Como premissa básica, o G-4 defende expansão nas

categorias de membros permanentes e não permanentes, com maior participação dos países em desenvolvimento em ambas. Com base no reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança reformado, os quatro países apoiam seus respectivos pleitos de forma recíproca.

A atuação do Brasil no cenário internacional tem reforçado sua imagem como país não só disposto a assumir maiores responsabilidades no campo da paz e da segurança internacionais, mas também com capacidade para tal. Esse envolvimento, simbolizado pelos 11 mandatos já exercidos no órgão, juntamente com fatores como estabilidade democrática, grande população e extensão geográfica, faz do Brasil candidato natural a ocupar lugar de destaque no momento em que sejam reformadas as instâncias decisórias das Nações Unidas, notadamente o seu Conselho de Segurança.

Em 2005, o G-4 elaborou o projeto resolução A/59/L.64, que previa a expansão do Conselho para um total de 25 membros, com seis novos assentos permanentes atribuídos a: África (2), Ásia (2), Europa Ocidental (1) e América Latina e Caribe (1); e 4 novos assentos não permanentes para: África (1), Ásia (1), Europa Oriental (1) e América Latina e Caribe (1). A proposta do G-4 também previa reavaliação da reforma após 15 anos, quando seria considerada, entre outros aspectos, a questão do veto. Até essa revisão, os novos membros permanentes assumiriam o compromisso de não fazer uso do veto nas suas deliberações no CSNU.

Cabe ressaltar que o Brasil também faz parte do grupo L.69, que defende a expansão do Conselho de Segurança nas duas categorias de membros e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho do órgão. A composição do L.69 tem variado ao longo dos anos, contando o grupo com cerca de 30 países em desenvolvimento de diversas regiões, incluindo países de menor desenvolvimento relativo, países em desenvolvimento sem saída para o mar e pequenos estados insulares, além dos países do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), entre outros.

Embora existam diferenças significativas de posição quanto aos detalhes da reforma, há amplo apoio a respeito da necessidade de ampliação do número de assentos em ambas as categorias de membros, permanentes e não permanentes. Computados os posicionamentos nas negociações e em manifestações oficiais recentes, estima-se que cerca de 160 países já expressaram apoio à ampliação do CSNU nas duas categorias.

As discussões sobre reforma do Conselho de Segurança seguem enfrentando obstáculos e manobras dilatórias e, realisticamente, não se prevê no curto prazo. Eventual decisão sobre a reforma deverá ser tomada por meio da adoção de emenda à Carta da ONU. A aprovação de emendas requer maioria de 2/3 da Assembleia Geral e a ratificação de 2/3 dos membros, inclusive dos membros permanentes do CSNU.

Desde 2008, as discussões sobre o tema concentram-se nas chamadas negociações intergovernamentais (IGN, na sigla em inglês). As discussões dividem-se nos seguintes clusters: 1) representação regional; 2) categorias de membros; 3) a questão do veto; 4) tamanho do CSNU e métodos de trabalho; 5) relações entre o CSNU e a AGNU. Os diferentes posicionamentos são compilados por facilitadores anualmente designados pelo presidente de turno da AGNU (PGA, na sigla em inglês) no chamado *Elements Paper* de convergências e divergências.

Nas últimas rodadas, o G4 e o L69 têm insistido que deficiências de processo levam à falta de progresso nos debates nas IGN. Os grupos têm reiterado as seguintes prioridades: a) o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho das IGN, com transmissão por webcast e registros formais das discussões; e b) a elaboração de documento negociador único, de preferência com atribuição de posições.

Recentemente, à luz do conflito na Ucrânia e dos sucessivos vetos sobre o tema no Conselho, observa-se interesse renovado por parte dos membros permanentes mais refratários a mudanças, como EUA e Rússia. A necessidade de regulação do uso do veto tem sido mencionada por diversos países como a solução para os desequilíbrios do órgão. O Brasil segue defendendo reforma abrangente, que amplie o número de assentos permanentes e não permanentes, de maneira a corrigir a sub-representação do mundo em desenvolvimento e tornar as decisões do Conselho mais legítimas e eficazes.

Em evento de setembro passado, a Representante Permanente dos EUA junto à ONU, Linda Thomas-Greenfield defendeu a expansão do CSNU. Em seu discurso na abertura da 77ª AGNU, o presidente Biden reafirmou o interesse dos EUA em discutir a reforma do CSNU, mencionando, especificamente, a necessidade de inclusão de membros permanentes africano e latino-americano e caribenho.

A possível nova posição dos EUA no que se refere à reforma do CSNU coincide com as ainda discretas, mas perceptíveis, mudanças nas

manifestações de China e Rússia, que parecem flexibilizar posicionamento refratário ao aumento de membros permanentes no CSNU e aceitar admitir como membros permanentes alguns países em desenvolvimento. Também na esteira do conflito na Ucrânia, o chanceler russo, Sergei Lavrov, manifestou-se em favor da inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes e não permanentes no CSNU. Citou nominalmente Brasil e Índia como candidatos naturais a eventuais novas vagas permanentes e reafirmou o apoio da Rússia a seus respectivos pleitos.

Vale mencionar que eventual coalizão envolvendo apenas países em desenvolvimento também encontraria dificuldades pelo fato de o Grupo Africano adotar posição comum, dificultando a composição de forças. Cumpre notar que a África arroga para si o direito de selecionar seus eventuais membros permanentes. Eventual tentativa do G4 de somar forças a países africanos específicos poderia ser vista como tentativa de fragilizar a posição comum.

Posições dos demais membros do G4

Posição da Alemanha

A Alemanha tem aventado com frequência a possibilidade de flexibilizar sua posição no sentido de aceitar fórmula interina/intermediária de reforma (sem a criação de assentos permanentes), cogitando, até mesmo, aproximação do G4 com o grupo Uniting for Consensus (UfC). Alega não poder aceitar extensão do veto aos novos membros permanentes, pois nem o governo, nem a sociedade alemã a apoiariam.

A Alemanha é simpática à ideia de pôr fim ao formato atual das IGN e tem ressaltado a necessidade de o Grupo redobrar esforços para criar uma coalizão de países pró-reforma. Defende, ainda, que o G4 apresente projeto de resolução que transfira as negociações para o plenário da AGNU, tornando-as formais.

Posição da Índia

A Índia tem-se manifestado de forma categórica contra uma reforma interina/intermediária do CSNU. Alega que o fato de abrir mão do direito de veto por 15 anos, nos termos do projeto original do G4, foi concessão política significativa. Como o Brasil, insiste em que a expansão do CSNU

nas duas categorias seja o ponto de partida das negociações, de modo que haja reforma verdadeiramente substantiva.

Membro do L.69 (grupo de países em desenvolvimento – que também inclui o Brasil – favorável à expansão do CSNU nas duas categorias de membros), a Índia lidera iniciativas de coordenação entre o G4, o L.69 e o Grupo Africano. Defende, ainda, intensificação de contatos com os países africanos, com vistas a criar plataforma conjunta.

Apesar de também declarar-se frustrada com os resultados da mais recente sessão das IGN, a Índia foi o único membro do G4 a colocar-se categoricamente contra o fim ao formato atual daquelas negociações, por temer que os membros do Grupo passassem a ser vistos como spoilers do processo.

Posição do Japão

O Japão igualmente defende que o G4 priorize aproximação com o Grupo Africano como estratégia para fazer avançar o processo de reforma. Tem empreendido significativos esforços nesse sentido, de que são exemplos constantes visitas de autoridades japonesas ao continente africano.

Na reunião de DGs do G4 realizada em 2018, o Japão argumentou que uma atualização da posição do Grupo em relação ao veto (em sua defesa) poderia angariar apoio dos países africanos. Embora afirme não querer o veto, admite defendê-lo se esta for a única maneira de viabilizar a reforma. Posteriormente, Tóquio assumiria compromisso de limitar seu uso temporalmente ou a situações que envolvam graves violações de direitos humanos.

Nas discussões sobre o "roll-over" das IGN para a 74ª AGNU, o Japão foi o membro do G4 mais vocal na defesa de quebrar o consenso em torno da continuidade daquele exercício, pondo fim ao formato atual das negociações.

Em 2019, o Japão apresentou ao G4 proposta de termos de referência para guiar exercício de outreach do Grupo em favor de projeto de resolução com países que apoiam reforma do CSNU. Essas discussões ocorreriam fora do âmbito das IGN e poderiam ter como base versão atualizada do projeto de resolução do G4 apresentado em 2005 (adoção da posição africana com relação ao veto "enquanto o veto existir, os novos membros

permanentes terão esse direito" e previsão de assento não permanente para os pequenos países insulares em desenvolvimento).

Apesar de a proposta japonesa ter sido internamente adotada pelo G4, as atividades de outreach foram prejudicadas pela pandemia de COVID-19. Em capacidade nacional, o Japão teria feito gestões em mais de 60 países em 2021. Em 2023-24, o Japão ocupa, pela 12ª vez, assento não permanente no CSNU. Trata-se do único país membro da ONU com mais mandatos eletivos no Conselho de Segurança que o Brasil – o qual se encontra em seu 11º mandato (2022-23).

Posições dos demais grupos negociadores

Grupo L.69

Em setembro de 2007, um grupo de 25 países em desenvolvimento apresentou projeto de resolução à AGNU (A/61/L.69) com a seguinte proposta de reforma:

- expansão nas duas categorias de assentos (permanente e não permanente);

- maior representação de países em desenvolvimento e daqueles com economias em transição condizente com a realidade mundial contemporânea;

- aprimoramento abrangente dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança, inclusive para garantir maior acesso aos pequenos estados e aos estados insulares.

Atualmente, o grupo L.69 é formado por de cerca de 30 países em desenvolvimento, presidido por São Vicente e Granadinas, unidos pela defesa da expansão do CSNU nas duas categorias de membros. O grupo conta com ativa participação do Brasil e da Índia, além de países africanos, como África do Sul e Nigéria. Tem advogado as teses de reforma do G4, sobretudo a criação de novos assentos permanentes.

São os seguintes os atuais membros do grupo:

1. África do Sul 2. Bahamas 3. Barbados 4. Benin 5. Butão 6. Brasil 7. Cabo Verde 8. Gâmbia 9. Granada 10. Guiana 11. Ilhas Salomão 12. Índia 13. Jamaica 14. Malaui 15. Maurício	16. Micronésia 17. Mongólia 18. Nauru 19. Nicarágua 20. Nigéria 21. Palau 22. Papua Nova Guiné 23. Ruanda 24. São Cristovão e Nevis 25. Santa Lúcia 26. São Vicente e Granadinas 27. Samoa 28. Timor Leste 29. Vanuatu

Grupo Africano

A União Africana (UA) adotou posição comum sobre a reforma das Nações Unidas por meio do "Consenso de Ezulwini", em março de 2005. O documento defende que a representação africana no Conselho deveria dar-se por meio de: i) ao menos dois assentos permanentes, com todas as prerrogativas dos atuais P5, inclusive o poder de veto, enquanto este existir; e ii) cinco novos assentos não permanentes. Ainda de acordo com o documento, a UA seria a responsável por escolher os representantes da África no CSNU.

Em julho de 2005, essa posição comum foi formalizada à AGNU por meio do projeto de resolução A/59/L.67, que estipula:

- ampliação do CSNU nas duas categorias de membros (total de membros seria 26);

- aprimoramento de seus métodos de trabalho;

- criação de 6 novos assentos permanentes, sendo: 2 para a África, 2 para a Ásia, 1 para o GRULAC e 1 para o WEOG;

- criação de 5 novos assentos não permanentes, sendo: 2 para a África, 1 para a Ásia, 1 para a Europa Oriental, 1 para o GRULAC;

- concessão aos novos membros permanentes das mesmas prerrogativas e privilégios dos atuais P5, inclusive o direito de veto.

Note-se que o projeto A/59/L.67 coincide em grande medida com a proposta do G4 (A/59/L.64), salvo assento não permanente adicional para a África e extensão do veto aos novos membros permanentes. Merece destaque, ainda, o fato de o projeto de resolução "curto" circulado pelo G4 em 2011 haver incorporado linguagem do projeto A/59/L.67.

C-10

Cabe ao "Comitê dos Dez da UA" (C-10) acompanhar as negociações sobre a reforma do CSNU e reportar os desenvolvimentos relativos ao tema aos demais membros da União Africana, inclusive por meio de apresentação de relatório para apreciação nas reuniões de cúpula da Organização. O Comitê foi estabelecido em 2005, por ocasião da Cúpula de Adis Abeba, como mecanismo de consulta e promoção da posição africana.

O C-10 é formado por dois países de cada região do continente – África do Norte, África Ocidental, África Central, África Oriental e África Meridional –, sendo seus membros os seguintes:

1. Argélia	6. Congo-Brazzaville
2. Guiné Equatorial	7. Senegal
3. Líbia	8. Serra Leoa
4. Namíbia	9. Uganda
5. Quênia	10. Zâmbia

Uniting for Consensus

O *Uniting for Consensus* (UfC, também chamado *Coffee Club* no passado) é um grupo de países criado na década de 1990 em oposição a uma possível expansão do CSNU. Os atuais membros do grupo são: Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Itália, Malta, México, Paquistão, República da Coréia, San Marino e Turquia (China e Indonésia participam como observadores).

O único denominador comum do grupo parece ser atrasar ou obstruir qualquer movimento de reforma, em vista do risco de que eventual acordo envolva a criação de novos assentos permanentes. Com essa intenção, busca dificultar o processo negociador por meio da apresentação de propostas complexas que não contam com apoio majoritário, além da criação de entraves processuais.

O grupo defende ampliação apenas do número de assentos não permanentes. Argumenta, ainda, que qualquer solução de reforma deva contar com consenso dos estados membros.

O Canadá tem indicado certo desconforto com a associação do grupo com a China, em função da atitude agressiva em relação às negociações intergovernamentais. O Canadá foi o único país do UfC a não se pronunciar em qualquer das reuniões das IGN em capacidade nacional, ao contrário do que fizeram virtualmente todos os demais membros do grupo.

P5

Entre os atuais membros permanentes do CSNU não há consenso quanto à reforma do Conselho. Por um lado, França e Reino Unido defendem o processo abertamente, inclusive apoiando o pleito do G4. Na extremidade oposta, a China tem-se mostrado um grande adversário da reforma, realizando gestões frequentes junto a estados membros, em especial africanos, a fim de tentar frear o processo. Segundo foi possível apurar, as gestões chinesas desestimulando o avanço das negociações intergovernamentais sobre a reforma têm-se estendido a membros do GRULAC, como Venezuela, Bolívia e Uruguai.

EUA e Rússia já se pronunciaram, sucessivas vezes, em favor da reforma do CSNU. Os Estados Unidos já apoiaram, publicamente, a inclusão de Alemanha, Japão e Índia no rol de membros permanentes do Conselho. A Rússia, por sua vez, em mais de uma ocasião, já afirmou seu apoio ao ingresso de Brasil e Índia. Todavia, não obstante a retórica em prol da reforma, defendem que qualquer iniciativa apenas seja levada a cabo com amplo consenso no seio da Assembleia Geral.

ACT

Em 2013, foi lançado o grupo “Responsabilidade, Coerência e Transparência” (Accountabilitiy, Coherence and Transparency Group - ACT), coordenado pela Suíça e composto por outros 26 países de diferentes regiões (Arábia Saudita, Áustria, Chile, Costa Rica, Dinamarca, Equador, Eslovênia, Estônia, Finlândia, Gabão, Gana, Hungria, Irlanda, Jordânia, Letônia, Liechtenstein, Luxemburgo, Maldivas, Nova Zelândia, Noruega, Papua Nova Guiné, Peru, Portugal, Ruanda, Suécia e Uruguai), unidos pelo propósito de reformar os métodos de trabalho do Conselho de Segurança, dando seguimento aos esforços do antigo “Small-5”. O grupo

defende “código de conduta” segundo a qual o veto não deve ser usado em casos de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

A reforma do ECOSOC e a agenda multilateral econômica

Nos últimos 50 anos, algumas propostas buscaram fortalecer, revitalizar ou reformar o Conselho Econômico Social (ECOSOC), sem que fosse possível conferir maior relevo a seu papel no tratamento da agenda econômico-financeira global. Os obstáculos à consecução desse objetivo estão relacionados à falta de clareza quanto às funções e responsabilidades do ECOSOC em relação à Assembleia Geral, de modo que a atribuição de competências se torna difícil e o processo decisório do Conselho, enfraquecido. Ademais, o foco dos trabalhos em questões formais, com menor relevo que as questões substantivas, afeta negativamente a percepção dos estados membros no que concerne à legitimidade e funcionalidade do órgão.

Apesar da importância das discussões promovidas pelo Conselho – sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA, na sigla em inglês), a implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e sobre geração de emprego, desigualdades sociais e questões de gênero –, a falta de centralidade do ECOSOC na formulação da agenda econômica global é motivo de preocupação por parte dos países do G77/China, grupo do qual faz parte o Brasil. Os países desse grupo buscam fortalecer o ECOSOC, uma vez que têm menor peso nos processos decisórios das instituições de Bretton Woods e não estão plenamente representados no G20.

RELAÇÕES BRASIL-ONU

O Brasil é membro fundador da Organização das Nações Unidas. Em agosto de 1944, durante a Conferência de Dumbarton Oaks entre os “Quatro Policiais” (EUA, URSS, Reino Unido e China), a delegação dos EUA, por instrução do presidente Roosevelt, propôs o acréscimo de um sexto assento permanente no Conselho de Segurança para o Brasil, à luz de seu “tamanho, recursos e participação ativa na Guerra”. A proposta não seguiu adiante, mas a diplomacia brasileira acompanhou as discussões e, na Conferência de São Francisco, defendeu o fortalecimento das cláusulas de revisão e emenda da Carta.

O Brasil esteve entre os países que pugnaram modificar as propostas de Dumbarton Oaks para obter aperfeiçoamentos na Carta ao final adotada. Foram incluídos no instrumento princípios de justiça e direito internacional, matéria que havia sido negligenciada em Dumbarton Oaks. Estava em causa a noção de que a manutenção da ordem não poderia ser o objetivo único da organização a ser criada, e de que só a força militar não seria capaz de sustentar a paz, especialmente se desvinculada de preocupações éticas ou valores inerentes a uma sociedade mais justa e menos desigual.

No que concerne à Assembleia Geral, suas atribuições foram ampliadas, reconhecendo-se seu direito de discutir quaisquer questões que se enquadrem nos objetivos da Carta, assim como o de fazer recomendações aos estados membros e ao CSNU. Outras faculdades entraram na competência da Assembleia, como recomendar medidas para a solução pacífica de qualquer situação internacional, supervisionar a ação do Conselho de Tutela, e aprovar o orçamento da ONU.

A participação do Brasil na fundação das Nações Unidas também se fez sentir em outros temas: a articulação diplomática latino-americana, na Conferência de Chapultepec (“Conferência Interamericana sobre Problemas de Paz e Guerra”, preparatória da participação da região em São Francisco), a qual firmou posição em favor da aceitação da Argentina como um dos membros fundadores da ONU, com apoio brasileiro. Dando início ao processo que levaria à fundação da OEA em 1948, a Conferência defendeu a preservação do papel dos organismos regionais, refletido no Capítulo VIII da Carta; a defesa do fortalecimento do papel do ECOSOC, para que atendesse às preocupações dos países “subdesenvolvidos”, e não se limitasse ao apoio à reconstrução da Europa; e o questionamento do direito de veto no Conselho de Segurança.

O Brasil veio a ocupar um assento não permanente no Conselho de Segurança logo em 1946. No exercício do mandato, a delegação brasileira pôde participar ativamente das discussões no momento em que a ONU, contrariando suas aspirações iniciais, começava a ser moldada pela realidade da nascente Guerra Fria.

O papel do Brasil nos primeiros anos da ONU também se refletiu na presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) e da I Sessão Especial (abril de 1947), que decidiu a partilha da Palestina e a criação do estado de Israel.

O Brasil vem historicamente observando os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na própria Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O país tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir ativamente para o avanço dos principais pilares que sustentam as atividades da Organização: a manutenção da paz e da segurança internacionais, a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Por que o Brasil é o primeiro a discursar na Assembleia Geral da ONU?

Anualmente, no mês de setembro, quando o chefe da delegação brasileira abre os debates da AGNU, em Nova York, a imprensa destaca o fato de que, por tradição, o Brasil é o primeiro país a discursar naquele foro mundial. Essa tradição é considerada hoje pelo Secretariado da ONU uma "prática estabelecida".

Várias teses surgiram para explicá-la, algumas delas incompatíveis entre si. A hipótese mais recorrente se baseia na percepção de que, com os Estados Unidos e a União Soviética em desacordo sobre qual país deveria discursar na abertura, o Brasil teria sido escolhido como solução de compromisso. Outra tese frequentemente repetida pretende estabelecer uma relação entre o insucesso em obter um assento permanente no Conselho de Segurança e a deferência dada ao Brasil. O primeiro discurso seria então uma espécie de "prêmio de consolação". Há versões que atribuem a Oswaldo Aranha um papel importante na questão, por haver presidido a II Assembleia Geral. Explicações mais prosaicas sustentam que o Brasil foi o primeiro país a se inscrever como orador em 1946 e, repetindo o gesto em outros anos, assegurou assim a consolidação de uma regra não escrita desde os primórdios da Organização.

O que haveria de concreto nisso? Um levantamento nos registros oficiais da ONU talvez ajude a entender melhor o caso[3].

[3] Os dados foram extraídos da série de Official Records of the General Assembly, Plenary Meetings, editada pelas Nações Unidas (diversos anos).

A I Assembleia Geral, em 1946, teve duas sessões. Na primeira delas, em Londres, o primeiro-ministro britânico, Clement Attlee, em nome do país anfitrião, foi quem deu as boas-vindas aos participantes, em 10 de janeiro. Como aquela era uma reunião constitutiva da nova organização, não havia ainda regras definidas para a ordem dos discursos. Tampouco houve um debate geral estruturado. Os trabalhos concentraram-se em questões práticas, como a designação do Secretário-Geral da ONU, as eleições para assentos não permanentes no Conselho de Segurança e para o ECOSOC, a organização do Secretariado e do orçamento, bem como outras medidas de implementação. Luiz Martins de Souza Dantas, chefe da delegação brasileira, interveio somente em 14 de janeiro, na 7ª sessão plenária, após os Estados Unidos, quando o item formal da agenda era a discussão do relatório da Comissão Preparatória das Nações Unidas. Outros países haviam discursado nos dias anteriores sobre temas distintos da agenda.

Na segunda sessão da I Assembleia Geral, em Nova York, por proposta de seu presidente, o belga Paul Henri Spaak, foi aprovada regra de procedimento segundo a qual os discursos seriam pronunciados de acordo com a ordem de precedência dos inscritos na lista de oradores. Assim, em 24 de outubro de 1946, o primeiro país a discursar foi o México, representado por Castillo Najera, seguido da Bélgica. O Brasil foi o terceiro, com Pedro Leão Velloso. Em 1947, novamente o México (Torres Bodet) abriu o debate geral, em 17 de setembro, seguido por Estados Unidos, Polônia, Uruguai e outros. O Brasil não apareceu entre os primeiros, apesar de ter sido Oswaldo Aranha o presidente da II Assembleia Geral. Ressalta-se que a atuação de Aranha naquele posto não se confundia com aquela da delegação brasileira, chefiada por João Carlos Muniz.

A III Assembleia Geral também teve duas sessões em lugares diferentes. Em Paris, após as palavras de boas-vindas do presidente francês, Vincent Auriol, os debates se iniciaram em 23 de setembro de 1948, com o discurso das Filipinas (Carlos Rómulo), seguido por Estados Unidos, Polônia, Síria e outros. Na segunda sessão, em Nova York, entre abril e maio de 1949, não se deu início a novo debate geral, pois a rigor se tratava de mera continuação da Assembleia iniciada meses antes em Paris.

Em 1949, na IV Assembleia Geral, agora de modo definitivo em Nova York, o Brasil foi efetivamente o primeiro a discursar (Cyro de

Freitas-Valle), em 21 de setembro, seguido de Estados Unidos, Cuba, Índia e outros. Em 1950 e 1951, novamente o Brasil abriu o debate geral, com Freitas-Valle e Mário de Pimentel Brandão, respectivamente.

Em 1952, no entanto, a sequência foi interrompida. Cuba faz o primeiro discurso, seguida por Suécia, Chile, Iraque e outros. Pelo Brasil, João Neves da Fontoura só fez seu pronunciamento muito depois. Em 1953, o debate geral foi aberto pelos Estados Unidos, seguido de Chile, Austrália, Nova Zelândia e outros. Em 1954, a situação se repetiu, e o Brasil tampouco foi o primeiro país a discursar. Assim, infere-se que não havia um entendimento tácito de que caberia ao Brasil a abertura do debate geral da AGNU, na medida em que isso não aconteceu entre 1952 e 1954.

Somente em 1955, na X Assembleia Geral, com o retorno de Freitas-Valle como chefe da delegação brasileira, o Brasil voltou a ser o primeiro, seguido por Estados Unidos, Costa Rica, Egito e República Dominicana. A partir daí, o Brasil passou finalmente a inaugurar todos os anos o debate geral, de forma ininterrupta. Em 1956, de novo Freitas-Valle. Em 1957, Oswaldo Aranha. Em 1958, Francisco Negrão de Lima. Em 1959, Augusto Frederico Schmidt. Em 1960, Horácio Lafer. E assim por diante[4].

Com base nas informações acima e no conhecimento disponível sobre a presença do Brasil na ONU, podem-se extrair algumas conclusões. Primeira, não existe relação com a questão do assento permanente para o Brasil, proposto pelos EUA em 1944-45 (a tese do "prêmio de consolação"). Segunda, a tradição não se inicia em 1946. Terceira, não há nada de substantivo que a vincule a Oswaldo Aranha em 1947. Quarta, o Brasil fez o primeiro discurso em 1949, porém a tradição é quebrada entre 1952 e 1954, sugerindo que, naqueles anos, não era ainda percebida como tal. Última, o ano-chave, talvez, poderia ser 1955, ou seja, dez anos depois do fim da guerra e da criação da ONU.

Isso posto, nota-se que um mesmo personagem liga os anos de 1949 e 1955: Freitas-Valle. Caso se recorra ao depoimento mais lembrado sobre a matéria, escrito pelo ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, de fato Freitas-Valle aparece como o verdadeiro fundador da tradição. Eis o trecho que nos interessa mais de perto:

[4] A relação dos representantes brasileiros que discursaram na Assembleia Geral da ONU pode ser conferida in SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de (org.). O Brasil nas Nações Unidas (1946-2006). Brasília: Ministério das Relações Exteriores, FUNAG, 2007.

> Vários delegados estrangeiros que se davam comigo perguntaram-me por que o Brasil era sempre quem abria o debate geral na Assembleia. Recorri a Cyro [Freitas-Valle], que nos representara na primeira parte da primeira sessão da Assembleia Geral, ainda em Londres. Contou-me uma história autenticamente cyriana. Não desejando nem os EUA nem a URSS abrir o debate, o Secretariado sondou vários países europeus que se recusaram, alegando geralmente não poderem falar proveitosamente sem antes ouvir as superpotências. Esgotadas as possibilidades europeias, o Secretariado recorreu ao Brasil e Cyro imediatamente aceitou. Disse-me que lhe parecera que, se falasse depois das superpotências, não teria nada mais a acrescentar. Fez um discurso curto, à sua maneira, assinalando as dificuldades para cumprir a Carta e a indispensabilidade de fazê-lo. Nos anos seguintes, a delegação do Brasil sempre se inscrevia para iniciar o debate. Com o tempo, formou-se o costume por todos respeitado, embora não se reflita no regimento interno[5].

O texto não indica claramente o ano em que esse diálogo teria ocorrido. Sendo uma reminiscência baseada em testemunho oral de outra pessoa, é preciso tomar esse depoimento com as devidas ressalvas que o método histórico exige. Mas Guerreiro fornece uma pista fundamental: depois do "acordo" originário, a maneira encontrada de continuar discursando em primeiro lugar foi, simplesmente, inscrever-se em primeiro lugar. Aplicando certo grau de tenacidade para repeti-lo anualmente, esse procedimento deu resultado.

A essa altura, parecem existir elementos suficientes para esboçar uma interpretação, ainda que sujeita a confirmação em pesquisas ulteriores. Caso se admita, por hipótese, que a conversa narrada por Guerreiro se refere a 1949, no ano seguinte Freitas-Valle teria orientado colaborador seu da missão brasileira em Nova York para garantir logo a inscrição do Brasil como primeiro orador. Em 1951, o mesmo teria acontecido. Nos anos posteriores, todavia, outros representantes brasileiros não deram continuidade a essa prática.

[5] GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Lembranças de um empregado do Itamaraty. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 41-42.

Em 1955, Freitas-Valle foi nomeado mais uma vez para representar o Brasil. Antes do início da Assembleia Geral, dirigiu ofício ao então chanceler Raul Fernandes, queixando-se do "decrescente prestígio do Brasil na ONU". A culpa, segundo ele, não era "de ninguém especificamente", mas uma constatação observada ao longo dos anos. Após eleições consagradoras para o Conselho de Segurança e o ECOSOC em épocas passadas, o Brasil agora tinha dificuldade em concorrer com países bem menores para postos eletivos em órgãos importantes da ONU. Freitas-Valle lamentou a acusação de que o Brasil votava "quase invariavelmente de acordo com os Estados Unidos" e que seria "pequeno e pobre" o rol de suas iniciativas em dez anos de existência da organização[6]. Preocupava-lhe, essencialmente, a boa imagem do país. Diante de um quadro para ele desalentador, que precisava ser revertido, teria Freitas-Valle insistido para recolocar o Brasil na posição de primeiro orador como uma maneira, entre outras possíveis, de soerguer o abalado prestígio brasileiro? Cumprido o objetivo na X Assembleia Geral, o próprio Freitas-Valle adotaria a mesma atitude em 1956, indicando o caminho a seguir para os que lhe sucederam.

As razões e a forma de proceder de Freitas-Valle ainda estão por serem desvendadas completamente. Seja como for, seu nome parece estar de alguma forma associado a essa honrosa tradição, prática consagrada que se encontra definitivamente incorporada ao protocolo multilateral das Nações Unidas.

Contexto atual da relação com a ONU e perspectivas futuras

O Brasil tem assumido responsabilidades crescentes na ONU, como demonstram o atual mandato no CSNU (2022-23), o comando militar, pela quarta vez consecutiva, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), além do papel em cooperação humanitária. O país é reconhecido como vetor de paz, com relações diplomáticas com todos os membros da ONU, sem armas de destruição em massa, nem inimigos. Também é reconhecido como forte defensor – e praticante – do direito internacional, da paz, da promoção de meios pacíficos de solução de controvérsias, dos direitos humanos, da

[6] Freitas-Valle a Raul Fernandes, Nova York, ofício, 6 julho 1955, CDO Correspondência Especial, Pasta 6.727, ONU Diversos 1945-56, MRE, Brasília.

tolerância e da solidariedade. Isso torna o Brasil respeitado por nossos interlocutores nas Nações Unidas.

Em meio a cenário internacional de reequilíbrio de forças, de emergência de novos atores e do ressurgimento de clivagens ideológicas e políticas, o Brasil tem encontrado na ONU espaço crescente para preservar e expandir sua atuação, exercendo papel de construtor de soluções e de interlocutor fiável e respeitável.

O Brasil e a agenda de direitos humanos e temas sociais na ONU

A assunção do novo governo brasileiro recoloca em evidência a importância, para o país, de políticas sociais, de garantia dos direitos humanos e de promoção do desenvolvimento sustentável. Mensagens nesse sentido tem sido reiteradas pelo senhor PR e por quantas autoridades de alto escalão chamadas a se pronunciar acerca dos principais desafios que o novo governo terá de enfrentar. A essa prioridade, claramente definida no âmbito doméstico, deve corresponder uma atenção consequente no plano internacional.

A Constituição Federal de 1988 consagra a prevalência dos direitos humanos como um dos princípios norteadores da política externa. Além disso, a Constituição de 1988 inovou ao refletir, em vários de seus artigos, princípios e direitos enunciados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, como a dignidade da pessoa humana e a não discriminação.

O país participou ativamente do processo de elaboração de vários pactos e convenções internacionais na matéria, tendo aderido a todos os principais instrumentos, à exceção da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, a qual se encontra em tramitação no Congresso Nacional. O país é, com isso, parte do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial; da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes; da Convenção sobre os Direitos da Criança; e da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência.

O Brasil também faz parte dos principais foros internacionais de direitos humanos. Desde a fundação do Conselho de Direitos Humanos

(CDH), em 2006, o país ocupou um assento de forma quase ininterrupta, à exceção dos anos de 2011/2012, 2016 e 2023. Tendo encerrado o seu último mandato ao final de 2022, o Brasil postula novamente um assento no CDH, em eleições que se realizarão em outubro de 2023, para o triênio subsequente (2024-2026). As três vagas em disputa são pleiteadas por três outros países do GRULAC, além do Brasil, a saber: Cuba, Peru e a República Dominicana.

Ao longo de 2022, o Brasil continuou a integrar treze grupos negociadores de resoluções do Conselho de Direitos Humanos, as quais abarcavam as seguintes áreas: saúde física e mental (*penholder*); direito à privacidade na era digital (*penholder*); proteção de jornalistas; liberdade de opinião e expressão; mecanismos nacionais de seguimento, relato e implementação de recomendações de direitos humanos; acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde; orientação sexual e identidade de gênero; direitos da criança; direitos das pessoas idosas; direito à moradia adequada; cooperação técnica e construção de capacidades em matéria de direitos humanos. Nas resoluções que trataram da situação dos direitos humanos em países específicos, o Brasil integrou os grupos negociadores das iniciativas sobre os direitos humanos na Nicarágua e na Venezuela.

O Brasil também participa, ativamente, das atividades da 3ª Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual trata de questões relacionadas à agenda social, de direitos humanos, de temas humanitários e culturais. Em 2022, foram avaliados, no âmbito dessa comissão, mais de 50 projetos de resolução. O Brasil foi coautor e cofacilitador, junto com a Alemanha, da resolução sobre o "Direito à Privacidade na Era Digital". O país manteve, além disso, papel ativo nas negociações da maior parte das resoluções referentes a direitos humanos, além de proferir intervenções sobre vários itens da agenda e de participar de diálogos interativos.

Além disso, o Brasil participa ativamente de atividades de órgãos subsidiários do ECOSOC, como a Comissão sobre População e Desenvolvimento, a Comissão sobre Desenvolvimento Social, a Comissão sobre a Situação da Mulher e a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III).

O Brasil deve, em conformidade com a Constituição Federal, pautar sua atuação perante a ONU de uma forma que contribua à realização de objetivos de justiça social e de solidariedade; de erradicação da pobreza e

da marginalização; de redução das desigualdades sociais e regionais; e de promoção do bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O Brasil deve, além disso, e como já mencionado, reger suas relações internacionais com base nos princípios de prevalência dos direitos humanos; de igualdade entre os Estados; de solução pacífica dos conflitos; de repúdio ao terrorismo e ao racismo; e da cooperação internacional para o progresso da humanidade.

Para o Brasil, que ainda enfrenta desafios a superar nas mesmas áreas citadas no texto constitucional, tranversalizar a realização desses princípios e objetivos como parte de sua política externa constitui um vetor com repercussões não só no âmbito internacional, mas também no âmbito doméstico. Não são apenas os avanços legais e institucionais alcançados pelo país no âmbito doméstico os que nos têm servido de lastro para que o país possa assumir papel protagônico no tratamento desses mesmos temas no plano internacional. Compromisso assumidos pelo Brasil no plano internacional também têm servido para ancorar e fortalecer avanços nos marcos jurídico, político e institucional de que o país necessita para superar desafios nas áreas social e de direitos humanos.

Dessa dupla vertente, que desdobra e articula, a um só tempo, o interno e o externo, o doméstico e o internacional, em vetores que se alimentam e se reforçam mutuamente, resulta outro valor que permeia a atuação do país perante a ONU: a defesa de uma postura baseada no engajamento construtivo, no diálogo e na cooperação. Ao ver do Brasil, não há país que não enfrente desafios, de diferentes naturezas e gravidades, em temas sociais e de direitos humanos, assim como não há país que não tenha algo a contribuir para aperfeiçoar o tratamento desses mesmos temas, seja em parceria com outros países, seja perante foros multilaterais. Para o Brasil, por esse mesmo motivo, a agenda da cooperação internacional, tanto na área social, quanto na de direitos humanos, assume papel estratégico, ao conferir lastro e consequência a posições que o Brasil tem sustentado perante foros da organização.

Cooperação trilateral e sul-sul

O Brasil deve, sob o novo governo, refortalecer seu papel na promoção de ações de assistência técnica e de criação de capacidades, nas

modalidades trilateral e sul-sul, voltadas para a difusão de experiências acumuladas pelo país nas mais diversas áreas.

Exemplos disso são: a promoção da segurança alimentar e nutricional, o enfrentamento do trabalho infantil e do trabalho em condições análogas à escravidão, a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica, a provisão de acesso a tecnologias, suprimentos e outros insumos, inclusive vacinas, na área da saúde, são todos exemplos de áreas em relação aos quais o Brasil tem figurado, ao longo do tempo e com diferentes ênfases, como prestador de cooperação internacional.

Inclusão social e direitos humanos

O sistema das Nações Unidas deu prova de seu valor para estimular a adoção e fortalecer a execução de leis, políticas e programas voltados para a promoção da inclusão social e a garantia dos direitos humanos no país.

O Brasil tem, no diálogo com órgãos e mecanismos dos sistemas regional e internacional de direitos humanos, extraído elementos que desempenharam papel importante na construção e no fortalecimento de capacidades domésticas necessárias a dar plena execução a direitos fixados em nossa Constituição Federal e consignados em leis e normas internacionais a que o país aderiu.

Pode-se dizer que em um país como o Brasil, de dimensões continentais, complexa estrutura federativa, profundas diferenças em termos de desenvolvimento regional e local e desigualdades que marcam e se perpetuam por meio de fatores estruturais, o desafio chave para a garantia dos direitos humanos e a realização do desenvolvimento em bases socialmente inclusivas e sustentáveis não é mais o reconhecimento de direitos ou a enunciação de objetivos, mas a construção de capacidades institucionais aptas a promover sua efetiva realização.

Fatores estruturais ligados à discriminação e ao racismo, à desigualdade de gênero, aos efeitos intergeracionais da pobreza e da exclusão social expõem uma parcela significativa da população à realização desigual das promessas do desenvolvimento sustentável e da efetiva proteção de seus direitos e garantias fundamentais.

Esses fatores não incidem apenas sobre minorias, como é a o caso de populações indígenas e quilombolas, de migrantes e de pessoas LGBTQIA+. Ao contrário: nunca é demais lembrar que o Brasil é um país

majoritariamente feminino e afrodescendente, com padrões na distribuição da renda e da riqueza e no acesso a direitos, bens e serviços públicos desfavoráveis à maioria de sua população.

Portanto, para além das capacidades necessárias a reconhecer, analisar e oferecer respostas aptas à superação dos desafios que afetam grupos e pessoas em situação vulnerável, é também fundamental construir e fortalecer políticas e sistemas de proteção social e de garantia de direitos de alcance universal.

A necessidade de congregar o alcance universal dessas políticas, em áreas como a saúde, a educação, a segurança alimentar e o acesso à moradia adequada, entre tantas outras, a um olhar voltado para as disparidades regionais, sociais, de gênero, raça, etnia ou riqueza que recortam o mosaico de desafios enfrentados pelo país, tem sido um objetivo constante, que se projeta ao longo do tempo, e para a superação do qual a política externa brasileira pode e deve ter uma importante contribuição a aportar.

Os desafios enfrentados pelo país são imensos, como imensa é a disposição do governo brasileiro em construir e fortalecer capacidades, em um quadro de respeito à democracia e aos direitos humanos, necessários à realização do desenvolvimento em bases equitativas e sustentáveis.

Frente a isso, precisamos fortalecer a eficácia de gestão pública; aprimorar os mecanismos e as ferramentas de produção e análise de dados que informam a elaboração e a avaliação dos resultados de políticas públicas; aplicar ferramentas que permitam traduzir a imensa riqueza que emana do engajamento brasileiro com mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos em medidas concretas, que contribuam à prevenção de violações; ampliar os canais de acesso à informação e de participação da sociedade, em arranjos voltados para aperfeiçoar a efetividade da resposta do poder público; e reforçar os sistemas de proteção social, de modo a promover a redução de desigualdades e fazer da realização universal das condições necessárias uma vida livre e digna em igualdade e direitos um objetivo permanente do estado brasileiro.

Direitos da mulher

O governo brasileiro está firmemente engajado em promover e proteger os direitos humanos de mulheres e de meninas, especialmente por

meio do combate à violência e à discriminação e da promoção do acesso equitativo a oportunidades e a espaços de participação política.

O fato de o país contar com experiências importantes em termos de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, em especial na esfera doméstica, e de estar empenhado em corrigir as flagrantes assimetrias observadas na participação de mulheres em espaços de poder, criam vetores permanentes para esse engajamento.

É importante ter presente que a pobreza, no Brasil, é majoritariamente negra e feminina, como o são também as vítimas de violência de gênero. Não é possível, portanto, para um país como o Brasil, enfrentar de maneira efetiva a violência e a desigualdade de gênero, sem levar em conta a situação de mulheres que sofrem formas múltiplas, interligadas e agravadas de discriminação. Tampouco será possível ao país pensar em estratégias eficazes de promoção do desenvolvimento e de realização da justiça social sem reconhecer que mulheres e meninas desempenham um papel chave, como agentes desse esforço.

Inscreve-se, nesse contexto, a ênfase anunciada pelo governo brasileiro em combater a discriminação contra o mulher no mundo do trabalho; em promover o trabalho decente, em igualdade de condições e com salários iguais para as mesmas funções exercidas por mulheres e homens; assim como em promover a autonomia econômica de mulheres, em conjunto com ações voltadas para a criação de capacidades produtivas, o combate à fome e à pobreza e o fortalecimento de um sistema e de uma política de cuidados. O governo brasileiro também compreende, como condição importante para a promoção da autonomia e do empoderamento feminino, enfrentar todas as formas de assédio, o qual constitui um fator de reprodução da desigualdade.

Outro fator que incide negativamente sobre a igualdade de gênero é o referente à carga desigual da responsabilidade primária pelo cuidado doméstico. A redistribuição de responsabilidades pelo cuidado e o trabalho doméstico não remunerado, desempenhado, sobretudo, por mulheres e meninas, será objeto de atenção específica do governo brasileiro, por meio de políticas e de medidas que promovam um maior equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal e criem condições legais e institucionais para que a economia de cuidados possa desempenhar, para trabalhadoras domésticas, um papel emancipatório.

No rol de medidas priorizadas pelo novo governo, sobressai o fortalecimento de programas e de ações de prevenção e enfrentamento da violência de gênero. O Brasil conta com legislação avançada para a proteção e a promoção dos direitos das mulheres, desenvolvida ao longo das últimas décadas. Pode-se destacar a Lei Maria da Penha, de 2006, que abrange o enfrentamento à violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral contra as mulheres. Em 2015, foi aprovada a Lei contra o Feminicídio, que inclui os crimes com motivação de gênero no rol de crimes hediondos no país. A aprovação dessas leis contou com importante concurso da sociedade civil e da bancada feminina no Congresso Nacional, a qual alcançou, na atual legislatura, seu maior número absoluto.

O governo brasileiro está empenhado em ampliar a rede de atenção a mulheres em situação de violência, assim como em apoiar a efetiva aplicação de medidas de proteção e a apuração e responsabilização penal de agressores.

Mais recursos deverão ser direcionados, com esse fim, aos programas da Casa da Mulher Brasileira, que oferecem atendimento humanizado e integral a mulheres vítimas e sobreviventes de violência, e para a Central de Atendimento à Mulher "Ligue 180", que recebe denúncias de violência e orienta as mulheres sobre seus direitos, além de realizar encaminhamentos para a Rede de Atendimento. O governo também está empenhado em responder, por meio de políticas abrangentes, a diversas formas de violência contra mulheres, incluindo, nesse rol, a violência política, a violência on-line, o tráfico de mulheres e o feminicídio, entre outras.

Outro ponto que tem sido destacado pelo novo governo diz respeito à flagrante sub-representação de mulheres em espaços de poder. No Congresso brasileiro, parlamentares ocupam apenas 17% dos assentos. Entre os servidores públicos ativos, são cerca de 40%, mas, em cargos de direção e chefia, não chegam a 26%. Diante desse cenário, o governo brasileiro buscará reforçar políticas e programas que visem à maior inserção de mulheres nos espaços de poder e decisão e que promovam a equidade de gênero no mundo do trabalho.

Embora a nomeação, pelo atual governo, de 11 ministras de estado, assim como de duas mulheres para presidir os dois maiores bancos públicos do país (Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil), constituam avanços importantes na correção dessas assimetrias, há ainda muito o que

avançar para ampliar os espaços de participação e decisão de mulheres na vida pública.

Todos esses elementos, somados, reforçam o valor central que a promoção e a proteção dos direitos da mulher deverão assumir, tanto, em linhas gerais, como parte da política externa, quanto, de modo específico, por meio da participação do Brasil em foros e no tratamento de questões relacionadas a temática de gênero, junto às Nações Unidas, em Nova York.

III Comissão da AGNU e Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW

III Comissão da AGNU

O Brasil reforçará seu engajamento em favor de iniciativas dedicadas à promoção e à proteção dos direitos humanos de mulheres e de meninas, em linha com o apoio que tem prestado a resoluções sobre os direitos de mulheres. Durante a 76ª sessão da AGNU, destacaram-se os exemplos listados abaixo:

a) "A menina", proposta pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral: o Brasil apoiou e copatrocinou a resolução;

b) "Viuvez", proposta pela Nigéria, em nome do Grupo Africano: o Brasil apoiou a resolução;

c) "Melhoria da situação das mulheres e meninas em áreas rurais", proposta pela Mongólia: o Brasil aderiu ao consenso;

d) "Acompanhamento da IV Conferência Mundial sobre a Mulher e plena implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e do resultado da 23ª Sessão Extraordinária da Assembleia Geral", apresentada por Trinidad e Tobago: o Brasil renovou seu apoio à resolução;

e) "Violência contra mulheres trabalhadoras migrantes", proposta por Filipinas e Indonésia: o Brasil aderiu ao consenso.

Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW)

A Comissão das Nações Unidas sobre a Situação das Mulheres (CSW) é órgão subsidiário do ECOSOC, dedicado à promoção da igualdade e da equidade de gênero. Reúne-se anualmente, desde 1946, na sede da ONU, em Nova York, para discutir os principais desafios, analisar progressos e implementar políticas em torno de tema prioritário, escolhido a cada ano.

Nessa ocasião, a CSW também elabora suas "Conclusões Acordadas", as quais contém uma análise do tema prioritário, acompanhada de uma série de recomendações concretas a governos, órgãos intergovernamentais e outras instituições, além de organizações da sociedade civil e de outros atores relevantes, a serem implantadas em nível internacional, regional, nacional e local.

O tema da próxima sessão da CSW (6-17/3) será "Inovação e mudança tecnológica - educação na era digital para atingir a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas". Espera-se a participação de delegação de alto nível, encabeçada pela Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. Aventa-se, além, disso, a possível participação da primeira dama, Rosângela da Silva, no evento.

A Comissão é composta de 45 estados membros, eleitos por distribuição geográfica, por um período de quatro anos, com possibilidade de reeleição. O GRULAC tem direito a 3 cadeiras. O Brasil ocupa, atualmente, uma das vagas, ao lado de Colômbia e Argentina.

O mandato brasileiro finaliza em meados de 2024. O país postulou reeleger-se ao cargo, para o período 2024-2027. Brasil, Bolívia e Colômbia disputam as três vagas disponíveis, em eleições que ocorrerão durante a reunião de organização do ECOSOC, em abril, em Nova York.

Direitos sexuais e reprodutivos

Em território nacional, o Brasil promove medidas como prevenção e o enfrentamento de toda forma de violência ou abuso sexual, inclusive contra meninas e adolescentes; prevenção da gravidez na adolescência; prevenção e o enfrentamento de doenças sexualmente transmissíveis, como o HPV e o HIV/AIDS; aconselhamento médico e a métodos adequados, por intermédio do SUS, para que mulheres possam determinar se e quando desejam engravidar; acompanhamento da gestação por profissionais e no âmbito de serviços de saúde qualificados; e o oferecimento, a parturientes, de atenção médica humanizada e baseada em evidências.

Todos esses serviços, somados, podem ser compreendidos como parte do conceito mais amplo de "direitos sexuais e reprodutivos", bem como reconhecidos como condições necessárias à realização da saúde sexual e reprodutiva, em linha, aliás, com descrição contida na Lei nº 9.263/1996, que dispõe sobre medidas voltadas para o planejamento familiar.

Embora o Brasil tenha, ao longo dos últimos anos, proposto a substituição da expressão “direitos sexuais e reprodutivos” (termo invocado por países que descriminalizaram o aborto) por expressões como “saúde sexual e reprodutiva”, o Brasil não deixou de apoiar textos sobre o tema, mesmo que mantivessem a formulação então considerada controversa.

Vale lembrar que o aborto é ilegal no Brasil, exceto em três casos previstos em lei: i) quando há risco de vida para a gestante; ii) quando a gravidez resultar de estupro e iii) quando o feto for anencefálico. Com base na legislação vigente, por meio do SUS, é oferecido o acesso ao serviço de interrupção voluntária da gravidez a mulheres que se encontrem em uma das três situações listadas.

Superada a necessidade de objetar, sistematicamente, referências ao termo “direitos sexuais e reprodutivos”, abre-se espaço para que o país possa dedicar-se a discussões substantivas sobre a efetiva promoção desses direitos, em linha com o que já dispõe a legislação nacional a esse respeito.

Direitos de pessoas com deficiências

A promoção e a proteção dos direitos de pessoas com deficiência também figura entre as áreas que tem merecido a atenção do país junto aos foros da Nações Unidas em Nova York. Vale lembrar que o Brasil teve papel ativo na inclusão de referências aos direitos de pessoas com deficiência na Agenda 2030, em esforço articulado com redes de organizações da sociedade civil dedicadas ao tema.

Esse engajamento está em linha com a decisão do parlamento brasileiro de ratificar a Convenção da ONU sobre Direitos de Pessoas com Deficiência, em 2007, com o quórum necessário à sua incorporação ao ordenamento jurídico com status de norma constitucional.

O Brasil tem copatrocinado, a cada ano, em 21/3, a realização de evento comemorativo do Dia Mundial da Síndrome de Down, em colaboração com as organizações não-governamentais “Down Syndrome International”, “International Disability Alliance”, além de entidades brasileiras. O país tem ainda copatrocinado, na AGNU, projetos de resolução anuais relativos aos direitos de pessoas com deficiência, bem como projeto sobre direitos humanos e doenças raras, aprovado pela primeira vez em 2021.

Em junho de 2022, o Brasil participou da 15ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência da ONU (COSP-CRPD), ocasião em que anunciou a candidatura da senadora Mara Gabrilli para o mandato 2025-2028 do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD, na sigla em inglês), em eleições que se realizarão durante a 17ª COSP-CRPD, em 2024. A Senadora Gabrilli exerceu seu primeiro mandato junto àquele Comitê de 2019 a 2022.

Será realizada em Nova York, em junho, a 16ª COSP-CRPD, com tema principal de intercâmbio de experiências exitosas de adequação de políticas e estratégias nacionais de proteção dos direitos de pessoas com deficiência com os termos previstos na Convenção. Também serão tratados o acesso de pessoas com deficiência a serviços de saúde sexual e reprodutiva; a garantia da acessibilidade digital a pessoas com deficiência; e mecanismos dedicados a ampliar o acesso e a participação de pessoas com deficiência em processo de consulta e tomada de decisão.

Merece destaque, por último, ter a AGNU aprovado, em dezembro último, sem recurso a voto e com 100 copatrocínios, resolução de iniciativa brasileira sobre linguagem simples e acessibilidade. O projeto, intitulado "Promoting and mainstreaming easy-to-understand communication for accessibility for persons with disabilities", foi apresentado pelo Brasil, em nome de "core group" composto por Argentina, Egito, El Salvador, Filipinas, Grécia, Guatemala, Mongólia, Portugal e República Dominicana. O elevado número de copatrocínios é indicativo do bom acolhimento recebido pelo projeto.

Nos termos da resolução, a linguagem simples será tema de reunião da AGNU, às margens da próxima conferência de partes da CRPD, em junho próximo. Deverá figurar de relatório do Secretário-Geral da ONU que trate de questões relativas aos direitos de pessoas com deficiência. Será, além disso, objeto de análise por grupamentos como o "Steering Committee on Accessibility" e o "Ad Hoc Working Group on the Revitalization of the United Nations", que tratam, dentre outros assuntos, de questões relativas à acessibilidade.

Direitos de pessoas LGBTI

No Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, sediado em Genebra, o tema da proteção contra violência e discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero vem sendo tratado por meio de resoluções. Ao todo, foram adotadas cinco resoluções sobre o tema. As

resoluções 17/19 (2011) e 27/32 (2014) ensejaram a elaboração de relatórios temáticos pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Já a resolução 32/2 (2016) estabeleceu o mandato do perito independente, atualmente exercido pelo costa-ricense Victor Madrigal-Borloz, cujo mandato foi renovado pelas resoluções 41/18 (2019) e 50/10 (2022). O Brasil, ao lado de outros seis países latino-americanos (LAC-7), integrou o "core group" de todas as resoluções mencionadas, as quais foram sempre adotadas por voto.

Em Nova York, o Brasil participa, como membro fundador, de "core group" criado em 2008 relativo ao tema. O agrupamento tem como objetivo avançar na promoção e na proteção dos direitos humanos das pessoas LGBTI pelo mundo. Conta com 24 membros, entre os quais Estados Unidos, Israel, Itália, Chile e Argentina. O "core group" tem promovido eventos com vistas a promover a defesa dos direitos de pessoas LGBTI.

Em 2014, também em Nova York, o Brasil apoiou a criação da campanha global "Free and Equal", direcionada à promoção dos direitos das pessoas LGBTI. A campanha tem o objetivo de aumentar a conscientização sobre a violência baseada em orientação sexual ou identidade de gênero em todo o mundo e promover o respeito aos direitos das pessoas LGBTI, por meio da divulgação de vídeos e documentos informativos em mídias sociais e por meio da realização de eventos em distintos países.

Liberdade de religião e de crença

O Brasil tem orgulho da sua diversidade religiosa e defende, interna e externamente, o direito de todos, sobretudo das minorias religiosas, de praticarem sua fé. Por isso, o governo brasileiro tem consistentemente apoiado o mandato do relator especial sobre liberdade de religião e crença no âmbito das Nações Unidas, bem como as resoluções sobre o tema no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Revisão Periódica Universal

Em novembro de 2022, o Brasil foi examinado no 4º ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU). O mecanismo, de elevada importância no Sistema Internacional de Direitos Humanos, foi criado em 2006, com

apoio do Brasil. Todos os membros da ONU são examinados a cada ciclo, com base nos princípios da universalidade e não seletividade. O Itamaraty coordenou a participação do governo brasileiro em Genebra em 2022, com ampla delegação interministerial, chefiada pela então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Combate ao racismo

O combate ao racismo continua a ser um dos temas prioritários da política externa de direitos humanos. Diante da aproximação do fim da Década Internacional para as Pessoas Afrodescendentes (2015-2024), o Brasil apoiou ativamente as negociações a respeito de uma Declaração sobre os Direitos Humanos das Pessoas Afrodescendentes, considerada como um dos principais objetivos a serem alcançados ao final desse período. Em outubro, o Brasil participou ativamente da 20ª sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre a Efetiva Implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban.

O Brasil mantém participação ativa, por meio de intervenções nacionais e conjuntas, no debate geral sob o item 9 da agenda do CDH ("Racismo, discriminação racial, xenofobia e formas relacionadas de intolerância, acompanhamento e implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban"). Apoia a renovação de mandatos especiais e acompanha diálogos interativos com os peritos dentro do CDH e de outras reuniões intersessionais por eles promovidas. Tem-se engajado com o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) e participa dos trabalhos do Grupo Ad Hoc sobre padrões complementares à Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

O Brasil realiza acompanhamento próximo e construtivo nas negociações dos textos das resoluções adotadas pelo CDH. Em julho de 2021, o país somou-se ao consenso para a aprovação da Resolução 47/21, por meio da qual foi criado o Mecanismo de Peritos sobre Justiça e Equidade na Aplicação da Lei, com mandato de três anos. Em novembro de 2022, ocorreu avaliação dos 18º a 20º relatórios periódicos consolidados pelo Brasil, por ocasião da 108ª sessão do CERD.

Direitos dos povos indígenas

Durante o quadriênio 2019-2022, o Brasil precisou, por diversas vezes, responder a questionamentos sobre a situação dos direitos humanos de povos indígenas no país, recebidos do Escritório do Alta Comissário para os Direitos Humanos (EACDH) e de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos. O país mantém interação frequente com o Mecanismo de Peritos sobre Direitos dos Povos Indígenas, que emitiu relatório com recomendações em maio de 2021.

O Brasil recebeu por três vezes a visita de Relator Especial sobre Direitos dos Povos Indígenas, em 2008, 2013 e 2016. Tem interagido com aquela autoridade no âmbito de diálogos interativos, ocorridos em sessões de meio de ano do CDH, e feito uso do direito de resposta, principalmente frente a pronunciamentos de ONGs.

O país apoiou, sem reservas, à Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e à Declaração Americana sobre os Povos Indígenas. Advoga pela implementação integral do documento final da Conferência Mundial sobre Povos Indígenas, de 2014, e é um dos 23 países que ratificaram a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho.

O país tem participado regularmente do Fórum das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, no ECOSOC, que costuma ocorrer anualmente em abril. Em 2019, o Presidente da Funai chefiou a delegação; em 2020, 21 e 22, a representação brasileira se deu por meio da Missão. O país é membro do Grupo de Amigos do Fórum.

No âmbito da III Comissão da Assembleia Geral, o país tem votado a favor da resolução anual sobre os direitos dos povos indígenas, usualmente adotada por consenso. Celebrou o Ano Internacional das Línguas Indígenas e endossou a proclamação da Década Internacional dos Povos Indígenas (2022-32).

Situação dos direitos humanos no Irã

A situação dos direitos humanos no Irã é objeto de atenção da Assembleia Geral e do Conselho de Direitos Humanos, por meio da aprovação de resoluções e da manutenção do mandato da relatoria especial sobre a situação dos direitos humanos.

Em ambos os fóruns, o Brasil tem-se abstido nas votações, com base no entendimento de que o enfoque condenatório predominante nos textos das resoluções não contribui para distender o diálogo e engajar os segmentos políticos iranianos.

Em sua explicação de voto nas duas instâncias, o Brasil reconhece os desafios a serem enfrentados para a promoção e proteção dos direitos humanos no Irã e menciona, especificamente, a situação das mulheres, crianças, minorias religiosas, entre outros grupos vulneráveis.

Situação dos direitos humanos na Palestina

A cada mês de março, durante a sessão principal do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, a Organização da Cooperação Islâmica (OIC) apresenta, em coordenação com a missão da Palestina, cerca de cinco projetos de resolução que abordam, sob diferentes aspectos, violações de direitos humanos observadas no contexto do conflito israelo-palestino e da ocupação, por Israel, daquele território.

Em 2022, o Brasil votou a favor de duas dessas resoluções: "O direito do povo palestino à autodeterminação" e "Situação de direitos humanos no Território Palestino Ocupado (TPO), inclusive Jerusalém Oriental". Nas demais resoluções, o Brasil, que tradicionalmente votava a seu favor, votou contra duas delas: "Direitos Humanos no Golã Sírio Ocupado" e "Assegurando a Responsabilização e Justiça por Todas as Violações de Direito Internacional nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental"; e se absteve na votação da resolução intitulada "Assentamentos Israelenses no Território Palestino Ocupado, inclusive Jerusalém Oriental (TPO), e no Golã sírio ocupado".

Em 2023, o Brasil não ocupará assento no CDH, de modo que não terá de manifestar-se sobre novos projetos de resolução que tratem da questão israelo-palestina. Nesse ínterim, encontra-se em curso uma reavaliação da política externa brasileira para o tema, que poderá resultar na retomada da posição do país em relação aos projetos em apreço.

Ações da ONU/OMS em resposta à COVID-19

Em 11/3/2020, o diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom, declarou que a covid-19, doença causada pelo coronavírus Sars-Cov-2, atingira nível de contaminação equivalente a

pandemia. Embora as principais iniciativas do Sistema ONU em resposta à pandemia tenham se centrado em Genebra, sede dessa agência especializada, o SGNU não se furtou a lançar suas próprias iniciativas. Ainda em fevereiro, Guterres formulou apelo por cessar-fogo durante os esforços de combate à covid-19. Em 25/3/2020, divulgou o Plano de Resposta Humanitária à Covid-19, com orçamento de 2 bilhões de dólares e ações previstas em 51 países vulneráveis na América do Sul, na África, no Oriente Médio e na Ásia.

Além disso, a ONU em Nova York deu mostras de sua capacidade de rápida adaptação às novas circunstâncias. Em função das medidas de isolamento (lockdown) impostas pelas autoridades locais, e posterior suspensão da circulação de pessoas pelo prédio do Secretariado, já no final do mês de março de 2020, a AGNU adotou método excepcional de tomada de decisões durante a pandemia, por procedimento de silêncio com prazo de 72 horas. No início de abril, as juntas executivas de fundos e programas sediados em Nova York passaram a reunir-se por videoconferência. Em junho, estabeleceu-se procedimento de votação remota, por meio da rede eletrônica interna da ONU (e-delegates). Eventuais explicações de voto passaram a circular por escrito.

O Conselho de Segurança, em consonância com as regras 37 e 39 das Regras Provisórias de Procedimento do órgão, também adaptou-se para manter reuniões e votações virtuais mesmo durante o lockdown. A primeira reunião virtual da história do CSNU foi transmitida online na íntegra em 07/04/2020. Em julho, o Conselho aprovou, por unanimidade, a Resolução 2532, que conclama cessar-fogo global durante os esforços de combate à pandemia da covid-19, em apoio às declarações do SGNU sobre o impacto desproporcional da pandemia sobre populações vulneráveis, bem como sobre a precariedade do sistema de saúde dos países em conflito armado.

No que concerne às operações de manutenção da paz e missões políticas especiais (incluídos os escritórios regionais), que empregam milhares de funcionários em 18 diferentes países, a ONU também manteve sua atividade mediante os devidos cuidados sanitários. Entre as medidas levadas a cabo para melhorar a segurança no contexto da pandemia destacam-se a implementação de políticas de evacuação, a elevação de padrões sanitários e a adoção de trabalho remoto. Em algumas missões, houve suspensão temporária de atividades no terreno, especialmente aquelas que exigem contato direto dos peacekeepers com a população local

em ambientes fechados (capacitação profissional, etc). A restrição de circulação internacional de passageiros também dificultou a rotação periódica de tropas. Ainda assim, a ONU orgulha-se de haver rapidamente se adaptado e continuado a prestar assistência às populações atingidas por conflitos, em momento de enorme necessidade.

Em decorrência das restrições a viagens internacionais, o ano de 2020 marcou ainda a realização do primeiro Debate Geral da Assembleia Geral (75ª AGNU) de maneira completamente remota na história das Nações Unidas. Todos os chefes de estado ou de governo foram convidados a enviar intervenções gravadas em vídeo, que foram transmitidas pela UN Web TV. Seguindo a ordem tradicional de oradores, o discurso gravado pelo então presidente Jair Bolsonaro foi o primeiro a ser transmitido, logo após intervenções presenciais do Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU) e do então Presidente da AGNU (PGA, na sigla em inglês).

Ao final de 2020 e ao longo de 2021, as reuniões da AGNU e do CSNU foram realizadas tanto em formato presencial quanto virtual, a depender dos altos e baixos em número de internações em Nova York. Em setembro de 2021, a abertura da 76ª AGNU foi realizada em formato híbrido. Os Estados membros foram convidados a credenciar delegações de no máximo sete integrantes, incluídos aqueles das missões permanentes, das quais apenas quatro teriam acesso ao plenário. As intervenções poderiam ser feitas presencialmente ou por meio de vídeo gravado. O ex-PR Bolsonaro optou por fazer a intervenção pessoalmente e foi acompanhado de pequena delegação.

Finalmente, em setembro de 2022, a Semana de Alto Nível da 77ª AGNU retomou o formato tradicional, com presença de chefes de estado e de governo, inclusive a do ex-presidente Bolsonaro, expressivas delegações ministeriais e numerosos eventos paralelos.

Ações da OMS e a participação brasileira

Em abril de 2020, a OMS lançou o "Access to Covid-19 Tools Accelerator" (ACT-Accelerator), com vistas a acelerar a pesquisa e desenvolvimento em quatro pilares: 1) diagnósticos; 2) medicamentos; 3) vacinas; e 4) fortalecimento de sistemas de saúde, coordenado pela OMS, Banco Mundial e Fundo Global. Em junho, foi lançada a COVAX Facility, pilar de vacinas do mecanismo. Em julho, foi estabelecido o Painel Independente da OMS para Preparação e Resposta à Pandemia. Em agosto,

o Brasil confirmou intenção de participar da COVAX Facility e participou de todas as reuniões de consulta relacionadas, convocadas pela OMS.

Em abril de 2020, o Brasil copatrocinou a resolução "Global solidarity to fight the coronavirus disease 2019 (COVID-19)", adotada pela AGNU por consenso. Também somou-se ao consenso que permitiu a aprovação da resolução "International cooperation to ensure global access to medicines, vaccines and medical equipment to face COVID-19", igualmente na AGNU. Em junho, endossou, junto a outros 167 estados membros, a União Europeia e a Palestina, Declaração Conjunta de apoio ao apelo do SGNU por cessar fogo global.

Nessas e em outras ocasiões em que a ONU e a OMS discutiram a pandemia, o Brasil reforçou as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, como a promoção do acesso universal e equitativo a vacinas, tratamentos e testes para diagnóstico, bem como o fortalecimento da produção local de vacinas e medicamentos, sobretudo em países em desenvolvimento, e a importância de não se perder de vista o financiamento para outras doenças, inclusive aquelas que incidem como risco aumentado para a covid-19. O Brasil ainda mantém essas prioridades na negociação de quaisquer resoluções sobre preparação e resposta a futuras pandemias, nas tratativas sobre um instrumento internacional sobre pandemias e na revisão do Regulamento Sanitário Internacional.

Em janeiro de 2021, teve início a vacinação contra covid-19 no Brasil com base na CoronaVac, resultante de parceria entre o Instituto Butantã e a empresa chinesa Sinovac Biotech. O primeiro lote de 1 milhão de doses vacinas AstraZeneca-SK Bioscience oriundas da COVAX Facility chegou no fim de março. Em maio, outras 4 milhões de doses derivadas da participação no consórcio chegaram ao Brasil.

Em abril de 2021, a OMS criou "hub" para transferência de tecnologias relacionadas a vacinas contra a covid-19, em especial aquelas baseadas na tecnologia de RNA mensageiro, com vistas a ampliar a capacidade de países em desenvolvimento de produzir imunizantes e a aumentar a capacidade global de manufatura desses antígenos. O Brasil, representado pela Fiocruz, juntamente com a Argentina, foi selecionado para abrigar o "hub" das Américas, e tem buscado garantir a implementação da iniciativa, por meio de plataforma para viabilizar ampla transferência de tecnologias para as instituições brasileiras de saúde.

Brasileiros no Secretariado da ONU

Apesar de todas as credenciais que comprovam o firme compromisso histórico do Brasil com o sistema ONU, o país vê-se cronicamente subrepresentado no Secretariado das Nações Unidas. Tal fato, na avaliação do Ministério das Relações Exteriores, diminui a influência do país sobre a alocação dos recursos da ONU e prejudica a capacidade de orientar os programas de trabalho da Organização de acordo com os interesses nacionais.

Segundo levantamento realizado há alguns anos, cerca de 200 nacionais brasileiros trabalham no Secretariado da ONU, em um total de 38.420. De um total de 70 subsecretários-gerais (USG) e 75 secretários-gerais assistentes (ASG), apenas dois ocupam funções equivalentes a ASG: a Secretária Juliana Gaspar Ruas, perita do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) e o general Marcos Affonso da Costa, comandante militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO).

São diversos os motivos para a baixa presença de profissionais brasileiros no sistema ONU, entre os quais a estrutura de acesso, a barreira linguística (o português não é idioma oficial das Nações Unidas) e o desconhecimento, no Brasil, das oportunidades oferecidas.

Para corrigir essa situação, o Brasil tem participado, anualmente, do Programa de Jovens Profissionais (YPP, na sigla em inglês), que seleciona profissionais de até 32 anos, oriundos de países subrepresentados, para ocupar cargos de nível inicial no Secretariado.

Outras maneiras que poderiam ser exploradas pelo Brasil para ampliar o número de nacionais brasileiros no Secretariado incluem: i) divulgação, por meio de página eletrônica específica, palestras, congressos e encontros estudantis em universidades, das vagas disponíveis no Secretariado, bem como a disponibilização de guia sobre como candidatar-se às posições ofertadas; ii) facilitação do contato entre candidatos e profissionais brasileiros que atuam no Secretariado, para o compartilhamento de experiências; iii) treinamento para os interessados em candidatar-se a vagas no Secretariado, por meio de parcerias com universidades públicas e privadas; e iv) financiamento de Oficiais Profissionais Juniores (JPOs), que trabalhariam, por dois anos, nas principais áreas de interesse do Brasil.

Candidaturas brasileiras nos principais órgãos da ONU em Nova Iorque

- **Conselho de Segurança (CSNU)**: o Brasil exerce mandato no Conselho de Segurança no biênio 2022-2023. As próximas candidaturas previstas no rodízio do GRULAC são para os biênios 2037-2038 e 2050-2051. Dada a pretensão brasileira de protagonismo em temas de paz e segurança, com vistas ao assento permanente, considera-se demasiada longa a ausência no órgão por mais de uma década;

- **Junta de Auditores das Nações Unidas (BOA), mandato 2024-2030**: Eleições em novembro de 2023. Não há disputa, até o momento. O Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Bruno Dantas, disputa a única vaga, sem distribuição geográfica. A Junta é órgão independente responsável por auditar e elaborar recomendações para aprimoramento de governança e gestão das Nações Unidas. A eleição reveste-se de grande prestígio, de vez que apenas 3 países/auditores-gerais ocupam a função, que franqueia acesso a informações raramente disponíveis sobre o funcionamento da ONU. Embora não haja distribuição geográfica, historicamente, sempre há um membro do WEOG, um membro do GAP e um membro do GRULAC ou do Grupo Africano exercendo mandato no órgão. Países do Grupo Africano estiveram presentes, ininterruptamente, de 1976 a 2018, quando o Chile foi eleito;

- **Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), mandato 2024-2026**: Eleições em novembro de 2023. Brasil, Honduras e Paraguai são candidatos às 2 vagas alocadas ao GRULAC. A PS Juliana Gaspar Ruas é a atual perita brasileira no órgão (mandato 2021-2023), possui vasta experiência em temas afetos ao ACABQ e detém a Vice-Presidência do órgão;

- **Comitê de Contribuições (CoC), mandato 2024-2026**: Eleições em novembro de 2023. Não há disputa, até o momento. O embaixador Henrique Sardinha disputa a única vaga alocada ao GRULAC;

- **Comitê Organizacional da Comissão de Construção da Paz (CO-CCP), mandato 2025-2026**: Eleições em dezembro de 2024. Não há disputa, até o momento. Brasil, Camboja e Colômbia são candidatos às 5 vagas, categoria Assembleia Geral, sem distribuição regional. Nos últimos anos, tem havido disputa nas eleições referentes a assentos da categoria

AGNU no CO-CCP. Desse modo, é possível que o Brasil enfrente disputa nas eleições em apreço;

- **Conselho Econômico e Social (ECOSOC), mandato 2027-2029**: Eleições em junho de 2026. Não há disputa, até o momento. Brasil, Bolívia, Guatemala e Honduras são candidatos às 4 vagas alocadas ao GRULAC.

ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E ORÇAMENTÁRIOS DA ONU

O artigo 17 da Carta das Nações Unidas determina que "a Assembleia Geral considerará e aprovará o orçamento da Organização". A prerrogativa dos estados membros de aprovação e supervisão das decisões orçamentárias das Nações Unidas é desempenhada por meio das negociações na V Comissão da Assembleia Geral, responsável por assuntos administrativos e orçamentários.

A dinâmica negociadora na V Comissão costuma ser marcada por polarização entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. É comum que países desenvolvidos exerçam pressão para que a V Comissão passe a ser integrada apenas pelos maiores contribuintes financeiros, bem como para adotar medidas que diminuam o valor de sua cota às custas do crescimento das cotas dos países em desenvolvimento.

No que se refere à escala de contribuições, em 2018, os EUA defenderam redução em sua parcela, por meio da alteração da metodologia de cálculo da escala de contribuição das operações de manutenção da paz, mediante aumento das parcelas de Brasil, Turquia, Argentina, Cingapura, dentre outros.

Na maioria dos itens da agenda da V Comissão, o Brasil negocia em bloco com o G-77/China, que defende a universalidade da composição da V Comissão e a manutenção da metodologia de cálculo das escalas de contribuições, as quais, no entendimento do grupo, refletem, em geral, adequadamente a capacidade de pagamento dos estados.

A atuação por meio do Grupo tem-se revelado aspecto central de estratégia para evitar aumentos à contribuição nacional. O Grupo insiste, ainda, que qualquer mudança na metodologia vigente deveria contemplar a eliminação do atual teto de contribuições, fixado em 22%, que distorce a escala do orçamento regular e não corresponde à real capacidade de pagamento dos EUA, único beneficiário do teto.

O Brasil tem defendido ativamente o respeito às prerrogativas dos estados membros de aprovação e supervisão das decisões administrativas e orçamentárias da Organização. Assegura-se, assim, nossa participação nas discussões por maiores eficiências nos gastos da Organização, sem descurar a necessidade de garantir adequada alocação de recursos para o desempenho dos mandatos intergovernamentais, em especial para atividades relacionadas à promoção do desenvolvimento.

Além dos temas acima, cabe mencionar, dentre as plataformas do G-77/China no âmbito da V Comissão diretamente relacionadas à promoção do interesse do Brasil na Organização, a defesa de maior presença de nacionais de países em desenvolvimento no quadro de funcionários das Nações Unidas, em particular nos cargos de chefia, bem como o aumento de oportunidades de negócios para vendedores de países em desenvolvimento nos processos licitatórios das Nações Unidas.

Orçamento das Nações Unidas e contribuições brasileiras

O orçamento das Nações Unidas é composto por três peças orçamentárias distintas: o orçamento regular, o orçamento de missões de paz e o orçamento dos tribunais penais internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda e de seu mecanismo residual. A separação deve-se ao fato de que, para um dos três orçamentos, emprega-se metodologia distinta para o cálculo da escala de contribuições devidas pelos estados membros. No orçamento de operações de paz, os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) têm responsabilidades financeiras adicionais, que implicam acréscimo às suas cotas.

Em 2021, o orçamento regular passou a abranger período de um ano, aprovado na sessão principal da V Comissão da Assembleia Geral, que se realiza em dezembro. A execução tem início no mês de janeiro seguinte. O orçamento das missões de paz, por sua vez, costuma ser aprovado em sessão reconvocada da V Comissão, no mês de maio, e já tinha vigência de um ano, com execução que se inicia em junho e termina em julho do ano seguinte. As escalas de contribuição para os três orçamentos, que definem as cotas de cada estado membro, são reavaliadas a cada dois anos, e também costumam ser aprovadas na sessão principal da V Comissão.

Além desses recursos, o Sistema ONU é financiado por recursos extra-orçamentários, que consistem, essencialmente, em contribuições

voluntárias efetuadas por alguns estados membros para o financiamento de atividades específicas indicadas pelos próprios doadores. O volume atual de recursos extra-orçamentários recebidos pelas Nações Unidas equivale a quase quatro vezes a quantia de recursos orçamentários, o que sinaliza preocupante tendência de captura da Organização pelos interesses de países doadores. De acordo com estimativa da Unidade de Inspeção Conjunta (JIU), um grupo de 10 a 15 países tem sido responsável por 80 a 90% de todas as contribuições voluntárias.

O Brasil é, atualmente, o 12º maior país contribuinte da ONU e o 4º maior devedor, atrás apenas de EUA, China e Japão. Ao longo dos últimos anos, o Brasil acumulou grande dívida junto a organismos internacionais. Com frequência, os pagamentos mínimos têm sido realizados às vésperas da data limite para evitar a aplicação de penalidades (perda do voto, no caso da Assembleia Geral da ONU). Tal situação vai de encontro à atuação construtiva do país nas instâncias multilaterais e ao interesse brasileiro em tornar tais organismos mais eficientes e representativos. No caso da dívida brasileira com a ONU – uma das mais expressivas e politicamente onerosas – o saldo devedor totaliza US$ 274.820.853,28, sendo US$ 58.886.810 referentes ao orçamento regular.

O Brasil acumula dívida também junto ao Tribunal Penal Internacional, o que tem gerado graves problemas de liquidez para a corte. O Estado parte cuja dívida exceder a soma das contribuições correspondentes aos dois anos anteriores completos está sujeito à perda do direito de voto na Assembleia dos Estados Parte e na Mesa Diretora, da qual o Brasil faz parte. Está vigente, em razão de saldo devedor de apenas EUR 17.000, a aplicação de penalidades ao Brasil (*arrears*), desde de 1º. janeiro.

Além dos pagamentos imediatos para evitar a aplicação de penalidades ao Brasil, é fundamental que as contribuições brasileiras a organismos internacionais passem a ser feitas regularmente e em dia. Para tanto, devem constar, de maneira mais precisa, na Lei Orçamentária Anual. Atualmente, os valores previstos têm sido muito inferiores ao montante devido. Seria ainda necessário dispor de montante para o pagamento de contribuições voluntárias, alocadas a projetos e temas de interesse do Brasil e que poderiam reforçar a influência brasileira em seu desenvolvimento pelas Nações Unidas.

PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

Revisão da arquitetura de paz e segurança da ONU

Em 2016, processo de revisão da arquitetura de consolidação da paz originou as resoluções 70/262 da AGNU e 2282 (2016) do CSNU, que estabeleceram o conceito de sustentação da paz ("sustaining peace"), reconhecido como um conjunto de atividades destinadas a prevenir o desencadeamento, a escalada, a continuação e a reincidência de conflitos. O conceito orienta abordagem abrangente para a paz que inclui, entre outras medidas, a promoção do desenvolvimento sustentável; a erradicação da pobreza; a reconciliação nacional e o diálogo inclusivo; o acesso à justiça; a promoção da igualdade de gênero; e a mobilização dos diversos órgãos e entidades do Sistema ONU. Além disso, reconheceu-se a necessidade de financiamento previsível e sustentável para atividades de consolidação da paz.

O Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), António Guterres, tem empreendido esforços direcionados à reforma da organização em três vertentes: paz e segurança, administração e desenvolvimento. Conforme a Resolução A/72/525, a reestruturação do pilar de paz e segurança tem como objetivos valorizar a prevenção de conflitos e a sustentação da paz, aprimorar a efetividade e a coerência das operações de manutenção da paz e das missões políticas especiais e alinhar o pilar de paz e segurança aos pilares de desenvolvimento e direitos humanos.

No âmbito da reforma da arquitetura de paz e segurança das Nações Unidas, foram criados, em 2019, o "Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz" (DPPA) e o "Departamento de Operações de Paz" (DPO). O DPPA deriva da fusão do Departamento de Assuntos Políticos (DPA) com o Escritório de Apoio à Consolidação da Paz (PBSO). O DPO, por sua vez, foi fruto da reestruturação do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO).

Consolidação da Paz

A arquitetura de consolidação da paz das Nações Unidas é composta pela Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas (CCP), pelo Escritório de Apoio à Consolidação da Paz ("Peacebuilding Support

Office" – PBSO, atualmente subordinado ao Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz – DPPA) e pelo Fundo de Consolidação da Paz ("Peacebuilding Fund" - PBF). As três entidades foram estabelecidas em 2005, com vistas a fortalecer a atuação das Nações Unidas no apoio a países recém-egressos de conflitos armados. Sua criação atendeu à necessidade de se estabelecer mecanismo capaz de coordenar os esforços internacionais no enfrentamento, após o fim de um conflito, de desafios interdependentes nos campos da segurança e do desenvolvimento. Por meio de ações de consolidação da paz, busca-se oferecer resposta adequada às causas subjacentes dos conflitos (debilidade institucional; pobreza; insegurança jurídica; disputa por terras e recursos naturais; estagnação econômica) e, desse modo, consolidar as bases para a promoção da paz sustentável.

A pedido de países interessados, a CCP estabeleceu "configurações específicas" para acompanhar e angariar apoio internacional à consolidação da paz. Hoje, a CCP mantém configurações específicas para Guiné-Bissau, Libéria e República Centro-Africana. Em 2022, constaram da agenda da CCP reuniões relativas à situação em diversos países (Burundi, Guiné-Bissau, Libéria, Sudão do Sul, Gâmbia, Timor-Leste, RCA, Burkina-Faso e Colômbia) e regiões (Sahel, Grandes Lagos, Bacia do Lago Chade, Ásia Central). Desde 2007, o Brasil exerce a presidência da configuração Guiné-Bissau da CCP, tendo sido o primeiro país em desenvolvimento a exercer semelhante função (atualmente, o Marrocos exerce a presidência da configuração República Centro-Africana).

O Brasil defende a importância da interdependência entre segurança e desenvolvimento para a promoção da paz duradoura. A esse respeito, a CCP desempenha papel fundamental, ao centrar suas ações no desenvolvimento de médio e longo prazo de países recém-egressos de conflitos.

Para o Brasil, as ações de consolidação da paz precisam ser orientadas pelos seguintes princípios: (i) apropriação nacional (*national ownnership)* – atividades devem ser desenhadas de acordo com as prioridades e estratégias nacionais; (ii) fortalecimento das capacidades nacionais; (iii) fortalecimento do papel das mulheres; e (iv) superação da visão sequencial entre manutenção e consolidação da paz, para incluir elementos socioeconômicos desde o início nos mandatos das operações de manutenção da paz – "peacekeepers as early peacebuilders".

Mulheres, Paz e Segurança

A agenda "Mulheres, Paz e Segurança" (MPS) do Conselho de Segurança das Nações Unidas vem-se consolidando ao longo dos últimos 22 anos, desde a adoção, por aquele órgão, da resolução 1325 (2000), primeira específica sobre o tema. Outras dez resoluções foram adotadas desde então, com o objetivo primordial de promover estratégias que permitam a participação plena, significativa e igualitária de mulheres em processos de paz, inclusive operações de manutenção da paz, bem como a proteção da população feminina contra a violência sexual em conflitos armados. Além das resoluções a agenda engloba relatórios anuais do SGNU sobre o tema, em geral divulgados em setembro.

Em 2015, em atendimento a pedido do SGNU, grupo de peritos independentes coordenado pela ONU Mulheres preparou o Estudo Global sobre a Implementação da resolução 1325 (2000), por ocasião das celebrações dos 15 anos da adoção do documento. O Estudo Global representa marco de referência no que tange a avanços e desafios para a realização dos objetivos da agenda de MPS. O estudo destaca, entre outros temas, a importância da prevenção de conflitos como forma eficaz de evitar violência contra as mulheres. Salienta, igualmente, que o aumento da participação de mulheres em negociações de paz tem impacto decisivo na duração de acordos deles derivados.

No contexto do Estudo Global, foi aprovada a resolução 2242 (2015) do CSNU, a qual estipulou meta, para os estados membros, de dobrar o percentual de participação feminina em operações de manutenção da paz (naquele ano, média de 3,7% de militares e 9,5% de policiais) até 2020. Posteriormente, em 2018, o SGNU estipulou a Estratégia de Paridade de Gênero de Pessoal Uniformizado com metas anuais mais ambiciosas, crescentes até 2028, válidas para todos os países contribuintes de militares e policiais.

Uma das recomendações constantes da agenda de MPS é a elaboração de planos nacionais de ação (PNAs) pelos estados membros. Até o momento, mais de 90 países já aprovaram planos nacionais de implementação da agenda. Em decorrência da participação na elaboração do Estudo Global, iniciou-se, em outubro de 2015, processo que levou à elaboração do PNA brasileiro. Para tanto, instituiu-se Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores

e composto por membros do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e da então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O GTI contou, ainda, com o apoio da sociedade civil (Instituto Igarapé) e da ONU Mulheres. O I PNA brasileiro foi lançado em 8 de março de 2017, Dia Internacional da Mulher, com vigência de dois anos.

Em novembro de 2018, teve início processo de revisão do PNA. Por decisão unânime dos ministérios integrantes, a vigência do Plano Nacional de Ação foi estendida por quatro anos, a contar de março de 2019. O anúncio foi feito por ocasião da Conferência Ministerial sobre Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (Nova York, 29/3). A título de avanço, destaca-se, a assunção, pelo MRE, de compromissos e metas voluntários de incorporação da agenda MPS em suas áreas de competência.

O Brasil apoia os esforços da ONU no adensamento da implementação da agenda de MPS, razão pela qual incluiu o tema entre as sete prioridades do atual mandato no CSNU. No primeiro mês do mandato, em janeiro de 2022, o Brasil decidiu assinar a Declaração de Compromissos Compartilhados sobre Mulheres, Paz e Segurança, lançada por Irlanda, México e Quênia em 2021. Os países que aderem se comprometem a realizar, durante suas presidências rotativas, eventos de alto nível sobre a agenda e a convidar mulheres palestrantes (*briefers*) em diferentes situações examinadas pelo CSNU. Além do Brasil e dos proponentes, a declaração foi subscrita, até o momento, por outros quatro membros eletivos (Albânia, Emirados Árabes Unidos, Equador e Noruega) e um permanente – o Reino Unido, *penholder* do item relativo a mulheres, paz e segurança.

Mudança do Clima e Conflito

O Brasil defende manutenção da discussão sobre mudança do clima nos foros adequados, particularmente nas conferências das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), cujos mandato e composição são mais apropriados e inclusivos. A tentativa de "securitizar" a agenda climática no Conselho de Segurança das Nações Unidas é percebida como usurpação (*encroachment*) de matéria de responsabilidade de outros foros multilaterais.

As ferramentas mais adequadas para lidar com a mudança do clima e seus potenciais impactos encontram-se ao abrigo do regime do Clima, sobretudo da UNFCCC e do Acordo de Paris. As soluções na área de mudança do clima estão em ações de adaptação, mitigação e em outros mecanismos de redução do risco de desastres (o que exige recursos importantes de financiamento).

De acordo com o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) de 2022, a mudança do clima contribui para crises humanitárias quando seus efeitos adversos interagem com situações de "alta vulnerabilidade". As mais graves crises humanitárias contemporâneas continuam a resultar de fatores primordialmente políticos, como os conflitos armados. Ainda com base no mesmo relatório, fatores não-climáticos são as principais causas de conflitos violentos; e, segundo sua avaliação, a associação estatística entre eventos climáticos e conflitos, quando existente, é fraca.

No sentido inverso, conflitos armados podem causar degradação ambiental, poluição e redução da fauna. Segundo o Comitê Internacional de Cruz Vermelha (CICV), embora o Direito Internacional Humanitário proíba o uso do meio ambiente como arma de guerra, ataques militares causam danos direta ou indiretamente a ecossistemas. Adicionalmente, fluxos maciços e desordenados de pessoas também podem causar danos ao meio ambiente. Agências da ONU alertaram, por exemplo, que o êxodo forçado da população rohingya de Myanmar para Bangladesh, a partir de agosto de 2017, teria causado degradação ambiental, poluição e extração insustentável de recursos naturais na região.

No âmbito do CSNU, o Brasil sustenta não haver comprovação científica do nexo causal direto entre mudança do clima e conflitos armados; reconhece que efeitos da mudança do clima podem agravar conflitos armados, bem como gerar ou agravar crises humanitárias; advoga o respeito ao Direito Internacional Humanitário, que proíbe métodos de guerra que causem danos ambientais capazes de prejudicar a saúde ou sobrevivência da população civil, assim como ataques ao meio ambiente como forma de represália. Também enfatiza que o CSNU não dispõe de instrumentos adequados para combater a mudança do clima, nem tampouco de recursos, nos orçamentos de missões de paz, para esse fim. No CSNU, europeus e africanos têm insistido que a questão seja refletida nos mandatos das operações de paz. A Índia tem posição similar à brasileira, mas seu

mandato no CSNU terminou em dezembro, tendo ingressado o Japão em seu lugar.

Em 2023, o tema deverá permanecer como prioridade para os países africanos, inclusive Moçambique, cujo mandato teve início em janeiro, bem como para Malta e Suíça. Esses países avaliam que a discussão da mudança do clima no CSNU pode aumentar a visibilidade do tema e gerar novas fontes de financiamento para adaptação e mitigação.

Segurança Alimentar e Conflitos

Atualmente o Brasil é co-relator, em conjunto com a Suíça, de segurança alimentar e conflitos no Conselho de Segurança. Sua ampla experiência na promoção de segurança alimentar e nutrição nacional e internacionalmente credencia o Brasil a ser um dos líderes nessa área.

Em maio de 2018, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por consenso a Resolução 2417/2018, normativa que embasa o tratamento do tema de segurança alimentar e conflitos. A Resolução enquadra a questão da segurança alimentar como um subitem da agenda de proteção de civis e estabelece relação de causalidade entre a existência de um conflito e a deterioração da segurança alimentar local.

O mundo enfrenta um cenário desafiador de crescente insegurança alimentar, especialmente em países afetados por conflitos. Conflitos armados são hoje os maiores causadores da fome no mundo. A atual dinâmica do Conselho de Segurança, inclusive com os desafios impostos pelo conflito na Ucrânia, não tem permitido a aprovação consensual de novas normativas sobre o tema. Todas as demais atividades relacionadas ao tema dependem da iniciativa e da criatividade dos pontos focais do CSNU, bem como da aceitação dos demais membros.

Operações de Manutenção da Paz

O Brasil é contribuinte tradicional de tropas e de policiais para operações de manutenção da paz da ONU. O país já participou de cerca de 50 dessas missões e contribuiu com um total de mais de 55 mil militares e policiais. A participação histórica brasileira é marcada pelos treze anos na MINUSTAH (Haiti), da qual o Brasil foi maior contribuinte de tropas e deteve, de forma ininterrupta, o comando militar da missão, e pelo

comando, da Força-Tarefa Marítima da Missão das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) entre 2011 e 2021.

Atualmente, o país ocupa o 65º lugar na lista dos países contribuintes de tropas, com 79 militares e policiais em missões individuais em sete das 12 operações de manutenção da paz das Nações Unidas: MINURSO (Saara Ocidental); MINUSCA (República Centro-Africana); MONUSCO (República Democrática do Congo); UNFICYP (Chipre); UNIFIL (Líbano); UNISFA (território disputado de Abyei); e UNMISS (Sudão do Sul). Participa, ademais, com dois policiais na missão política especial da ONU na Somália (UNSOM).

A participação mais significativa ocorre na Missão da ONU para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). O Brasil mantém, desde junho de 2019, equipe móvel de treinamento especializada em operações na selva, que já capacitou mais de 2.100 tropas, entre integrantes da Brigada de Intervenção da MONUSCO e das forças armadas congolesas.

Além disso, sucessivos generais brasileiros atuam como *Force Commanders* da MONUSCO desde 2018. O cargo é ocupado, até 28/2, pelo general Marcos de Sá Affonso da Costa. Em janeiro, o Departamento de Operações de Paz da ONU (DPO) informou que o general Otávio Rodrigues de Miranda Filho foi selecionado para suceder ao general Affonso da Costa a partir de março.

O Brasil também consolidou-se, nos últimos anos, como importante prestador de conhecimento e capacitação em manutenção da paz. O país oferece cursos em seus dois centros nacionais de formação em manutenção da paz - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COpPazNav), envia instrutores para cursos da ONU no âmbito do Programa de Parceria Triangular, contribui para a redação e revisão de manuais, políticas e materiais de treinamento da organização e sediou, em 2019, dois cursos da ONU.

A manutenção eficiente da paz é uma das prioridades do mandato brasileiro no CSNU (2022-23). O Brasil tem promovido a observância permanente aos princípios básicos das operações de manutenção da paz da ONU: o consentimento das partes; a imparcialidade; e o não uso da força, exceto em autodefesa e na defesa do mandato, como último recurso.

O Brasil tem defendido, igualmente, a melhoria do desempenho das operações de manutenção da paz por meio de treinamento pré-desdobramento e na missão. Além disso, a segurança dos *peacekeepers* continua a ser tema prioritário, por meio do aperfeiçoamento de capacidades militares táticas e operacionais no terreno, o uso de novas tecnologias, o respeito aos princípios básicos das operações de manutenção da paz e a criação das condições necessárias para a solução política dos conflitos.

Durante a presidência brasileira do Conselho, em julho de 2022, o Brasil organizou debate aberto de alto nível do CSNU sobre a comunicação estratégica em operações de manutenção da paz, a primeira reunião do órgão dedicada ao tema. O debate teve como objetivo discutir o fortalecimento a comunicação estratégica nas operações de paz (uma das sete prioridades da estratégia do Secretariado) para promover melhor entendimento das populações locais sobre o papel da ONU nos conflitos, inclusive com vistas a aprimorar a proteção de civis e dos *peacekeepers*. Na ocasião, foi adotada, por iniciativa brasileira, declaração presidencial do CSNU sobre a comunicação estratégica em operações de manutenção da paz.

O Brasil não conta, no momento, com contingentes militares desdobrados em operações de manutenção de paz da ONU. Tal quadro se mantém desde o encerramento do mandato da MINUSTAH, em 2017, e do término do comando brasileiro da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, em dezembro de 2020.

Ao longo de 2021 e 2022, diversas autoridades do Exército Brasileiro e do Ministério da Defesa (MD) manifestaram interesse em retomar a participação de unidades militares em missões de paz. O assunto deve ser objeto de análise coordenada entre o MD e o MRE.

Para além do envio de tropas, o Brasil busca promover a presença de brasileiros em postos de comando e posições-chave tanto no Departamento de Operações de Paz da ONU (DPO) quanto nas operações, bem como ampliar o número de observadores militares brasileiros.

É de interesse do Brasil manter a capacidade de oferecer cursos e equipes móveis de treinamento para países parceiros. Com essas iniciativas, o Brasil posiciona-se como importante multiplicador de capacidades em operações de manutenção da paz. Para esse propósito, é necessário retomar

e concluir as tratativas com as Nações Unidas sobre a questão dos acordos de sede para realizar cursos no Brasil sob os auspícios da organização.

Ucrânia

Desde o início do conflito, em fevereiro de 2022, as principais discussões multilaterais ocorrem no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral. O Brasil tem defendido o direito internacional e rejeitado a violação à integridade territorial da Ucrânia, mas tem também criticado as sanções unilaterais impostas à Rússia, que não contribuem para uma solução, e a falta de empenho das partes em negociar um cessar-fogo e a paz. O Brasil também tem defendido o respeito ao direito humanitário e as medidas que favoreçam a segurança alimentar (escoamento de grãos e fertilizantes) para o resto do mundo, e tem criticado firmemente o uso ou ameaça de uso de armas nucleares.

Dias após o início da operação militar, em 27/2/22, a Rússia vetou projeto de resolução apresentado pelos Estados Unidos no CSNU, que condenava, em duros termos, as ações russas na Ucrânia; caracterizava-as como violação da paz e segurança internacionais; e exigia sua retirada imediata do território ucraniano. O Brasil votou a favor do projeto. Abstiveram-se Índia, China e Emirados Árabes Unidos.

Diante da inviabilidade de acordo no Conselho, o tema tem sido tratado também na AGNU. Ainda em fevereiro, por meio do mecanismo "Uniting for Peace" (UfP), foi aberta a 11ª Sessão Especial de Emergência da AGNU, com o apoio do Brasil. Nesse âmbito foram adotadas, em 2022, quatro resoluções: em 2/3, resolução intitulada "Agressão contra a Ucrânia"; em 24/3, "Consequências humanitárias da agressão contra a Ucrânia"; em 12/10, resolução que condena os referendos em território ucraniano, chamada "Integridade territorial da Ucrânia: defendendo os princípios da Carta da ONU"; e em 14/11, a resolução "Apoio à solução e à reparação diante da agressão contra a Ucrânia". O Brasil votou a favor das três primeiras e absteve-se na votação da mais recente resolução da AGNU, que recomenda a criação, fora do escopo da ONU, de mecanismo de registro de danos para reparações à Ucrânia.

O Conselho de Segurança, por sua vez, não logrou adotar resolução sobre o conflito na Ucrânia. Além da mencionada resolução vetada pela Rússia logo no início das hostilidades, em 23/3, o CSNU rejeitou projeto

de resolução apresentado pela Rússia sobre a situação humanitária na Ucrânia. O texto recebeu 2 votos favoráveis (Rússia, China) e 13 abstenções, incluindo o Brasil. A posição brasileira, favorável a uma resolução humanitária, rejeitava, entretanto, a falta de referência ao encerramento das hostilidades e aos princípios da proporcionalidade, necessidade e humanidade. O Brasil também criticou a falta de menção à necessidade de tomar todas as precauções necessárias para evitar danos à população civil.

Em 30/9, foi votado projeto de resolução do CSNU proposto por Estados Unidos e Albânia em reação aos referendos sobre a incorporação ao território russo das regiões ucranianas de Donetsk, Luhansk, Kherson e Zaporizhzhia. Dez membros votaram a favor e quatro (Brasil, China, Gabão e Índia) abstiveram-se. O Brasil condenou a realização dos referendos, mas criticou o procedimento atabalhoado no CSNU, que impediu debate franco sobre criação de solução duradoura e defendeu a importância da busca por novos cursos de ação. A Rússia vetou o projeto.

Em 2/11, o CSNU votou o projeto de resolução sobre o acionamento do artigo VI da Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas (CPAB), apresentado pela Rússia. Apenas China e Rússia votaram a favor do texto. Estados Unidos, Reino Unido e França votaram contra. Todos os membros eleitos do CSNU abstiveram-se. O projeto tinha por objetivo criar comissão para investigar alegada existência de laboratórios de armas biológicas no país.

O CSNU tem frequentemente realizado debates abertos e "briefings" sobre diferentes aspectos do conflito, mediante a solicitação tanto do bloco ocidental, quanto da Rússia. Entre os principais temas já analisados estão: ataques à população civil; violações do direito internacional humanitário; existência de laboratórios biológicos; segurança de usinas de energia nuclear (Zaporizhzhia); Acordos de Istambul ("Black Grain Initiative"); e venda de armas a partes do conflito.

O Conselho encontra-se polarizado, com pouca margem para diálogo e construção consensos que resultem em soluções duradouras, o que tem sido frequentemente criticado pelo Brasil e por outros membros não permanentes. Questões procedimentais também têm sido objeto de críticas por parte do Brasil, particularmente no que se refere ao pouco tempo oferecido para discussões mais aprofundadas sobre as iniciativas propostas.

O Brasil tem buscado manter postura equilibrada e independente, analisando cada iniciativa individualmente. Em suas explicações de voto, defende o diálogo e a busca pela solução pacífica de controvérsias, e tem reiterado a importância da preservação da capacidade de diálogo entre as partes e da negociação de um cessar-fogo, seguido de negociações de paz. O Brasil posiciona-se em favor da soberania e da integridade territorial de todos os países e da observância do direito internacional e do direito internacional humanitário. Defende, ainda, que sejam levadas em consideração os interesses de segurança de todos os envolvidos, mas não considera que as circunstâncias tenham justificado o uso da força pela Rússia. Condena as sanções unilaterais adotadas por vários países contra a Rússia à revelia do direito internacional, mas também condena veementemente as ameaças russas de uso de armas nucleares, bem como a insegurança alimentar causada pelo conflito.

Os Acordos de Istambul são apoiados pelo Brasil por auxiliarem na redução da insegurança alimentar mundial e por ser mecanismo de diálogo que fomente a solução pacífica do conflito. A Rússia suspendeu sua participação entre 29/10 e 02/11 em decorrência de ataque à sua Marinha no porto de Sevastopol. O Acordo tinha previsão de vigência o dia 19/11 e foi renovado por mais 120 dias.

Haiti

Em maio de 2019, o CSNU adotou a Resolução 2476 (2019), que estabeleceu o Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (BINUH, na sigla em francês). Tratou-se de missão política especial que passou a funcionar em outubro daquele ano – um dia após a conclusão da Missão de Apoio das Nações Unidas à Justiça no Haiti (MINUJUSTH). A Resolução 2466 (2019) instruiu a BINUH a exercer "papel consultivo no nível político" e a desempenhar "bons ofícios", visando especialmente à promoção da "estabilidade política e da boa governança", "inclusive no apoio a um diálogo nacional inter-haitiano".

O funcionamento do BINUH no Haiti configura o encerramento de um longo ciclo de engajamento das Nações Unidas no país sob a égide do Capítulo VII da Carta. A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) funcionou entre 2004 e 2017, com mandato outorgado pela Resolução 1542 (2004), para usar a força armada em favor da

manutenção de paz e do estabelecimento de “ambiente seguro e estável”. O Brasil foi seu maior contribuinte militar (cerca de 37,5 mil militares) e manteve seu comando militar por 13 anos ininterruptos. Tropas brasileiras cumpriram papel fundamental na pacificação das comunidades mais violentas de Porto-Príncipe, na segurança de três ciclos eleitorais, na formação da Polícia Nacional Haitiana e na assistência humanitária após o terremoto de 2010 e o furacão Matthew, em 2016. Por sua vez, a MINUJUSTH teve início em outubro de 2017, com os objetivos principais de fortalecer a Polícia Nacional do Haiti e promover a reforma do setor de justiça no país, com ênfase no respeito aos direitos humanos.

Desde então e sobretudo na esteira do assassinato do Presidente Jovenel Moïse, em julho de 2021, o Haiti vem passando por degradação significativa do ambiente político, institucional, social e securitário, com conflitos entre gangues nas principais regiões e rotas do país, além de sequestros, barricadas e bloqueios que impedem a livre circulação de pessoas e mercadorias. O fim de subsídios aos preços dos combustíveis, anunciado em setembro para conter o déficit fiscal, foi o estopim para protestos populares em massa, com greves gerais, saques em armazéns (inclusive de instalações de Agências da ONU) e violência, agravando a crise de abastecimento e impedindo o funcionamento de serviços básicos. Ademais, casos de cólera tem avançado no país, após três anos sem registro da enfermidade.

Em outubro passado, foi adotada, por consenso, a resolução 2653 (2022) que institui regime de sanções contra o Haiti (proibição de viagens internacionais, congelamento de ativos e embargo de venda de armas, munições e outros equipamentos para indivíduos e entidades envolvidos em atividades criminais ou em violações de direitos humanos). Na ocasião, o representante do Haiti afirmou que as novas medidas restritivas contribuirão para diminuir a violência. A ação do CSNU demonstraria que a comunidade internacional deseja desempenhar seu papel e sinaliza ao povo haitiano que o país não está sozinho.

Ainda em outubro, o PM Ariel Henry encaminhou carta ao SGNU, em que apela à “solidariedade dos países amigos do Haiti para enviar, sem demora, força armada especializada internacional”. Paralelamente, o SGNU apresentou aos Estados membros proposta de envio de força especial de deslocamento rápido para auxiliar o Haiti a conter a violência no país.

Não há, entretanto, definição sobre o mandato e a composição de qualquer das duas iniciativas. Nenhum país parece disposto, até o momento, a assumir a liderança no envio de força policial ou militar multinacional, nem a arcar com os custos financeiros e políticos da empreitada. Não se cogita, tampouco, missão de paz organizada pela ONU, inclusive porque não estão dados os elementos que justificariam seu emprego, como a existência de um processo político de paz a ser apoiado ou um cessar-fogo a ser monitorado. O principal desafio é auxiliar o governo haitiano no combate a grupos criminosos.

Colômbia

O CSNU monitora, a pedido da própria Colômbia, a implementação do "Acordo Final para o Término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura", por meio da Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia.

A atuação brasileira no CSNU norteia-se pelos seguintes princípios: (i) rechaçar a continuada violência contra ex-combatentes e líderes e ativistas sociais; (ii) prestar apoio a projetos de integração na áreas territoriais (especialmente rurais), que facilitem a reintegração de ex-combatentes e contribuam para a geração de emprego e renda em regiões historicamente desfavorecidas; (iii) apoiar o fortalecimento da participação de minorias nos processos decisórios e nos esforços de construção da paz, como preconiza o Acordo Final; (iv) manter a atenção do CSNU na atuação transfronteiriça de grupos irregulares que possam comprometer a paz na região; e (v) acompanhar a retomada da mesa de diálogo com o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Apesar dos avanços, permanecem desafios na implementação do acordo, principalmente nas áreas de segurança aos ex-combatentes; mecanismos de prevenção, proteção e segurança previstos no Acordo; desenvolvimento rural e melhores oportunidades econômicas às vítimas; consolidação da presença integral do Estado nas zonas afetadas pelo conflito; e fortalecimento do diálogo construtivo entre as partes.

As eleições presidenciais e legislativas realizadas em 2022 na Colômbia representaram passo importante na consolidação democrática do país, tendo transcorrido, em geral, de forma pacífica e transparente, com participação histórica em número de eleitores. O presidente colombiano,

Gustavo Petro, reiterou seu compromisso com a implementação do Acordo Final e com medidas para aumentar a proteção a líderes sociais e comunidades em situação de vulnerabilidade.

Cabe destacar que a Colômbia sobressai como experiência modelar de inclusão de mulheres em processos de paz. O Brasil valoriza o exemplo colombiano como aplicação concreta da "Agenda de Mulheres, Paz e Segurança".

Em 27/10/22, foi adotada resolução do CSNU que renova o mandato da Missão de Verificação da Colômbia, até outubro de 2023. O Brasil vem negociando a correlatoria, com o Reino Unido e em consultas com o governo colombiano, do item relativo à Colômbia no CSNU em 2023, em substituição ao México.

No corrente mês de fevereiro, o governo brasileiro aceitou convite da Colômbia para retomar a participação, como país garante, na Mesa de Diálogos de Paz entre o Governo da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional – ELN. A retomada das negociações, uma das prioridades da política de "paz total" do presidente Gustavo Petro, foi formalizada em novembro de 2022, quando as partes instalaram mesa de diálogo para dar reinício à negociação de acordo de paz. Em 25/11/22, as partes confirmaram Cuba, Venezuela e Noruega como países garantes e convidaram Brasil, Chile e México a também exercerem essa função. O Brasil já havia exercido o papel de país garante do diálogo com o ELN até a interrupção das negociações, em 2019.

Conflito Israelo-Palestino

A disputa entre Israel e Palestina confunde-se com a própria história das Nações Unidas. Desde 1948, o Conselho de Segurança atua na questão israelo-palestina. Dentre as resoluções aprovadas pelo órgão, destacam-se a 242 (1967), que determinou – com voto a favor do Brasil, no exercício de mandato eletivo no CSNU – a "retirada das forças armadas de Israel de territórios ocupados no recente conflito", em referência à Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental) e à Faixa de Gaza; a 478 (1980), que declarou a ilegalidade da anexação de Jerusalém Oriental ao território israelense e solicitou aos estados que retirassem suas embaixadas daquela cidade; e a 2334 (2016), que reiterou os termos das resoluções anteriores, criou mecanismo de monitoramento dos assentamentos israelenses e

exortou os estados a estabelecerem distinção entre o território de Israel e as áreas conquistadas após 1967 (incluindo Jerusalém Oriental).

O CSNU promove ao menos um debate mensal sobre a questão israelo-palestina, ocasião em que o Coordenador Especial da ONU para o Processo de Paz no Oriente Médio - cargo atualmente exercido por Tor Wennesland (Noruega) - atualiza os membros do órgão sobre eventos relevantes. O Conselho organiza, ademais, reuniões extraordinárias, quando há episódios de escalada da violência ou desdobramentos importantes no processo de paz.

O Brasil pauta-se por sua posição tradicional de respeito ao Direito Internacional e apoio à solução de dois estados plenamente viáveis, coexistindo lado a lado em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. Durante seu atual mandato no CSNU, o país: i) enfatiza apoio à retomada de negociações diretas com vistas ao estabelecimento de dois estados; ii) condena ataques indiscriminados contra civis e violações de direito internacional humanitário; iii) defende a manutenção do status quo histórico dos locais sagrados de Jerusalém; iv) condena ações que prejudiquem a solução negociada do conflito, inclusive a expansão de assentamentos ilegais; e v) destaca as ações brasileiras de apoio aos refugiados palestinos e à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Médio (UNRWA).

Recentemente, por meio de nota à imprensa, o governo brasileiro manifestou grande preocupação com a incursão do ministro da Segurança Nacional israelense na Esplanada das Mesquitas (03/01); lamentou a morte de nove cidadãos palestinos pelas Forças de Segurança de Israel, durante incursão em campo de refugiados em Jenin (26/1); e manifestou pesar pelas vítimas de atentado terrorista perpetrado próximo a sinagoga em Jerusalém (27/1).

A escalada de tensões na região e o elevado número de vítimas civis palestinas na Cisjordânia têm mobilizado a atenção do CSNU. O Brasil participou das sessões extraordinárias do CSNU convocadas para discutir os desdobramentos na Esplanada das Mesquitas (05/01) e a recente escalada de violência na Cisjordânia ocasionada por operação militar israelense em Jenin (27/1). O Brasil manifestou séria preocupação com o agravamento das tensões e o aumento no número de vítimas fatais, apoiou

os esforços de mediação para conter a escalada da crise e defendeu ações para romper o ciclo de violência.

O conflito é também examinado pela Assembleia Geral. O Brasil tradicionalmente posicionava-se favoravelmente a todas as resoluções apresentadas sobre Oriente Médio no âmbito da AGNU (Plenário e II, III e IV Comissões). Entre 2019 e 2022, a partir do alinhamento com Israel e com os Estados Unidos, o Brasil abandonou sua posição tradicional e passou a subordinar-se às solicitações desses aliados. As mudanças de posicionamento do Brasil foram amplamente notadas, na medida em que se distanciam da posição histórica do país e, por vezes, do Direito Internacional.

Em particular, os votos contrários (2019 e 2020) e abstenções (2021 e 2022) em relação à resolução "O Golã Sírio" foram objeto de reiterados e categóricos protestos em Brasília, Damasco e em postos multilaterais, tendo sido considerado um "grave incidente nas relações bilaterais e total desrespeito em questão fundamental para a Síria". Em 2022, constatou-se que, segundo diplomatas israelenses, o Brasil havia-se tornado "um dos países mais favoráveis a Israel".

Espera-se que, em 2023, haja retorno do Brasil às posições tradicionais em relação a todos os textos apresentados perante a AGNU. A fim de marcar esse importante momento, sugere-se que os votos brasileiros na 78ª AGNU sejam acompanhados de explicação de voto que reitere o papel do Direito Internacional como principal baliza das posições brasileiras na ONU e em outros fóruns multilaterais.

Síria

O CSNU dedica grande atenção à situação na Síria, com a realização de, pelo menos, duas reuniões mensais (dossiês químico e político-humanitário). As negociações de paz sobre o conflito na Síria têm-se concentrado nas atividades do Comitê Constitucional, formado em 2019, com mandato de preparar nova constituição para o país, sob os auspícios da ONU e do Enviado Especial do SGNU, Geir Pedersen (Noruega). O processo não tem avançado, e o Comitê não logrou definir cronograma de reuniões ou pontos mínimos de consenso para a nova carta constitucional.

As cisões em torno do conflito sírio no CSNU têm-se revelado acentuadas na consideração de temas humanitários, sobretudo com relação

ao mecanismo de assistência transfronteiriça (*cross-border*). Criado pela resolução 2165 (2014) do CSNU, o mecanismo autorizava o fornecimento de assistência humanitária à Síria por agências das Nações Unidas através de quatro pontos de fronteira, que, à época, não eram controlados pelo governo.

Atualmente, apenas um ponto fronteiriço com a Turquia está autorizado para operações. Segundo relatórios bimestrais do SGNU sobre o tema, o fornecimento de assistência humanitária nessa modalidade tem sido fundamental para a vida de milhões de pessoas, em particular no noroeste sírio. A renovação do mecanismo em julho de 2022, durante a presidência brasileira do CSNU, foi novamente contenciosa, e o Conselho autorizou a renovação do mecanismo por seis meses, ao invés de um ano.

Em 1º de janeiro de 2023**,** Brasil e Suíça assumiram a correlatoria (*co-penholdership*) do dossiê humanitário sírio no CSNU, em substituição a Irlanda e Noruega. O Brasil empenhou-se nas negociações que resultaram na renovação do mecanismo de prestação de ajuda humanitária transfronteiriça prorrogado até 10/7 pela resolução 2672 (2023), aprovada unanimemente pelo CSNU em 9/1.

O apoio do Brasil embasa-se no entendimento, compartilhado pela maioria dos membros do CSNU e por agências humanitárias, de que a manutenção do mecanismo é essencial para a prestação da assistência humanitária a milhões de sírios residentes em áreas fora do controle governamental no noroeste do país. No desempenho de sua função de correlator, o Brasil pauta-se por posição de equilíbrio, que contribua para a conformação de ambiente negociador construtivo.

O Brasil mantém firme compromisso com o processo político liderado pelos sírios e notabiliza-se pela atuação contínua da Embaixada do Brasil em Damasco, que se manteve aberta mesmo durante as fases mais agudas do conflito. As credenciais do Brasil para a função reforçam-se com a política nacional de acolhimento a refugiados sírios, os laços históricos que unem os dois países - inclusive a presença expressiva de sírios e seus descendentes no Brasil (em torno de 2,5 milhões), e a cooperação humanitária prestada em doações financeiras, de alimentos e medicamentos, estimada em US$ 6 milhões, desde 2011.

Iêmen

O envolvimento do CSNU na situação do Iêmen intensificou-se com a resolução 2216 (2015), que reconheceu nominalmente Abdrabbuh Mansur Hadi como presidente do país e ampliou o regime de sanções para incluir embargo de armas contra os houthis e seus aliados. O embargo determinado pelo CSNU é utilizado pelo governo sediado em Áden e pela Coalizão liderada pela Arábia Saudita para justificar as severas restrições impostas aos portos controlados pelos houthis.

O governo iemenita advoga que qualquer resolução do conflito deve ter por base a resolução 2216. Dada a potência militar houthi e a debilidade institucional e militar do governo, a insistência na resolução 2216 – cujas demandas equivalem à rendição incondicional dos rebeldes – mostra-se pouco realista e pouco conducente ao diálogo. Os houthis, por sua vez, têm demandado o levantamento das restrições aos portos e aeroportos como pré-condição para negociações. O Enviado Especial do Secretário-Geral, Hans Grundberg (Suécia), tem assinalado como as pré-condições estabelecidas pelas partes são mutuamente excludentes.

Desde 2016, os houthis vêm empreendendo ataques missilísticos e de drones contra o território saudita. Os ataques vêm aumentando em frequência e precisão na medida em que os houthis passam a exibir armamentos cada vez mais modernos, muitos dos quais ostensivamente adquiridos do Irã, em violação ao embargo de armas imposto pelo CSNU.

O dossiê iemenita ganhou implicações políticas internas, em vista do estreitamento, nos últimos quatro anos, das relações do Brasil com Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (membro do CSNU no biênio 2022-2023), que consideram os houthis organização terrorista. No início de 2022, houve uma sucessão de lançamentos de mísseis pela milícia contra os EAU, que mobilizaram o órgão para emissão de declaração à imprensa, qualificando o ato como terrorista. Em 28/2/22, o Conselho adotou a resolução 2624 (2022), em que os houthis são descritos como "grupo terrorista". A designação de qualquer organização como terrorista torna mais difícil a prestação de auxílio humanitário, e inviabiliza o comércio. Com base nesse argumento, Brasil, México, Noruega e Irlanda abstiveram-se na votação da resolução. Os demais membros do Conselho votaram a favor. A abstenção brasileira desagradou os emiráticos.

A situação no Iêmen constitui a maior crise humanitária em curso no mundo. Estima-se que mais de 20 milhões de pessoas (68% da população) dependem de ajuda humanitária, e a escassez de alimentos é particularmente aguda. Todas as partes envolvidas são acusadas de violações sistemáticas de direito internacional humanitário. Representantes do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) afirmam que todas as partes têm dificultado o acesso humanitário, mas os obstáculos impostos pelos houthis seriam especialmente graves.

Em outubro passado, encerrou-se o prazo da trégua em vigor entre os houthis e o governo iemenita, sem que se chegasse a acordo para sua prorrogação. Tal desdobramento é visto com preocupação, ante o risco iminente de retomada das hostilidades. Em 21/10/22, registrou-se ataque dos houthis ao terminal petrolífero iemenita em Al-Dubba, o mais grave desde a suspensão da trégua, o qual foi objeto de condenação pelo CSNU, com apoio do Brasil.

O CSNU mantém mensalmente briefing sobre a situação política e humanitária no Iêmen. Em outubro último, o enviado especial Grundberg destacou medidas de construção de confiança em curso (troca de visitas de prisioneiros de guerra) e afirmou que deverá propor às partes beligerantes nova versão do acordo de trégua.

República Popular Democrática da Coreia – RPDC

Em outubro de 2006, a Coreia do Norte realizou seu primeiro teste nuclear, na localidade de Punggye-ri. Atuando sob o Capítulo VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a resolução 1718 (2006), que serve de base para o regime de sanções estabelecido em torno dos programas norte-coreanos de mísseis balísticos, armas nucleares e outras armas de destruição em massa (ADM).

Entre suas principais medidas, a resolução 1718 demanda a cessação imediata de testes nucleares e lançamentos de mísseis balísticos pela RPDC; determina o retorno imediato do país ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares; e estabelece o abandono imediato de todas as atividades norte-coreanas relacionadas aos seus programas de mísseis balísticos, armas nucleares e outras ADM, de forma completa, verificável e irreversível. Criou-se o Comitê 1718, que é, até hoje, o órgão

do CSNU responsável por monitorar e promover a implementação da resolução.

Após a adoção da resolução 1718, o regime de sanções à Coreia do Norte foi sendo gradualmente fortalecido, em resposta aos sucessivos testes nucleares e lançamentos de mísseis balísticos do país. Destacam-se, nesse sentido, as resoluções 1874 (2009), 2087 (2013), 2094 (2013), 2270 (2016), 2321 (2016), 2371 (2017), 2375 (2017) e 2397 (2017). Desde 2017, o CSNU não mais adotou resoluções substantivas sobre o regime de sanções imposto à Coreia do Norte. Em mais de uma oportunidade, Rússia e China propuseram o alívio das sanções, o que não encontrou respaldo entre os demais membros do Conselho.

Em 2022, a RPDC conduziu quase 60 lançamentos de mísseis balísticos, em violação da Resolução 1718 do CSNU, que determina que a RPDC deve cessar todas as atividades relacionadas a seu programa de mísseis balísticos. Foram, inclusive, lançados mísseis balísticos intercontinentais, que registraram falhas - os primeiros do tipo desde 2017. Tais lançamentos interrompem a moratória anunciada por Kim Jong-Um em 2018.

Desde outubro passado, a RPDC tem intensificado o lançamento de mísseis, alegando resposta a exercícios militares realizados pela Coreia do Sul e pelos Estados Unidos na região. Míssil lançado no início de outubro sobrevoou o Japão e mísseis lançados no início de novembro aterrissaram perto do Japão e perto da Coreia do Sul, violando a "buffer zone" estabelecida pelo Acordo Militar Abrangente de 2018.

No CSNU, o tema tem enfrentado forte polarização entre, de um lado, os P3 (Estados Unidos, França e Reino Unido) e os membros europeus não permanentes, que insistem no recrudescimento das sanções para forçar a retomada das negociações, e, de outro, China e Rússia, que defendem a busca de soluções alternativas, argumentando que a estratégia em curso já se teria provado ineficaz. Os dois países sustentam que os testes da RPDC não ocorreriam "em um vácuo", de modo que seriam respostas a "ações hostis" externas, que incluiriam exercícios militares Estados Unidos/Coreia do Sul, novas iniciativas americanas, como a cooperação AUKUS.

O Brasil é vocal nas condenações aos testes norte-coreanos e aderiu, em mais de uma ocasião a "media stakeouts" propostos pelos EUA ao fim de reuniões. Em novembro de 2022, a delegação brasileira, ademais, aderiu

a proposta de *media stakeout* elaborada pelo conjunto de 10 membros não-permanentes do CSNU (E-10). Aprovou-se texto sucinto, organizado em torno de cinco pontos: i) condenação dos testes balísticos; ii) preocupação com o risco às populações civis; iii) necessidade de cumprimento das resoluções do CSNU; iv) importância da diplomacia para avanço no dossiê; e v) apelo por união no CSNU.

O Brasil defende a estrita observância dos regimes internacionais de desarmamento e não proliferação de armas de destruição em massa e condena de forma inequívoca os testes norte-coreanos e as violações às resoluções do CSNU. Ressalta-se que o Brasil não se vincula a iniciativas que busquem intensificar as sanções econômicas, dado seu impacto deletério na população civil norte-coreana.

O Brasil deverá continuar a buscar alternativas à polarização do CSNU, em especial por meio da articulação do E-10. O país mantém relações diplomáticas com a RPDC, o que poderia facilitar o diálogo político. O Brasil defende o papel do Comitê de Peritos na verificação de violações do regime de sanções pela RPDC.

Guiné-Bissau – Configuração específica da CCP

A Configuração Guiné-Bissau da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) foi criada em 2007 e é presidida, desde então, pelo Brasil. Alguns dos projetos de cooperação mantidos pelo país na Guiné-Bissau são implementados em coordenação com a CCP.

A crise política na Guiné-Bissau teve início em agosto de 2015, quando o presidente José Mário Vaz exonerou o primeiro-ministro Domingos Simões Pereira, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Desde então, alguns governos foram formados, sem que fosse possível retomar a normalidade institucional.

A mediação dos parceiros internacionais – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Africana (UA), União Europeia (UE) e ONU – e de organizações civis e religiosas do país tem contribuído para a gradual superação da crise política. O principal marco dos esforços de retomada da estabilidade política é o Acordo de Conacri, fruto da medição da CEDEAO e assinado pelos atores políticos bissau-guineenses em outubro de 2016. O referido acordo prevê a realização de eleições

legislativas e presidenciais, um pacto de estabilidade e uma revisão da constituição.

Passo positivo de grande relevância para a superação da crise foi a realização bem-sucedida de eleições legislativas em março de 2019, após dois adiamentos no ano anterior. Novas eleições legislativa estão marcadas para junho de 2023. O Conselho de Segurança decidiu encerrar, em dezembro de 2020, as atividades do Escritório Integrado das Nações Unidas para Guiné-Bissau (UNIOGBIS). Em fevereiro de 2022, registrou-se tentativa frustrada de golpe de estado contra o PR Embaló, condenada pela UA e pela CEDEAO.

Na condição de presidente da Configuração Guiné-Bissau da CCP, o Brasil tem defendido o diálogo político inclusivo e o processo nacional de reconciliação, em pleno respeito da Constituição e sem interferência das Forças Armadas, como os únicos meios de superação da crise. O Brasil espera que as forças políticas da Guiné-Bissau superem suas diferenças no mais curto prazo possível, de forma a viabilizar período de estabilidade política e desenvolvimento socioeconômico. Reitera seu compromisso em continuar a apoiar a consolidação da paz no país, em conjunto com os países da CPLP, da UA, da CEDEAO, da UE e da ONU e com outros parceiros.

Venezuela

A situação da Venezuela não integra a agenda do CSNU. No entanto, foram realizadas duas sessões do órgão sobre o assunto, solicitadas pelos Estados Unidos, em 26/1/2019 (em caráter emergencial) e 26/2/2019. Nessa última reunião, foram apresentados dois projetos de resolução, um pela Rússia e outro pelos EUA, nenhum dos quais prosperou.

Diante disso, e dado o intervalo de tempo decorrido desde então, não há sinais de que o CSNU voltará a ser acionado para tratar da situação naquele país.

Regime de sanções aplicável ao Irã

A resolução 2231 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que endossou o Plano de Ação Conjunto Global (“Joint Comprehensive Plan of Action” - JCPoA), substituiu o regime de sanções

por restrições ao comércio de bens considerados sensíveis. Nesses casos, o CSNU deverá examinar, caso a caso e de maneira prévia, a exportação/importação de bens com origem ou destino ao Irã. Diferentemente de outros embargos em que a venda de armas ao governo é permitida ou requer autorização prévia do respectivo Comitê de Sanções, no caso do Irã é o próprio CSNU que deve conceder a aprovação. O Irã é objeto de debates semestrais no CSNU, quando o órgão analisa relatórios do Secretário-Geral das Nações Unidas acerca da implementação da resolução 2231 (2015).

Em maio de 2018, tendo-se retirado do JCPoA, os Estados Unidos voltaram a impor sanções ao Irã. As demais partes do acordo continuam a implementá-lo. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) já emitiu 14 relatórios que atestam o cumprimento, por parte do Irã, do acordo.

Os Estados Unidos retiraram-se do JCPoA por discordarem das "sunset clauses" (que preveem prazo para o fim da vigência dos dispositivos do instrumento) e da atuação política de Teerã no Oriente Médio, em apoio ao Hezbollah e ao governo de Damasco. Arguem também serem os testes missilísticos iranianos violação ao JCPoA. O Irã, de sua parte, assinala que a resolução 2231 (2015) vedaria somente o uso de vetores com armas de destruição em massa, o que não seria o caso de seu programa missilístico.

Em outubro de 2020, foi suspenso o embargo de certas armas convencionais imposto ao Irã. Ainda vigoram contra o país restrições referentes a mísseis balísticos (até outubro de 2023) e referentes a tecnologias nucleares (até 2025). A autorização prévia do CSNU aplica-se ao comércio de bens e tecnologias que possam contribuir para o desenvolvimento de vetores de armas nucleares, bem como ao fornecimento de assistência técnica e financeira ou treinamento para a sua aquisição, instalação e manutenção. A relação completa de bens sujeitos às restrições encontra-se no documento S/2015/546, que contém a lista do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MCTR). Permanecem em vigor as sanções unilaterais de certos países e entes (UE, entre outros), justificadas por alegado desrespeito aos direitos humanos, apoio ao terrorismo e fomento a instabilidade no exterior.

Ressalte-se, ainda, que a resolução 2231 (2015) prevê mecanismo para restaurar ("snap back") as sanções do CSNU no caso de não

cumprimento dos dispositivos do JCPoA pelo Irã. Há a possibilidade de que, caso um dos participantes do JCPoA julgue haver descumprimento "significativo" de algum compromisso ("significant non-performance") instituído pelo Plano de Ação, o CSNU seja notificado. Nesse caso, o Conselho terá 30 dias para votar projeto de resolução para manter o levantamento das sanções. Caso o CSNU não adote o referido projeto de resolução, as resoluções sobre o Irã voltam a vigorar como antes da resolução em tela.

No Brasil, em decorrência da adoção da resolução 2231 (2015) e da publicação de relatórios da AIEA que têm atestado o cumprimento pelo Irã das determinações do JCPoA, foi promulgado o Decreto Presidencial Nº 8.669, de 11/2/2016, que revogou o regime de sanções ao Irã e instituiu as aludidas restrições ao comércio de bens considerados sensíveis. O Brasil saudou a assinatura, pelo Irã, os P5+1 (membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e Alemanha) e a União Europeia (UE), do JCPoA endossado pela resolução 2231 (2015) do CSNU, e tem acompanhado os encaminhamentos relativos à continuidade do acordo.

Desde a eclosão dos protestos no Irã em setembro do 2022, o CSNU não se pronunciou oficialmente. Em 2/11/2022, realizou-se reunião em formato "Arria" (informal), convocada por Estados Unidos e Albânia, sobre os protestos no Irã no contexto da morte de Mahsa Amini. Participaram, além dos membros do Conselho (inclusive o Brasil), o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Irã, Javaid Rehman.

Temas africanos na agenda do Conselho de Segurança da ONU

Os temas africanos ocupam boa parte das discussões no CSNU. A situação de segurança em países e regiões do continente africano corresponde a mais de um terço dos itens na agenda do Conselho de Segurança sobre situações específicas e em torno da metade das resoluções adotadas pelo CSNU em 2022. Das 12 operações de manutenção da paz atualmente em andamento, seis estão na África: MINURSO, na região do Saara Ocidental; MINUSMA, no Mali; MINUSCA, na República Centro-Africana; UNISFA, em Abyei (região disputada pelo Sudão e o Sudão do Sul); UNMISS, no Sudão do Sul; e MONUSCO, na República Democrática do Congo. Há, ademais, missões políticas especiais da ONU nos seguintes países africanos: Etiópia (UNOAU); Gabão (UNOCA); Líbia

(UNSMIL); Senegal (UNOWAS); Somália (UNSOM); e Sudão (UNITAMS).

Entre as situações específicas na agenda do CSNU, destacam-se as situações na Líbia, no Mali, a questão do Saara Ocidental. A situação na República Centro Africana e na República Democrática do Congo, a situação da Somália, do Sudão, do Sudão do Sul e o conflito em Abyei, além da situação da Etiópia, que apesar de não fazer parte da agenda do Conselho, foi discutida em diferentes formatos de reunião em 2022.

Um tema de especial relevância para o Brasil é a segurança no Golfo da Guiné, região que registra atos de pirataria e violência. No CSNU e no Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), o Brasil defende a convergência dos esforços multinacionais de combate à pirataria e ao roubo à mão armada na região em conformidade com os objetivos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS. Dados apresentados em relatório do SGNU em novembro mostram melhoria nos indicadores para a região.

Outra tendência preocupante no continente africano, tratada no CSNU, refere-se ao expressivo aumento de atividades terroristas no continente. De acordo com o "Global Terrorism Index 2022", dos 20 países mais afetados por terrorismo, 10 estão localizados na África, e 35% das mortes ocasionadas por ataques terroristas em 2021 concentraram-se na região do Sahel. O tema é tratado de forma sistemática no Conselho, e figurou, em 2022, como tópicos de eventos autorais dos países africanos membros do CSNU quando assumiram a presidência do órgão. O Brasil atribui especial importância à possível expansão de atividades terroristas da região central do Sahel para os países da costa atlântica, assim como aos atos perpetrados em Moçambique.

Como membro do CSNU, o Brasil advoga pelo aprimoramento da colaboração e do planejamento conjunto entre a ONU e organizações internacionais, regionais e sub regionais relevantes, em linha com o artigo VIII da Carta das Nações Unidas, com vistas a contribuir para a complementaridade de esforços e aumentar a eficiência e efetividade das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais. Em particular, o Brasil apoia o papel desempenhado pela União Africana (UA) e as organizações sub-regionais do continente africano na busca de "soluções africanas para problemas africanos". Defende a importância do aprimoramento da cooperação entre o Secretariado das Nações Unidas e a

Comissão da UA, bem como entre o CSNU e o Conselho de Paz e Segurança da UA.

Embargo a Cuba – Resolução da Assembleia Geral da ONU

Desde 1992, a delegação cubana apresenta anualmente à II Comissão da AGNU projeto de resolução intitulado "Necessidade de colocar fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba". Apesar de consistentemente levada a voto a pedido dos EUA, a iniciativa é sempre aprovada por ampla maioria dos estados membros. Anualmente, a resolução solicita ao SGNU a elaboração de relatório a respeito da implementação da resolução. Embora diversos países tenham conhecidas reservas ao regime político cubano, prevalece a condenação, à luz do direito internacional, do embargo contra a ilha.

Em cada sessão da AGNU o texto da proposta – composto por poucos parágrafos preambulares e operativos – não tem sofrido alterações de fundo. O foco da resolução é reafirmar a inconformidade de leis domésticas com efeitos extraterritoriais (como é o caso da Lei Helms-Burton, que consolidou o embargo norte-americana a Cuba) com princípios e normas de direito internacional, sem incluir considerações sobre a política interna e externa cubana. Em 2016, no contexto de medidas norte-americanas para flexibilizar o bloqueio, os EUA abstiveram-se, não tendo sido registrados votos contrários à iniciativa naquele ano. No ano seguinte, aquele país voltou a votar contra o texto.

De 1992 a 2018, o Brasil votou a favor do projeto de resolução. Em 2019, durante a 74ª AGNU, Brasil, Israel e EUA foram os três países a votar contra o texto, adotado com 187 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções (Colômbia e Ucrânia). Na 75ª AGNU, em junho de 2021, o Brasil reavaliou seu voto e optou pela abstenção. A resolução foi adotada por 184 votos a favor, 2 contra (EUA e Israel) e 3 abstenções (Brasil, Ucrânia e Colômbia). Não foi apresentado projeto durante a 76ª AGNU. O último projeto de resolução sobre o tema foi apreciado em novembro, durante a 77ª AGNU. Foi adotado por 185 votos a favor, 2 contra (EUA e Israel) e 2 abstenções (Brasil e Ucrânia).

À luz do tradicional posicionamento brasileiro sobre a ilegalidade de sanções (medidas coercitivas) unilaterais, o Brasil deverá voltar a votar a favor do projeto de resolução sobre o embargo a Cuba. Deixar de condenar,

em foros internacionais, leis internas que regulam situações ocorridas em terceiros países pode ensejar iniciativas análogas com pretexto de proteção dos direitos humanos ou do meio ambiente, por exemplo.

Terrorismo

O item "ameaças à paz e à segurança internacional por atos terroristas" foi incorporado à agenda do CSNU em 2001, após a adoção da resolução 1373 (2001), em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro daquele ano nos Estados Unidos. Tratou-se da primeira resolução abrangente a impor obrigações a todos os estados de responder à ameaça global do terrorismo. O CSNU conta com instâncias específicas para tratar de tema– o mais relevante é o Comitê de Contraterrorismo (CTC), estabelecido pela resolução 1373 (2021). Ademais, há órgão que trata de não-proliferação de armas de destruição em massa para agentes não-estatais, estabelecido pela resolução 1540 e comitê que trata da listagem de entidades e indivíduos terroristas ligados ao ISIL/Dae´sh a à Al-Qaeda, estabelecido pela resolução 1267(1999) conhecido como ("Comitê 1267").

O Brasil preocupa-se com o crescente envolvimento do CSNU em temas referentes a terrorismo e procura evitar usurpação (*encroachment*), pelo Conselho, de temas alheios à paz e segurança internacional sob o argumento de que guardariam relação com a agenda de contraterrorismo. Observa-se que as discussões referentes a terrorismo podem ser utilizadas como porta de entrada de novos temas no CSNU e pela consequente expansão da competência do Conselho.

O Brasil defende, por exemplo, que não há ligação automática entre crime organizado e terrorismo. Caso tal nexo seja estabelecido, corre-se o risco de o Conselho passar a discutir temas referentes à política interna dos países. Embora se avalie que há baixo risco de terrorismo no Brasil, o país sempre participou ativamente em discussões sobre o tema. Ressalta-se que o repúdio ao terrorismo é um dos princípios constitucionais que guiam nossas relações internacionais.

O país defende a necessidade de que ações de contraterrorismo estejam em estrita conformidade com o direito internacional, incluindo a Carta da ONU, o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional humanitário e o direito internacional de refugiados. De outro modo, o

contraterrorismo atuará contra os próprios objetivos de preservar direitos e salvar vidas, além de fomentar ciclos viciosos de radicalização. Defende que os processos de listagem de pessoas e entidades como terroristas devem estar fundamentados em provas e em garantias de devido processo legal.

O Brasil ressalta igualmente a necessidade de retomar negociações com vistas à conclusão de uma convenção global sobre terrorismo como parte de um esforço essencial para o estabelecimento de uma definição acordada sobre o tema. Dada a complexidade da ameaça, o Brasil sublinha a relevância de o debate incluir os mais diversos atores, desde o governo até a sociedade civil, a iniciativa privada e a academia.

Ao ver do Brasil, a cooperação regional e internacional, inclusive por meio de ações de fortalecimento de capacidades nacionais, é instrumento essencial no combate ao terrorismo. O terrorismo só será derrotado de forma duradoura se forem atacadas suas causas. A miséria, o sentimento de alienação e exclusão, a falta de perspectivas, a insegurança alimentar, a xenofobia, o racismo e a intolerância religiosa podem estar na base da radicalização e do extremismo violento que conduz ao terrorismo. O desenvolvimento econômico e social torna as sociedades menos vulneráveis ao terrorismo.

POLÍTICAS BRASILEIRAS EM PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A REFUGIADOS, APÁTRIDAS E DESLOCADOS INTERNOS

A posição do Brasil em matéria de refúgio (Lei 9.474/1997) e migração (Lei 13.445/2017) caracteriza-se por uma abordagem de não criminalização, que prioriza a regulação migratória, a proteção dos direitos dos migrantes e refugiados e sua integração socioeconômica, sem qualquer tipo de discriminação. A legislação doméstica, ancorada nos compromissos assumidos em âmbito internacional, pauta-se pelo respeito à dignidade humana, pela prevalência dos direitos humanos e pela igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros.

Refúgio

O refúgio é instituto internacional disciplinado pela Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967, ambos ratificados pelo Brasil. No país, o reconhecimento da condição de refugiado, as hipóteses de perda, cessação e exclusão dessa condição, bem como demais aspectos relacionados à política de refugiados são regulados pela Lei nº 9.474/1997.

Poderá ser reconhecido como refugiado todo indivíduo que se encontre fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país, em razão de fundado temor de perseguição em seu estado de origem ou de residência habitual, por questões de: raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social.

Conforme a lei brasileira, também será considerado refugiado todo aquele que seja obrigado a deixar seu país em decorrência de situação de grave e generalizada violação de direitos humanos. Essa disposição decorre de recomendação contida na Declaração de Cartagena de 1984. Sua incorporação ao ordenamento jurídico dos países da América Latina e do Caribe é reconhecida como avanço na proteção internacional de refugiados.

Estão excluídas da proteção brasileira as pessoas que: i) já desfrutam de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); ii) sejam residentes e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro; iii) tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo ou tenham conexão com atos terroristas ou redes de tráfico de drogas; e iv) sejam consideradas culpadas de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

O órgão do governo brasileiro responsável por reconhecer a condição de refugiado, bem como orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, da assistência e do apoio jurídico aos refugiados, é o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Sua estrutura é tripartite, contemplando representantes do governo, da sociedade civil e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A presidência do CONARE é exercida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, e a vice-presidência, pelo Ministério das Relações Exteriores.

Outro avanço internacionalmente reconhecido do sistema brasileiro e pouco adotado em outros países diz respeito às garantias asseguradas aos solicitantes de refúgio. Desde o momento em que registram o pedido junto às autoridades competentes, os solicitantes têm acesso ao mercado legal de trabalho e aos sistemas públicos sociais. De posse do protocolo de solicitação de refúgio, podem igualmente requerer a emissão de documentos essenciais, como o CPF, facilitando sua integração no país.

O direito à livre circulação dentro do território nacional, onde inexistem campos de refugiados, e a conhecida receptividade da população brasileira são outros fatores que reforçam a tradicional posição do Brasil como país acolhedor para refugiados. No âmbito internacional, atento ao fato de que o maior número de refugiados está hoje nos países em desenvolvimento, o Brasil tem defendido partilha equilibrada de responsabilidades. Na perspectiva brasileira, uma partilha adequada de responsabilidades deve incluir tanto o apoio efetivo aos países em desenvolvimento quanto a ampliação de vias complementares de admissão, desde que garantam a proteção adequada a essa população vulnerável.

O Brasil também já protagonizou iniciativas internacionais importantes em matéria de refúgio. Em dezembro de 2014, nosso país sediou a Conferência que celebrou os 30 anos da Declaração de Cartagena (Cartagena +30). Na ocasião, foi adotado o Plano de Ação do Brasil, que compreendeu uma série de diretrizes a serem implementadas pelos países da América Latina e do Caribe no decênio entre 2014 e 2024. Reconhecendo realidades específicas da região, o Plano de Ação do Brasil contemplou a hipótese de refúgio, conforme decisão de cada país em casos específicos, para deslocamentos motivados por desastres naturais, causas climáticas e ações do crime organizado.

Migração

O governo brasileiro está comprometido com a garantia da vida, da segurança e da dignidade de todos aqueles que decidam migrar para o país. Nesse sentido, defende a migração segura, ordenada e regular. Temos, com esse fim, conjugado um leque de políticas que buscam, a um só tempo, proteger os direitos humanos dos migrantes, ampliar os canais de migração regular e segura, combater o tráfico e o contrabando e contemplar uma legítima preocupação com a segurança do país e de nossos cidadãos.

A nova Lei de Migração e seu decreto regulamentador, ambos de 2017, consolidam abordagem migratória centrada na proteção dos direitos humanos, com especial foco no combate à discriminação. O artigo 3º da Lei de Migração preconiza que a política migratória brasileira deve reger-se pelos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; o repúdio e a prevenção da xenofobia, do racismo e de quaisquer formas de discriminação; a não criminalização da migração irregular; a não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; a promoção de entrada regular e de regularização documental; a acolhida por razões humanitárias; e a cooperação internacional entre os Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir a efetiva proteção dos direitos humanos do migrante.

Apatridia

A Lei de Migração dispõe ainda sobre a situação de pessoas apátridas, de especial vulnerabilidade no contexto de migrações forçadas. O instrumento prevê que, durante o processo de reconhecimento da condição de apátrida, "incidem todas as garantias e mecanismos protetivos e de facilitação de inclusão social" previstos no Estatuto dos Apátridas (1954) e no Estatuto dos Refugiados (1951) (art. 26, § 2º), além de todos os direitos reconhecidos ao migrante (art. 26, § 3º).

Conforme o processo de reconhecimento da condição de apátrida, o requerente tem direito à autorização de residência provisória, com garantia de sua regularidade migratória, até decisão final do pedido pelo Secretário Nacional de Justiça. Em caso de decisão positiva, o solicitante tem acesso ao procedimento facilitado de naturalização. Além do procedimento de determinação da apatridia e naturalização facilitada, o Brasil adota como critérios para aquisição da nacionalidade tanto o *jus solis* como o *jus sanguinis*, o que traduz o compromisso de erradicar as hipóteses "geradoras" de apatridia no território nacional.

Visto temporário para fins de acolhida humanitária

A Lei de Migração contempla o visto de acolhida humanitária (art. 14, I, c), possibilidade facultada a nacionais de países em grave ou iminente

instabilidade institucional; conflito armado; calamidade de grande proporção; desastre ambiental; violação grave de direitos humanos ou do direito internacional humanitário, situações assim reconhecidas por meio de publicação de portaria interministerial específica. De acordo com o Decreto que regulamenta a Lei de Migração, "ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho estabelecerá os requisitos para a concessão de autorização de residência com fundamento em acolhida humanitária, a renovação do prazo da residência e a sua alteração para prazo indeterminado" (art. 145, §1º).

Atualmente, o governo brasileiro concede visto de acolhida humanitária: i) aos ucranianos e apátridas afetados pelo conflito na Ucrânia; ii) aos haitianos e aos apátridas residentes no território da República do Haiti; iii) às pessoas afetadas pelo conflito na Síria; e iv) a nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular

Em setembro de 2016, as Nações Unidas adotaram a Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes, em que reafirmaram seu compromisso com a proteção internacional dos direitos de migrantes e refugiados. A Declaração lançou o início das negociações que culminaram na adoção do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e do Pacto Global sobre Refugiados, ambos em dezembro de 2018, com apoio brasileiro. Em 2019, o Brasil dissociou-se do Pacto de Migração e, no início de 2023, anunciou seu retorno.

O Pacto Global sobre Refugiados prevê quatro eixos principais de atuação: apoio aos países anfitriões e às comunidades de acolhida; ampliação do acesso a "soluções duráveis", como o reassentamento e outras vias complementares; apoio aos países de origem, para buscar resolver as crises que estão na origem dos deslocamentos e fomentar condições para o retorno digno e seguro; e promoção da autonomia dos refugiados.

Em 2019, realizou-se a primeira edição do Fórum Global sobre Refugiados. O Brasil teve participação destacada, ao expor a experiência de acolhida humanitária a refugiados venezuelanos e ao apresentar

compromissos voluntários nas áreas de reconhecimento da condição de refugiado, promoção da integração local e aprofundamento das medidas de assistência e integração da "Operação Acolhida". A segunda edição do Fórum Global sobre Refugiados está prevista para dezembro de 2023.

O acolhimento de nacionais venezuelanos

O Brasil abriga, atualmente, mais de 410 mil venezuelanos, entre migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio. Também é o país das Américas com o maior número de refugiados venezuelanos formalmente reconhecidos (53.284), graças à adoção de procedimentos inovadores de cruzamento de dados por parte do CONARE, com base na definição ampliada de refugiados contida na lei 9.474/97 (art. 1, inciso III, que incorporou a chamada "Cláusula de Cartagena"). O país vem prestando todo o apoio necessário para acolher e proteger os nacionais venezuelanos que alcançam o território nacional a partir da fronteira com o estado de Roraima, mais particularmente pela cidade fronteiriça Pacaraima.

A Operação Acolhida constitui a base da resposta brasileira ao fluxo venezuelano. Trata-se de uma força-tarefa multissetorial, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, que reúne agências governamentais (forças armadas, ministérios, entes estaduais e municipais), além de entidades da sociedade civil e de organismos internacionais, e assenta-se sobre três pilares: ordenamento da fronteira (recepção), abrigamento e interiorização.

Na qualidade de residentes, refugiados ou solicitantes de refúgio, todos os cidadãos venezuelanos que buscam proteção no Brasil recebem documentação e têm amplo acesso a todos os serviços públicos, ao mercado de trabalho formal e a todos os benefícios sociais, sem nenhuma discriminação, tais como o Auxílio Brasil, o Benefício de Prestação Continuada e o auxílio emergencial estabelecido no contexto da pandemia de COVID-19, entre outros.

O ordenamento da fronteira tem por objetivo organizar o atendimento a todos os imigrantes que ingressam no Brasil, assegurando imunização adequada e alimentação, bem como os procedimentos migratórios necessários. Durante procedimento de triagem, os venezuelanos que desejam permanecer no Brasil podem solicitar reconhecimento como refugiados ou autorização temporária de residência.

Outros cruzam a fronteira em trânsito para terceiros países ou com a intenção de manter movimento "pendular", levando a familiares e amigos que permaneceram na Venezuela parte dos recursos obtidos no Brasil.

A Operação Acolhida conta com abrigos em Pacaraima, Boa Vista e Manaus, onde os refugiados e migrantes venezuelanos têm acesso a moradia, alimentação e meios de higiene, com áreas dedicadas a grupos vulneráveis e abrigos exclusivos para indígenas venezuelanos, muitos dos quais foram considerados como grupo prioritário em campanhas de vacinação contra a COVID-19.

A estratégia de interiorização voluntária tem permitido aos venezuelanos que assim desejem buscar melhores oportunidades econômicas e maior acesso a serviços em municípios de outros estados da federação. Mais de 90.000 nacionais venezuelanos já foram realocados nesse processo, que compreende municípios de todas as regiões do Brasil. A interiorização compreende as modalidades de reunião familiar, reunião social (por vínculos de amizade), realocação "de abrigo a abrigo" e realocação "com vaga de emprego sinalizada".

Além do apoio do governo, diversas agências das Nações Unidas estão trabalhando na assistência aos nacionais venezuelanos. O Alto Comissariados das Nações Unidas para Refugiados, a Organização Internacional para as Migrações, a ONU Mulheres, o Fundo de População das Nações Unidas e o Fundo das Nações Unidas para a Infância instalaram escritórios em Boa Vista para acompanhar o fluxo migratório venezuelano e apoiar a estratégia de acolhimento do governo federal. A Organização Internacional do Trabalho e a Organização Pan-Americana de Saúde também participam do esforço, embora sem equipes permanentes em Roraima.

As agências da ONU contribuem em diversas áreas: (i) registro e documentação de migrantes; (ii) abrigo emergencial; (iii) provimento de algumas necessidades básicas; (iv) prevenção de violência de gênero; (v) proteção a crianças; (vi) educação; (vii) interiorização e (viii) integração de migrantes à sociedade brasileira. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha vem apoiando esforços de restabelecimento de vínculos familiares.

A integração dos refugiados e migrantes venezuelanos à comunidade brasileira tem melhorado a qualidade de vida desse grupo no Brasil. Um dos principais fatores que aceleram essa integração é o domínio da língua portuguesa. Algumas universidades, como a Universidade de Brasília,

inauguraram curso de português “online” para hispanófonos. Outras oferecem bolsas em cursos de mestrado e de doutorado no Brasil.

A experiência brasileira na determinação da condição de refugiados, na interiorização, na gestão de abrigos, processos migratórios e locais de assistência e na própria governança da Operação Acolhida vem angariando amplo reconhecimento internacional. Uma das razões frequentemente apontadas para o êxito do modelo brasileiro é a liderança governamental, ao lado dos mecanismos de coordenação e da parceria com mais de 115 parceiros, entre governo, sociedade civil, agências das Nações Unidas e organismos internacionais.

Processo de Quito

Entre junho de 2021 e dezembro de 2022, o Brasil exerceu a presidência “pro tempore” do Processo de Quito, iniciativa regional informal, lançada em 2018, que busca promover coordenação regional e intercâmbio de boas práticas na resposta ao fluxo migratório venezuelano. Conta com a participação de 13 países da região (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guiana, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai) e conta com Grupo de Amigos, composto por doadores (Alemanha, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia, além do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Além de conferir visibilidade aos esforços dos países da região na assistência a migrantes e refugiados venezuelanos, o Processo de Quito visa a encorajar projetos de cooperação de alcance regional, iniciativas comuns e troca de informações que ampliem a capacidade técnica das respostas nacionais.

Desde sua criação, o Processo de Quito permitiu a adoção de oito declarações conjuntas e a consolidação dos seguintes eixos temáticos: i) refúgio; ii) centros de orientação e espaços de apoio; iii) educação; iv) inserção socioeconômica; v) proteção de crianças e adolescentes; vi) reunificação familiar; vii) combate ao tráfico de pessoas; viii) HIV/AIDS; ix) COVID-19 e x) igualdade de gênero.

A PPT brasileira no Processo de Quito orientou-se por prioridades como a situação de grupos vulneráveis; a atenção à juventude migrante e refugiada; e a necessidade de assegurar apoio e visibilidade às

comunidades de acolhida. A presidência brasileira também fortaleceu e tornou mais operativo o diálogo com o Grupo de Amigos e com a sociedade civil, a fim de debater a resposta ao fluxo venezuelano de maneira ampla.

A transição da presidência pro-tempore ao Chile ocorreu em 15/12/2022. A presidência brasileira, enfaticamente elogiada durante o evento, foi capaz de avançar no diálogo técnico do Processo de Quito, contribuindo para conformar a América Latina e o Caribe como uma região de acolhimento e de solidariedade.

DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E POLÍTICAS GERAIS DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

O Brasil é parte dos principais tratados de direito internacional humanitário (DIH), entre eles as quatro convenções de Genebra de 1949, seus protocolos de 1977, a convenção sobre proteção de bens culturais de 1954, o Estatuto de Roma de 1998, entre outros. Nessa qualidade, o país está obrigado a respeitar e fazer respeitar as normas de DIH, obrigação normalmente entendida como implicando também a necessidade de desenvolver ações de difusão e promover a implementação nacional das normas de DIH.

De maneira geral, a implementação do DIH no Brasil está bastante avançada em termos de adequação da doutrina e manuais militares, bem como de sua incorporação aos currículos militares e às regras de engajamento para desdobramento de tropas em operações de paz, entre outros aspectos operacionais.

Quanto à difusão do DIH, o Brasil vem buscando tornar mais conhecido esse ramo do direito internacional. O Itamaraty tem igualmente engendrado esforços nesse sentido, havendo organizado, em 2019, em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, evento comemorativo dos 70 anos das Convenções de Genebra de 1949, com a participação de especialistas em temas tais como jurisdição, implementação do DIH, atores não-estatais e novas tecnologias.

O Brasil, ademais, tem tomado parte ativa nos debates internacionais sobre o fortalecimento do DIH, havendo apresentado compromissos voluntários durante a 33ª Conferência do Movimento Internacional da Cruz

Vermelha e do Crescente Vermelho (dezembro de 2019) e participado das discussões tanto sobre o fortalecimento do DIH como sobre possíveis desenvolvimentos em temas específicos.

O Brasil teve papel destacado na conclusão e adoção da "Declaração Política para fortalecer a proteção de civis das consequências humanitárias provenientes do uso de armas explosivas em áreas densamente povoadas", aderida por 77 países em novembro de 2022. O documento prevê ações concretas para assegurar a devida cautela nos combates em zonas densamente povoadas, seguindo os princípios de distinção, proporcionalidade, precaução e humanidade, com especial atenção aos riscos a civis. O documento também estabelece compromissos relacionados ao treinamento em DIH das Forças Armadas e a observância do princípio da precaução no planejamento das operações militares.

MEIO AMBIENTE

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, representou o momento político internacional de maior relevância para o desenvolvimento sustentável desde a Conferência Rio+20, em 2012. A Cúpula adotou por consenso o documento "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", que encerrou processo negociador lançado no Rio de Janeiro para definir a estratégia global para o desenvolvimento sustentável até 2030.

A Agenda 2030 propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes que visam a orientar os trabalhos das Nações Unidas e de todos os países no período 2016-2030. A universalidade da Agenda 2030 é conjugada com fórmulas de diferenciação, na medida em que as capacidades dos Estados são devidamente consideradas. Mais abrangentes que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os ODS contemplam temas como pobreza; nutrição e agricultura; saúde; educação; igualdade de gênero; recursos hídricos; energia sustentável; crescimento econômico; infraestrutura; desigualdade; cidades sustentáveis; consumo e produção sustentáveis; mudança do clima; proteção do meio ambiente; conservação e uso sustentável dos oceanos; sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e

meios de implementação. Integrados e indissociáveis, os ODS conciliam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

O Brasil participou ativamente do processo negociador que levou à adoção da Agenda 2030, atuando decisivamente na defesa do legado da Rio+20, que tem como prioridade a erradicação da pobreza e da fome. Houve conformação de posições acerca do tema da preservação da diferenciação de responsabilidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no âmbito do G77+China. Durante a etapa de negociação dos ODS, o Itamaraty organizou amplo exercício de coordenação nacional, por meio do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que abrangeu 27 ministérios e incluiu consultas ao setor privado e à sociedade civil. O exercício permitiu a construção de posição negociadora consistente, que teve perceptíveis reflexos no acordo internacional.

No plano doméstico, o acompanhamento dos ODS está a cargo da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), criada em 2016, extinta em 2019 e recriada em 2023. Trata-se de instância colegiada paritária, de natureza consultiva, para articulação, mobilização e diálogo entre os entes federativos e a sociedade civil. É integrada por oito representantes de governo e oito representantes da sociedade civil e do setor privado. A Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR) exerce a Secretaria-Executiva da CNODS.

Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF)

O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF, na sigla em inglês), criado na Rio+20 para suceder a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, é a principal instância de acompanhamento global da Agenda 2030 e dos ODS. O HLPF reúne-se anualmente em nível ministerial, no âmbito do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), em Nova York; e, a cada quatro anos, em nível de Chefes de Estado, sob os auspícios da AGNU.

Ao reunir-se anualmente no ECOSOC, o HLPF desempenha a função de acompanhamento global dos ODS por meio de dois principais mecanismos: (i) debates gerais sobre temas anuais; e (ii) seguimento das estratégias nacionais de implementação mediante apresentação dos Relatórios Nacionais Voluntários. A apresentação dos Relatórios começou

em 2016 e ocorrerá ao longo dos 15 anos de vigência da Agenda 2030, período em que os países são encorajados a apresentar seu relatório nacional ao menos uma vez. Desde a entrada em vigor da Agenda 2030, mais de 120 países submeteram suas contribuições. O Brasil apresentou seu primeiro Relatório em 2017, no qual tratou das estruturas institucionais colocadas em operação para internalizar e adaptar os ODS às políticas públicas nacionais.

A próxima reunião ministerial do HLPF ocorrerá em julho próximo, no ECOSOC, e terá como tema "Aceleração da recuperação da doença do coronavírus (COVID-19) e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis". Serão conduzidas revisões aprofundadas dos ODS 6 (água e saneamento), 7 (energia limpa e acessível), 9 (indústria inovação e infraestrutura) e 11 (cidades e comunidades sustentáveis), além do ODS 17 (meios de implementação). Em setembro, será realizada em Nova York a Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento, momento em que o HLPF se reunirá em nível de chefes de Estado, na AGNU.

No âmbito regional, o acompanhamento da Agenda 2030 é realizado pelo Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável, criado em 2016, no âmbito da CEPAL. A VI Reunião do Fórum será realizada no Chile, em abril.

Mudança do Clima

Aberta a assinatura na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92, Rio de Janeiro, 1992), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) inaugurou regime multilateral para responder ao desafio do aquecimento global. Seguindo o princípio das "responsabilidades comuns porém diferenciadas" pela mudança do clima, o regime reconhece a obrigação de países desenvolvidos de tomar a dianteira em esforços de redução de emissões e de oferecer recursos financeiros, tecnológicos e de capacitação para ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. São cinco os pilares do regime: mitigação, adaptação, financiamento, tecnologia e capacitação. Tradicionalmente, o Brasil defende tratamento equilibrado entre eles.

Sob a UNFCCC, foi adotado, em 1997, o Protocolo de Quioto, que impôs metas quantitativas individuais de redução de emissões a países

desenvolvidos. Agregadamente, o Protocolo estabeleceu obrigação para que esses países reduzissem suas emissões em 5%, entre 2008 e 2012, em relação a níveis de 1990, compromisso coletivo que nunca foi cumprido. Os Estados Unidos, maior emissor à época, assinaram, mas, nunca ratificaram o Protocolo de Quioto.

O Acordo de Paris, adotado em dezembro de 2015 durante a 21ª Conferência das Partes (COP 21) na UNFCCC, reforçou a centralidade da própria Convenção-Quadro, ao qual está vinculado. Aprovado no Congresso Nacional, o Acordo de Paris foi ratificado pelo Brasil em 2016 e promulgado em 2017. Até o presente momento, 185 membros da Convenção já ratificaram o Acordo de Paris.

O Acordo reiterou os princípios da UNFCCC e introduziu três objetivos: (i) manter o aumento da temperatura global bem abaixo de 2º C, com esforços para limitá-lo a 1,5º C; (ii) incrementar habilidades de adaptação e resiliência; e (iii) mobilizar fluxos financeiros para mitigação e adaptação. O Acordo de Paris inova, ainda, ao criar obrigação a países desenvolvidos e em desenvolvimento de apresentar periodicamente "Contribuições Nacionalmente Determinadas", por meio das quais os países indicam suas ações para responder à mudança do clima, cuja implementação é acompanhada por um regime reforçado de transparência. Por ser nacionalmente determinada, a contribuição de cada país respeita a realidade nacional e a soberania.

As COPs seguintes à Conferência de Paris focaram na regulamentação dos dispositivos do Acordo de Paris, o chamado "livro de regras de Paris", que permitirá ao regime passar de fase essencialmente "legislativa" para etapa de implementação, com instrumentos adicionais de transparência e para apoiar os países em desenvolvimento a obter apoio financeiro, técnico e de capacitação. O principal resultado da última Conferência das Partes (COP-27, Sharm el-Sheikh, Egito, novembro de 2022) foi a aprovação de fundo para perdas e danos associados aos efeitos adversos da mudança do clima, com recursos destinados aos países em desenvolvimento.

Desde 1988, a AGNU debate e adota anualmente resolução sobre a "Proteção do sistema climático global para as presentes e futuras gerações". As negociações dessa resolução na II Comissão da AGNU não consideram temas substantivos, mas reflete em linhas gerais e consensuais as expectativas dos Estados membros para as COPs anuais.

Atuação do SGNU

O Secretário Geral das Nações Unidas tem assumido protagonismo no debate internacional sobre mudança do clima, por ele definido como o mais importante risco sistêmico para a humanidade. Tem se valido do seu "bully pulpit" para clamar aos Estados membros maior ambição e celeridade: não responder adequadamente e aumentar a ambição das ações de redução de emissões de gases de efeito estufa e de adaptação seria não só imoral mas "suicídio", disse. Pela natureza global do problema, segundo o SGNU, a única solução possível requer ação multilateral por meio das Nações Unidas. Seu relatório "Nossa Agenda Comum", de 2021, contempla mudança do clima entre seus principais temas, inclusive com previsão de trilho de alto nível sobre ação climática, com vistas à "Cúpula do Futuro", planejada para 2024.

Situação do Brasil

No marco do regime de mudança do clima, o Brasil é receptor líquido de recursos. Em 2018, foram aprovados USD 195 milhões do Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês), na forma de empréstimos concessionais, para investimentos em eficiência energética nos setores de iluminação pública e indústrias localizadas em centros urbanos. Em 2019, foi aprovado no mesmo Fundo USD 96 milhões em recursos para pagamento por serviços ambientais (redução de desmatamento) já alcançados e auferidos, que serão destinados a pequenos produtores rurais para reforçar o combate ao desmatamento. Ao todo, o Brasil recebeu quase USD 400 milhões do GCF.

Já por meio do Fundo Amazônia, pelos resultados que tem apresentado na área de combate ao desmatamento, o Brasil recebeu aproximadamente R$ 3,4 bilhões em doações, sendo 93,8% provenientes do governo da Noruega, 5,7%, do governo da Alemanha (KfW), além de 0,5% da Petrobras. O fundo possui carteira de 102 projetos apoiados, que somam cerca de R$ 1,8 bilhão. Desse valor, 79,5% já foram desembolsados.

A contribuição nacional brasileira, apresentada em 2015 após ampla consulta interna, prevê redução das emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, e indicativamente em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Em março de 2022, o Brasil atualizou

sua contribuição, apresentando compromisso adicional de reduzir as emissões do país em 50% até 2030, comparado a 2005, bem como o objetivo de longo prazo de alcançar “neutralidade climática” até 2050.

Florestas

Estabelecido pelo ECOSOC em 2000, o Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF, em inglês) visa a promover o manejo, a conservação e o desenvolvimento sustentável das florestas, de modo a fortalecer o compromisso político para esse fim. O Foro possui afiliação universal e reúne-se anualmente na sede das Nações Unidas, em Nova York.

Em 2006, foram estabelecidos, na 6ª Sessão do UNFF, os quatro objetivos globais sobre florestas, que enfatizam a exploração sustentável das florestas: i) reverter a perda da cobertura florestal global por meio do manejo florestal sustentável (MFS); ii) incrementar os benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos das florestas, incluindo a melhoria do nível de vida das populações dependentes das florestas; iii) aumentar consideravelmente a área das florestas protegidas e de MFS, bem como a proporção de produtos florestais de florestas manejadas sustentavelmente; e iv) reverter o declínio na ajuda oficial ao desenvolvimento para o MFS e mobilizar recursos financeiros novos e adicionais de todas as fontes para sua implementação. Em 2007, na 7ª sessão do Foro, foi adotado o Instrumento Não-Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (NLBI), que incorpora os quatro objetivos globais acima.

A 18ª Sessão do UNFF terá lugar em maio de 2023. Entre os temas na agenda, está incluído o debate acerca do acompanhamento da implementação dos 6 objetivos florestais globais e as 26 metas a eles associadas, que são voluntárias e universais, Esses objetivos estão presentes no Plano de Ação das Nações Unidas para Florestas 2017-2030, que foi adotado pela AGNU em abril de 2017. A 18ª Sessão discutirá, ainda, os preparativos para a revisão intermediária do Arranjo Internacional de Florestas, arcabouçou institucional das Nações Unidas para o tratamento do tema e para a implementação do NLBI. A estrutura do Arranjo foi revisada em 2015 pelo ECOSOC, que determinou a realização de avaliação intermediária de sua efetividade, a ser concluída em 2024.

Água

O tema da água vem sendo tratado pela ONU desde 1977, quando foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Água, em Mar del Plata. A questão foi retomada em diversas ocasiões, a exemplo da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e a Rio+20, quando a água foi reconhecida como fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Em 2003, a AGNU declarou o período de 2005-2015 como Década Internacional de Ação "Água para a Vida". Com a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em 2015, a gestão de recursos hídricos e do saneamento foi contemplada de maneira específica em um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 6: garantir disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todos), além de ser tratada de maneira transversal em diversos outros ODS.

Em dezembro de 2016, por iniciativa dos governos de Tajiquistão e Hungria, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 71/222, que declara 2018-2028 como Década Internacional de Ação "Água para o Desenvolvimento Sustentável". Além do fortalecimento e do incremento do progresso alcançado durante a década "Água para a Vida", a resolução 71/222 visa a instituir dois diálogos de trabalho sobre formas de melhorar a integração e a coordenação dos trabalhos da ONU no que se refere aos objetivos de desenvolvimento sustentável relacionados à água. De 22 a 24 de março, terá lugar em Nova York a Conferência de Revisão Abrangente de Meio Período de Implementação dos Objetivos da Década Internacional de Ação da "Água para o Desenvolvimento Sustentável" (United Nations Water Conference 2023).

O Brasil opõe-se à ideia de uma "arquitetura global da água", de modo geral acompanhada da proposta de criação de órgão específico para tratar do tema, em uma solução de modelo one size fits all. Além de aumentar os encargos burocráticos e financeiros do sistema ONU, a proposta poderia contribuir para a fragmentação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que devem ser considerados de forma integrada e indivisível. Criaria, ademais, precedente para a criação de órgãos específicos para ODS individuais. O Brasil favorece a governança da água por meio das plataformas internacionais atualmente existentes (AGNU, ECOSOC, Fórum Mundial da Água, etc.), bem como o tratamento

da matéria em nível bilateral e regional, o que permite acomodar especificidades de países vizinhos.

O país também refuta iniciativas que busquem securitizar a gestão dos recursos hídricos, associando-a a paz, estabilidade, segurança ou prevenção de conflitos. Recentemente, tal associação foi expressada pelo presidente da Assembleia Geral da ONU na abertura da corrente sessão. A lógica segundo a qual a competição pelo uso de recursos hídricos poderia levar a conflitos carece de embasamento, uma vez que a maioria das disputas armadas, assim como as mais graves crises humanitárias, atuais ou recentes, resultam de fatores primordialmente políticos. No sentido inverso, conflitos armados contribuem para a degradação ambiental e dificultam o acesso a água e saneamento, não apenas pela destruição física das infraestruturas e pelos deslocamentos maciços e desordenados de pessoas, mas também porque direcionam para atividades militares e de segurança recursos humanos, materiais e financeiros dos governos envolvidos.

DIREITO DO MAR

Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU e Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) permite aos Estados costeiros ampliar sua jurisdição sobre porções da plataforma continental além do limite das 200 milhas náuticas, desde que o país interessado submeta seu pleito à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC). A Plataforma Continental de um Estado costeiro, conforme estabelece o artigo 76 da CNUDM, compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental.

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira foi criado em 1989 com o propósito de estabelecer o Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira para além das 200 milhas náuticas. Uma vez estabelecida e reconhecida essa área, o Brasil exercerá direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento de seus recursos

minerais e outros recursos não-vivos do leito do mar e de seu subsolo, bem como dos organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias.

A proposta original de Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira foi encaminhada à CLPC em 2004. Os 960 mil km² correspondentes à área total reivindicada à época, além das duzentas milhas náuticas, distribuem-se pela Margem Continental Sul (Região do Platô de Santa Catarina, do Cone do Rio Grande e do limite marítimo com o Uruguai) e pelas regiões Norte (Região do Cone do Amazonas e da Cadeia Norte Brasileira) e Leste/Sudeste (Região da Cadeia Vitória-Trindade e do Platô de São Paulo) e equivalem à soma das áreas dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 2007, após concluir a análise da proposta brasileira, a CLPC acatou cerca de 81% do pleito do Brasil (770 mil km2) e encaminhou recomendações sobre cerca de 19% do total da área reivindicada (190 mil km²), distribuídos ao longo da margem brasileira. Cabe ressaltar que a CLPC não manifestou objeção relativa às áreas do pleito brasileiro onde se situam parte das reservas do pré-sal.

O Brasil exerceu seu direito de discordar das recomendações e decidiu elaborar proposta revisada, que está sendo submetida de forma escalonada, dividida em três áreas geográficas (Região Sul, Região Equatorial e Região Oriental-Meridional) com o objetivo de trabalhar a aceitação dos argumentos utilizados de forma gradual. A Região Sul foi reconhecida pela CLPC em 2019 e a Região Equatorial está em discussão naquele órgão desde 2017. A proposta relativa à Região Oriental-Meridional, na qual está localizada a região conhecida como Elevação do Rio Grande, foi apresentada em 2018 e será a última a ser discutida, devido à sua complexidade.

Biodiversidade Marinha em Áreas além das Jurisdições Nacionais

Está em curso negociação de instrumento vinculante sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ ou “Tratado do alto-mar”), de acordo com mandato emanado da Resolução 72/249 da AGNU, para implementar elementos até então não regulamentados da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O futuro acordo fará a regulamentação das atividades de pesquisa e exploração de recursos genéticos marinhos em

alto-mar. Seus eixos temáticos incluem: capacitação e transferência de tecnologias marinhas; recursos genéticos marinhos, incluindo acesso e repartição de benefícios; medidas de manejo baseadas em áreas, incluindo áreas marinhas protegidas; e avaliação de impactos ambientais.

As prioridades brasileiras nas negociações são: preservação da biodiversidade marinha em alto-mar; acesso a informações e cooperação científica em temas marinhos; e repartição justa e equitativa de benefícios advindos do aproveitamento científico e comercial de recursos genéticos marinhos do alto-mar, entendido pelo Brasil como patrimônio comum da humanidade. As negociações do instrumento serão retomadas no período de 20 de fevereiro a 2 de março de 2023, em Nova York.

Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos

A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) é organismo internacional estabelecido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) para administrar o regime de exploração e aproveitamento dos recursos minerais dos fundos marinhos em águas internacionais. A ISA tem 167 Estados membros, além da União Europeia. O Brasil tem interesse nas avaliações de viabilidade de aproveitamento dos fundos marinhos para fins de prospecção e mineração, devido às importantes reservas em sua plataforma continental estendida.

Desde 2015, encontra-se em negociação na ISA o "Código de Mineração", que abrange regras, regulamentos, padrões, diretrizes, definição do modelo financeiro de pagamentos a ser aplicado aos contratantes e distribuição de benefícios, que permitirão aos países membros interessados iniciar, no futuro, atividades de mineração na chamada "Área" (fundos marinhos e seu subsolo além dos limites da jurisdição nacional), a partir de contratos celebrados com a ISA.

Há dúvida quanto à comprovação da viabilidade e dos impactos ambientais da mineração dos fundos marinhos. Em consequência, crescente número de países defende a suspensão de atividades de mineração na "Área", indo desde "pausa preventiva" de 10 a 15 anos até moratória global sem prazo definido. Devido à vasta área marítima brasileira e ao processo em curso de ampliação da plataforma continental estendida, o tema é considerado prioritário.

ANEXOS

Estados Membros

A ONU possui hoje 193 estados membros. Segue lista de todos os países que fazem parte das Nações Unidas, assim como a data de sua admissão na Organização. Seus 51 membros fundadores estão marcados com asterisco:

1. Afeganistão (19 de novembro de 1946)
2. África do Sul (7 de novembro de 1945)*
3. Albânia (14 de dezembro de 1955)
4. Alemanha (18 de setembro de 1973) (4)
5. Andorra (28 de julho de 1993)
6. Angola (1º de dezembro de 1976)
7. Antígua e Barbuda (11 de novembro de 1981)
8. Arábia Saudita (24 de outubro de 1945)*
9. Argélia (8 de outubro de 1962)
10. Argentina (24 de outubro de 1945)*
11. Armênia (2 de março de 1992)
12. Austrália (1º de novembro de 1945)*
13. Áustria (14 de dezembro de 1955)
14. Azerbaijão (2 de março de 1992)
15. Bahamas (18 de setembro de 1973)
16. Bangladesh (17 de setembro de 1974)
17. Barbados (9 de dezembro de 1966)
18. Barein (21 de setembro de 1971)
19. Belarus (24 de outubro de 1945)*
20. Bélgica (27 de dezembro de 1945)*
21. Belize (25 de setembro de 1981)
22. Benin (20 de setembro de 1960)
23. Bolívia (14 de novembro de 1945)*
24. Bósnia-Herzegóvina (22 de maio de 1992) (1)
25. Botsuana (17 de outubro de 1966)
26. Brasil (24 de outubro de 1945)*
27. Brunei (21 de setembro de 1984)
28. Bulgária (14 de dezembro de 1955)
29. Burkina Fasso (20 de setembro de 1960)
30. Burundi (18 de setembro de 1962)
31. Butão (21 de setembro de 1971)

Cabo Verde (16 de setembro de 1975)
32. Camarões (20 de setembro de 1960)
33. Camboja (14 de dezembro de 1955)
34. Canadá (9 de novembro de 1945)*
35. Catar (21 de setembro de 1971)
36. Cazaquistão (2 de março de 1992)
37. Chade (20 de setembro de 1960)
38. Chile (24 de outubro de 1945)*
39. China (24 de outubro de 1945)*
40. Chipre (20 de setembro de 1960)
41. Cingapura (21 de setembro de 1965)
42. Colômbia (5 de novembro de 1945)*
43. Comores (12 de novembro de 1975)
44. Congo (20 de setembro de 1960) (3)
45. Coréia do Norte (17 de setembro de 1991)
46. Coréia do Sul (17 de setembro de 1991)
47. Costa do Marfim (20 de setembro de 1960)
48. Costa Rica (2 de novembro de 1945)*
49. Croácia (22 de maio de 1992) (1)
50. Cuba (24 de outubro de 1945)*
51. Dinamarca (24 de outubro de 1945)*
52. Djibuti (20 de setembro de 1977)
53. Dominica (18 de dezembro de 1978)
54. Egito (24 de outubro de 1945)*
55. El Salvador (24 de outubro de 1945)*
56. Emirados Árabes Unidos (9 de dezembro de 1971)
57. Equador (21 de dezembro de 1945)*
58. Eritréia (28 de maio de 1993)
59. Eslováquia (19 de janeiro de 1993) (2)
60. Eslovênia (22 de maio de 1992) (1)
61. Espanha (14 de dezembro de 1955)
62. Estados Unidos (24 de outubro de 1945)*
63. Estônia (17 de setembro de 1991)
64. Etiópia (13 de novembro de 1945)*
65. Federação Russa (24 de outubro de 1945)* (5)
66. Fiji (13 de outubro de 1970)
67. Filipinas (24 de outubro de 1945)*

68. Finlândia (14 de dezembro de 1955)
69. França (24 de outubro de 1945)*
70. Gabão (20 de setembro de 1960)
71. Gâmbia (21 de setembro de 1965)
72. Gana (8 de março de 1957)
73. Geórgia (31 de julho de 1992)
74. Granada (17 de setembro de 1974)
75. Grécia (25 de outubro de 1945)*
76. Guatemala (21 de novembro de 1945)*
77. Guiana (20 de setembro de 1966)
78. Guiné (12 de dezembro de 1958)
79. Guiné-Bissau (17 de setembro de 1974)
80. Guiné-Equatorial (12 de novembro de 1968)
81. Haiti (24 de outubro de 1945)*
82. Holanda – Países Baixos (10 de dezembro de 1945)*
83. Honduras (17 de dezembro de 1945)*
84. Hungria (14 de dezembro de 1955)
85. Iêmen (30 de setembro de 1947)
86. Ilhas Marshall (17 de setembro de 1991)
87. Ilhas Salomão (19 de setembro de 1978)
88. Índia (30 de outubro de 1945)*
89. Indonésia (28 de setembro de 1950)
90. Irã (24 de outubro de 1945)*
91. Iraque (21 de dezembro de 1945)*
92. Irlanda (14 de dezembro de 1955)
93. Islândia (19 de novembro de 1946)
94. Israel (11 de maio de 1949)
95. Itália (14 de dezembro de 1955)
96. Jamaica (18 de setembro de 1962)
97. Japão (18 de dezembro de 1956)
98. Jordânia (14 de dezembro de 1955)
99. Kiribati (14 de setembro de 1999)
100. Kuweit (14 de maio de 1963)
101. Laos (14 de dezembro de 1955)
102. Lesoto (17 de outubro de 1966)
103. Letônia (17 de setembro de 1991)
104. Líbano (24 de outubro de 1945)*

105. Libéria (2 de novembro de 1945)*
106. Líbia (14 de dezembro de 1955)
107. Liechtenstein (18 de setembro de 1990)
108. Lituânia (17 de setembro de 1991)
109. Luxemburgo (24 de outubro de 1945)*
110. Macedônia (8 de abril de 1993) (1)
111. Madagáscar (20 de setembro de 1960)
112. Malásia (17 de setembro de 1957)
113. Malauí (1º de dezembro de 1964)
114. Maldivas (21 de setembro de 1965)
115. Mali (28 de setembro de 1960)
116. Malta (1º de dezembro de 1964)
117. Marrocos (12 de novembro de 1956)
118. Maurício (24 de abril de 1968)
119. Mauritânia (27 de outubro de 1961)
120. México (7 de novembro de 1945)*
121. Micronésia (17 de setembro de 1991)
122. Moçambique (16 de setembro de 1975)
123. Mianmar (19 de abril de 1948)
124. Moldávia (2 de março de 1992)
125. Mônaco (28 de maio de 1993)
126. Mongólia (27 de outubro de 1961)
127. Montenegro (28 de junho de 2006) (1) (6)
128. Namíbia (23 de abril de 1990)
129. Nauru (14 de setembro de 1999)
130. Nepal (14 de dezembro de 1955)
131. Nicarágua (24 de outubro de 1945)*
132. Níger (20 de setembro de 1960)
133. Nigéria (7 de outubro de 1960)
134. Noruega (27 de novembro de 1945)*
135. Nova Zelândia (24 de outubro de 1945)*
136. Omã (7 de outubro de 1971)
137. Palau (15 de dezembro de 1994)
138. Panamá (13 de novembro de 1945)*
139. Papua Nova Guiné (10 de outubro de 1975)
140. Paquistão (30 de setembro de 1947)
141. Paraguai (24 de outubro de 1945)*

142. Peru (31 de outubro de 1945)*
143. Polônia (24 de outubro de 1945)*
144. Portugal (14 de dezembro de 1955)
145. Quênia (16 de dezembro de 1963)
146. Quirguistão (2 de março de 1992)
147. Reino Unido (24 de outubro de 1945)*
148. República Centro-Africana (20 de setembro de 1960)
149. República Democrática do Congo (20 de setembro de 1960)
150. República Dominicana (24 de outubro de 1945)*
151. República Tcheca (19 de janeiro de 1993) (2)
152. Romênia (14 de dezembro de 1955)
153. Ruanda (18 de setembro de 1962)
154. Samoa (15 de dezembro de 1976)
155. San Marino (2 de março de 1992)
156. Santa Lúcia (18 de setembro de 1979)
157. São Cristóvão e Névis (23 de setembro de 1983)
158. São Tomé e Príncipe (16 de setembro de 1975)
159. São Vicente e Granadinas (16 de setembro de 1980)
160. Senegal (28 de setembro de 1960)
161. Serra Leoa (27 de setembro de 1961)
162. Sérvia (1º de novembro de 2000) (1) (6)
163. Seicheles (21 de setembro de 1976)
164. Síria (24 de outubro de 1945)*
165. Somália (20 de setembro de 1960)
166. Sri Lanka (14 de dezembro de 1955)
167. Suazilândia (24 de setembro de 1968)
168. Sudão (12 de novembro de 1956)
169. Sudão do Sul (14 de julho de 2011)
170. Suécia (19 de novembro de 1946)
171. Suíça (10 de setembro de 2002)
172. Suriname (4 de dezembro de 1975)
173. Tadjiquistão (2 de março de 1992)
174. Tailândia (16 de dezembro de 1946)
175. Tanzânia (14 de dezembro de 1961)
176. Timor Leste (27 de setembro de 2002)
177. Togo (20 de setembro de 1960)
178. Tonga (14 de setembro de 1999)

179. Trinidad e Tobago (18 de setembro de 1962)
180. Tunísia (12 de novembro de 1956)
181. Turquia (24 de outubro de 1945)*
182. Turcomenistão (2 de março de 1992)
183. Tuvalu (5 de setembro de 2000)
184. Ucrânia (24 de outubro de 1945)*
185. Uganda (25 de outubro de 1962)
186. Uruguai (18 de dezembro de 1945)*
187. Uzbequistão (2 de março de 1992)
188. Vanuatu (15 de setembro de 1981)
189. Venezuela (15 de novembro de 1945)*
190. Vietnã (20 de setembro de 1977)
191. Zâmbia (1º de dezembro de 1964)
192. Zimbábue (25 de agosto de 1980)

(1) A República Federal Socialista da Iugoslávia foi membro-fundador das Nações Unidas até sua dissolução e subseqüente admissão de novos membros: Bósnia-Herzegóvina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia.

(2) A Tcheco-Eslováquia foi membro-fundador da ONU até a divisão do país em República Tcheca e Eslováquia. Ambas fazem parte hoje da Organização.

(3) O Zaire foi membro da ONU até a mudança de seu nome para República Democrática do Congo, em 1997.

(4) A República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã foram membros da ONU de 1973 a 1990 quando os dois países decidiram se unificar.

(5) A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi membro-fundador da ONU e, em 1991, tornou-se Federação Russa, após seu desmembramento em vários países.

(6) Em 2003, a República Federativa da Iugoslávia mudou seu nome para Sérvia e Montenegro. Após a independência de Montenegro, em 2006, Sérvia e Montenegro tornaram-se, cada um, membros da Organização.

Evolução do Número de Países Membros

Ano	Total de países-membros da ONU	Novos integrantes
1945	51	África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Bielorrússia, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Etiópia, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Iugoslávia, Irã, Iraque, Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, República Filipina (Filipinas), Síria, Tchecoslováquia, Turquia, Ucrânia, URSS, Uruguai, Venezuela
1946	55	Afeganistão, Islândia, Sião (Tailândia), Suécia
1947	57	Paquistão, Iêmen
1948	58	Burma (Mianmar)
1949	59	Israel
1950	60	Indonésia
1955	76	Albânia, Áustria, Bulgária, Camboja, Ceilão (Sri Lanka), Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Jordânia, Laos, Líbia, Nepal, Portugal, Romênia, Espanha
1956	80	Japão, Marrocos, Sudão, Tunísia
1957	82	Gana, Federação da Malásia (Malásia)
1958	82	Guiné

1960	99	Brazzaville (Congo), Camarões, Chade, Chipre, Côte d´Ivoire, Daomé (Benin), Gabão, Leopoldville (República Democrática do Congo), Mali, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, República Malgaxe (Madagascar), Senegal, Somália, Togo, Upper Volta (Burkina Faso)
1961	104	Mauritânia, Mongólia, Serra Leoa, Tanzânia.
1962	110	Argélia, Burundi, Jamaica, Ruanda, Trindade e Tobago, Uganda
1963	113	Kuwait, Quênia, Zanzibar (Tanzânia)
1964	115	Malauí, Malta, Zâmbia
1965	117	Gâmbia, Ilhas Maldivas, Singapura
1966	122	Barbados, Botsuana, Guiana, Lesoto
1967	123	Iêmen
1968	126	Guiné Equatorial, Ilhas Mauritius, Suazilândia
1970	127	Ilhas Fiji
1971	132	Bahrein, Butão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã
1973	135	Bahamas, República Democrática da Alemanha, República Federativa da Alemanha
1974	138	Bangladesh, Granada, Guiné-Bissau
1975	144	Cabo Verde, Comores, Moçambique, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Suriname
1976	147	Angola, Samoa, Seicheles.
1977	149	Djibuti, Vietnã
1978	151	Dominica, Ilhas Salomão

1979	152	Santa Lúcia
1980	154	São Vicente e Granadinas, Zimbábue
1981	157	Antigua e Barbuda, Belize, Vanuatu
1983	158	São Cristovão e Nevis
1984	159	Brunei Darussalam
1990	159	Liechtenstein, Namíbia
1991	166	Estônia, Letônia, Lituânia, Ilhas Marshall, Micronésia, República da Coréia, República Democrática da Coréia
1992	179	Armênia, Azerbaijão, Bósnia e Herzegovina, Cazaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldova, Quirguistão, San Marino, Tajiquistão, Turquemenistão, Uzbequistão
1993	184	Andorra, Eritreia, Eslováquia, Macedônia, Mônaco, República Tcheca
1994	185	Palau
1999	188	Kiribati, Nauru, Tonga
2000	189	República Federativa da Iugoslávia, Tuvalu
2002	191	Suíça, Timor-Leste
2006	192	Montenegro
2011	193	Sudão do Sul

Atos Brasil-ONU

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação (D.O.U)
Acordo Básico de Assistência Técnica	11/09/1952	03/12/1956	06/06/1957
Acordo Concernente à	16/09/1960	16/09/1960	10/10/1960

Assistência a ser Prestada pelo Fundo Especial das Nações Unidas (e Ajuste Interpretativo)			
Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil/ONU, suas Agências Especializadas e Agência Internacional de Energia Atômica. Adesão da IMCO e da UNIDO.	29/12/1964	02/05/1966	30/09/1966
Ajuste Relativo a Reinstalação do Centro de Informação das Nações Unidas no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro	03/04/1987	03/04/1987	14/08/1987
Acordo, por Troca de Cartas, visando a Regulamentar a Cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército à Operação de Paz da ONU em Moçambique (ONUMOZ)	28/11/1994	Em ratificação	08/05/1997
Acordo Relativo à Terceira Reunião da Conferência das Partes do Protocolo de Cartagena e à Oitava Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica	28/09/2005		07/10/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e as Nações Unidas relativo aos Arranjos para a Quinta Sessão do Fórum Urbano Mundial	21/10/2009	21/10/2009	19/11/2009
Programa Executivo do Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Ações de Cooperação na Área de Gestão de Políticas Públicas	17/11/2009	17/11/2009	04/12/2009
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da	24/03/2010	24/03/2010	30/03/2010

República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica sobre a Realização do Trigésimo Terceiro Período de Sessões da CEPAL			
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa de Voluntários das Nações Unidas	12/08/2010	12/08/2010	
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012	05/04/2012		29/05/2012
Emenda ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional entre Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	04/09/2013		27/01/2014
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	06/06/2015		06/08/2015
Acordo entre a República Federativa do Brasil e as Nações Unidas sobre Providências para a Reunião do Fórum de Governança da Internet em 2015	28/10/2015	28/10/2015	09/11/2015
Acordo, por Troca de Notas, entre a República Federativa do	13/11/2015		16/11/2015

Brasil e as Nações Unidas para Sediar a Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas Técnicos para a Avaliação e Manejo de Riscos			
Acordo, Por Troca de Notas, Relativo à Conferência Regional da América Latina e do Caribe da Década Internacional dos Afrodescendentes	27/11/2015	01/12/2015	03/12/2015
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados para o Estabelecimento e o Funcionamento de Escritório do ACNUR no Brasil	19/02/2018		
Acordo de Sede para Realização do Simpósio das Nações Unidas / Brasil sobre Tecnologia Espacial Básica	16/08/2018		29/08/2018
Acordo de Sede, por Trocas de Notas, relativo ao Curso de Manutenção de Equipamentos de Engenharia para Oficiais.	31/05/2019	31/05/2019	05/09/2019
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a realização do curso de treinadores mestres “Buddy First Aid Course”.	09/09/2019	09/09/2019	20/12/2019
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, representada pelo programa das Nações Unidas	18/10/2019	18/10/2019	20/12/2019

para o Meio Ambiente sobre a reunião preparatória regional de América Latina e Caribe para a terceira conferência das partes da convenção de MINAMATA sobre mercúrio (COP3).			
Programa Executivo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos para a Implementação do Programa de Resiliência Urbana de Teresina.	09/10/2019	09/10/2019	28/10/2021

Atos Multilaterais

Nome	Data de Celebração	Data de Promulgação	Data de Publicação (D.O.U)
Carta das Nações Unidas (da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça)	26/06/1945	22/10/1945	05/11/1945
Constituição da Organização Internacional do Trabalho	09/10/1946	20/10/1948	24/11/1948
Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio	09/12/1948	06/05/1952	09/05/1952
Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados	28/07/1951	28/01/1961	30/01/1961
Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher	31/03/1953	12/09/1963	17/09/1963
Estatuto da Agência Internacional de Energia	26/10/1956	27/08/1957	03/09/1957

Atômica			
Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	10/06/1958	23/07/2002	24/07/2002
Tratado da Antártida	01/12/1959	11/07/1975	14/07/1975
Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas	18/04/1961	08/06/1965	11/06/1965
Convenção de Viena sobre Relações Consulares	24/04/1963	26/07/1967	28/07/1967
Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares	21/05/1963	03/09/1993	06/09/1993
Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água	05/08/1963	26/04/1966	29/04/1966
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial	21/12/1965	08/12/1969	10/12/1969
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos	16/12/1966	06/07/1992	07/07/1992
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	19/12/1966	06/07/1992	07/07/1992
Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, Inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes	27/01/1967	17/04/1969	22/04/1969
Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares	01/07/1968	07/12/1998	08/12/1998
Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados	23/05/1969	14/12/2009	15/12/2009
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	18/12/1979	13/09/2002	16/09/2002

Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar	10/12/1982	12/03/1990	14/03/1990
Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	10/12/1984	15/02/1991	18/02/1991
Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	20/12/1988	26/06/1991	27/06/1991
Convenção sobre os Direitos da Criança	20/11/1989	21/11/1990	22/11/1990
Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	09/05/1992	01/07/1998	02/07/1998
Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no Mundo (CPAQ)	13/01/1993	01/03/1999	02/03/1999
Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima	14/12/1997	12/05/2005	13/05/2005
Estatuto do Tribunal Penal Internacional	17/07/1998	25/09/2002	26/09/2002
Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas	12/08/1998	25/09/2002	27/09/2002
Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional	15/11/2000	12/03/2004	15/03/2004
Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças	15/11/2000	28/02/2004	15/03/2004

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea	15/11/2000	28/02/2004	15/03/2004
Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e Munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional	31/05/2001	30/04/2006	27/10/2006
Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida)	31/10/2003	14/12/2005	01/02/2006
Emenda ao Artigo 1 da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, adotada em 21 de dezembro de 2001, e seu Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V, adotado em 28 de novembro de 2003	28/11/2003	30/11/2010	08/12/2017
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo	13/12/2006	01/08/2008	26/08/2009
Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimento Forçado	20/12/2006	29/11/2010	11/05/2016
Acordo de Paris sob a	12/12/2015	21/09/2016	06/06/2017

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)			
Tratado para a Proibição das Armas Nucleares	20/09/2017	Em tramitação	
Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe ("Acordo de Escazú")	27/09/2018		
Convenção das Nações Unidas sobre Acordos Internacionais Resultantes de Mediação (Convenção de Singapura)	04/06/2021	Em tramitação	

Lista de maiores contribuintes das Nações Unidas

Orçamento regular (2023)		**Orçamento das operações de paz (2022-2024)**	
País	**Cota**	**País**	**Cota**
Estados Unidos	22,000%	Estados Unidos	22,000%
China	15,254%	China	15,254%
Japão	8,033%	Japão	8,033%
Alemanha	6,111%	Alemanha	6,111%
Reino Unido	4,375%	Reino Unido	4,375%
França	4,318%	França	4,318%
Itália	3,189%	Itália	3,189%
Canadá	2,628%	Canadá	2,628%
Coreia do Sul	2,574%	Coreia do Sul	2,574%
Espanha	2,134%	Espanha	2,134%

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA

MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Candidato: SÉRGIO FRANÇA DANESE

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Sérgio França Danese

O Embaixador Sérgio França Danese ocupa, no momento, a posição de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil em Lima, Peru. Nascido em São Paulo, em 1954, foi aluno do antigo Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo e de seu sucessor, o Colégio Estadual Fidelino de Figueiredo, entre 1966 e 1972. É bacharel em Letras Modernas (Português, Francês e Espanhol) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (1973-1976). Cursou pós-graduação em Letras Ibero-Americanas na Universidade Nacional Autônoma do México.

Ingressou na Carreira Diplomática em 1980, obtendo o Prêmio Rio Branco e a Medalha de Vermeil no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Foi promovido a Segundo Secretário, em 1984, e, por merecimento, a Primeiro Secretário, em 1989, a Conselheiro, em 1994, a Ministro de Segunda Classe, em 2000, e a Ministro de Primeira Classe, em 2008. Em 1997, defendeu tese do Curso de Altos Estudos, com o título: “Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira", aprovada com louvor.

Em sua trajetória diplomática no Brasil, atuou como assessor do Chefe do Departamento das Américas do Itamaraty (1981-1985), assessor do Gabinete Civil da Presidência da República – Assessoria Internacional da Presidência (1985-1987), assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores (1992-1993), Secretário-Geral da Delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), Assessor Especial do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-1994), Assessor de Gabinete e Porta-Voz do Ministro da Fazenda (1994), Coordenador, Conselheiro Político e Porta-voz do Ministro de Relações Exteriores (1995-1998), Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2009-2012), Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012-2015), Secretário-Geral das Relações Exteriores (2015-2016), Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho de Administração da Itaipu Binacional (2015-2016) e Ministro de Estado interino das Relações Exteriores (2015-2016), na ausência do titular.

No exterior, foi Secretário nas Embaixadas em Washington (1987-1990) e no México (1990-1992), Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Representante do Brasil junto ao Ponto de Contato do Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis (1998-2000) em Paris, Ministro Conselheiro em Buenos Aires (2000-2005), Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na Argélia (2005-2009), na Argentina (2016-2020), na África do Sul, cumulativa com a República de Maurício e Reino do Lesoto (2020-2022), e no Peru (2022-presente).

Foi professor do Instituto Rio Branco nas cadeiras de História Diplomática do Brasil (1982-1987 e 1994-1995), de Literatura Hispano-Americana (1982) e de Política Externa Brasileira Contemporânea (1993-1995). Participou de bancas examinadoras do Curso de Altos Estudos, como relator (por três vezes) e presidente (em 2022). Dentre suas obras publicadas, destacam-se livros, artigos e ensaios sobre diplomacia e política exterior (em português, espanhol e francês), romances e ficção infanto-juvenil.

Devido ao seu longo trabalho em prol da política externa brasileira, o Embaixador Sérgio Danese foi designado pelo Ministério das Relações Exteriores como o próximo representante permanente do Brasil nas Nações Unidas, para suceder o diplomata Ronaldo Costa Filho, que ocupa o posto desde 2019.

ASPECTOS DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA ONU
(Elaborado pelo Embaixador Ronaldo Costa Filho, que deixa o posto)

I – ÁREAS DE ATUAÇÃO DO POSTO

2. O Posto atua nos três pilares básicos da ONU: paz e segurança (inclusive, como membro eleito do Conselho de Segurança para o biênio 2022-2023); desenvolvimento; e direitos humanos; estes últimos tratados no âmbito do plenário da Assembleia-Geral e suas seis Comissões especializadas além do Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

3. No âmbito desses três pilares, o Posto se ocupa de amplo arco de temas, de acordo com a agenda da Organização das Nações Unidas, o que compreende, por exemplo, meio ambiente, desarmamento e não-proliferação, missões de paz, migrações, programas e fundos de apoio ao desenvolvimento - como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) -, questões políticas internacionais (como o conflito israelo-palestino), direito internacional, questões orçamentárias (vide parte V) e diversos processos eleitorais da Organização.

II - TEMAS DE INTERESSE DO BRASIL NA ORGANIZAÇÃO

4. Na condição de país com histórico e compromisso com os temas multilaterais, o Brasil procura acompanhar, de perto, todos os temas de relevo na Organização. Para fins desse relatório, destaco quatro áreas que têm demandado maior envolvimento brasileiro, dada a relevância dos temas e o interesse nacional.

5. Com a eclosão do conflito na Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem mantido reuniões, em diferentes formatos, sobre a crise ucraniana em bases regulares – em média, semanalmente –, sem chegar a consenso para a adoção de medidas práticas. Em cenário marcado pela polarização política em escala global, o Brasil tem buscado manter posição de equilíbrio e de análise criteriosa, segundo seus méritos intrínsecos, das iniciativas colocadas perante o Conselho. Em suas intervenções, tem defendido solução pacífica para o conflito e a preservação do diálogo com ambas as partes, evitando alinhamento com qualquer dos dois lados e o isolamento da Rússia. O Brasil se apresenta também como capaz de participar de eventuais processos de paz. A partir de 2023, passou a defender a renovação dos esforços de mediação.

6. O Brasil, ademais, concentra esforços na Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustável (ODS) a ela associados. Destaco, no âmbito da Agenda, a área de desenvolvimento sustentável. O principal mecanismo de seguimento, nesse caso, é o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (“HLPF”), que se reúne anualmente para promover debates temáticos e para revisar a implementação dos ODS, incluindo por meio da apresentação de revisões nacionais voluntárias (“VNRs”) pelos países e a adoção de declarações ministeriais. O acompanhamento dos ODS ora se entrelaça com várias atividades propostas pelo Secretário-Geral da ONU em documento programático “Nossa Agenda Comum”(OCA). Em relação às atividades da OCA, Brasil tem procurado garantir seu espaço negociador (e dos Estados-Membros, de modo geral), em um universo de envolvimento maior de atores não estatais (“multistakeholderism”), bem como zelar para que as múltiplas atividades da OCA contribuam para a consecução das ODS.

7. No temário de direitos humanos e de questões sociais, o País teve atuação relevante nas negociações, com vistas tanto a assegurar pontos prioritários como a construir consensos possíveis. O Brasil foi coautor e/ou facilitador de cerca de 20 resoluções sobre temas como direito à privacidade na era digital, eliminação do racismo e da discriminação racial, desenvolvimento social, direitos da criança, envelhecimento, doenças raras e voluntariado, entre outros. Destacam-se:

a) as negociações das modalidades das três reuniões de alto nível da AGNU sobre temas sanitários previstas para setembro de 2023 - prevenção, prontidão e resposta a pandemias; tuberculose e cobertura universal de saúde -, bem como da resolução do grupo "Política Externa e Saúde Global", do qual faz parte;

b) os trabalhos para a consecução da agenda de igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e meninas, ressaltando-se a participação ativa do Brasil nas negociações de resoluções sobre violência contra mulheres e meninas, tráfico de mulheres e meninas, mutilação genital feminina, entre outras, bem como nas sessões anuais da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), principal foro internacional sobre a agenda feminina.

c) a participação da Missão, nos últimos três anos, nas 19ª, 20ª e 21ª e sessões do Fórum Permanente de Questões Indígenas (FPQI), que é o principal evento das Nações Unidas para o tema, reunindo anualmente 16 peritos, metade indicada pelos governos, metade indicada pela Presidência da Assembleia Geral, a partir de consultas com representantes indígenas, bem como estados membros, representantes indígenas e integrantes da sociedade civil. O Brasil tem ressaltado a continuidade do compromisso com instrumentos internacionais de direitos humanos de Povos Indígenas, incluindo a Declaração da ONU sobre os Direitos de Povos Indígenas, a Convenção n. 169 da OIT e o Documento Final da Conferência Mundial dos Povos Indígenas.

8. O Brasil, outrossim, exerce papel ativo nas chamadas "Negociações Intergovernamentais" (IGNs) que se debruçam sobre a reforma do Conselho de Segurança.

III. CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

9. O Brasil, como é sabido, abre costumeiramente, todos os anos, na terceira terça-feira de setembro, Assembleia Geral das Nações Unidas. A condição de primeiro país orador dá alta visibilidade ao discurso do Brasil.

10. A segunda-feira antes da abertura da nova Assembleia Geral tem sido reservada para eventos de alto nível sobre temas de maior interesse global, como meio ambiente, energia, segurança alimentar. Ainda está sendo ajustado o calendário para 2023, mas deve incluir, ao menos, debates sobre temas de saúde e, em nível ministerial, sobre a "Cúpula do Futuro", iniciativa do Secretário-Geral da ONU, proposta em "Nossa Agenda Comum".

11. A Comissão sobre a Situação da Mulher é o segundo evento de maior participação na ONU e ocorre no mês de março de cada ano.

12. O Foro Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, tratado acima, é o outro momento de reunião de grande envergadura das Nações Unidas.

13. Por fim, recordo que o Brasil assumirá, pela segunda vez neste mandato, no mês de outubro de 2023, a presidência do Conselho de Segurança.

IV. GRUPOS DE INTERESSE E COALIZÕES

14. O Brasil atua em várias configurações diferentes, dentre as quais têm maior relevo as seguintes:

a) o Grupo Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC), que se reúne, ao menos mensalmente, para tratamento das questões da ONU de uma perspectiva regional.

b) o G77+China, que congrega países em desenvolvimento ou do chamado Sul Global para articulação de posições comuns, particularmente na agenda econômica;

c) o "core group" LGBTI, do qual é fundador e que conta atualmente com mais de 40 países membros;

d) Grupo de Trabalho Aberto sobre o Envelhecimento (OEWGA), órgão subsidiário da AGNU de periodicidade anual;

e) o G-4 (composto, além do Brasil, por Alemanha, Índia e Japão) e o L.69 (com participação de países em desenvolvimento) são os dois principais agrupamentos de que o Brasil faz parte para avançar nas questões pertinentes à reforma do Conselho de Segurança;

f) em temas relativos ao desarmamento, não-proliferação e cooperação internacional na área nuclear, o Brasil se reúne na Coalizão da Nova Agenda, com África do Sul, Egito, Irlanda, México e Nova Zelândia;

g) o IBAS (Foro de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul), o BRICS (Agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) e a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) marcam fortemente a identidade multilateral do Brasil e podem reunir-se para o trato de variada gama de temas. No caso do IBAS, em particular, para aprovar projetos do Fundo IBAS, gerido pela Unidade Sul-Sul do PNUD.

V. QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS

15. Quanto às questões orçamentárias, destaco que o orçamento regular das Nações Unidas, para 2023, é de US$ 3,4 bilhões, ao passo que os orçamentos referentes às missões de manutenção da paz, para o ano fiscal de julho de 2022 a junho de 2023, e ao mecanismo residual para tribunais penais (MRTPI), para 2023, são de US$ 6,45 bilhões e de US$ 71,8 milhões, respectivamente. Pelos critérios de repartição do custeio da organização, o Brasil é atualmente o 12º maior contribuinte (responsável por cerca de 2%) do orçamento regular e o 26º (responsável por cerca de 0,4%) para as missões de paz.

16. Até 22/03/2023, o passivo total do Brasil junto às Nações Unidas era de US$ 276.201.347,28, divididos da seguinte forma:

(i) Orçamento regular: US$ 58.886.810,00;

(ii) Missões de paz: US$ 215.928.499,83; e

(iii) MRTPI: US$ 1.386.037,45.

17. O país figura, atualmente, como o quarto maior devedor da organização. A estimativa mais recente do Secretariado é de que, para evitar a perda de voto a partir de 1º de janeiro de 2024, o Brasil deverá quitar, até o final do ano corrente, o valor mínimo de US$ 108.182.918 (montante sujeito a alterações ao longo do ano).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capaz de gerar benefícios concretos para a população brasileira e de contribuir para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à Organização das Nações Unidas em Nova York.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil na Organização das Nações Unidas em Nova York.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Coordenar a participação brasileira e a defesa dos interesses brasileiros, em articulação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e em coordenação com outros órgãos federais e representações da sociedade civil organizada, nas diversas instâncias políticas, setoriais e técnicas da ONU em Nova York, de maneira a garantir que o interesse nacional seja plasmado nas discussões intergovernamentais, bem como nas estratégias, conceitos e atividades desempenhadas pela ONU, em sua atuação internacional e em seus métodos de trabalho;
2. Ampliar as parcerias políticas e a influência do Brasil nos processos decisórios da ONU, com vistas à projeção e à atuação globais do Brasil, com foco no desenvolvimento sustentável nacional, e à defesa e promoção dos interesses brasileiros;
3. Aprofundar a concertação político-diplomática entre os estados membros da ONU na promoção de valores comuns e pontos de vista afins às necessidades dos países em desenvolvimento em geral e do Brasil em particular;
4. Acompanhar a execução das ações e dos projetos da ONU, com especial atenção àqueles que sejam executados em coordenação com o Escritório da Coordenadora Residente da ONU em Brasília, ou que envolvam parcerias com instituições brasileiras;
5. Aprofundar os contatos políticos e a cooperação com os demais estados membros, nas áreas sob mandato da ONU, em caráter complementar ao relacionamento bilateral entre o Brasil e esses países;
6. Contribuir para a projeção internacional da atuação brasileira dentro da Organização, divulgando as melhores práticas brasileiras em cada área da ONU e identificando oportunidades de cooperação;
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência; e
8. Reforçar a presença brasileira no Secretariado da Organização.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar, relatar e avaliar discussões com repercussão para a agenda de comércio e investimentos com demais estados membros e no âmbito do Secretariado da ONU;

2. Facilitar e apoiar contatos e iniciativas para fomentar o conhecimento mútuo entre instituições brasileiras, de natureza pública ou privada, interessadas em ampliar sua atuação no âmbito da ONU em temas de comércio e investimentos;

3. Em parceria com o Consulado do Brasil em Nova York, fomentar maior participação de empresas brasileiras nas compras de bens e serviços realizadas pelo sistema ONU. Apesar de ser importante exportador de vários setores procurados pela Organização, o Brasil ocupa tão somente o 44º lugar entre os fornecedores da ONU - equivalente a cerca de 0,5% do total.

4. Buscar maior envolvimento do setor privado brasileiro com atividades e programas da ONU, com vistas a permitir maior espaço de projeção internacional e visibilidade de boas práticas empresariais brasileiras que guardem relação com as áreas de atuação e valores da ONU;

5. Apoiar a divulgação de relatórios da ONU referentes a comércio e investimentos e disseminar seu conteúdo entre as autoridades brasileiras competentes na matéria, de maneira a subsidiar a construção de políticas públicas e estratégias comerciais em sintonia com o panorama mundial;

6. Apoiar, no âmbito multilateral, os esforços do Governo brasileiro por promover e preservar a imagem de confiabilidade do Brasil perante a comunidade internacional e as boas relações políticas com parceiros importantes em todo o mundo.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de participações em eventos ou propostas de iniciativas voltadas à participação do setor privado em programas e atividades da ONU, bem como em licitações do sistema onusiano;

2. Número de expedientes telegráficos sobre temas ou iniciativas com impactos para a promoção do comércio e de investimentos.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS;

[**NOTA:** A atuação da Delegação Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York dá-se fundamentalmente no âmbito multilateral. Ainda assim, o contato frequente com os demais estados membros proporciona oportunidade para o aprofundamento das relações políticas bilaterais.]

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Por meio de contato com os demais Representantes Permanentes dos estados membros junto à ONU, obter informações sobre as conjunturas nacionais e a atuação internacional dos países membros a fim de contribuir com subsídios para a formulação da política externa brasileira nas relações bilaterais com esses países;

2. Acompanhar, em articulação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e as Embaixadas do Brasil, no exterior, o desenvolvimento de temas politicamente sensíveis nas altas instâncias da ONU e sua repercussão em âmbito bilateral;

3. Colaborar na articulação de reuniões bilaterais entre autoridades brasileiras e dos demais membros à margem das principais reuniões da ONU em Nova York;

4. Realizar gestões junto aos Representantes Permanentes dos estados membros junto à ONU para angariar apoio a candidaturas brasileiras na Organização.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de comunicações que transmitam informações sobre a conjuntura nacional, a atuação internacional dos países membros nas áreas sob mandato da ONU, e o desenvolvimento de temas politicamente sensíveis para as relações bilaterais do Brasil;
2. Número de reuniões bilaterais à margem dos eventos da ONU;
3. Número de apoios obtidos para candidaturas brasileiras na própria Organização ou em outros organismos multilaterais.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar e defender os interesses e perspectivas brasileiros nas atividades desenvolvidas pela Organização nas áreas de seu mandato;

2. Preparar e coordenar a atuação da delegação brasileira nas reuniões periódicas dos principais órgãos da ONU. Negociar com demais estados membros de modo a assegurar que os interesses do Brasil estejam refletidos nas decisões da Organização;

3. Preparar e coordenar a atuação da delegação brasileira em reuniões preparatórias e extraordinárias, bem como em grupos de trabalho constituídos *ad hoc*, de modo a assegurar que os interesses do Brasil estejam refletidos em suas decisões;

4. Acompanhar reuniões ministeriais extraordinárias organizadas pela ONU a exemplo da reunião preparatória, em setembro de 2023, para a Cúpula do Futuro, a ser realizada em 2024;

5. Preparar e coordenar a atuação da delegação brasileira em negociações de instrumentos político-diplomáticos previstas no calendário da ONU, de modo a assegurar que as perspectivas do Brasil e o interesse nacional estejam refletidos no referidos instrumentos;

6. Preparar e coordenar a atuação brasileira nos grupos de concertação política e diplomática dentro da Organização, em particular o Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC), o G77/China, com os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos agrupamentos IBAS (Brasil, África do Sul e Índia) e BRICS (Brasil, China, Índia e África do Sul), de modo a assegurar que o interesse do Brasil esteja refletido na atuação desses grupos na ONU;

7. Contribuir para o avanço das negociações sobre a reforma da Organização, em especial de seu Conselho de Segurança, de modo a torná-lo mais eficaz, legítimo e representativo;

8. Preparar e coordenar a atuação da delegação brasileira durante o último ano do mandato como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular durante a presidência rotativa daquele órgão, a ser exercida pelo Brasil em outubro de 2023, de modo a projetar a visão brasileira sobre temas de paz e segurança internacionais e a assegurar que o interesse do Brasil esteja refletido nas decisões do órgão;

9. Participar e apoiar delegações às reuniões do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM) que se realizem em Nova York;

10. Manter reuniões anuais junto ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e ao Diretor-Geral da OIM, quando em visita a Nova York, com vistas a revisar o relacionamento do Brasil com cada agência e tratar, perante cada interlocutor, de como alcançar resultados nos temas de interesse brasileiro;

11. Garantir ampla e efetiva participação em reuniões de órgãos das organizações e convenções internacionais relacionadas a migração, refúgio e apatridia, inclusive sobre implementação e monitoramento do Pacto Global para Refugiados e do Pacto Mundial para Migração Segura, Ordenada e Regular, e envidar esforços por decisões e resultados favoráveis às posições brasileiras;

12. Preparar e coordenar a atuação brasileira em temas de desarmamento e uso das tecnologias de informação e comunicações (TICs) na I Comissão da Assembleia Geral, assim como em comitês do Conselho de Segurança e grupos de peritos pertinentes, de modo a assegurar que o interesse do Brasil esteja refletido nas decisões desses órgãos.

13. Preparar e coordenar a participação brasileira nas reuniões dos órgãos da ONU que tratam de desenvolvimento incluindo a II e a III Comissões da Assembleia Geral, o ECOSOC e as Juntas Executivas das agências, fundos e programas das Nações Unidas sediados em Nova York – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) – de modo a assegurar que o interesse do Brasil esteja refletido nas deliberações dessas instâncias;

14. Contribuir com as ações da ONU voltadas à implementação da Agenda 2030 e à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, buscando assegurar que as necessidades brasileiras estejam nelas refletidas;

15. Preparar e coordenar a atuação da delegação brasileira na V Comissão da Assembleia Geral, responsável por temas orçamentários, e elaborar relatórios anuais sobre a situação das contribuições financeiras brasileiras ao orçamento regular e ao orçamento das missões de paz da Organização;

16. Preparar e coordenar a atuação da delegação brasileira na VI Comissão da Assembleia Geral, responsável por temas jurídicos;

17. Angariar o apoio dos demais estados membros da ONU às candidaturas brasileiras no âmbito da própria Organização e em outros organismos internacionais;

18. Acompanhar a execução das ações e dos projetos da ONU, com especial atenção àqueles que sejam executados em coordenação com o Escritório da

Coordenadora Residente da ONU em Brasília, ou que envolvam parcerias com instituições brasileiras;

19. Facilitar a comunicação do Secretariado da ONU com as instâncias governamentais brasileiras envolvidas nas atividades e iniciativas da Organização;

20. Acompanhar e subsidiar autoridades brasileiras por ocasião de visitas oficiais e reuniões de trabalho na sede da Organização em Nova York.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de resoluções, decisões e emendas apresentadas, co-patrocinadas e negociadas pelo Brasil no âmbito das comissões da Assembleia Geral, do ECOSOC e do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

2. Número de participação em reuniões promovidas pelos órgãos das Nações Unidas, seus comitês, comissões, grupos de peritos e grupos de trabalho setoriais;

3. Número de reuniões organizadas pelo Brasil durante o mês de presidência rotativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro de 2023;

4. Número de iniciativas acordadas com grupos de concertação política e diplomática na ONU, como o GRULAC, G77/China, CPLP, IBAS e BRICS;

5. Número de candidaturas brasileiras lançadas para os órgãos da ONU;

6. Número de visitas oficiais de autoridades brasileiras à ONU e de participações de autoridades brasileiras em eventos da Organização;

7. Número de contatos intermediados entre o Secretariado da ONU e representantes do governo brasileiro;

8. Número de ações adotadas com apoio do Brasil com vistas à implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

9. Número e dimensão de projetos executados em coordenação com o Escritório da Coordenadora Residente da ONU em Brasília ou em parceria com instituições brasileiras;

10. Número de contribuições brasileiras a processos preparatórios, reuniões intersessionais e sessões regulares das Juntas Executivas das agências, fundos e programas das Nações Unidas sediados em Nova York.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fortalecer ações de divulgação da imagem e da cultura do Brasil por meio dos perfis, em redes sociais, da Missão do Brasil em Nova York e no âmbito das Nações Unidas;

2. Organizar, promover ou contribuir para eventos de projeção da imagem do Brasil e cultura brasileira junto à Organização e a seus estados membros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de postagens nas redes sociais do posto;

2. Número de eventos de promoção da imagem do país ou manifestação da cultura organizadas pela Missão.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar a negociação de documentos normativos, declarações políticas e planos de ação da ONU relativos a desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente e à ação climática, assegurando seu alinhamento aos princípios consagrados na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e nos diversos acordos multialterais de que o Brasil é parte, e incorporando as perspectivas do país sobre o tema;

2. Atuar para preservar, nas negociações internacionais, o necessário equilíbrio entre as três dimensões (econômica, social e ambiental) do desenvolvimento sustentável;

3. Mobilizar as ferramentas de cooperação e financiamento internacional voltadas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de participação em reuniões promovidas pela ONU em temas relativos ao desenvolvimento sustentável, ao meio ambiente e à ação climática;

2. Número de projetos de decisão e emendas apresentados, co-patrocinados ou negociados pelo Brasil sobre temas relativos ao desenvolvimento sustentável, ao meio ambiente e à ação climática.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Preparar e coordenar a atuação de delegação brasileira nas negociações relativas ao "Global Digital Compact" e ao "Fórum Multissetorial sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", bem como no que diz respeito ao processo de revisão do "World Summit on the Information Society" (WSIS+20);

2. Garantir a fluidez na troca de informações entre os órgãos de governança, o Secretariado e as diferentes instâncias da ONU, e as áreas competentes do Governo brasileiro nas diversas iniciativas de cooperação em andamento para a promoção da cooperação internacional nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de participação em reuniões promovidas pela ONU em temas relativos à gestão internacional na área de ciência, tecnologia e inovação;

2. Número de projetos de decisão, emendas e iniciativas propostos, co-patrocinados ou negociados pelo Brasil relativos à gestão internacional na área de ciência, tecnologia e inovação.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar as ações da ONU para defesa da liberdade de expressão, proteção de jornalistas e combate à desinformação;

2. Contribuir para o fortalecimento da cultura da paz e do diálogo e para a gestão pacífica das controvérsias internacionais;

3. Acompanhar e contribuir com as iniciativas transversais nos diferentes setores da ONU para fazer frente às consequências da pandemia de COVID-19 em seu impacto sobre todas as áreas de mandato da Organização;

4. Apoiar e participar dos debates relativos à gestão internacional dos temas educacionais, contribuindo para o fortalecimento do arcabouço normativo multilateral na área de educação, em linha com as prioridades e interesses brasileiros e em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, e com a Missão do Brasil junto à UNESCO em Paris;

5. Promover a imagem e a cultura do Brasil por intermédio de uma diplomacia pública capaz de divulgá-las no âmbito das Nações Unidas a fim de potencializar a projeção da presença e da atuação brasileiras na Organização.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de participação em reuniões promovidas pela ONU sobre temas relativos à cooperação internacional em educação, cultura, saúde e defesa;

2. Número de projetos de decisão e emendas apresentados, co-patrocinados ou negociados pelo Brasil no âmbito dos diferentes órgãos da ONU sobre temas relativos à cooperação internacional em educação, cultura, saúde e defesa;

3. Número de propostas aprovadas no âmbito do Programa de Diplomacia Cultural desenvolvido pelo Instituto Guimarães Rosa e indicadores de público alcançado com iniciativas de diplomacia pública do posto, a ser mensurado do ponto de vista quantitativo e qualitativo, buscando identificar formadores de opinião e tomadores de decisão.

VIII - COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E O COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Participar do processo preparatório, da formulação, da negociação e do acompanhamento de documentos normativos, declarações políticas, planos estratégicos e de ação sobre o apoio do sistema multilateral para a promoção do desenvolvimento;

2. Apoiar e contribuir para a promoção da igualdade de gênero e o combate à discriminação como prioridades estratégicas da ONU, por meio de ações transversais em todos as áreas da Organização;

3. Considerando a *expertise* e pioneirismo brasileiros em incorporar em sua legislação programas de distribuição de renda que são referência mundial, ampliar, em coordenação com os escritórios no Brasil das agências da ONU, o número de projetos de cooperação técnica prestados por órgãos do governo brasileiro, em prol de terceiros países, disseminando, assim, as boas práticas brasileiras;

4. Com o objetivo de modernizar continuamente o aparato de políticas públicas brasileiras, identificar, em coordenação com os escritórios no Brasil das agências da ONU, melhores práticas internacionais que possam ser objeto de disseminação no Brasil;

5. Garantir a fluidez do fluxo de informações entre os órgãos da ONU, o Secretariado e as áreas competentes do Governo brasileiro nas diversas iniciativas de cooperação em andamento para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades;

6. Preparar e coordenar a atuação da delegação brasileira no Comitê de Alto-Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, de modo a assegurar que as perspectivas do Brasil e o interesse nacional estejam refletidos no acompanhamento da implementação do Documento Final da Segunda Conferência de Alto-Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul;

7. Acompanhar a aprovação do Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para o ciclo 2023-2027 elaborado para o Brasil;

8. Acompanhar a aprovação dos Documentos de Programa-País dos Fundos e Programas das Nações Unidas sediados em Nova York elaborados para o Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de participação em reuniões promovidas pela ONU sobre cooperação para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades;

2. Número de projetos de decisão e emendas apresentados, co-patrocinados ou negociados pelo Brasil sobre temas relativos à cooperação para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades;

3. Número de projetos de cooperação técnica prestada por órgãos do governo brasileiro negociados pelo posto;

4. Número de melhores práticas internacionais identificadas pelo posto e disseminadas junto aos órgãos competentes no Brasil;

5. Número de documentos normativos, declarações políticas e planos estratégicos e de ação apresentados, co-patrocinados ou negociados pelo Brasil em apoio à promoção do desenvolvimento;

6. Número de participação em processos preparatórios, reuniões intersecionais e sessões do Comitê de Alto-Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR;

[**NOTA:** A atuação da Delegação Permanente do Brasil junto à ONU dá-se fundamentalmente no âmbito de temas relativos às áreas de mandato da Organização e não inclui atribuições diretamente relacionadas ao apoio às comunidades brasileiras no exterior.]

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar iniciativas de fortalecimento de uma cultura da paz e de combate à xenofobia, que beneficiem as comunidades brasileiras no exterior;

2. Promover, no âmbito multilateral, políticas adequadas de tratamento das questões migratórias, levando em conta a presença e os interesses de expressiva e crescente comunidade brasileira no exterior, na qual é expressivo o número de trabalhadores migrantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de iniciativas, projetos ou propostas que favoreçam, uma cultura de paz, tolerância, convivência democrática e combate à xenofobia.

2. Número de iniciativas e atividades ligadas à implantação e seguimento do Pacto Global sobre Migrações e a outras áreas de atuação das Nações Unidas em matéria de migrações em geral e direitos dos trabalhadores migrantes.

SF/23035.06481-33

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 7, de 2023 (nº 92/2023, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.*

RELATOR: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

SF/23035.06481-33

Nesse sentido e em atendimento ao que previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, nascido em 22 de dezembro de 1954, na cidade de São Paulo/SP, é filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese.

Bacharelou-se, em 1976, em Letras Modernas, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cursou pós-graduação em Letras Ibero-Americanas na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México em 1979. No Instituto Rio Branco (IRBr), concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1981, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1985 e o Curso de Altos Estudos em 1997, no qual defendeu tese com o título de "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira".

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1981 e Segundo-Secretário em 1984. Sempre por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2008.

Em sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeiro-Secretário nas Embaixadas em Washington (1987-1990) e México (1990-1992); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris (1998-2000); Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Buenos Aires (2000-05); Embaixador em Argel (2005-2009); Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2009-12); Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012-2015); Secretário-Geral das Relações Exteriores (2015-2016); Embaixador do Brasil na Argentina (2016-2020); Embaixador em Pretória, cumulativa com a Embaixada junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto (2020-2022); e Embaixador em Lima (desde 2022).

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

SF/23035.06481-33

Foi, ainda, professor de História Diplomática do Brasil (1982/87 e 1994/95), de Literatura Hispano-Americana (1982) e de Política Externa Brasileira Contemporânea (1993/95) no Instituto Rio Branco. Também no campo acadêmico é autor de diversos livros e artigos. Dentre eles merece destaque *Diplomacia presidencial: história e crítica* (2ª ed., revista. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017), versão alargada da tese defendida no IRBr.

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tais como as de Comendador da Ordem do Libertador San Martín, da Argentina; da Ordem Nacional de Bernardo O'Higgins, do Chile; da Ordem Nacional da Águia Azteca, do México; da Ordem Nacional do Mérito, da França; da Ordem Nacional da Itália; da Ordem Nacional do Cedro, Líbano; da Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal. No grau de Oficial, foi agraciado com medalhas da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil; Cruz do Mérito, da Alemanha, entre outras. Destaque também para a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ainda em cumprimento às normas do RISF, a mensagem veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Organização as Nações Unidas (ONU).

Nesse sentido, convém recordar, de início, que o tratado constitutivo da Organização foi elaborado pelos representantes dos países presentes à conferência que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. O encontro objetivou delinear os contornos, após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, da ordem global que se iniciava. A Carta da ONU entrou em vigor no dia 24 de outubro de 1945, quando da sua ratificação por dois terços dos Estados presentes na Conferência de São Francisco, bem como pelos membros permanentes do Conselho de Segurança.

Na primeira reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Londres no ano de 1946, ficou estipulado que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse sentido, ela teve fixada em Nova York sua sede principal. No

SF/23035.06481-33

momento presente, a entidade tem sedes em Genebra, Viena e Nairóbi, bem como escritórios espalhados pelo mundo.

As Nações Unidas têm, nos termos do referido tratado, duas finalidades principais: segurança coletiva (manutenção da paz e segurança internacionais, bem como desenvolvimento de relações amistosas entre as nações) e cooperação internacional (promoção do progresso econômico e social para todos os povos). Para tanto, a ONU conta com os seguintes órgãos especiais: Assembleia Geral (AGNU), Conselho de Segurança (CSNU), Conselho Econômico e Social (ECOSOC, na sigla em inglês), Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça (CIJ) e Secretariado. Para além dos seis órgãos elencados, o chamado "Sistema ONU" é também formado pelas agências especializadas, por fundos e programas e por outras organizações vinculadas às Nações Unidas.

Em razão de seu caráter internacional único e dos poderes previstos em sua Carta, a Organização pode agir numa ampla gama de questões. Embora seja mais conhecida pelo seu trabalho no âmbito da manutenção e consolidação da paz, bem como da prevenção de conflitos e assistência humanitária, os domínios de atuação do Sistema ONU (agências especializadas, fundos e programas) compreendem inúmeras questões fundamentais como desenvolvimento econômico, social e sustentável; proteção aos refugiados; combate ao terrorismo; desarmamento e não proliferação de armas nucleares; promoção da democracia; igualdade de gênero; governança; saúde; alimentação. Essa atuação tem por fim alcançar os objetivos estabelecidos na Carta de São Francisco, bem como coordenar os esforços dos Estados membros visando um mundo mais seguro para as gerações presentes e futuras.

Seria difícil conceber o mundo sem a ONU, que é a única entidade política de participação universal e democrática à disposição da humanidade e que lida, de maneira integrada, com os desafios da paz e segurança internacionais, do desenvolvimento socioeconômico, dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

SF/23035.06481-33

Ao mesmo tempo, a agenda internacional evoluiu e ampliou-se. Temas de ordem econômica e social, com foco no desenvolvimento, adquiriram importância na agenda multilateral. Discutem-se, hoje, no âmbito da ONU assuntos tão diversos como meio ambiente, tecnologias da informação, direitos humanos e combate à fome e à pobreza. Temas como a manutenção da paz e da segurança internacionais adquiriram novas proporções, seja pela natureza interna de alguns conflitos, seja pelo crescente envolvimento de atores não estatais.

O Brasil, membro fundador da entidade, sempre foi bastante atuante, tanto em seus órgãos quanto em suas agências. O papel do nosso país nos primeiros anos da ONU também se refletiu na presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas (1947) e da I Sessão Especial (abril de 1947), que decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

Nosso país tem historicamente observado os princípios e propósitos das Nações Unidas. A autodeterminação, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na própria Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente. O país tem procurado, em sua atuação nas Nações Unidas, contribuir de maneira ativa para o avanço dos principais pilares que sustentam as atividades da Organização: a manutenção da paz e da segurança internacionais e cooperação internacional.

Dessa forma, o Brasil tem assumido responsabilidades crescentes na ONU, como demonstram a atuação à frente da Força-Tarefa Marítima da Missão das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), das Missões das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e da República Democrática do Congo (MONUSCO), além do papel desempenhado no âmbito da cooperação humanitária. O país — sem armas de destruição em massa, nem inimigos e com relações diplomáticas com todos os membros da Organização — é reconhecido como um vetor de paz. Também é percebido como forte defensor e praticante da promoção de meios pacíficos de solução de controvérsias, dos direitos humanos, da tolerância e

SF/23035.06481-33

da solidariedade. Isso torna o Brasil respeitado por nossos interlocutores no cenário internacional.

Esse contexto pode ser demonstrado com a recente eleição do país para integrar o quadro de membros não permanentes do CSNU no biênio 2022/23. A apreciável votação (181 de 190 votos possíveis) comprova o reconhecimento do Brasil como ator de destaque e com relevante experiência nos assuntos objeto de atenção do Conselho. Cuida-se do 11º mandato do país no Órgão, o que é incomum. Ademais, o Brasil assumirá, novamente, a presidência desse colegiado em outubro deste ano.

O informe do Ministério das Relações Exteriores dá notícia ainda, em suas 138 páginas, dos mais importantes temas em debate no cenário das Nações Unidas e das posições do Brasil acerca de cada um deles, sendo, dessa maneira, documento de grande importância para o debate atualizado e transparente dos assuntos expostos.

Do acervo documental apresentado, merece registro, também, o planejamento estratégico para o posto. Dentre as metas prioritárias estabelecidas destacam-se: (i) promoção de comércio e investimentos com ênfase no fomento a maior participação de empresas brasileiras nas compras de bens e serviços realizadas pelo sistema ONU; (ii) ampliação das relações políticas bilaterais visando acompanhar o desenvolvimento de temas politicamente sensíveis nas instâncias mais elevadas da Organização e sua repercussão no trato bilateral; (iii) promoção da imagem do país; (iv) cooperação para o desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente buscando, entre outras coisas, preservar o equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável; e (v) cooperação para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e o combate às desigualdades mediante o compartilhamento das experiências pioneiras do Brasil nos programas de distribuição de renda, bem como a identificação de melhores práticas internacionais nesses domínios que possam ser objeto de disseminação no Brasil.

Pela natureza de relatório informativo e não de parecer, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta peça que se destina,

SF/23035.06481-33

essencialmente, a instruir a sabatina pelos ilustres senadores membros desta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JULIO GLINTERNICK BITELLI*
CPF.:069.349.688-67
ID.: 9059 MRE

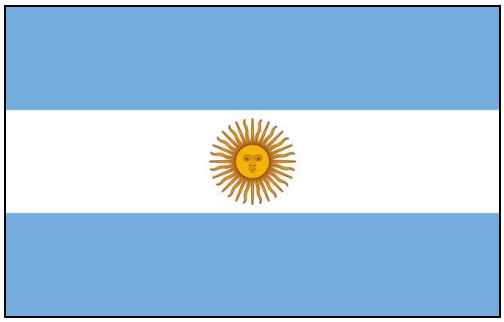
1960	Filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli, nasce em 3 de dezembro, em Santo André/SP
Dados Acadêmicos:	
1983	Direito pela Universidade de São Paulo
1985	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - IRBr
1994	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomata - IRBr
2003	Mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School
2007	Cursos de Altos Estudos - IRBr. "A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?" (conceito "com louvor")
Cargos:	
1986	Terceiro-secretário
1991	Segundo-secretário
1997	Primeiro-secretário
2004	Conselheiro
2008	Ministro de segunda classe
2015	Ministro de primeira classe
Funções:	
1986-87	Divisão das Nações Unidas, assistente
1988-89	Departamento de Organismos Internacionais, assistente
1989-90	Divisão de Direitos Humanos e Meio Ambiente, assistente
1990-91	Divisão Especial do Meio Ambiente, assistente
1991-94	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, segundo-secretário
1994-96	Embaixada em Montevidéu, segundo-secretário
1996-99	Presidência da República, Assessoria Especial, adjunto
1999-2003	Embaixada em Washington, primeiro-secretário
2003-07	Embaixada em Buenos Aires, primeiro-secretário e conselheiro
2007-10	Embaixada em La Paz, conselheiro e ministro-conselheiro
2010-13	Embaixada em Buenos Aires, ministro-conselheiro
2013-15	Embaixada em Túnis, embaixador
2015-16	Gabinete do Ministro de Estado, chefe de gabinete
2016-19	Embaixada em Bogotá, embaixador
2019-	Embaixada em Rabat, embaixador
Publicações:	
1989	A Política Brasileira para a África e a Descolonização dos Territórios Portugueses, in Ensaios de História Diplomática, FUNAG
2023	O Embaixador Gelson Fonseca Jr. como Assessor Internacional do Presidente Fernando Henrique Cardoso, in O Brasil e o Mundo: Estudos sobre o Pensamento de Gelson Fonseca Junior, FUNAG.
Condecorações:	
1997	Ordem do Cedro, Líbano, Cavaleiro
1997	Ordem do Mérito da República Italiana, Cavaleiro
1998	Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Oficial
1998	Ordem do Mérito Civil, Espanha, Comendador
2008	Medalha Amigo da Marinha do Brasil

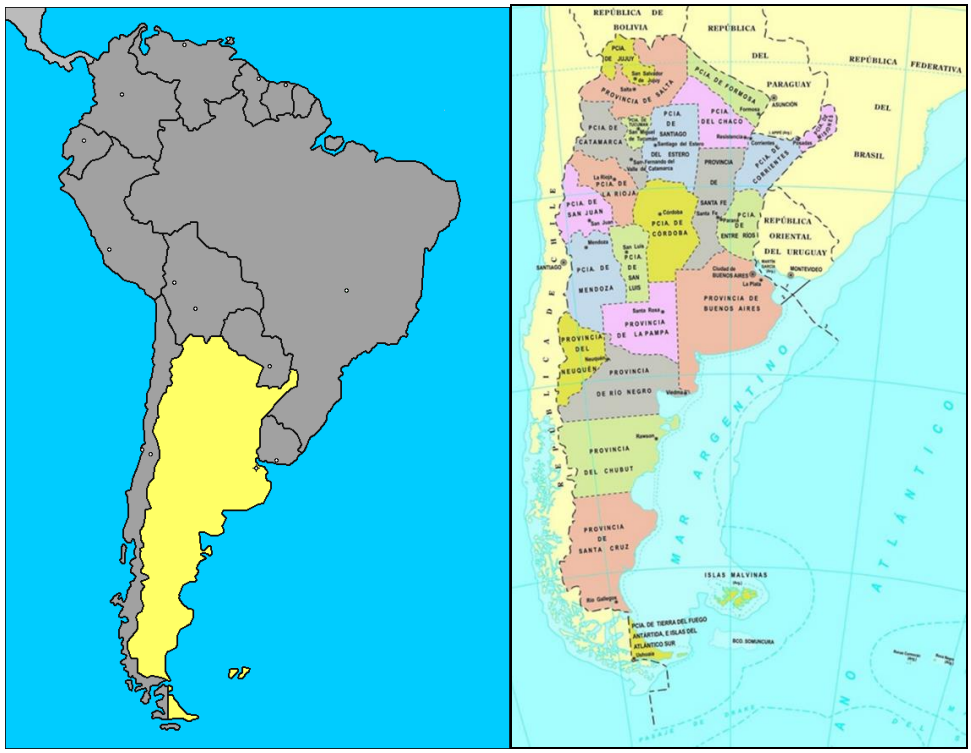
2010	Ordem do Marechal Andrés de Santa Cruz, Bolívia, Comendador
2012	Medalha do Pacificador
2015	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz
2015	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2015	Medalha Mérito Tamandaré
2017	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
2017	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2019	Ordem de San Carlos, Colômbia, Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGENTINA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2023

APRESENTAÇÃO

A colonização espanhola no território argentino iniciou-se em 1512. Em 1776, fundou-se a colônia do Vice-Reino do Rio da Prata. O processo de separação da Espanha, iniciado em maio de 1810 (Revolução de Maio), concluiu-se com a Declaração de Independência de 9 de julho de 1816. A Argentina organizou-se como federação de províncias, com a cidade de Buenos Aires como capital. Durante a segunda metade do século XX, períodos de instabilidade política e crises econômicas periódicas contiveram seu pleno desenvolvimento econômico e social.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial. A população totaliza 46,3 milhões de habitantes (FMI, 2022, estimativa), sendo a maioria de origem europeia. O país é extremamente urbanizado – 92% da população residem em áreas urbanas. A densidade demográfica é baixa (15 habitantes por km^2).

A área continental da Argentina está entre a cordilheira dos Andes, a oeste, e o oceano Atlântico, a leste. Faz fronteira com Paraguai e Bolívia, ao norte, com Brasil e Uruguai, a nordeste, e com o Chile, a oeste e sul.

Na porção norte do território encontram-se as planícies do Chaco, ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná; no centro, situam-se os pampas. No extremo sul, está localizada a Patagônia, constituída de paisagem exuberante, formada por florestas, geleiras e lagos. Na Argentina, há quatro tipos de clima, que variam conforme o relevo: tropical, temperado, árido e frio.

A Argentina reivindica soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que são administradas pelo Reino Unido como territórios britânicos ultramarinos. Em 1965, a ONU qualificou a disputa como problema colonial e instou as partes a negociar uma solução. Após 17 anos de negociações infrutíferas, Argentina e Reino Unido enfrentaram-se, em 1982, em conflito armado pela soberania sobre esses arquipélagos austrais. A Argentina considera as ilhas como parte integrante e indivisível de seu território e entende que estão ocupadas ilegalmente. O Brasil reconhece o direito argentino sobre esses arquipélagos.

PERFIL BIOGRÁFICO

ALBERTO FERNÁNDEZ
Presidente da República



Nasceu em Buenos Aires, em 2 de abril de 1959. Formou-se em Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA) em 1983, ano no qual se afiliou ao Partido Justicialista (PJ). Foi Subdiretor Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério de Economia de Raúl Alfonsín (UCR). No governo Carlos Menem (PJ), foi Superintendente de Seguros da Nação. Em 1998, foi o tesoureiro da campanha presidencial de Eduardo Duhalde. Em 2000, foi eleito legislador da cidade de Buenos Aires. Foi chefe do Gabinete de Ministros (2003-2008) nos governos de Néstor Kirchner (todo o mandato) e Cristina Fernández de Kirchner (um ano). Compôs a equipe de campanha da "Frente Renovadora" de Sergio Massa, nas eleições presidenciais de 2015. Nas eleições de outubro de 2019, foi eleito Presidente da República, em primeiro turno, pela coalizão "Frente de Todos", com 48,10% dos votos. Tomou posse como Presidente em 10 de dezembro de 2019, para um mandato de quatro anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

Em 31 de outubro último, dia seguinte ao segundo turno das eleições brasileiras, o presidente Alberto Fernández, acompanhado do chanceler Santiago Cafiero e de outras autoridades argentinas, realizou viagem a São Paulo para encontrar-se com o presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva. O presidente Alberto Fernández participou das cerimônias de posse do presidente Lula em 1º de janeiro de 2023 e manteve encontro bilateral com o mandatário brasileiro no dia 2 de janeiro.

O presidente Lula realizou visita oficial à Argentina no dia 23 de janeiro, após três anos da última visita de um mandatário brasileiro ao país vizinho. O encontro em Buenos Aires marcou o relançamento das relações bilaterais. Os presidentes firmaram declaração conjunta que prevê a retomada de vários mecanismos de coordenação bilateral nas mais diversas áreas e a elaboração de um "Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina", a ser adotado por ocasião de programada visita de estado de Fernández ao Brasil em junho próximo.

O processo de aproximação política entre Brasil e Argentina, iniciado com a redemocratização dos dois países na década de 1980, esteve na base do projeto de integração sul-americana que levou à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991. A crescente integração econômico-comercial bilateral tem fortalecido a economia e a indústria dos dois países. O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina. A presença de capitais argentinos no Brasil também é expressiva.

O estoque de investimentos brasileiros na Argentina é estimado em US$ 14 bilhões, gerando cerca de 53 mil empregos. São investimentos de perfil variado, com grande atuação nos setores de manufaturados, serviços, mineração, energia e siderurgia. O estoque de investimentos argentinos no Brasil ascende a US$ 15,7 bilhões, com destaque nas áreas de engenharia e construção, agroindústria, gestão de infraestrutura (aeroportos), metalurgia e tecnologia.

O Brasil é o maior sócio comercial da Argentina, ao passo que a Argentina é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil. A forte dinâmica comercial bilateral, marcada pelo elevado percentual de produtos de alto valor agregado, tem importantes impactos em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria. Sobressai, entre as áreas beneficiadas pela parceira bilateral, o setor automotivo, que exerce impactos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração,

siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

O comércio bilateral experimentou forte recuperação em 2021, havendo atingido US$ 23,8 bilhões (+45%). Em 2022, confirmou-se a tendência de crescimento do intercâmbio bilateral, com variação positiva de outros 19,4%, totalizando US$ 28,4 bilhões. No ano passado, as exportações brasileiras para a Argentina totalizaram US$ 15,3 bilhões (+29,2%), e as importações oriundas do país vizinho somaram US$ 13,1 bilhões (+9,6), resultando em *superávit* brasileiro de US$ 2,2 bilhões (em 2021, houve *déficit* brasileiro de US$ 70,4 milhões). A política comercial argentina, em especial por meio de licenças não automáticas de importação, tem afetado sensivelmente as exportações brasileiras.

O relacionamento bilateral revela dinamismo em áreas estratégicas, como a interconexão energética, os setores nuclear, de defesa e ciência e tecnologia e a integração da infraestrutura.

Entre os diversos foros bilaterais, destacam-se: o Mecanismo de Coordenação Política; a Comissão Bilateral de Produção e Comércio; o Comitê Permanente de Política Nuclear; e o Diálogo Político-Militar Brasil-Argentina (mecanismo 2+2, entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa).

Integração da infraestrutura viária: A pauta de integração física entre os dois países compreende tratativas a respeito do futuro do complexo ponte e Centro Unificado de Fronteira de São Borja-Santo Tomé, cuja concessão se encerra em 29 de agosto próximo; a revitalização da ponte Uruguaiana-Paso de los Libres; a construção de uma nova ponte entre Porto Xavier-San Javier, sobre o rio Uruguai; e a implantação do Corredor Rodoviário Bioceânico, que conectará o Brasil ao Chile através do Paraguai e da Argentina.

Integração energética: A Argentina detém a segunda maior reserva de gás de xisto do mundo, bem como a quarta de óleo de xisto. No país vizinho, os depósitos concentram-se na província de Neuquén, em região conhecida como Vaca Muerta. O governo argentino e segmentos da iniciativa privada dos dois países têm demonstrado interesse no projeto de construção de gasoduto ligando a província de Neuquén ao mercado brasileiro. Há também interesse do governo argentino em obter financiamento brasileiro para construção de trecho desse gasoduto. Adicionalmente, Brasil e Argentina mantêm intercâmbio de energia elétrica, que ajudou a garantir a segurança energética brasileira durante a crise hídrica.

Cooperação na área financeira: Há perspectivas de maior cooperação dos dois países na área financeira. Os governos de Brasil e Argentina estão iniciando diálogo sobre medidas para fortalecer o uso do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML), incorporando o comércio de serviços e a implementação de linhas de crédito em reais para dinamizar o comércio bilateral e facilitar os fluxos financeiros no sistema, aumentando assim a previsibilidade das transações. Trata-se de sistema de pagamento internacional já em operação, administrado pelos Bancos Centrais dos países do MERCOSUL, que permite pagamentos e recebimentos diretamente em reais/pesos no comércio bilateral.

Cooperação em ciência e tecnologia: O Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO) foi criado em 2020 pelos titulares das pastas que tratam de CTI do Brasil, Argentina e Uruguai. O Centro Latino-Americano é o sucessor do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, estabelecido pelo protocolo n° 9 do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), de 1986. O CABBIO funciona como rede técnico-científica, sem investimentos fixos, e com estrutura descentralizada. Cabe aos países o financiamento dos programas de pesquisa em partes iguais. A Escola do CABBIO realiza cursos para incrementar as capacidades tecnológicas no campo da biotecnologia e aproximar as redes de pesquisadores.

Cooperação nuclear: A cooperação bilateral no campo nuclear está diretamente vinculada ao ambiente de confiança mútua e transparência possibilitado pelo modelo de verificação e salvaguardas nucleares vigente entre os dois países, que tem seu cerne na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), criada em 1991. O Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN) foi criado em 1988 com o objetivo de empreender e coordenar iniciativas nas áreas política, técnica e empresarial do setor nuclear. O CPPN constitui a mais alta instância de coordenação bilateral na área nuclear. É liderado pelas chancelarias dos dois países e reúne-se anualmente. Última reunião do mecanismo ocorreu em 26 de junho de 2022.

Cooperação espacial: O principal projeto de cooperação na área espacial é o satélite argentino-brasileiro de observação dos oceanos (SABIA-mar), que tem por objetivo a observação oceanográfica para aplicação no uso sustentável de recursos marinhos vivos, gerenciamento ambiental, prevenção de desastres, meteorologia, clima e hidrografia.

Cooperação em saúde: Entre as potenciais áreas de cooperação está a de desenvolvimento e produção de vacinas, com vistas a atender os países da região. Vale recordar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) selecionaram instituições no Brasil e na Argentina para a produção de vacinas contra a COVID-19 com tecnologia de RNA mensageiro (mRNA).

Assuntos fronteiriços: Brasil e Argentina são unidos por uma linha de fronteira que se estende por 1.261 km. A política de integração fronteiriça constitui dimensão essencial da agenda de cooperação bilateral. A Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), instalada em 2011, é a mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem periodicamente em quatro pontos da linha limítrofe dos dois países. As últimas reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina foram realizadas no último bimestre de 2022.

Assuntos consulares: A rede consular brasileira na Argentina é composta pelos Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, em Córdoba e em Mendoza e pelos Consulados do Brasil em Paso de los Libres e Puerto Iguazú.

O Itamaraty estima que a comunidade brasileira na Argentina alcance aproximadamente 47 mil pessoas.

Os postos consulares da região fronteiriça são responsáveis pela organização local dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina. Os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina atualmente existentes são os seguintes: Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; Barracão/Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen; São Borja-Santo Tomé; e Uruguaiana-Paso de los Libres.

Empréstimos e financiamentos oficiais: em março de 2022, o saldo devedor da Argentina com o Brasil é de US$ 88.6 milhões e refere-se a operações de financiamento que contaram com apoio oficial às exportações por meio do Seguro de Crédito às Exportações. Os pagamentos estão sendo efetuados conforme pactuados.

POLÍTICA INTERNA

O Estado argentino tem forma de governo representativa republicana federal, com estrutura de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O presidente da República é o chefe de Estado e de Governo, eleito por voto direto, com mandato de quatro anos e direito à reeleição por um período consecutivo. Os ministros são nomeados pelo presidente. Em outubro de 2019, Alberto Fernández foi eleito presidente da República, em primeiro turno, com 48,10%, contra 40,38% do então Presidente, Mauricio Macri. O presidente tomou posse em 10 de dezembro de 2019.

O Parlamento argentino é bicameral, sendo conformado pelo Senado da Nação e pela Câmara de Deputados. Os 72 senadores (3 por província) são eleitos para mandatos de seis anos em eleição majoritária, na qual a coalizão vencedora garante as duas primeiras cadeiras; e a segunda colocada, a terceira cadeira. A vice-presidente da República ocupa também a função de presidente do Senado. A Câmara dos Deputados é composta de 257 parlamentares, eleitos por lista partidária fechada para mandatos de quatro anos, em votação proporcional.

As eleições gerais argentinas de outubro de 2019 geraram Congresso polarizado entre as alianças Frente de Todos – FdT (peronista) e "Juntos por el Cambio" - JxC (macrista). A coalizão peronista alcançou quórum próprio e maioria no Senado (39 cadeiras) e a maior bancada na Câmara (119 cadeiras), onde não detinha maioria. A coalizão oposicionista, por sua vez, obteve 22 cadeiras no Senado e 116 cadeiras na Câmara. Eleita vice-presidente, Cristina Kirchner assumiu a presidência do Senado.

Em 14 de novembro de 2021, foram realizadas eleições legislativas para a renovação de quase a metade da Câmara dos Deputados (127 de 257 assentos) e um terço do Senado (24 de 72 assentos). A coalização governista perdeu as eleições em âmbito nacional e nos principais colégios eleitorais. Nacionalmente, o governo teve 33,56% dos votos, contra 41,96% da principal coalizão oposicionista, “Juntos por el Cambio” (JxC), do ex-presidente Mauricio Macri. O peronismo perdeu a maioria com que contava no Senado, passando de 41 para 35 assentos, ao passo que a coalizão "Juntos por el Cambio" aumentou sua participação, de 26 para 31 postos. Trata-se da primeira vez, desde o restabelecimento do regime democrático, em 1983, que o peronismo deixa de ter maioria na câmara alta

argentina. A coalizão oficialista perdeu, também, assentos na Câmara de Deputados, mas logrou manter-se como a maior bancada da Câmara, com 118 assentos, contra 116 de JxC e 23 de outras agremiações.

As autoridades provinciais e municipais são eleitas para mandatos de quatro anos: governadores, intendentes (prefeitos) e conselheiros (vereadores). As 23 províncias se autogovernam, possuem suas próprias constituições e poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como polícias provinciais. A Cidade Autônoma de Buenos Aires tem regime de governo autônomo e competências legislativas e jurisdicionais.

A Corte Suprema de Justiça da Nação é o órgão máximo do Poder Judiciário. Julga recursos, em segunda e última instância, e examina a constitucionalidade das leis. A Corte Suprema é integrada por cinco magistrados, nomeados pelo presidente da República após aprovação do Senado. Os tribunais argentinos são independentes em sua função jurisdicional, estando, porém, administrativamente subordinados à Corte Suprema.

Continua indefinido quem será o candidato oficialista nas eleições presidenciais de outubro de 2023. Na coalizão oposicionista, haveria ao menos cinco possíveis candidatos à presidência.

POLÍTICA EXTERNA

Em suas primeiras declarações sobre política externa, após a posse, Alberto Fernández defendeu "integração plural e global" ao mundo e o reforço do reclamo pela soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas.

A questão das Malvinas tem recebido especial atenção do governo argentino, que vem intensificando gestões para que se reconheça a existência da disputa de soberania entre a Argentina e o Reino Unido sobre as Ilhas Malvinas, Sandwich do Sul e Geórgias do Sul.

No tocante ao relacionamento com a Venezuela, o governo argentino aderiu ao Grupo de Contato Internacional em agosto de 2020 e saiu do Grupo de Lima em março de 2021. A chancelaria argentina descredenciou a então embaixadora do governo interino de Juan Guaidó em Buenos Aires, Elisa Trotta.

Com respeito ao MERCOSUL, o governo argentino tem apontado, como objetivo, preservar as duas dimensões do bloco: como política consensual dentro da Argentina e como projeto regional de quase 30 anos de existência.

Ainda no âmbito regional, a Argentina ocupou, de janeiro de 2022 a janeiro de 2023, a presidência da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

A Argentina de Alberto Fernández também estabeleceu como meta de sua política externa o reforço de vínculos com os principais sócios internacionais, incluindo o Brasil, China, Estados Unidos, Índia, México, Rússia e a União Europeia.

Nota-se que o governo argentino alimenta hoje desejo de maior aproximação com China e Rússia, ao tempo em que busca manter relacionamento

correto com os Estados Unidos, fundamental para o atual processo de reestruturação da dívida externa, em especial com o FMI. A China exerce papel crescente na agenda externa da Argentina, como sócio comercial, investidor e provedor de reservas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O cenário econômico argentino caracteriza-se por inflação elevada (50,9% em 2021 e 94,8% em 2022), crescente alta do dólar, com existência de câmbios paralelos, e taxa de pobreza de. 36,5% da população no primeiro semestre de 2022. A economia argentina também é marcada por problema da dívida externa, em especial com organismos internacionais, incluindo o FMI e o Clube de Paris.

Em 2021, a economia argentina registrou crescimento de 10,3% do PIB, resultado que interrompeu três anos consecutivos de queda do PIB (-2,6% em 2018; -2,1% em 2019 e -9,9% em 2020). O FMI projeta crescimento de 4% do PIB argentino em 2022. Dados oficiais sobre a variação do PIB argentino no ano passado ainda não estavam disponíveis no início de fevereiro de 2023.

De acordo com dados oficiais do Ministério de Economia da Argentina, o setor público argentino registrou um déficit primário correspondente a 3% do PIB do país em 2021. Somando-se os gastos com pagamentos de juros da dívida pública, o déficit financeiro naquele ano alcançou 4,5% do PIB. Em 2020, ano de maior impacto da pandemia, o déficit primário havia alcançado 6,5%, e o financeiro, 8,5%.

A taxa de desemprego vem apresentando trajetória recente de queda e chegou ao piso de 6,9% da população economicamente ativa no segundo trimestre de 2022, menor taxa de desemprego desde o início da série medida pelo "Instituto Nacional de Estadística y Censos" (INDEC), em 2016. Os últimos dados a respeito, referentes ao terceiro trimestre de 2022, indicaram pequeno aumento na taxa de desemprego, que no momento atinge 7,1% da população argentina.

Quanto à pobreza, os indicadores atuais mostram melhoria da situação desde 2021, após pico de pobreza e indigência observado no segundo semestre daquele ano (42% de pobres e 10,5% de indigentes). A redução da pobreza esteve diretamente associada à recuperação econômica da Argentina a partir de 2021. Ainda assim, os indicadores não se recuperaram a ponto de igualar os níveis pré-pandemia. Os últimos registros antes da crise sanitária, relativos ao segundo semestre de 2019, haviam mostrado uma pobreza de 35,5% e indigência de 8%.

Em 2022, o intercâmbio comercial da Argentina atingiu US$ 170 bilhões, com crescimento de 20% sobre 2021. As exportações alcançaram US$ 88,4 bilhões (+13,5%), enquanto as importações movimentaram US$ 81,5 bilhões (+29%). O superávit comercial alcançou US$ 6,9 bilhões. Os principais parceiros comerciais da Argentina em 2022 foram, pela ordem, Brasil, China, União Europeia, Estados Unidos, Índia, Chile, Vietnam e México.

Em março de 2022, o Conselho Diretor do FMI aprovou novo arranjo para o refinanciamento da dívida argentina no valor de cerca US$ 44 bilhões de dólares. O programa busca a melhora das finanças públicas e a redução da alta inflação por

meio de uma estratégia que envolve a eliminação gradual do financiamento por via monetária do déficit fiscal.

Após a reestruturação da dívida junto a credores privados em agosto de 2020 e o acordo para refinanciar a dívida com o FMI, a Argentina alcançou, em outubro de 2022, acordo em relação à sua dívida com o Clube de Paris (cerca de US$ 2,5 bilhões). Tais tratativas eram a principal pendência da Argentina no que diz respeito a renegociação de sua dívida externa soberana.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1816	Congresso de Tucumán proclama a independência
1852	Rosas é derrotado por coalizão de Brasil, Montevidéu, Entre Rios e Corrientes
1862	Bartolomé Mitre é presidente da República unificada (até 1868)
1865	Guerra da Tríplice Aliança (com Brasil e Uruguai) contra o Paraguai (até 1870)
1916	União Cívica Radical (UCR) ascende ao poder; presidências Yrigoyen, Alvear e Yrigoyen
1943	Golpe militar do coronel Perón tem apoio de setores sindicais e dissidentes da UCR
1946	Perón ascende à presidência com ampla maioria do eleitorado
1952	Tem início segundo mandato de Perón, derrubado em 1955 por golpe militar
1955	Governo do general Aramburu restaura a hegemonia conservadora
1959	Presidências Frondizi e Illía, situação política controlada indiretamente pelo Exército
1966	General Onganía implanta ditadura, que termina com a insurreição do "Cordobazo" de 1969
1973	Perón é novamente presidente, seguido de Maria Estela Martínez e de golpe militar
1976	Governos militares (Videla, Viola e Galtieri) caracterizam-se por sangrenta repressão
1982	Derrota na Guerra das Malvinas obriga militares a deixar o poder e convocar eleições
1983	Raúl Alfonsín é eleito presidente e toma posse em 10/12; fim da ditadura militar
1983	Alfonsín autoriza processo judicial contra os responsáveis pela repressão durante a ditadura
1985	Início da aproximação com Brasil; em 1988, Tratado de Integração e Cooperação
1989	Retorno do peronismo (ala direita) com vitória de Carlos Menem (reeleito em 1995)
1991	Tratado de Assunção cria o Mercosul (com Brasil, Uruguai e Paraguai)
1999	Fernando De la Rúa é eleito presidente
2001	Domingo Cavallo é nomeado "superministro"; em 01/12, decreta o "corralito" (congelamento de depósitos bancários, com limitações de saques)
2001	De la Rúa renuncia em 21/12; três presidentes em 12 dias; é decretada moratória da dívida externa
2002	Presidente Eduardo Duhalde põe fim à conversibilidade peso-dólar e faz acordo com o FMI

2002	Crise econômica deixa quase 60% da população abaixo da linha de pobreza
2003	Nestor Kirchner é eleito presidente (Menem desiste das eleições antes da realização do 2º turno)
2006	Conflito diplomático com o Uruguai, em razão da instalação de fábricas de celulose em território uruguaio, à margem do rio que divide os dois países
2007	Senadora Cristina Fernández de Kirchner é eleita presidente
2008	Inicia-se o conflito do governo com o setor agropecuário em torno do imposto de exportação de grãos
2008	O governo sofre sua primeira grande derrota com a derrubada da lei de "retenciones" (impostos às exportações)
2008	Governo reestatiza os fundos de pensão privados.
2009	Governo sofre grande revés em eleições legislativas (28/6)
2010	Falecimento do ex-presidente Néstor Kirchner
2011	Reeleição da presidente Cristina Kirchner (posse em 10/12)
2015	Eleição do presidente Mauricio Macri (posse em 10/12)
2019	Eleição do presidente Alberto Fernández (posse em 10/12)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1821	O governo português, instalado no Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer a independência argentina
1822	Nomeação de Antônio Manuel Correia da Câmara como cônsul e agente comercial no Prata ("Missão Correia da Câmara")
1823	O enviado argentino Valentín Gómez apresenta ao chanceler brasileiro, José Joaquim Carneiro de Campos, carta credencial assinada pelo ministro argentino de Relações Exteriores, Bernardino Rivadavia, com o reconhecimento da independência do Brasil
1825	O Congresso de Buenos Aires proclama a reintegração da Banda Oriental ao território argentino. A Argentina rompe relações com o Brasil, que declara guerra. Início da Guerra da Cisplatina
1828	Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz que põe fim à Guerra da Cisplatina e formaliza a independência do Uruguai
1831	Antônio Cândido Ferreira é nomeado encarregado de negócios e cônsul-geral na Argentina
1833	O Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido
1850	Rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o governo argentino de Juan Manuel de Rosas
1851	Firmado, em Montevidéu, Convênio para uma aliança ofensiva e defensiva contra Rosas entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Rosas declara guerra ao Império brasileiro
1852	Juan Manuel de Rosas é derrotado pela coalizão entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes
1856	Celebrado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, que garante a livre navegação do rio da Prata
1864	Início da Guerra do Paraguai
1865	Brasil, Argentina e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança
1870	Fim da Guerra do Paraguai
1889	Brasil e Argentina firmam Tratado de Arbitramento para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas
1889	A Argentina reconhece o regime republicano no Brasil.
1895	Arbitragem sobre a questão de Palmas. Laudo do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil (19 de novembro)
1898	Firmado tratado de limites entre Brasil e Argentina, baseado no laudo arbitral de 1895
1899	O presidente da Argentina, Julio Roca, visita o Brasil. É a primeira visita oficial de um chefe de estado estrangeiro ao país
1900	O presidente do Brasil, Campos Sales, visita a Argentina. É a primeira visita, em caráter oficial, de um chefe de estado brasileiro ao exterior
1910	O presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, realiza visita ao Brasil, a convite do Barão do Rio Branco

1915	O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, visita a Argentina e assina o "Pacto do ABC", do qual também participa o Chile
1922	Elevada à categoria de embaixada a legação do Brasil em Buenos Aires
1935	O presidente do Brasil, Getúlio Vargas, viaja ao Prata e realiza visita oficial à Argentina. Brasil e Argentina fazem mediação para solução da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai
1961	Encontro de Uruguaiana, entre os presidentes Jânio Quadros (Brasil) e Arturo Frondizi (Argentina), no qual se assina o Convênio de Amizade e Consulta
1969	Assinatura do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai
1972	O presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, visita o Brasil e assina com o presidente Emílio Médici acordos bilaterais de integração física
1977	Divergências sobre a Usina de Itaipu levam ao fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina. São iniciadas conversas trilaterais, entre Brasil, Argentina e Paraguai, para tratar da construção da usina
1979	Brasil, Argentina e Paraguai assinam o Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus
1980	Visita do presidente João Baptista Figueiredo à Argentina. Desde 1935 um presidente brasileiro não visitava o país
1980	O presidente da Argentina, Jorge Videla, visita o Brasil
1981	Encontro entre os presidentes João Figueiredo e Roberto Viola na fronteira entre Brasil e Argentina, na cidade de Paso de los Libres
1982	O Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, mas reafirma que reconhece a soberania argentina sobre as ilhas
1985	Início do processo de aproximação Brasil-Argentina. "Declaração do Iguaçu" é firmada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na fronteira entre os dois países
1986	O presidente José Sarney realiza visita de estado à Argentina. É assinada a "Ata de Integração Brasileiro-Argentina", que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)
1988	Assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
1990	Assinatura da Ata de Buenos Aires pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Brasil e Argentina decidem conformar um mercado comum até o final de 1994
1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado de Assunção para a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
1991	Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
1993	O presidente Itamar Franco realiza visita bilateral à Argentina (25 de maio)
1995	Entrada em vigor da União Aduaneira do Mercosul, com a adoção de tarifa externa comum (TEC)
1995	O presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Argentina por ocasião da posse do presidente Carlos Menem (8 de julho)
1996	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Argentina

1997	Visita de estado do presidente da Argentina, Carlos Menem, ao Brasil. Formalização da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina
1999	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, à Argentina (7 de junho)
2002	Luiz Inácio Lula da Silva visita Argentina em sua primeira viagem como presidente eleito (2 de dezembro)
2002	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde
2003	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde (janeiro)
2003	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, para a cerimônia de posse do presidente da Argentina, Néstor Kirchner (25 de maio)
2003	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. É sua primeira viagem oficial ao exterior (junho)
2003	Visita de Estado do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (outubro)
2004	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de Copacabana (março)
2006	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Realizadas reuniões bilaterais e trilaterais com o presidente Hugo Chávez (abril)
2007	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (27 de abril)
2007	Visita ao Brasil da presidenta eleita da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (novembro)
2007	O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da posse da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (dezembro)
2007	Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA) (dezembro)
2008	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina (fevereiro)
2008	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina com comitiva empresarial (agosto)
2008	Visita de Estado da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (setembro)
2009	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (abril)
2009	Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (novembro)
2010	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência daquele país (maio)
2010	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (agosto)
2011	Visita de trabalho da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (31 de janeiro)
2011	Visita de trabalho do presidente da Argentina, Cristina Fernández de

	Kirchner, ao Brasil (29 de julho)
2011	Visita da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, para a posse da presidenta Cristina Kirchner, em seu segundo mandato (10 de dezembro)
2012	Visita da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, para participar da 18ª Conferência Industrial Argentina (28 de novembro)
2013	Visita de trabalho da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina (25 e 26 de abril)
2015	Visita da presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, a Brasília, por ocasião da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados (17 de julho). Foi realizada reunião de trabalho entre a presidenta Dilma Rousseff e a presidenta Cristina Kirchner
2015	Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil (4 de dezembro). É sua primeira visita ao exterior após as eleições
2015	Visita da presidente Dilma Rousseff à Argentina, por ocasião da cerimônia de posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri (10 de dezembro)
2016	Nas comemorações do 200º aniversário da independência da República Argentina, o governo brasileiro se fez representar pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann, pelo ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general de Exército Sergio Westphalen Etchegoyen, e pelo embaixador do Brasil em Buenos Aires, Everton Vieira Vargas (9 de julho)
2016	Visita do presidente Michel Temer à Argentina (3 de outubro)
2017	Visita de Estado do presidente Mauricio Macri ao Brasil (7 de fevereiro)
2017	I Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina (Brasília, 30 de maio)
2018	I Reunião do Diálogo Político-Estratégico Brasil-Argentina. II Reunião do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina (16 de abril)
2018	Reunião sobre cooperação nuclear Brasil-Argentina (7 de novembro)
2018	Assinatura da Declaração de Montevidéu sobre Cooperação Nuclear Empresarial Brasil-Argentina (17 de dezembro)
2019	Visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil (16 de janeiro)
2019	Visita do presidente Jair Bolsonaro à Argentina (6 de junho)
2020	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (12 de fevereiro)
2020	Videoconferência entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente Alberto Fernández, por ocasião dos 35 anos da Declaração do Iguaçu (30 de novembro)
2021	Videoconferência entre o chanceleres Ernesto Araújo e Felipe Solá (16 de março)
2021	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (19 de julho de 2021)
2021	Visita do chanceler Santiago Cafiero ao Brasil (8 de outubro de 2021)
2022	Presidente Alberto Fernández viaja a São Paulo para encontrar-se com o presidente-eleito Luiz Inácio Lula da Silva (31 de outubro)

2023	Visita do presidente Alberto Fernández ao Brasil (1º de janeiro), por ocasião da cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2023	Visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Buenos Aires (23 de janeiro).

ACORDOS BILATERAIS

Título	**Data de celebração**	**Data de entrada em vigor**	**Publicação**
Convenção Preliminar de Paz.	27/08/1828	04/10/1828	Não consta
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	07/03/1856	25/06/1856	14/07/1856
Convenção sobre Navegação Fluvial.	20/11/1857	20/07/1858	Não consta
Tratado de Limites.	06/10/1898	26/05/1900	31/05/1900
Tratado de Arbitramento Geral.	07/09/1905	05/12/1908	01/10/1908
Protocolo sobre Cartas Rogatórias, Complementar ao Acordo de 14/02/1880.	16/09/1912	08/01/1957	21/03/1957
Convenção Complementar de Limites.	27/12/1927	09/07/1941	16/07/1941
Convênio para Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio para o Fomento do Turismo.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Acordo para Permuta de Publicações.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio sobre Legalização de Manifestos de Carga.	23/01/1940	08/04/1941	10/05/1941
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	02/06/1948	29/11/1966	04/07/1967
Tratado de Extradição.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convênio sobre Coprodução Cinematográfica.	25/01/1968	26/11/1981	18/11/1981
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	17/05/1980	01/01/1983	23/12/1982
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	17/05/1980	18/08/1982	10/09/1982
Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Peperi-Guaçu.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Cooperação para o	17/05/1980	20/10/1983	09/11/1983

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear			
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Previdência Social	20/08/1980	18/11/1982	10/12/1982
Acordo sobre Transportes Marítimos.	15/08/1985	05/02/1990	07/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Informática.	22/01/1987	22/02/1987	04/03/1987
Acordo de Coprodução Cinematográfica.	18/04/1988	25/07/1995	10/05/1999
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.	29/11/1988	23/08/1989	25/09/1989
Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	20/04/1990	06/05/1991
Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.	06/07/1990	27/06/1992	30/07/1992
Protocolo Adicional ao Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	06/07/1990	30/06/1993	11/08/1998
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	20/08/1991	10/02/1993	26/02/1993
Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/05/1993	09/10/1995	20/11/1995
Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais.	15/02/1996	10/11/1999	12/01/1999
Acordo de Cooperação Técnica.	09/04/1996	25/08/1999	14/10/1999
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	09/04/1996	18/03/1998	13/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais.	09/04/1996	18/02/1998	13/05/1998
Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas	27/04/1997	26/10/2002	06/11/2002

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé.	10/11/1997	28/03/2000	18/05/2000
Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO).	10/11/1997	05/05/1999	02/06/1999
Acordo de Integração Cultural.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Convênio de Cooperação Educativa.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Acordo sobre a Isenção de Vistos.	09/12/1997	22/04/2000	26/04/2000
Tratado sobre a Transferência de Presos.	11/09/1998	25/06/2001	24/07/2001
Protocolo sobre Circulação de Produtos Alimentícios.	25/11/1999	09/06/2006	Em tramitação na Argentina
Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai.	15/12/2000	06/10/2003	18/02/2004
Acordo para o Provimento de Capacidade Espacial.	08/05/2001	23/03/2004	29/06/2004
Protocolo adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espaciais Relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial.	14/08/2001	27/11/2003	Em tramitação na Argentina
Acordo Relativo ao Intercâmbio de Estagiários.	14/08/2001	23/06/2009	Em processo de ratificação pelas Partes
Acordo sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas.	02/12/2002	23/12/2005	20/12/2005
Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.	09/12/2002	25/07/2006	16/10/2006
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial.	30/11/2005	02/02/2010	02/02/2010
Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas.	30/11/2005	27/11/2008	13/01/2009
Acordo Quadro de Cooperação em	30/11/2005	30/04/2007	30/04/2007

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Matéria de Defesa.			
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar.	30/11/2005	10/09/2008	28/11/2008
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina em Matéria de Isenção Recíproca do Pagamento de certas Contribuições Sociais para Empresas de Transporte	16/05/2007	16/05/2007	15/06/2007
Acordo de Facilitação Turística.	18/11/2009	18/12/2009	19/11/2009
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Cooperação em Planejamento Urbano e Habitação	31/01/2011	31/01/2011	04/02/2011
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina.	31/01/2011	01/10/2014	29/03/2016
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	31/01/2011	17/07/2015	Em tramitação na Argentina
Acordo por Troca de Notas entre a República Federativa do Brasil e a República da Argentina para Facilitar o Trânsito aos Portadores de Passaporte Provisório Argentino ou Documento de Autorização de Retorno ao Brasil	10/12/2012	10/12/2012	21/01/2013
Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina referente ao Estudo de Inventário Hidroelétrico para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu	15/08/2013	15/08/2013	30/09/2013
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o	29/01/2014	29/01/2014	11/04/2014

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Intercâmbio de Documentação para o Esclarecimento de Graves Violações aos Direitos Humanos			
Ajuste Complementar ao Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil	07/02/2017		Em tramitação no Congresso Nacional
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores e Culto da República Argentina Sobre Cooperação em Diplomacia Pública e Digital	07/02/2017	07/02/2017	21/02/2017
Protocolo de Emenda à Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	21/07/2017	29/07/2018	28/08/2018
Adendo, por Troca de Notas, ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação Consular e Políticas para Comunidades Emigradas	12/07/2018	16/07/2018	20/07/2018
Tratado de Extradição	16/01/2019		Em tramitação no Congresso Nacional
Memorando de Entendimento sobre cooperação na área de bioenergia, incluindo biocombustíveis	06/06/2019	06/06/2019	17/07/2019
Acordo para a Prorrogação do Contrato Internacional de Concessão da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé e Infraestruturas Conexas	19/07/2021	19/07/2021	18/08/2021
Acordo de cooperação antártica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina	23/01/2023		

Dados básicos

	Argentina	Brasil

Nome oficial	República Argentina	República Federativa do Brasil
Idioma oficial	Espanhol	Português
População	46,3 milhões (FMI)	213,4 milhões (IBGE)
Área	2,796 milhões km²	8,516 milhões km²
PIB nominal (FMI, 2022)	US$ 464,28 bilhões	US$ 1,83 trilhão
PIB *per capita* (FMI, 2022)	US$ 12,19 mil	US$ 8,57 mil
Crescimento do PIB (FMI)	4% (2022, est); 10,2 (2021); -9,9% (2020); -2% (2019)	0,8 (2022, est); 4,6%(2021, est.); -3,9% (2020); 1,2% (2019)
IDH (PNUD, 2021)	0,842 (47º posição)	0,754 (87ª posição)
Índice de alfabetização (PNUD, 2020)	99,0%	93,2%
Expectativa de vida (PNUD, 2020)	76,7 anos	75,9 anos

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ milhões)

BRASIL-ARGENTINA	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio total	**20.276**	**16.385,8**	**23.827,4**	**28.448,5**
Exportações	9.723	8.488,7	11.878,5	15.348,6
Importações	10.552	7.897,1	11.948,9	13.099,9
Saldo	-828	591,6	-70,4	2.248,7

*** Principais produtos da pauta comercial (2022)**

- **Exportações:** partes e acessórios de veículos, 11%; automóveis de passageiros, 9,9%; demais produtos da indústria de transformação, 4,5%.
- **Importações:** veículos para transporte de mercadoria, 19%; automóveis de passageiros, 16%; trigo, 12%; demais produtos da indústria de transformação, 3,7%.

Embaixador da Argentina no Brasil: Daniel Scioli.
Embaixador do Brasil na Argentina: Reinaldo Salgado.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 8, DE 2023

(nº 93/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 93

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JULIO GLINTERNICK BITELLI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

EM nº 00031/2023 MRE

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Argentina, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JULIO GLINTERNICK BITELLI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 101/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055722) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **JULIO GLINTERNICK BITELLI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058868** e o código CRC **1EB8CE70** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002642/2023-38 SUPER nº 4058868

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 183

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES

Candidato: JULIO GLINTERNICK BITELLI

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Julio Glinternick Bitelli

O Embaixador Julio Glinternick Bitelli é formado em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo/USP (1984) e cursou oito semestres do curso de Letras Latinas Modernas (francês e italiano) da mesma Universidade, tendo ingressado no Instituto Rio Branco/IRBr em 1985. Possui Mestrado em Administração Pública pela Harvard Kennedy School (2003). Em 2007, sua tese "A Argentina, o Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Baliza da Parceria Estratégica ou Trincheira de uma Rivalidade Minguante?" foi aprovada "com louvor" no Curso de Altos Estudos do IRBr.

Encarregado dos temas de meio ambiente no início de sua carreira, participou diretamente das negociações do Protocolo de Montreal para a Proteção da Camada de Ozônio, da Convenção de Basileia sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito e da Convenção sobre Diversidade Biológica. Foi membro da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e Coordenador-Executivo dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

No Brasil, desempenhou-se ainda como Adjunto da Assessoria Especial da Presidência da República (1997/99) e como Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2015/16).

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1991/94) e nas embaixadas em Montevidéu (1994/96), Washington (1999/03), Buenos Aires (2003/06), La Paz (2007/09) e novamente Buenos Aires (2010/13). Foi embaixador do Brasil na Tunísia (2013/15) e na Colômbia (2016/19). Desde 2019 ocupa o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

O embaixador Bitelli possui vasta e variada experiência profissional, com parte significativa da carreira dedicada às relações do Brasil com a América do Sul, em especial com a Argentina. A confirmação de sua indicação para a Embaixada em Buenos Aires em muito contribuiria para o tratamento dos interesses nacionais junto a um país com o qual o Brasil vem relançando agenda estratégica, com iniciativas em temas como comércio e investimentos, energia, cooperação nuclear e integração fronteiriça, entre vários outros.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA
(Elaborado pelo Embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado, que deixa o posto)

I – Relações diplomáticas

1. A Argentina foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil e a estabelecer relações diplomáticas com o Império. Em carta assinada pelo presidente Bernardino Rivadavia e dirigida ao então chanceler brasileiro, formalizava-se, em 25 de junho de 1823, o reconhecimento do Brasil independente pelo governo de Buenos Aires, em nome das Províncias Unidas do Rio da Prata. Em 5 de agosto de 1823, o enviado argentino Valentín Gómez apresentou a carta credencial assinada por Rivadavia, com o reconhecimento da independência do Brasil, e foi recebido por Dom Pedro I em 11 de agosto daquele ano. Dessa forma, 2023 marca o bicentenário das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina.
2. A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. Os dois países compartilham 1.261 km de fronteiras com ampla conectividade e intenso dinamismo. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo e a construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.
3. O processo de aproximação política entre Brasil e Argentina iniciado a partir da redemocratização dos dois países na década de 1980 esteve na base do projeto de integração sul-americana que levou à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991. As relações bilaterais são marcadas por significativos fluxos comerciais e de investimentos recíprocos; interdependência de setores produtivos; emissão e recepção de grande quantidade de turistas e estudantes; cooperação em setores estratégicos como defesa, nuclear e ciência, tecnologia e inovação; além da existência de diversos mecanismos de coordenação bilateral que conferem a essas relações sólida institucionalidade, cuja moldura se forjou principalmente nos seis anos entre 1985, com a assinatura da Declaração de Iguaçu, e 1991, quando foi criado o MERCOSUL e foram assinados acordos históricos na área nuclear.
4. A recente visita oficial, em janeiro de 2023, do senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado pelos ministros das Relações Exteriores, Fazenda, Saúde, Ciência, Tecnologia e Inovação e Secretaria-Geral da Presidência, marcou o início de novo período nas relações bilaterais, sinalizando a retomada da parceria estratégica e o resgate da centralidade conferida pelo Brasil à Argentina em sua política externa. A Declaração Conjunta assinada na ocasião oferece mapa do caminho nesse sentido, com compromissos assumidos pelos dois países em setores específicos das distintas áreas que conformam a relação bilateral. Visita do presidente Fernández ao Brasil está prevista para junho próximo, no âmbito das comemorações do bicentenário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina.

II – Relação econômico-comercial

1. A Argentina é o terceiro principal destino das exportações brasileiras (4,59% de participação) e também a terceira maior origem das importações brasileiras (4,81% de participação). Em 2022, a corrente de comércio bilateral totalizou US$ 28,44 bilhões, recuperando os patamares pré-pandêmicos de 2018. As exportações brasileiras em 2022 registraram US$

15,34 bilhões (+29,2% frente ao registrado em 2021) e as importações brasileiras da Argentina totalizaram US$ 13,09 bilhões no ano passado (+9,6% em comparação com 2021), resultando em superávit de US$ 2,25 bilhões. No cômputo global, o Brasil segue sendo o principal parceiro comercial da Argentina.

2. O comércio bilateral é caracterizado pela grande participação da indústria de transformação e pelo elevado valor agregado dos produtos transacionados, reafirmando a importância da Argentina para a indústria brasileira. Em 2022, a indústria de transformação representou US$ 14 bilhões das exportações (91,5% do total) e US$ 10,2 bilhões das importações (77,8% do total). Em 2022, o Brasil foi o principal destino das exportações argentinas de bens manufaturados de origem industrial e o segundo país de origem das importações desse tipo de bem, ficando atrás apenas da China. O setor automotivo segue especialmente relevante, totalizando US$ 6,5 bilhões em exportações e US$ 5,88 bilhões em importações, o que representou, em 2022, 43,5% do comércio entre os dois países.
3. Brasil e Argentina são dois importantes produtores e exportadores de produtos agropecuários. Em 2022, a Argentina foi o 18° destino das exportações brasileiras do agronegócio e a principal origem das importações brasileiras do setor, representando quase 25% do total importado pelo país, com especial destaque para o trigo, milho em grãos e malte. No ano passado, o Brasil registrou déficit comercial de US$ 2,38 bilhões em produtos do agronegócio com a Argentina. Em virtude do bom relacionamento institucional construído pelas pastas de Agricultura, com o apoio das embaixadas de ambos países, foi possível equacionar quase todas as questões comerciais no setor, impedindo que se tornassem irritantes comerciais contaminando a agenda bilateral.
4. Brasil e Argentina possuem volumes de investimentos recíprocos equilibrados e altamente diversificados. Cerca de 150 empresas brasileiras encontram-se instaladas na Argentina, representando estoque de investimentos na casa de US$ 14 bilhões, com forte presença nos setores de manufaturados, serviços, mineração, energia e siderurgia. Por sua vez, em torno de 80 empresas argentinas investem no Brasil, onde mantêm estoque de investimentos da ordem de US$ 15,7 bilhões, com destaque para as áreas de engenharia e construção, agroindústria, gestão de infraestrutura (aeroportos), metalurgia e tecnologia.
5. Segundo dados recentes divulgados pelo Ministério do Turismo, mais de 3,63 milhões de turistas internacionais visitaram o Brasil em 2022, dos quais pouco mais de um milhão (28,4%) eram argentinos. A Embaixada tem buscado estabelecer parcerias com entes públicos e privados para promover os destinos brasileiros para o público e as agências de turismo locais. Nesse sentido, solicitou e obteve apoio de secretarias estaduais e municipais de Turismo para viabilizar viagens da imprensa e de "influencers" argentinos ao Brasil.
6. O setor de Promoção Comercial e Investimentos da Embaixada (SECOM) promoveu numerosos eventos de promoção comercial, tais como seminários e rodadas de negócios, em parceria com a ApexBrasil e com diversas entidades empresariais brasileiras, além de manter importante interlocução com a Confederação Nacional da Indústria, por meio do Conselho Empresarial Brasil-Argentina (CEMBRAR). Identificou oportunidades de negócios para exportadores brasileiros, prestando apoio também com relação às leis e regulamentos argentinos que incidem sobre o comércio exterior. Em colaboração com a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Argentino-Brasileira (CAMBRAS) e o Grupo Brasil, o SECOM realizou "hubs" de negócios, cerimônias de premiação, `webinars`, reuniões com CEOs e

seminários. Por fim, o SECOM apoiou a elaboração da agenda empresarial para a visita presidencial realizada em janeiro de 2023.

III – Cooperação Técnica

1. A cooperação técnica está amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Argentina, assinado em 1996. Importante desdobramento recente dos temas centrais da cooperação técnica foi a realização da fase II do diálogo técnico em Recursos Hídricos, com o intercâmbio de experiências e visitas de campo relacionadas ao monitoramento e à gestão de bacias hidrográficas. Em fevereiro de 2023, missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) negociou os termos da renovação do Ajuste Complementar e projetos no âmbito de saúde, turismo sustentável, combate ao tráfico da onça-pintada e a fase III das atividades em recursos hídricos. Em 4 de abril de 2023, realizou-se, em Brasília, a V Comissão Mista para Cooperação Técnica.
2. Outra vertente importante da cooperação técnica bilateral é o programa SABIA-MAR, a ser utilizado para atividades de estudo e monitoramento do mar, meteorologia, desflorestamento, geologia e apoio à agricultura. Há perspectiva de realização de seminário bilateral sobre o setor aeroespacial, e foram feitas gestões para apoio argentino à candidatura de São Paulo como sede da 75ª edição do Congresso Internacional de Astronáutica, em 2024. A Declaração Conjunta presidencial de janeiro de 2023 prevê, ademais, reativar o Grupo de Trabalho Conjunto Brasileiro-Argentino de Cooperação Espacial (GTC).
3. Em matéria jurídica, além do diálogo interinstitucional com fins de extradição de cidadãos procurados de parte a parte, encontra-se em negociação novo acordo de cooperação jurídica em matéria penal e um acordo de cooperação em matéria civil, dedicado a facilitar o diálogo entre autoridades locais em áreas de fronteira.

IV- Cooperação em outras áreas

1. O governo argentino vem dedicando esforços para reforçar e modernizar suas capacidades na área de defesa, sendo a compra e manutenção de equipamentos militares uma das prioridades da atual gestão. A visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Buenos Aires, em janeiro de 2023, deu novo impulso às possibilidades de compra de equipamentos de defesa brasileiros por parte da Argentina, com a assinatura de "Carta de intenções para o projeto de integração da produção de defesa Brasil-Argentina".
2. Sobre a questão nuclear, os países recentemente acordaram revigorar a cooperação bilateral e os projetos conjuntos para o uso pacífico da energia e tecnologia nucleares, por meio da Declaração Conjunta assinada pelos presidentes Lula e Fernández, em janeiro de 2023. Os presidentes determinaram a "revitalização dos mecanismos de diálogo", em especial do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em Matéria de Defesa e Segurança Internacional (2+2), que envolve os Ministérios da Defesa e de Relações Exteriores. Consideraram, igualmente, fundamental o processo de reativação e revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e concordaram com a continuidade dos ciclos de planejamento e execução do Exercício Binacional "Operação Arandu".
3. O modelo de salvaguardas nucleares aplicável ao Brasil e à Argentina, que tem seu cerne na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), celebrou seus 30 anos em 2021. Resultado de uma complexa e bem-sucedida engenharia

técnica e diplomática, esse modelo está baseado em um arranjo que envolve quatro atores: dois estados vizinhos, uma agência binacional – a ABACC – e uma organização internacional, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Como resultado desse arranjo, Brasil e Argentina são os únicos países no mundo a terem seus programas nucleares submetidos à verificação por dois organismos internacionais.

4. No que diz respeito aos temas fronteiriços, o Brasil tem procurado sensibilizar as autoridades argentinas para a necessidade de modernizar seus métodos de controle, sobretudo na ponte Uruguaiana-Paso de Los Libres, onde o congestionamento de veículos, ademais dos inconvenientes causados aos usuários, impacta negativamente a já comprometida estrutura. O Brasil propôs à Argentina a realização, em abril de 2023, de reunião da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para Uso e Conservação de Pontes Internacionais, mecanismo instituído em 1972.
5. Encontra-se em negociação o modelo de gestão a ser futuramente aplicado à ponte São Borja-Santo Tomé e seu Centro Unificado de Fronteira (CUF), com o objetivo de garantir uma transição fluida ao regime posterior ao fim da atual concessão da ponte e desse Centro. Em linha com compromisso assumido na Declaração Conjunta de janeiro de 2023, foram realizadas seis reuniões bilaterais sobre o tema, sob a coordenação do Itamaraty, buscando chegar a uma solução acordada até 29 de agosto, quando finda o atual contrato de concessão.
6. Foram, também, retomadas as discussões com a parte argentina sobre a construção de ponte internacional ligando as localidades de Porto Xavier (RS) e San Javier (Misiones), conforme acordado no âmbito da 14ª Reunião da Comissão Binacional Brasil-Argentina para a Viabilização da Construção e Operacionalização de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai (COMBI). O início das obras, cujo custo será coberto integralmente pelo Brasil, está previsto para 2024, com conclusão estimada em dezembro de 2026.

IV – Temas culturais

1. A Embaixada do Brasil em Buenos Aires promoveu importante agenda cultural – mesmo durante o período até fins de 2021, em que vigeram restrições em razão da pandemia de COVID-19 –, em virtude da consolidação de alianças com prestigiadas entidades culturais argentinas. Organizou-se: (i) homenagem ao Brasil nos meses de setembro de 2021 e 2022, por meio da iluminação nas cores verde e amarelo, de monumentos em nove cidades argentinas, além da realização de eventos culturais; (ii) colaboração com o Museu de Arte Latino-americana de Buenos Aires (MALBA) na mostra da artista Leda Catunda, em março de 2021, e na iniciativa "Itinerário Brasil", com foco nas obras brasileiras do acervo permanente do museu, em setembro daquele ano; (iii) participação no 11º Festival Internacional de Literatura de Buenos Aires (FILBA), no 4º ciclo de cinema latino-americano "Mira Pa Cá", no 36º Festival Internacional de Cinema de Mar del Plata e no 14º Festival Internacional Buenos Aires Jazz; (iv) comemoração do bicentenário da Independência, com o evento "Antropofagia Revisitada"; (v) programação na 46ª Feira Internacional do Livro de Buenos Aires em homenagem ao bicentenário da Independência; (vi) realização, em 2022, de dois ciclos de cinema brasileiro, produzidos em aliança com o Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais Argentino (INCAA); (vii) três exposições no espaço cultural da embaixada ("Literatura del Yo", que exibiu fotografias, esculturas, instalações e vídeos da escritora e artista plástica carioca Paula Parisot; "Lygia & Lina por Luciana Levinton", com 95 obras

baseadas nas formas criadas pela artista plástica Lygia Clark e pela arquiteta Lina Bo Bardi; "Territorios en Polifonía", com obras de 13 artistas visuais de seis países).

2. Outra vertente da cooperação cultural na Argentina consiste na promoção da língua portuguesa. O Instituto Guimarães Rosa de Buenos Aires conta com estrutura de grande porte: sede própria de cinco andares, biblioteca de 16 mil exemplares (o maior acervo em língua portuguesa da Argentina), cerca de 500 alunos e 11 professores. Além de cursos regulares e intensivos, são oferecidos cursos especiais (fonética, preparação para o Celpe-bras, falsos cognatos etc.) e se mantém convênio com o "Instituto del Servicio Exterior de la Nación (ISEN)", escola de formação de diplomatas, onde o ensino da língua portuguesa é disciplina curricular obrigatória e são ministradas aulas presencialmente pelo IGR.
3. A agenda cultural do instituto foi retomada ao longo de 2022, com uma oficina cultural sobre os cem anos da Semana de Arte Moderna, assim como eventos de promoção da língua portuguesa comemorativos do bicentenário da independência do Brasil. Merecem menção, ainda, as oficinas de português como língua de herança, voltadas aos filhos de brasileiros residentes em Buenos Aires. Finalmente, o setor de cooperação educacional negociou a criação de novas vagas de leitorado na Escola Normal Superior "Lenguas Vivas" e na Universidade Nacional "Trés de Febrero" (a serem iniciados em 2023).

V – Temas consulares

1. Segundo estimativas do Ministério das Relações Exteriores publicadas em 2022, a comunidade brasileira na Argentina soma aproximadamente 90 mil pessoas. A rede consular brasileira na Argentina é composta pelos Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, em Córdoba e em Mendoza e pelos Consulados do Brasil em Paso de los Libres e Puerto Iguazú.
2. Embora não seja responsável por prestar assistência consular direta aos cidadãos brasileiros, a Embaixada do Brasil em Buenos Aires atua, em coordenação com as repartições consulares brasileiras, no sentido de defender os direitos dos migrantes brasileiros e dialogar com as agências pertinentes do governo argentino sobre temas consulares.
3. A Embaixada também apoia os postos consulares da região fronteiriça na organização dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina. Os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina atualmente existentes são os seguintes: Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; Barracão/Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen; São Borja-Santo Tomé; e Uruguaiana-Paso de los Libres.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Administrar de forma integrada e com visão global as relações do Brasil com a Argentina em todos os âmbitos e níveis e prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações Brasil-Argentina, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional. Apoiar, promover e proteger os interesses brasileiros na Argentina.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República Argentina e fomentar a cooperação, a integração e a coordenação bilaterais em todos os níveis, inclusive mediante o fortalecimento do marco institucional das relações entre os dois países.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com a Argentina nos âmbitos bilateral, regional (Mercosul, Bacia do Prata, América do Sul, América Latina e Caribe) e internacional e contribuir para a promoção da inserção econômica competitiva do Brasil no mercado argentino, com foco na prosperidade mútua e no desenvolvimento sustentável de ambos os países;
2. Desenvolver uma cooperação ampla, coordenada e produtiva com a Argentina em todas as áreas de interesse comum e regional, como o fortalecimento do MERCOSUL, da UNASUL e da CELAC, o desenvolvimento sustentável da Bacia do Prata e do Aquífero Guarani, o combate ao crime organizado internacional, a segurança das fronteiras comuns e a integração fronteiriça. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio do fortalecimento da articulação com o governo argentino;
3. Fortalecer as relações com a Argentina, com os mecanismos de integração regional de que faz parte e, por consequência, com toda a América do Sul e com toda a América Latina e Caribe.
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Argentina, em especial mediante a promoção ativa da língua portuguesa e da cultura brasileira no país;
5. Atrair investimentos argentinos para o Brasil, oferecendo informações aos empresários locais como instalar empresas em solo brasileiro;
6. Promover as exportações de produtos e serviços brasileiros para a Argentina, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento;

7. Acompanhar os fluxos comerciais bilaterais e apoiar o setor privado exportador do Brasil na superação de barreiras de comércio;
8. Avançar em colaborações efetivas para promover a inovação tecnológica aplicada a setores produtivos estratégicos, partindo de uma visão comum do papel da ciência, tecnologia e inovação na região e de sua relevância para promover um desenvolvimento inclusivo;
9. Apoiar o desenvolvimento das relações de Estados e Municípios brasileiros, especialmente os fronteiriços, com o Estado argentino, suas províncias e cidades.
10. Apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira na Argentina;
11. Promover o turismo argentino no Brasil;
12. Realizar o seguimento intenso e ativo de todas as iniciativas e compromissos assumidos no plano bilateral ou nos planos regional e internacional de que o Brasil e a Argentina sejam partes ativas;
13. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e capacidade de resposta e a melhorar a relação custo-benefício da atividade diplomática do Brasil na Argentina.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio, investimentos, turismo e marca país;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com a Argentina, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos

- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
- *Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado argentino;*
- *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes na Argentina;*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Apoio a investidores argentinos interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado argentino;*
- *Articulação de ações integradas com o escritório da Apex Brasil para a América do Sul;*
- *Participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na Argentina;*
- *Articulação com federações de indústria dos estados e do Distrito Federal;*

- *Diálogo com entidades setoriais e secretarias estaduais de comércio, indústria e desenvolvimento;*
- *Interiorização das ações de promoção comercial, de modo a ampliar a presença de produtos brasileiros nas diferentes províncias argentinas.*
- *Fortalecimento do Conselho Empresarial Brasil-Argentina (CEMBRAR) como canal direto de comunicação do setor privado com governos, para dar encaminhamento a demandas empresariais de ambos os países;*
- *Aumento da visibilidade das ações desenvolvidas em favor do comércio e dos investimentos bilaterais, por meio de boletins ou 'newsletters' publicados regularmente;*
- *Divulgação de feiras e exposições junto a entidades empresariais de diferentes setores;*
- *Acompanhamento e análise da conjuntura macroeconômica internacional, nacional, regional e setorial, bem como da política econômica do governo, a fim de fornecer ao Estado e a atores econômicos brasileiros elementos para a formulação de políticas de comércio exterior e de investimentos.*
- *Atualização de material informativo sobre como exportar para a Argentina, disponibilizado no site Invest & Export Brasil;*
- *Acompanhamento das deliberações e eventual apoio às reuniões da Comissão Bilateral de Produção e Comércio;*
- *Avaliação periódica sobre o impacto econômico-comercial dos existentes mecanismos para integração financeira, mitigação de conjunturas de escassez de divisas e criação de moeda de circulação sul-americana;*
- *Acompanhamento dos avanços em ações conjuntas que haja entre o Banco do Brasil, BNDES, BICE e Banco de la Nación para financiar o comércio exterior e aumentar a capacidade de empréstimo dos bancos de desenvolvimento latino-americanos por meio de sinergias entre a CAF e o FONPLATA.*

2) Monitorar e apoiar ações para a redução de barreiras econômico-comerciais às exportações brasileiras

- *Apoio nas tratativas para aprofundar a relação bilateral com instrumentos que aumentem e facilitem o comércio sem entraves, por meio da ampliação do uso do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML);*
- *Apoio a empresas brasileiras na resolução de casos específicos de atraso na liberação de licenças de importação;*
- *Acompanhamento de investigações de defesa comercial (antidumping) que possam afetar exportações brasileiras, realizando gestões junto a representantes do Governo argentino e participando de audiências, conforme o caso;*
- *Acompanhamento diário das leis, decretos, regulamentos e demais normas publicadas no Boletim Oficial que possam ter impactos nos interesses brasileiros, como barreiras comerciais ou medidas com efeito equivalente, incluindo medidas de administração tributária (sistema de capacidade econômica financeira - CEF), restrições cambiais (comunicados do Banco Central Argentino), regulamentos técnicos, procedimentos de avaliação da conformidade e outras de cunho sanitário e fitossanitário;*
- *Monitoramento ativo e informação à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, das repercussões e eventuais decisões do governo argentino sobre a*

adoção de quaisquer medidas de administração do comércio que possam afetar as exportações brasileiras, inclusive com vistas a mitigar eventuais efeitos adversos ao setor exportador do país;

- *Realização de gestões em apoio dos exportadores de produtos do agronegócio brasileiro que enfrentem dificuldades para ingressar no mercado argentino relacionadas a requisitos sanitários, fitossanitários ou regulamentos técnicos;*
- *Monitoramento dos fatores da conjuntura internacional que possam afetar o fluxo de comércio bilateral e ensejar medidas governamentais similares a barreiras econômico-comerciais;*
- *Apoio aos esforços de liberalização comercial no âmbito do MERCOSUL, com vistas a agilizar e ampliar as exportações brasileiras à Argentina.*

3) Apoiar as atividades da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Argentino-Brasileira (CAMBRAS) e do Grupo Brasil

- *Ações de apoio à realização de encontros da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Argentino-Brasileiro (CAMBRAS) e do Grupo Brasil, de modo a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais dos dois países;*
- *Desenvolvimento de atividades em conjunto com a CAMBRAS e com o Grupo Brasil, tais como seminários, rodadas e 'hubs' de negócios;*
- *Envolvimento, sempre que possível, da CAMBRAS e do Grupo Brasil em ações de promoção comercial patrocinadas pelo Posto, com missões empresariais realizadas em colaboração com entidades setoriais e governos estaduais.*

4) Promover o Brasil como destino turístico de viajantes argentinos

- *Promoção do Brasil e da cultura brasileira como atrativos turísticos junto ao mercado argentino, inclusive público final, operadores turísticos, mídia especializada e influenciadores digitais;*
- *Participação brasileira em grandes feiras de turismo na Argentina;*
- *Fortalecimento da sinergia com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo na Argentina;*
- *Apoio a iniciativas do Ministério do Turismo e da EMBRATUR, bem como dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo junto ao mercado argentino;*
- *Apoio a entidades e associações do 'trade' turístico de ambos os países interessadas em realizar eventos de promoção do turismo, tais como missões comerciais, press trips e fam tours;*
- *Prospecção do mercado local para sugerir ao Ministério do Turismo e à EMBRATUR potenciais áreas de cooperação bilateral;*
- *Diálogo com empresas aéreas para ampliar frequência de voos e rotas que contemplem destinos brasileiros;*
- *Realização de campanhas digitais direcionadas ao público argentino por meio das redes sociais da Embaixada e de empresas que recebam patrocínio da EMBRATUR;*
- *Reativação do "patrimônio digital" do Brasil na Argentina, composto por página web e redes sociais dedicadas à promoção dos destinos turísticos nacionais junto ao*

mercado argentino, que responde por cerca de 30% dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil.

5) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público argentino

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com entidades brasileiras e argentinas, para divulgação de destinos turísticos nacionais, produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais;*
- *Monitoramento de imprensa sobre temas brasileiros e oferecimento de pautas positivas sobre Brasil a meios de comunicação argentinos.*

6) Contribuir para o processo de fortalecimento dos mecanismos de comércio bilateral, cooperação e investimentos em energia

- *Apoio ao diálogo entre autoridades competentes dos dois países com vistas a promover a complementação entre os dois mercados nacionais de energia;*
- *Apoio quando da conformação de grupo de trabalho coordenado por altas autoridades sobre integração energética bilateral, incluindo o gás natural;*
- *Assistência à facilitação quando necessária, da exportação de energia elétrica argentina ao mercado brasileiro e à exportação de energia elétrica brasileira ao mercado argentino;*
- *Acompanhamento da normativa que regula o comércio bilateral de energia elétrica, particularmente o Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio de Energia Elétrica, renovado em novembro de 2022, que privilegia intercâmbios em modalidade comercial e prevê a futura viabilização de contratos de longo prazo.*
- *Acompanhamento da reativação do Comissão Técnica Mista (CTM) para desenvolver os potenciais hidrelétricos binacionais;*
- *Identificação de oportunidades nos setores de energia e mineração argentinos, com vistas ao desenvolvimento de sinergias com o Brasil em matéria de pesquisa, estudos e avaliação de investimentos;*
- *Acompanhamento do desenvolvimento do setor de gás na Argentina, com ênfase na identificação de oportunidades para empresas brasileiras com interesse nesse setor e para o aumento da segurança energética do Brasil;*
- *Apoio à avaliação conjunta de projetos energéticos de interesse binacional como o Gasoduto Presidente Néstor Kirchner;*
- *Acompanhamento de iniciativas de incentivo ao desenvolvimento de projetos relativos à exploração offshore de hidrocarbonetos;*
- *Apoio aos projetos de incentivo às cadeias e complexos produtivos binacionais e regionais, em matéria de transição energética;*
- *Acompanhamento e apoio às iniciativas relativas à cooperação nos segmentos de energias alternativas, como eólica, solar, hidrogênio e biocombustíveis.*

7) Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira na Argentina

- *Ações de apoio à realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira, com o ativo envolvimento dos adidos militares acreditados em Buenos Aires;*
- *Apoio e acompanhamento a todas as tratativas bilaterais com o objetivo de aproximar a demanda argentina por equipamento militar e de polícia da oferta brasileira de bens e serviços na área de defesa;*
- *Promoção de melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países.*

8) Contribuir para o processo de fortalecimento do MERCOSUL, em suas vertentes interna e externa

- *Realização de gestões para o incremento do diálogo com autoridades argentinas sobre as prioridades do Brasil no MERCOSUL, em especial o reforço do livre comércio e da convergência regulatória, com superação de barreiras ao comércio, a ampliação do comércio de serviços e a promoção de maior integração produtiva;*
- *Apoio às prioridades brasileiras na vertente de negociações externas do MERCOSUL.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Índice de promoção comercial

Índice de promoção comercial com base em registros de: i) consultas telefônicas, por e-mail, por meios oficiais ou presenciais; ii) elaboração de informação sobre produtos; iii) elaboração de pesquisas de mercado; iv) elaboração de publicações (boletins, "newsletters", estudos ou revistas); v) elaboração de publicações "Como Exportar" e estudos de barreiras tarifárias e não-tarifárias; vi) identificação de concorrências públicas locais abertas; vii) identificação de concorrências públicas locais previstas; viii) identificação de oportunidades de Investimento Direito Estrangeiro; ix) inserção de feiras locais; x) organização de missões empresariais; xi) organização de missões presidenciais, vice-presidenciais ou ministeriais; xii) organização de, ou participação em, seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e exposições; xiii) realização de palestras ou apresentações; xiv) realização de visitas técnicas, encontros e reuniões presenciais ou virtuais.

2) Número de reuniões e/ou quantidade de horas dedicadas ao atendimento de atores do setor privado sobre temas relativos à liberação de licenças de importação ou à superação de barreiras ao comércio

3) Número de gestões (presenciais ou por meio de Notas Verbais) realizadas junto às autoridades locais sobre temas relativos à liberação de licenças de importação ou à superação de barreiras ao comércio

4) Número de ações realizadas com a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Argentino-Brasileira (CAMBRAS) e com o Grupo Brasil realizadas durante a gestão

5) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão

6) **Número de reuniões plenárias e mantidas com o comitê-executivo do Comitê Visite Brasil**
7) **Número de reuniões mantidas e/ou de projetos apoiados junto a operadores de turismo, empresas aéreas e representantes governamentais de estados e municípios brasileiros**
8) **Variação em dólares americanos dos valores do intercâmbio comercial de energia em comparação ao mesmo intervalo temporal do período imediatamente anterior ao início da gestão.**
9) **Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira** (N° de gestões realizadas junto a autoridades de defesa para a exportação da BID brasileira / N° de gestões realizadas junto a autoridades de defesa para exportação da BID brasileira na gestão anterior) x 100.
   Resultados estão relacionados a decisões do Governo argentino.
10) **Valor agregado de eventuais aquisições pelo governo argentino de produtos da indústria de defesa brasileira realizadas durante a gestão**

II - Relações políticas bilaterais

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Apoiar e fortalecer o relacionamento estratégico entre Brasil e Argentina por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização periódica de reuniões de mecanismos diplomáticos de alto nível, tendo como referência a declaração conjunta emitida por ocasião da visita do Presidente da República à Argentina de 23 de janeiro de 2023, que marcou o relançamento das relações bilaterais, bem como os resultados de outros encontros do mais alto nível que se realizem durante sua gestão**

- *Apoio, por meio de contribuições, análises, reuniões bilaterais e de mecanismos de cooperação existentes, à elaboração do Plano de Ação para o Relançamento da Aliança Estratégica Brasil-Argentina previsto na declaração conjunta presidencial de 23 de janeiro de 2023;*
- *Apoio a visitas de autoridades brasileiras à Argentina e autoridades argentinas ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos;*
- *Apoio substantivo e cerimonial aos trabalhos preparatórios e à realização de reuniões de mecanismos bilaterais de alto nível, incluindo o "Mecanismo de Alto Nível de Cooperação e Coordenação Bilateral" (nível presidentes) e o "Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina" (nível de vice-ministros de Relações Exteriores);*
- *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e argentinos, em formato presencial ou virtual.*

2. **Administrar e ampliar, onde possível, a interlocução entre as duas Chancelarias**

- *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo argentino, por meio do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina;*

- *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Argentina.*
- *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais.*
- *Apoio à realização de encontro entre autoridades consulares das chancelarias brasileira e argentina.*

3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa argentina

- *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa argentina, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Argentina;*
- *Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade argentina nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, energético, ambiental, de ciência e tecnologia, militar e de segurança;*
- *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa argentina, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, nuclear, gestão fronteiriça, MERCOSUL, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação à Argentina e sua ação regional e internacional;*
- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos, incluindo informações periódicas sobre o panorama político-eleitoral argentino em contexto de eleições nacionais e provinciais.*

4. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos Legislativos dos dois países

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e argentinos, inclusive no âmbito do PARLASUL;*
- *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e argentinos;*
- *Apoio a atividades dos grupos parlamentares de amizade de ambos os países;*
- *Apoio ao desenvolvimento do diálogo entre as Comissões de Relações Exteriores dos países da América do Sul, que teve início com o primeiro encontro dos presidentes das comissões de relações exteriores dos países da América do Sul em 26/08/2021.*

5. Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e argentinas

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais argentinas.*
- *Apoio à coordenação e cooperação na gestão integrada das fronteiras entre entidades de ambos os países;*

- *Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e argentinas;*
- *Convite a entes federativos brasileiros e entidades subnacionais argentinas para participar dos Comitês de Integração Fronteiriça.*

6. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo argentino para a abertura de negociação de acordos bilaterais;*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado argentino.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais
(Nº de reuniões de mecanismos bilaterais realizadas por ano durante a gestão / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas por ano no mesmo intervalo temporal do período imediatamente anterior ao início da gestão) x 100
Índice de realização de visitas oficiais de lado a lado
(N° de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão / N° de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano nos cinco anos anteriores) x 100

2) Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa argentina e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano

3) Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e argentinos

4) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.

5) Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais argentinas

6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contam com a Argentina entre seus membros

- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Argentina em foros multilaterais, como*

a ONU e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;

- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Argentina na Organização Mundial do Comércio, especialmente sobre as perspectivas quanto à participação argentina nas negociações plurilaterais para possível acordo na área de facilitação de investimentos;*
- *Diálogo com representantes governamentais argentinos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais;*
- *Acompanhamento e análise quanto à evolução, na política externa da Argentina, do processo de participação do país em foros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de ingresso do país nessa mesma Organização.*

2. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação da Argentina**

- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Argentina em organismos regionais e sub-regionais, particularmente no MERCOSUL, no Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), no Comitê da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH), na Comissão do Aquífero Guarani, na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e na Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como nas discussões relativas à retomada da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL);*
- *Realização de gestões para o incremento do diálogo com autoridades argentinas sobre as prioridades do Brasil no MERCOSUL;*
- *Apoio ao diálogo junto ao Governo argentino com vistas ao incremento da coordenação bilateral nos âmbitos do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), do Comitê da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH), da Comissão do Aquífero Guarani, da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e da Organização dos Estados Americanos (OEA), bem como no diálogo com vistas à retomada da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL);*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais;*
- *Acompanhamento e análise quanto a propostas do Governo argentino para iniciativas de integração regional.*

3. **Representar o Brasil junto ao Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC) e ao Comitê da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH), organismos sediados em Buenos Aires**

- *Participação em reuniões presenciais ou virtuais do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC) e do Comitê da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH), bem como apoio a autoridades brasileiras que participem das atividades/eventos promovidos pelo CIC e CIH.*

4. **Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com a Argentina entre seus membros.**
   - *Realização de gestões para buscar o apoio do Governo argentino a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano;**
Número de reuniões promovidas com autoridades argentinas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo;
Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais.

2) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas regionais;**
Número de reuniões promovidas com autoridades argentinas sobre temas regionais;
Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais.

3) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre CIC e CIH;**
Número de reuniões promovidas pelo CIC e pelo CIH;
Número de encontros bilaterais à margem das reuniões do CIC e CIH;

4) **Índice de apoio argentino a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**
(Nº de indicações positivas de apoio argentino a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte argentina para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano) x 100
Índice de apoio argentino a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos regionais
(N° de indicações positivas de apoio argentino a candidaturas brasileiras a organismos regionais no ano / N° de solicitações brasileiras apresentadas à parte argentina para apoio a candidaturas a organismos regionais no ano) x 100

IV - Promoção da imagem, da cultura, da língua portuguesa do Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Aproximar as sociedades brasileira e argentina por meio da difusão e da diversificação de referências da cultura nacional**
   - *Consolidação e ampliação da rede de contatos do posto no setor cultural argentino, para além de interlocutores habituais;*
   - *Apoio e estímulo à participação brasileira nos principais eventos culturais argentinos, como Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, o Festival Internacional de*

Literatura de Buenos Aires, o Festival Internacional de Cinema de Mar del Plata, a BIENALSUR, o Festival Internacional de Buenos Aires (BAJazz) e o Festival Internacional de Cinema Independente de Buenos Aires (BAFICI);

- *Programação de atividades no Espaço Cultural do Palácio Pereda;*
- *Elaboração de estratégias para maior inserção da cultural brasileira na Argentina, especialmente fora da área metropolitana da Cidade Autônoma de Buenos Aires;*
- *Apoio à organização de ciclos de cinema brasileiro na Argentina em diferentes províncias do país e em mostras e festivais de cinema;*
- *Promoção de eventos de fotografia, arquitetura, música e dança brasileiras;*
- *Apoio a eventos de gastronomia brasileira na Argentina, como a iniciativa "Probar Brasil", organizada pelo posto em conjunto com a CAMBRAS;*
- *Apoio à publicação de edições em espanhol de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição na Argentina;*
- *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com a Feira de Editores da Argentina, a Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, o Festival Internacional de Literatura de Buenos Aires e o Festival de Literatura Infantil de Buenos Aires;*
- *Estímulo a atores locais que cultivam cultura brasileira na Argentina, inclusive na região fronteiriça;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua espanhola, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos).*

2. Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que a Argentina tenha reconhecida tradição

- *Elaboração de programação cultural que privilegie vínculos bilaterais, à luz do bicentenário do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 2023;*
- *Análise de solicitações de apoio por parte de integrantes da comunidade artística e cultural na Argentina, por meio de formulário eletrônico específico, para a realização de atividades que promovam a cultura brasileira;*
- *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e argentinos;*
- *Fomento ao intercâmbio na área musical, por meio de incentivo a aproximação entre músicos, cantores e compositores de ambos os países e organização de festivais de música.*
- *Fomento ao intercâmbio na área da literatura, por meio de incentivo a aproximação entre escritores de ambos os países e organização de eventos literários.*

3. Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Interlocução com apoiadores das atividades culturais promovidas pelo posto, como CAMBRAS, Grupo Brasil e Banco Patagonia;*

- *Elaboração e envio de boletim eletrônico de atividades culturais brasileiras, que tem periodicidade mensal e cerca de 3.000 destinatários;*
- *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros quanto por projetos de cooperação entre atores argentinos e brasileiros;*
- *Apoio a iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira na Argentina, a exemplo da produção de grandes eventos;*
- *Incentivo para que artistas brasileiros participem de eventos na Argentina.*

4. Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção cultural

- *Ampliação da realização de eventos de promoção cultural brasileira na Argentina;*
- *Estabelecimento de parcerias com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português do Brasil.*

5. Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa

- *Transição do Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA) a unidade do Instituto Guimarães Rosa (IGR) em Buenos Aires como principal instituição de ensino do português na Argentina;*
- *Estímulo à continuidade e ampliação da oferta de cursos de português na Argentina;*
- *Promoção do intercâmbio de professores de línguas entre os dois países, estímulo à capacitação de professores argentinos de português e manutenção de atividades de ensino do português como língua de herança;*
- *Ampliação do alcance territorial do ensino do português do Brasil na Argentina, mediante a utilização da experiência de ensino à distância desenvolvida durante a pandemia;*
- *Aprofundamento do apoio e do intercâmbio com as escolas plurilíngues da Argentina que incluem português como disciplina obrigatória no ensino fundamental e no ensino médio.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Evolução do público médio em eventos culturais brasileiros em relação à gestão anterior

2) Evolução do espaço que meios de imprensa dedicam a eventos culturais brasileiros em relação à gestão anterior

3) Número de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão

4) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão

5) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex Brasil realizadas durante a gestão

6) Número de alunos inscritos nos cursos de língua portuguesa existentes na Argentina

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente, incluindo mudança do clima;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover a cooperação com a Argentina na área de desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental, como manejo florestal sustentável

- *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
- *Promoção da participação brasileira em eventos na Argentina ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades argentinas em eventos realizados no Brasil;*
- *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
- *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos argentinos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
- *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
- *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*
- *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima na Argentina;*
- *Apoio à colaboração entre Brasil, Argentina e Uruguai no âmbito do grupo ABU, para coordenação de posições em negociações internacionais sobre mudança do clima.*

2. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.

- *Incentivo à cooperação com governo argentino para compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;*
- *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.*
- *Apoio à execução do novo Ajuste Complementar para Cooperação bilateral técnica (que deverá ser assinado em julho de 2023), envolvendo as áreas de vigilância sanitária em áreas de fronteira, combate ao tráfico da onça-pintada, monitoramento da Bacia do Prata em recursos hídricos, destinos turísticos inteligentes, gênero, além de educação entre povos originários;*
- *Prospecção de oportunidades para diálogo técnico, projetos ou parcerias institucionais ou entre especialistas.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável durante a gestão**

2) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CT&I);

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Argentina**

- *Incentivo à cooperação com os diferentes níveis de governo argentino e instituições públicas o desenvolvimento conjunto em matéria de CT&I;*
- *Apoio à execução do Programa Binacional de Cooperação em CT&I, envolvendo as áreas de Biotecnologia, Ciências Espaciais, Pesquisa Nuclear, Ciências de Mar e Antártida, Transição Energética e Ambiente, Tecnologias de Informação e Comunicação, Pesquisa em Saúde e Nanotecnologia;*
- *Apoio às atividades do Centro Latino-Americano de Biotecnologia (CABBIO) e do Centro Brasil-Argentina de Nanotecnologia (CBAN);*
- *Incentivo à retomada das atividades do Grupo de Trabalho Conjunto Brasileiro-Argentino de Cooperação Espacial (GTC).*

2. **Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**

- *Elaboração de mapeamentos e análises do ambiente de CT&I na Argentina;*
- *Estudo prospectivo sobre o potencial argentino nos temas de "Tecnologia Quântica", "Nióbio" e sobre o metal "Tório";*
- *Apoio à aproximação dos ambientes de inovação em agroindústria voltados ao desenvolvimento sustentável.*

3. **Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**

- *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
- *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos, programas de aceleração de startups ou entre empresas de bases tecnológicas entre os dois países;*
- *Estímulo ao engajamento da diáspora científico-tecnológica mútua na facilitação do diálogo interinstitucional para parcerias e na divulgação, junto à opinião pública, dos resultados e ações em curso da cooperação bilateral.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema**

2) **Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões.**

VII - Cooperação em educação, saúde, nuclear e defesa;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua**

- *Apoio ao estabelecimento do programa de ação bilateral em matéria educativa, nos termos do parágrafo 36 da Declaração Conjunta assinada na ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina, em 23/01/2023;*
- *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas argentinas;*
- *Promoção das atividades do programa de leitorado na Argentina;*
- *Interlocução com os estudantes brasileiros residentes na Argentina e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio;*
- *Divulgação das oportunidades de estudo universitário e de pesquisa científica no Brasil.*

2. **Promover a variante brasileira da língua portuguesa**

- *Divulgação do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras e apoio à realização de cursos especiais de preparação para o exame;*
- *Apoio a eventual processo de credenciamento de instituições argentinas para fins de aplicação de exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras;*
- *Apoio à inauguração dos leitorados brasileiros junto à Escola Normal Superior "Lenguas Vivas" e à Universidade Nacional "Trés de Febrero";*
- *Promoção do engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da comunidade fronteiriça e da diáspora brasileira.*

3. **Ampliar o diálogo com a Argentina para cooperação na área de saúde**

- *Apoio a ações com vistas a ampliar a Rede Brasileiro-Argentina de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas;*
- *Apoio à cooperação bilateral para produção de vacinas e medicamentos de combate à covid-19;*
- *Monitoramento dos avanços realizados pela Argentina na área de saúde e, em particular, no contexto de enfrentamento da pandemia de covid-19;*
- *Compartilhamento de experiências bem-sucedidas na área de saúde;*
- *Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;*
- *Apoio a operações de doação de vacinas e medicamentos entre os dois países;*
- *Apoio a operações promovidas na área de saúde nos municípios fronteiriços.*

4. **Apoiar e estimular a coordenação bilateral no âmbito da A Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a cooperação em usos pacíficos de energia nuclear**

- *Prestação de apoio às missões/reuniões e eventos sob responsabilidade da ABACC na Argentina;*
- *Promoção da cooperação entre órgãos e agências brasileiras e argentinas para o desenvolvimento de projetos conjuntos no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.*

5. **Incentivar a cooperação na área de segurança e defesa na zona de fronteira**

- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais, inclusive na zona de fronteira;*
- *Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate ao tráfico de drogas, de pessoas e de armas, com o envolvimento direto do adido policial acreditado em Buenos Aires;*
- *Acompanhamento da entrada em vigor do Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, assinado em dezembro de 2019.*
- *Promoção da cooperação na área de saúde entre autoridades de ambos os países, integrando representantes de administrações locais da região de fronteira.*

6. **Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países**

- *Divulgação, junto aos setores interessados do governo argentino, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo argentino;*
- *Apoio às reuniões entre autoridades de ambos os países;*
- *Apoio à participação governamental e empresarial argentina em feiras de produtos de defesa brasileiros;*
- *Apoio a iniciativas para promover um melhor conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e da Argentina.*
- *Apoio ao intercâmbio estudantil militar entre ambos os países e à realização de exercícios de treinamento conjuntos;*
- *Promoção da coordenação conjunta em fóruns multilaterais de defesa e segurança e missões de paz internacionais.*
- *Contribuição para revitalização dos mecanismos de diálogo, em especial o Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação em Matéria de Defesa e Segurança Internacional (2+2).*

7. **Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa**

- *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Argentina, em coordenação com os adidos das Forças Armadas.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e argentinas durante a gestão**

2) **Promoção da língua portuguesa no exterior**
Número de ações realizadas em conjunto com os leitores, de produção de material com a variante brasileira do português e de gestões para o credenciamento de instituições argentinas para aplicação do CELPE-Brasil durante a gestão

3) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão**

4) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos em usos pacíficos da energia nuclear e na área de contabilidade e controle de materiais nucleares**

5) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral em saúde, defesa e segurança na zona de fronteira**

6) **Número de contatos com autoridades de Defesa da Argentina e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa durante a gestão**

7) **Índice de realização de ações de promoção de produtos de Defesa**
Número de contatos com autoridades de Defesa da Argentina, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de Defesa, e ações de promoção de produtos de Defesa durante a gestão.

8) **Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação em matéria de Defesa**

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo argentino com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**

- *Promoção da cooperação em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energias renováveis.*

2. **Promover a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária, à Argentina**

- *Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de cooperação e assistência humanitária com a Argentina, incluindo a agência "Cascos Blancos";*
- *Promoção do diálogo com o governo argentino sobre iniciativas de desenvolvimento socioeconômico;*

- *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de desenvolvimento.*

3. *Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Argentina na temática de direitos humanos*

- *Defesa, junto ao governo argentino, das posições brasileiras em discussões relacionadas a direitos humanos;*
- *Acompanhamento do seguimento pela Argentina da temática de direitos humanos;*
- *Restabelecimento de reuniões técnicas de Consultas Bilaterais em matéria de Direitos Humanos entre as autoridades de ambos os países;*
- *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico

2) Número de projetos e inciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

3) Número de contatos com autoridades argentinas da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

4) Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos

IX - Cooperação fronteiriça

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a cooperação na área na zona de fronteira

- *Promoção da cooperação na área de saúde na zona de fronteira, facilitando a acesso mútuo aos serviços de saúde prestados nas localidades fronteiriças;*
- *Promoção da cooperação na área educacional e cultural na zona de fronteira, com ênfase na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira junto à comunidade residente na faixa de fronteira;*
- *Promoção da cooperação e coordenação em matéria de combate a incêndios e gestão de desastres na zona de fronteira, com aproveitamento da infraestrutura existente nas localidades fronteiriças;*
- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais na zona de fronteira;*
- *Promoção da cooperação aduaneira e tributária que facilite o comércio exterior bilateral, por meio da efetiva implementação das Áreas de Controle Integrado (ACI) em cidades fronteiriças, incluindo Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú, Uruguaiana-Paso de Los Libres, Capanema-Andresito, Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen, São Borja-Santo Tomé e Itaqui-Alvear;*

- *Promoção da cooperação entre órgãos de controle nacionais e entidades subnacionais para facilitação do trânsito, sobretudo o vicinal, entre a localidades fronteiriças, inclusive por meio da modernização e/ou integração dos procedimentos de controle;*
- *Promoção e apoio às atividades dos Comitês de Integração Fronteiriça;*
- *Apoio à retomada das reuniões da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Argentina (CODEFRO).*

2. Promover o diálogo sobre projetos de integração da infraestrutura física na região fronteiriça

- *Promoção da interlocução bilateral vinculada à implementação dos seguintes projetos: i) construção da ponte Porto Xavier-San Javier; ii) adoção do novo modelo de gestão da ponte e Centro Unificado de Fronteira de São Borja-Santo Tomé; e iii) revitalização da ponte Uruguaiana-Paso de los Libres.*
- *Apoio na concepção de alternativas que possam viabilizar a consecução dos projetos de integração da infraestrutura física na fronteira, inclusive por meio da participação do setor privado.*

3. Apoiar e promover iniciativas de cooperação e interlocução entre as unidades subnacionais fronteiriças de ambos os países

4. Apoiar as reuniões e atividades dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, entre as cidades-gêmeas de Uruguaiana-Paso de los Libres; São Borja-Santo Tomé; Dionísio Cerqueira/Barracão-Bernardo de Irigoyen; e Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; assim como do Comitê de Integração Fronteiriça Trinacional Barra do Quaraí (Brasil), Monte Caseros (Argentina) e Bella Unión (Uruguai).

- *Apoio à realização de reuniões periódicas, se possível anuais, dos Comitês de Integração Fronteiriça (binacionais e trinacional) e seus respectivos Subcomitês temáticos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação na área de fronteira**
2) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de integração da infraestrutura física na área de fronteira**
3) **Número de reuniões ou ações realizadas no âmbito da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Ponte São Borja Santo Tomé (COMAB) ou de outros mecanismos bilaterais *ad hoc* de discussão sobre a ponte e o Centro Unificado de São Borja-Santo Tomé**
4) **Número de reuniões ou ações realizadas no âmbito da Comissão Binacional Brasil-Argentina para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias sobre o Rio Uruguai (COMBI)**
5) **Número de reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça e do Comitê Trinacional**

SF/23089.13213-22

Minuta

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 8, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina*.

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina*.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI nasceu em 3 de dezembro de 1960 na cidade de Santo André, em São Paulo. É filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli.

SF/23089.13213-22

Obteve título de bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo/SP em 1983 e de mestre em Administração Pública pela *Harvard Kennedy School* em 2003. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1985; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1994; e o Curso de Altos Estudos em 2007, ocasião em que apresentou a tese "A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?".

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1991. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1997, a Conselheiro em 2004, a Ministro de Segunda Classe em 2008 e a Ministro de Primeira Classe em 2015.

Entre as funções por ele ocupadas, destacamos as seguintes: Primeiro-Secretário na Embaixada em Washington (1999-2003); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (2003-2007); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em La Paz (2007-2010); Coordenador-Executivo dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável na Rio+20 (2012); Embaixador em Túnis (2013-2015); Chefe de Gabinete do Ministro (2015-2016); Chefe de Delegação na I Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Secretaria Ibero-americana, Cartagena (2015); Embaixador em Bogotá (2016-2019); e Embaixador em Rabat (2019 até o presente).

Recebeu diversas condecorações, entre elas: a Ordem do Libertador San Martín, Argentina, no grau de Oficial, e Ordem do Mérito Civil, Espanha, no grau de Comendador, ambas no ano de 1988; Medalha do Pacificador em 2012; Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, Ordem do Mérito da Defesa e Aeronáutico, no grau de Grande Oficial, e Medalha Mérito Tamandaré, todas em 2015; Ordens do Mérito Militar e Naval, as duas no grau de Grande Oficial, em 2017; e Ordem de San Carlos, Colômbia, Grã-Cruz, em 2019.

Ainda em atendimento às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Argentina.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial. A população totaliza 46,3 milhões de habitantes (FMI, 2022, estimativa), sendo a maioria de origem europeia. O país é extremamente

SF/23089.13213-22

urbanizado – 92% da população residem em áreas urbanas. A densidade demográfica é baixa (15 habitantes por km^2).

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do Produto Interno Bruto (PIB) da América do Sul.

Cabe destacar que, nos mandatos anteriores de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil fortaleceu suas relações com a Argentina e o Mercosul, consolidando a importância desses países para a política externa brasileira. A parceria com a Argentina, em especial, foi essencial para a integração regional e para a estabilidade política e econômica do continente. O Mercosul, por sua vez, tornou-se um importante bloco econômico que ampliou o acesso brasileiro a mercados internacionais e favoreceu a cooperação e o diálogo entre os países membros. A aproximação com a Argentina e o fortalecimento do Mercosul foram pilares da estratégia diplomática de Lula, que buscava inserir o Brasil de forma mais assertiva no cenário internacional. O fortalecimento do bloco sul-americano, a retomada das negociações com a União Europeia e a ampliação da cooperação com países como China e Estados Unidos são questões que devem continuar na pauta do governo brasileiro nos próximos anos.

O estoque de investimentos brasileiros na Argentina é estimado em US$ 14 bilhões. São investimentos de perfil variado, com grande presença nos setores de manufaturados, serviços, mineração, energia e siderurgia. O estoque de investimentos argentinos no Brasil ascende a US$ 10,4 bilhões, com destaque nas áreas de engenharia e construção, agroindústria, gestão de infraestrutura (aeroportos), metalurgia e tecnologia.

O Brasil é o maior sócio comercial da Argentina, ao passo que a Argentina é o nosso terceiro maior parceiro. A forte dinâmica comercial bilateral, marcada pelo elevado percentual de produtos de alto valor agregado, tem importante impacto em setores estratégicos das duas economias sobretudo na indústria. Sobressai, entre as áreas beneficiadas pela parceira, o setor automotivo, que exerce impactos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços

SF/23089.13213-22

(engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

O comércio bilateral experimentou forte recuperação em 2021, tendo atingido US$ 23,8 bilhões e, em 2022, alcançou o patamar de US$ 28,4 bilhões. No último ano, as exportações (US$ 15,3 bilhões; +29,2%) e as importações (US$ 13,1 bilhões; +9,6%) brasileiras experimentaram tendência de alta. Registrou-se superavit comercial brasileiro de US$ 2,25 bilhões. No ponto, percebe-se que a política comercial argentina, em especial por meio de licenças não automáticas de importação, tem afetado sensivelmente as exportações brasileiras.

O relacionamento bilateral revela dinamismo em áreas estratégicas, como a interconexão energética, os setores nuclear, de defesa e ciência e tecnologia e a integração da infraestrutura.

A rede consular brasileira na Argentina é composta pelos Consulados-Gerais do Brasil em Buenos Aires, em Córdoba e em Mendoza e pelos Consulados do Brasil em Paso de los Libres e Puerto Iguazú. O Itamaraty estima que a comunidade brasileira na Argentina alcance aproximadamente 90 mil pessoas.

Igualmente, o Ministério das Relações Exteriores enviou Planejamento Estratégico da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, disponível para a consulta de os membros desta Comissão. Do documento, destacamos as metas prioritárias do candidato ao posto:

1) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com a Argentina, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos;

2) Monitorar e apoiar ações para a redução de barreiras econômico-comerciais às exportações brasileiras;

3) Apoiar as atividades da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços Argentino-Brasileira (CAMBRAS) e do Grupo Brasil;

4) Promover o Brasil como destino turístico de viajantes argentinos;

SF/23089.13213-22

5) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público argentino;

6) Contribuir para o processo de fortalecimento dos mecanismos de comércio bilateral, cooperação e investimento em energia;

7) Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira na Argentina; e

8) Contribuir para o processo de fortalecimento do MERCOSUL, em suas vertentes interna e externa.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL



I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI*
CPF.: 132094506-68

1954	Filha de José Carlos Ribeiro e Dirce Neves Ribeiro, nasce em 27 de março, em Belo Horizonte/MG
Dados Acadêmicos:	
1975	Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1978	Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
1981	Mestre em Economia pela Universidade de Brasília
1982	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
1995	Curso de Altos Estudos - IRBr, “O Gás nas Relações Brasil-Bolívia”
Cargos:	
1976	Terceira-Secretária
1979	Segunda-Secretária
1984	Primeira-Secretária, por merecimento
1990	Conselheira, por merecimento
1997	Ministra de segunda classe, por merecimento
2006	Ministra de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1976-79	Divisão de Informação Comercial, Assistente
1979-85	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1985-88	Missão junto às Nações Unidas em Nova York, primeira-secretária
1988-90	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, assessora
1990-93	Gabinete do Ministro de Estado, coordenadora-executiva
1993-95	Embaixada em La Paz, conselheira
1995-96	Secretaria de Imprensa do Gabinete, subchefe
1996-99	Divisão da América Meridional I, chefe
1999-04	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, ministra-conselheira
2004-06	Departamento de Direito Humanos e Temas Sociais, diretora
2006-07	Departamento de Organismos Internacionais, diretora
2007-13	Missão Junto às Nações Unidas em Nova York, representante permanente
2013-16	Embaixada em Berlim, embaixadora
2016-17	Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico, subsecretária-geral
2017-20	Organização das Nações Unidas, Secretaria-geral, chefe de gabinete
Publicações:	
2000	As Relações Brasil-Bolívia sob o Signo da Cooperação Energética (1920-1990), in SESSENTA ANOS DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA 1930-1990 - vol. 3, José Augusto Guilhon Albuquerque (organizador), Editora da USP, São Paulo
2014	O Brasil no Conselho de Segurança da ONU (2010-2011), Fundação Alexandre de Gusmão (organizadora)

Condecorações:

1992	Medalha da República Oriental do Uruguai, Oficial
1997	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
1997	Ordem de Bernardo O`Higgins, Chile, Grande Oficial
1997	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1998	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 9, DE 2023

(nº 94/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 94

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

EM nº 00028/2023 MRE

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 105/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055770) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058991** e o código CRC **64F5BE03** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002634/2023-91 SUPER nº 4058991

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

https://super.presidencia.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=4058991&infra... 1/1

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADOS UNIDOS





MAÇO
(Fevereiro de 2023)

OSTENSIVO

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS ... 3
APRESENTAÇÃO DO PAÍS ... 4
PERFIL BIOGRÁFICO DO PRESIDENTE JOE BIDEN ... 5
PERFIL BIOGRÁFICO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ANTONY BLINKEN ... 6
I – INFORMAÇÕES SOBRE O PAÍS ... 7
POLÍTICA INTERNA ... 7
POLÍTICA EXTERNA ... 8
ECONOMIA ... 10
II – RELAÇÕES BILATERAIS ... 12
INTRODUÇÃO: PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ... 12
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS ... 13
TEMAS SELECIONADOS DA RELAÇÃO BILATERAL ... 14
MEIO AMBIENTE ... 14
PROTOCOLO ATEC ... 15
FÓRUM DE ALTOS EXECUTIVOS (CEO FORUM) ... 15
DIÁLOGO COMERCIAL ... 15
ACORDO RDT&E ... 16
FÓRUM DE ENERGIA E DIÁLOGO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA LIMPA 16
GLOBAL ENTRY ... 17
ACORDO ÁRTEMIS ... 17
RESILIÊNCIA DE CADEIAS DE SUPRIMENTOS ... 17
III- ACORDOS BILATERAIS ... 20
IV- TABELAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS ... 24

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Unidos da América
GENTÍLICO	Norte-americano ou estadunidense
CAPITAL	Washington, DC
ÁREA	9.631.418 km²
POPULAÇÃO (est.)	334,351 milhões (US Census Bureau / Fevereiro de 2023)
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (52%), católicos (24%), mórmons (2%), judeus (2%), muçulmanos (1%), outras (19%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral. A Câmara de Representantes (*House of Representatives)* é composta por 435 membros, eleitos para mandatos de 2 anos, e o Senado (*Senate*), por 100 membros (2 por estado), para mandatos de 6 anos.
CHEFE DE ESTADO	Joseph Robinette Biden Jr. (desde 20 de janeiro de 2021)
CHANCELER	Antony John Blinken (desde 26 de janeiro de 2021)
PIB NOMINAL (Banco Mundial, 2021)	USD 23 trilhões (maior PIB nominal do mundo)
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP dólar corrente; Banco Mundial, 2021)	USD 23 trilhões (2º maior PIB PPP do mundo)
PIB *PER CAPITA* (Banco Mundial, 2021)	USD 70,248 mil
PIB PPP *PER CAPITA* (Banco Mundial, 2021)	USD 69,28 mil
VARIAÇÃO DO PIB REAL (FMI)	1,6% est. (2022); 5,7% (2021); -3,4% (2020); 2,3% (2019); 2,9% (2018); 2,3% (2017); 1,7% (2016); 2,7% (2015); 2,3% (2014); 1,5% (2013); 2,3% (2012);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021, PNUD)	0,921 (21ª posição entre 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	77,2 anos (PNUD, relatório de 2021)
ALFABETIZAÇÃO	Informação oficial não disponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,4% (janeiro de 2023 – Escritório de Estatísticas de Trabalho dos EUA)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar norte-americano (USD)
EMBAIXADOR EM WASHINGTON	Nestor Forster Jr.
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Elizabeth Frawley Bagley.
BRASILEIROS NO PAÍS	Cerca de 1,9 milhão, segundo estimativas das repartições consulares brasileiras nos EUA.

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em USD milhões F.O.B) - Fonte: MECON

Brasil - EUA	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Intercâmbio	**50.551,29**	**46.958,90**	**51.719,22**	**57.741,86**	**59.806,02**	**45.603,97**	**70.530,50**	**88.755,6**
Exportações	24.079,94	23.156,30	26.872,63	28.774,09	29.715,86	21.481,53	31.145,20	37.438,6
Importações	26.471,34	23.802,60	24.846,59	28.967,77	30.090,15	24.122,44	39.385,30	51.317

Saldo	-2.391,40	-646,30	+2.026,04	-193,68	-374.29	-2.640,91	-8.240,10	-13.878,4

APRESENTAÇÃO DO PAÍS

Os Estados Unidos da América são uma república constitucional federal situada na América do Norte, composta por 50 estados (os últimos a integrarem a federação foram o Alasca e o Havaí) e um distrito federal. Com 9,83 milhões de km² de área e população de cerca de 333 milhões de habitantes, o país é o quarto maior em área total, o quinto maior em área contígua e o terceiro em população.

Fundado por treze colônias do Império Britânico localizadas na costa atlântica, o país declarou independência em 4 de julho de 1776. Sua Constituição foi aprovada em 1787, pela Convenção de Filadélfia. A Carta dos Direitos, composta por dez emendas constitucionais que versam sobre garantias civis e liberdades fundamentais, foi ratificada em 1791.

No século XIX, ancorados na doutrina do Destino Manifesto, os Estados Unidos empreenderam significativa expansão territorial. Entre 1861 e 1865, os conflitos entre o sul agrário e o norte industrializado levaram à Guerra de Secessão. A vitória do Norte impediu a separação do país, assegurou o fim da escravatura e contribuiu para que, no final do século XIX, a economia norte-americana fosse alçada à condição de maior do mundo. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial sedimentaram o status do país como potência militar.

Os Estados Unidos são uma das nações mais etnicamente diversas do mundo. Dotado de geografia e clima variados, com desertos, planícies, florestas e montanhas, o território do país abriga grande biodiversidade. Principal economia do planeta, os Estados Unidos respondem por cerca de 39% dos gastos militares do globo e exercem grande influência nas esferas política e cultural entre o conjunto das nações.

PERFIL BIOGRÁFICO DO PRESIDENTE JOE BIDEN



Joseph Robinette Biden Jr. (78 anos) nasceu em 20 de novembro de 1942, em Scranton, Pensilvânia. Aos 10 anos de idade, mudou-se para o estado de Delaware, onde posteriormente construiu carreira política. Formou-se na Universidade de Delaware em História e Ciência Política em 1965 e graduou-se em Direito, em 1968, pela Universidade de Syracuse.

Biden atuou brevemente como advogado em Wilmington, em 1969, e, no mesmo ano, foi eleito para o Conselho do Condado de New Castle. Em 1972, com apenas 29 anos, elegeu-se senador. Nas décadas seguintes, foi reconduzido seis vezes ao Senado, sempre obtendo maioria próxima de 60% dos votos.

Senador por Delaware entre 1973 e 2009, exerceu a vice-presidência nos dois mandatos de Barack Obama à frente da Casa Branca (entre 2009 e 2017). Biden consolidou reputação como especialista em temas internacionais na Comissão de Relações Exteriores do Senado, onde serviu por mais de 30 anos e a qual presidiu nas legislaturas 2001-2002 e 2007-2008.

Como vice-presidente, foi encarregado de supervisionar o desembolso de recursos no âmbito de programas de estímulo econômico. Em 2011, desempenhou papel central nas negociações para a elevação do teto da dívida pública. Também teve protagonismo em assuntos de política externa: visitou o Iraque inúmeras vezes e foi um dos principais interlocutores do governo norte-americano junto à Rússia.

Vencedor nas eleições de 3 de novembro de 2020, tornou-se o 46º presidente dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 2021.

PERFIL BIOGRÁFICO DO SECRETÁRIO DE ESTADO ANTONY BLINKEN



Antony John Blinken assumiu o cargo de secretário de Estado no dia 26 de janeiro de 2021. Nasceu em 1962, em Yonkers, no estado de Nova York. Em 1984, formou-se em Ciências Sociais na Universidade de Harvard e, em 1988, graduou-se em Direito na Universidade de Columbia. Na sequência, advogou em Nova York e Paris.

Sua primeira atuação no serviço público foi no governo Clinton: entre 1993 e 1994, serviu no Departamento de Estado como assistente especial do diretor sênior para Assuntos Europeus e Canadenses. De 1994 a 1998, foi assistente especial do presidente e diretor sênior de Redação de Discursos e, depois, de Planejamento Estratégico. Em paralelo, de 1994 a 2001, foi membro do Conselho de Segurança Nacional e, de 1999 a 2001, assistente especial do presidente e diretor-sênior para Assuntos Europeus.

Durante o governo Bush, integrou o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, entre 2001 e 2002, e foi diretor da Equipe Democrática do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, entre 2002 e 2008.

Entre 2009 e 2013, Blinken exerceu a função de assistente do presidente e conselheiro de Segurança Nacional do então vice-presidente Joe Biden. Entre 2013 e 2015, foi assessor adjunto de Segurança Nacional e, de 2015 a 2017, secretário de Estado Adjunto. Durante o governo Trump, retornou ao setor privado, exercendo atividades de consultoria.

I – INFORMAÇÕES SOBRE O PAÍS

POLÍTICA INTERNA

Joe Biden tomou posse como presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2021. Logo em seu primeiro dia na presidência, assinou diversos memorandos, ordens executivas e proclamações, concentrados sobretudo no combate à pandemia de covid-19 e nos campos de política imigratória e mudança do clima.

No dia 8 de novembro de 2022, foram realizadas eleições de meio de mandato nos EUA, as "midterms". Em âmbito nacional, estavam em disputa todos os 435 assentos da Câmara dos Deputados além de 35 cadeiras (de um total de 100) do Senado. A atual legislatura tomou posse no dia 3 de janeiro de 2023.

Na Câmara de Deputados, o Partido Republicano conquistou maioria estreita, com 222 assentos, contra 213 obtidos pelos democratas. No Senado, o Partido Democrata manteve maioria, ao assegurar 51 assentos, com uma bancada de 48 democratas e 3 independentes.

As eleições de meio de mandato costumam ser desfavoráveis para o partido que ocupa a presidência. No entanto, a expectativa de uma "onda vermelha" favorável ao Partido Republicano não se confirmou. Os democratas lograram resultados positivos nas eleições estaduais, inclusive nos parlamentos locais. Desde 2002 o partido que ocupava a presidência não registrava resultados tão favoráveis nas eleições de meio de mandato.

No âmbito da economia, a administração do presidente Biden destacou-se pela aprovação de uma série de planos ambiciosos: o "American Rescue Plan", o "Infrastructure Investment and Jobs Act", o "Inflation Reduction Act of 2022" e o "CHIPS and Science Act".

O primeiro deles, o "American Rescue Plan", pacote de estímulo fiscal no valor de USD 1,9 trilhão, entrou em vigor em março de 2021. Tratou-se de incentivo para que o país superasse os efeitos econômicos adversos da pandemia de covid-19.

O segundo pacote, objeto de acordo entre senadores democratas e republicanos, foi o "Infrastructure Investment and Jobs Act", assinado no dia 15 de novembro de 2021 pelo presidente Biden. A norma contempla investimentos de USD 1,2 trilhão para recuperação da infraestrutura dos EUA. De acordo com

o presidente Joe Biden, o ato estabelece o maior investimento em modernização de rodovias e pontes nos EUA dos últimos 70 anos. Prevê-se a criação de 2 milhões de empregos extras por ano e até 16 milhões de empregos em todo o país.

O “Inflation Reduction Act”, mais recente pacote econômico dos EUA, tornou-se lei em agosto de 2022. O diploma legal foi aprovado em linhas estritamente partidárias e determina o maior volume de recursos para o combate a mudanças climáticas já registrado na história dos Estados Unidos.

No contexto da escassez mundial da oferta de semicondutores, o presidente Biden também promulgou, em 9 de agosto de 2022, o "Chips and Science Act". A legislação destina USD 52,7 bilhões à indústria norte-americana de semicondutores e tem por objetivo incentivar a produção dos referidos componentes nos EUA. A iniciativa prevê a destinação de US$ 500 milhões ao Departamento de Estado, para ações de cooperação internacional no âmbito de Fundo Internacional de Inovação e Segurança da Tecnologia, ao longo de cinco anos.

Para além de foco em reformas econômicas, um dos principais desafios da administração Biden consiste no agravamento da questão migratória na fronteira sul. A crise gerou recorde histórico nas apreensões de imigrantes indocumentados no ano fiscal de 2022 (contado entre outubro de 2021 e setembro de 2022): foram 2,378 milhões de apreensões, número superior em 644 mil casos em relação ao recorde do ano fiscal anterior.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa de Joe Biden orienta-se pela tônica de "reconstrução da liderança" norte-americana, por meio da revitalização de parcerias com aliados e do engajamento multilateral. Assuntos como meio ambiente, direitos humanos e democracia estão entre os temas prioritários.

O meio ambiente representa elemento transversal na política externa do presidente Biden. No primeiro dia de mandato, os EUA reingressaram no Acordo de Paris. Em 22 e 23 de abril de 2021, o governo norte-americano organizou a Cúpula de Líderes sobre Clima, que contou com participação brasileira.

Segundo Jonathan Pershing, assessor sênior do enviado especial do presidente para o clima (John Kerry) são três os elementos centrais da estratégia climática externa do governo Biden: (i) mobilização global para redução urgente das emissões de gases de efeito estufa (GHG); (ii) ajuda a países em

desenvolvimento para a adoção de planos de adaptação; e (iii) ações para acelerar a obtenção de recursos financeiros públicos e privados para os dois primeiros pilares.

Em dezembro de 2022, o presidente Joe Biden sancionou pacote consolidado de gastos do governo dos EUA para o ano fiscal de 2023, com previsão de USD 1,06 bilhão para financiamento climático internacional.
Direitos humanos e temas sociais também ocupam posição de destaque na diplomacia dos EUA. O presidente tem reiterado a importância que atribui aos direitos de mulheres e meninas, pessoas LGBTQIA+, comunidades indígenas e pessoas com deficiência. O mandatário tem afirmado, ainda, que a promoção da equidade racial é objetivo transversal de todas as agências de governo e abarcada em todas as iniciativas de sua administração. Em 2021, os EUA retornaram ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), na qualidade de membro observador.

Na vertente da promoção e do fortalecimento da democracia, os EUA organizaram "Cúpula pela Democracia", nos dias 9 e 10 de dezembro de 2021, em formato virtual. Na ocasião, o Brasil apresentou compromissos voluntários no âmbito de defesa da democracia, combate à corrupção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Outro tema prioritário na política externa dos EUA refere-se à China, tema objeto de consenso bipartidário no Congresso norte-americano. O secretário de Estado Antony Blinken afirmou que a relação entre os dois países deverá ser "competitiva quando cabível, colaborativa quando possível, e contenciosa quando necessário".

Nesse panorama, o presidente Biden tem reiterado a oposição dos EUA a qualquer tentativa unilateral de alterar o *status quo* no estreito de Taiwan. A visita a Taipé da então presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, Nancy Pelosi, em agosto de 2022, provocou reação da China, que interrompeu temporariamente canais regulares de diálogo com os EUA em setores como o da cooperação ambiental.

No primeiro encontro presencial entre Biden e Xi Jinping, à margem do G20, em 14 de novembro de 2022, os mandatários acordaram retomar mecanismos bilaterais de diálogo suspensos e manter abertas as linhas de comunicação entre os dois governos. O presidente Biden enfatizou que "os EUA e a China devem trabalhar juntos para superar desafios transnacionais como mudança do clima, estabilidade macroeconômica global – inclusive alívio a dívidas [de outros países] –, segurança em saúde e segurança alimentar".

Quanto à Rússia, as relações bilaterais, estruturalmente pautadas por

diferenças de fundo em questões geopolíticas, atingiram ponto de tensão comparável apenas com os períodos mais críticos da Guerra Fria, em razão das operações militares na Ucrânia.

De forma a exercer pressão econômica sobre a Rússia, os EUA adotaram sanções de diversos tipos – comerciais, financeiras e pessoais – em escala inédita em sua amplitude, juntamente com parceiros europeus e o Japão.

Em dezembro de 2022, a convite do presidente Joe Biden, o mandatário da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, visitou Washington, manteve encontro presidencial e participou de sessão conjunta do Congresso. Na oportunidade, o Presidente Biden anunciou entrega de mísseis "Patriot" ao país europeu.

Ainda em dezembro de 2022, o governo norte-americano anunciou dois pacotes de assistência militar, que juntos totalizam USD 2,125 bilhões, além de dois conjuntos de sanções econômicas e medidas restritivas a indivíduos e entidades aligadas ao governo russo. As medidas foram seguidas pela assinatura pelo presidente Joe Biden da legislação orçamentária para o ano fiscal de 2023, que inclui quantia de USD 45 bilhões destinados a ações de assistência à Ucrânia e países afetados pelo conflito naquele país.

No que diz respeito ao entorno regional, a política externa de Joe Biden para as Américas tem como eixos: i) o contrapeso à crescente influência de atores externos; ii) os fluxos migratórios irregulares para os EUA, com ênfase no México e na América Central; iii) a segurança hemisférica, em particular o avanço do crime organizado transnacional; e iv) os riscos representados por retrocessos democráticos ou pela instabilidade política.

Entre 6 e 10 de junho de 2022, ocorreu, em Los Angeles, a IX edição da Cúpula das Américas, com o tema "Construindo um Futuro Sustentável, Resiliente e Equânime". A realização da Cúpula coincidiu, segundo a Casa Branca, com o objetivo de recompor as relações com os países do hemisfério, por meio da cooperação em temas como migrações, segurança, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e fortalecimento das instituições democráticas. Nesse contexto, as prioridades estabelecidas pelos anfitriões foram: i) estabelecimento de sistemas de resposta eficazes a novas crises na área da saúde (segurança em saúde); ii) "crescimento verde" e desenvolvimento sustentável; iii) desenvolvimento econômico e combate à desigualdade; e iv) fortalecimento democrático.

ECONOMIA

Em 2022, o PIB real dos EUA cresceu a uma taxa anualizada de 2,1%,

segundo estimativas do Escritório de Análise Econômica do governo norte-americano. Não está afastado o risco de uma recessão no corrente ano.

O desemprego, que atingiu níveis próximos a 15% no início da pandemia, recuou para 3,4% em janeiro de 2023. O índice interrompe uma série de cinco meses consecutivos de desaceleração no crescimento do emprego.

A administração do presidente Joe Biden tem favorecido estratégias para promover cadeias de suprimentos mais resilientes a choques externos; diminuir a concentração de provedores de materiais estratégicos; e estabelecer mecanismos de resposta rápida a choques de oferta.

Em fevereiro de 2021, o presidente Biden assinou ordem executiva instruindo os órgãos federais a propor políticas para o fortalecimento das cadeias de suprimentos de bens considerados "críticos e essenciais" para a economia e a segurança dos Estados Unidos. Tal esforço resultou na apresentação de relatórios abrangentes, primeiro em junho de 2021, e, em seguida, em fevereiro de 2022, com diagnósticos, avaliação de riscos e recomendações para os setores prioritários de: i) semicondutores, ii) baterias de alta capacidade, iii) minerais estratégicos e iv) produtos farmacêuticos. No relatório mais recente, cobriu-se os setores de v) transportes, vi) alimentos, vii) saúde, viii) tecnologia da informação e ix) defesa.

A resiliência das cadeias de suprimentos tornou-se tópico relevante na interação dos EUA com outros países, em diferentes níveis, incluindo o Brasil.

No que se refere à situação fiscal norte-americana, em 2022, de acordo com o Escritório de Orçamento do Congresso, o déficit do governo federal representou USD 1 trilhão. Cabe notar que o Escritório projeta déficits primários para o período de 2022 a 2031, com alguma oscilação, mas tendência global de agravamento.

Desde dezembro de 2022, o FED (banco central estadunidense) arrefeceu movimento de elevação do índice de juros. Em janeiro de 2023, decidiu-se por aumento na taxa básica de juros de apenas 0,25 ponto percentual, elevando o índice de 4,50% para 4,75% ao ano.

O índice de inflação está no centro do debate econômico. Em dezembro de 2022 (último dado disponível), a taxa de inflação anualizada atingiu 6,51%, com diminuição de 0,1% em relação ao mês anterior. A tendência é de continuidade na desaceleração, registrada por seis meses consecutivos. O índice encontra-se acima da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central dos EUA.

II – RELAÇÕES BILATERAIS

INTRODUÇÃO: PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES

Brasil e Estados Unidos são as duas maiores democracias do hemisfério. Ambos têm economias dinâmicas e diversificadas e grande convergência de valores e de interesses. Os EUA são o principal destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados, além de investidores tradicionais no Brasil, contando com empresas no mercado brasileiro há mais de cem anos. As empresas brasileiras, por sua vez, têm investido cada vez mais nos EUA.

Na frente ambiental, o Brasil coopera ativamente com os EUA, seja por meio de mecanismos bilaterais e do programa de cooperação técnica com a USAID (que mantém projetos de conservação da Amazônia), seja na esfera multilateral.

No campo econômico, Brasil e EUA mantêm parceria dinâmica. Em 2022, entrou em vigor o Protocolo sobre Regras Comerciais e de Transparência, que reduzirá a burocracia em operações do comércio bilateral. No mesmo ano, foi assinado o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operadores Econômicos Autorizados, que permitirá desembaraço aduaneiro facilitado para empresas credenciadas.

No âmbito multilateral, há amplo espaço de cooperação na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Organização Mundial da Saúde (OMS), e no Conselho de Segurança das Nações Unidas (onde o Brasil é membro não permanente em 2023).

A intensa interlocução entre os governos do Brasil e dos EUA nesses e em outros temas ocorre por meio de diversos mecanismos bilaterais. Entre os principais fóruns de coordenação, destacam-se:

- Diálogo de Alto Nível (conduzido em nível de subsecretários das duas chancelarias);
- Fórum de Altos Executivos Brasil–Estados Unidos (CEO Forum) [Ministério da Fazenda/Casa Civil e Departamento de Comércio/Casa Branca];
- Fórum de Energia Brasil-Estados Unidos (MME/Itamaraty e Departamento de Energia);
- Diálogo Comercial Brasil–Estados Unidos (ex-Ministério da Economia e Departamento de Comércio)

A delegação dos EUA à posse do presidente Lula foi chefiada pela secretária do Interior, Deb Haaland. Responsável pelo desenvolvimento de

políticas para povos indígenas, a secretária manteve reunião bilateral com a nova presidente da FUNAI, deputada Joênia Wapichana (RR-REDE) no dia 1º de janeiro.

No dia 3 de janeiro, o ministro Mauro Vieira conversou por telefone com o secretário de Estado Antony Blinken. No dia 9 de janeiro, o presidente Lula falou ao telefone com o presidente Joe Biden e com o ex-presidente Bill Clinton.

Em 10 de janeiro, o presidente Lula visitou Washington, a convite de Biden. Na oportunidade, trataram de conferir impulso renovado às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, tendo por base a defesa das instituições democráticas, o combate ao discurso de ódio e à desinformação, a promoção dos direitos humanos e o combate à mudança do clima. Também estiveram na pauta os temas de comércio e investimentos, inclusive integração das cadeias produtivas, transição energética, redução da fome e da pobreza e segurança alimentar.

Assuntos consulares

A rede consular do Brasil nos EUA conta com 10 Consulados-Gerais nas cidades de Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e Washington. No ano de 2022, foi criado Vice-Consulado na cidade de Orlando.

Estima-se que a comunidade de brasileiros nos EUA seja composta de 1 milhão e 900 mil indivíduos. Trata-se do maior contingente de nacionais fora do país. A política de assistência consular do Itamaraty compreende iniciativas voltadas à ampliação do atendimento consular, ao reforço do associativismo em conselhos de cidadãos brasileiros, ao enfrentamento à violência contra a mulher, ao apoio ao micro e pequeno empreendedorismo, à educação de crianças e à facilitação do exercício do direito ao voto no exterior.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os EUA são o segundo principal parceiro comercial do Brasil. Em 2022, a corrente de comércio entre os dois países registrou nível inédito de USD 88,76 bilhões.

Nesse período, o comércio bilateral apresentou crescimento robusto, tanto nas exportações quanto nas importações. O Brasil exportou USD 37,44

bilhões (aumento de 20,2%% em relação ao mesmo período de 2021) e importou USD 51,32 bilhões (aumento de 30,3% na mesma comparação), com a corrente atingindo USD 88,76 bilhões (+25,8%). O déficit comercial brasileiro atingiu USD 13,88 bilhões e representa o quarto maior superávit dos EUA em seu comércio internacional.

Durante o ano de 2022, os principais bens exportados pelo Brasil foram produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (12% das exportações brasileiras) e aeronaves e outros equipamentos incluindo suas partes (5,8%). Os principais bens importados dos EUA foram óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (25%), motores e máquinas não elétricos (8,2%) e gás natural (6,2%).

De acordo com dados do BACEN (2020), utilizando-se o critério de controlador final, o estoque de investimentos diretos dos EUA no Brasil é de USD 123 bilhões.

Conforme dados do SelectUSA, órgão de promoção de investimentos nos EUA, o estoque de investimentos brasileiros diretos nos EUA cresceu de USD 1,6 bilhão em 2000 para USD 45,2 bilhões em 2019. Tais estimativas indicam, ainda, que os investimentos brasileiros sustentam quase 100.000 empregos diretos nos EUA.

TEMAS SELECIONADOS DA RELAÇÃO BILATERAL

MEIO AMBIENTE

O dossiê ambiental é prioritário nas relações bilaterais. Ao encontrarem-se em Washington, em fevereiro de 2023, os presidentes Lula e Biden decidiram relançar a Iniciativa Conjunta sobre Mudança do Clima estabelecida em 2015, que criou o Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTMC). Instruíram o GTMC a discutir áreas de cooperação, como o combate ao desmatamento e à degradação, o fortalecimento da bioeconomia, a implantação de energia limpa, as ações de adaptação e a promoção de práticas agrícolas de baixo carbono.

Na ocasião, os EUA sinalizaram com a possibilidade de contribuir com recursos para programas de proteção e conservação da Amazônia brasileira, incluindo apoio inicial ao Fundo Amazônia, e para alavancar investimentos naquela região.

PROTOCOLO ATEC

Em 19 de outubro de 2020, Brasil e Estados Unidos firmaram o Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência. Em 2 de fevereiro de 2022, os EUA notificaram o Brasil acerca do fim dos trâmites internos para entrada em vigor do Protocolo. As novas regras estão em vigor desde 9 de junho de 2022, a partir da promulgação por meio do Decreto nº 11.092.

O objetivo do Pacote Comercial é aumentar a transparência e a previsibilidade de regras de comércio vigentes entre os dois países. Nesse sentido, os entendimentos contribuem para remover barreiras ao comércio e aos investimentos e fortalecem a relação econômica e comercial entre Brasil e EUA, de modo a ampliar o fluxo de exportações e importações.

FÓRUM DE ALTOS EXECUTIVOS (CEO FORUM)

O Foro de Altos Executivos Brasil-EUA (CEO Fórum) congrega representantes dos governos e do setor privado dos dois países para tratar de temas relacionados à integração produtiva, facilitação de comércio e investimentos. Lideram o mecanismo, pelo Brasil, o Ministério da Economia e a Casa Civil. Pelos EUA, o Departamento de Comércio e à Casa Branca estão à frente do fórum. No âmbito do setor privado, participam 11 CEOs brasileiros e 11 CEOs estadunidenses.

A última reunião do mecanismo ocorreu no dia 7 de fevereiro de 2022, em nível técnico. Entre os principais tópicos da reunião, o desenvolvimento sustentável figurou como fio condutor das iniciativas apresentadas.

DIÁLOGO COMERCIAL

O Diálogo Comercial é um dos mais longevos mecanismos de colaboração entre o Departamento de Comércio dos EUA e o governo brasileiro. Criado em 2006, tem como prioridades: i) remover barreiras não tarifárias; ii) facilitar investimentos bilaterais e iii) promover oportunidades comerciais. O diálogo é espaço para avançar a cooperação em temas técnicos que contribuem para bom ambiente de negócios e a promoção do comércio bilateral.

Nos dias 19 a 22 de julho de 2022, realizou-se a 20ª reunião do

Diálogo Comercial Brasil-EUA, em Washington. A reunião plenária ocorreu no dia 21, sendo precedida, nos dias 19 e 20, de reuniões técnicas dos grupos de trabalho relativos aos seguintes tópicos: i) Parceria Comercial – Facilitação de Comércio; ii) Parceria Comercial – Boas Práticas Regulatórias; iii) Padrões e Metrologia; e iv) Comércio na Economia Digital.

ACORDO RDT&E

No campo da defesa, constitui avanço a assinatura do Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E, na sigla em inglês) com os EUA, em março de 2020. O instrumento deverá ampliar o acesso da Base Industrial de Defesa ao mercado norte-americano, bem como abrir caminho para formalizar outros entendimentos que reduzam processos burocráticos no comércio de produtos do segmento entre Brasil e EUA. O RDT&E foi aprovado pelo Congresso Nacional em 20 de abril de 2022 e aguarda promulgação.

FÓRUM DE ENERGIA E DIÁLOGO DA INDÚSTRIA DE ENERGIA LIMPA

Anunciado em 2019, o Fórum de Energia Brasil-Estados Unidos visa a estreitar a cooperação energética entre Brasil e EUA no que tange a assuntos técnicos, regulatórios e políticos de interesse mútuo, bem como a desafios críticos para o comércio e investimentos bilaterais em energia.

A primeira reunião ministerial e o lançamento oficial do Fórum realizaram-se em fevereiro de 2020.

Em 18 de agosto de 2022, ocorreu reunião do mecanismo em nível ministerial, em Washington. No mesmo dia, foi lançado o Diálogo da Indústria de Energia Limpa (CEID, na sigla em inglês), na sede do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos.

Os setores prioritários do CEID foram escolhidos pela natureza moderna e emergente, que requer ação de regulação e atuação sinérgica entre governos e setor privado: modernização de redes elétricas; hidrogênio limpo; biocombustíveis e bioenergia; gerenciamento de carbono no setor de óleo e gás; e energia eólica offshore. A partir do lançamento inicial, serão estruturados grupos de trabalho específicos para esses setores, com a expectativa de que tenham seu ritmo e atividades liderados pela indústria.

GLOBAL ENTRY

O “Global Entry” (GE) consiste em programa do governo dos EUA, administrado pela “U.S. Customs and Border Protection” (CBP) do Departamento de Segurança Interna, que oferece trâmite imigratório simplificado e rápido para viajantes pré-aprovados. Permite aos inscritos realizar trâmite de ingresso nos EUA em aeroportos selecionados por meio de quiosques automáticos, sem contato com agentes de imigração. Podem candidatar-se ao programa cidadãos que já disponham de visto de entrada válido para os EUA.

Participam do processo de avaliação da candidatura ao programa tanto a Polícia Federal quanto o CBP.

No dia 7 de fevereiro de 2022, anunciou-se o ingresso pleno do Brasil no Global Entry; O Brasil tornou-se, assim, o 12º país cujos cidadãos estão habilitados a candidatar-se a essa modalidade de ingresso facilitado nos EUA.

ACORDO ÁRTEMIS

O Acordo Ártemis foi concebido no contexto do Programa Ártemis da NASA, que prevê levar a primeira mulher à Lua, e explorar, de forma sustentável, a superfície de Marte. O governo brasileiro aderiu ao instrumento, em cerimônia no Palácio do Planalto, em 15 de junho de 2021. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a aderir ao acordo. Antes do ingresso brasileiro, nove países haviam assinado o acordo com os EUA: Austrália, Canadá, Itália, Japão, Luxemburgo, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Ucrânia e Vietnã.

RESILIÊNCIA DE CADEIAS DE SUPRIMENTOS

O tema das cadeias de suprimentos é prioritário para a administração Biden. Os EUA têm-se debruçado sobre propostas e estudos para regularizar gargalos de produção em diferentes setores de sua economia. Ao enfrentar esse desafio, propuseram-se trabalhar com países parceiros, com vistas a reduzir vulnerabilidades nas cadeias de suprimentos globais.

O Brasil participou de Fórum Ministerial sobre o assunto organizado pelos EUA em julho de 2022. Em Declaração Conjunta emitida no encontro, subscrita pelo Brasil e outros 16 países, além da União Europeia, os participantes reconheceram a necessidade de abordar esse desafio global de forma resoluta e cooperativa, em um esforço para aliviar interrupções e gargalos

de transporte, logística e cadeia de suprimentos de curto prazo. Elencaram-se os seguintes “princípios globais da cadeia de suprimentos”, na persecução desse objetivo: (i) transparência; (ii) diversificação; (iii) segurança; e (iv) sustentabilidade.

SGP

O Sistema Geral de Preferências (SGP) dos EUA confere, sem necessidade de reciprocidade, tarifa zero para a importação estadunidense de certos produtos de países em desenvolvimento. O Brasil é um dos principais beneficiários do SGP (o quarto maior em 2019), por meio de isenções tributárias concedidas a cerca de 9% das exportações brasileiras aos EUA (USD 2,3 bilhões em 2019). Além de beneficiar empresas brasileiras (inclusive pequenas e médias), o programa também apresenta benefícios para a economia norte-americana, ao reduzir a dependência de importações de outras origens e permitir a importação de insumos e produtos intermediários com isenção de tarifas.

O programa expirou em 31/12/2020 e depende de aprovação congressual para sua reativação. Foram aprovados na Câmara e no Senado dos EUA projetos de lei (diferentes) que tratam da renovação do SGP. Apesar das diferenças, ambos preveem condicionalidades ambientais e trabalhistas para a elegibilidade dos países, além de exigências quanto ao respeito ao estado de direito, combate à corrupção, acesso a mercado para comércio digital e empoderamento feminino.

DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA

Em 2021, o presidente Biden realizou Cúpula pela Democracia, que reuniu líderes do governo, da sociedade civil e do setor privado. Trata-se de esforço compartilhado para estabelecer uma agenda afirmativa para a renovação democrática e enfrentar ameaças por meio de ação coletiva.

Em janeiro de 2023, ocorreu encontro bilateral entre a Secretária do Interior, Deb Haaland, e a designada presidente da FUNAI, Joenia Wapichana, que contou com a participação de representantes da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Na oportunidade, a Secretária afirmou que o compromisso compartilhado com a democracia, os direitos humanos, os povos indígenas, o crescimento econômico equitativo, a proteção ambiental e "outros valores fundamentais" tornariam Brasil e EUA "parceiros naturais".

O governo brasileiro propôs, em junho de 2021, a reativação do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Direitos Humanos Globais, que se reuniu em

fevereiro de 2022.

III- ACORDOS BILATERAIS			
Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência	19/10/2020	02/02/2022	09/06/2022
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a projetos de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação (Acordo RDT&E)	08/03/2020	05/05/2022	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara.	18/03/2019	16/12/2019	05/02/2020
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América	30/06/2015	01/10/2018	26/06/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos	23/09/2014	26/06/2015	25/08/2015

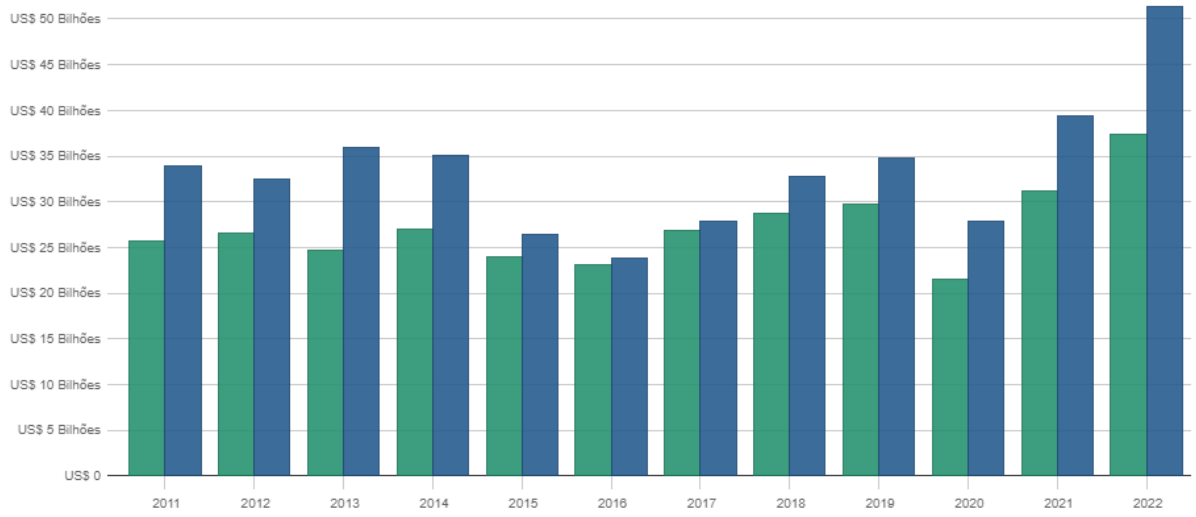
da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA			
Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	19/03/2011	21/05/2018	27/06/2018
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	19/03/2011	03/04/2018	25/06/2018
Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	19/03/2011	19/03/2011	26/09/2011
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo a medidas de Segurança para a Proteção de informações Militares Sigilosas	21/11/2010	26/06/2015	22/03/2016
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa	12/04/2010	26/06/2015	21/12/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos	27/05/2008	17/11/2009	13/05/2010

da América para Programas Educacionais e de Intercâmbio Cultural			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos	20/03/2007	19/03/2013	16/05/2013
Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	30/09/2005	27/04/2011	-
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação	22/03/2004	27/02/2006	05/04/2006
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados Unidos das América Relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras	20/06/2002	-	06/04/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência.	26/10/1999	25/03/2003	22/05/2003
Acordo de Cooperação entre o Governo da República	14/10/1997	15/09/1999	14/10/1999

Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.			
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	14/10/1997	21/02/2001	03/05/2001
Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes	12/04/1995	28/04/1997	03/06/1997
Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	21/03/1989	13/01/1992	10/02/1992
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia.	06/02/1984	15/05/1986	04/07/1986

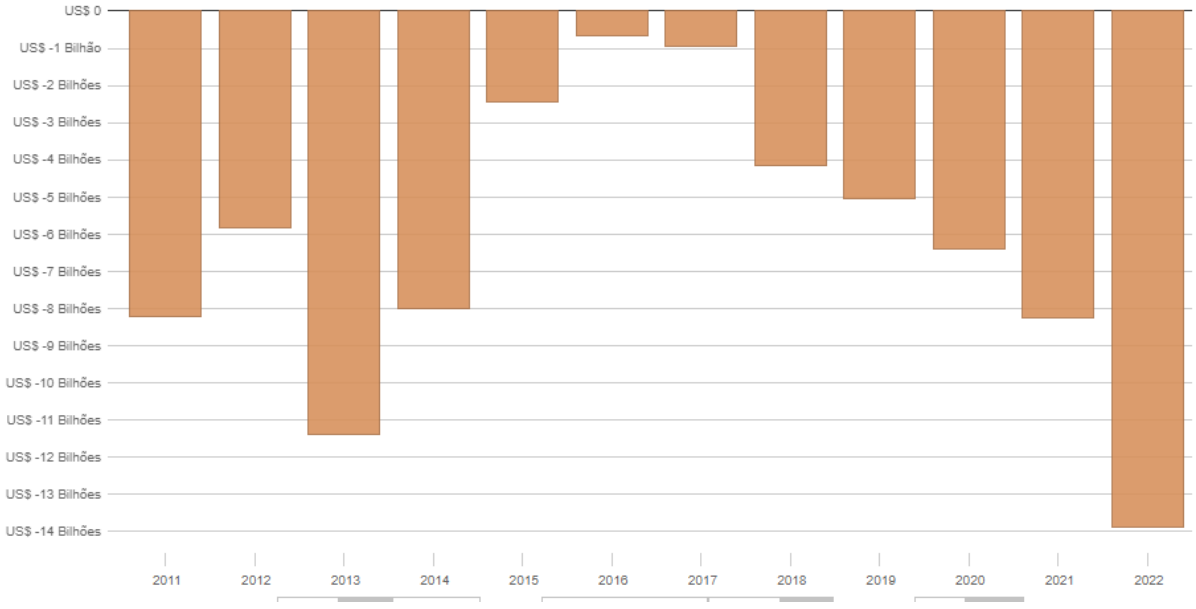
IV- TABELAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS

- **Exportações, importações e balança comercial: Brasil - Estados Unidos 2011-2022**



(http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis)

- **Saldo Comercial Brasil-Estados Unidos 2011-2022**



(http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM WASHINGTON

Candidata: MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI

PERFIL DA CANDIDATA



Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti

Nascida em Belo Horizonte/MG, em 27 de março de 1954, a embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) do Instituto Rio Branco em 1976. Graduou-se em Economia pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF) em 1978 e concluiu o curso de pós-graduação em Economia na Universidade de Brasília em 1982. No Brasil, na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, trabalhou, como assistente, na Divisão de Informação Comercial, de 1976 a 1978; e na Divisão de Operações de Promoção Comercial, de 1979 a 1985. Foi assessora na Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais de 1988 a 1989. Trabalhou como coordenadora executiva no Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 1990 a 1993. Exerceu os cargos de subchefe na Secretaria de Imprensa do Gabinete, de 1995 a 1996, e de chefe da Divisão de América Meridional I, de 1996 a 1999. Dirigiu o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, de 2004 a 2006, e o Departamento de Organismos Internacionais, de 2006 a 2007. Foi Subsecretária-Geral de Ásia e Pacífico de setembro a dezembro de 2016.

No exterior, a embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti serviu por três vezes na Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, em Nova York: como primeira-secretária, de 1985 a 1988; como ministra-conselheira, de 1997 a 2004; e como representante permanente, de 2006 a 2013. Na qualidade de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, chefiou a delegação do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU no biênio 2010-2011 e presidiu o Conselho de Segurança em fevereiro de 2011. Foi Conselheira em La Paz de 1993 a 1995 e embaixadora em Berlim de 2013 a 2016.. Entre 2017 e 2023, foi chefe de gabinete do secretário-geral da Organização das Nações Unidas.

Uma vez confirmada sua indicação, a ampla experiência e a reconhecida trajetória profissional da embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti contribuirão para o aprofundamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, em momento de renovado impulso após o encontro dos dois presidentes em fevereiro de 2023. Sob a condução da embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, será possível diversificar e ampliar a densa agenda bilateral com os Estados Unidos, em áreas tão diversas como fortalecimento da democracia, meio ambiente e combate à mudança do clima, direitos humanos, energia, comércio e investimentos, defesa e ciência e tecnologia.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS
(elaborado pelo Embaixador Nestor José Forster Junior, que deixa o posto)

I – Relações diplomáticas

Brasil e EUA completarão 200 anos de relações diplomáticas em 2024. O Brasil é reconhecido como interlocutor de relevo, dada sua condição de grande país em desenvolvimento, defensor de política externa universalista e criativa, e ativo participante em foros internacionais e regionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), e presente em agrupamentos como o G20 e o BRICS. Esse reconhecimento é o pano de fundo de decisões, por parte dos EUA, como a designação do Brasil como "Aliado Prioritário Extra-OTAN", o apoio à acessão do Brasil à OCDE e a participação do Brasil no programa Ártemis na área espacial. A pauta bilateral, em contínuo aprofundamento, baseia-se em agenda positiva e prospectiva em áreas como defesa, comércio, ciência e tecnologia, exploração espacial, fortalecimento da democracia e promoção dos direitos humanos, segurança hemisférica e meio ambiente.

2. São exemplos de mecanismos bilaterais o Diálogo de Parceria Estratégica, o Diálogo de Alto Nível, o Diálogo Político-Militar, o Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA (Fórum de CEOs), a Comissão de Relações Econômicas e Comerciais Brasil-EUA (Comissão ATEC), o Foro de Energia Brasil-EUA, o Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (CGTMC) e a Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica, entre outros. No período entre 2019 e 2023, foram negociados e assinados instrumentos como o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas - AST (cuja negociação fora retomada em maio de 2017 e concluída em março de 2019); o Acordo referente a Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E); o Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica (ATEC), o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operadores Econômicos Autorizados (ARM/OEA) e a participação do Brasil no programa "Global Entry".

3. Podem-se destacar, da agenda de visitas e contatos entre autoridades de alto nível - não obstante as restrições a viagens em decorrência da pandemia da COVID-19 -, o encontro de trabalho, em 07/03/2020, em Mar-a-Lago, entre os então presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump; a reunião, em 09/06/2022, à margem da IX Cúpula das Américas, em Los Angeles, entre o então presidente da República e o presidente Joe Biden; e a participação, em nível presidencial na Cúpula dos Líderes sobre o Clima, em abril de 2021, e na Cúpula pela Democracia, em dezembro do mesmo ano. Houve visitas aos EUA dos ministros das Relações Exteriores, Justiça, Defesa, Economia, Minas e Energia, Infra-Estrutura, Ciência, Tecnologia e Inovação, Saúde, Comunicações, Mulher, Família e Direitos Humanos e Secretaria-Geral da Presidência da República; e ao Brasil dos secretários de Estado e de Comércio e do conselheiro de Segurança Nacional dos EUA. A Embaixada apoiou, ainda, oito delegações parlamentares brasileiras em visitas oficiais a Washington, com a participação de 12 deputados e seis senadores. Parlamentares americanos também visitaram igualmente o Brasil, como os congressistas do Arizona que efetuaram missão a São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, em dezembro de 2022.

4. A importância atribuída por Washington às relações com o Brasil foi renovada com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 01/01/2023. A visita a Washington do presidente Lula, em 10/02/2022, a convite de seu homólogo americano, reforçou a convergência entre os dois países e estabeleceu roteiro de trabalho conjunto em matéria de defesa da democracia, direitos humanos, meio ambiente e combate às mudanças climáticas,

segurança alimentar e promoção do comércio, dos investimentos e da integração de cadeias produtivas. Na ocasião, o presidente Biden aceitou convite para visitar o Brasil.

II – Relação econômico-comercial

Os EUA detêm a segunda posição entre os parceiros comerciais do Brasil. Em 2022, a corrente comercial entre os dois países atingiu o valor recorde de US$ 88,7 bilhões, com alta de 25,8% em relação a 2021. As exportações brasileiras totalizaram US$ 39,3 bilhões (aumento de 20,2% em relação a 2021), e as importações alcançaram US$ 51,3 bilhões (expansão de 30,3% na comparação com o ano anterior), com saldo superavitário para os Estados Unidos correspondente a US$ 13,9 bilhões.

2. As exportações brasileiras para os EUA têm como destaque a prevalência de produtos da indústria de transformação, com participação aproximada de 79% na pauta. Tradicionalmente, os principais produtos exportados pelo Brasil para os Estados Unidos são semiacabados de ferro ou aço; maquinários; aeronaves e outros equipamentos; óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos crus; cafés; e celulose. Já os Estados Unidos exportam ao Brasil, sobretudo, óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; aeronaves, incluindo partes; maquinários; equipamentos elétricos; plásticos e derivados.

3. As relações de investimentos são particularmente dinâmicas. Os EUA detêm o maior estoque de investimentos diretos estrangeiros no Brasil, correspondente a US$ 152,4 bilhões em 2021 (dados do Banco Central do Brasil). Os investimentos diretos estadunidenses concentram-se nos setores de manufatura, finanças, seguros e mineração, e se baseiam em projetos “greenfield” – aqueles iniciados a partir do zero.

4. Os investimentos brasileiros nos EUA também têm importância crescente, com estoque aproximado de US$ 40 bilhões, e fluxos estimados em US$ 7 bilhões e US$ 8 bilhões em 2020 e 2021, respectivamente (dados do Departamento de Comércio dos EUA). Destacam-se investimentos de empresas como Embraer, Braskem, Gerdau, JBS e WEG, com planos de expansão para os próximos anos.

5. A atuação da Embaixada do Brasil em Washington em prol das relações econômico-comerciais centra-se em identificação e promoção de oportunidades para o setor produtivo brasileiro, e em combate a barreiras ao acesso dos produtos nacionais ao mercado estadunidense. Essas atividades se beneficiam da cooperação no âmbito de mecanismos como o Comitê Consultivo Agrícola (estabelecido em 2003), o Diálogo Comercial Brasil-EUA (estabelecido em 2006), o Fórum de Altos Executivos Brasil-EUA (estabelecido em 2007), o Diálogo da Indústria de Defesa (estabelecido em 2016), o Fórum de Energia Brasil-EUA (estabelecido em 2019), e o Diálogo de Indústrias de Energias Limpas (estabelecido em 2022).

6. Em coordenação com o Adido Agrícola, têm-se empreendidos esforços para promover a imagem do agronegócio brasileiro e superar entraves fitossanitários a exportações de produtos brasileiros. Destaca-se o êxito logrado na reabertura do mercado americano de carne “in natura” para exportadores brasileiros, em fevereiro de 2020.

7. Na promoção das relações econômicas bilaterais, a Embaixada também atua em cooperação com a ApexBrasil e associações do setor privado, entre as quais se destacam a Câmara de Comércio dos EUA, o Conselho Empresarial Brasil-EUA e a AmCham Brasil, além de câmaras de comércio de diferentes estados brasileiros e estadunidenses.

III – Cooperação Técnica

A cooperação técnica bilateral busca também catalisar oportunidades transformativas e inovadoras de parcerias que possam expandir a relação bilateral.

2. No Brasil, a atuação da USAID tem privilegiado ações de cooperação em temas ambientais, com foco na região amazônica. O portfólio bilateral compreende gama de setores e instituições, com destaque para parcerias nas áreas saúde, desenvolvimento sustentável e exploração espacial.

III- Cooperação em outras áreas

Ciência e tecnologia: O ingresso do Brasil no Programa Ártemis, de exploração da Lua e de Marte, abriu a possibilidade de ampliação da cooperação tecnológica bilateral, bem como de parceria entre empresas aeroespaciais dos dois países. Viabilizou, por exemplo, a cooperação entre o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a o NASA Marshall Space Flight Center na construção do satélite "SelenITA", que orbitará a lua para medições meteorológicas.

Direitos Humanos: Brasil e EUA compartilham visões e desafios em temas de Direitos Humanos. Como as maiores democracias das Américas, exercem papel importante na defesa dos valores democráticos na região. No segundo trimestre de 2023 planeja-se, em Brasília, a reunião anual do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Direitos Humanos Globais. Estabelecido em 2015, o GT visa a ampliar o intercâmbio de visões sobre direitos humanos no âmbito bilateral e multilateral. A reunião será precedida por reunião do Grupo Diretor do Plano de Ação Conjunto Brasil-EUA para a Eliminação da Discriminação Étnico Racial e a Promoção da Igualdade (JAPER), assinado em 2008.

Defesa: A cooperação bilateral em Defesa segue em aperfeiçoamento, tanto nas esferas tradicionais quanto em áreas inovadoras como a espacial e a cibernética. Há disposição de ambos os lados de intensificar esses laços, de que são exemplo os exercícios conjuntos "Culminating" (Louisiana, fevereiro/2021) e "CORE 2021" (São Paulo e Rio de Janeiro, dezembro/2021), os maiores do tipo já realizados entre forças aerotransportadas dos dois países. Os principais instrumentos jurídicos são: (i) Acordo de Cooperação em Defesa (DCA), assinado em 2010 em vigor desde 2015; (ii) Acordo Relativo a medidas de Segurança para a Proteção de informações Militares Sigilosas (GSOMIA), assinado em 2010 e em vigor desde 2015; (iii) Memorando de Acordo sobre Interoperabilidade de Comunicação e Segurança (CISMOIA), assinado e em vigor desde 2014; (iv) Acordo de Troca de Informações Mestre (MIEA), assinado e em vigor desde 2017; (v) Acordo sobre Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado e em vigor desde 2019; e (vi) Acordo Referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E), assinado em 2020, e em vigor desde 2021.

Meio ambiente: Estabelecida em 2015, a Iniciativa Conjunta sobre Mudança do Clima resultou na criação do Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTMC). Em 2021 e 2022, também foi conduzido diálogo técnico sobre possibilidades de cooperação entre os dois países em meio ambiente e desenvolvimento sustentável, nos planos bilateral e multilateral. Por ocasião de seu encontro em Washington, em fevereiro de 2023, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Joe Biden instruíram o GTMC a voltar a reunir-se, em benefício da cooperação bilateral sobre temas como combate ao desmatamento, apoio à bioeconomia,

energias renováveis, apoio a ações de adaptação e promoção de práticas agrícolas de baixo carbono.

Educação: Os Estados Unidos são o principal destino de mobilidade acadêmica internacional de brasileiros. Existem atualmente mais de 15.000 estudantes brasileiros em instituições de ensino superior norte-americanas. O Brasil busca tornar-se igualmente polo de atração de estudantes internacionais. Para tanto, o setor Educacional da Embaixada apoiou e participou de eventos de internacionalização de universidades brasileiras, como a 75a edição da "NAFSA Annual Conference & Expo", a ser realizada em Washington, entre 30/5 e 2/6, com a presença estimada de 40 universidades públicas e privadas e autoridades brasileiras de educação. O pavilhão brasileiro conta com o patrocínio do Instituto Guimarães Rosa/MRE.

IV – Temas culturais

Promoção da cultura brasileira: A celebração, em maio de 2024, dos 200 anos de relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos oferecerá arcabouço institucional para uma série de atividades de difusão cultural de grande envergadura nos dois países. No marco do bicentenário, ações como concertos de jazz e bossa nova; mostras gastronômicas; festivais de cinema; exposições fotográficas e exibições temporárias em museus e instituições culturais de relevo deverão ser realizadas pelos mais de 10 postos da rede diplomática e consular brasileira nos EUA e nos 5 estadunidenses no Brasil.

V – Temas consulares

Segundo estimativas do Ministério das Relações Exteriores publicadas em 2022, cerca de 1.905 milhão de brasileiros hoje residem nos Estados Unidos. A rede consular brasileira no país é composta por dez Consulados-Gerais (Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e Washington) e um Vice-Consulado (Orlando), inaugurado em 2022.

2. Embora não seja responsável por prestar assistência consular direta aos cidadãos brasileiros, a Embaixada do Brasil em Washington atua, em coordenação com as repartições consulares brasileiras nos Estados Unidos, no sentido de defender os direitos dos migrantes brasileiros e dialogar com as agências pertinentes do governo daquele país sobre temas consulares.

3. A Embaixada auxilia, ainda, na realização do Diálogo Consular e Jurídico Brasil-Estados Unidos, o principal mecanismo bilateral para tratar assuntos de interesse mútuo nas áreas consular e jurídica. Durante a 20ª reunião do Diálogo, ocorrida em Brasília, em 18/08/2022, foram discutidos aspectos relacionados a imigração, vistos e cooperação judiciária. De periodicidade anual, o encontro não ocorria desde 2019, devido à pandemia de COVID-19.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Refletir a visão do Itamaraty de ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência. Manter, ampliar e aprofundar as relações diplomáticas com os Estados Unidos da América e a promoção e a defesa dos interesses brasileiros com aquele país.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo presidente da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com os Estados Unidos. Fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis, inclusive mediante o fortalecimento do marco institucional das relações entre os dois países.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Estreitar e consolidar o relacionamento nos âmbitos bilateral, regional e internacional e ampliar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado estadunidense, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países;
2. Fortalecer e impulsionar a cooperação e o diálogo com os Estados Unidos em áreas de interesse comum como fortalecimento da democracia e das instituições democráticas, combate às mudanças climáticas, direitos humanos e combate à discriminação racial, gestão humanizada dos fluxos migratórios, saúde, comércio e investimentos, energia e defesa;
3. Contribuir para ampliar a influência do Brasil em processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo estadunidense;
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil nos Estados Unidos, inclusive mediante a promoção ativa da língua portuguesa e da cultura brasileira no país e articulação com a imprensa, formadores de opinião e “think tanks”;
5. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros nos Estados Unidos, em apoio às empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento;
6. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público local;
7. Apoiar o desenvolvimento das relações de estados e municípios brasileiros com os Estados Unidos, nos níveis federal, estadual e municipal;
8. Apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira nos Estados Unidos;
9. Realizar o seguimento de iniciativas multilaterais, em curso ou que venham a surgir, em que haja interesses do Brasil e dos Estados Unidos;

10. Fortalecer o diálogo em direitos humanos nos âmbitos bilateral e multilateral, inclusive por meio de apoio a encontros e diálogos sobre o tema;
11. Fortalecer a cooperação em ciência, tecnologia e inovação com os Estados Unidos, com vistas a gestar projetos que contribuam a objetivos nacionais estratégicos.
12. Atualizar e aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de cooperação educacional e técnica entre Brasil e Estados Unidos;
13. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência, com vistas a aumentar a eficiência e capacidade de resposta do posto e contribuir ao aperfeiçoamento da atividade diplomática do Brasil nos Estados Unidos.
14. Utilizar a celebração, em 2024, do bicentenário das relações diplomáticas com os Estados Unidos como marco mobilizador de ações com vistas aos objetivos acima mencionados.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com os Estados Unidos, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos

- *Fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de resiliência de cadeias de suprimentos, com a identificação de oportunidades setoriais e conjugação de esforços de setor privado e governos de ambos os países;*
- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros;*
- *Organização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado estadunidense;*
- *Interlocução com câmaras de comércio, associações empresariais, importadores e outros atores relevantes nos Estados Unidos;*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Promoção de palestras e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
- *Apoio a investidores dos Estados Unidos interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoio a empresários brasileiros interessados no mercado estadunidense;*
- *Apoio à participação brasileira em feiras e exposições de promoção comercial identificadas como prioritárias pelo setor privado brasileiro na jurisdição do Posto;*
- *Diálogo com entidades setoriais e secretarias estaduais de comércio, indústria e desenvolvimento;*
- *Interiorização das ações de promoção comercial, de modo a ampliar a presença de produtos brasileiros no mercado estadunidense;*
- *Fortalecimento do Fórum de Altos Executivos e do Diálogo Comercial entre Brasil e Estados Unidos, em apoio à cooperação entre setor privado e governos de ambos os países;*

- *Apoio à aproximação dos complexos industriais de defesa do Brasil e dos Estados Unidos por meio do Diálogo da Indústria de Defesa;*
- *Acompanhamento e análise da conjuntura macroeconômica nacional, regional e setorial, bem como das políticas econômica e comercial estadunidenses, a fim de fornecer ao Brasil elementos para a formulação de políticas de comércio exterior e de investimentos.*

2) Monitorar e apoiar ações para a redução de barreiras econômico-comerciais às exportações brasileiras

- *Acompanhamento de normas e informações que possam ter impactos nos interesses brasileiros, como barreiras comerciais ou medidas com efeito equivalente;*
- *Acompanhamento de iniciativas no Congresso dos Estados Unidos na área comercial, incluindo barreiras potenciais e programas em apoio ao desenvolvimento, como o Sistema Geral de Preferências (SGP);*
- *Monitoramento e informação à Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), em Brasília, das repercussões e eventuais decisões do governo dos Estados Unidos sobre a adoção de medidas comerciais que possam afetar as exportações brasileiras, inclusive com vistas a mitigar eventuais efeitos adversos ao setor exportador do país;*
- *Atuação em investigações de defesa comercial (antidumping e subsídios) relativas a exportações brasileiras, em coordenação com a SERE, incluindo participação em audiências, conforme o caso;*
- *Acompanhamento das negociações comerciais dos Estados Unidos com outros parceiros, de modo a identificar tendências da política comercial estadunidense, bem como oportunidades para expandir o escopo da cooperação bilateral.*

3) Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em energia e mineração

- *Apoio ao diálogo bilateral no marco do Fórum de Energia Brasil-EUA (USBEF), com promoção de avanços na cooperação técnica e regulatória em energias renováveis, eficiência energética, manejo de carbono e metano, e energia nuclear civil;*
- *Apoio às atividades do Diálogo de Indústrias de Energias Limpas (CEID), com cooperação do setor privado de ambos os países em tecnologias de transição energética, nas áreas como hidrogênio, energia eólica "offshore", manejo de carbono e combustíveis sustentáveis de aviação;*
- *Fortalecimento do diálogo bilateral sobre biocombustíveis, com vistas a ações em terceiros países e à expansão de seu mercado global, com benefícios para as economias de ambos os países e para os esforços globais de transição energética.*
- *Identificação de oportunidades para atração de investimentos e aumento da cooperação bilateral no setor de minerais críticos.*

4) Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em agricultura e das exportações agrícolas brasileiras para os Estados Unidos

- *Apoio ao diálogo bilateral no âmbito do Comitê Consultivo Agrícola (CCA), com busca de novas oportunidades de acesso do agronegócio brasileiro ao mercado estadunidense;*

- *Realização de gestões em apoio aos exportadores de produtos do agronegócio brasileiro que enfrentem dificuldades para ingressar no mercado estadunidense relacionadas a requisitos sanitários, fitossanitários ou regulamentos técnicos;*
- *Fortalecimento da cooperação bilateral e multilateral em iniciativas de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional;*
- *Prospecção de novas oportunidades para o agronegócio brasileiro, por meio de atividades de inteligência comercial e estudos de mercado de interesse para os exportadores brasileiros.*

ii. **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;**

2) **Número de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) com participação da Embaixada;**

3) **Número de reuniões do Fórum de Altos Executivos, do Diálogo Comercial, do Fórum de Energia Brasil-EUA, do Diálogo da Indústria de Energia Limpa, do Diálogo de Indústria de Defesa, e do Comitê Consultivo Agrícola;**

4) **Número de reuniões com representantes do governo local cuja pauta tenha como prioridade o aumento do comércio e dos investimentos bilaterais;**

5) **Número de relatórios de conjuntura sobre o desempenho da economia local produzidos pela Embaixada.**

II – Relações políticas bilaterais

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1) Apoiar e fortalecer o relacionamento bilateral entre Brasil e Estados Unidos, por meio do adensamento de visitas oficiais de lado a lado e da realização periódica de reuniões de mecanismos diplomáticos de alto nível

- *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras aos Estados Unidos e vice-versa;*
- *Apoio aos trabalhos preparatórios e à realização de reuniões de mecanismos bilaterais de alto nível;*
- *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e estadunidenses, em formato presencial ou virtual.*

2) Administrar e ampliar a interlocução entre Brasil e Estados Unidos

- *Elevar o perfil do Brasil como interlocutor de relevo em questões de interesse mútuo;*
- *Estreitar os contatos com os principais atores da vida política e administrativa estadunidense, nos níveis nacional, regional e local, por meio do Departamento de*

Estado e de outras agências governamentais, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e a estabelecer canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro nos Estados Unidos;

- *Manter canais regulares de diálogo com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a ação e interesses estadunidenses em áreas como política externa e interna, gestão migratória, defesa e segurança;*
- *Incentivar e ampliar a cooperação bilateral no campo jurídico e consular;*
- *Representar o governo brasileiro em eventos oficiais.*

3) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa estadunidense

- *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa estadunidense, inclusive em suas vertentes de defesa e segurança, desarmamento e não proliferação, gestão fronteiriça, migrações, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outras, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação aos Estados Unidos e sua ação regional e internacional;*
- *Elaboração de materiais informativos e realização de gestões em linha com interesses e demandas do governo brasileiro.*

4) Fortalecer o diálogo parlamentar e federativo entre o Brasil e os Estados Unidos e ampliar a presença brasileira no Congresso e nos governos estaduais daquele país.

- *Apoio à reinstalação e às atividades do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos no Senado, da Frente Parlamentar Brasil-EUA na Câmara dos Deputados e do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos no Congresso Nacional;*
- *Apoio e fortalecimento do* Brazil Caucus*, frente parlamentar Estados Unidos-Brasil na Câmara dos Deputados dos EUA;*
- *Apoio a visitas de parlamentares brasileiros e de representantes de entes federativos aos EUA;*
- *Promoção de visitas de parlamentares estadunidenses ao Brasil;*
- *Promoção de iniciativas e encontros com parlamentares estadunidenses;*
- *Apoio a iniciativas na esfera parlamentar relativas à celebração dos 200 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos em 2024;*
- *Apoio a iniciativas e projetos de cooperação entre entes subnacionais brasileiros e estadunidenses;*
- *Realização de visitas oficiais a estados dos Estados Unidos, a fim de manter contatos com autoridades e atores políticos, promover comércio e investimentos, fomentar parcerias em setores como educação, pesquisa e ciência e tecnologia e manter encontros com representantes da comunidade brasileira;*
- *Desenvolvimento de atividade de inteligência parlamentar para identificar deputados e senadores estadunidenses que possam compartilhar posições alinhadas a interesses brasileiros.*

5) Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificação de temas prioritários e apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de acordos entre Brasil e Estados Unidos;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do governo estadunidense para a abertura de negociação de acordos bilaterais;*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado estadunidense.*

ii. **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Número de reuniões de mecanismos bilaterais;

2) Número de visitas oficiais de lado a lado;

3) Número de visitas oficiais aos estados dos Estados Unidos;

4) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos e formadores de opinião, entre outros;

5) Número de atividades e iniciativas de cooperação entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais estadunidenses;

6) Número de relatos do posto sobre temas de política interna e externa estadunidense e demais assuntos de interesse para a política externa brasileira;

7) Número das atividades e iniciativas de cooperação na esfera parlamentar;

8) Número de contatos com deputados estadunidenses integrantes do Brazil Caucus;

9) Número de visitas de parlamentares brasileiros aos Estados Unidos.

III – Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1) Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais que contam com os Estados Unidos entre seus membros

- *Elaboração de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelos Estados Unidos em foros multilaterais;*
- *Diálogo com representantes governamentais estadunidenses sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais;*

- *Acompanhamento e gestões em torno da participação do Brasil em foros como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU);*
- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários dos Estados Unidos nos foros multilaterais de desarmamento e não proliferação;*
- *Acompanhamento das instituições financeiras internacionais sediadas em Washington, com foco em temas de conjuntura econômica e em iniciativas de interesse para a América Latina nas agendas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários dos Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários dos Estados Unidos no G20, especialmente no contexto da presidência brasileira a partir de dezembro de 2023;*

2) Contribuir para maior concertação bilateral em mecanismos e organismos regionais que contam com a participação dos Estados Unidos

- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários dos Estados Unidos em organismos regionais e sub-regionais, particularmente na Organização dos Estados Americanos (OEA);*
- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelos Estados Unidos em foros que não contam com a participação do Brasil, como a Cúpula de Líderes da América do Norte (NALS) ou a Parceria Austrália-Reino Unido-Estados Unidos (AUKUS);*
- *Realização de gestões para o incremento do diálogo com autoridades estadunidenses sobre as prioridades do Brasil em foros como a OEA;*
- *Acompanhamento e análise quanto a propostas do governo estadunidense para iniciativas de integração regional.*
- *Acompanhamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sediado em Washington e sob presidência brasileira desde janeiro de 2023, com foco em iniciativas de desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e promoção de investimentos em infraestrutura na América Latina;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários dos Estados Unidos no que se refere ao BID e à iniciativa de Parceria Econômica para a Prosperidade nas Américas (APEP);*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais.*

3) Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais e regionais que contam com os Estados Unidos entre seus membros.

- *Realização de gestões para buscar o apoio do governo estadunidense a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais.*

ii. **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Número de gestões e reuniões promovidas com autoridades estadunidenses sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo;**

2) **Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais;**

3) **Número de reuniões promovidas com autoridades estadunidenses sobre temas regionais;**

4) **Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais;**

5) **Declarações de apoio estadunidense a objetivos e políticas defendidos pelo Brasil em organismos multilaterais e regionais.**

IV – Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1) Ampliar a difusão da cultura e das referências culturais brasileiras junto à sociedade estadunidense

- *Apoio e estímulo à participação brasileira em alguns dos principais eventos culturais estadunidenses, como BookExpo America, Smithsonian Folklife Festival; DC Filmfest; Sundance Film Festival; Tribeca Film Festival; Passport DC; Brazil On the Hill e promoção de atividades bilaterais específicas, como Brazilian Day;*
- *Programação de atividades na Residência Oficial do Brasil;*
- *Apoio à organização de ciclos de cinema brasileiro e latino ou ibero-americano e em mostras e festivais de cinema;*
- *Promoção de eventos de fotografia, música e dança brasileira;*
- *Apoio a eventos de gastronomia brasileira nos Estados Unidos, como as iniciativas anuais "Chef Challenge" e "Taste of DC";*
- *Prospecção do mercado, em conjunto com a Câmara Brasileira do Livro (CLBL) para apoio à publicação de edições de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição nos Estados Unidos;*
- *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com a Book Expo America e com Embaixadas dos países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua inglesa, em especial ao público infanto-juvenil, com especial atenção a atividades de musicalização desenvolvidas junto às comunidades brasileiras.*

2) Promover o intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que os Estados Unidos tenham reconhecida tradição

- *Apoio a iniciativas bilaterais no âmbito do acordo bilateral sobre programas educacionais e intercâmbio cultural (2008);*
- *Elaboração de programação cultural que privilegie a diversidade cultural de ambos os países e identidades nacionais das minorias e povos originários, à luz do bicentenário do estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais, em 2024;*
- *Fomento ao intercâmbio na área musical, por meio de festivais de música, com ênfase à música popular brasileira;*
- *Fomento ao intercâmbio na área de artes plásticas, com promoção e apoio institucional a exposições de artistas brasileiros em galerias de prestígio nos Estados Unidos;*
- *Fomento a trocas de experiências e acervos entre renomadas bibliotecas e instituições culturais, com vistas a facilitar a organização de exposições itinerantes, a exemplo da Biblioteca Nacional e dos National Archives;*
- *Fomento à participação em pavilhão unificado do Brasil na maior feira de serviços educacionais do mundo – a NAFSA FAIR -, em Washington D.C., em 2023 e New Orleans, em 2024.*

3) Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Interlocução com potenciais apoiadores empresariais, como membros do CEO Forum e Chamber of Commerce, para buscar maior engajamento em atividades culturais promovidas pelo posto;*
- *Elaboração e envio de boletim eletrônico sobre atividades culturais brasileiras;*
- *Organização, em coordenação com o Setor de Promoção Comercial, de eventos de promoção da moda, design e produção cultural e científica brasileira.*

4) Promover o Brasil como destino turístico de viajantes dos Estados Unidos

- *Ações promocionais do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e influenciadores;*
- *Participação brasileira em eventos e feiras de promoção do turismo;*
- *Fortalecimento da sinergia com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo nos Estados Unidos;*
- *Apoio a iniciativas dos estados e municípios brasileiros que desejem promover seu turismo junto ao mercado estadunidense;*
- *Apoio a entidades e a associações do 'trade' turístico interessadas em realizar eventos de promoção do turismo.*

5) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público estadunidense

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com entidades brasileiras e norte-americanas, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em eventos e feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais;*

- *Realização de eventos para divulgação da trajetória de crescimento da produtividade, inovação tecnológica e adoção de práticas de sustentabilidade e baixa emissão de carbono no agronegócio brasileiro, em coordenação com entidades brasileiras.*

6) Promover o Brasil, os interesses nacionais e a parceria bilateral junto a "think tanks" nos Estados Unidos.

- *Diálogo sobre a parceria bilateral com lideranças dos principais "think tanks" de Washington e de diferentes regiões dos EUA;*
- *Apoio à organização de eventos sobre o Brasil e a parceria bilateral em "think tanks", inclusive com a participação de autoridades brasileiras em visita a Washington;*
- *Incentivo à produção de artigos, relatórios e outros materiais que fomentem reflexão sobre o Brasil e a parceria bilateral.*

7) Incentivar, sob enfoque objetivo, discussões sobre o Brasil e a parceria bilateral na esfera pública americana

- *Interlocução com veículos da grande imprensa a fim de transmitir visão atualizada do País e da parceria bilateral;*
- *Intercâmbio com formadores de opinião para estimular debate continuado sobre as relações com o Brasil;*
- *Apoio às atividades de imprensa de autoridades brasileiras em visita a Washington;*
- *Desenvolvimento de contatos com órgãos da imprensa regional;*
- *Atendimento às demandas dos correspondentes brasileiros;*
- *Atendimento às demandas dirigidas à Embaixada por profissionais da imprensa, em especial de órgãos americanos.*

3) Disseminar informações sobre o Brasil e a parceria bilateral para o grande público americano, e também sobre temas de interesse da comunidade brasileira nos EUA

- *Utilização de mídias sociais e outras ferramentas virtuais para a divulgação, junto a audiências locais, de informações sobre o Brasil e as relações com os EUA;*
- *Produção de mensagens audiovisuais dirigidas à comunidade brasileira nos Estados Unidos.*
- *Apoio, sempre que pertinente, à divulgação de campanhas governamentais brasileiras.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros;

2) Número de ações de promoção cultural;

3) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira;

4) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR;

5) Número de ações e eventos de promoção de práticas de sustentabilidade no agronegócio brasileiro

6) Número de atividades e iniciativas relacionadas ao Brasil empreendidas por "think tanks" com o apoio da Embaixada.

7) Número de contatos mantidos pela Embaixada com veículos de imprensa e formadores de opinião.

8) Número de artigos e outros produtos veiculados em meios de comunicação americanos com o apoio da Embaixada.

9) Número de atividades de imprensa organizadas com o apoio da Embaixada para autoridades brasileiras em visita a Washington.

10) Número de atendimentos à imprensa.

11) Números relacionados a ações de comunicação da Embaixada em redes sociais.

V - Cooperação para o combate à mudança do clima, a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1) Promover diálogo e cooperação bilateral abrangente com os EUA em matéria ambiental

- *Fortalecimento do diálogo institucional com o governo dos Estados Unidos sobre desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima, no âmbito do Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTMC);*
- *Reforço da interlocução com o setor privado e a sociedade civil locais, em benefício de oportunidades de cooperação técnica e financeira, e de promoção da imagem do Brasil nos planos ambiental e climático;*
- *Apoio às ações do governo brasileiro com vistas à mobilização de recursos do governo e do setor privado dos EUA para iniciativas ambientais brasileiras;*
- *Fortalecimento do diálogo técnico bilateral em prol da sustentabilidade com governo, setor privado e academia, com intercâmbio de soluções inovadoras em áreas como energia limpa, agricultura de baixo carbono, infraestrutura sustentável, finanças verdes e cidades inteligentes;*
- *Expansão da cooperação bilateral em meio ambiente e clima com governos estaduais e locais, especialmente da região amazônica;*
- *Fortalecimento da cooperação sobre aspectos distributivos da crise climática, como adaptação e transição justa, com o reconhecimento do papel de povos indígenas e comunidades locais como atores centrais das políticas ambientais brasileira e norte-americana.*

2) Promover diálogo e cooperação multilateral abrangente com os EUA em matéria ambiental

- *Apoio ao diálogo Brasil-EUA sobre clima e desenvolvimento sustentável, com vistas a identificar possíveis convergências na agenda de fóruns globais como a Convenção–Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o G20;*
- *Fortalecimento da coordenação Brasil-EUA em iniciativas como o Fórum das Grandes Economias sobre Energia e Clima (MEF), e a candidatura da cidade de Belém a sede da COP 30 da UNFCCC.*

ii. **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;

2) Escopo e dimensão de iniciativas de cooperação sobre meio ambiente e mudança do clima.

3)

<u>VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação</u>

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1) Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e os Estados Unidos

- *Organização da 6° Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica para configurar plano de trabalho 2024-2026 com vistas à coordenação de ação conjunta em campos prioritários para os dois países;*
- *Relançamento do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre a Internet e criação de eventuais fóruns específicos;*
- *Apoio ao diálogo entre os ministérios e agências governamentais dos dois países para a continuidade de projetos em curso e avaliação de possibilidades de cooperação em setores estratégicos;*
- *Apoio a missões temáticas de pesquisadores, acadêmicos e empresários brasileiros aos Estados Unidos;*
- *Intensificação do diálogo com a comunidade científica brasileira nos Estados Unidos com vistas ao desenvolvimento de projetos de interesse nacional.*

2) Contribuir para o desenvolvimento e execução de políticas públicas e iniciativas normativas nacionais na área de CT&I

- *Apoio à aproximação entre instituições brasileiras de fomento à pesquisa a suas congêneres norte-americanas, como a "National Science Foundation" e o "National Institute of Standards and Technology";*
- *Realização de intercâmbios de modelos de gestão e de ações conjuntas no financiamento à pesquisa;*

- *Acompanhamento de iniciativas norte-americanas em curso para a regulamentação da internet e da inteligência artificial;*
- *Compartilhamento de experiências para a ampliação da presença de mulheres em CT&I.*

3) Fomentar a cooperação em CT&I para a preservação ambiental e o combate à mudança do clima

- *Prospecção de oportunidades de CT&I em prol do desenvolvimento sustentável da Amazônia e do uso de energias renováveis;*
- *Aprofundamento de parcerias com a Administração Nacional Oceanográfica e Atmosférica (NOAA).*

4) Fomentar a cooperação em CT&I para a inovação do setor produtivo nacional

- *Apoio à aproximação do setor produtivo brasileiro a centros de excelência nos EUA e em áreas estratégicas para a transição tecnológica brasileira;*
- *Apoio a ações de inserção de* startups *brasileiras no ecossistema de inovação dos EUA, aproximando-as de parques tecnológicos e investidores locais; e*
- *Fomento a iniciativas norte-americanas em setores estratégicos para a indústria nacional.*

5) Fomentar a cooperação em CT&I para o fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro

- *Acompanhamento da atuação de empresas norte-americanas selecionadas para uso do Centro de Lançamento de Alcântara, viabilizado pela celebração de Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os EUA;*
- *Prospecção de iniciativas conjuntas no âmbito do Programa Ártemis, de exploração lunar e marciana, do qual o Brasil participa por meio da produção de satélite lunar de medição meteorológica, o SelenITA.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e gestões sobre o tema;

2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas: reuniões bilaterais e entre ministérios e agências de CT&I; missões e encontros com pesquisadores, empresários e entidades setoriais.

VII - Cooperação em educação, promoção da variante brasileira da língua portuguesa, saúde e defesa

i. METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1) Impulsionar a cooperação educacional bilateral e incrementar a mobilidade acadêmica entre os dois países

- *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas estadunidenses para promover iniciativas concretas no âmbito do Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos sobre Educação (2007);*
- *Estruturação de políticas e iniciativas de fomento à imagem do Brasil como pólo de atração de estudantes estadunidenses, de modo a reverter o desequilíbrio crônico do fluxo (há cerca de 15.000 estudantes brasileiros em universidades nos EUA, com contribuição anual ao PIB dos EUA de cerca de US$ 600 milhões);*
- *Estímulo à internacionalização da rede acadêmica brasileira;*
- *Apoio ao desenvolvimento de programas acadêmicos na Amazônia;*
- *Promoção das atividades do programa de leitorado nos Estados Unidos;*
- *Promoção do engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de impulso a seu uso como língua de herança por parte da comunidade e da diáspora brasileiras.*

2) Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção da variante brasileira da língua portuguesa

- *Oferecimento de apoio a postos aplicadores do CELPE-BRAS com vistas a incrementar o número de inscritos no exame e proficientes em língua portuguesa, mediante divulgação e articulação cabíveis;*
- *Promoção da marca "Instituto Guimarães Rosa (IGR)" nos Estados Unidos como ator institucional em atividades de difusão da língua portuguesa;*
- *Estímulo à continuidade e ampliação da oferta de cursos de português nas universidades nos Estados Unidos;*
- *Promoção do intercâmbio de professores de línguas entre os dois países, em programas destinados a professores de escolas públicas ou zonas vulneráveis economicamente, mediante programas como o PDPI/CAPES – Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos –, estruturado pela CAPES e Comissão Fulbright;*
- *Estímulo à capacitação de professores estadunidenses de português com vistas a dar continuidade às atividades de ensino do português como língua de herança, em particular com base em atividades de musicalização infantil;*
- *Ampliação do alcance territorial do ensino do português do Brasil nos Estados Unidos, mediante a utilização da experiência de ensino à distância desenvolvida durante a pandemia;*
- *Celebração do Dia da Língua Portuguesa e de outras atividades de promoção da cultura e do idioma, inclusive em coordenação com outros países lusófonos.*

3) Contribuir para ampliação do diálogo em saúde

- *Apoio à institucionalização de encontros regulares bilaterais de autoridades de saúde dos dois países;*
- *Acompanhamento de iniciativas em curso nos EUA sobre financiamento a projetos de saúde, com ênfase em oportunidades de parceria para pesquisa de doenças tropicais;*

- *Apoio ao diálogo de entidades de pesquisa no Brasil e os National Institutes of Health (NIH); e*
- *Acompanhamento das iniciativas regionais norte-americanas para saúde.*

4) Incentivar a cooperação na área de segurança

- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países nas áreas de segurança pública;*
- *Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate a ilícitos transnacionais, em coordenação com o adido policial acreditado em Washington.*

5) Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países

- *Divulgação, junto aos setores interessados do governo estadunidense, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Apoio às reuniões de mecanismos bilaterais e entre autoridades de ambos os países;*
- *Apoio à participação governamental e empresarial estadunidense em feiras de produtos de defesa brasileiros;*
- *Apoio a iniciativas para promover um melhor conhecimento recíproco entre as indústrias de defesa do Brasil e dos Estados Unidos.*

6) Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa

- *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Estados Unidos, em coordenação com os adidos das Forças Armadas.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos para fomento a parcerias entre instituições educacionais brasileiras e norte-americanas;

2) Número de eventos e iniciativas de divulgação do objetivo de internacionalização da rede acadêmica brasileira;

3) Número de estudantes estadunidenses que se deslocam ao Brasil para cursos de curta, média ou longa duração;

4) Número de alunos inscritos nos cursos de língua portuguesa existentes nos Estados Unidos;

5) Número de centros credenciados para aplicação do CELPEBRAS e número de inscritos nos exames;

6) Número de contatos com autoridades de defesa dos Estados Unidos e de reuniões bilaterais em matéria de defesa durante a gestão;

7) Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação em matéria de Defesa.

VIII - Cooperação para promoção dos direitos humanos e do combate às desigualdades

i. **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA**

1) Fomentar a cooperação técnica bilateral

- *Prospecção de oportunidades de ações de cooperação entre a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Agência de Cooperação Brasileira (ABC);*
- *Prospecção de linhas de cooperação trilateral em países de baixa renda.*

2) Contribuir para o fortalecimento da cooperação em direitos humanos entre o Brasil e os Estados Unidos

- *Impulsionar e dar seguimento às reuniões do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre Direitos Humanos Globais (GT-DHG) para a promoção e proteção dos direitos humanos, com pleno respeito ao direito internacional, e dialogar sobre temas de direitos humanos nos foros multilaterais, em especial nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos;*
- *Apoiar a reativação do Plano de Ação Conjunto para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade (JAPER);*
- *Apoiar o diálogo entre o Ministério da Igualdade Racial e autoridades norte-americanas em projeto de resgate da cultura e memória africanas no Brasil;*
- *Apoiar encontros temáticos sobre temas de importância para Brasil e Estados Unidos como defesa da democracia; direitos laborais; igualdade de gênero; e promoção da igualdade racial e proteção dos direitos das pessoas LGBTQI+.*

ii. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção dos direitos humanos e o combate às desigualdades;**

2) **Número de contatos com autoridades locais responsáveis pela promoção dos direitos humanos e combate às desigualdades;**

3) **Número de reuniões de alto nível na área de direitos humanos.**

SF/23338.85857-01

SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 9, de 2023 (Mensagem nº 94/2023, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete *à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado o do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América*.

RELATOR: Senadora **MARA GABRILLI**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil nos Estados Unidos da América (EUA).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores enviou o currículo da diplomata indicada. Do acervo encaminhado, extraímos o que segue.

SF/23338.85857-01

Nascida em Belo Horizonte, em 27 de março de 1954, filha de José Carlos Ribeiro e Dirce Neves Ribeiro, a Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1976 e ingressou na carreira no posto de Terceira Secretária. Graduou-se em Ciências Econômicas pela Associação de Ensino Unificado de Brasília (1978) e recebeu o grau de Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (1982). Também no referido Instituto, concluiu os cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982), e de Altos Estudos (1995), com a tese denominada "O gás nas relações Brasil-Bolívia".

Ascendeu a Segunda-secretária (1979); a Primeira-secretária (1984); a Conselheira (1990); a Ministra de segunda classe (1997); e a Ministra de Primeira Classe (2006). Sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de assessora da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais (1988/90); Coordenadora-Executiva do Gabinete do Ministro de Estado (1990/93); Subchefe da Secretaria de Imprensa do Gabinete (1995/96); Chefe da Divisão da América Meridional I (1996/99); Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2004/06); Diretora do Departamento de Organismos Internacionais (2006/07); e Subsecretária-geral da Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico (2016/17).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheira na Embaixada em La Paz (1993/95); Ministra-Conselheira na Missão junto às Nações Unidas, Nova York (1999/2004); Embaixadora-Representante Permanente na Missão junto às Nações Unidas (2007/13) tendo, nessa condição, chefiado a delegação do Brasil ao Conselho de Segurança da Organização (2010/11), e presidido referido órgão em fevereiro de 2011. Foi, por igual, Embaixadora em Berlim (2013/16). Entre 2017 e 2022, chefiou o Gabinete do Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação de distintas organizações internacionais, bem como de diferentes conferências diplomáticas.

A Diplomata indicada é portadora da Medalha da República Oriental do Uruguai; da Ordem do Mérito Militar, do Brasil; da Ordem de Bernardo O' Higgins, do Chile; da Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil; da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil; e da Ordem de Rio Branco, do Brasil.

SF/23338.85857-01

A Embaixadora em questão foi professora de História das Ideias Políticas do Instituto Rio Branco (1992). Entre suas publicações, merece realce a coordenação da obra *O Brasil no Conselho de Segurança da ONU (2010-2011)*, publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão.

Além do currículo da diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre os Estados Unidos da América, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil. Desse material, elaboramos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina à indicada.

Os EUA são o mais tradicional parceiro do Brasil no cenário internacional. Cuida-se de relação sólida que tem origem no fato de que os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer nossa independência, em 1824. Merece ainda destaque, do ponto de vista histórico, a circunstância de o Imperador Dom Pedro II ter sido o único chefe de Estado presente na cerimônia de inauguração da Exposição Universal da Filadélfia de 1876, atendendo a convite do presidente Ulysses Grant. Some-se a esse quadro a constatação de que, desde 1905, as respectivas representações diplomáticas têm o *status* de Embaixadas.

O convívio bilateral segue, desde então, a orientação política do governante do momento, bem como as particularidades históricas de cada época. Esse contexto proporciona o tom de maior ou menor aproximação entre os dois países. O relacionamento recíproco experimentou, assim, oscilações ao longo do tempo. Ele, no entanto, é marcado pela prevalência do interesse mútuo na continuidade de convivência próxima em proveito de ambas as sociedades.

A relação entre os dois países segue se beneficiando das semelhanças entre eles verificáveis. Com efeito, Brasil e Estados Unidos são as duas maiores economias e populações das Américas. Com dimensões continentais e possuindo expressivos recursos naturais, ambos os países são democracias multiétnicas e multiculturais. Para além disso, possuem economias dinâmicas e diversificadas, bem como considerável afinidade de valores e interesses.

Dessa forma, a relação Brasil-EUA abrange praticamente todos os itens das agendas bilateral, regional e internacional. Temas como educação, comércio, ciência, tecnologia e inovação, investimento e infraestrutura, como também direitos humanos e meio ambiente ocupam espaço superlativo na cooperação bilateral. Não surpreende, pois, que os Estados Unidos sejam o principal destino de nossas exportações de produtos manufaturados e

SF/23338.85857-01

semimanufaturados. Eles são, ainda, tradicionais investidores em nossa economia. Observa-se, de forma análoga, crescente participação de empresas brasileiras nos EUA objetivando ganho de escala, absorção de tecnologia e plataforma para alcançar outros mercados.

O ambiente até aqui descrito só é possível graças à permanente interlocução entre os respectivos governos, que é impulsionada por meio de mais de trinta mecanismos de cooperação. Essa situação adquiriu novo alento com as eleições de Joe Biden nos EUA e de Lula no Brasil. A circunstância de ambos os chefes de Estado compartilharem semelhante escala de valores contribui com a possibilidade de se revigorar ainda mais o diálogo bilateral, bem como estabelecer novas iniciativas no eixo Brasília-Washington.

Em relação à comunidade de brasileiros residentes nos Estados Unidos, ela é estimada em um milhão e novecentos mil indivíduos. Acredita-se, no entanto, que esse número esteja subestimado em razão da extensão do país, da circularidade migratória e do espraiamento dos brasileiros pelo território norte-americano. De toda forma, esse contingente é atendido por rede consular composta por 10 consulados-gerais, que estão localizados nas seguintes cidades: Atlanta, Boston, Chicago, Hartford, Houston, Los Angeles, Miami, Nova York, São Francisco e Washington, bem como o vice-consulado na cidade de Orlando, instituído em 2022. Essa rede atua em coordenação com a Embaixada do Brasil em Washington, que trata, sempre que necessário, da defesa dos direitos dos migrantes brasileiros com as agências pertinentes do governo local.

Do ponto de vista comercial, os Estados Unidos seguem sendo, em termos absolutos, nosso segundo parceiro comercial. Embora superados pela China como o maior importador de produtos brasileiros, os EUA importam do Brasil majoritariamente produtos manufaturados e semimanufaturados, ao contrário do que ocorre com o parceiro asiático. Dessa forma, o valor agregado das nossas exportações para o vizinho continental é mais elevado. Inobstante esse contexto, a balança comercial segue fortemente deficitária para o Brasil.

Em 2022, a corrente de comércio entre os dois países registrou o valor inédito de US$ 88,76 bilhões. Apesar do incremento nas trocas, elas seguem, como observado, deficitárias em relação ao Brasil. Da cifra referida, exportamos o equivalente a US$ 37,4 bilhões. No ponto, merece destaque a circunstância de o superávit estadunidense com o Brasil ser o quarto maior em seu comércio exterior.

SF/23338.85857-01

Registramos, ainda, que os EUA são o país com maior estoque de investimentos em nosso país, que é estimado pelo Banco Central do Brasil em US$ 123 bilhões. Em sentido contrário, nosso estoque de investimentos nos EUA é da ordem de US$ 45,2 bilhões. Esse montante, segundo especialistas, mantém aproximadamente 100.000 empregos diretos nos EUA.

Lembramos ainda que a candidata apresentou planejamento estratégico contendo rol de metas e indicadores para sua gestão. Desse conjunto de dados, destacamos o uso da celebração, em 2024, do bicentenário das relações diplomáticas com os Estados Unidos como marco mobilizador de ações no tocante aos objetivos estratégicos do posto [p. ex., consolidar o relacionamento bilateral; ampliar a inserção econômica do Brasil no mercado estadunidense; incrementar a cooperação em áreas de interesse comum (meio ambiente, fortalecimento da democracia, direitos humanos, saúde, energia e defesa); promover a imagem e a cultura do Brasil em articulação com a imprensa, formadores de opinião e "think tanks"; apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira nos EUA].

Por fim, destacamos que a indicação de Maria Luiza Ribeiro Viotti para o cargo de Embaixadora do Brasil em Washington representa um marco histórico para o Itamaraty. Trata-se da primeira vez, na história da diplomacia pátria, que uma mulher chefiará este cargo, fortalecendo os esforços para maior representatividade de gênero nos postos mais relevantes do serviço exterior brasileiro. Nesse sentido, saudamos esta indicação e esperamos que ela abra caminho para o incremento na participação feminina entre as embaixadas brasileiras mais estratégicas para o interesse nacional.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL

4

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *RICARDO NEIVA TAVARES*
CPF.: 221.191.241-91
ID.: 7729 MRE

1957	Filho de Tullio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares, nasce em 16 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1978	Faculdade de Direito, Universidade de Brasília/UnB
1979	Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1984	École Nationale d´Administration/ENA (Promotion Léonard de Vinci), Paris, França
1985	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
1997	Curso de Altos Estudos – IRBr. “As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o ECOSOC à busca de novas áreas de atuação”.
Cargos:	
1980	Terceiro-secretário
1982	Segundo-secretário, por merecimento
1987	Primeiro-secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
2001	Ministro de segunda classe, por merecimento
2005	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1980-86	Divisão da Europa I, assistente
1986-89	Embaixada em Paris, segundo e primeiro-secretário
1989-93	Embaixada em Tóquio, primeiro-secretário
1993	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, assessor
1993-95	Secretaria-Geral, assessor
1995-98	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, conselheiro
1998-01	Embaixada em Camberra, conselheiro
2001	Departamento Econômico, assessor
2001-03	Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, coordenador-geral
2003-06	Assessoria de Imprensa do Gabinete, chefe
2006-08	Gabinete do Ministro de Estado, assessor especial
2008-13	Missão do Brasil junto à União Europeia, Bruxelas, embaixador
2013-16	Embaixada em Roma, cumulativa com a República de San Marino e de Malta, embaixador
2016-18	Embaixada em Viena, embaixador e representante permanente junto a Organismos Internacionais
2019-20	Secretaria de Gestão Administrativa
2020-22	Supremo Tribunal Federal, assessor-chefe de assuntos internacionais
Publicações:	
1999	As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas, Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de Estudos Estratégicos, Brasília
2010	Europa: evolução e perspectivas da integração regional europeia e sua relevância para o Brasil, Textos Acadêmicos, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília
2014	Educação básica e ensino médio na Itália (em coautoria com Marco Antonio Nakata), Mundo Afora - Educação Básica e Ensino Médio, # 11, Núcleo de Divulgação da Divisão de Operações de Difusão Cultural/Departamento Cultural, Brasília
2015	A situação atual dos direitos das pessoas LGBT na Itália (em coautoria com Caio Flávio de Noronha e Raimundo e Daniel Machado da Fonseca), Mundo Afora - Políticas de combate à violência e à discriminação contra pessoas LGBT, # 12, Núcleo de Divulgação da Divisão de Operações de Difusão

	Cultural/Departamento Cultural, Brasília
2016	A ênfase à educação profissional e tecnológica e a reforma escolar do Primeiro-Ministro Matteo Renzi (em coautoria com Luiz Felipe Czarnobai e Tiziana Seta Masello), Mundo Afora - Educação Profissional e Tecnológica, # 14, Núcleo de Divulgação da Divisão de Operações de Difusão Cultural/Departamento Cultural, Brasília
2016	Palazzo Pamphilj - Ambasciata del Brasile a Roma (organização e prefácio), Umberto Allemandi, Turim
Condecorações:	
	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
	Ordem do Mérito Judiciário Militar, Brasil, Alta Distinção
	Medalha do Pacificador, Brasil
	Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro de Grã-Cruz
	Grande Insígnia de Honra em Ouro, com Estrela, por Serviços à República, Áustria
	Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Grande Oficial
	Ordem Real do Mérito, Noruega, Comendador
	Ordem Real Al Alaoui, Marrocos, Comendador
	Ordem da Legião de Honra, França, Oficial
	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 6, DE 2023

(nº 91/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 91

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RICARDO NEIVA TAVARES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

EM nº 00033/2023 MRE

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RICARDO NEIVA TAVARES**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, junto ao Principado de Mônaco, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RICARDO NEIVA TAVARES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 100/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055660) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058833** e o código CRC **7F87CC5E** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002646/2023-16 SUPER nº 4058833

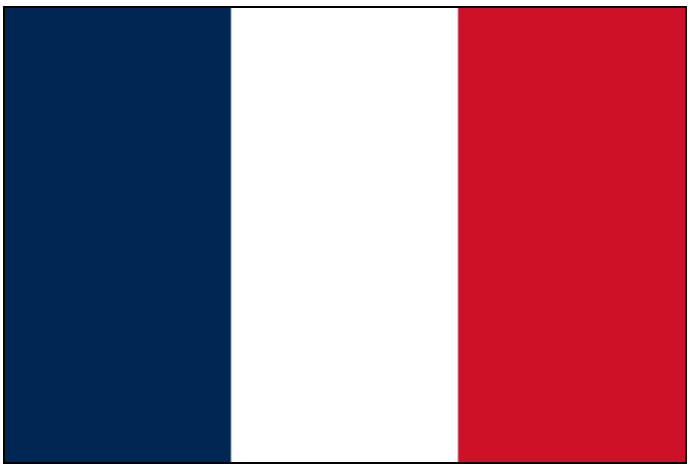
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 305

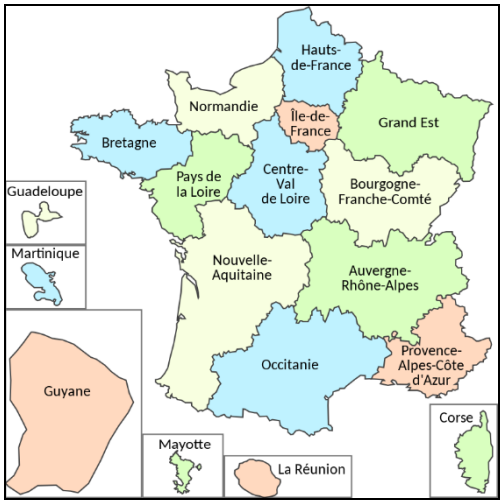
Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Europa e América do Norte
Departamento de Europa
Divisão de Europa Setentrional

FRANÇA







FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Francesa
GENTÍLICO	Francês
CAPITAL	Paris
ÁREA	551.500 km², excluindo-se as regiões ultramarinas (89.179 km²)
POPULAÇÃO (2021) [1]	65,1 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (61%), sem afiliação (25%), islâmica (7%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com a Assembleia Nacional (*l'Assemblée nationale*, 577 membros) e o Senado (*le Sénat*, 348 membros)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Emmanuel Macron (desde maio de 2017, LREM)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Élisabeth Borne (desde maio de 2022, TDP)
CHANCELER	Catherine Colonna (desde maio de 2022, sem partido)
PIB (2021) [1]	US$ 2,9 trilhões
PIB PPC (2021) [1]	US$ 3,4 trilhões
PIB PER CAPITA (2021) [1]	US$ 44.850
PIB PPC PER CAPITA (2021) [1]	US$ 51.360
VARIAÇÃO DO PIB [1]	2,9% (2022E); 7% (2021); -8% (2020)
IDH (2019) [3]	0,901 – 26º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2018) [4]	0,32
EXPECTATIVA DE VIDA (2020) [4]	82
DESEMPREGO (11/2022) [5]	7%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 172,5 mil pessoas, sendo 90 mil na França metropolitana e 82,5 mil na Guiana Francesa.

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo da França; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty*

CORRENTE COMERCIAL – US$ bilhões						
Brasil → França	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Intercâmbio	6,9	7,8	7,5	6,1	7,3	8,4
Exportações	2,2	2,6	2,6	2,0	2,5	3,5
Importações	4,7	5,2	4,9	4,1	4,8	4,9
Saldo	-2,5	-2,6	-2,3	-2,2	-2,3	-1,4

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Emmanuel Macron
Presidente da República Francesa



Emmanuel Macron, 45 anos, nasceu em Amiens. Estudou Filosofia na Universidade Paris Nanterre, cursou mestrado em Relações Públicas na Sciences Po e graduou-se, em 2004, na *École nationale d'administration* (ENA). Ex-Ministro da Economia, Indústria e Assuntos Digitais (2014-2016) do governo François Hollande, Macron deixou o cargo para fundar seu próprio partido – *En Marche!*, atualmente *La République En Marche!* – e lançar sua candidatura às eleições presidenciais. Com a vitória em 2017, tornou-se o mais jovem Presidente da França, com 39 anos. Em abril, tornou-se o primeiro chefe de Estado francês reeleito nos últimos vinte anos, com novo mandato até 2027.

Twitter: @EmmanuelMacron

Élisabeth Borne

Primeira-Ministra da França



Élisabeth Borne, 61 anos, nasceu em Paris. É formada em Engenharia Civil pela *École polytechnique* e mestre em Administração de Empresas pelo *Collège des ingénieurs*. Borne fez carreira na burocracia francesa, incluindo os cargos de Prefeita da região de Poitou-Charentes e do departamento de Vienne (2013-2014); Chefe de Gabinete da Ministra da Ecologia (2014-2015); e Presidente da *Régie autonome des transports parisiens* (2015-2017). No governo Macron, foi Ministra encarregada dos Transportes (2017-2019); Ministra da Transição Ecológica e Solidária (2019-2020); e Ministra do Trabalho, do Emprego e da Inserção (2020-2022). Em maio de 2022, foi indicada para o cargo de Primeira-Ministra.

Twitter: @Elisabeth_Borne

Catherine Colonna

Ministra da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França



Catherine Colonna, 66 anos, nasceu em Tours. Possui Mestrado em Direito pela Universidade de Tours. Começou a carreira diplomática em 1983, logo após concluir os estudos na Escola Nacional de Administração, sendo a embaixada de Washington seu primeiro posto. Durante sua carreira, foi porta-voz do Presidente Jacques Chirac (1995-2004); Representante Permanente na UNESCO (2008-2010) e na OCDE em (2017-2019); e Embaixadora na Itália (2014-2017) e no Reino Unido (2019-2022). Em maio de 2022, foi indicada Ministra de Negócios Estrangeiros da França, sendo a segunda mulher na história a ocupar o cargo.

Twitter: @MinColonna

APRESENTAÇÃO

A França é um país localizado na Europa Ocidental, com várias ilhas e territórios ultramarinos localizados em outros continentes. A França metropolitana estende-se do Mediterrâneo ao canal da Mancha e ao mar do Norte; e do rio Reno ao Oceano Atlântico, partilhando fronteiras com a Bélgica e Luxemburgo a norte; Alemanha a nordeste; Suíça e Itália a leste; Espanha ao sul e com as micronações de Mônaco e Andorra. Os territórios ultramarinos franceses incluem a Guiana Francesa, na América do Sul, e diversas ilhas nos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico.

A França é o maior país da União Europeia em área e o terceiro maior da Europa, atrás apenas da Rússia e da Ucrânia. Se incluídos os territórios ultramarinos, o território do país torna-se maior que o ucraniano, reunindo uma área de 640.687 km^2 dividida em 18 regiões (cinco das quais situadas em territórios de ultramar).

A capital da França é Paris, a maior e mais importante aglomeração urbana do país. Outros centros urbanos relevantes são Marseille, Lyon, Lille, Nice, Toulouse e Bordeaux.

Por cerca de meio milênio, a França tem sido uma grande potência, com forte influência econômica, cultural, militar e política no âmbito europeu e global. No século XIX, o país chegou a ser o segundo maior império da história, quando tinha territórios na América do Norte, na África, no Sudeste Asiático e diversas ilhas no Pacífico, Índico e Atlântico sob seu domínio.

Destaca-se, em sua história, a Revolução Francesa, iniciada em 1789 e considerada o marco inicial da Idade Contemporânea. À época, a burguesia, junto ao povo, aboliu os privilégios da nobreza. Por meio da Declaração do Homem e do Cidadão, foram estabelecidos direitos fundamentais para os homens, como a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

A França participou dos dois conflitos mundiais do século XX: na Primeira Guerra Mundial, lutou ao lado da Tríplice Entente; na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados. Em ambos os conflitos, foi invadida por forças alemãs. A rivalidade histórica entre os dois países só arrefeceu com o desenvolvimento da integração europeia, no período do pós-Guerra, de modo que, hoje, a Alemanha é a principal investidora estrangeira na França.

Atualmente, a França é uma república semipresidencialista, na qual há um Primeiro-Ministro como chefe de governo. Contudo, o Presidente ainda mantém muitos poderes, notadamente competência primordial em política externa. O legislativo é bicameral, formado pela Assembleia Nacional e pelo Senado.

Economicamente, a França é desenvolvida e industrializada, produzindo manufaturados de alta tecnologia. Destaca-se, nesse âmbito, a produção de carros e aviões. O setor de serviços, que corresponde à maior parte do PIB, também é muito desenvolvido. Ademais, a França é o maior destino mundial para o turismo.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador designado do Brasil em Paris	Embaixador Ricardo Neiva Tavares (agrément concedido em 21 de janeiro de 2023)
Encarregado de Negócios a.i. do Brasil em Paris	Ministro Pedro Marcos de Castro Saldanha
Cônsul-Geral do Brasil em Paris	Embaixador Fabio Mendes Marzano
Cônsul-Geral do Brasil em Marselha	Embaixador Carlos Alfonso Iglesias Puente
Cônsul-Geral do Brasil em Caiena	Embaixador Demétrio Bueno Carvalho
Encarregado dos Arquivos do Brasil em Saint-Georges de l´Oyapock	Jucilton Salazar Pereira
Embaixadora da França em Brasília	Embaixadora Brigitte Collet (desde maio de 2020)
Cônsul-Geral da França no Rio de Janeiro	Gérard Maréchal
Cônsul-Geral da França em São Paulo	Yves Teyssier d'Orfeuil
Cônsul-Geral da França em Recife	Hugues Fantou

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	**Número de edições**	**Último encontro**
Mecanismo de Consultas Políticas	N/A	Julho de 2020, por videoconferência
Comissão Mista Transfronteiriça	11	Julho de 2019, em Macapá/AP
Conselho do Rio Oiapoque	4	Junho de 2019, em Oiapoque/AP
Diálogo Estratégico Político-Militar	8	Fevereiro de 2022, em Paris
Foro Econômico	7	Outubro de 2021, por videoconferência
Mecanismo sobre Questões Migratórias	7	Julho de 2019, em Paris
Comitê de Cooperação Conjunto Brasil-França para Submarinos (CCCBF)	2	Maio de 2022, em Paris

As relações franco-brasileiras assentam-se em firmes laços históricos. A França foi o primeiro país europeu a reconhecer a independência brasileira, em 1825, estabelecendo importantes vínculos políticos e econômicos com o Brasil. Essencial,

também, é a vinculação da França com a cultura do Brasil, haja vista sua influência sobre o neoclassicismo e o modernismo brasileiros.

Brasil e França firmaram os termos da Parceria Estratégica Brasil-França, em 2006, com ampla agenda de intercâmbio e cooperação. O Plano de Ação da Parceria Estratégica franco-brasileiro, de 2008, apresenta os seguintes eixos estruturantes: diálogo político e governança internacional; relações econômicas e comerciais; cooperação nas áreas de defesa, espaço, energia nuclear, desenvolvimento sustentável; domínios da educação, línguas, ciência e tecnologia; temas migratórios e transfronteiriços; e atuação conjunta em terceiros países.

A Parceria Estratégica com a França vai além dos setores propriamente estratégicos e de defesa; mas teve, nessas áreas, a expressão da determinação dos dois países de construir associação de natureza especial. O interesse recíproco deve-se a uma série de fatores, entre os quais se destacam: i) fronteira compartilhada (Guiana Francesa – Amapá – a maior fronteira terrestre da França); ii) desenvolvimento conjunto de projetos em áreas sensíveis e de alta tecnologia; iii) presença de empresas e investimentos franceses na economia brasileira; iv) expressiva comunidade brasileira na França; v) forte intercâmbio educacional; e vi) influência cultural.

A França, ademais, apoia a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o pleito brasileiro por um assento permanente no órgão. O país é um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e ocupa a sétima posição entre as maiores economias do mundo. Trata-se de importante parceiro do Brasil em questões de paz e segurança, desarmamento e não-proliferação.

A implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica é assegurada pelos seguintes mecanismos bilaterais: Mecanismo de Consultas Políticas; Diálogo Político-Militar; Foro Econômico; Comissão Mista Transfronteiriça; Mecanismo Bilateral sobre Questões Migratórias; e Comitê de Cooperação Conjunto (CCCBF) do PROSUB. Há ainda mecanismos informais, como o Diálogo Informal entre Secretários-Gerais de Relações Exteriores e o Diálogo entre Diretores de Nações Unidas.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O intercâmbio comercial entre Brasil e França é diversificado. Em 2021, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 7,3 bilhões, um aumento de 19% em relação ao ano de 2020. As exportações brasileiras para a França foram de US$ 2,5 bilhões (+26%), o que representou 0,9% do total das exportações brasileiras, ao passo que as importações oriundas da França, de US$ 4,8 bilhões (+16%), representaram 2,2% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se, conforme tem ocorrido há mais de uma década, desfavorável ao Brasil, alcançando US$ 2,3 bilhões, de modo que a França figurou em 25º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e em 10º lugar no ranking das importações.

Em 2022, por sua vez, a corrente comercial atingiu US$ 8,4 bilhões (+15,8% em comparação ao ano anterior). As exportações foram de US$ 3,5 bilhões (+40,3%, 24º no ranking), representando 1,05% das exportações brasileiras, enquanto as importações montaram US$ 4,9 bilhões (+3,1%, 13º no ranking), constituindo 1,8% das importações brasileiras. Desse modo, apesar do saldo do comércio bilateral ter-se mantido

desfavorável ao Brasil em 2022, registrou-se um déficit de US$ 1,4 bilhão, 37% menor do que em 2021

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram, em 2022: farelos de soja (21%); óleos brutos de petróleo (16%); minério de ferro e seus concentrados (9,2 %); e celulose (7,5%). A pauta importadora foi composta no mesmo período principalmente por uma gama de produtos manufaturados, em particular motores e máquinas não elétricos (15%); compostos organo-inorgânicos (8,9%); e medicamentos e produtos farmacêuticos (5,2%).

O Brasil é hoje o segundo principal destino dos investimentos franceses entre os chamados países emergentes, tendo sido ultrapassado apenas recentemente pela China. Tais dados colocam a França como o 3º maior investidor no Brasil pelo critério de controlador final, com cerca de US$ 38 bilhões investidos, e 5º maior pelo critério de investidor imediato, com investimentos de cerca de US$ 32 bilhões, segundo os dados do Banco Central para 2021.

Há 890 empresas com ao menos 10% de capital acionário francês no Brasil. Destacam-se: ACCOR (hotéis), AXA (seguradora), BNP Paribas (banco), Carrefour (varejo), EDF (distribuidora de energia), Sanofi (farmacêutica), TOTAL (petróleo e gás, com participação no pré-sal), entre outras. No que se refere aos setores de defesa e alta tecnologia, praticamente todos os principais grupos franceses encontram-se implantados no Brasil ou em vias de ampliar investimentos locais e associações com parceiros nacionais. É o caso da DCNS (defesa naval), Thales (eletrônica de defesa e espaço), Safran (motores e equipamentos de defesa aeroespaciais), Dassault (aviões de caça), MBDA (mísseis), Nexter (artilharia e comunicações) e o conglomerado de empresas da EADS: Astrium (espaço), Cassidian (sistemas eletrônicos e VANTs), Eurocopter (helicópteros) e Airbus Military (aviões de transporte militar).

Em relação aos investimentos brasileiros na França, merecem destaque a presença da Magnesita, Alpargatas, Banco do Brasil, Itaú, Brasil Foods, Granado, Natura, Stefanini e WEG. Em 2021, segundo o Banco Central, havia cerca de US$ 1,1 bilhão de estoque de investimentos diretos brasileiros na França.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Autoridades francesas têm manifestado repetidas vezes que o país se opõe à conclusão do Acordo em seu estado atual, com base na percepção de que o instrumento não permitiria afastar o risco de desmatamento na América do Sul. A referida posição reflete preocupações ambientais da sociedade civil francesa, mas também pressões dos lobbies agrícolas protecionistas.

ACESSÃO DO BRASIL À OCDE

A posição oficial do governo francês é de apoio ao pleito brasileiro e dos demais candidatos sul-americanos.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Os resultados mais emblemáticos da parceria estratégica entre Brasil e França são projetos de alta tecnologia, grande complexidade e de longo prazo. Nessa área, o

diferencial francês está na disposição de incluir a transferência de tecnologia. O objetivo amplo dessas parcerias é conjugar as economias, mercados e acervos tecnológicos dos dois países em áreas estruturantes, dividindo custos e com foco no mercado mundial. Dois desses projetos estão concluídos: o Supercomputador Santos Dumont, o "Latin America Quantum Computer Center" (LAQCC) e o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC).

O computador mais potente da América Latina, adquirido da empresa francesa Atos/Bull como primeira etapa de possível cooperação na área de supercomputação, funciona hoje em Petrópolis. A mesma empresa lançou, em 2021, em Salvador, o "Latin America Quantum Computer Center", centro de excelência em computação quântica. O SGDC, por sua vez, foi lançado em maio de 2017, a partir da base de Kourou (Guiana Francesa). O satélite, construído pela empresa Thales Alenia Space, com a presença de técnicos brasileiros e transferência de tecnologia, permitiu a conexão de todo o território nacional com internet de banda larga e o oferecimento de canal seguro para comunicações militares, sob o controle das autoridades brasileiras.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), orçado em € 6,7 bilhões, é o maior projeto de cooperação internacional na área de defesa desenvolvido pelo Brasil. O objetivo da iniciativa é dotar o Brasil da capacidade de projetar e de construir, de forma autônoma, submarinos de propulsão nuclear. Como etapas para essa meta, o programa prevê a concepção e construção de quatro submarinos de propulsão convencional (diesel-elétrica), um submarino de propulsão nuclear, além de estaleiro e base naval.

O Riachuelo, primeiro submarino convencional da série, foi entregue ao setor operativo da Marinha em setembro de 2022. O Humaitá foi lançado ao mar em dezembro de 2020, está em período de testes e deverá iniciar sua operação em abril de 2023. Os outros dois submarinos de propulsão convencional – Tonelero e Angostura – encontram-se em diferentes estágios de construção, com previsão de entrada em operação em 2024 e 2025. Sobre o submarino de propulsão nuclear, espera-se iniciar a construção do casco no final de 2024, com previsão de entrada em operação na década de 2030.

O Programa de Desenvolvimento e Nacionalização de Helicópteros (H-XBR) prevê a aquisição, para emprego pelas três Forças Armadas e pela presidência da República, de 50 helicópteros H-225M. O custo total está estimado em € 1,8 bilhão. A Helibras, filial brasileira da Airbus Helicopters, é o braço operativo do Programa de Desenvolvimento e Nacionalização de Helicópteros (H-XBR), liderado pelo Ministério da Defesa. O programa prevê que a produção, a industrialização e o desenvolvimento das aeronaves, inicialmente realizados na França, sejam gradualmente transferidos para o Brasil, buscando a efetiva transferência de tecnologia e ampliação da capacidade brasileira no campo aeronáutico.

Em setembro de 2022 foi assinado contrato para a aquisição de 27 helicópteros do modelo Airbus/Helibras H-125 para atender à necessidade da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil de aeronave para a formação de pilotos. Do ponto de vista da

base industrial de defesa, a compra é marco importante para a consolidação da Airbus/Helibras e da produção bélica nacional.

A cooperação franco-brasileira em defesa e domínios estratégicos comporta, também, vertente de reflexão político-estratégica conjunta. Para tanto, foi iniciado, em 2009, exercício periódico de Diálogo Estratégico bilateral, no formato 2+2 (chancelarias e Ministérios da Defesa), com o objetivo de propiciar intercâmbio franco, a partir de viés diplomático-militar, sobre questões globais e regionais de interesse para os dois países.

A França tem-se mostrado parceiro confiável no que tange à transferência de tecnologia sensível. Os franceses avaliam que o Brasil não é só um grande cliente de equipamentos, mas também um parceiro para dividir o custo das inovações tecnológicas, o que proporciona ganhos de escala que permitem aos dois países competir, conjuntamente, no mercado internacional. A cooperação com a França serve, igualmente, de estímulo para outros setores da indústria de defesa, com potencial de atrair investimentos franceses para o Brasil e de gerar efeito irradiador para outros setores de alta tecnologia da economia brasileira.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E ACADÊMICA

A cooperação entre Brasil e França foi intensificada no último decênio. Há, atualmente, cerca de 750 acordos e convênios bilaterais sobre o tema firmados diretamente entre universidades brasileiras e francesas, ante um número de 300 acordos dessa natureza em 2009. Tradicionalmente o segundo país em número de estudantes brasileiros e o segundo principal parceiro do Brasil em produção científica, a França tornou-se também um dos países de destino do maior número de bolsistas brasileiros.

No âmbito da promoção da língua portuguesa, destaca-se os vínculos com o Collège e o Lycée de l`Est Parisien (localizados na cidade de Noisy-le-Grand, entorno de Paris). Estes são os únicos estabelecimentos públicos e gratuitos de ensino fundamental II e médio, respectivamente, que possuem, na França territorial, Seção Internacional Brasileira, em que alunos estudam o português em sua variante brasileira em regime de imersão. Em 2022, o Lycée de l`Est Parisien tomou a decisão de abrir turma adicional na Seção Brasileira no ensino médio.

COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

A linha que separa o estado do Amapá da Guiana Francesa (730km) constitui a maior fronteira terrestre da França, o que torna as questões transfronteiriças um ponto de destaque no relacionamento bilateral.

A cooperação fronteiriça entre Brasil e França tem como principais vertentes o fortalecimento da ligação terrestre entre os dois países e o aprofundamento das instâncias de cooperação sobre desenvolvimento regional e combate conjunto a ilícitos transfronteiriços. Concluída em 2011, a ponte sobre o rio Oiapoque foi inaugurada em março de 2017. Além das obras físicas, a abertura da ponte demandou a negociação de acordos para facilitar o fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, em particular entre as comunidades ribeirinhas.

O principal mecanismo de coordenação na matéria é a Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França (CMT), criada pelo Acordo-Quadro de Cooperação, de 1996. A CMT é copresidida, do lado brasileiro, pelo Itamaraty (diretor do Departamento de Europa) e pelo governo do Estado do Amapá, e conta com subgrupos de trabalho em áreas de interesse, tais como saúde, defesa civil, meio ambiente, cooperação policial e formação técnica. A última edição da CMT teve lugar em 3 e 4 de julho de 2019, na cidade de Macapá.

O comércio do Brasil com a Guiana Francesa ainda é incipiente, mas avançou em 2022 (+5,6%). A corrente comercial foi de US$ 7,5 milhões em 2022, com o Brasil exportando US$ 7,5 milhões e importando valores irrisórios.

CONTATOS BILATERAIS

Reuniões de consultas políticas entre o Itamaraty e o Quai d'Orsay são tradicionais; porém, apenas em 2006 se firmou documento estabelecendo reuniões periódicas. A última reunião no âmbito do mecanismo ocorreu em 2020, via videoconferência, em nível de Secretários. Anteriormente, ocorrera uma reunião em 2017, em Paris, em nível de Secretários-Gerais.

O Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, reuniu-se com seu então homólogo francês, Ministro Jean-Yves Le Drian, à margem de Reunião de Chanceleres do G20 em Roma em novembro de 2021, ocasião em que passaram em revista os grandes temas da agenda bilateral.

A última visita de uma autoridade francesa ao Brasil ocorreu quando da posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2023. Na ocasião, a França enviou o Ministro do Comércio Exterior Olivier Becht para as cerimônias.

COOPERAÇÃO CULTURAL

Brasil e França possuem um longo histórico de cooperação cultural que se reflete em iniciativas concretas na atualidade. Exemplo de cooperação nesse sentido é a Maison du Brésil em Paris. O complexo, localizado na Cité Universitaire, recebe estudantes de várias nacionalidades e funciona como um polo de difusão da cultura brasileira na França. A iniciativa é mantida por diversas instituições parceiras, incluindo a Embaixada do Brasil em Paris, o CNPq, o CAPES, entre outras instituições brasileiras e francesas.

Igualmente importante é como espaço de cooperação cultural é a Casa França-Brasil, localizada no Rio de Janeiro. Projetada em 1819 pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny, a construção é um símbolo da influência francesa sobre o neoclassicismo brasileiro. Hoje, a Casa França-Brasil é um importante polo difusor da arte contemporânea. Além de exposições, são realizados cursos, seminários e palestras no local.

ASSUNTOS CONSULARES

O Itamaraty mantém Consulado-Geral em Paris, Consulado-Geral em Marselha, Consulado-Geral em Caiena, na Guiana Francesa, e Consulado em Saint-Georges de l´Oyapock, também na Guiana Francesa. Ademais, há Consulados Honorários em

Angers, Bastia, Clermont-Ferrand, Bordeaux, Dijon, Estrasburgo, Havre, Lille, Lyon, Nantes, Nice, Toulouse, Fort-de-France (Guiana Francesa) e Pointe-à-Pitre (Guiana Francesa).

Estimativas do Itamaraty apontam que cerca de 90.000 brasileiros vivem na França metropolitana - e mais 82.500 no território da Guiana Francesa, somando cerca de 172.500 no total.

A França possui, além da Embaixada em Brasília, Consulados-Gerais no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Recife. Além disso, há Consulados Honorários em Belém, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Macapá, Salvador, Campinas e São José dos Campos.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A França é uma república semipresidencialista. O Presidente, eleito para um mandato de 5 anos com possibilidade de uma reeleição, é o chefe de Estado, além de ser Comandante-em-chefe das Forças Armadas, Copríncipe de Andorra, Grão-mestre da Ordem da Legião de Honra e Proto-Cônego da Basílica de São João de Latrão. As funções do Presidente mudaram, significativamente, ao longo do tempo, mas se considera que o poder presidencial nunca foi tão importante como o é desde o advento da 5ª República. Cabe ao Presidente, entre outros poderes, nomear o Primeiro-Ministro e, por meio deste, os membros do Conselho de Ministros, bem como promulgar leis e nomear os altos funcionários civis e militares do Estado.

O poder legislativo é formado por duas casas: o Senado e a Assembleia Nacional. Esta, por sua vez, é formada por 577 deputados eleitos em sistema distrital de dois turnos para mandatos de cinco anos, podendo ser dissolvida pelo Presidente. No Senado, reúnem-se 348 senadores, os quais são eleitos por voto indireto para mandatos de seis anos e representam os territórios nos mais diversos níveis (municipal, regional, departamental e nacional). Em caso de discordância entre as duas casas legislativas a respeito de um projeto de lei, cabe ao Primeiro-Ministro a decisão final. O mesmo dispositivo não se aplica em caso de emenda à Constituição.

A justiça francesa, por sua vez, divide-se em justiça administrativa, responsável pelos litígios envolvendo pessoas (físicas ou jurídicas) e a administração pública, e a justiça judiciária, responsável pelos conflitos entre pessoas (físicas ou jurídicas) e pelas infrações penais. A suprema corte francesa é chamada de Conselho Constitucional, mas possui funções restritas em relação a outros países.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO

As casas legislativas francesas organizam-se por grupos parlamentares formados, muitas vezes, por mais de um partido.

Assembleia Nacional:

- Governo (250 cadeiras – 43%):
  - *Groupe Renaissance* (REN, centro), constituído em torno do partido *La République em marche* (LREM) – 172 cadeiras;
  - *Groupe démocrate, MoDem et indépendants* (DEM, centro-direita), constituído em torno do partido *Mouvement démocrate* (MoDem) – 48 cadeiras;
  - *Groupe Horizons et apparentés* (HOR, centro-direita), constituído em torno do partido *Horizons* – 30 cadeiras.
- Oposição (318 cadeiras – 55%):
  - *Groupe Rassemblement national* (LM, direita nacionalista), constituído em torno do *Rassemblement national* (RN) – 89 cadeiras;

- *Groupe La France insoumise, Nouvelle Union populaire écologique et sociale* (LFI-NUPES, esquerda), constituído em torno do partido *La France insoumise* (LFI) – 75 cadeiras;
- *Groupe Les Républicains* (LR, centro-direita), constituído em torno do partido *Les Républicains* (LR) – 62 cadeiras;
- *Groupe socialistes et apparentés - Nouvelle Union populaire écologique et sociale* (SOC-NUPES, centro-esquerda), constituído em torno do *Parti socialiste* (PS) – 31 cadeiras;
- *Groupe écologiste et apparentés, Nouvelle Union populaire écologique et sociale* (ÉCO-NUPES, centro-esquerda), constituído em torno do *Europe Écologia Les Verts* (EELV) – 23 cadeiras;
- *Groupe de la gauche démocrate et républicaine, Nouvelle Union populaire écologique et sociale* (GDR-NUPES, esquerda), constituído em torno do *Parti Communiste Français* (PCF) – 22 cadeiras;
- *Groupe Libertés, indépendants, outre-mer et territoires* (LIOT, centro) – 16 cadeiras.

- Deputados não inscritos – 9 cadeiras.

Senado (sem distinção clara de grupos governistas e oposicionistas):

- *Groupe Les Républicains* (REP, centro-direita) – 145 cadeiras;
- *Groupe socialiste, écologiste et républicain* (SER, centro-esquerda) – 64 cadeiras;
- *Groupe Union Centriste* (UC, centro-direita) – 57 cadeiras;
- *Groupe Rassemblement des démocrates, progressistes et indépendants* (RDPI, centro) – 24 cadeiras;
- *Groupe communiste, républicain, citoyen et écologiste* (CRCE, esquerda) – 15 cadeiras;
- *Groupe du Rassemblement démocratique et social européen* (RDSE, centro-esquerda) – 14 cadeiras;
- *Les Indépendants – République et territoires* (LIRT, centro-direita) – 14 cadeiras;
- *Groupe écologiste – Solidarité et territoires* (EST, esquerda) – 12 cadeiras ;
- Senadores sem grupo – 3 cadeiras.

CONTEXTO RECENTE

O Presidente Emmanuel Macron iniciou seu primeiro mandato em 14 de maio de 2017, após derrotar a candidata Marine Le Pen nas eleições presidenciais daquele ano. Sua eleição marcou a ascensão, pela primeira vez na 5ª República, de líder não vinculado às tradicionais forças partidárias: o Partido Socialista e o *Les Républicains*.

Em maio de 2022, após vencer, novamente, Le Pen nas eleições, Macron iniciou seu segundo mandato presidencial. Com o resultado, tornou-se o primeiro Presidente francês reeleito desde Jacques Chirac, em 2002. Pouco após as eleições presidenciais, em 16 de maio de 2022, o Primeiro-Ministro Jean Castex renunciou ao cargo. Em seu lugar, nomeou-se Élisabeth Borne, a primeira mulher a exercer o cargo desde Édith Cresson.

Em junho de 2022, ocorreram as eleições legislativas francesas. Verificou-se expressiva renovação do parlamento: dos 577 eleitos, 302 não eram deputados na última legislatura. A aliança “Ensemble”, liderada pelo partido do Presidente Macron, perdeu a maioria absoluta dos assentos da Assembleia Nacional.

A última vez em que a base governista deixara de obter maioria absoluta nas eleições legislativas fora em 1988, quando o Partido Socialista do Presidente-reeleito Mitterrand logrou obter 275 cadeiras, consideravelmente acima do obtido pela base de Macron. À época, coube aos primeiros-ministros a negociação com outros partidos para obter os votos necessários para aprovação dos projetos do governo.

Comandado por Jean-Luc Mélenchon, líder do partido La France Insoumise (LFI), a Nova União Popular Ecológica e Social (Nupes), formada por partidos de esquerda, se consolidou como principal força de oposição.

Houve expressivo crescimento dos votos nos candidatos do Rassemblement National (RN), legenda de Marine Le Pen. A agremiação ultrapassou o limite de quinze deputados necessário para formação de grupo parlamentar, o que lhe dará maior peso no processo legislativo.

A corrente gaullista, que reúne os partidos LR e UDI, elegeu 62 – abaixo dos 100 anteriores, mas acima das previsões iniciais. Nesse novo quadro parlamentar, a base governista tem buscado nas fileiras gaullistas os votos necessários para aprovar seus projetos.

POLÍTICA EXTERNA

No que se refere à política externa francesa, há antes continuidade que mudanças na gestão de Macron. Uma das prioridades da atuação externa da França é a integração europeia. Além desta, há também: combate ao terrorismo; mudança do clima; diplomacia econômica; difusão da cultura francesa e defesa dos valores da França; e dimensão europeia refundada.

A França é a principal potência diplomática da União Europeia, sendo o único país do bloco com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e detendo a terceira maior rede diplomática mundial (depois das redes da China e dos Estados Unidos). Ademais, é o Estado-Membro da UE com maior contingente em suas forças armadas e o único a possuir armamento nuclear.

EUROPA

O posicionamento de Macron sobre a UE sempre foi claro: o presidente é enfático defensor do bloco e do aprofundamento da integração continental, além de entusiasta do seu papel de propagador de valores democráticos e dos direitos humanos.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, a França ocupou a presidência rotativa do Conselho Europeu (PFUE). A oportunidade foi considerada como momento ideal para a projeção da liderança francesa em geral, e de Macron em particular, em período no qual a União Europeia passava por importantes desafios na área econômica, securitária, migratória e sanitária. Os planos iniciais de Paris foram afetados pelo início do conflito na Ucrânia que, desde então, reordenou prioridades e já prenuncia a emergência de novo paradigma geopolítico europeu.

A PFUE foi eficiente em fazer aprovar medidas tidas como essenciais para o futuro do bloco e manteve a unidade de seus países membros na condenação da invasão russa da Ucrânia e na coordenação de ações e sanções a Moscou.

Nos últimos meses, Romênia, Estônia e Moldova figuraram constantemente na agenda diplomática francesa. Com Varsóvia, Budapeste e Praga as relações são ainda distantes. Contudo, em relação a Kiev, a França ainda resiste em enviar armamentos vitais à Ucrânia, como os blindados Leclerc, temendo que isso leve a uma escalada do conflito. Outros desafios de peso para a política externa francesa no espaço europeu persistem nos Bálcãs e no Cáucaso, como é o caso do diferendo entre Armênia e Azerbaijão com relação a Nagorno-Karabakh.

AMÉRICA LATINA

Com o México, Paris mantém consolidada parceria estratégica, no contexto da qual já foram firmados mais de cem acordos. Em dezembro de 2021, o então chanceler Jean-Yves Le Drian realizou sua sexta visita oficial à capital mexicana - o que considerou "sinal de relação muito forte". Com a Argentina, o ímpeto inicial do governo Fernández redundou em apoio francês à renegociação das dívidas daquele país junto ao Clube de Paris e ao FMI. Fernández foi recebido por Macron quatro vezes entre 2020 e 2022. No mais recente encontro, em 10 de novembro, Macron afirmou que os dois

países guardam “grande comunhão de perspectivas e valores” em temas como o conflito na Ucrânia, mudança do clima, transição energética e multilateralismo.

Com relação à Venezuela, a França reconheceu, em fevereiro de 2019, Juan Guaidó como presidente interino. Em janeiro de 2020, Macron e Le Drian receberam Guaidó em Paris. Mais recentemente, e desde que Guaidó deixou a presidência da Assembleia venezuelana, a posição francesa evoluiu, passando o governo a considerá-lo “interlocutor privilegiado”. Em nenhum momento, a França interrompeu suas relações com o governo de Nicolás Maduro. Sua embaixada em Caracas segue aberta e a representação do regime em Paris permanece como canal oficial de interlocução.

ESTADOS UNIDOS

Desde a eleição de Joe Biden à Casa Branca, vêm-se observando maior proximidade entre Estados Unidos e França.

Em outubro de 2021, à margem da Cúpula do G20 em Roma, Macron e Biden emitiram declaração na qual reafirmaram a “determinação de fortalecer a cooperação bilateral e transatlântica”. Em novembro, durante extensa agenda na França, a vice-presidente Kamala Harris se referiu ao “início de nova era” para descrever o futuro das relações com o Hexágono.

Os contatos entre Macron e Biden incluíram série de telefonemas em torno da questão ucraniana ao longo do primeiro semestre e encontros no âmbito das cúpulas do G7 e da OTAN, em junho. Mais recentemente, o anúncio da visita de Estado de Macron a Washington, agendada para dezembro próximo, selou os bons termos que voltaram a caracterizar as relações bilaterais. Trata-se da primeira visita dessa categoria a ser recebida pelo atual governo americano, o que foi lido em Paris como sinal da “força e da vitalidade” da parceria bilateral.

ÁFRICA

A atual política africana francesa busca colocar em prática iniciativas que fomentem aproximação duradoura entre as sociedades e gerem benefícios equilibrados para ambos os lados.

São exemplos desse ajuste, o fim da operação Barkhane e as sinalizações subsequentes de que a presença militar no continente deverá ser progressivamente revista e reduzida; o aumento de recursos a título de ajuda oficial ao desenvolvimento, com estímulo ao empreendedorismo, ao investimento privado e à promoção de indústrias digitais; a doação de 10 milhões de doses das vacinas AstraZeneca e Pfizer contra a covid-19, por meio da União Africana e do mecanismo COVAX/OMS e, por fim, no plano simbólico, o reconhecimento da “culpa” da França pelo genocídio em Ruanda e o estabelecimento de comissão de historiadores para examinar a atuação francesa na guerra de independência da Argélia.

ORIENTE MÉDIO

No Oriente Médio, a França mantém perfil tradicionalmente alto, principalmente no Levante.

No Líbano, a França busca atuar com vistas a ajudar na governabilidade do país, abalado por crises políticas, econômicas e securitárias. No Iraque, Macron foi o mentor da Conferência de Bagdá para Parceria e Cooperação, em 2021. Quanto ao conflito israelo-palestino, o governo busca equilibrar-se entre a postura histórica do país e a aproximação com Israel.

Em relação ao Irã, os contatos se mantêm: como membro do E3, Paris atua consistentemente pelo retorno de Teerã às negociações nucleares. Quanto à situação no Iêmen, a França defende a "construção de processo político de saída da crise, sob a égide das Nações Unidas". Digno de nota, no decorrer dos últimos anos, foi o aprofundamento das parcerias entre a França e os países árabes do Golfo.

INDO-PACÍFICO

A política da França para o Indo-Pacífico, por sua vez, tem como fundamento a autoproclamada condição de "nação indo-pacífica", em vista de suas possessões ultramarinas. A região constitui eixo prioritário da diplomacia francesa.

A estratégia francesa para a zona, atualizada em 2018 e 2022, defende espaço aberto, respeito às normas jurídicas, segurança das vias de navegação, combate ao crime organizado e ao terrorismo e aprimoramento da conectividade.

ECONOMIA

A França é a sétima maior economia do mundo. Nessa condição, integra o G7 e o G20. É hoje o segundo grande motor da zona do euro, depois da Alemanha.

Diferentemente de seus parceiros do G7 e da União Europeia, a França apresenta um modelo de economia social de mercado, marcado pelo ativismo do Estado na promoção da inovação, do empreendedorismo, da inclusão e da proteção social.

A França possui um índice de desenvolvimento humano muito alto, ficando entre os 30 melhores países do mundo, de acordo com a ONU.

É a maior potência agrícola da União Europeia, contabilizando um quarto da produção agrícola comunitária; porém esse setor representa, apenas, pequena proporção do PIB do país e emprega menos de 3% de sua população. A atividade agrícola francesa recebe subsídios significativos, oriundos principalmente da UE. Os principais produtos agrícolas da França são o trigo, o milho, a carne e o vinho.

A indústria francesa, bastante diversificada, responde por cerca de 12% do PIB. Seus principais setores são telecomunicações, eletrônica, automobilístico, aeroespacial e armamentos.

O setor terciário representa cerca de 80% do PIB francês e emprega mais de três quartos da população ativa. A região da Ilha de França (onde está Paris) é responsável por quase um quarto de todos os empregos do setor terciário, embora contenha menos de um quinto da população. Além disso, a França é o primeiro destino turístico do mundo.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2021

Mais da metade das exportações e das importações francesas tiveram como destino ou foram provenientes da União Europeia.

Em 2021, as exportações francesas chegaram a US$ 568,3 bilhões, representando aumento de 19% em relação a 2020. Os principais destinos das exportações foram Alemanha (14,2% do total), Itália (8,1%) e Bélgica (7,7%). Os principais produtos da pauta de exportação foram máquinas (11% do total), veículos (8,9%) e eletrônicos (7,9%).

A França importou cerca de US$ 700 bilhões (+23% em relação a 2020), sobretudo da Alemanha (13,6% do total), China (10,7%) e Itália (7,8%). Os principais produtos importados foram máquinas (12%), veículos (10,8%) e óleos combustíveis (10,1%). A balança comercial do país ficou deficitária em US$ 131 bilhões em 2021.

Ainda não há dados consolidados sobre o comércio exterior francês para todo o ano de 2022. Todavia, estimativas indicam que o déficit comercial francês aumentou, em função do incremento do preço do petróleo e do gás no mercado internacional.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
481	Fundação da Frância com o Rei Clodoveu I.
1453	Rei Charles VII conclui o processo de expulsão dos britânicos do território francês.
1789	Início da Revolução Francesa.
1804	Formação do I Império, sob comando de Napoleão.
1815	Queda definitiva de Napoleão.
1914	Início da participação da França na 1ª Guerra Mundial, lutando ao lado da Tríplice Entente.
1939	Início da participação da França na 2ª Guerra Mundial, lutando ao lado dos Aliados.
1945	A França é membro fundador da ONU.
1952	A França é membro fundador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).
1954	Descolonização da Indochina.
1956	Independência da Tunísia e do Marrocos.
1957	A França é membro fundador da Comunidade Econômica Europeia (CEE).
1958	Promulgada a Constituição da 5ª República e o General Charles de Gaulle é eleito Presidente da República.
1962	Independência da Argélia.
1999	Adoção do euro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1825	França é o primeiro país europeu a reconhecer a independência do Brasil.
1959	Inauguração da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris.
1964	Visita do Presidente Charles de Gaulle ao Brasil.
1976	Visita do Presidente Ernesto Geisel à França.
1981	Presidente João Baptista Figueiredo visita à França.
1996	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à França.
2001	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à França.
2001	Visita do Primeiro-Ministro Lionel Jospin ao Brasil.
2003	O Brasil participa, a convite da França, da Cúpula do G8 em Evian
2004	Lançamento, por iniciativa dos Presidentes Lula e Chirac, da Ação contra a Fome e a Pobreza, com o objetivo de identificar mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento.
2005	Visita do Presidente Lula à França.
2006	Visita do Presidente Jacques Chirac ao Brasil, quando há o lançamento da Parceria Estratégica Brasil-França.
2008	Missão do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à França, e é firmada a parceria no PROSUB.
2008	Encontro dos Presidentes Lula e Sarkozy na Guiana Francesa.
2008	Visita do Presidente Nicolas Sarkozy ao Brasil.
2009	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Paris.
2009	Visita do Presidente Lula a Paris para encontro com o Presidente Sarkozy.
2009	Visita ao Rio de Janeiro do chanceler Bernard Kouchner.
2011	Visitas da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Michèle Alliot-Marie, ao Brasil.
2011	Visita do Primeiro-Ministro François Fillon ao Brasil.
2012	Participação do Presidente François Hollande na Conferência Rio+20, ocasião em que foi recebido para almoço de trabalho pela Presidente Dilma Rousseff.
2012	Visita do chanceler Antonio Patriota a Paris.
2012	Visita da Presidente Dilma Rousseff à França.
2013	Visita de Presidente François Hollande ao Brasil.
2014	Visita do chanceler Luiz Alberto Figueiredo a Paris.
2015	Viagem do chanceler Mauro Vieira a Paris.
2015	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Internacional da França, Laurent Fabius, ao Brasil.
2015	Viagem da Presidente Dilma Rousseff a Paris, por ocasião da 21º Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP21).
2016	O Presidente François Hollande esteve no Rio de Janeiro, por ocasião dos Jogos Olímpicos.
2017	Visita do chanceler Aloysio Nunes a Paris.
2019	Visita do chanceler Ernesto Araújo a Paris.

2019	Visita do Ministro o Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros, Jean-Yves Le Drian, ao Brasil.
2023	Visita da Ministra da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Catherine Colonna, ao Brasil

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Convenção de Arbitramento	07/04/1909	Em vigor
Convenção Literária, Científica e Artística	15/12/1913	Em vigor
Acordo Cultural	06/12/1948	Em vigor
Entendimento sobre Tráfico Marítimo das Duas Bandeiras	14/07/1951	Em vigor
Ajuste sobre Modificações dos Quadros de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos	26/08/1954	Em vigor
Acordo Relativo a Cooperação Técnico-Administrativa	06/10/1959	Em vigor
Acordo sobre Privilégios e Vantagens a Peritos e Técnicos Franceses	22/01/1963	Em vigor
Acordo para a Consolidação da Dívida Comercial Brasileira	10/10/1964	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	29/10/1965	Em vigor
Acordo para um Programa de Desenvolvimento e Modernização das Telecomunicações no Brasil	25/07/1966	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	16/01/1967	Em vigor
Acordo referente à Transferência das Usinas Brasileiras de Açúcar S/A (*Société Des Sucrearies Brésilienses*) para o Brasil	29/11/1967	Em vigor
Acordo para Estabelecimento de uma Estação de Telemedida no Território Brasileiro	20/07/1968	Em vigor
Sumário de Conclusões dos Entendimentos sobre Pesca no Mar Territorial Brasileiro	13/07/1971	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento	10/09/1971	Em vigor
Protocolo Financeiro Relativo ao Financiamento do Equipamento das Centrais Hidroelétricas de Água Vermelha e Ilha Solteira e Protocolo de Acordo Constituindo Anexo à Apólice de Seguro	01/03/1973	Em vigor
Acordo de Cooperação Franco-Brasileira no Domínio da Informática	16/04/1973	Em vigor
Acordo para a Cooperação no domínio das Atividades Espaciais entre o CNES, da França, e a COBAE, do Brasil	11/12/1973	Em vigor
Acordo de Segurança Relativo a Troca de Informação de Caráter Sigiloso	02/10/1974	Em vigor
Protocolo Financeiro	27/02/1975	Em vigor
Acordo de Cooperação entre o CNET e a TELEBRAS	12/06/1975	Em vigor
Acordo de Cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e o Centro Nacional de Pesquisa Científica da França	21/10/1975	Em vigor
Acordo Marítimo	24/10/1975	Em vigor
Protocolo nº 1 e 2, Anexos ao Acordo Marítimo, de 24/10/1975	24/10/1975	Em vigor
Acordo de Cooperação Técnico-Militar	26/02/1976	Em vigor
Acordo Complementar no Campo da Energia Solar e de Outras Formas não Convencionais de Energia	30/04/1976	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Franco-Brasileiro de Assistência Técnico-Militar	29/12/1976	Em vigor
Troca de Notas Modificando o Quadro de Rotas constante do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 29 de outubro de 1965, Modificado por Troca de Notas de 08 de janeiro e 22 de abril de 1976	22/03/1977	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Gratuidade Parcial da Execução das Cartas Rogatórias em Matéria Penal	05/10/1978	Em vigor
Acordo de Cooperação Tecnológica Industrial	05/10/1978	Em vigor
Troca de Cartas para a Implementação do Acordo Complementar no Campo da Energia Solar e Outras Formas Não-Convencionais de Energia	05/10/1978	Em vigor

Troca de Notas Modificativa do Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de outubro de 1965	26/09/1979	Em vigor
Protocolo Financeiro	09/10/1979	Em vigor
Ajuste Complementar entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Comitê de Estudos sobre a Formação de Engenheiros	14/01/1979	Em vigor
Convênio Complementar Franco-Brasileiro de Cooperação Econômica no Campo do Carvão	20/05/1980	Em vigor
Troca de Notas Referente aos Trabalhos da Quinta Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Francesa para a Demarcação das Fronteiras entre o Brasil e o Departamento da Guiana	03/07/1980	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica pondo em vigor os Convênios Firmados entre a Embrapa, pela parte Brasileira, e o Gerdat, o Orstom e o Inra, pela parte Francesa	07/11/1980	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, Estabelecendo as Condições de Utilização do Hexafluoreto de Urânio	06/01/1981	Em vigor
Tratado de Delimitação Marítima	30/01/1981	Em vigor
Ajuste Cooperação Tecnológica e Industrial no Campo do Carvão Mineral	30/01/1981	Em vigor
Acordo no Campo da Propriedade Industrial	30/01/1981	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Cooperação em Matéria Consular	30/01/1981	Em vigor
Convênio Complementar de Cooperação sobre Metrologia, Normalização e Controle de Qualidade	30/01/1981	Em vigor
Convênio Complementar de Cooperação no Campo da Pesquisa e da Tecnologia Biomédicas	30/01/1981	Em vigor
Acordo sobre Radioamadorismo	09/03/1981	Em vigor
Adendo aos Protocolos Financeiros Relativos ao Financiamento das Usinas Hidrelétricas de Balbina e Corumbá e ao Financiamento de Equipamentos e serviços destinados à Exploração Petrolífera Brasileira	30/10/1981	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, pondo em vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o *Institut National de La Santé et de La Recherche Médicale*	26/05/1982	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, pondo em vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a *Formation International Aéronautique et Spatiale*	26/05/1982	Em vigor
Acordo Complementar, por troca de notas, ao Acordo Marítimo	16/08/1982	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas Verbais, pondo em vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o *Centre D´Etudes Supérieures Des Matières Premières* (CESMAT)	08/11/1982	Em vigor
Acordo por Troca de Notas Verbais, pondo em vigor o Ajuste entre o Conselho Nacional do Desevolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o *Groupement d'études et de Recherches pour le Développement de l' Agriculture Tropicale* (GERDAT)	08/11/1982	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de 16 de janeiro de 1967, sobre o projeto de cooperação técnica "Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro-Oeste".	17/01/1983	Em vigor
Acordo que põe em vigor o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o CNPq e o CNES para a Execução de Voos de Balões Estratosféricos em Território Brasileiro	23/02/1983	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, de Modificação no Quadro de Rotas do Acordo sobre Transporte Aéreo	15/05/1985	Em vigor
Troca de Cartas de Intenções sobre Projetos no Campo da Saúde entre a República Federativa do Brasil e República Francesa	14/10/1985	Em vigor
Troca de Cartas a Respeito do Projeto Brasil-França entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.	14/10/1985	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Franco-Brasileiro de Cooperação Técnica e Científica de 16 de janeiro de 1967, sobre o Projeto	24/07/1986	Em vigor

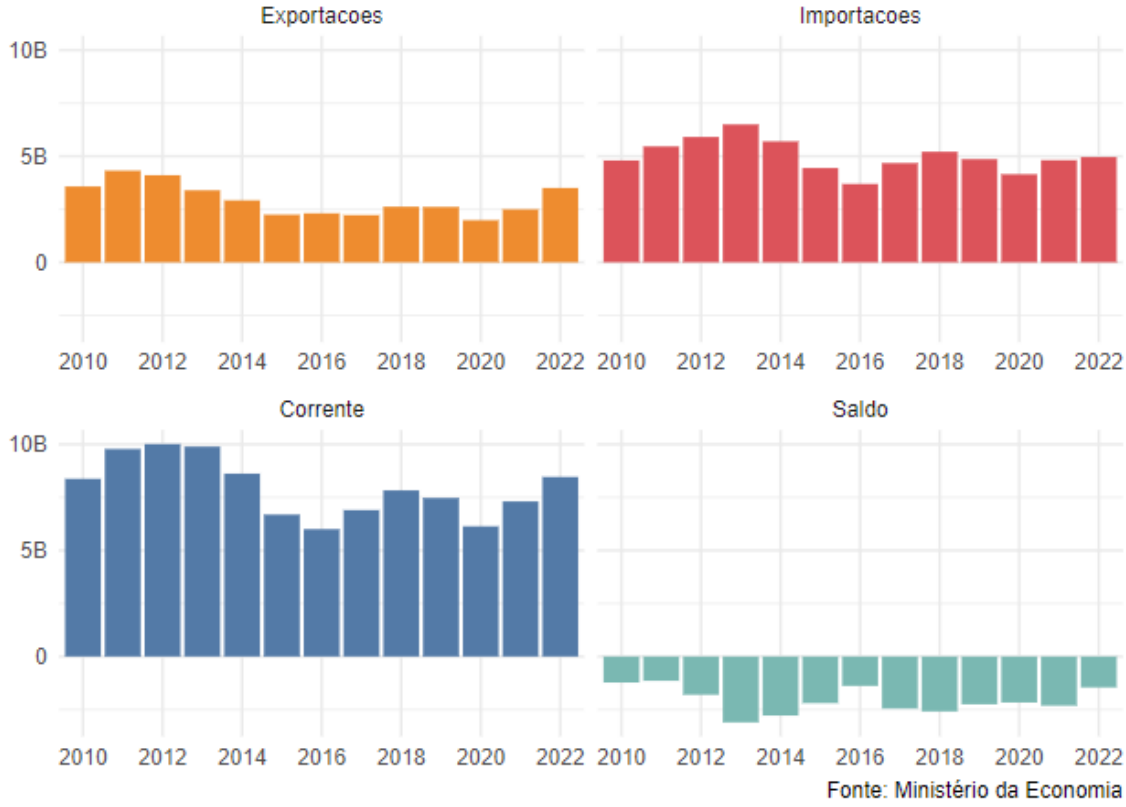
“Organização Territorial e Funções Econômicas da Região Centro-Oeste”		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, referente a Cooperação a Recepção e o Tratamento de Dados SPOT entre a COBAE e o CNES	15/08/1986	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica	09/01/1987	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica nos Setores Aeronáutico e Espacial	15/02/1989	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras	18/03/1993	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, que Emenda o Acordo sobre Cooperação Administrativa Mútua para a Prevenção, a Pesquisa e a Repressão às Infrações Aduaneiras, de 18 de março de 1993	04/11/1994	Em vigor
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal	28/05/1996	Em vigor
Acordo de Cooperação em Matéria Civil	28/05/1996	Em vigor
Tratado de Extradição	28/05/1996	Em vigor
Acordo relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular	28/05/1996	Em vigor
Acordo-Quadro de Cooperação	28/05/1996	Em vigor
Acordo Relativo ao Emprego Assalariado dos Familiares dos Agentes de Missões Oficiais de cada Estado no Outro	28/05/1996	Em vigor
Memorando de Entendimento Referente à Cooperação no Âmbito da Reforma do Estado e da Modernização da Administração Pública	28/05/1996	Em vigor
Acordo, por troca de Notas, sobre Supressão de Vistos	28/05/1996	Em vigor
Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federal do Brasil	12/03/1997	Em vigor
Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública	12/03/1997	Em vigor
Acordo-Quadro sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos	27/11/1997	Em vigor
Ajuste, por troca de notas, que modifica o Acordo Relativo ao Emprego Assalariado dos Familiares dos Agentes das Missões Oficiais de cada Estado no Outro	16/03/2001	Em vigor
Acordo sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque	05/04/2001	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para Supressão da Obrigação de Vistos de Curta Duração para Nacionais Brasileiros na Polinésia Francesa, Complementar ao Acordo sobre Supressão de Vistos, celebrado em 28/05/1996	10/12/2001	Em vigor
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear	25/10/2002	Em vigor
Acordo Relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá	15/07/2005	Em vigor
Acordo relativo ao Fornecimento de Materiais e Serviços no âmbito da Aeronáutica Militar	15/07/2005	Em vigor
Acordo para Cooperação na Área da Aeronáutica Militar	15/07/2005	Em vigor
Protocolo de Intenções referente à Cooperação na Área das Tecnologias Avançadas e de suas Aplicações	15/07/2005	Em vigor
Acordo Relativo do Intercâmbio de Diplomatas	25/05/2006	Em vigor
Protocolo de Cooperação Referente a Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa	25/05/2006	Em vigor
Protocolo de Cooperação sobre a Promoção Recíproca dos Idiomas no Ensino	25/05/2006	Em vigor
Protocolo para a Promoção da Inovação Tecnológica	25/05/2006	Em ratificação Outra parte
Protocolo de Intenções sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	25/05/2006	Em vigor
Acordo Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças	29/01/2008	Em vigor

Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação sobre a Cooperação Descentralizada	12/02/2008	Em vigor
Protocolo sobre Cooperação no Domínio do Ensino Profissional	23/12/2008	Em vigor
Acordo na Área de Submarinos	23/12/2008	Em vigor
Acordo na Área da Luta contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial	23/12/2008	Em vigor
Protocolo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico, tanto do Lado Brasileiro como do Lado Francês	23/12/2008	Em vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica para Criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica	23/12/2008	Em vigor
Plano de Ação da Parceria Estratégica	23/12/2008	Em vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação com Vistas à Criação de um Centro de Cooperação Policial	07/09/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento para a Criação de um Mecanismo Bilateral de Consultas sobre Questões Migratórias	07/09/2009	Em vigor
Acordo de Coprodução Cinematográfica	18/05/2010	Em vigor
Acordo em Matéria de Previdência Social	15/11/2011	Em vigor
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação de Saúde na Zona Transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa	15/02/2012	Em vigor
Acordo Relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência	11/12/2012	Em vigor
Acordo para Aplicação do Acordo de Previdência Social, Assinado em 15 de Dezembro de 2011	22/04/2013	Em vigor
Acordo Sobre um Programa de Férias-Trabalho	12/12/2013	Em vigor
Acordo Referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas	19/03/2014	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de Regime de Circulação Transfronteiriça entre Brasil e Guiana	28/04/2014	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Tributos	03/06/2014	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as Localidades de Oiapoque e St. Georges de L'Oyapock	30/07/2014	Em vigor
Emenda ao Acordo de Segurança Relativo à Troca de Informação de Caráter Sigiloso, Assinado em 2 de outubro de 1974	06/05/2016	Em vigor
Acordo de Coprodução Cinematográfica e Audiovisual	08/05/2017	Tramitação Ministérios

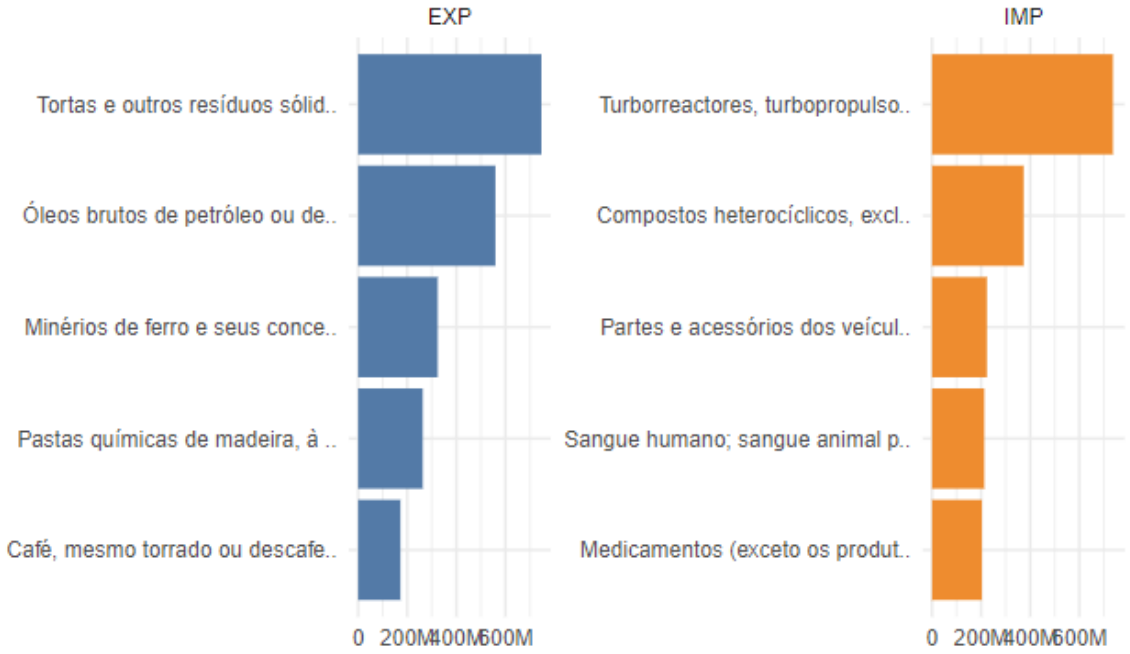
DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Economia.

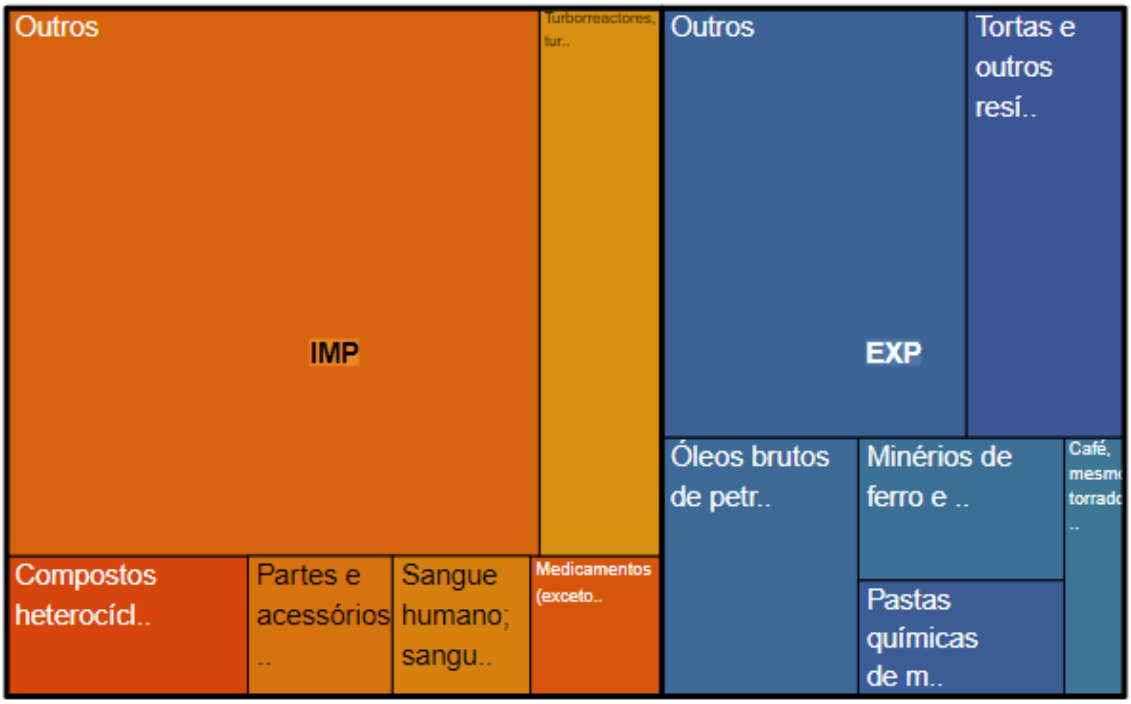
Fluxo de comércio anual



Principais produtos da pauta comercial em 2022

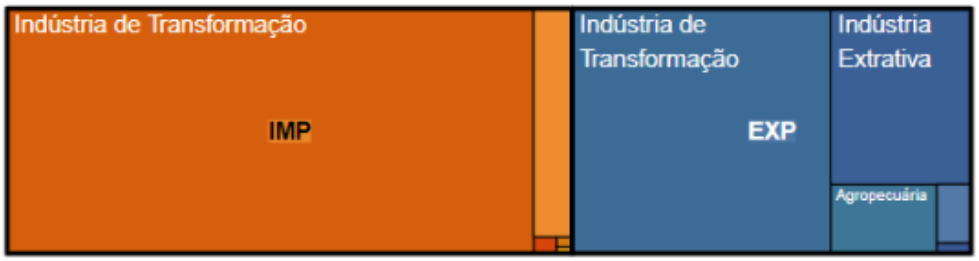


Fonte: Ministério da Economia

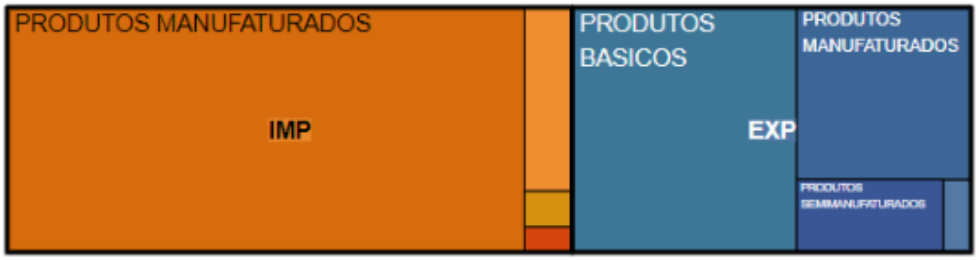


Classificações do comércio

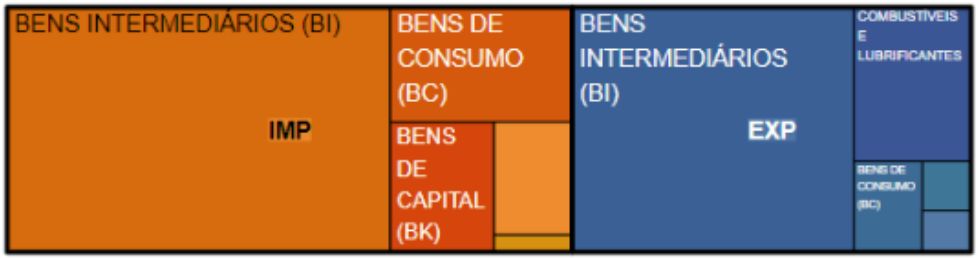
Classificação ISIC agregado até Dezembro



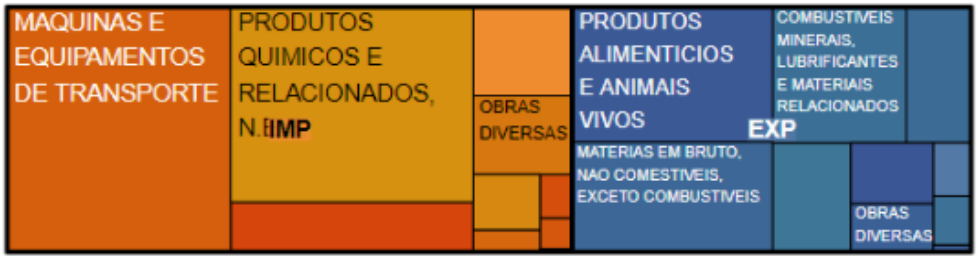
Classificação Fator Agregado agregado até Dezembro



Classificação CGCE agregado até Dezembro



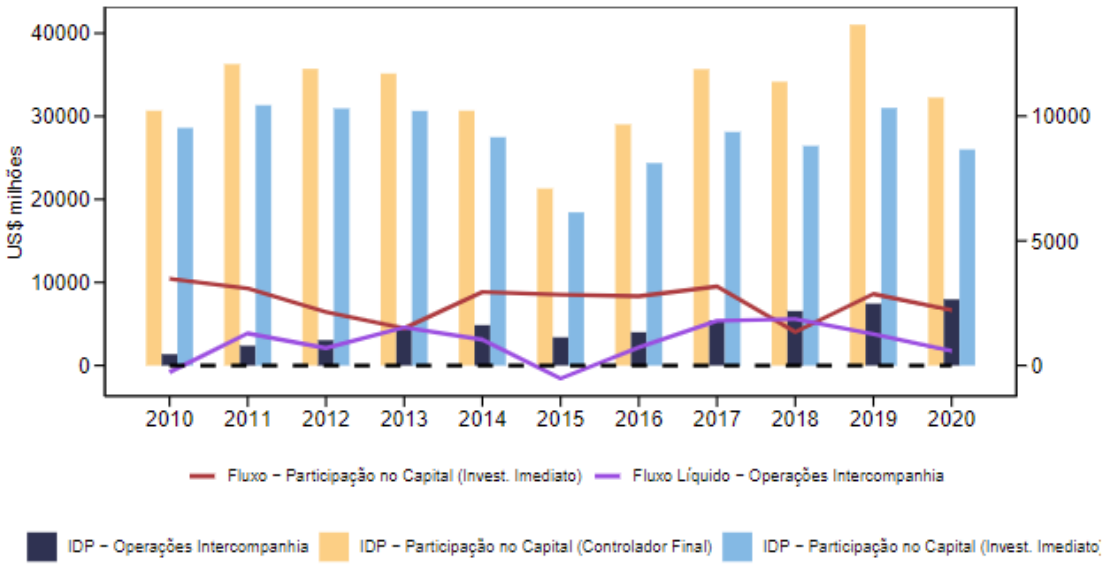
Classificação CUCI agregado até Dezembro



DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Economia.

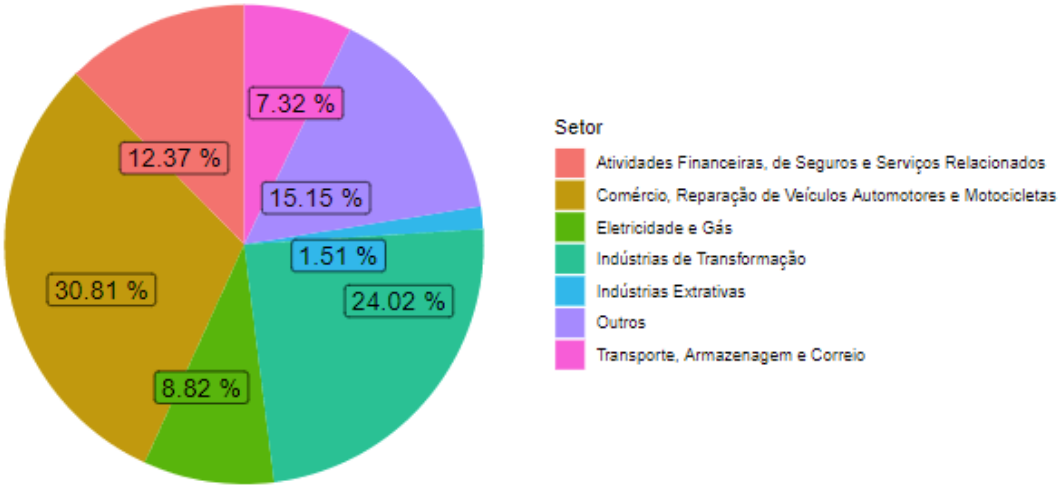
Investimentos franceses no Brasil



names	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	30674.39	36288.25	35710.28	35148.61	30674.09	21308.87
IDP-Operações Intercompanhia	1355.26	2380.16	3048.81	4614.81	4861.36	3387.66
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	28602.83	31329.47	30944.27	30647.71	27481.48	18436.93
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	3479.17	3085.69	2155.43	1488.54	2944.75	2841.28
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-265.15	1284.07	698.83	1524.15	1037.22	-525.51

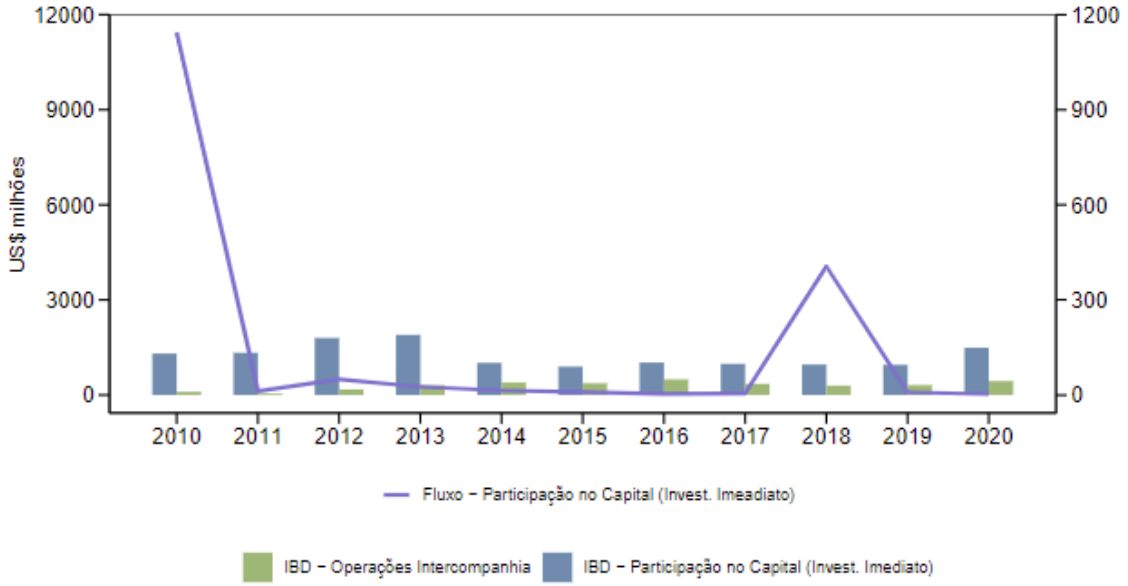
names	2016	2017	2018	2019	2020
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	29027.84	35672.16	34166.39	41026.80	32255.01
IDP-Operações Intercompanhia	4004.46	5425.00	6560.91	7454.93	7959.45
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	24368.93	28120.25	26439.62	30997.44	26006.52
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	2778.34	3167.56	1339.62	2871.14	2220.61
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	733.34	1793.81	1861.88	1262.75	589.98

Setor da atividade econômica dos investimentos franceses no Brasil em 2020



Setor de atividade econômica (Estoque 2020 - US$ milhões)	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	500.04	487.47
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	7167.72	9939.18
Eletricidade e Gás	673.18	2845.06
Indústrias de Transformação	7362.84	7747.20
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	3625.81	3988.81
Transporte, Armazenagem e Correio	2327.27	2361.12
Outros	4349.66	4886.18

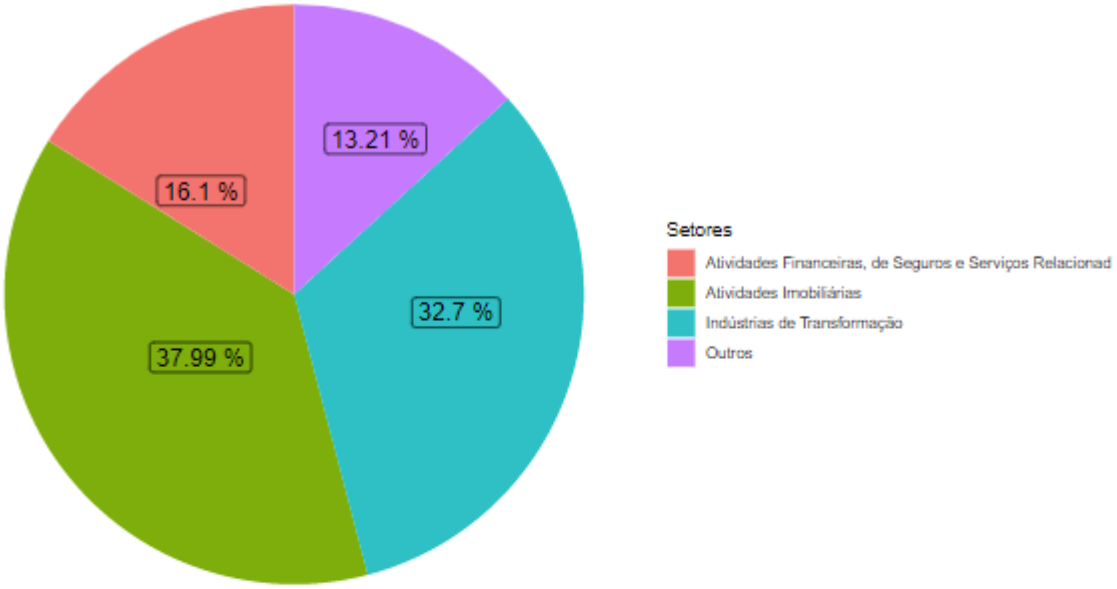
Investimentos brasileiros na França



names	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IBD-Participação no Capital(Invest. Imed)	1308.90	1332.11	1799.40	1897.65	1013.95	894.85
IBD-Operações Intercompanhia	101.75	48.28	176.59	311.47	393.56	371.95
Fluxo-Participação no Capital(Invest. Imed)	1143.64	12.20	49.06	26.01	14.41	9.78

names	2016	2017	2018	2019	2020
IBD-Participação no Capital(Invest. Imed)	1023.48	984.00	962.09	952.53	1491.53
IBD-Operações Intercompanhia	490.66	351.07	296.78	313.27	440.06
Fluxo-Participação no Capital(Invest. Imed)	3.64	4.68	405.99	8.58	2.77

Setor da atividade econômica dos investimentos brasileiros na França em 2020



Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	566.64
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicleta	0.00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionad	240.16
Indústrias de Transformação	487.66
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0.00
Outros	197.06

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa Setentrional

MÔNACO







FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Principado de Mônaco
GENTÍLICO	Monegasco
CAPITAL	Cidade de Mônaco
ÁREA	2 km²
POPULAÇÃO (2021) [1]	39 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (81%), sem afiliação (13%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (*Conseil National*), formado por 24 membros
CHEFE DE ESTADO	Príncipe Albert II (desde abril de 2005)
CHEFE DE GOVERNO	Ministro de Estado Pierre Dartout (desde setembro de 2020, sem partido)
CHANCELER	Isabelle Berro-Amadeï (desde janeiro de 2022, sem partido)
PIB (2021) [2]	€ 7,27 bilhões
PIB PER CAPITA (2021) [2]	€ 81.710
VARIAÇÃO DO PIB [2]	-11,8% (2020); 7,5 (2019); 6,1% (2018)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020) [2]	86,5
DESEMPREGO (2021) [2]	0%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [3]	Cerca de 100 pessoas

***** Alguns dados não são divulgados pelo governo de Mônaco ou por outras instituições, enquanto outros dados são divulgados apenas com o euro como base monetária.

Fontes: *(1) Banco Mundial; (2) Governo de Mônaco; (3) Estimativa do Itamaraty.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ mil						
Brasil → Mônaco	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Intercâmbio	4,6	5,9	5,0	5,2	6,4	5,2
Exportações	0,7	0,4	0,1	0,1	0,1	0,1
Importações	4,0	5,5	5,0	5,1	6,3	5,1
Saldo	-3,3	-5,2	-5,0	-5,0	-6,2	-5

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Albert II
Príncipe de Mônaco



Albert II, 64 anos, nasceu em Mônaco, filho do Príncipe Rainier III e da Princesa Grace Kelly. Graduou-se, em 1981, em Ciências Políticas pela *Amherst College*, Massachusetts, EUA. Recebeu, em 1996, título de Doutor Honoris Causa em filosofia pela Pontifica Universidade de Maynooth, Irlanda, e, em 2000, foi nomeado Professor Honorário de estudos Internacionais da Faculdade do Condado de Tarrant, Texas. Participa da condução de negócios de Estado desde 1984. Chefia, desde 1993, a delegação monegasca junto à AGNU. Em 2005, sucedeu seu pai no trono, tornando-se o chefe da Casa de Grimaldi. Em 2006, criou a Fundação Príncipe Alberto II de Mônaco, cujo objetivo central é a proteção ambiental.

Pierre Dartout

Ministro de Estado de Mônaco



Pierre Dartout, 68 anos, nasceu em Limoges, na França. É graduado em Direito pelo *Institut d'études politiques de Paris* (Sciences Po), com passagem pela *École nationale d'administration* (ENA). Serviu como prefeito em diversas localidades francesas entre 1995 e 2020. Em setembro de 2020, foi convidado para ser chefe de governo de Mônaco pelo Príncipe Albert II.

Isabelle Berro-Amadeï

Conselheira de Governo e Ministra das Relações Exteriores e Cooperação de Mônaco



Isabelle Berro-Amadeï, 57 anos, nasceu em Mônaco. É formada em Direito e mestre em Direito Privado pela Universidade de Nice. Fez carreira no sistema judiciário monegasco entre 1989 e 2006, quando tornou-se juíza do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH). Entre 2012 e 2015, foi Presidente de Sessão da TEDH. Foi Embaixadora de Mônaco para a Alemanha, Áustria e Polônia (2015-2019) e Embaixadora de Mônaco para Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos (2019-2022). Em janeiro de 2022, tornou-se Conselheira de Governo e Ministra das Relações Exteriores e Cooperação.

APRESENTAÇÃO

O Principado de Mônaco é um pequeno enclave com 2 km² de território e população de aproximadamente 39 mil habitantes. Mônaco fica encravado no sul da França, tendo o mar Mediterrâneo como limite a sudeste. Fica cerca de 8 quilômetros a oeste da fronteira da França com a Itália, na Riviera Francesa. Foi estabelecido ainda no século XIII, pela família Grimaldi (que ainda o governa), e manteve sua autonomia durante os séculos seguintes, apesar da relação de dependência com a França e de período em que foi incorporado ao Estado francês, na Revolução Francesa.

O Estado monegasco em seu formato atual foi fundado em 1866, pelo Príncipe Charles III. Mônaco é, atualmente, um dos seis microestados da Europa e um dos 24 do mundo.

Apesar de não fazer parte formalmente da União Europeia, Mônaco participa de certas políticas do bloco, tendo em conta sua relação próxima com a França. A moeda local, por exemplo, é o euro.

Sua economia é baseada no setor financeiro, dadas as facilidades fiscais encontradas no Principado. Mônaco possui um movimentado setor imobiliário e um intenso fluxo de turistas, que movimentam a economia monegasca. O principado é anfitrião da corrida anual de carros de circuito de Mônaco, um dos Grandes Prêmios originais da Fórmula 1.

Mais de um quarto da população de Mônaco é composta de cidadãos franceses. Apenas cerca de um quinto da população afirma descendência monegasca. A única lingua oficial é o francês, mas há também falantes de italiano, inglês e o monegasco – um dialeto local.

Mônaco tem um clima mediterrâneo, com cerca de 300 dias de sol por ano. A temperatura máxima média no verão é de cerca de 26º C. Os invernos são amenos, com temperaturas médias de 8-14 ° C.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador designado do Brasil em Paris (cumulatividade – Mônaco)	Embaixador Ricardo Neiva Tavares (agrément concedido em 21 de janeiro de 2023)
Cônsul-Geral do Brasil em Marselha (cumulatividade – Mônaco)	Carlos Alfonso Iglesias Puente
Embaixador de Mônaco em Brasília	A ser designado

A cooperação entre Brasil e Mônaco iniciou-se com o estabelecimento de relações consulares, em 1911. A partir dessa data, foram realizadas atividades de cooperação em áreas como o comércio e Justiça, mas não havia contatos políticos regulares. Brasil e Mônaco estabeleceram relações diplomáticas em 2010. Atualmente, a Embaixada brasileira em Paris tem a competência de gerir as relações entre os dois países.

O relacionamento bilateral entre os dois países é marcado pela cordialidade e pela cooperação mútua, sobretudo nas áreas cultural, humanitária, ambiental e jurídica. Não obstante seu limitado escopo, o relacionamento diplomático entre Brasil e Mônaco tem revelado potencial para cooperação. Uma das principais linhas dos entendimentos bilaterais diz respeito à cooperação técnica e aos temas de meio ambiente, sobre os quais Mônaco procura manter uma atuação destacada.

VISITAS DE ALTO NÍVEL RECENTES

O Príncipe Alberto II, como o restante da família Grimaldi, mantém laços estreitos com o Brasil, país que visitou diversas vezes a título oficial e privado.

Ainda como Príncipe herdeiro, Albert II visitou o Brasil em 1992, acompanhando o Príncipe Rainier III em sua participação na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Esteve, ademais, em visita oficial em São Paulo e Brasília, em 1998, quando foi recebido pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 2011, já como Príncipe, visitou São Paulo, onde realizou programação cultural, tendo comparecido à exposição "Os Anos Grace Kelly, Princesa de Mônaco". Um ano depois, chefiou a delegação de seu país durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Rio+ 20). Em 2014, realizou nova visita ao Brasil, por ocasião da Copa do Mundo. Em 2016, visitou o Brasil duas vezes: a primeira para presidir delegação que participou da 7ª edição do Monaco Blue Initiative, e a segunda por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

No campo comercial, o fluxo comercial entre Brasil e Mônaco é modesto, tendo alcançado cerca de US$ 5,3 milhões em 2023, e o saldo comercial costuma ser

deficitário para o Brasil. Em 2022, as exportações brasileiras para Mônaco foram de cerca de US$ 135 mil (+134%), e as importações desde Mônaco, de US$ 5,2 milhões (-18%). Em 2022, o saldo comercial bilateral foi desfavorável ao Brasil em US$ 5,0 milhões. Mônaco figurou no 221º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e ocupa o 111º lugar no ranking das importações brasileiras.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram: tecidos de malha (incluindo tecidos tubulares de malha, veludos e tecidos abertos) (89%); aparelho eletrodiagnósticos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários, e aparelho radiológico (5%). Os produtos importados foram compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (64%); e outros produtos comestíveis e preparações (24%).

Do ponto de vista empresarial, não há companhias brasileiras baseadas no país. Em contrapartida, algumas empresas de Mônaco atuam no Brasil, como o SBM Offshore, a Compagnie Maritime Monégasque (CMM) e o Monaco Asset Management. Há ainda investimentos de pessoas físicas monegascas no Brasil em imóveis, fazendas e terras agricultáveis.

Em 2016, por ocasião de visita oficial do Príncipe Albert ao Brasil, foi assinado acordo entre a Fecomércio SP e a Câmara de Comércio de Mônaco.

ASSUNTOS CONSULARES

O número de brasileiros residentes no Principado constitui aspecto de relevo no âmbito do relacionamento bilateral. Estima-se que cerca de 100 brasileiros vivam em Mônaco. A comunidade brasileira é atendida, atualmente, pelo Consulado-Geral do Brasil em Paris. Com a abertura do Consulado-Geral do Brasil em Marselha, os brasileiros em Mônaco serão atendidos pela nova repartição consular. No cômputo geral a nacionalidade brasileira figura como a terceira maior comunidade do hemisfério americano residente em Mônaco, depois da estadunidense e da canadense.

Mônaco, por sua vez, possui Consulado Honorário em São Paulo.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DE GOVERNO

A Constituição monegasca, de 17 de dezembro de 1962 (modificada em 2 de abril de 2002), define o regime político e institucional do Principado como monarquia hereditária e constitucional. O texto ainda estabelece a soberania e a independência do Estado no quadro dos princípios gerais do Direito Internacional e das convenções particulares firmadas com a República Francesa.

O poder legislativo é compartilhado pelo Príncipe, que detém a competência originária de proposição de leis, e pelo Conselho Nacional, que as vota. O Conselho Nacional (*Conseil National*) é composto por 24 representantes eleitos pela população monegasca: 16 deles por meio de lista em sistema majoritário e 8 por meio de sistema proporcional, ambos para um período de cinco anos. A capacidade legislativa limitada do legislativo nacional é objeto de críticas permanentes por parte do Conselho da Europa, que questiona a solidez dos mecanismos democráticos observados pelo país.

O poder executivo emana da autoridade soberana do Príncipe, sendo exercido por um Ministro de Estado que o representa, assistido pelo Conselho de Governo. Dispõe, para o exercício de determinadas prerrogativas constitucionais, de dois órgãos consultivos: o Conselho da Coroa e o Conselho de Estado. Tradicionalmente, o Ministro de Estado é de nacionalidade francesa, escolhido pelo Príncipe.

Nos últimos anos, tem-se mantido inalterada a divisão de responsabilidades entre o Príncipe Soberano, que é o Chefe de Estado - encarregado de velar pelas grandes linhas políticas do país, inclusive a atuação externa -, e o Chefe de Governo – responsável pela administração burocrática do Principado.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (*CONSEIL NATIONAL*)

- União Nacional Monegasca (UNM, centro-direita) – 24 cadeiras, 100%.

CONTEXTO RECENTE

Nas eleições de 2018, o partido político mais votado havia sido o *Primo! Priorité Monaco*, com 58% dos votos, conquistando 21 assentos. O *Horizon Monaco* recebeu 26% dos sufrágios (2 assentos), enquanto que o *Union Monégasque* recebeu 16% (1 assento).

As eleições de 2023, realizadas em 5/2, viram a vitória da *União Nacional Monegasca (UNM)* que conquistou quase 90% dos votos e todas as cadeiras no Conselho. A UNM, liderada por Brigitte Boccone-Pagès, apresentou-se como lista que uniu os partidos os três partidos eleitos em 2018 (*Priorité Monaco, Horizon Monaco, Union Monégasque*), o que levou a relativo desinteresse dos eleitores pelo escrutínio - a taxa de participação caiu de 70% para 57%.

O atual Ministro de Estado, nomeado em setembro de 2020, é Pierre Dartout. O Conselho de Governo é integrado por cinco membros, cada qual responsável por uma pasta: Departamento do Interior; Departamento de Finanças e Economia; Departamento

de Assuntos Sociais e de Saúde; Departamento de Bens Públicos, Meio-Ambiente e Urbanismo; e Departamento de Relações Exteriores e Cooperação.

POLÍTICA EXTERNA

Apesar de independente e soberano, Mônaco é, entretanto, classificado com microestado ou estado hipossuficiente, à luz do direito internacional, e confia parte de suas competências à França e à União Europeia. Fato marcante da influência da França pode ser observado pela escolha dos Ministros de Estado, historicamente de nacionalidade francesa. A despeito dessas circunstâncias, convém sublinhar que, nas últimas duas décadas, em processo iniciado pelo Príncipe Rainer III, Mônaco procura aumentar sua autonomia em matéria de política externa em relação à "tutela" francesa.

Nesse diapasão, foi criado, em 2005, o Departamento das Relações Exteriores e da Cooperação, com status de Ministério, e, subsequentemente, Mônaco ampliou o número de países com os quais mantém relações diplomáticas (estabelecendo laços inclusive o Brasil) e aumentou o número de embaixadas residentes. Hoje, o Principado conta com 10 embaixadas residentes, que asseguram sua representação diplomática junto a 28 países da Europa e da América do Norte. Há, ainda, representações monegascas junto a 21 organismos internacionais, das quais somente cinco são chefiadas por representantes permanentes designados especificamente para a função.

Adicionalmente, o país possui extensa rede de Consulados Honorários que asseguram seus interesses nos países e nas cidades onde não há embaixadas residentes. Em termos geopolíticos, as relações bilaterais mais importantes são com França e Itália, seus dois grandes vizinhos, e com a Europa e suas instituições, de modo mais amplo.

FRANÇA

A política externa de Mônaco está fortemente relacionada à da França. O Principado vive, desde suas origens, em situação de dependência com relação a este país. A partir dos anos 1990, a integração política, econômica, financeira e monetária da Europa provocou a emergência de tensões entre os dois países, especialmente no tocante às questões relativas à gestão de bens imobiliários e ao estatuto de "paraíso fiscal" de Mônaco. A intensidade das críticas originadas de autoridades financeiras francesas levou o Príncipe Rainier III a defender, já em 2000, a revisão dos acordos bilaterais com a França, com vistas a recuperar, ainda que parcialmente, algumas das prerrogativas sobre a gestão dos assuntos internos do Principado.

As negociações conduziram à assinatura do Tratado de 24 de outubro de 2002, que modificou o conceito de amizade protetora, assegurada pela França em acordo de 1918, para o de comunhão de destinos. O novo diploma incluiu duas modificações fundamentais aos acordos vigentes até então: (i) em lugar da absoluta conformidade da soberania do Principado aos interesses franceses, passou a vigorar o compromisso de que as iniciativas soberanas de Mônaco estejam em acordo com os interesses fundamentais da República Francesa; e (ii) o arranjo institucional de 1918, que previa a incorporação do território do Principado à França, na qualidade de Protetorado, em caso de interrupção da linhagem dinástica, foi alterado para uma sucessão estipulada pela constituição monegasca, ainda que sujeita à concordância prévia do Governo francês.

Após a assinatura do tratado com a França de 2002, as autoridades monegascas passaram a trabalhar no sentido de formalizar as relações diplomáticas com diversos países. Mônaco mantém, hoje, relações diplomáticas com 121 Estados.

UNIÃO EUROPEIA

Quanto ao contexto mais amplo da Europa, deve-se observar que Mônaco não é membro da União Europeia, embora haja uma integração de fato, em virtude dos acordos aduaneiro e monetário com a França. Em 1º de julho de 1968, o Principado ingressou, em virtude de sua relação privilegiada com a França, na união aduaneira da Comunidade Europeia. Tornou-se, também, zona de acesso ao Espaço Schengen. No âmbito da unificação monetária, o Principado concluiu Convenção com a França e as Comunidades Europeias para, em dezembro de 2001, utilizar o euro como moeda.

De todos os temas de política externa, o de maior complexidade e com desdobramentos mais importantes diz respeito a eventual adesão do país à União Europeia. Esse movimento de adesão, que conta com forte pressão dos países-membros da UE, causa preocupações às autoridades monegascas, em razão de dois principais aspectos negativos: (i) incapacidade da diminuta burocracia nacional em interagir com a gigantesca máquina de Bruxelas e seus processos complexos; e (ii) a entrada em vigor do direito de livre circulação de pessoas, um dos princípios basilares da União Europeia, que poderia levar a uma crise habitacional no país.

MULTILATERALISMO

No quadro da diplomacia multilateral, o Principado de Mônaco tornou-se membro observador das Nações Unidas em 1956 e membro pleno em 1993. As prioridades monegascas na ONU restringem-se à defesa dos direitos humanos, à promoção dos direitos da infância e à defesa do desenvolvimento sustentável.

Mônaco é membro-fundador da Organização Internacional da Francofonia, criada em 1970. Participa de diversas modalidades de cooperação desenvolvidas no seio dessa organização, dentre as quais o financiamento de projetos de gestão sustentável de recursos hídricos e de luta contra a desertificação no Burkina Faso, no Mali, no Níger e no Senegal.

ECONOMIA

Em função de sua localização geográfica e do alto grau de dependência em relação a seus vizinhos, sobretudo a França, o Principado de Mônaco foi afetado pelas incertezas que prejudicaram a economia europeia a partir de 2009, e somente em 2012 o patamar do PIB monegasco foi recobrado. O Principado apresenta alta renda per capita e elevado nível de desenvolvimento humano. A economia monegasca, apesar de sua limitada dimensão, é variada, com destaque para as atividades de pesquisa científica, serviços financeiros e turismo.

A concessão de status de residente ou da cidadania monegasca a estrangeiros com elevado nível de renda é fonte importante de receitas fiscais para o Principado. Outra fonte importante de renda para o Principado é o TVA, imposto sobre consumo equivalente ao ICMS.

Relativamente ao comércio exterior, as transações comerciais de Mônaco têm apresentado tendência de déficit. Os principais bens importados são produtos industriais em geral, equipamentos elétricos e eletrônicos e materiais de transporte. A União Europeia é a principal parceira comercial de Mônaco.

O PIB monegasco é majoritariamente proveniente do setor de serviços, que representa cerca de 86% do agregado e engloba, principalmente, o turismo, o setor imobiliário e o setor hoteleiro. A indústria, por sua vez, contribui com cerca de 14%. A agricultura, por fim, tem contribuição mínima para o PIB de Mônaco.

Devido à sua localização geográfica, Mônaco é um atrativo destino para o turismo de lazer e negócios. O turismo representa 11% da atividade econômica total. A par do turismo individual, o turismo de negócios representa 18% das estádias em hotéis. Este novo tipo de turismo é perpetuado por uma ampla gama de instalações para eventos de negócios, como o centro de convenções Fórum Grimaldi e projetos de construção de vários novos hotéis.

Outro aspecto importante do Principado está relacionado à adequação dos parâmetros fiscais existentes ao que preconiza a OCDE. Nesse sentido, Mônaco concluiu 35 acordos de intercâmbio de informações fiscais, dos quais 33 estão em vigor hoje. Com isso, o governo de Mônaco espera continuar neutralizando a sempre presente ameaça de ser classificado como paraíso fiscal, o que poderia afetar esse importante setor de sua economia.

A internacionalização da economia monegasca está condicionada pelas limitações territoriais do país. Como forma de contorná-las, Mônaco procura impulsionar o desenvolvimento tecnológico, por meio de ambiente de negócios propício para a atração de startups, especialmente em setores adequados ao tamanho e aos interesses do país, como saúde, finanças, ecologia e domínio náutico. De igual modo, o Estado, em coordenação com o setor privado, busca impulsionar a internacionalização das empresas monegascas e incentivar a atração de investimentos estrangeiros.

COMÉRCIO EXTERIOR

Mais de 70% das exportações e importações monegascas tem como destino ou são provenientes da União Europeia. Por razão da união aduaneira existente entre Mônaco e a França, os dados de comércio exterior do Principado não incluem itens exportados ou importados com relação àquele país.

De acordo com dados do Instituto Monegasco de Estatística e Estudos Econômicos (IMSEE), em 2021, as exportações monegascas chegaram a US$ 1,2 bilhão, e as importações, a US$ 1,8 bilhão, constituindo um déficit de US$ 647 milhões na balança comercial.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1297	Fundação do Principado, pela Casa de Grimaldi.
1866	Fundação do Estado monegasco, por Charles III.
1918	Acordo sobre as relações França-Mônaco. O Principado alinha sua política à francesa, com previsão de incorporação à França, caso a família Grimaldi não continue sua linhagem.
1956	Mônaco torna-se membro observador das Nações Unidas.
1962	Promulgação da Constituição do Principado de Mônaco.
1968	Em virtude de acordo com a França, Mônaco ingressa na união aduaneira da Comunidade Econômica Europeia.
1993	Mônaco torna-se membro pleno das Nações Unidas.
2001	Em virtude de acordo com a França, Mônaco passa a integrar a zona do euro.
2002	Novo tratado regulando as relações entre Mônaco e a França. O Principado amplia sua atuação externa. Elimina-se a possibilidade de incorporação à França em razão da ruptura da linhagem Grimaldi.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1911	Estabelecimento de relações consulares.
1992	Visita do Príncipe Rainier III e do Príncipe herdeiro Albert, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio 92).
1998	Visita do Príncipe herdeiro Albert ao Brasil, quando foi recebido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.
2010	Estabelecimento de relações diplomáticas e apresentação de credenciais do Embaixador do Brasil junto ao Principado de Mônaco.
2011	Visita do Príncipe Albert II a São Paulo, onde realizou programação cultural, tendo comparecido à exposição “Os Anos Grace Kelly, Princesa de Mônaco”.
2012	Participação do Príncipe Albert II na Conferência Rio+20.
2014	Visita do Príncipe Albert II ao Brasil, por ocasião da Copa do Mundo.
2016	Visita do Príncipe Albert II ao Brasil, presidindo delegação que participou da 7ª edição do “Monaco Blue Initiative”.
2016	Visita do Príncipe Albert II ao Brasil, por ocasião dos Jogos Olímpicos.

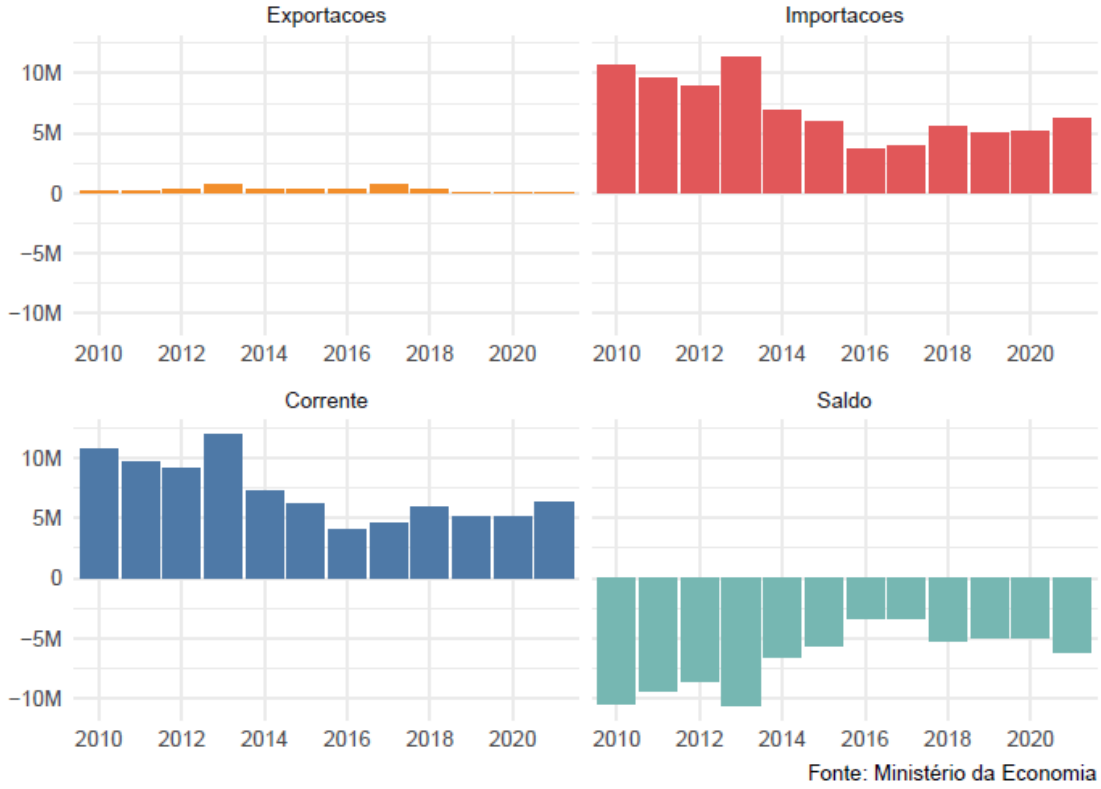
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	14/04/2010	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Economia.

Fluxo de comércio anual

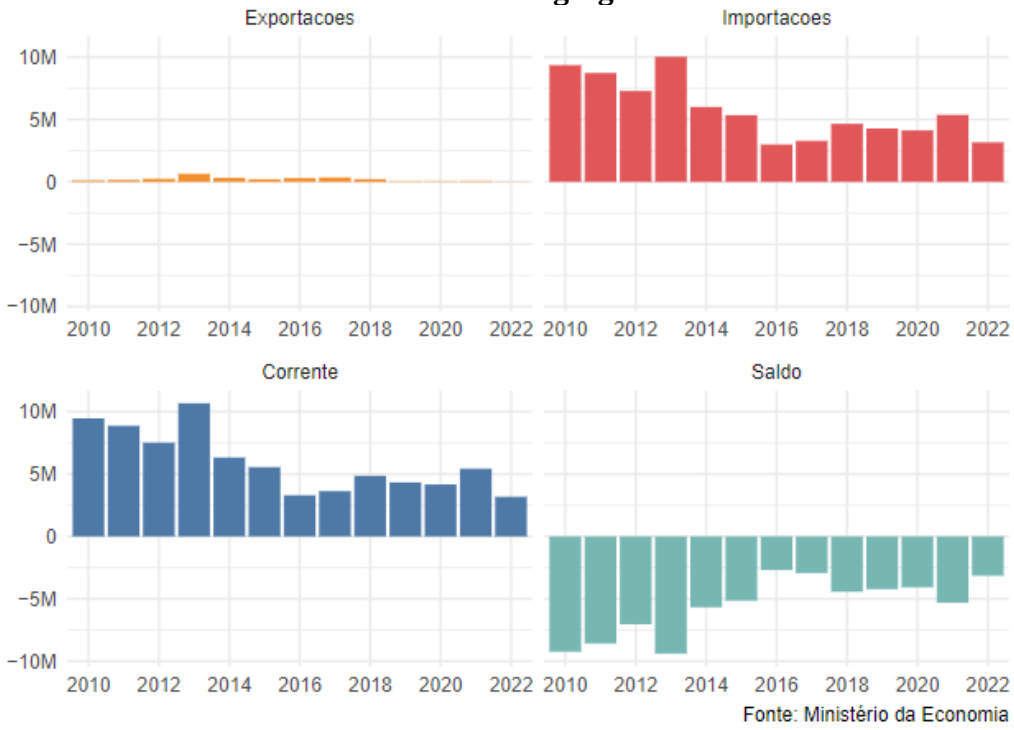


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	58K (-22.12%)	74K (41.18%)	53K (-85.63%)	367K (-45.12%)	668K (119.97%)
Importacoes	6M (23.14%)	5M (1.96%)	5M (-9.65%)	6M (39.13%)	4M (7.06%)
Saldo	-6M (-223.81%)	-5M (-201.55%)	-5M (-195.74%)	-5M (-256.13%)	-3M (-197.01%)
Corrente	6M (22.49%)	5M (2.37%)	5M (-14.37%)	6M (27.01%)	5M (15.60%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	304K (16.87%)	260K (-21.42%)	331K (-51.72%)	685K (136.35%)	290K (96.19%)
Importacoes	4M (-37.37%)	6M (-14.17%)	7M (-39.00%)	11M (26.92%)	9M (-6.92%)
Saldo	-3M (-160.14%)	-6M (-186.20%)	-7M (-161.82%)	-11M (-223.25%)	-9M (-191.47%)
Corrente	4M (-35.10%)	6M (-14.50%)	7M (-39.72%)	12M (30.36%)	9M (-5.36%)

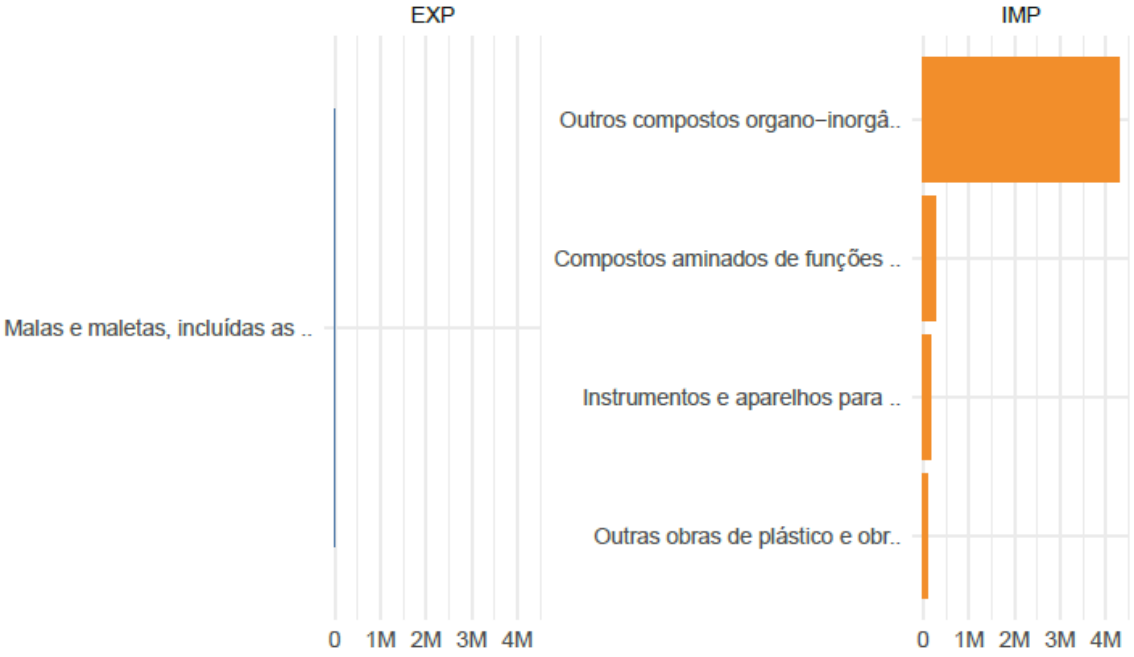
Fluxo de comércio agregado até outubro

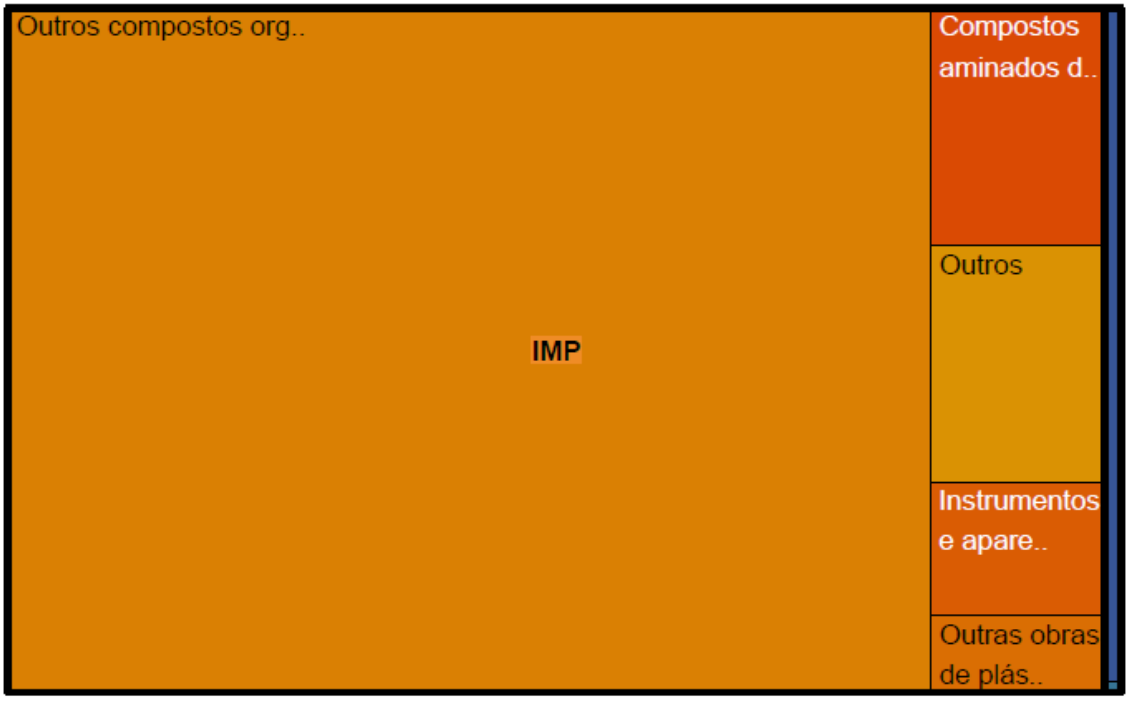


	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	15.1K (-73.9%)	57.9K (30.9%)	44.3K (-7.1%)	47.6K (-77.6%)	212.5K (-38.7%)
Importacoes	3.163M (-41.10%)	5.370M (30.20%)	4.124M (-3.56%)	4.276M (-7.96%)	4.646M (41.58%)
Saldo	-3.15M (-159.3%)	-5.31M (-230.2%)	-4.08M (-196.5%)	-4.23M (-195.4%)	-4.43M (-251.1%)
Corrente	3.18M (-41.45%)	5.43M (30.21%)	4.17M (-3.60%)	4.32M (-11.01%)	4.86M (33.91%)

	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	346.8K (15.8%)	299.4K (47.2%)	203.4K (-36.8%)	321.9K (-49.8%)	641.4K (168.9%)
Importacoes	3.282M (9.57%)	2.995M (-43.98%)	5.346M (-10.95%)	6.004M (-40.16%)	10.033M (37.84%)
Saldo	-2.93M (-208.9%)	-2.70M (-152.4%)	-5.14M (-190.5%)	-5.68M (-160.5%)	-9.39M (-233.4%)
Corrente	3.63M (10.14%)	3.29M (-40.64%)	5.55M (-12.27%)	6.33M (-40.74%)	10.67M (42.00%)

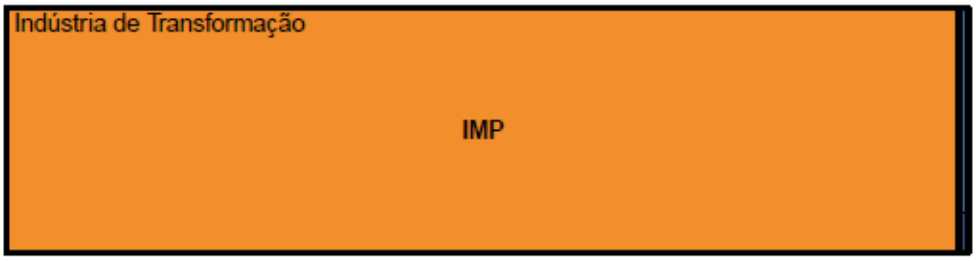
Principais produtos da pauta comercial em 2021



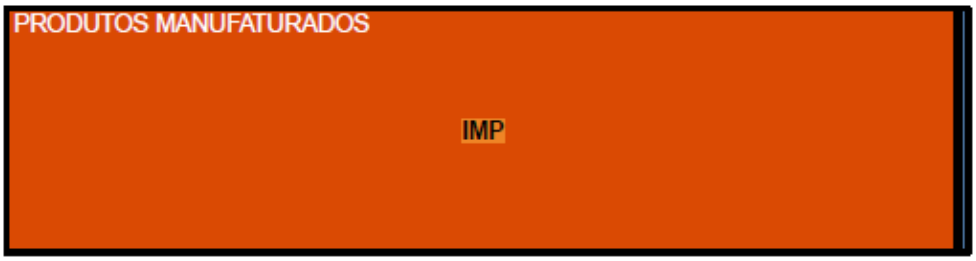


Classificações do comércio

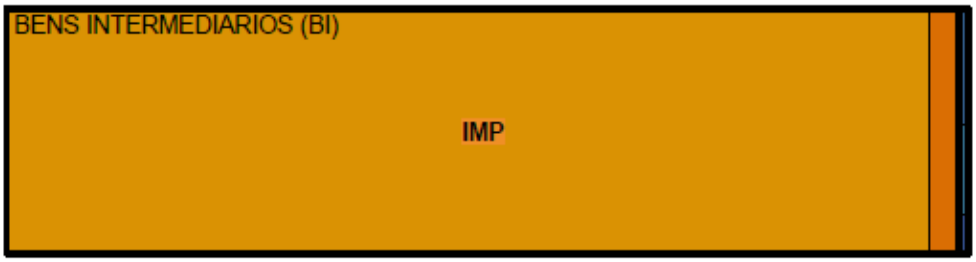
Classificação ISIC em 2021



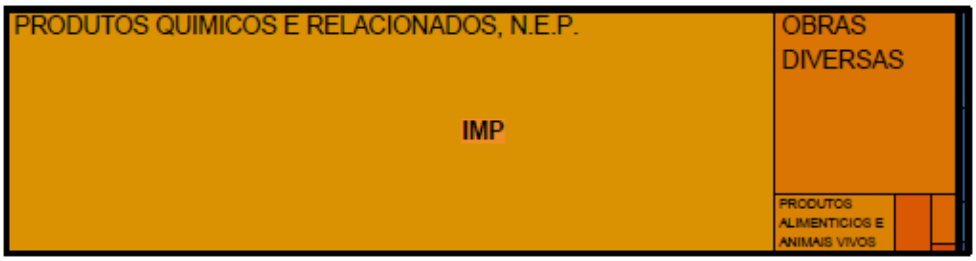
Classificação Fator Agregado em 2021



Classificação CGCE em 2021



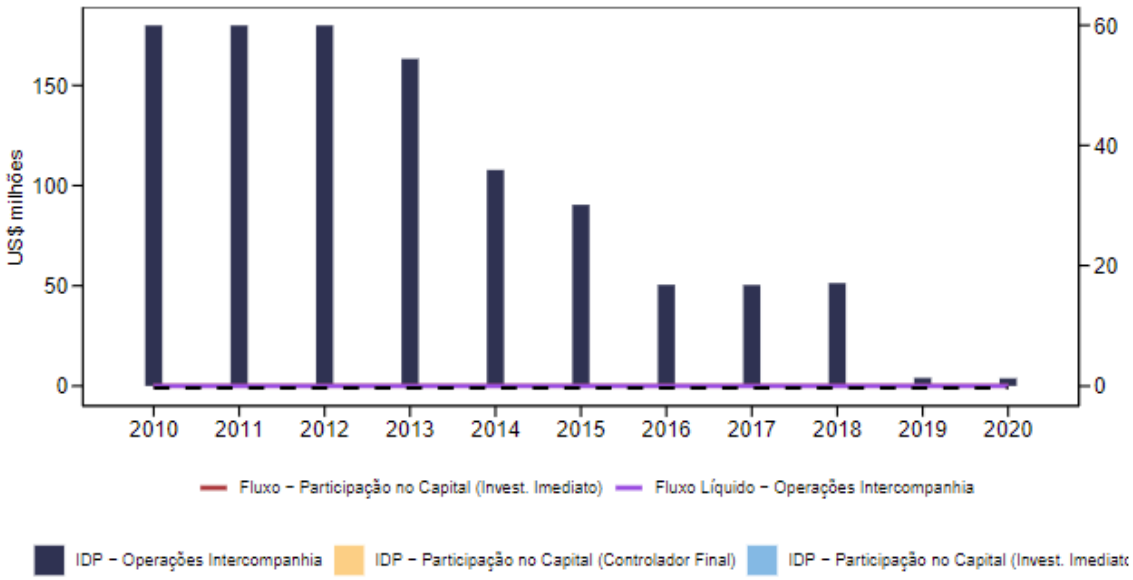
Classificação CUCI em 2021



DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

Material preparado pela Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (SCAEC) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Economia.

Investimentos monegascos no Brasil



names	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
IDP-Operações Intercompanhia	179.96	179.96	179.96	163.28	107.84	90.39
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

names	2016	2017	2018	2019	2020
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	0.00	0.00	0.00	0	0.00
IDP-Operações Intercompanhia	50.46	50.37	51.31	4	3.77
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	0.00	0.00	0	0.00
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	0.00	0.00	0	0.00
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	0.00	0.00	0.00	0	0.00

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM PARIS

Candidato: RICARDO NEIVA TAVARES

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Ricardo Neiva Tavares

Nascido no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1957, Ricardo Neiva Tavares estudou direito na Universidade de Brasília, de 1976 a 1978, e obteve, em 1979, o Diploma Superior de Língua e Literatura francesas (nível 3) da Universidade de Nancy II. Em 1979 e 1980, fez o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no Instituto Rio Branco, em Brasília, e, em 1983 e 1984, o curso da Escola Nacional de Administração francesa (Turma "Léonard de Vinci"). Em 1997, defendeu tese sobre as organizações não-governamentais nas Nações Unidas, no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

O Embaixador Neiva Tavares começou a carreira diplomática como Terceiro Secretário, em 1980, sendo promovido a Segundo Secretário (1982), Primeiro Secretário (1987), Conselheiro (1994), Ministro de Segunda Classe (2001) e Ministro de Primeira Classe (2005).
No Brasil, ocupou, entre outras funções, as de Assistente do Chefe da Divisão Europa-I (de 1980 a 1983 e de 1985 a 1986), Assessor do Secretário-Geral (1993 a 1995), Coordenador-Geral de Organizações Econômicas (2001 a 2002), Chefe da Assessoria de Comunicação Social (2003 a 2004), Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete (2004 a 2006) e Assessor Especial do Ministro de Estado (2006 a 2008). Também foi Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais junto ao Supremo Tribunal Federal (2020 a 2022).

No exterior, foi Segundo Secretário (1986 e 1987) e Primeiro Secretário (1987 a 1989) na Embaixada do Brasil em Paris; Primeiro Secretário na Embaixada do Brasil em Tóquio (1989 a 1993); Conselheiro na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1995 a 1998); e Conselheiro na Embaixada do Brasil em Camberra (1998 a 2001).

Foi Embaixador do Brasil junto às Comunidades Europeias (2008 a 2010) e junto à União Europeia (2010 a 2013); Embaixador do Brasil na Itália e, cumulativamente, em Malta e San Marino (2013 a 2016); além de Embaixador do Brasil na Áustria e representante permanente junto a Organismos Internacionais sediados em Viena (2016 a 2018).

Oficial da Legião de Honra e Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito da França, o Embaixador Neiva Tavares é também Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem do Mérito da Itália e recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco do Brasil, a Grande Insígnia de Honra em Ouro por Serviços à República da Áustria, a Ordem de Orange-Nassau dos Países Baixos (Grande Oficial), a Ordem Real do Mérito Norueguês (Comendador) e a Ordem Real de Al-Alaoui do Marrocos (Comendador), entre outras condecorações.

É casado com Cecilia de Meira Penna Neiva Tavares, com quem teve quatro filhos.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E FRANÇA E ENTRE BRASIL E MÔNACO
(elaborado pelo Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra, que deixou o posto)

Introdução

- No caso da França, estou convencido de que o Brasil pode auferir ganhos expressivos da intensificação do relacionamento com aquele que é o único país europeu com o qual compartilhamos limites territoriais, além de ser o representante da União Europeia no Conselho de Segurança das Nações Unidas e de contar com presença relevante em diversos cenários da complexa geopolítica atual. Nesse contexto, a Parceria Estratégica que o Brasil mantém com a França, e cujo Plano de Ação completará 15 anos em 2023, constitui arcabouço que permite, entre outros, a concretização daquele que é o maior projeto brasileiro de defesa de sua soberania desde a construção da hidrelétrica de Itaipu: o Programa de Obtenção de Submarinos – PROSUB.
- Desafio que não pode deixar de ser mencionado foi a pandemia de coronavírus que afetou o mundo em 2020 e 2021. As limitações à mobilidade internacional causaram forte redução nas missões de parte a parte, o que acabou por dificultar a propositura de novas iniciativas.
- Internamente, pude acompanhar durante a minha gestão os desdobramentos da crise dos "coletes amarelos". Também pude observar e analisar o processo que levou à reeleição de Macron, em campanha que redundou em incremento expressivo da força da extrema-direita e união inédita dos partidos de esquerda na Assembleia Nacional.

Temas de defesa

- A cooperação bilateral na área de defesa é a mais emblemática da Parceria Estratégica entre Brasil e França, lançada em 2006 e materializada no Plano de Ação de 2008. Para o Brasil, o diferencial francês está na disposição e autonomia para incluir transferências tecnológicas nos acordos de cooperação, assim contribuindo para o fortalecimento de nossa base industrial de defesa. Militares dos dois países mantêm frequentes encontros, em diferentes níveis. Brasil e França também realizam diálogos 2+2, que envolvem os ministérios das Relações Exteriores e da Defesa de ambos os países.
- A cooperação estende-se por uma miríade de diferentes temas, dos clássicos aos mais inovadores, como defesa cibernética e aeroespacial. Cumpre destacar, contudo, alguns programas específicos atualmente em estudo, como a possível parceria na modernização do sistema de artilharia do Exército e a eventual aquisição de radares tridimensionais móveis. Outros, como o Programa de Desenvolvimento e Nacionalização de Helicópteros (H-XBR) e o Programa de Obtenção de Submarinos (PROSUB) já estão plenamente operacionais. De fato, a Helibrás (filial brasileira da Airbus Helicopters em Itajubá/MG) já entregou a maior parte das aeronaves contratadas e, mais recentemente, as três últimas unidades Caracal foram convertidas em 27 helicópteros de treinamento da classe Esquilo. No caso do PROSUB, o primeiro submarino de propulsão convencional (S-BR1 "Riachuelo") foi transferido ao setor operativo da Marinha em 2022, enquanto outros três deverão ser entregues até 2025.
- Em relação ao submarino de propulsão nuclear (SNBR), os dois países trabalham com horizonte mais dilatado. Neste caso, a França se limita a prestar apoio no projeto e na construção do casco da embarcação, enquanto a Planta Nuclear Embarcada (PNE) segue sob a responsabilidade da Marinha.
- Durante minha missão em Paris, encareci a atenção das autoridades militares francesas e brasileiras para o risco de que, uma vez entregues os submarinos comprados pela Marinha,

o canteiro naval de Itaguaí, de propriedade da Itaguaí Construções Navais (ICN), passe por processo de desmanche caso não receba encomendas de terceiros países. Tal destino contraria a lógica da absorção de conhecimento e tecnologia naval por trás do acordo bilateral. Com vistas a evitá-lo, busquei convencer o Naval Group, um dos controladores da ICN, a concentrar na planta brasileira a produção do modelo "Scorpène" para marinhas de terceiros países.

Cooperação transfronteiriça

- A Guiana Francesa é o maior território ultramarino francês em extensão territorial e um dos maiores também em número de habitantes. A fronteira comum é a maior fronteira terrestre francesa e representa um dos principais componentes da relação bilateral. Em função do alto grau de institucionalidade dos dois estados, defendi, durante minha gestão, que a cooperação se estruturasse de modo a servir de modelo para a relação com os demais países lindeiros ao Brasil.
- A Comissão Mista Transfronteiriça (CMT) é o principal mecanismo de concertação franco-brasileiro sobre temas relativos à fronteira. A XI reunião da CMT realizou-se em 3-4/7/2019, em Macapá. A pandemia levou ao seguido adiamento de nova edição do encontro, cuja iniciativa deve partir da França, país anfitrião da próxima edição.
- O assunto mais relevante da CMT é o combate ao crime transfronteiriço. Os dois países mantêm o Centro de Cooperação Policial Brasil-Guiana Francesa (CCP), para a troca de informação e coordenação de ações. A França defende que o Brasil amplie sua presença, com a inclusão de representantes de outras forças policiais e da Receita Federal. O tema que mais preocupa o governo francês é o do garimpo ilegal. Nesse contexto, procurei conscientizar o governo francês no sentido de estreitar a cooperação bilateral para a repressão de facções. Passo fundamental para tanto seria rever a atual legislação francesa (circular DAP-PMJ4/2007), que inscreve o Brasil entre os países para os quais a transmissão de informações sobre estrangeiros detidos em território francês só pode ocorrer com o consentimento do preso, o que dificulta a ação das autoridades policiais brasileiras, com efeitos perniciosos dos dois lados da fronteira.
- Trabalhei igualmente com vistas a encaminhar outros irritantes no âmbito das relações transfronteiriças, como o regime assimétrico de vistos. Permito-me recordar que a França exige visto para ingresso de brasileiros no território da Guiana Francesa, ainda que não o faça em relação ao território metropolitano. Moradores da região têm dificuldades para obtenção do documento, sendo-lhes necessário percorrer longas distâncias para tanto. O regime, além de estimular a travessia irregular, prejudica o intercâmbio turístico e comercial.
- Dificuldade adicional para o trânsito transfronteiriço é o custo proibitivo do seguro exigido dos veículos brasileiros para que possam circular em território franco-guineense. Para contornar a questão, foram realizadas gestões junto à Caixa Seguradora, que indicou a agência Youse para o desenvolvimento de produto ("pacote digital") para a região fronteiriça.

Promoção comercial e de investimentos

- Os cenários de comércio e de investimentos bilaterais mantiveram-se relativamente estáveis, apesar dos efeitos deletérios da pandemia. Entre 2019 e 2021, o volume total de comércio do Brasil com a França caiu de US$ 7,5 bilhões para US$ 7,3 bilhões, tendo sido mantido o padrão de exportação de commodities brasileiras e importação de bens manufaturados franceses, com superávit em favor da França (US$ 2,31 bilhões em 2021).

O Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada em Paris apoiou, sempre que possível, setores com capacidade para exportar bens com maior valor agregado, como café torrado e chocolates (em vez da matéria-prima de grãos verdes e pasta de cacau). Foram realizadas, nesse sentido, ações como a celebração do Dia Internacional do Café e eventos em apoio à delegação brasileira presente nas edições do "Salon du Chocolat".

- O calendário de feiras e salões na França foi prejudicado pela pandemia. No período em análise, o SECOM apoiou a participação brasileira nos seguintes eventos: Paris Air Show (2019) Milipol (2021), Euronaval (2022) e Eurosatory (2022), setor de defesa; Maison & Objet (2019), setor de decoração e utilidades domésticas; IFTM Top Resa (2019), setor de turismo; Salão do Chocolate (2019, 2021 e 2022); Paris Design Week (2021), setor de mobiliário; In-cosmetics (2019) e MCB (2021 e 2022), setor de cosméticos; Paris Coffee Show (2022); MIPIM (2022), setor de turismo e hotelaria; Franchise Expo (2022), setor de franquias; e SIAL (2022), setor de alimentos.
- Em termos de investimentos, a França manteve-se como uma das principais origens de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil, com estoque total de US$ 40,2 bilhões (2020). A presença francesa é tradicional e diversificada, com participação em setores como energia (renováveis, petróleo, gás, nuclear), saneamento, transporte, metalurgia, defesa, aeroportos, tecnologia da informação, hotelaria, varejo, entre outros. Segundo o BACEN, 861 empresas francesas estavam instaladas no Brasil em 2020, as quais foram responsáveis pela geração de mais de 500 mil empregos diretos. Entre as 40 companhias que integram o CAC 40 (índice de referência da bolsa de valores de Paris), 39 estão presentes no Brasil, com destaque para Carrefour, Casino, Engie, TotalEnergies, Suez, EDF Energies Nouvelles, Tereos, Vinci, ADP, Alstom, Accor, Naval Group, Sanofi, Peugeot, Renault e Michelin.
- Em linha com as orientações da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, criei o Setor do Agronegócio (SEAGRO), cujas atribuições incluem monitorar a cobertura na imprensa e em outras mídias francesas sobre a imagem do agronegócio brasileiro. Nesse acompanhamento, verificou-se preponderância de notícias negativas, sobretudo associando o desmatamento na Amazônia e no Cerrado à pecuária e à plantação de soja. O posto buscou desfazer essas percepções equivocadas, sempre reforçando o compromisso do Brasil com a preservação do meio ambiente e o estrito cumprimento, pelos exportadores brasileiros, de normas ambientais, sanitárias e fitossanitárias.
- A respeito do Acordo MERCOSUL- União Europeia, envidei esforços para combater o discurso de que as exportações mercosulinas teriam efeitos deletérios sobre os interesses do setor agrícola francês. Assinalei que, ao promover a intensificação dos fluxos de comércio e de investimentos, a cooperação tecnológica, a geração de empregos e, em última instância, o crescimento econômico, a integração entre os blocos beneficiará a todos os envolvidos. Busquei transmitir essa mensagem, em especial, a autoridades do Movimento das Empresas da França (MEDEF), principal órgão patronal e importante caixa de ressonância entre produtores de bens com maior valor agregado. Procurei, ademais, apontar os benefícios que o arranjo pode oferecer a setores em que a França é competitiva, como o dos vitivinicultores, instando seus representantes a serem mais vocais em favor desse instrumento.

Cooperação em ciência, tecnologia e inovações

- Envidei esforços para aprofundar a histórica cooperação científica e tecnológica Brasil-França, que inclui projetos de alta complexidade, como o supercomputador Santos-Dumont, instalado em Petrópolis-RJ, em 2015, e o “Latin America Quantum Computer Center”, lançado em 2021, em Salvador, ambos pela empresa francesa Atos. Além de

preservar este legado, minha atuação na área visou a explorar o potencial da parceria bilateral com uma das maiores referências mundiais em CT&I: a França foi o 12º país do "Global Innovation Index 2022" e Paris foi elencada como o 10º maior cluster de tecnologia.

- A título de exemplo, ainda em 2019, o posto apoiou a missão da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) a Paris, bem como a realização da "FAPESP Week França", evento que reuniu pesquisadores dos dois países, nas cidades de Lyon e Paris.
- Apesar das dificuldades impostas pela situação sanitária em 2020 e 2021 - que levou a considerável redução da mobilidade de pesquisadores, bem como ao adiamento de missões e eventos -, foram desenvolvidas diversas iniciativas visando a fortalecer a imagem do Brasil em matéria de inovação, bem como a prestar apoio à internacionalização de empresas nacionais e a atrair para o país investimentos na área. A principal foi a organização do pavilhão do Brasil em duas edições do Viva Technology (maior salão de tecnologia da Europa), em 2019 e em 2022, que permitiu a "startups" brasileiras exporem produtos e serviços, bem como contribuiu para a difusão da imagem do país como produtor de inovação. Também no contexto do VivaTech 2022 (14-18/6), o posto prestou apoio à delegação liderada pelo então Secretário-Executivo do MCTI, Sérgio Freitas de Almeida, que manteve encontros com importantes interlocutores nesta capital, como o Ministério de Ensino Superior, Pesquisa e Inovação (MESRI) e o Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), para divulgar o Projeto SALAS da Amazônia e tratar de cooperação em inteligência artificial – área promissora, tendo em vista as semelhanças entre as estratégias nacionais de ambos os países.
- Ressalto, por fim, o apoio prestado à missão da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do MCTI, que participaram, em setembro último, em Paris, do International Astronautical Congress (IAC). Identifica-se forte potencial de cooperação bilateral nesta área, tendo em vista o acordo firmado entre a AEB e o Centre national d'études spatiales (CNES) em 2019 e já em vias de implementação.

Cooperação cultural

- Durante minha gestão, estruturei as atividades de difusão cultural em torno de quatro eixos: consolidação do apoio a atividades desenvolvidas tradicionalmente com parceiros locais; investimento na utilização das instalações da Chancelaria como ativo patrimonial; busca de patrocínio privado para viabilização de eventos e projetos e fomento à desconcentração territorial de ações.
- Na consolidação das atividades desenvolvidas com parceiros locais, destaco o apoio financeiro, institucional e de divulgação à realização do festival de cultura afro-brasileira "Lavage de la Madeleine", que tradicionalmente apresenta desfile de grupos em cortejo ao som de batucada, maracatu e samba pelas ruas de Paris, culminando na lavagem das escadarias da igreja homônima. Assinalo que o organizador do evento, Roberto Chaves, recebeu, por iniciativa do Posto, comenda do Senado francês por ter mantido a realização do festival durante o confinamento provocado pela pandemia. Igualmente, mantive o apoio ao festival de cinema brasileiro de Paris, organizado há mais de 20 anos pela Associação Jangada, bem como aprofundei a parceria com a Librairie Portugaise & Brésilienne, por intermédio da qual é realizado clube de leitura com encontros mensais em torno de obras literárias contemporâneas traduzidas para o francês.
- Empenhei-me em assegurar apoio financeiro de organizações privadas para viabilizar a realização de eventos como a exposição "France-Brésil, une histoire d'amour: le patrimoine français à Rio de Janeiro" do fotógrafo Omar Montenegro. Conjunto de 29 fotos que

retratam a influência de arquitetos, paisagistas e artistas franceses no urbanismo do Rio de Janeiro ao longo dos séculos, a exposição foi viabilizada graças ao patrocínio de empresas privadas francesas (Dassault, Engie, Vicat) e brasileiras presentes na França (Banco do Brasil, Natura).

- Por fim, considerei relevante envidar esforços para apoiar iniciativas de difusão cultural fora da capital francesa. Destaco o apoio à itinerância da exposição fotográfica já mencionada na cidade de Nice, na região Provence-Alpes-Côte-d'Azur. A mostra foi montada pela prefeitura da cidade no emblemático calçadão Promenade des Anglais, no contexto do aniversário de 45 anos do acordo de irmanação com a cidade do Rio de Janeiro. Registro, ainda, o apoio à ampliação do festival de danças e músicas tradicionais "Printemps du Brésil", organizado anualmente em Toulouse, sob direção artística do instrumentista Carlos Valverde, bem como o apoio institucional à realização da exposição «Carnaval de Rio», que apresentou uma centena de fantasias no Centre National du Costume de la Scène, na cidade de Moulins.

Cooperação educacional e promoção da língua portuguesa

- Busquei fomentar a tradicional cooperação universitária com a França, que foi, entre 2017 e 2020, o país que recebeu o maior número de bolsistas do governo brasileiro no mundo. Em 2019, havia em torno de 5500 estudantes brasileiros na França. Esse intercâmbio foi afetado pela decisão francesa de suspender a emissão de vistos para países considerados de risco, incluindo o Brasil, no contexto da pandemia. Na ocasião, realizei gestões junto a autoridades francesas e, em agosto de 2021, o governo francês retomou a emissão dos vistos.
- Além da tradicional cooperação descentralizada entre universidades brasileiras e francesas, foram acompanhados os programas financiados pela CAPES: COFECUB (voltado a doutorandos), BRAFITEC (graduação em engenharias) e BRAFAGRI (graduação em ciências agronômicas). Apesar do interregno da pandemia, todos foram renovados, em junho último. Estão sendo financiados, no momento, 35 projetos do COFECUB (até 12 bolsas para cada), 25 do BRAFITEC (de 12 a 36 bolsas para cada) e 10 do BRAFAGRI (de 9 a 27 bolsas para cada).
- Com relação à promoção da língua portuguesa, empenhei-me em estreitar os vínculos com o Collège e o Lycée de l'Est Parisien (localizados na cidade de Noisy-le-Grand, entorno de Paris). Estes são os únicos estabelecimentos públicos e gratuitos de ensino fundamental II e médio, respectivamente, que possuem, na França territorial, Seção Internacional Brasileira, em que alunos estudam o português em sua variante brasileira em regime de imersão.
- O Posto manteve estreito contato com os leitores atuantes na França continental, acompanhando e apoiando suas iniciativas e projetos, e envolvendo-os nas iniciativas e eventos da embaixada, entre os quais destaco a realização do IV Encontro de Professores de Língua, Literaturas e Culturas Lusófonas na França, em coordenação com o Instituto Camões de Paris.

Relações com Mônaco

- Com relação ao Principado de Mônaco, foi mantida a fluidez no relacionamento bilateral, especialmente no que se refere à cooperação judiciária. Meu bom relacionamento com o embaixador de Mônaco junto ao governo francês possibilitou, ainda, a realização de gestões solicitadas, particularmente no que tange a candidaturas brasileiras para organismos multilaterais.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência, capacitada a promover, aprofundar e administrar, com integridade e visão global, as relações do Brasil com a França e com Mônaco, em todos os seus âmbitos e níveis. Defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros por intermédio de atuação diplomática de excelência e prestar contas ao governo, aos órgãos de controle, aos entes federados interessados, ao Congresso Nacional e à sociedade em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações bilaterais do Brasil com os países mencionados.

MISSÃO DO POSTO

Representar e defender os interesses do Brasil nas suas relações com a França e com Mônaco, tanto no âmbito intergovernamental quanto com os setores privados locais e com as sociedades civis francesa e monegasca, bem como no que tange ao fomento da cooperação bilateral em todos os níveis. Integrar as ações diplomáticas junto à França e a Mônaco aos esforços regionais e globais do Brasil em suas relações internacionais.

VALORES

Integridade. Sentido de Missão. Profissionalismo. Excelência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar e atualizar a Parceria Estratégica Brasil-França, especialmente no contexto do 15º aniversário de seu Plano de Ação, a ser celebrado ao longo de 2023, em todas as suas vertentes;
2. Aprofundar as relações do Brasil com o Principado de Mônaco;
3. Monitorar a realidade interna e as tendências no campo legislativo e regulatório da França e de Mônaco com potenciais efeitos sobre interesses brasileiros relativos a questões políticas, sociais, econômicas, comerciais, ambientais, culturais e tecnológicas, com vistas a subsidiar a condução das relações bilaterais;
4. Acompanhar as principais linhas de ação externa da França em todos os continentes, bem como as do Principado de Mônaco, com o fito de identificar oportunidades que possibilitem fazer avançar os objetivos da política externa brasileira;
5. Promover os produtos, a imagem e a cultura do Brasil na França e em Mônaco;
6. Ampliar o conhecimento e, quando possível, a influência brasileira sobre os processos de decisão de mecanismos e foros internacionais onde também estejam presentes a França e Mônaco, por intermédio do fortalecimento da articulação com seus governos, e explorar formas de promover interesses comuns em foros nos quais o Brasil não participa diretamente, sobretudo no contexto da União Europeia;
7. Explorar oportunidades de coordenação com a França e com Mônaco que possam trazer benefícios para as posições defendidas pelo Brasil em organismos multilaterais, bem como apoio a candidaturas brasileiras em órgãos das Nações Unidas e outros;

8. Fomentar o tradicional intercâmbio científico-educacional entre o Brasil e a França, mediante o apoio e o incentivo à elaboração de projetos comuns de pesquisa e o intercâmbio de estudantes e pesquisadores;
9. Promover os interesses econômicos e comerciais do Brasil na França e em Mônaco e valorizar a imagem da economia brasileira nos dois países, com ênfase nas características de inovação, sanidade e sustentabilidade, na atração de investimentos em áreas de interesse do Brasil e no incentivo a contatos entre as respectivas iniciativas privadas;
10. Promover a cooperação entre o Brasil e a França e entre o Brasil e Mônaco para a defesa da democracia, dos direitos humanos e da reforma da governança global e para o enfrentamento da mudança do clima e a promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção do meio ambiente;
11. Promover os destinos turísticos brasileiros na França e em Mônaco;
12. Promover a cooperação entre o Brasil e a França no desenvolvimento, geração e exportação de energia, principalmente de fontes renováveis.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Metas prioritárias

Promoção comercial

- Aumentar o fluxo do comércio bilateral de bens e serviços com a França;
- Promover as exportações brasileiras de bens e serviços para a França;
- Identificar estratégias de promoção de produtos e de serviços brasileiros no mercado francês, em parceria com a Apex-Brasil e com as associações profissionais, no âmbito dos projetos setoriais desenvolvidos por essas entidades;
- Levantar informações sobre as especificidades do mercado local, bem como as políticas tarifárias e não tarifárias aplicáveis e demais procedimentos;
- Elaborar análises trimestrais do comércio bilateral com a França, a partir de dados estatísticos fornecidos por organismos oficiais dos dois países;
- Realizar estudos conjunturais com o intuito de identificar oportunidades para as empresas brasileiras;
- Organizar ações de capacitação, destinadas a proporcionar melhor conhecimento da demanda local aos exportadores brasileiros;
- Divulgar rodadas de negócios e outras iniciativas organizadas pela Apex-Brasil, destinadas a promover o comércio bilateral;
- Organizar missões de empresários brasileiros que desejam iniciar negócios no mercado francês ou ampliá-los para outras regiões do país;
- Apoiar a participação brasileira em feiras e eventos profissionais importantes na França, tais como "Eurosatory", "Salão Internacional de Aeronáutica e do Espaço Paris-Le Bourget" e "Euronaval" (setor de defesa); "Salão Internacional da Alimentação - SIAL", "Salão Internacional da Agricultura", "Salão do Chocolate" e "Paris Coffee Show" (setor de alimentação); "Première Vision", "Tranoï", "Who's Next", "Première Classe", "Salão Internacional da Lingerie" e "Interfilière" (setor de moda); "Franchise Expo" (setor de franquias); "Global Industrie" e "Batimat" (setor de indústria); "MCB Hair World" e "Cosmetic 360" (setor de cosméticos); "Maison & Objet" (setor de mobiliário e decoração); "MIPIM" (setor imobiliário); e "Carrefour du Bois" (setor madeireiro);
- Promover a interlocução entre empresários franceses e brasileiros;
- Identificar pontos da legislação francesa relativos à regulação do comércio de bens de interesse de exportadores brasileiros, bem como manter as associações setoriais no Brasil informadas sobre desdobramentos nas leis pertinentes;
- Organizar seminários para divulgar iniciativas destinadas a aumentar a sustentabilidade e a inovação nos processos produtivos e promover a imagem do produto brasileiro na França;
- Divulgar concorrências públicas internacionais abertas na França, com vistas à participação de empresas brasileiras.

Acesso a mercados para produtos do agronegócio:

- Relatar e comentar os principais acontecimentos e desenvolvimentos relativos à agricultura e à pecuária na França, com ênfase no seu possível efeito sobre exportações agrícolas brasileiras, inclusive medidas protecionistas e que distorcem o comércio internacional;
- Monitorar notícias e comentários publicados em meios franceses que tenham potencial para causar dano à imagem e à reputação do agronegócio brasileiro, bem como aos fluxos comerciais regulares, com particular atenção para aspectos de sustentabilidade, e apresentar estratégia de resposta quando cabível;
- Acompanhar tendências da França em matéria agrícola e alimentar, inclusive em seu posicionamento em relação à definição de políticas no âmbito da União Europeia;
- Realizar gestões junto às autoridades governamentais e a interlocutores locais relevantes em favor da imagem do agronegócio brasileiro e promover o Brasil como fornecedor seguro e confiável de alimentos, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a desfazer percepções equivocadas acerca do agronegócio brasileiro;
- Monitorar os debates e a evolução do posicionamento francês quanto à adoção de medidas de cunho ambiental com impacto sobre o comércio de bens agroalimentares, em particular no âmbito europeu;
- Manter contatos e reuniões com autoridades e especialistas das áreas de agricultura e pecuária a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades nesses setores.

Interesses brasileiros da Base Industrial de Defesa (BID) na França:

- Apoiar a realização de missões e eventos de promoção comercial da BID na França, com vistas a fortalecer os vínculos entre os setores empresariais dos dois países, com o apoio dos adidos militares do Posto;
- Dar continuidade a gestões no sentido de sensibilizar o estaleiro francês responsável pela construção dos submarinos no Complexo Naval de Itaguaí (RJ) a utilizar essas instalações para a produção de embarcações militares para outros países, no sentido de garantir a continuidade do trabalho daquele canteiro naval após a entrega do último submarino previsto no Programa de Obtenção de Submarinos - PROSUB;
- Promover maior conhecimento recíproco entre as bases industriais de defesa dos dois países.

Atração de investimentos

- Organizar seminários para divulgar o potencial e as oportunidades de investimento para empresas francesas no Brasil;
- Promover a cooperação com a "Business France", a "Agência Francesa de Desenvolvimento" (AFD) e o "Movimento das Empresas da França " (MEDEF), com vistas a fomentar investimentos diretos no Brasil;
- Organizar eventos em parceria com a "Câmara de Comércio do Brasil na França" (CCBF) e outras entidades empresariais para divulgar oportunidades de investimentos no Brasil;
- Estruturar e apoiar missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil;
- Divulgar oportunidades de investimentos no Brasil e medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, especialmente junto a formadores de opinião e lideranças corporativas locais;

- Apoiar a realização do Foro Econômico Brasil-França, evento anual organizado pela seção internacional do "Movimento das Empresas da França" (MEDEF) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- Monitorar o processo de transição energética francesa, com vistas à identificação de oportunidades de negócios para empresas brasileiras, bem como o potencial de atração de investimentos, especialmente nos setores de energia nuclear, solar, eólica e de hidrogênio verde.

Acompanhamento de políticas francesas e desenvolvimentos no país que tenham repercussão em matéria econômica, financeira e de investimentos

- Elaborar informações regulares sobre mudanças de política emanadas de diferentes esferas do poder público francês;
- Manter contato com autoridades locais e agentes acadêmicos e de outros organismos, bem como com diplomatas de outras Embaixadas, para conhecer diferentes perspectivas sobre os desdobramentos econômicos e seu impacto na sociedade francesa;
- Acompanhar notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação franceses, bem como nos canais oficiais em redes sociais do país, sobre temas econômicos ou com relevância para a economia brasileira;
- Acompanhar eventos sobre temas da atualidade econômica francesa, bem como sobre iniciativas específicas em assuntos relevantes para a economia do Brasil;
- Acompanhar os processos de aquisições e de transferência de controle de grandes empresas francesas, em particular daquelas com importância sistêmica ou com relevância para as relações com o Brasil;
- Monitorar medidas e propostas de avaliação e controle de investimentos ("investment screening"), em particular as que afetem os interesses brasileiros;
- Acompanhar o debate público na França em questões econômicas, fiscais, financeiras e de investimentos, em particular sobre o posicionamento do país no âmbito da União Europeia;
- Acompanhar e relatar a evolução das posições francesas em foros econômicos multilaterais, especialmente no tocante a seu impacto sobre interesses brasileiros.

Promoção do Acordo Mercosul-UE junto às autoridades e sociedade francesas

- Acompanhar e monitorar a evolução do posicionamento francês em relação ao Acordo de Associação MERCOSUL-UE;
- Intensificar contatos junto a autoridades locais e atores privados da sociedade francesa sobre o acordo MERCOSUL-UE;
- Esclarecer a sociedade e o poder público franceses no âmbito econômico e comercial sobre o compromisso do Brasil com a sustentabilidade, a preservação ambiental e o cumprimento por nossos exportadores de normas sanitárias, fitossanitárias e alimentares.

Ampliação da influência do Brasil nos processos de decisão de foros regionais e internacionais econômicos e financeiros

- Promover a cooperação entre o Brasil e a França em foros multilaterais, nos setores econômico e financeiro, em temas de interesse recíproco.

Mônaco

- Identificar setores, bens e serviços brasileiros prioritários para ações de diversificação e de promoção da pauta exportadora brasileira para Mônaco.
- Apoiar ações de empresas brasileiras e monegascas para a realização de *joint ventures*;
- Articular as ações de promoção de investimentos do Posto com a APEX-Brasil e demais órgãos relevantes do governo federal, estados e municípios;
- Articular as ações de promoção de investimentos do Posto com as associações representativas do setor privado, especialmente por meio do estímulo a ações e projetos no âmbito da parceria FecomercioSP e Câmara do Comércio de Mônaco;
- Fortalecer o diálogo nas áreas financeira e fiscal, com vistas a promover cooperação financeira capaz de estimular ambiente favorável ao investimento e ao comércio bilateral;
- Estimular o diálogo e a circulação de informações sobre "títulos verdes" e "títulos de sustentabilidade", com vistas à realização de investimentos monegascos em projetos brasileiros.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de contatos e gestões junto a representantes do governo francês para promover interesses brasileiros;
- Número de relatórios de monitoramento de notícias e comentários publicados em meios franceses com implicações sobre o agronegócio brasileiro;
- Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela Embaixada, ou com sua participação, para promoção do agronegócio brasileiro;
- Número de relatórios sobre assuntos agrícolas, econômicos, financeiros e de investimentos;
- Número de contatos com especialistas das áreas de agricultura e pecuária;
- Número de missões, reuniões, encontros ou eventos de promoção da Base Industrial de Defesa (BID);
- Número de contatos junto a autoridades econômicas e financeiras da França para tratar de interesses brasileiros em organizações econômicas multilaterais;
- Número de publicações próprias ou realizadas com apoio da Embaixada, em meio impresso ou eletrônico, sobre a economia brasileira;
- Número de reuniões com entidades empresariais brasileiras e francesas com vistas à preparação das edições do Foro Econômico Brasil-França;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre a economia francesa, bem como sobre outros assuntos relacionados à economia nacional ou à relação entre a França e terceiros países e organizações;
- Número de análises setoriais realizadas em segmentos que apresentam possibilidades de negócios para os produtos e serviços brasileiros;
- Número de eventos (seminários, feiras e rodadas de negócios) organizados pela Embaixada, com o objetivo de promover produtos brasileiros na França;
- Número de empresas francesas inscritas nos projetos de identificação de oportunidades ("matchmaking") e em missões compradoras/exportadoras organizadas pela Apex-Brasil e divulgadas pela Embaixada;

- Número de reuniões com empresas brasileiras exportadoras que desejam prospectar o mercado francês;
- Número de encontros com empresários franceses e representantes de empresas brasileiras atuantes no mercado francês;
- Número de atendimentos a empresas francesas em busca de fornecedores para produtos diversos;
- Número de iniciativas destinadas a promover a imagem do produto brasileiro no mercado francês (publicações, seminários e missões);
- Número de iniciativas destinadas a divulgar oportunidades de investimento no Brasil;
- Número de reuniões com empresas francesas com potencial interesse de investimento no Brasil;
- Número de contatos com organismos regulatórios e entidades certificadoras francesas;
- Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras ações para promover maior participação do Brasil no comércio com Mônaco.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS:

Metas prioritárias

Relançamento da parceria estratégica Brasil-França, por meio dos mecanismos diplomáticos e da atualização do Plano de Ação bilateral de 2008

- Apoiar a preparação e realização de visitas oficiais de alto nível de autoridades brasileiras à França e de autoridades francesas ao Brasil, inclusive de representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes federativos;
- Apoiar a preparação e realização de reuniões dos mecanismos bilaterais de alto nível, entre os quais a retomada dos encontros dos Secretários-Gerais das chancelarias do Brasil e da França, bem como o mecanismo regular de Consultas Políticas, o Diálogo Político-Militar (Diálogo 2+2), o Diálogo entre Diretores de Nações Unidas e o Diálogo sobre temas de não proliferação e desarmamento nucleares;
- Apoiar contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e franceses, em formato presencial ou virtual;
- Fomentar o diálogo e manter canais abertos e fluidos com os todos os órgãos do governo francês, com vistas à promoção de agendas de interesse comum;
- Apoiar negociações para atualizar o Plano de Ação da Parceria Estratégica entre o Brasil e a França.

Aumento da interlocução entre as duas Chancelarias

- Revitalizar os canais regulares de diálogo e interação com o governo francês, por meio de seu Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros;
- Realizar reuniões e negociações periódicas com interlocutores diplomáticos franceses e gestões em defesa dos interesses do Brasil no plano bilateral e sobre temas da agenda internacional;
- Representar o Brasil em cerimônias oficiais promovidas pelo governo francês;

- Prestar apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre o Brasil e a França.

Acompanhamento, do ponto de vista dos interesses do Brasil, das atividades de política interna e externa francesas

- Elaborar regularmente informações de registro e análise que permitam ao governo brasileiro se manter informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências das políticas interna e externa francesas, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, desarmamento e não proliferação, comércio e investimentos, energia, meio ambiente, mudança do clima, desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outras;
- Acompanhar e analisar a evolução das relações exteriores da França com países da América Latina e Caribe, à luz da presença territorial francesa na região e de sua natural relevância para a política externa brasileira; da Europa, em virtude da liderança francesa no bloco comunitário; da África, diante da significativa presença política e econômica do país no continente; e, por fim, na Ásia-Pacífico, à qual a França concede crescente prioridade;
- Monitorar as tendências de política interna e no campo legislativo e regulatório da França com potenciais efeitos sobre questões de interesse brasileiro e do relacionamento bilateral;
- Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do Ministério das Relações Exteriores ou de outros órgãos públicos;
- Manter contatos regulares com atores relevantes do cenário político e diplomático da França, em nível nacional e, quando couber, regional e local, com vistas a assegurar interlocução adequada com o governo e demais forças políticas do país.
- Realizar visitas, reuniões, encontros e eventos com observadores locais.

Incremento do diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade nos Legislativos dos dois países

- Apoiar visitas, reuniões e eventos entre parlamentares brasileiros e franceses;
- Apoiar iniciativas e projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e franceses;
- Apoiar atividades dos Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-França

Mônaco

- Acompanhar, pela perspectiva do interesse brasileiro, a evolução das políticas interna e externa de Mônaco;
- Analisar as relações com a França, com especial atenção a possíveis desdobramentos sobre os princípios que as norteiam;
- Acompanhar a evolução das relações de Mônaco com a UE.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de missões, visitas, reuniões e encontros, presenciais ou virtuais, entre representantes do Brasil e da França ou de Mônaco;

- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas de política interna e externa francesa e monegasca, bem como sobre outros assuntos de interesse para a política externa brasileira;
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares e representantes do Judiciário e de entes subnacionais brasileiros e franceses ou monegascos;
- Número de acordos e instrumentos bilaterais negociados, assinados e atualizados entre o Brasil e a França ou Mônaco.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS MULTILATERAIS, INTERNACIONAIS E REGIONAIS, INCLUSIVE NO TOCANTE A CANDIDATURAS, REUNIÕES E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

Metas prioritárias

Acompanhamento de atividades de organismos multilaterais e internacionais

- Acompanhar as atividades da Comissão Europeia para a Democracia pelo Direito ("Comissão de Veneza") e prestar apoio, quando necessário, aos contatos do Supremo Tribunal Federal com aquele organismo;
- Acompanhar as atividades desempenhadas pela Interpol, em coordenação com a Adidância da Polícia Federal do posto;
- Acompanhar as atividades da Organização Hidrográfica Internacional (OHI), em coordenação com a Adidância Naval do posto;
- Acompanhar as atividades da Associação Internacional de Sinalização Marítima, em coordenação com a Adidância Naval do posto;
- Acompanhar, tramitar documentos e analisar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades desempenhadas pelo Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR);
- Acompanhar o processo de adesão do Brasil à Convenção Relativa à Transferência de Pessoas Condenadas (Convenção de Estrasburgo de 1983).
- Acompanhar e apoiar a participação do Brasil na Convenção de Budapeste sobre Crime Cibernético.

Apoio à cooperação técnica e a iniciativas de assistência humanitária desenvolvidas pelo Brasil e pela França

- Apoiar a participação brasileira em iniciativas e negociações bilaterais e regionais no âmbito da cooperação técnica bilateral e trilateral;
- Acompanhar, à luz dos interesses brasileiros, projetos e iniciativas da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no Brasil;
- Fomentar o diálogo entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);
- Apoiar iniciativas e ações de assistência humanitária de interesse dos dois países.

Concertação bilateral em mecanismos multilaterais compartilhados com a França

- Acompanhar e analisar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades desempenhadas pela França em foros multilaterais, tais como as Nações Unidas e seus órgãos, agências e programas especializados, além de outras organizações;

- Promover o intercâmbio de informações e a coordenação política sobre temas debatidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, órgão do qual a França é membro permanente e no qual o Brasil ocupa assento rotativo no biênio 2022-2023;
- Promover o diálogo com representantes governamentais franceses sobre iniciativas e projetos de resolução de interesse brasileiro e/ou de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;
- Realizar gestões e apoiar encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos sediados na França.

Concertação bilateral em organismos regionais que contam com a participação da França

- Analisar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades desempenhadas pela França em foros regionais, particularmente na sua condição de "membro participante" da Organização Panamericana da Saúde (OPAS) e no âmbito de sua cooperação com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Promoção de candidaturas e eventos de interesse do Brasil

- Manter diálogo constante e fluido com representantes do governo francês, com vistas a promover candidaturas de interesse brasileiro a cargos em organismos multilaterais e a realização de eventos internacionais no Brasil.

Promoção das relações com Mônaco

- Promover o diálogo com representantes governamentais monegascos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;
- Promover junto ao governo de Mônaco candidaturas e eventos de interesse do Brasil;
- Apoiar a participação brasileira em iniciativas e negociações bilaterais, no âmbito da cooperação técnica;
- Apoiar iniciativas e ações de assistência humanitária de interesse dos dois países, especialmente na modalidade trilateral, com financiamento monegasco e cooperação técnica brasileira;
- Acompanhar e analisar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades desempenhadas por Mônaco em foros multilaterais.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras ações relativas a temas de interesse brasileiro nos mecanismos sediados na França, de competência da Embaixada;
- Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras iniciativas para promover a cooperação técnica e ações de assistência humanitária que envolvam o Brasil e a França ou Mônaco;
- Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras ações relativas à concertação entre o Brasil e a França ou Mônaco em mecanismos multilaterais, internacionais e regionais de que façam parte;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada que versem sobre a política francesa ou monegasca em organismos multilaterais, internacionais e regionais;

- Número de encontros, virtuais ou presenciais, gestões e outras ações efetuadas junto ao governo francês e monegasco, em apoio a candidaturas e eventos de interesse do Brasil.

IV - PROJEÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL:

Metas prioritárias

Promoção da imagem e da cultura brasileiras

- Ampliar a difusão e a promoção da cultura brasileira junto à sociedade francesa, inclusive por meio de ações nas redes sociais, e estimular a diversificação das referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas;
- Realizar ações de diplomacia pública e ampliar os canais de comunicação da Embaixada para reforçar a imagem do Brasil como sociedade democrática, diversa e aberta;
- Cultivar o diálogo constante com jornalistas, apresentadores de TV e rádio e outros setores da imprensa para transmitir imagem balanceada e completa da realidade brasileira;
- Promover a gastronomia brasileira como ativo cultural, associada, quando possível, ao estímulo à exportação de produtos brasileiros;
- Apoiar a publicação de edições em francês de obras literárias brasileiras e a participação de autores brasileiros contemporâneos em festivais literários na França;
- Promover gêneros musicais e artistas de música brasileira, clássica e popular, junto ao público francês;
- Fomentar a participação de artistas brasileiros em festivais de artes cênicas, dança e outras manifestações teatrais;
- Apoiar a realização de exposições de artes plásticas e de fotografia com a participação de artistas brasileiros;
- Apoiar a organização anual do Festival de Cinema Brasileiro em Paris e a participação brasileira em festivais de cinema realizados na França;
- Apoiar a organização anual do Festival da Lavagem da Madeleine, em Paris, e a realização de manifestações culturais relacionadas à cultura popular brasileira;
- Contribuir para iniciativas de aquisição de obras de artistas brasileiros por instituições públicas francesas e apoiar esforços para ampliar a presença de artistas brasileiros nos acervos públicos e museológicos franceses;
- Intensificar o diálogo com instituições francesas com atuação na preservação do patrimônio cultural brasileiro e estimular a ampliação de suas redes de contatos no Brasil;
- Promover articulação com atores institucionais culturais locais para estimular a participação de artistas brasileiros em residências artísticas oferecidas na França;
- Apoiar iniciativas de instituições culturais francesas em torno da cultura e da arte brasileiras, por meio de ações conjuntas e associadas;
- Fomentar ações no campo da economia criativa por meio de projetos de cooperação bilateral e a produção binacional de eventos e realizações culturais;
- Incentivar a interação entre galeristas locais e artistas plásticos brasileiros.

Promoção do turismo

- Promover o Brasil como destino turístico junto ao público local;
- Realizar ações de promoção do turismo para o Brasil, em parceria com instituições brasileiras do setor público, como a Embratur e secretarias estaduais, e do setor privado, como agências de turismo, associações e centros de convenção;
- Realizar ações específicas para diferentes perfis de turistas franceses que viajam para o Brasil, em áreas como ecoturismo, turismo de luxo, turismo familiar e profissional;
- Promover ações e destinos de turismo sustentável no Brasil;
- Promover a participação do Brasil em eventos e feiras profissionais de turismo, tais como o salão "IFTM Top Resa" e o "Salão Mundial do Turismo";
- Organizar rodadas de negócios entre companhias aéreas e agências de serviços que promovem destinos brasileiros, bem como agências de viagem e operadoras atuantes no mercado francês;
- Promover a cooperação entre atores franceses e brasileiros na área do turismo, com vistas a aumentar o fluxo de turistas franceses para o Brasil;
- Promover a Marca Brasil;
- Organizar missões de profissionais do turismo atuantes na França, assim como de profissionais da imprensa especializada desse país, em parceria com entidades públicas e privadas do Brasil, para divulgar destinos brasileiros.

Promoção na França da língua portuguesa em sua variante brasileira

- Apoiar eventos e manifestações organizados pelos leitorados brasileiros na França metropolitana, especialmente aqueles direcionados à difusão do ensino da variante brasileira do português para além do espaço acadêmico em que os leitores estão inseridos;
- Apoiar a ampliação da aplicação dos exames Celpe-Bras na França;
- Promover a articulação de atores envolvidos no ensino da variante brasileira do português na França;
- Apoiar iniciativas de ensino de português no sistema educacional francês e de ensino do idioma como língua de herança.

Promoção da divulgação em Mônaco

- Apoiar a realização de eventos e iniciativas com vistas à divulgação da cultura e da arte brasileiras em Mônaco.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Quantificação da realização de eventos de cinema, música, artes visuais e performáticas, gastronomia e literatura brasileiras, realizados com aporte de recursos financeiros ou apoio institucional da Embaixada;
- Número de eventos de arte e cultura brasileira difundidos pelo posto;
- Número de eventos organizados pela Embaixada ou com sua participação para promoção da arte e da cultura brasileiras;
- Número de atendimentos a instituições e interlocutores franceses em busca de apoio a eventos e realizações culturais;
- Número de contatos realizados com vistas a estabelecer parcerias para a realização de projetos culturais.

- Número de eventos de turismo (seminários, rodadas de negócios, salões) com participação brasileira;
- Número de reuniões com entidades públicas e privadas brasileiras responsáveis pela promoção do turismo para o Brasil;
- Número de atores na área de turismo presentes em eventos organizados ou apoiados pela Embaixada;
- Número de relatos e estudos sobre o perfil dos turistas franceses;
- Número de contatos com a mídia especializada francesa;
- Número de reuniões com atores franceses (agentes de viagem, receptivos, operadores, representantes de companhias aéreas) que promovem destinos brasileiros na França;
- Quantificação das parcerias firmadas com instituições francesas dos setores cultural, educacional e acadêmico;
- Demonstrativo contextualizado da evolução do número de certificados de proficiência em língua portuguesa emitidos por ano;
- Número de eventos, e seus participantes, para promover a articulação de atores envolvidos no ensino da variante brasileira do português.
- Número de expedientes telegráficos e outras comunicações da Embaixada sobre a projeção da imagem do Brasil, da cultura brasileira, do turismo e da Marca Brasil.

V - COOPERAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA MUDANÇA DO CLIMA, A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Metas prioritárias

<u>Desenvolvimento da cooperação</u>

- Promover iniciativas de cooperação bilateral nas áreas de mudança do clima, desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente, de modo a apoiar a implementação de compromissos multilaterais e domésticos, em particular as respectivas contribuições nacionalmente determinadas ao Acordo de Paris;
- Ampliar os canais de diálogo para fomentar o conhecimento mútuo sobre as respectivas realidades e desafios, os projetos em andamento e as oportunidades de colaboração;
- Promover a cooperação em matéria de conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos oceanos, bem como da prevenção de desastres naturais, por meio da realização de reuniões de coordenação e da participação do Brasil em eventos ligados à temática, com a divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras e apoio à aproximação científico-tecnológica e educacional em áreas que possam ter efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável;
- Acompanhar e relatar à Secretaria de Estado das Relações Exteriores iniciativas e ações francesas e monegascas nas áreas de mudança do clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável e seu potencial impacto sobre os interesses brasileiros;
- Promover o uso de biocombustíveis como parte dos esforços de transição para uma economia global de energia limpa, de modo a alcançar os compromissos assumidos no Acordo de Paris, especialmente por meio do fortalecimento da Plataforma do Biofuturo, com incentivo à participação mais ativa da França nesse foro.

Promoção da imagem do Brasil

- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e aos governos francês e monegasco, como caso exemplar de regulamentação ambiental e uso de fontes de energia renováveis, bem como potencial parceiro no desenvolvimento de soluções para o enfrentamento da mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e a transição energética;
- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e aos governos francês e monegasco, em matéria de combate ao desmatamento, agricultura sustentável, uso de energias renováveis, soluções tecnológicas para descarbonização e potencial parceiro na área energética.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões e gestões bilaterais sobre mudança do clima, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e transição energética;
- Número de eventos com participação da Embaixada;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas de mudança do clima, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e transição energética;
- Número de contatos com representantes do Ministério da Transição Ecológica;
- Número de contatos com representantes do Ministério da Transição Energética.
- Número de contatos com representantes de órgãos reguladores, academia, sociedade civil e empresas locais, relacionados aos temas de mudança do clima, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e transição energética.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Metas prioritárias

Ampliação e aprofundamento da cooperação bilateral

- Ampliar e aprofundar a cooperação científica bilateral, estruturada em formação de excelência e parceria entre universidades e organismos de pesquisa dos dois países, particularmente nos domínios de matemáticas fundamentais e aplicadas, meio ambiente e transição energética, agronomia, saúde e tecnologias disruptivas;
- Fomentar e apoiar a colaboração entre agências de financiamento de pesquisa brasileiras (CAPES, CNPq, fundações de amparo à pesquisa estaduais - "FAPs") e francesas (Centro Nacional de Pesquisa Científica - CNRS, Agência Nacional de Pesquisa - ANR, e centros temáticos e regionais);
- Mobilizar a diáspora científica brasileira (acadêmicos, pesquisadores e empreendedores) que atua na França, com a organização de encontros regulares e o acompanhamento de iniciativas locais;
- Promover a imagem do Brasil como país detentor de ciência de excelência e produtor de inovação, por meio da difusão, entre atores locais, de informações sobre as atividades de ponta das instituições e *startups* nacionais de maior destaque;

- Estimular a aproximação dos ecossistemas de inovação do Brasil e da França, especialmente em áreas de maior sinergia, como tecnologias agrícolas, biotecnologia e economia digital;
- Apoiar a internacionalização de *startups* brasileiras de base tecnológica para a França, bem como estimular a atração de novos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento para o Brasil;
- Contribuir para o estabelecimento de Dialogo Bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação, estruturado em áreas prioritárias, como pesquisa ambiental e transição energética, saúde e espaço, com vistas a alavancar as relações bilaterais do setor;
- Estimular a produção científica conjunta e o intercâmbio de pesquisadores brasileiros e franceses na área ambiental e de transição energética, por meio do fortalecimento de programas acadêmicos já existentes, como CLIMAT-AmSud, e apoio ao desenvolvimento de novas iniciativas;
- Fomentar a cooperação entre os Centros de Pesquisa Aplicada (CPA) em Inteligência Artificial, criados a partir da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA), e a rede de Institutos Interdisciplinares de Inteligência Artificial (conhecida como "3IAs"), criada a partir da "Estratégia Nacional da França para Inteligência Artificial";
- Contribuir para o aprofundamento da pesquisa espacial conjunta, por meio da implementação do "Acordo-Quadro entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais da França (CNES) relativo à cooperação espacial para fins pacíficos";
- Apoiar a cooperação científica na área da saúde, especialmente por meio do acompanhamento das iniciativas do Instituto Pasteur no Brasil;
- Incrementar a colaboração com o "Labex Europa", laboratório da EMBRAPA com sede em Montpellier, a fim de fomentar parcerias e intercâmbios com instituições de pesquisa francesas em matéria de tecnologias agrícolas, bem como promover a excelência científica brasileira nesta área;
- Acompanhar de forma quotidiana o ambiente de inovação e de ciência e tecnologia da França, de modo a identificar novas sinergias, oportunidades e boas práticas.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de eventos realizados no contexto do Programa Diplomacia da Inovação, de promoção do setor de ciência e tecnologia brasileiro;
- Número de ações de aproximação dos ecossistemas de inovação brasileiro e francês;
- Número de iniciativas que contribuam para a internacionalização de *startups* brasileiras de base tecnológica para a França;
- Número de eventos, seminários, webinários, feiras e outros, organizados pela Embaixada ou com sua participação, para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
- Número de reuniões com representantes de universidades, institutos de pesquisa, entidades do setor privado e governo da França, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral;
- Número de ações de difusão em publicações, mídias sociais e eventos de instituições e projetos brasileiros de excelência em pesquisa e inovação, bem como oportunidades de intercâmbio científico Brasil-França;

- Número de atendimentos a *startups* brasileiras de base tecnológica, que demonstrem interesse no mercado francês, bem como a *startups* francesas de base tecnológica e outros potenciais investidores, que demonstrem interesse no mercado brasileiro;
- Quantidade de contatos com atores dos ecossistemas brasileiro e francês de pesquisa e inovação, com vistas ao estabelecimento de Diálogo Bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Quantidade de contatos com institutos de pesquisa e universidades francesas e brasileiras, com vistas ao fortalecimento da cooperação acadêmica e científica na área de meio ambiente e transição energética;
- Quantidade de contatos com o MCTI e os principais atores franceses da área de Inteligência Artificial (IA), com vistas ao estabelecimento de parcerias entre os respectivos centros de IA de cada país;
- Quantidade de contatos com a Agência Espacial Brasileira (AEB) e o Centro Nacional de Estudos Espaciais da França (CNES) sobre a implementação do "Acordo-Quadro relativo à cooperação espacial para fins pacíficos", bem como número de atividades realizadas sob o amparo do mencionado instrumento com o apoio e/ou participação da Embaixada;
- Quantidade de contatos com o Instituto Pasteur a respeito do processo de instalação de unidade da entidade em São Paulo;
- Quantidade de contatos com interlocutores do Labex Europa da EMBRAPA, a fim de identificar possíveis ações conjuntas na área de tecnologias agrícolas, bem como número de ações implementadas no âmbito desta parceria;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre oportunidades e avanços em pesquisa e inovação na França, bem como sobre as estatísticas de cooperação bilateral.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Metas prioritárias

<u>Ampliação e aprofundamento das atividades de cooperação bilateral</u>

- Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior do Brasil e da França, com foco em programas de intercâmbio acadêmico;
- Acompanhar e apoiar os tradicionais programas de mobilidade estudantil existentes entre a CAPES e instituições francesas, como o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária e Científica com o Brasil (COFECUB), o Programa Brasil-França-Engenharia e Tecnologia (BRAFITEC) e o Programa Brasil-França-Ciências Agronômicas e Agroalimentares (BRAFAGRI);
- Fomentar a interlocução com estudantes e acadêmicos brasileiros em instituições de ensino superior francesas, bem como prestar-lhes apoio quando necessário;
- Supervisionar a gestão da Fundação "Casa do Brasil" na Cidade Internacional Universitária de Paris, instituição que oferece residência a estudantes e pesquisadores brasileiros na capital francesa, na qualidade de Presidente do Conselho da mencionada entidade;
- Difundir oportunidades de intercâmbio acadêmico e pesquisa conjunta entre estudantes e pesquisadores brasileiros e franceses;

- Promover o Brasil como destino acadêmico para estudantes franceses e como objeto de interesse da comunidade científica local
- Manter acompanhamento quotidiano da evolução do sistema de ensino superior da França, em especial no que diz respeito ao posicionamento das universidades francesas em rankings internacionais e às políticas públicas locais nesta área, de modo a prospectar novas oportunidades de cooperação e identificar boas práticas;
- Manter a parceria com o Campus Poitiers da SciencesPo para oferecimento anual de curso superior com duração de um trimestre a respeito do Brasil e da diplomacia brasileira.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para a promoção da cooperação e da mobilidade acadêmica entre instituições de ensino brasileiras e francesas;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela Embaixada ou com sua participação, para aproximação das comunidades acadêmicas dos dois países;
- Número de estudantes franceses e de terceiros países recebidos na Embaixada para apresentação sobre o Brasil;
- Número de participantes brasileiros em atividades de intercâmbio e pesquisa;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre o sistema de ensino superior francês, oportunidades de cooperação e boas práticas locais na área educacional.

VIII - COOPERAÇÃO EM SAÚDE

Metas prioritárias

<u>Acompanhamento da situação na França e ampliação da cooperação bilateral</u>

- Monitorar os avanços realizados pela França na área das políticas públicas da saúde, em particular da situação epidemiológica relativa à pandemia do coronavírus e outras enfermidades de caráter endêmico e/ou de dimensão internacional, como a denominada "varíola do macaco", dengue, malária, vírus Zika e HIV/AIDS;
- Aprofundar o diálogo com o governo francês sobre o desenvolvimento, a produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos;
- Apoiar a Fiocruz, o Instituto Butantã e outras instituições voltadas à produção de vacinas e fármacos no Brasil, nos contatos com contrapartes francesas;
- Apoiar entes federativos e autoridades brasileiras que venham a buscar informações sobre o tema ou que manifestem interesse em cooperar com parceiros franceses para a aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações sobre iniciativas de cooperação na área de saúde, em particular no combate à pandemia da COVID-19 e a outras enfermidades de caráter endêmico e/ou dimensão internacional;
- Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre a matéria.

IX - COOPERAÇÃO EM DEFESA E NAS ÁREAS JURÍDICA E POLICIAL

Metas prioritárias

Apoio ao fortalecimento da cooperação bilateral em defesa

- Incentivar processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre o Brasil e a França, em especial no que se refere ao Programa de Obtenção de Submarinos (PROSUB) e ao Programa de Desenvolvimento de Helicópteros H-XBR;
- Apoiar, em coordenação com os adidos militares, a realização de reuniões de alto nível entre autoridades de defesa de ambos os países;
- Apoiar a preparação e realização do Diálogo Político-Militar (Mecanismo 2 + 2) entre o Brasil e a França.

Intensificação de iniciativas de cooperação jurídica e policial entre o Brasil e a França

- Adotar e acompanhar as providências relativas à efetivação dos pedidos de cooperação jurídica, em particular aqueles apresentados pelo Brasil às autoridades francesas com fundamento no Tratado de Extradição bilateral;
- Contribuir, em coordenação com o adido da Polícia Federal, para a articulação de ações conjuntas dos dois países no combate a ilícitos transnacionais.

Intensificação de iniciativas de cooperação jurídica e policial entre o Brasil e Mônaco

- Adotar e acompanhar as providências referentes a pedidos de cooperação jurídica bilaterais;
- Contribuir, em coordenação com o adido da Polícia Federal, para a articulação de ações conjuntas no combate a ilícitos transnacionais.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações entre autoridades de defesa do Brasil e da França;
- Número de processos de cooperação jurídica tramitados, e de gestões e ações efetuadas em matéria de cooperação policial com a França e com Mônaco;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre cooperação em defesa e nas áreas jurídica e policial.

X – COOPERAÇÃO DESPORTIVA

Metas prioritárias

Desenvolvimento da cooperação e aprofundamento de iniciativas de interesse mútuo

- Fomentar, apoiar e divulgar ações de cooperação na área do esporte com a França e Mônaco;

- Estimular a realização de intercâmbios, programas de treinamento e estágios de atletas brasileiros na França e em Mônaco;
- Apoiar as iniciativas do governo brasileiro, do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Paralímpico Brasileiro na preparação da participação do Brasil nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris de 2024.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações relacionadas à cooperação esportiva e à participação do Brasil nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris em 2024;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre o tema.

XI - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Metas prioritárias

<u>Aprofundamento da cooperação, fortalecimento do diálogo e acompanhamento de iniciativas relevantes para o Brasil</u>

- Apoiar iniciativas de cooperação entre o Brasil e a França para promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável e combate às desigualdades, inclusive com iniciativas trilaterais em terceiros países;
- Fomentar o diálogo entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) a respeito de iniciativas de cooperação bilaterais e trilaterais;
- Fortalecer o diálogo com o governo francês no campo dos direitos humanos e dos temas sociais;
- Acompanhar os debates sobre direitos humanos e temas sociais no âmbito das instituições francesas, com especial enfoque em assuntos que tenham relevância para a imagem e os interesses do Brasil;
- Examinar a possibilidade de fomentar o diálogo com a França em foros internacionais sobre direitos humanos e temas sociais;
- Manter as instituições francesas relevantes informadas acerca da situação de direitos humanos e temas sociais no Brasil e sobre as políticas públicas brasileiras no setor.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações voltadas a investimentos de impacto ou a projetos de cunho social;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre iniciativas de promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades na França e em terceiros países;
- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para o fomento do diálogo sobre direitos humanos e temas sociais.

XII – COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Metas prioritárias

Acompanhamento dos temas relativos à fronteira comum e promoção da cooperação

- Apoiar a Secretaria de Estado das Relações Exteriores no acompanhamento dos temas relativos à fronteira comum Brasil-França, em coordenação com o Consulado-Geral do Brasil em Caiena e o Consulado do Brasil em Saint Georges de l'Oyapock;
- Realizar reuniões com o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros, o Ministério do Interior, o Ministério do Ultramar e outros órgãos do governo francês sobre temas da fronteira comum;
- Apoiar as adidâncias da Embaixada em gestões junto às autoridades francesas no que se refere a temas transfronteiriços;
- Apoiar a realização de novos encontros da Comissão Mista Transfronteiriça e da Reunião sobre Questões Migratórias;
- Apoiar missões, visitas, reuniões e encontros entre autoridades brasileiras e francesas sobre temas relativos à cooperação transfronteiriça;
- Realizar gestões, em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, sobre temas atinentes à fronteira comum França-Brasil.

Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões com órgãos do governo francês a respeito de temas de fronteira;
- Realização periódica de reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça;
- Realização periódica de edições da Reunião sobre Questões Migratórias;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas relacionados à questão fronteiriça.

XII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

Embora os temas consulares não estejam entre as competências primárias da Embaixada do Brasil na França, o posto apoia, na interlocução com o governo francês, as atividades dos Consulados-Gerais em Paris, Caiena e Marselha e do Consulado em Saint-Georges de l'Oyapock. A Embaixada também assiste o trabalho realizado pelos Consulados Honorários do Brasil na França (em Angers, Bastia, Bordeaux, Clermont-Ferrand, Dijon, Estrasburgo, Le Havre, Lille, Lyon, Nantes, Nice e Toulouse) e em Mônaco. O trabalho realizado pelos Consulados Honorários do Brasil na França possui marcadamente vertente de assistência consular que foge ao escopo de atuação da Embaixada, embora ações de promoção comercial sejam acompanhadas e apoiadas pelo posto.

SF/23755.49986-62

RELATÓRIO Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 6, de 2023 (nº 91/2023, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco*.

RELATOR: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

O Presidente da República indicou o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Francesa e, cumulativamente, no Principado de Mônaco.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar de antemão a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto acerca da matéria.

Para tanto e em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o seguinte resumo.

Nascido em 16 de agosto de 1957, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, o Embaixador RICARDO NEIVA TAVARES é filho de Tulio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares.

SF/23755.49986-62

O indicado terminou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1980. Também no mencionado Instituto, participou do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1985; e do Curso de Altos Estudos, em 1997, tendo defendido a tese "As Organizações Não Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o ECOSOC à busca de novas áreas de atuação", que foi posteriormente publicada pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Alexandre de Gusmão.

Ainda no plano acadêmico, cursou Direito na Universidade de Brasília (UnB). Estudou, por igual, na prestigiosa Escola Nacional de Administração (ENA), atual Instituto Nacional do Serviço Público (INSP), em Paris, França, onde se graduou em 1984.

Em relação à carreira no Itamaraty, o diplomata indicado tornou-se Terceiro-secretário em 1980; Segundo-secretário em 1982; Primeiro-secretário em 1987; Conselheiro em 1994; Ministro de segunda classe em 2001; e Ministro de primeira classe em 2005. As promoções sempre ocorreram por merecimento.

Foi designado para diversas funções ao longo da carreira, com destaque para: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris, de 1986 a 1989; Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio, de 1989 a 1993; Assessor da Secretaria-Geral do MRE, de 1993 a 1995; Conselheiro na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de 1995 a 1998; Conselheiro na Embaixada em Camberra, de 1998 a 2001; Chefe da Assessoria de Comunicação Social, de 2003 a 2006; Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado, de 2006 a 2008; Embaixador da Missão do Brasil junto à União Europeia, de 2008 a 2013; Embaixador em Roma, de 2013 a 2016; Embaixador e representante permanente junto a Organismos Internacionais em Viena, de 2016 a 2018; Assessor-chefe de assuntos internacionais no Supremo Tribunal Federal, de 2020 a 2022.

Desempenhou, ademais, numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação em organizações internacionais, bem como de conferências diplomáticas.

O indicado, além disso, foi agraciado com condecorações nacionais, como a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval, da Ordem do Mérito Militar e da Ordem do Mérito Aeronáutico. Também recebeu condecorações estrangeiras, a exemplo da Grande Insígnia de Honra em Ouro, com Estrela, por Serviços, da República da Áustria; de Cavaleiro de Grã-Cruz da Ordem do Mérito, da Itália; de Comendador da Ordem Real do Mérito,

SF/23755.49986-62

da Noruega; de Comendador da Ordem Real al Alaoui, do Marrocos e, pela França, de Oficial da Ordem da Legião de Honra e de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República Francesa e o Principado de Mônaco. Nele constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desses países, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Recolhemos desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, algumas informações que visam subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

Considerada tradicional polo de disseminação das artes e da cultura ocidental, a França, que é o maior país da União Europeia (UE) em área, segue sendo a região mais visitada do mundo. Essas circunstâncias são, por si, eloquentes da sua importância no concerto das nações. Some-se a isso o fato de que os franceses estão na vanguarda das indústrias aeroespaciais, de biotecnologia e de telecomunicações. Distinguem-se, além disso, como potência econômica, militar e nuclear. Ademais, o país é, ao lado da Alemanha, um dos pilares da UE.

O histórico relacionamento com Brasil funda-se em bases sólidas. Suficiente, no ponto, recordar que a França foi o primeiro país europeu a reconhecer a independência brasileira, em 1825. Dado revelador desse convívio bem-sucedido é o número de acordos bilaterais a nos vincular nos dias de hoje.

Em 2006, as relações atingiram patamar de Parceria Estratégica, o que possibilitou o estabelecimento de uma agenda de intercâmbio e cooperação bastante abrangente. Nesse sentido, foi instituído em 2008 o Plano de ação da Parceria Estratégica franco-brasileira. Esse instrumento contempla distintas perspectivas que vão do diálogo político às relações econômicas e comerciais; do desenvolvimento sustentável à educação; da cooperação nas áreas de defesa, espaço e energia nuclear aos temas migratórios e transfronteiriços.

A França é tradicional parceira do nosso país nos campos da ciência, tecnologia e inovação. Dessa forma, o país se tornou destino habitual para estudantes e pesquisadores brasileiros. Vem daí a consistente cooperação no domínio das tecnologias sensíveis. A expressão mais firme dessa troca materializa-se, nos dias de hoje, no setor da defesa. Nesse campo, os programas de Desenvolvimento de Submarino (PROSUB) e de Desenvolvimento e

SF/23755.49986-62

Nacionalização de Helicópteros (H-XBR) associados à colaboração nos setores espacial e de supercomputadores demonstram o grau de sofisticação e maturidade das relações bilaterais.

Disso resulta forte presença de empresas e investimentos franceses na economia brasileira, valorizada tanto por nosso significativo mercado interno quanto por ser ponto de apoio para incursões nos demais países da região em que estamos inseridos. Merece realce, por igual, o fato de ambos os países compartilharem 730 quilômetros de fronteira, que justificam o trabalho contínuo da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça.

Outro aspecto relevante no relacionamento bilateral é a superlativa comunidade brasileira em solo francês. Estimativas da nossa chancelaria indicam que aproximadamente 90.000 brasileiros vivem na França metropolitana e mais 82.500 no território da Guiana Francesa (GF). Para atender essa comunidade de cerca de 172.500 pessoas, o Itamaraty mantém consulados-gerais em Paris e Marselha, bem como em Caiena (GF). Para além disso, conta com consulado em Saint-Georges de l´Oyapock (GF) e consulados honorários em Angers, Bastia, Clermont-Ferrand, Bordeaux, Dijon, Estrasburgo, Havre, Lille, Lyon, Nantes, Nice, Toulouse, Fort-de-France (GF) e Pontie-à-Pitre (GF).

Em relação ao comércio bilateral, ele reflete o denso relacionamento franco-brasileiro. Nesse sentido, as trocas são expressivas e diversificadas. Em 2022, por exemplo, a corrente de comércio franco-brasileira atingiu a cifra de US$ 8,4 bilhões. Esse o quadro, a França figura em 24° lugar no ranking de destino de nossas exportações e em 13° na tabela de importações. O dado desfavorável é o reiterado déficit em desfavor do Brasil.

Sobre Mônaco, importa registrar que se trata do menor país do mundo, desconsiderada a situação *sui generis* do Vaticano. O Principado está encravado na costa mediterrânea da França e é governado desde 1297 pela dinastia dos Grimaldi. Cuida-se, como se sabe, de luxuoso centro de turismo internacional, que tem nas atividades financeiras sua principal fonte de renda.

A cooperação entre Brasil e Mônaco teve início com o estabelecimento de relações consulares em 1911. O relacionamento diplomático formal, no entanto, só foi estabelecido em 2010. No momento atual, a Embaixada brasileira em Paris tem competência para gerir as relações bilaterais.

No plano econômico, o relacionamento tem dinamismo compatível com o tamanho da economia monegasca. O número de brasileiros residentes no

SF/23755.49986-62

Principado é estimado em cerca de 100 pessoas. Esse contingente humano representa a terceira maior comunidade do hemisfério americano residente em Mônaco, depois dos nacionais estadunidenses e canadenses.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL

5

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *EVERTON VIEIRA VARGAS*
CPF.: 249.887.070-91
ID.: 6538 MRE

1955	Filho de João Domingos da Luz Vargas e Iná Vieira Vargas, nasce em 23 de janeiro, em Santo Ângelo/RS
Dados Acadêmicos:	
1976	CPCD - IRBR
1977	Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
1981	CAD - IRBR
1983	Master of Arts in International Relations, Boston University/EUA
1994	CAE - IRBR, “Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento”
2001	Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
Cargos:	
1977	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário
1985	Primeiro-Secretário, por merecimento
1991	Conselheiro, por merecimento
1997	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2005	Ministro de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1977-81	Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1981-85	Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
1985-88	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e chefe, substituto
1988	Instituto Rio Branco, Professor de Estudos Brasileiros para Estrangeiros
1988-92	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro
1992-95	Embaixada em Tóquio, Conselheiro
1995-98	Secretaria-Geral, Coordenador-Geral da Cúpula das Américas
1998-2001	Divisão do Meio Ambiente, Chefe
2001	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor-Geral
2002-07	Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática
2005-07	Secretaria-Geral, Assessor Especial e Chefe de Gabinete
2007-09	Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral
2009-13	Embaixada em Berlim, Embaixador
2013-16	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador
2016-19	Missão junto à União Europeia, Bruxelas, Embaixador
2019-	Coordenação de Relações Internacionais do Governo do Estado do Pará, Coordenador
Condecorações:	
1986	Bundesverdienstkreuz, República Federal da Alemanha, 1. Klasse (Cruz da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, 1a. Classe)
1997	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1999	Medalha do Pacificador, Brasil
2006	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2007	Medalha “Mérito Santos-Dumont”
2008	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial

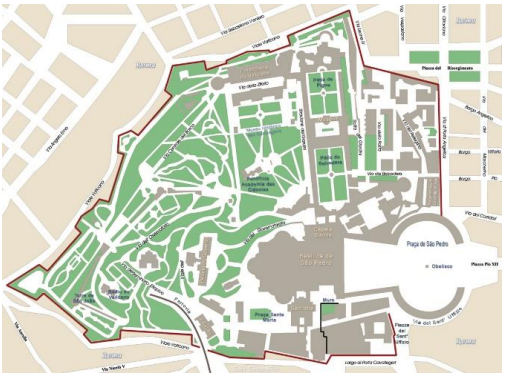
2008	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
2008	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2012	Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial
2013	Verdienstorden der Bundesreublik Deutschland, Grosse Verdienstkreuz (Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha, Grã-Cruz)
2016	Orden del Libertador General San Martín, Gran Maestre
Publicações:	
1997	Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL, in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 40, No.1
1998	O Brasil e Cúpula das Américas, in Política Externa, Vol. 7, Nº2 (co-autoria com Adhemar G. Bahadian), 1998.
1998	Direito e Meio Ambiente:a regulação numa era de desregulação, in Universidade Federal de Santa Maria, Revista Ciência e Ambiente, Nº17, 1998.
2001	Brasilidade e Hispanidade:o sentido das percepções recíprocas do Brasil e das nações hispano-americanas e suas representações no pensamento social brasileiro e hispano-americano.Tese de Doutorado em Sociologia.Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da América Latina e Caribe (CEPPAC). Brasília, 2001 Menção: Com Louvor.
2002	A atuação diplomática do Brasil e a mudança do clima. in PHILIPPI JR, Arlindo et allii (editores) Meio Ambiente, Direito e Cidadania. São Paulo: Universidade de São Paulo;Signus Editora
2002	El Cambio Climático y la Perspectiva de Brasil. Santiago de Chile: Revista Diplomacia. Academia Diplomatica Andres Bello. N° 90, 2002. (co-autoria com Maria Rita Fontes Faria)
2003	The Basel Liability Protocol on Liability and Compensation for Damage Resulting from Transboundary Movements of Hazardous Wastes and Their Disposal. in YIEL Vol.12, Oxford:OUP. (Co-autoria com Guido Soares)
2004	O Meio Ambiente como Tema de Política Externa, in Revista de Economia e Relações Internacionais. Volume 2. Nº 4. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado, 2004.
2005	A Sustentabilidade Como Valor. In Batista, Eleizer; Cavalcanti, Roberto B.; Fujihara, Marco Antônio. Os Caminhos da Sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2005.
2005	A água, a lei, a política...e o meio ambiente in Revista Brasileira de Política Internacional, vol.48, no.1 Brasília Jan./Jun 2005
2006	A Construção Recente do Direito Internacional do Meio Ambiente:uma visão brasileira. In Nasser, Salem Hikmat; Rey, Fernando. Direito Internacional do Meio Ambiente.São Paulo: Atlas, 2006.
2006	Global Challenges and the Shaping of International Law. In Caldeira Brant, Leonardo Nemer (coordenador). Anuário Brasileiro de Direito Internacional. v.1, nº.1, 2006. Belo Horizonte: CEDIN, 2006
2007	O Legado do Discurso: brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
2007	A Biodiversidade como Recurso Estratégico: uma reflexão do ângulo da política externa. Rio de Janeiro: CEBRI, Volume 2, Ano 6, 2007. (em co-autoria com Adriana Sader Tescari)
2011	Brasil-Alemanha: uma parceria para ousar, Valor Econômico. 19 de setembro de 2011
2013	Brasilien und Deutschland: Partner auf Augenhöhe, In Fritz, Erich G. (hrsg) Brasilien: Auf dem Sprung zur Weltwirtschaftsmacht? Oberhausen: Athen, 2013
2013	Civil Society and the Reform of the UN Security Council. Seminar on Security Council Reform. Salvador, 2013
2014	Argentina y America del Sur en la Inserción Internacional del Brasil. Revista Gestar, Ano 4, No. 13, Buenos Aires, 2014.
2015	El Legado del Discurso: brasilidad e hispanidad en el pensamiento social brasileño y lationoamericano. Buenos Aires: Biblos, 2015.
2016	Brasil y la Argentina, una sociedad estratégica. La Nación, 7 de setembro de 2016
2019	Interesse Nacional e Ação Diplomática. Revista Interesse Nacional, Ano12, Número 45, Abril-junho 2019
2019	Uma Reflexão Brasileira sobre a União Europeia, In Tomazzini, Rosana; Queiroz, Fábio Albergaria de; Barros-Paltiau, Ana Flávia (coords.) Relações Internacionais da união Europeia: agendas e parcerias. Curitiba; Porto: Juruá Editorial, 2019.
2020	Laudato Si' y Amazonía. Conferencia sobre el Amazonas en el contexto de la Diplomatura Laudato si,' organizada por la Universidad de Morón (Argentina), Noviembre 2020.
2023	Da Defensiva ao Engajamento: o Brasil e a negociação da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. In Lima, Lucas Carlos e Paiva Toledo, André de. (Organizadores) Comentário

2023	Brasileiro à Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Belo Horizonte: Editora D' Plácido, 2023. (no prelo) Brasil Tem Pressa na Pauta de Meio ambiente e Mudança do Clima. Revista Interesse Nacional, Ano 16 • Número 60 • Janeiro – Março 2023

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SANTA SÉ





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março - 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE O VATICANO	
NOME OFICIAL:	Santa Sé
GENTÍLICO:	Vaticano
CAPITAL:	Cidade do Vaticano
ÁREA:	0,44 km^2
POPULAÇÃO:	799 (2022-World Population Review)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Latim e italiano
PRINCIPAL RELIGIÃO:	Católica apostólica romana
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia eletiva teocrática
CHEFE DE ESTADO:	Papa Francisco (Jorge Mario Bergoglio)
SECRETÁRIO DE ESTADO (CHEFE DE GOVERNO):	Monsenhor Pietro Parolin
SECRETÁRIO PARA AS RELAÇÕES COM OS ESTADOS (CHANCELER):	Paul Gallagher
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
NÚNCIO APOSTÓLICO NO BRASIL	Dom Giambattista Diquattro
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Doze sacerdotes

APRESENTAÇÃO

Com base territorial na Cidade do Vaticano, com 0,44 km^2 de área e população de 799 habitantes, a Santa Sé tem dupla condição de sede de poder espiritual e temporal, o que imprime caráter especial à sua ação externa. A Igreja Católica é a única instituição confessional do mundo com acesso formal às relações diplomáticas, e sua interação com os outros atores da cena internacional se dá por meio da Santa Sé, pessoa jurídica conduzida pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, que o auxiliam em sua missão.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Papa Francisco
Cardeal Jorge Mario Bergoglio



O Papa Francisco (em latim: Franciscus) nasceu em Buenos Aires em 17 de dezembro de 1936 e é o 266º Pontífice a assumir o trono petrino. Primeiro Jesuíta e primeiro sul-americano a ser eleito Papa, foi nomeado Arcebispo Metropolitano de Buenos Aires em 28 de fevereiro de 1998 e Cardeal-presbítero em 21 de fevereiro de 2001. Filho de migrantes italianos, formou-se em Química. Ingressou na Companhia de Jesus em 1958. Lecionou literatura e graduou-se em Teologia em 1969.

Foi nomeado cardeal no Consistório Ordinário Público de 21 de fevereiro de 2001, presidido pelo Papa João Paulo II. Integrou diversos dicastérios (departamentos da Cúria Romana) tais como a Congregação para o Clero e as Pontifícias Comissões para a Família e para a América Latina. Eleito Papa em 13 de março de 2013, foi entronizado em 19 de março.

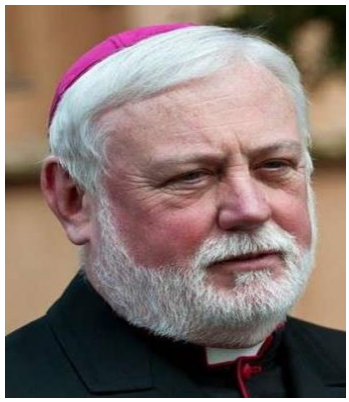
Secretário de Estado
Cardeal Pietro Parolin



Pietro Parolin nasceu em 17 de janeiro de 1955 em Schiavon, na Itália. Diplomata formado pela Pontifícia Academia Eclesiástica, iniciou seu serviço diplomático em 1986, na Nigéria. Entre 1989 e 1992, atuou no México. Entre 1992 e 2009, trabalhou na Secretaria para Relações com os Estados, até que Bento XVI o nomeou Núncio Apostólico na Venezuela.

Em 2002, foi nomeado Subsecretário para as Relações com os Estados, o que corresponde ao encargo de Vice-Chanceler. No período em que esteve na Secretaria de Estado, colaborou com dois Papas, três secretários de Estado e três Secretários para as Relações com os Estados. Especialista em Oriente Médio, atuou na Comissão bilateral Santa Sé-Israel. Em 15 de outubro de 2013, foi nomeado Secretário de Estado pelo Papa Francisco.

Secretário para Relações com os Estados
Monsenhor Paul Gallagher



Monsenhor e Arcebispo Paul Richard Gallagher nasceu em 23 de janeiro de 1954 em Liverpool, Reino Unido. Foi ordenado padre em 1977. Ingressou no serviço diplomático da Santa Sé em 1984. Ocupou diferentes postos nas nunciaturas apostólicas da Tanzânia, do Burundi e das Filipinas. Em 2004, foi nomeado Núncio Apostólico no Burundi. Em 2009, foi nomeado núncio na Guatemala e, em 2012, na Austrália. Em 8 de novembro de 2014, foi nomeado pelo Papa Francisco Secretário para Relações com os Estados, cargo equivalente ao de Chanceler da Santa Sé.

Núncio Apostólico
Giambattista Diquatro



Giambattista Diquatro nasceu em Bolonha, Itália, em 18 de março de 1954. Foi ordenado sacerdote em 1981. Ingressou no Serviço Diplomático da Santa Sé em 1 de maio de 1985. Serviu em nunciaturas apostólicas e missões diplomáticas na República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Chade, nas Nações Unidas em Nova York, e mais tarde na Secretaria de Estado do Vaticano, e na Nunciatura Apostólica na Itália. Foi nomeado núncio apostólico no Brasil pelo Papa Francisco em 29 de agosto de 2020.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Igreja Católica mantêm relações diplomáticas desde 23 de janeiro de 1826, quando o papa Leão XII recebeu as cartas credenciais de monsenhor Francisco Corrêa Vidigal, que havia sido enviado a Roma por Pedro I para efetuar gestões em favor do reconhecimento da independência proclamada em 1822.

A Constituição de 1824 estabelecia o catolicismo como religião oficial do Império. Ao imperador era facultado o direito ao padroado (prerrogativa de preencher os cargos eclesiásticos mais importantes) e ao beneplácito (aprovação das ordens e bulas papais para que fossem cumpridas, ou não, em território nacional). Os sacerdotes tinham o status de funcionários públicos, recebendo salários da Coroa.

Desde a Constituição republicana de 1891, vigora no Brasil o princípio da liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado. Tais princípios já estavam consignados no Decreto do Governo Provisório da República, de 1890, e, em 1893, reconheceu-se a personalidade jurídica das igrejas e seu direito à propriedade.

Em 1902, a representação diplomática da Santa Sé no Brasil foi elevada à categoria de Nunciatura. A representação brasileira na Santa Sé foi elevada à categoria de Embaixada em 1919.

Os católicos correspondem a cerca de 50% da população brasileira (Datafolha 2020). O Brasil é considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, onde atua o mais numeroso episcopado da Igreja. A atividade da Igreja Católica no Brasil é orientada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), presidida desde de 6 de maio de 2019 por Dom Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo de Belo Horizonte.

O mais alto representante brasileiro na Cúria Romana, atualmente, é o cardeal João Braz de Aviz, que chefia a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica.

Em 2011, o Papa Bento XVI formalizou a escolha do Rio de Janeiro como sede da XXVIII Jornada Mundial da Juventude, realizada em julho de 2013.

O Brasil possui trinta e oito santos e santas: São Roque González de Santa Cruz, Santo Afonso Rodrigues e São João de Castilho, mártires do Rio Grande do Sul; Santo Antonio de Sant'Ana Galvão, nascido em Guaratinguetá, São Paulo; Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus, nascida na Itália; São José de Anchieta, nascido na Espanha; Santo André de Soreval e companheiros, mártires de Cunhaú e Uruaçu, vinte e cinco homens e cinco mulheres mártires do Rio Grande do Norte; e Santa Dulce dos Pobres, nascida em Salvador, Bahia. Cabe ainda menção ao caso do Padre Cícero, reabilitado por meio de carta enviada pelo cardeal Pietro Parolin à diocese do Crato, em que a biografia e as ações do religioso brasileiro são consideradas consoantes com o modelo de Igreja propugnado por papa Francisco.

Em 29/5/2022, o Papa Francisco anunciou, ao final da oração do "Regina Coeli", a convocação de um Consistório para a criação de 21 novos Cardeais, entre os quais dois brasileiros: Dom Leonardo Ulrich Steiner, Arcebispo de Manaus, e Dom Paulo Cezar Costa, Arcebispo de Brasília. O consistório deverá realizar-se no próximo dia 27 de agosto.

Em 7/3/2023 o Papa Francisco renovou o Conselho de Cardeais, o chamado C9, devido à expiração do mandato de sua composição anterior. Entre os membros do novo Conselho, o Pontífice nomeou o Cardeal brasileiro Dom Sérgio da Rocha, arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil.

Instituído em 2013, o C9 é o núcleo de assessores do Pontífice na tarefa de auxiliá-lo no governo da Igreja universal. A inclusão no Conselho do Cardeal brasileiro, único latino-americano, representa sinal de prestígio do episcopado brasileiro junto ao Santo Padre.

Visitas e Reuniões

O Papa João Paulo II esteve no Brasil em três oportunidades: 1980, 1991 e 1997. Na primeira delas, permaneceu doze dias em território brasileiro; em 1991, dez dias; em 1997, visitou o Brasil no contexto da II Encontro Mundial com as Famílias, realizado no Rio de Janeiro.

O presidente Fernando Henrique Cardoso visitou o Vaticano três vezes, em 1997, 1999 e 2002.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva compareceu às exéquias do papa João Paulo II, em abril de 2005, acompanhado dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Itamar Franco.

Em visita ao Brasil em 2007, o Papa Bento XVI presidiu a solenidade de canonização do beato Frei Galvão, primeiro santo nascido no Brasil.

No Consistório de 2007, o Ministro Gilberto Carvalho representou a Presidência da República na consagração do Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer.

Em 2008, o presidente Lula foi recebido em audiência pelo Papa Bento XVI e manteve reunião com o secretário de estado, cardeal Tarcisio Bertone.

Nos Consistórios de 2010 e 2012, o Ministro Gilberto Carvalho novamente representou a Presidência da República na consagração do Arcebispo de Aparecida, Dom Raymundo Damasceno Assis e do Arcebispo de Brasília, Dom João Braz de Aviz, respectivamente.

Por ocasião da missa inaugural do pontificado de Francisco, em março de 2013, a presidente Dilma Rousseff realizou visita oficial ao Vaticano, tendo sido recebida pelo papa em audiência oficial no dia 20 de março.

O Papa Francisco veio ao Brasil em julho de 2013 por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude, em sua primeira viagem internacional no exercício do pontificado. Além de participar de atividades especificamente relacionadas à Jornada, visitou o hospital São Francisco, celebrou missa no Santuário de Aparecida (SP) e manteve encontros com bispos brasileiros e latino-americanos. Na ocasião, anunciou sua intenção de regressar ao Brasil em 2017 para as celebrações dos 300 anos da aparição de Nossa Senhora de Aparecida. Entretanto, ainda em 2016, cancelou a viagem, citando dificuldades de agenda

A presidente Dilma Rousseff voltou a visitar a Santa Sé em fevereiro de 2014, durante o Consistório em que foi criado cardeal o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta.

Em 24 de abril do mesmo ano, o Vice-Presidente Michel Temer e o Presidente do Senado Federal Renan Calheiros participaram da cerimônia de canonização de José de Anchieta no Vaticano.

No Consistório de 2016, que consagrou o Cardeal Dom Sérgio da Rocha, Arcebispo Metropolitano de Brasília, o Brasil foi representado por delegação parlamentar, chefiada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e integrada pelos deputados Antônio Imbassahy, Baleia Rossi, Osmar Serraglio, Heráclito Fortes, Hugo Motta e Mário Heringer.

Em 2 de setembro de 2016, realizou-se reunião de Consultas Políticas entre o então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte, Fernando Simas Magalhães e Monsenhor Antoine Camilleri, Subsecretário para Relações com os Estados da Santa Sé. Na ocasião foram discutidos, entre outros, a crise na Venezuela, a situação do diálogo entre o ELN e o governo da Colômbia, o conflito na Síria e a crise migratória em direção à Europa. Ambas as partes concordaram quanto à importância de manter diálogo político contínuo sobre temas da agenda internacional.

Em 23-26 de abril de 2019, o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, Kenneth da Nóbrega, manteve reuniões, no Vaticano, a respeito do Sínodo Pan-Amazônico. Encontrou-se, com seis autoridades da Santa Sé, dentre as quais o Cardeal Lorenzo Baldisseri, Secretário-Geral do Sínodo dos Bispos.

O Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, foi recebido pelo Cardeal Parolin, Secretário de Estado, e pelo Monsenhor Paul Gallagher, Secretário para Relações com os Estados no Vaticano, em maio de 2019.

Em outubro de 2019, participaram da canonização de Santa Dulce dos Pobres (Irmã Dulce) o Senhor Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, e senhora, e integraram a comitiva oficial brasileira o Presidente do Senado Federal e senhora, o Presidente da Câmara dos Deputados e senhora, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro da Saúde, o Procurador-Geral da República e senhora, o Prefeito de Salvador e o ex-Presidente José Sarney. Também compareceram à cerimônia o Governador da Bahia, acompanhado do Secretário de Turismo e comitiva estadual, além de 11 senadores da República e 37 deputados federais com suas respectivas famílias, bem como autoridades da Assembleia Legislativa da Bahia, da prefeitura de Salvador e do
Tribunal de Justiça da Bahia. No dia seguinte à canonização, o Senhor Vice-Presidente encontrou-se com o Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Pietro Parolin, e com o Secretário para as Relações com os Estados, Monsenhor Paul Richard Gallagher.

Em 13 de dezembro de 2019, a Primeira Dama Michele Bolsonaro e a Ministra dos Direitos Humanos, Mulher e Família (MMFDH), Damares Alves, cumpriram agenda de encontros e reuniões no Vaticano, junto ao projeto "Scholas Ocurrentes", rede de comunicação entre escolas, em prol da colaboração de projetos educacionais de interesse comum, derivada de iniciativa pessoal de Francisco quando era arcebispo de Buenos Aires. Na ocasião, a Primeira Dama, acompanhada pela Ministra Damares, manteve encontro com o Papa. A Ministra Damares foi também posteriormente recebida pelo Subsecretário para Relações com os Estados, Monsenhor Miroslaw Wachowski.

Em junho de 2020, a Primeira Dama participou de conferência virtual por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, promovida pelo mesmo projeto "Scholas Ocurrentes".

Em 6 de setembro de 2021, o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que se encontrava em Roma para Reunião de Ministros da Saúde do G20, manteve reunião com o Prefeito do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, Cardeal Peter Turkson, responsável pelo acompanhamento, na Cúria, dos temas relacionados ao combate à pandemia de COVID-19. Após a reunião, o Ministro Queiroga concedeu entrevista à Rádio Vaticano.

Acordo-Quadro Bilateral

O Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, proposto pela Santa Sé em 2006, reafirma a adesão ao princípio internacionalmente reconhecido da liberdade religiosa, dispõe sobre os fundamentos da relação bilateral, sobre a personalidade jurídica da Santa Sé e das instituições eclesiásticas que regularmente atuam nas esferas religiosas e de assistência e solidariedade social. Além disso, prevê cooperação para a salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, considerado parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, assim como dos lugares de culto. Dispõe também sobre as instituições de ensino mantidas pela Igreja Católica, bem como sobre tributos, vínculos trabalhistas, vistos e outros temas relevantes.

Assinado em 2008, ratificado e promulgado, o acordo permaneceu em vigor enquanto aguardava manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre ação direta de inconstitucionalidade impetrada em 2010 pela Procuradoria-Geral da República. O elemento que motivou a ação dizia respeito à educação religiosa em escolas públicas, que estaria em contradição com o princípio do laicismo do estado. Tal questão foi objeto

de atenção tanto da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores como da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ambos convergentes quanto à sua constitucionalidade. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade. Sua decisão foi publicada em 2018.

POLÍTICA INTERNA

Estrutura e funcionamento da Santa Sé

A Santa Sé é constituída pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, à qual o clero é subordinado. Seu organograma foi estabelecido pela Constituição Apostólica Pastor Bonus, promulgada em junho de 1988, assim configurada:

a) Papa: exerce tríplice função, como bispo de Roma, pastor da Igreja universal e chefe do Estado da Cidade do Vaticano. Para cada uma dessas funções, apoia-se em uma organização específica. Como sucessor de São Pedro à frente da Igreja, o Papa herdou a titularidade de Roma e a missão de garantir a unidade da Igreja e da fé. Como bispo, participa do Colégio Episcopal; como bispo de Roma, preside-o. O Papa confia a direção da diocese de Roma a um cardeal-vigário, cuja sede é a Basílica de São João de Latrão, catedral de Roma. O Papa exerce, com o conjunto dos bispos, a chefia da Igreja Católica. Para o exercício dessa responsabilidade, o Papa e o Colégio Episcopal valem-se de um conjunto de organismos sediados em Roma sob sua autoridade: a Cúria Romana, secretariados e tribunais, entre outras instituições. Na qualidade de chefe do Estado da Cidade do Vaticano, o Papa exerce a totalidade dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Governa a Igreja e sua base territorial como monarca absoluto, eleito para mandato vitalício. É assistido pelo secretário de estado, atualmente o cardeal Pietro Parolin, que atua como Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo.

b) Colégio Cardinalício, ou Sacro Colégio: é composto pelos cardeais, que são os principais colaboradores e assistentes do Papa. O título de cardeal lhes confere participação no governo da Igreja em Roma. A nomeação dos cardeais é da competência direta do pontífice, que formaliza sua escolha no contexto de um Consistório. A outorga do título é feita em missa solene. Não há limitação de número ou idade para participação dos cardeais no Colégio Cardinalício. Desde a metade do século XI, cabe aos cardeais, reunidos em conclave, eleger um novo Papa. A escolha recai habitual, mas não necessariamente, sobre um dos integrantes do Sacro Colégio. Desde o pontificado de Paulo VI, o número de eleitores em um conclave é limitado a 120 cardeais com menos de 80 anos. As regras de eleição são ditadas pela Constituição Apostólica Universi Dominici Gregis, de João Paulo II (1996), modificadas por dois documentos “motu

proprio" do Papa Bento XVI — um, datado de 11 de junho de 2007, que reestabeleceu a necessidade de maioria qualificada de dois terços dos votos dos cardeais presentes para a escolha do pontífice em todos os escrutínios, e outro, de 22 de fevereiro de 2013, que, entre outras disposições, permite o início do conclave após quinze dias da vacância do cargo. Durante a "sede vacante", declarada quando da morte do Papa - ou sua renúncia - até a eleição do seu sucessor, o Colégio Cardinalício exerce algumas funções no governo geral da Igreja e do Estado do Vaticano. O "Camerlengo" é o responsável pela administração dos bens e direitos temporais da Santa Sé entre o fim de um pontificado e o início do seguinte.

c) Sínodo dos Bispos: foi criado pelo Papa Paulo VI, em 1965, como instituição mais democrática do poder na Igreja, no âmbito das inovações trazidas pelo Concílio Vaticano II. Trata-se de foro de reflexão e de debate colegiado, do qual participam bispos e arcebispos dos países selecionados pelo Papa em função dos temas discutidos. Relativamente pouco acionado por João Paulo II, recebeu grande impulso no pontificado de Bento XVI, que convocou cinco sínodos, sobre os temas "Eucaristia" (2005), "Evangelização" (2008), "África" (2009), "Oriente Médio" (2010) e "Nova evangelização para transmissão da fé cristã" (2012). O Papa Francisco realizou, até o momento, quatro sínodos: "Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização" (2014); "A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo" (2015), ambos sobre o tema da família, uma das prioridades de seu pontificado; "Os jovens, a fé e o discernimento vocacional" (2018); e "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral" (2019).

d) Cúria Romana: é a cúpula da Santa Sé e compreende os seguintes órgãos: a Secretaria de Estado e seus Dicastérios (órgãos assemelhados aos ministérios), o Sínodo dos Bispos, os Tribunais, as Comissões Pontifícias, a Guarda Suíça, o Escritório de Trabalho da Sé Apostólica, as Academias Pontifícias e as instituições ligadas à Santa Sé, como a Tipografia Vaticana e o Pontifício Instituto de Música Sacra.

e) Secretaria de Estado: é o órgão mais elevado na hierarquia da Cúria Romana e que mais de perto colabora com o Papa no exercício de sua missão. Cabe-lhe assegurar o bom andamento e a coordenação quotidiana das atividades dos órgãos da Santa Sé. Sua origem remonta ao século XV, quando Inocêncio VIII instituiu a "Secretaria Apostólica". O Secretário de Estado é o primeiro colaborador do Papa, máximo expoente da atividade política e diplomática da Santa Sé. A Secretaria de Estado divide-se na Primeira Seção e na Segunda Seção, que se encarregam dos assuntos gerais do Estado e do Pontífice e das relações exteriores da Santa Sé, respectivamente:

- A Primeira Seção é confiada a um arcebispo denominado "substituto para os assuntos gerais" ("sostituto"), equivalente ao cargo de Vice-Primeiro-Ministro. Ocupa-se da organização das atividades do Papa; da comunicação e das relações entre

diferentes órgãos da Cúria Romana; da tradução oficial dos documentos pontifícios; da publicação da "Acta Apostolicae Sedis", boletim oficial dos atos e documentos públicos da Sé Apostólica; da supervisão do Escritório Central de Estatística da Igreja; da redação das cartas apostólicas, do Protocolo e das questões jurídicas e de pessoal, inclusive aquelas relativas ao serviço exterior. Estão apensos à Primeira Seção, porém com autonomia administrativa, a Sala de Imprensa da Santa Sé, o "Osservatore Romano", a Rádio Vaticana e o Centro Televisivo Vaticano.

- A Segunda Seção, também dirigida por um arcebispo, o Secretário para as Relações com os Estados, coadjuvado por um Subsecretário para as Relações com os Estados, ocupa-se do relacionamento com os demais sujeitos de Direito Internacional. Cabe-lhe supervisionar a representação diplomática da Santa Sé e a negociação de tratados e acordos internacionais. A Segunda Seção pode opinar - devidamente instruída pelo Pontífice e ouvidas as unidades competentes da Cúria - sobre nomeações dos titulares para as dioceses, assim como sobre a instituição ou modificação daquelas. Em colaboração com a Congregação para os Bispos, participa do processo de nomeação episcopal nos países que mantêm acordos sobre a matéria com a Santa Sé.

f) Núncios apostólicos: representantes diplomáticos da Santa Sé, são arcebispos com precedência de Embaixador e têm uma dupla dimensão, a diplomática e a intraeclesial, pois são também acreditados perante a Igreja do país onde servem. Uma das principais atribuições dos Núncios na esfera eclesiástica é a organização de listas para a nomeação dos bispos nos países onde estão acreditados. A Santa Sé é representada por "observadores permanentes", "observadores" ou "enviados especiais" nos organismos internacionais perante os quais é acreditada;

g) Dicastérios: são unidades assemelhadas aos ministérios. Dividem-se em congregações e conselhos pontifícios. Os primeiros, chefiados por prefeitos, encarregam-se de temas vinculados à religião; os últimos, chefiados por presidentes, tratam de questões afetas às relações da Igreja Católica com os fiéis. Algumas congregações remontam ao século XVI, como a do Santo Ofício, criada por Paulo III, em 1542, hoje denominada Congregação para a Doutrina da Fé, e a Congregação para as Causas dos Santos, criada por Sisto V, em 1588. Os titulares dos dicastérios provêm de inúmeros países, em processo de internacionalização iniciado por Pio XII e aprofundado por Paulo VI.

Características do atual pontificado

Após a renúncia do Papa Bento XVI, em fevereiro de 2013, teve início o conclave que elegeu, no dia 13 de março, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio. O 266º Papa da história da Igreja adotou o nome de Francisco.

Cerca de um mês depois de eleito, Francisco anunciou a criação de grupo de oito cardeais e um monsenhor para auxiliá-lo no exame de reformas no governo da Igreja. O grupo, representativo dos cinco continentes, é integrado pelos arcebispos de Santiago do Chile, Francisco Errazuriz; de Tegucigalpa, Oscar Rodriguez Maradiaga; de Boston, Sean O'Malley; de Kinshasa, Laurent Pasinya; de Mumbai, Oswald Gracias; de Munique, Reinhard Marx; de Sydney, George Pell; pelo cardeal italiano Giuseppe Bertello, presidente emérito da Pontifícia Comissão para o Estado da Cidade do Vaticano Vaticano; e pelo monsenhor Marcello Semeraro, membro do conselho de administração do "Avvenire", jornal da Conferência Episcopal Italiana.

O pontificado de Francisco tem-se notabilizado pela valorização da misericórdia, pela defesa de uma "Igreja pobre" e pela abertura desta às necessidades concretas dos fiéis, em um processo denominado pelo próprio Santo Padre de "conversão pastoral" e em consonância com a ênfase de Bergoglio nos chamados "três Ts" ("terra, teto e trabalho") como direitos inalienáveis de todo ser humano.

As principais diretrizes de seu ministério estão presentes na exortação apostólica "Evangelii Gaudium", editada após o Sínodo dos Bispos sobre "A nova evangelização para a transformação da fé cristã", e publicada em novembro de 2013. Do referido documento constam temas como a "transformação missionária da Igreja", a "dimensão social da evangelização", a valorização da família, a promoção da paz e da justiça social, o respeito pela criação, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e o papel do pregador na sociedade contemporânea, que conferem ao texto o caráter de um "mapa do caminho" do atual pontificado.

Ao mesmo tempo, é possível identificar nos nove anos de papado bergogliano o claro propósito de concluir o Concílio Vaticano II, buscando a implementação efetiva de pontos que, devido a circunstâncias históricas, restaram pendentes durante os pontificados de seus antecessores. Requisito considerado fundamental para a transformação da Igreja Católica em uma "igreja de saída", ou em uma "igreja na estrada", é a reforma da Cúria Romana, iniciada por Bento XVI e acelerada por Francisco, tanto do ponto de vista de sua estrutura e funcionamento, como de seu modo de conceber a atuação da Igreja. Desse modo, com o auxílio do citado Conselho de Cardeais, o papa tenciona racionalizar a administração da Igreja, de modo a convertê-la em uma organização de pastores voltada para a promoção do bem-comum e a solução de problemas concretos das populações mais fragilizadas.

Falecimento do Papa Emérito

O Papa Emérito, Bento XVI, faleceu em 31/12/2022. Mais de 200 mil pessoas prestaram suas homenagens a Ratzinger, cujo féretro foi exposto entre 2 e 4 de janeiro de 2023 na Basílica de São Pedro. O Papa Francisco presidiu as exéquias, na Praça de São Pedro, na manhã de 5 de janeiro de 2023, para um público estimado em 50 mil pessoas. As delegações oficiais da Alemanha e da Itália foram chefiadas por seus respectivos Presidentes. Dignitários de cerca de 20 países compareceram ao funeral, em caráter pessoal.

POLÍTICA EXTERNA

A Santa Sé é pessoa jurídica conduzida pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, reconhecida internacionalmente como Estado pelo Direito Internacional Público. Na qualidade de agente diplomático, a Santa Sé dispõe, como os demais Estados, de direito de delegação ativo e passivo, do exercício de *ius contrahendi* para a negociação de acordos e tratados e de capacidade de mediação de conflitos internacionais. Mantém relações diplomáticas com 180 países, dos quais 86 estão representados por Embaixadores residentes em Roma. Acreditadas também junto à Santa Sé estão a União Europeia, a Ordem de Malta e o estado da Palestina. A Santa Sé tem status de observadora permanente nas Nações Unidas, com direito a voz. É membro pleno ou observador de agências especializadas das Nações Unidas e de outros organismos internacionais.

Temas globais

A atual política externa da Santa Sé reflete a visão de um mundo multifacetado e interconectado, que demanda estratégias complexas para a promoção da paz, a difusão do evangelho e a defesa da liberdade religiosa, objetivos primordiais da Igreja. Nesse contexto, a política externa vaticana orienta-se pelo princípio de “construir pontes” em um mundo que estaria vivendo processo de desagregação. Para tanto, o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e a atenção aos países em desenvolvimento, assim como às periferias dos países desenvolvidos, têm sido preponderantes na elaboração da agenda de viagens apostólicas e nos contatos com líderes políticos e religiosos.

Resultados dessa visão incluem visitas à Jordânia, à Palestina e ao Egito; o encontro entre o Papa e o patriarca de Moscou; o esforço para não isolar a Rússia; a mediação do reatamento de relações entre Cuba e Estados Unidos; as visitas à Bósnia e Herzegovina, Armênia, Geórgia e Azerbaijão; as viagens à América Latina; nas alocuções ao Congresso dos EUA, em que advogou a proteção dos imigrantes, e à Assembleia Geral da ONU, em que defendeu a reforma do Conselho de Segurança e dos organismos executivos e financeiros com vistas a "evitar abusos e a usura" contra os países em desenvolvimento; a visita à mesquita de Bangui e à sinagoga de Roma, no encontro com o Imã da universidade egípcia de Al-Azhar e a aceitação do convite para participar, em Estocolmo, da comemoração dos 500 anos da Reforma Protestante; a condenação do tráfico de pessoas e do tráfico de armas.

Em mensagem ao corpo diplomático junto à Santa Sé, em 2017, o Pontífice recordou que a paz permanece para muitos uma "miragem distante". Nessa perspectiva, reiterou a importância do ecumenismo e do diálogo inter-religioso na promoção da paz, contexto em que se inserem os encontros mantidos, em 2016, com o Patriarca Cirilo, de Moscou, com líderes ortodoxos e islâmicos na Armênia, Geórgia e Azerbaijão, com autoridades da Igreja Luterana, na Suécia. Ao identificar o terrorismo fundamentalista como responsável por eventuais desconfianças em relação à experiência religiosa, o papa repeliu, uma vez mais, o uso do nome de Deus para a disseminação da violência.

Estreitamente ligadas à ausência de paz, na visão de Bergoglio, estariam a corrupção e a desigualdade social. Com relação à primeira, o pontífice informou que a Santa Sé depositou formalmente, em 2016, o instrumento de adesão à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela AGNU em 2003. No tocante à desigualdade, lembrou os cinquenta anos da encíclica "Populorum Progressio", de Paulo VI, baseada na ideia de que "o caminho da paz passa através do desenvolvimento". O Santo Padre apontou como inimigas da paz também a produção e o comércio de armamentos e a ideologia. Com relação à primeira, alertou para o risco de deflagração de uma nova corrida nuclear, a julgar pelos recentes experimentos na península coreana, que "desestabilizam a região e causam inquietação em toda a comunidade internacional". Da ideologia, disse que se utiliza do "desconforto social" para fomentar o desprezo e o ódio, ao considerar o outro como um inimigo a ser aniquilado.

O Santo Padre tem promovido ainda a "cultura da misericórdia", que encontra sua expressão mais concreta na proteção aos imigrantes e refugiados. Sobre essa questão, a crise migratória que afeta a Europa tem merecido a máxima atenção do atual pontificado, crítico sobretudo da resistência de países europeus em acolher imigrantes

em seus territórios. O fenômeno contemporâneo do incremento dos fluxos migratórios, que o papa chamou de "a maior catástrofe desde a II Guerra Mundial", é inequívoca prioridade da agenda externa de Francisco. A primeira viagem do pontificado de Bergoglio foi à ilha siciliana de Lampedusa, em julho de 2013, onde celebrou missa dedicada às vítimas dos naufrágios no Mar Mediterrâneo. Outras visitas de alto valor simbólico para o tema foram à fronteira entre México e EUA, em fevereiro de 2016, e à ilha de Lesbos, em abril do mesmo ano. Para o papa, os ideais que inspiraram a Europa no passado teriam perdido sua força atrativa em favor do tecnicismo burocrático de suas instituições e do conforto materialista e egoísta, o que o levou a comparar o continente, mais de uma vez, com uma "avó estéril e mal humorada". Desse modo, a Santa Sé tem apontado a falta de visão e estratégia da Europa e considera que os migrantes e refugiados não constituem problema, mas sim a solução para países que há décadas apresentam taxas negativas de crescimento populacional.

Na busca de soluções para o problema, o papa Francisco propõe o estabelecimento de projetos de médio e longo prazo que ultrapassem as respostas emergenciais, com vistas a viabilizar a integração dos imigrantes nos países de acolhimento, ao mesmo tempo em que sublinha a necessidade de favorecer os países de origem com políticas solidárias, sem, contudo, "condicionar as ajudas a estratégias e práticas ideologicamente alheias ou contrárias às culturas dos povos a que se destinam".

O Papa também considera como prioritária a proteção às crianças e aos jovens, especialmente vulneráveis nas áreas afetadas por conflitos e pela pobreza extrema, com referência particular aos jovens que sofrem as consequências da guerra na Síria. Exorta a comunidade internacional a promover negociação "séria" para pôr fim ao conflito e a garantir a necessária assistência humanitária à população.

Com respeito ao meio ambiente, a encíclica "Laudato Si – sobre o cuidado da casa comum", publicada em junho de 2015, seis meses antes da realização da Conferência da ONU sobre Mudança de Clima, aprofundou ideias esboçadas na exortação "Evangelii Gaudium" e tornou-se documento de reflexão sobre a crise ecológica e, principalmente, sua conexão com a pobreza e o subdesenvolvimento. Na encíclica, apoia-se o conceito de "ecologia integral", que pressupõe a conexão entre todas as criaturas da Terra. Além disso, formula severa crítica ao estilo de vida da sociedade contemporânea, alicerçado no consumismo e na "cultura do descarte", que resulta na exclusão e marginalização de grandes contingentes da população mundial.

Nesse sentido, o Papa Francisco convocou sínodo dedicado aos povos indígenas da Amazônia e à evangelização na região (2019), no marco da encíclica "Laudato Si" (2015), sobre o cuidado da casa comum. Em conexão com esse sínodo, e no intuito de fortalecer a presença missionária nos territórios dos nove países amazônicos foi criada, em 2014, a Rede Eclesial Panamazônica – REPAM, por meio de aliança com diversas entidades, entre as quais o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), a Rede Cáritas e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa integração faz-se a partir dos modelos históricos das comunidades eclesiais de base (CEBs), das comissões pastorais da terra (CPTs) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); este último, defensor de "teologia índia", como derivativo da teologia da libertação. As preocupações pastorais manifestas na REPAM voltam-se contra a "expansão do grande capital na exploração da Amazônia", em defesa da vida dos povos da "Panamazônia" e de seus biomas.

Sínodo para a Amazônia

Os sínodos são foros de reflexão e de debate, que podem ser convocados em nível de diocese, nacional ou mundial. No pontificado de Papa Francisco foram realizados, até o momento, quatro sínodos: "Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização" (2014), "A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo" (2015), o sínodo sobre a juventude (2018) e o Sínodo Pan-Amazônico (2019).

A Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos da Região Pan-Amazônica (também conhecido como "Sínodo Pan-Amazônico") foi convocado oficialmente pelo Papa Francisco em 15 de outubro de 2017 para ocorrer em Roma, entre 6 e 27 de outubro de 2019. O sínodo foi presidido pelo Papa e teve como tema "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral". O documento preparatório para o sínodo foi divulgado em 2018 e serviu de base para elaboração do documento de trabalho intitulado "Instrumentum Laboris". Posteriormente, o documento de trabalho ("Instrumentum Laboris") evitou alguns assuntos polêmicos presentes no documento preparatório. Não foram identificados, trechos que questionam a soberania dos Estados amazônicos sobre seus territórios; expressões que pudessem sugerir a criação de políticas internacionais ou tratados internacionais em área de soberania brasileira; nem menções a espaços "transamazônicos". Tampouco foram detectadas expressões que pudessem ser interpretadas como endosso da igreja a um "corredor Andes-Amazônia-Atlântico" (triplo A).

Participaram do Sínodo, em outubro de 2019, todos os bispos de dioceses localizadas na região amazônica, que se distribuíram da seguinte maneira: Brasil (57), Colômbia (14), Peru (10), Venezuela (7), Bolívia (6), Equador (5), Guiana Inglesa (1), Guiana (1), Suriname (1). A estes se somaram os presidentes das sete Conferências Episcopais da Região Amazônica e também a Presidência da Rede Eclesial Panamazônica (REPAM). As sessões do Sínodo foram fechadas e reservadas e a Sala de Imprensa da Santa Sé organizou "briefings" frequentes (eventualmente diários) sobre a evolução dos trabalhos, de forma a evitar especulações por parte da imprensa.

Em entrevista à imprensa italiana, o Papa Francisco enfatizou a dimensão eclesial do Sínodo Pan-Amazônico: "O Sínodo não é uma reunião de cientistas ou políticos, não é um parlamento. É algo diverso. Nasce na Igreja e terá missão e dimensão evangelizadora. Será um trabalho de comunhão com o Espírito Santo". Definiu a Amazônia como uma região "representativa e decisiva", que, "junto com os oceanos, contribui de maneira determinante para a sobrevivência do nosso planeta". Segundo o Papa, "grande parte do oxigênio que respiramos vem dali, e por isso desmatar significa matar a humanidade". Recordou, em seguida, que "a Amazônia engloba nove Estados, logo não se trata de uma só nação". Em referência aos obstáculos para a proteção da região amazônica, o Papa afirmou que "a ameaça à vida das populações e do território deriva de interesses econômicos e políticos dos setores dominantes da sociedade".

O documento final do Sínodo de 26 de outubro de 2019 concluiu a fase celebratória do processo sinodal. Composto por 120 parágrafos votados e aprovados individualmente em assembleia, o documento foi dividido em cinco capítulos, cujos temas foram a) a "conversão integral", que busca resumir os testemunhos e diagnosticar os problemas enfrentados pelos povos amazônicos; b) a "conversão pastoral", que trata das condições e dos objetivos da Igreja na região; c) a "conversão cultural", que trata do processo de inculturação da Igreja em seus vários aspectos; d) a "conversão ecológica" que discute a questão amazônica à luz dos princípios e objetivos lançados pela Laudato Sì; e) a "conversão sinodal", que se ocupa do exercício da sinodalidade e das estruturas eclesiais próprias da Igreja na Amazônia.

A Santa Sé divulgou, em 12 de fevereiro de 2020 o texto da Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Querida Amazônia”, assinada pelo Papa Francisco de destinada a católicos e não católicos, igualmente. Por definição, uma Exortação Apostólica Pós-Sinodal é um documento oficial da Santa Sé, redigido e assinado pelo Pontífice, que considera e convalida, ou não, avaliações contidas no Documento Final emitido após uma assembleia do Sínodo de Bispos. A Exortação Apostólica não define a doutrina da Igreja

mas, por ser assinada pelo Papa, é considerada um documento de "valor magisterial", ou seja, um documento oficial de um pontificado, ao contrário do mencionado Documento Final de um Sínodo, que resume as discussões do encontro e apresenta sugestões à avaliação do Papa.

Ao contrário das expectativas de setores ditos progressistas da Igreja, a exortação apostólica pós-sinodal do Papa Francisco "Querida Amazônia" (fevereiro de 2020) não referendou propostas de reforma do papel da Igreja na região, com potenciais repercussões doutrinárias, trazidas pelo documento final do Sínodo, como a possibilidade de ordenação sacerdotal de homens casados ("viri probati").

Outras teses polêmicas que não evoluíram durante o processo sinodal foram a da introdução de um rito amazônico na liturgia e da admissão do diaconato feminino. Ademais, "Querida Amazônia" não acolheu a ideia da denominada "internacionalização" da Amazônia como solução aos problemas locais, nem outras proposições de grupos mais críticos ao papel dos governos nacionais que pudessem vir a dar azo ao questionamento da soberania dos Estados sobre a região.

Relações bilaterais da Santa Sé

Além da já aludida atenção aos países ditos “periféricos” e ao ecumenismo como estratégia para deter as perseguições às comunidades cristãs e garantir a liberdade religiosa, cabe fazer referência, ainda que sucintamente, às relações da Santa Sé com as seguintes regiões e estados:

a) Rússia: há clara disposição da Santa Sé em manter aberto o canal de diálogo com o Kremlin, não somente por considerar que a Rússia tem um papel fundamental no encaminhamento de crises como Síria e Iraque, mas também pelo interesse em seguir contando com seu apoio no diálogo com o patriarcado de Moscou;

b) Terra Santa: a defesa dos lugares sagrados do catolicismo, situados especialmente em Israel, Palestina e Jordânia, é tema crucial para a diplomacia vaticana. Em 2014, o Papa Francisco realizou visita a Jerusalém e Amã, marcada pelo caráter de “peregrinação” religiosa e espiritual, mas também pela dimensão política de apoio aos refugiados e “discriminados por causa de sua fé em Cristo”. Em janeiro de 2016, entrou em vigor acordo entre o Vaticano e a Palestina, dois anos após a Santa Sé haver reconhecido a Palestina como estado soberano. A posição da diplomacia vaticana sobre o conflito israelense-palestino pauta-se historicamente pela defesa do "status quo" em Jerusalém,

pela defesa dos lugares sagrados do Catolicismo e pelo apoio a uma solução pacífica e negociada para o conflito na região, via "solução dos dois Estados";

c) Oriente Médio: berço da cristandade, o Oriente Médio e sua configuração geopolítica atraem natural interesse da Santa Sé. Nas intervenções de autoridades vaticanas, não se costumam registrar referências nominais a forças políticas e endossos a propostas específicas de atores locais. A Sé Apostólica busca tradicionalmente enfatizar as comunidades cristãs como fator de coesão social, historicamente indispensável para a promoção do diálogo e da tolerância;

d) Ásia: além da consolidação de laços com Coreia do Sul, Sri Lanka e Filipinas (visitados em 2014 e 2015, respectivamente), a Igreja católica logrou obter um “modus operandi” satisfatório em território vietnamita e, ao que tudo indica, avança negociações com a China. Após o Papa Francisco ter sinalizado claramente seu desejo de aproximar-se da China, o diálogo, interrompido em 2009, foi retomado, e há notícias de que estão em curso negociações entre os dois Estados. A questão da ordenação de bispos pelo governo chinês tem sido o maior óbice à normalização das relações entre Pequim e a Santa Sé;

e) América Latina: com a eleição do Papa Francisco, outras regiões do mundo, anteriormente negligenciadas, receberam maior atenção, principalmente a América Latina. A região é a única a contar com uma Conferência Episcopal (CELAM) da qual participam diversos bispos de cada país, e também a única a contar com um órgão específico na administração da Santa Sé, a Comissão Pontifícia para a América Latina, subordinada à Congregação dos Bispos. A primeira viagem oficial de seu papado teve como destino o Brasil (Jornada Mundial da Juventude, em julho de 2013) e realizou viagens ao Equador, Bolívia e Paraguai (2015); México (2016); Colômbia (2017) e Chile (2018). Com relação ao México, Francisco foi o primeiro pontífice recebido no Palácio Nacional, após longo caminho de reaproximação entre a Santa Sé e o Estado mexicano. Nos países visitados, o Pontífice atribuiu à injustiça social a proliferação do narcotráfico e da violência e exortou as autoridades a incentivarem projetos de desenvolvimento em prol do bem comum.

Merece destaque ainda o papel do Vaticano como potencial mediador de conflitos regionais. Na esteira da atuação da Santa Sé no reatamento de relações diplomáticas entre Cuba e EUA, cogitou-se sua participação nas negociações entre o governo da Colômbia e as Farc, assim como na promoção do diálogo entre governo e oposição na Venezuela. Sobre este último país, objeto de grande preocupação da diplomacia vaticana, cabe destacar a atuação conciliadora do Núncio Apostólico em Caracas, assim

como os sinais emitidos pela Secretaria de Estado da Santa Sé de que estaria pronta a contribuir para o diálogo.

Conflito Rússia-Ucrânia

Em face do conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, a Santa Sé tem mantido postura de "equidistância sem indiferença": equidistância em relação aos beligerantes, mas sem indiferença em relação às consequências da conflagração. Tal política vaticana desdobrou-se inicialmente em três vertentes: a "diplomacia ecumênica" (ação conjunta com a Igreja ortodoxa russa, prejudicada posteriormente por declarações polêmicas do Patriarca Cirilo); a "diplomacia da negociação" (prontidão para eventual mediação); e a "diplomacia da misericórdia", com o deslocamento de dois cardeais ao território ucraniano para entregar pessoalmente ajuda humanitária, em complemento à já extensa ação da Caritas Internationalis no terreno.

O Papa Francisco tem mantido o tom pastoral de suas intervenções sobre a guerra, sem acusações frontais sobre a responsabilidade russa, mas vem demonstrando crescente impaciência com o prolongamento dos combates. Em visita à Ucrânia, em maio último, o Secretário para as Relações com os Estados, Monsenhor Paul Richard Gallagher, declarou-se favorável ao recebimento de ajuda, "inclusive militar", com "proporcionalidade", pela Ucrânia; asseverou a necessidade de incluir os ucranianos em "todas as iniciativas a favor da paz" naquele país; fez referência à "agressão da Rússia"; e assegurou o comprometimento da Santa Sé com a "integridade territorial" da Ucrânia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

60 DC	Fundação da Igreja de Roma pelo apóstolo Pedro.
64	Morte de São Pedro, considerado o primeiro Bispo de Roma.
313	Publicação do *Édito de Milão* pelo Imperador Constantino, por meio do qual se concede a liberdade religiosa aos cristãos.
380	O Imperador Teodósio I declara a Igreja Católica como a religião oficial do Império Romano.
756	O Bispo de Roma, recebe de Pepino, o Breve, Rei dos Francos, os territórios dos *Estados Papais*, que perdurarão como sede do poder temporal da Igreja até a Reunificação Italiana, em 1870.
1053-1484	Grande Cisma do Oriente leva à separação entre os ramos latino e ortodoxo da Igreja, fundada em diferenças teológicas e na aspiração do Bispo de Roma a exercer primado sobre todos os demais. O ramo ocidental da Igreja

	passa a reconhecer a primazia do Papa.
1309-1376	Após a eleição do francês Clemente V para o papado, sete Papas consecutivos estabelecem sua residência em Avignon, na França, sob crescente influência da Coroa francesa.
1378-1415	Grande Cisma do Ocidente: estabelecem-se duas linhas distintas e rivais de Papas — uma em Roma, uma em Avignon —, cada uma proclamando-se a única legítima. Toda a Europa se divide entre Estados que prestam lealdade ao Papa romano ou ao Antipapa de Avignon.
1517	Início da Reforma Protestante, com a publicação das *95 Teses* de Martinho Lutero.
1545-1563	Contra-Reforma lançada pelo Concílio de Trento.
1860	Partes importantes dos Estados Papais (Umbria, Marche, parte da Emilia Romagna e o Lácio) são incorporadas ao novo Estado italiano.
1870-1871	Primeiro Conselho do Vaticano declara a infalibilidade papal em assuntos de fé e moral. Partida das tropas francesas que protegiam o Papa. Incorporação de Roma ao Reino da Itália.
1929	Tratado de Latrão, firmado por Benito Mussolini e o Papa Pio XI, restaura a jurisdição soberana do Papa sobre o Estado da Cidade do Vaticano. O catolicismo torna-se religião oficial de Estado do Reino da Itália.
1947	Nova Constituição italiana confirma a soberania do Vaticano.
1978	João Paulo II torna-se o primeiro Papa não-italiano em mais de 400 anos.
1985	Novo acordo entre a Itália e a Santa Sé pelo qual o catolicismo deixa de ser a religião de Estado na Itália.
2005	Morre João Paulo II, encerrando-se o terceiro pontificado mais longo da história (26 anos, 5 meses e 15 dias). Início do pontificado de Bento XVI.
2013	Renúncia de Bento XVI. Início do papado de Francisco, o primeiro Pontífice latino-americano.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1824	A primeira Constituição brasileira formaliza o regime do Padroado, segundo o qual o catolicismo torna-se a religião oficial do Império.
1826	Mons. Francisco Corrêa Vidigal, Plenipotenciário enviado por Dom Pedro I, apresenta cartas credenciais ao Papa Leão XII.
1862	Acordo sobre Missões Apostólicas entre os Indígenas, por troca de notas de 28

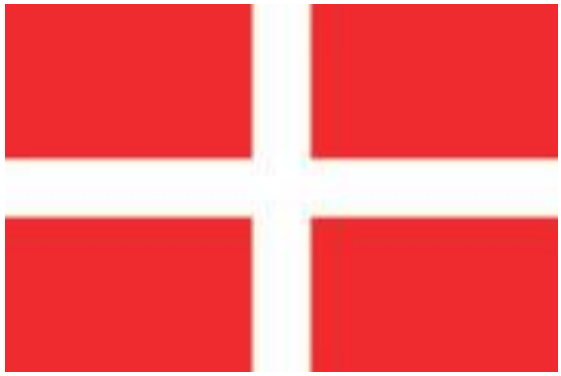
	de outubro.
1872-1875	A "Questão religiosa", envolvendo o poder de nomear bispos, abala o relacionamento entre a Igreja e o Império.
1891	A primeira Constituição republicana estabelece a separação entre Estado e Igreja e a liberdade religiosa.
1919	A representação brasileira junto à Santa Sé é elevada ao nível de Embaixada.
1934	Primeira visita de um Secretário de Estado Vaticano ao país, Cardeal Eugenio Pacelli, futuro Papa Pio XII.
1980	João Paulo II é o primeiro Papa a visitar o Brasil.
1985	Presidente eleito Tancredo Neves visita o Papa João Paulo II.
1986	Visita do Presidente José Sarney ao Papa João Paulo II.
1990	Visita do Presidente Fernando Collor ao Papa João Paulo II.
1991	Segunda viagem de João Paulo II ao Brasil.
1997	O Presidente Fernando Henrique Cardoso realiza a primeira Visita de Estado de Presidente brasileiro à Santa Sé.
1997	Terceira viagem de João Paulo II ao Brasil, no contexto do II Encontro Mundial com as Famílias, no Rio de Janeiro.
2005	Primeira visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano, para participar do funeral do Papa João Paulo II.
2007	O Papa Bento XVI visita o Brasil e abre os trabalhos da V Reunião da Conferência Episcopal Latino Americana.
2008	Segunda visita do Presidente Inácio Lula da Silva ao Vaticano. Assinatura do Acordo sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil (novembro).
2012	Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota ao Vaticano (17 de outubro)
2013	Primeira visita da Presidente Dilma Rousseff ao Vaticano, para participar da Missa Inaugural do Papa Francisco I (março)
2013	Primeira visita do Papa Francisco I ao Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude no Rio de Janeiro (julho).
2014	Presidente Dilma Rousseff assiste, no Vaticano, ao Consistório de criação de novos cardeais, incluindo o brasileiro Dom Orani Tempesta (fevereiro)
2014	Visita do Vice-Presidente Michel Temer e do Presidente do Congresso Renan Calheiros a Roma para assistir à missa de canonização do Padre José de Anchieta (abril)
2016	Reunião de consultas políticas Brasil-Vaticano (entre o senhor SGEAM e o Subsecretário para Relações com os Estados, monsenhor Antoine Camillieri)
2017	Cerimônia de canonização dos mártires de São Gonçalo do Amarante e de Canguaretama, que elevou de 6 para 36 o número de santos brasileiros. O

	senhor PR foi representado pela senhora AGU, ministra Grace Mendonça, que manteve reunião com o secretário de Estado da Santa Sé, cardeal Pietro Parolin.
2019	O Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África, Kenneth da Nóbrega manteve reuniões no Vaticano a respeito do Sínodo Pan-Amazõnico (abril)
2019	Visita de trabalho do senhor Ministro de Estado Ernesto Araújo ao Vaticano (8 de maio)
2019	Canonização da Irmã Dulce (outubro), com a presença do Vice-Presidente, Hamilton Mourão, além de outras autoridades brasileiras.
2019	A Primeira Dama Michele Bolsonaro e a então Ministra de MMFDH mantiveram encontros e reuniões sobre o projeto "Scholas Ocurrentes" (dezembro).
2020	A Primeira Dama Michele Bolsonaro participou de conferência virtual promovido pelo projeto "Scholas Ocurrentes", por ocasião do dia Mundial do Meio Ambiente (junho)
2021	O Ministro Marcelo Queiroga manteve reunião com o Prefeito do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, Cardeal Peter Turkson (setembro)

ATOS BILATERAIS			
Título do Acordo	**Data de celebração**	**Data de entrada em vigor**	**Data de promulgação**
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil	13/11/2008	10/12/2009	12/02/2010
Acordo sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas	23/10/1989	23/10/1989	22/11/1989
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais.	02/10/1935	02/12/1935	10/01/1936

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ORDEM SOBERANA MILITAR E HOSPITALAR DE SÃO JOÃO DE JERUSALÉM, DE RODES E DE MALTA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março - 2023

APRESENTAÇÃO

A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta ("Ordem de Malta") é uma entidade internacional com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. Foi estabelecida no século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos que se dirigiam a Jerusalém, então sob domínio dos califas do Egito.

Com a conquista de Jerusalém pelos cristãos na Primeira Cruzada (1099), a Ordem assumiu funções militares de defesa dos doentes e peregrinos. Uma bula do Papa Pascoal II, de 15 de fevereiro de 1113, colocou o hospital de São João sob a proteção da Santa Sé e assegurou aos membros da Ordem, originalmente ligados aos beneditinos, o direito de eleger livremente os seus chefes, sem intervenção de qualquer outra autoridade eclesiástica. Iniciou-se, então, a trajetória independente da Ordem do Hospital de São João, já consagrada aos seus dois fins: "obsequium pauperum" (a serviço dos pobres) e "tuitio-fidei" (a proteção da fé).

Após a queda do reino cristão de Jerusalém em 1291, a Ordem se estabeleceu provisoriamente em Chipre. Em 1310, após conquistar a Ilha de Rodes, adquiriu soberania territorial e passou a exercer o papel de bastião da cristandade no Mediterrâneo Oriental. Era governada por um Grão-Mestre (que detinha o título de Príncipe de Rodes e, posteriormente, o de Príncipe de Malta), que exercia sobre a ilha de Rodes prerrogativas soberanas, de acordo com o direito feudal.

Uma frota poderosa permitiu à Ordem participar de cruzadas na Síria e no Egito, patrulhar os mares e repelir ataques dos muçulmanos durante dois séculos. Em 1523, após assédio de 5 meses, os cavaleiros de Rodes renderam-se às tropas do Sultão Solimão, o Magnífico, cedendo a ilha aos turcos. Durante sete anos a Ordem viu-se privada de território mas, em 1530, o Imperador Carlos V cedeu-lhe como domínios soberanos, com a aprovação do Papa Clemente VII, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, no norte da África. Foi estipulada então a neutralidade da Ordem nas guerras entre nações cristãs. Continuava, porém, a atividade militar em defesa da cristandade. Os Cavaleiros de Malta (como passaram a ser chamados) derrotaram, em

1565, as tropas turcas que os assediavam e participaram, em 1571, da batalha de Lepanto, que liquidou o poderio naval otomano. No século XVII, o Grão-Mestre da Ordem passou a ostentar o título de Príncipe do Santo Império Romano, dignidade equivalente à de Cardeal da Igreja Católica, com o apelativo de Eminência.

A Ordem permaneceu em Malta até 1798, quando, durante sua expedição ao Egito, Napoleão Bonaparte ocupou a ilha em função de seu valor estratégico. Por causa do código da Ordem que os proibia de levantar armas contra outros cristãos, os cavaleiros foram forçados a deixar Malta. Após ter sido expulsa de Malta por Napoleão, a Ordem teve sedes temporárias até fixar-se em Roma, em 1834. Em 1879, o papa Leão XIII restabeleceu a dignidade do Grão-Mestre e as honras cardinalícias que o acompanham.

A Ordem possui um status de Direito internacional sui generis: embora não possua território próprio (apenas alguns imóveis), recebe tratamento equiparado ao de um Estado, com soberania reconhecida por mais de 100 países. Mantém relações diplomáticas e emite passaportes. Participa da Organização das Nações Unidas como Observador. Sua população permanente é de apenas três pessoas, o príncipe, o grão-mestre e o chanceler. Em Roma, mantém duas propriedades (o Palácio da Via Condotti e a Vila do Monte Aventino) que gozam do regime de extra-territorialidade. A ordem possui 13.500 membros, 80.000 voluntários permanentes e 20.000 profissionais da saúde associados, incluindo médicos e enfermeiros.

PERFIL BIOGRÁFICO

Lugartenente da Ordem de Malta
Fra’ John Dunlap



Fra' John T. Dunlap nasceu em Ottawa, no Canadá, em 1957. Após seus estudos na Universidade de Nice, graduou-se na Universidade de Ottawa e obteve seu diploma na Universidade de Ontário Ocidental. É advogado registrado na Ordem dos Advogados do Estado de Nova York e atuou como assessor jurídico da Missão de Observação Permanente da Santa Sé junto às Nações Unidas. Admitido na Ordem de Malta em 1996, fez votos temporários de cavaleiro da justiça em 2004 e permanentes em 2008. Integrou o Conselho Soberano, órgão encarregado da governança da Ordem, para o qual foi reeleito em 2014 e 2019. O Papa Francisco nomeou Fra` John Dunlap como o novo Lugartenente do Grão Mestre da Ordem de Malta, por meio de decreto datado de 13/6/2022 em seguimento ao falecimento de Fra` Marco Luzzago, em 7/6/2022.

O cargo de Grão-Mestre está vago desde 2020. O Lugar-Tenente do Grão-Mestre é um cargo interino, que detém os mesmos poderes de Grão Mestre, e seu titular é eleito para mandato de um ano.

Embaixador da Ordem de Malta no Brasil



Conde Franz von Schönborn-Wiesentheid, 48 anos. Estudou na Passau University na Alemanha, Helsinki School of Economics and Business Administration na Finlândia e na Business School SP, no Brasil. Fez exitosa carreira no mercado privado; é, atualmente, sócio fundador de empresa no ramo da intermediação de negócios. É membro do Conselho de Administração e outras funções do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, Fundação Visconde de Porto Seguro, ABCOMM e Mozarteum Brasileiro.

RELAÇÕES BILATERAIS

Data de 6 de dezembro de 1951 o comunicado oficial divulgado simultaneamente no Rio de Janeiro e em Roma pelo qual o governo brasileiro reconhece “o estatuto internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta”. As duas partes estabeleceram relações diplomáticas com a criação de uma Legação da Ordem de Malta no Rio de Janeiro e uma Legação do Brasil em Roma.

Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, na pessoa do ministro-conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, que foi acreditado como encarregado de negócios interino. Em 1959, foram equiparadas as representações, com o credenciamento do embaixador junto à Santa Sé como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto à Ordem de Malta. Em 1966, a Ordem manifestou o desejo de ver elevada a representação diplomática à categoria de embaixada, o que foi acolhido pelo governo brasileiro.

O grão-mestre visitou o Brasil em 1966, 1984 e 1990. O chanceler brasileiro visitou a sede da Ordem, em Roma, em 1966. O programa oficial das visitas foi estritamente protocolar, aspecto que tem caracterizado as relações entre o Brasil e a Ordem.

A Ordem de Malta está presente no Brasil por meio de três associações, em São Paulo (fundada em 1956), Rio de Janeiro (1957) e Brasília (1984). Existe ainda o Conselho Nacional das Associações Brasileiras da Ordem Soberana e Militar de Malta, fundado em 2004 e localizado em Brasília. As entidades têm atuado no Brasil por meio do estabelecimento de creches, inclusive para pessoas com necessidades especiais, e de lares para idosos e para crianças abandonadas; do atendimento médico e odontológico; da reabilitação de adolescentes com antecedentes penais; da criação de centros profissionalizantes; e da assistência social a povoados ribeirinhos carentes da Região Norte.

Em junho de 2022, o Governo brasileiro concedeu "agrément" à indicação do Conde Franz von Schönborn-Wiesentheid como Embaixador da Ordem de Malta no Brasil. O Embaixador apresentou credenciais em 29/8/2022.

POLÍTICA INTERNA

Segundo sua constituição atual, a Ordem Soberana Militar de Malta tem caráter religioso, leigo, militar, cavalheiresco e tradicionalmente nobiliárquico. Suas atividades são coordenadas por seis Grandes Priorados, três Subpriorados e 47 Associações Nacionais presentes nos cinco continentes.

O órgão máximo da Ordem é o Conselho Soberano, presidido pelo grão-mestre, que é eleito para ocupar o cargo vitalício como príncipe e religioso superior. Para habilitar-se à eleição, é necessário ser cavaleiro professo, que atenda aos requisitos de votos de pobreza, castidade e obediência, além de possuir ascendência nobre de ao menos 200 anos, tanto pelo lado paterno como materno. O cargo de Grão-Mestre está vago desde 2020. O Conselho Soberano é integrado ainda pelo grão-comandante, pelo grão-chanceler, pelo grão-hospitalário, pelo tesoureiro e por outros seis membros, todos eleitos para um mandato de cinco anos. Somente católicos podem participar da Ordem.

Na década de 1950, a Ordem de Malta solicitou ao Papa a criação de um tribunal cardinalício com o objetivo de determinar a natureza de seus atributos de ordem soberana e de ordem religiosa. O acórdão, proferido em 1953, estabeleceu que a qualidade soberana da Ordem, reconhecida pela Santa Sé, consiste no gozo de certas prerrogativas inerentes à própria Ordem como sujeito de direito internacional. No tocante à qualidade religiosa, afirmou que a Ordem ficaria subordinada à Santa Sé.

A Ordem enfrenta atualmente o problema do uso indevido de seu nome por “falsas” ordens, muitas vezes com objetivos fraudulentos. Existem, não obstante, duas outras ordens “autênticas”, continuadoras da ordem do hospital que não se pretendem soberanas e com as quais a Ordem de Malta mantém amistosa colaboração: a Venerabilíssima Ordem do Hospital de São João de Jerusalém, com sede na Inglaterra, e a “Johanniterorder”, na Alemanha.

Dentre as prioridades da Ordem de Malta, encontra-se a reforma da Carta Constitucional (de 1961, emendada em 1997), de forma a reduzir suas potenciais debilidades, realçadas na crise deflagrada pela demissão, em 2017, do grão-chanceler Boeselager e que

culminou com a renúncia do grão-mestre Festing. Pretende-se, com a reforma, fortalecer a vida espiritual da Ordem e aumentar o número de membros “professos”, que hoje somam poucas dezenas em universo de 13.500 cavaleiros e damas. A preocupação da Santa Sé com a renovação espiritual da Ordem de Malta constitui razão para alívio de setores tradicionalistas da Igreja que, segundo divulgado por meios vaticanos e católicos, temiam manobras da “ala alemã” da Ordem para “laicizar” o corpo de cavaleiros e reduzir a instituição secular a uma mera “ONG humanitária”.

Em 8 de novembro de 2020, o Conselho Completo de Estado elegeu Fra´ Marco Luzzago para o cargo de Tenente do Grão-Mestre por um período de um ano. Sua eleição foi controvertida uma vez que o setor mais "anglo-saxão" da ordem acreditava haver "maioria não representada” no processo (pelo menos 12 membros, por motivos de saúde e restrições da Covid-19, não puderam comparecer ao Conselho). A controvérsia motivou a eleição de um Tenente em vez de um Grão-Mestre. Luzzago prestou juramento perante os membros do Conselho Completo de Estado e o Delegado Especial do Papa, o Cardeal designado Silvano Maria Tomasi. Foi Tenente do Grão-Mestre e chefe da Ordem de 8 de novembro de 2020 até a sua morte em 7 de junho.

Em 13 de junho de 2022, o Papa Francisco nomeou Fra´ John Dunlap como Lugar Tenente da Ordem Soberana de Malta. O Lugar-Tenente do Grão-Mestre é um cargo interino, que detém os mesmos poderes de Grão Mestre, e seu titular é eleito para mandato de um ano. Canadense, ex-advogado e membro do Conselho Soberano, Dunlap prestou juramento em 14 de junho de 2022.

POLÍTICA EXTERNA

O caráter distintivo da atuação da Ordem Soberana de Malta é a dedicação a obras humanitárias, sempre presente em sua história. A Ordem considera as relações diplomáticas como um meio para facilitar o exercício de suas atividades humanitárias.

No campo político, seu objetivo primordial é o de obter cada vez maior reconhecimento internacional, razão porque procura, sempre que possível, conduzir suas atividades assistenciais por via oficial.

A responsabilidade pela condução da diplomacia da Ordem compete ao secretário para assuntos estrangeiros, autoridade que interage com os chefes de missões diplomáticas acreditadas junto à Ordem e responde diretamente ao grão-mestre, embora sob a supervisão do grão-chanceler.

As representações da Ordem junto aos governos dos Estados são de dois tipos: representações diplomáticas e representações e delegações sem caráter diplomático. Algumas embaixadas da Ordem exercem diretamente atividades assistenciais nos países onde estão situadas.

Após a II Guerra Mundial, a Ordem iniciou esforço sistemático para obter reconhecimento, inicialmente dirigido à América Latina e, em seguida, à África e à Ásia. Para o êxito dessa iniciativa, contou com algumas condições favoráveis, como a religião comum nos países latino-americanos e o desejo dos países africanos de também afirmarem sua personalidade internacional.
A Ordem mantém relações diplomáticas com 106 estados e missões permanentes em diversos organismos multilaterais, entre os quais a União Europeia, ONU e diversas de suas agências. Mais de trinta países mantém embaixadores residentes junto à Ordem de Malta, em Roma.

A Organização das Nações Unidas admitiu a Ordem de Malta em agosto de 1994 com o status de observador permanente, em reconhecimento por suas atividades humanitárias. No âmbito das Nações Unidas, a Ordem mantém as seguintes missões permanentes: na

ONU, em Nova York, em Genebra e Viena; UNESCO, FAO, FIDA, OMS, ACNUR, OACDH, ONUDI, AIEA, ESCAP. Possui ainda delegações ou representações nos seguintes organismos internacionais: Conselho da Europa, Comitê Internacional para as Migrações, Organização dos Estados Americanos, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, Instituto Internacional de Direito Humanitário, Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado, União Latina, União Africana, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural, Organização Internacional para a Migração, Organização Internacional da Francofonia e Comitê Internacional de Medicina Militar.

No plano da política internacional, a Ordem de Malta é neutra, imparcial e apolítica. As raras abordagens de temas com conotação política são feitas de maneira cautelosa e normalmente refletem as colocações mais genéricas do Papa sobre a paz.

A Ordem tem enfatizado o elevado número de crianças (mais de 500 milhões) que vivem em países afetados por desastres causados pela ação humana. Manifestou especial apreensão com o tráfico de pessoas provenientes da Líbia e aludiu à atuação da Ordem no resgate de refugiados no Mediterrâneo e às ações da "Malteser Internacional" (braço operacional da Ordem), responsável por projetos humanitários no Oriente Médio, na África, nas Américas e na Ásia.

A Ordem de Malta atua na mitigação dos efeitos de catástrofes naturais e epidemias em várias partes do mundo. Na África, notadamente no Quênia, Sudão do Sul e na Costa do Marfim, desenvolve projetos médicos na luta contra o ebola, a tuberculose e a AIDS. No Camboja, Laos e Vietnã assiste pobres e enfermos vítimas de lepra e desenvolve terapia para o seu tratamento. Mantém, em 21 países das Américas Central e do Sul, casas de repouso, centros médicos e instituições para "meninos de rua", além de hospitais para mães e filhos portadores de HIV. Em Cuba, distribui aos necessitados cerca de 750.000 refeições por ano. No Peru, fornece medicamentos e tratamentos à população indígena das zonas rurais.

ECONOMIA

A Ordem Soberana de Malta mantém-se e conduz suas obras com recursos provenientes das seguintes fontes: doações voluntárias de seus membros; renda dos bens da instituição; coletas organizadas por seus membros; “direito de passagem” (ou seja, cota de admissão); e cotas anuais pagas por seus membros. O orçamento da Ordem de Malta para a execução de suas atividades é de 2 bilhões de euros anuais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Séc. XI	Criada como comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos em Jerusalém.
1310	Adquire soberania territorial sobre a ilha de Rodes.
1523	São expulsos de Rodes pelos Otomanos.
1530	O Imperador Carlos V cedeu-lhes, como domínios soberanos, as ilhas de Malta, Gozo e Comino.
1798	Ocupação francesa de Malta; expulsão dos cavaleiros.
1822	Pelo Tratado de Verona, a Ordem é reconhecida como um Estado soberano.
1834	A sede da Ordem estabelece-se em Roma, no Palazzo di Malta.
1869	O Palazzo di Malta e a Villa Malta recebem direitos extraterritoriais, tornando-se assim as únicas possessões territoriais "soberanas" da Ordem moderna.
1879	O Papa Leão XIII restabeleceu a dignidade de Grão-Mestre e as honras cardinalícias que a acompanham.
1994	Status de observador permanente nas Nações Unidas.
2001	Tratado bilateral com a República de Malta, que concedeu à Ordem o uso, com extraterritorialidade limitada, do Fort St. Angelo na cidade de Birgu.
2013	Celebração dos 900 anos do reconhecimento papal da Ordem.
2017	Eleito frei Giacomo dalla Torre del Tempio de Sanguinetto como Grão

	Mestre
8/11/2020	Eleito Fra`Marco Luzzago para cargo de Lugartenente de Grão Mestre
7/6/2022	Falecimento de Fra`Marco Luzzago
13/6/2022	Eleito Fra`John Dunlap para cargo de Lugartenente de Grão Mestre

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1951	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1966	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1966	Visita à Ordem de Malta do Ministro das Relações Exteriores do Brasil.
1984	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.
1990	Visita ao Brasil do Grão-Mestre da Ordem de Malta.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 10, DE 2023

(nº 95/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 95

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **EVERTON VIEIRA VARGAS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **EVERTON VIEIRA VARGAS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

EM nº 00029/2023 MRE

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EVERTON VIEIRA VARGAS**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO**, foi removido para a Embaixada do Brasil na Guatemala pelo Decreto de 8 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União n° 231, de 9 de dezembro de 2023, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **EVERTON VIEIRA VARGAS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 104/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055791) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **EVERTON VIEIRA VARGAS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058962** e o código CRC **433AAF7F** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002636/2023-81 SUPER nº 4058962

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

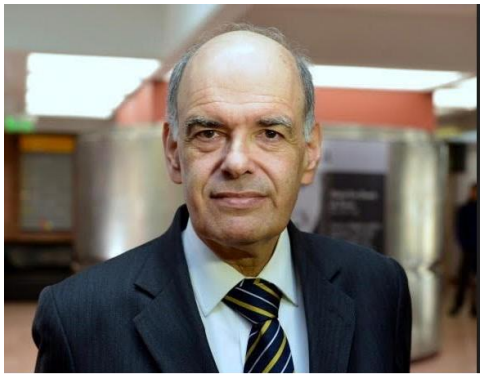
403

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À SANTA SÉ E À ORDEM SOBERANA E MILITAR DE MALTA (CUMULATIVIDADE)

Candidato: EVERTON VIEIRA VARGAS

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Everton Vieira Vargas

O Embaixador Everton Vieira Vargas nasceu em 23 de janeiro de 1955, em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul.

Graduou-se no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, em outubro de 1977, sendo então nomeado Terceiro Secretário. No mesmo ano, graduou-se em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, hoje UNIDF. Em 1983, obteve o grau de mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Boston. Em 1994, foi aprovado no Curso de Altos Estudos, do Instituto Rio Branco, com a tese "Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento". Em 2001 obteve o grau de Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, com a tese "Brasilidade e Hispanidade: o sentido das percepções recíprocas do Brasil e das nações hispano-americanas e suas representações no pensamento social brasileiro e hispano-americano", aprovada "com louvor" pela banca examinadora.

Exerceu funções de chefia em várias unidades do Itamaraty, em particular nas áreas de ciência e tecnologia (1987-88) e meio ambiente (1998-2005). Foi Chefe de Gabinete do Secretário Geral das Relações Exteriores (2006-07) e Subsecretário Geral Político I (encarregado dos temas multilaterais políticos, relações com Europa e Estados Unidos, e BRICS), de 2007 a 2009. Nessa função, atuou também como representante especial do Senhor Presidente da República, na preparação das Reuniões de Cúpula do G8-G5, na Alemanha (2007) e no Japão (2008).

Serviu na Embaixada em Bonn (1981-85), na Missão junto às Nações Unidas em Nova York (1988-92), na Embaixada em Tóquio (1992-95). Foi Embaixador do Brasil em Berlim (2009-13), em Buenos Aires (2013-16) e na Missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas (2016-18).

Na Missão junto à ONU, negociou pelo Brasil a resolução que convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), atuou como delegado no Comitê Preparatório da Conferência (1990-92), além de ter integrado a delegação à própria Conferência. Foi também delegado no Comitê Intergovernamental Negociador da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (1990-92). Enquanto esteve lotado em Brasília, foi Chefe da Delegação do Brasil ao Foro Intergovernamental de Florestas das Nações Unidas (1998-2000). Entre 2001 e 2007, foi Negociador-Chefe pelo Brasil, em sucessivas

Conferências das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Foi também Negociador Chefe do Brasil na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), celebrada em Joanesburgo em 2002.

Como Embaixador, entre outras atividades, na Alemanha, preparou as visitas do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009, e da Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, em 2012. Em Buenos Aires, integrou também a delegação chefiada pela Presidenta Dilma Rousseff à cerimônia de posse do Senhor Presidente da República Argentina, em 2015.

Na União Europeia, acompanhou retomada das negociações do Acordo MERCOSUL-União Europeia, participando das várias sessões negociadoras (2016-18).

Entre 2019 e 2023, atuou como Coordenador de Relações Internacionais do Estado Pará.

Entre 2002 e 2007, foi professor de Linguagem Diplomática no Instituto Rio Branco. É autor de vários artigos em livros, jornais e periódicos nacionais e estrangeiros, sobre temas de meio ambiente, mudança do clima, direito internacional e relações internacionais.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E SANTA SÉ
(elaborado pelo Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, que deixa o posto)

I - Relações Diplomáticas

1. A pauta bilateral entre Brasil e Santa Sé registra amplo leque de convergências. As posições se aproximam em matéria de paz e segurança internacional, desarmamento e não proliferação, direitos humanos, refugiados, globalização, combate à fome e à pobreza, negociações comerciais voltadas para o desenvolvimento, meio ambiente e condenação ao terrorismo.
2. O principal instrumento jurídico bilateral em vigor é o "Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil".
3. Há, ainda, memorando de entendimento para a troca de informações entre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e a Autoridade de Supervisão e Informação Financeira (ASIF), instituição responsável pela inteligência financeira de combate à lavagem de dinheiro no Vaticano.
4. No contexto da pandemia de COVID-19, a Santa Sé efetuou três doações de equipamentos ao Brasil, conforme descrito a seguir:
   - Em junho de 2020, quatro respiradores;
   - Em agosto de 2020, 18 respiradores e seis aparelhos de ultrassom portáteis; e
   - Em julho de 2021, seis ventiladores pulmonares.

II - Visitas recentes de autoridades e personalidades

1. Em 13 de dezembro de 2019, a então primeira-dama Michele Bolsonaro e a então ministra dos Direitos Humanos, Mulher e Família (MMFDH), Damares Alves, cumpriram agenda de encontros e reuniões no âmbito do projeto "Scholas Ocurrentes", rede de comunicação em prol da colaboração de projetos educacionais de interesse comum.
2. Em 6 de setembro de 2021, o então ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, manteve reunião com o então prefeito do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, cardeal Peter Turkson, responsável pelo acompanhamento, na Cúria, dos temas relacionados ao combate à pandemia de COVID-19.
3. O então ministro da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, esteve no Vaticano, na qualidade de chefe da delegação brasileira, por ocasião do Consistório que criou dois cardeais brasileiros, em 27 de agosto de 2022.

III - Representatividade brasileira na Cúria romana

1. O mais alto representante brasileiro na Cúria Romana é o cardeal dom João Braz de Aviz, que chefia o Dicastério para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, em nível equivalente ao de Ministro de Estado.
2. O Brasil possui atualmente oito cardeais:
   - Geraldo Majella Agnelo, arcebispo emérito de Salvador;
   - Odilo Pedro Scherer, arcebispo de São Paulo;
   - Raymundo Damasceno Assis, arcebispo emérito de Aparecida;
   - João Braz de Aviz, prefeito do Dicastério para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica;
   - Orani João Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro;
   - Sérgio da Rocha, arcebispo de Salvador, primaz do Brasil;

- Leonardo Ulrich Steiner, arcebispo de Manaus; e
- Paulo Cezar Costa, arcebispo de Brasília.

IV - Sínodo Panamazônico

1. A embaixada no Vaticano acompanhou os eventos e discussões tanto da fase pré-sinodal quanto do "Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica", que reuniu milhares de religiosos e leigos no Vaticano, de 6 a 27 de outubro de 2019.
2. No contexto da chamada "Cúpula de Governadores da Amazônia: Caminhos e Compromissos para o Desenvolvimento Sustentável", organizada pela Pontifícia Academia de Ciências Sociais, intervieram quatro governadores da Amazônia brasileira, assim como representantes do governo federal.
3. Em seguimento ao Sínodo, foi criada, em junho de 2020, a Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA), iniciativa das igrejas nacionais e locais.

V - Canonização de Santa Dulce dos Pobres (Irmã Dulce)

1. Em 13 de outubro de 2019, na Praça de São Pedro, o papa Francisco presidiu a cerimônia de canonização de cinco novos santos da Igreja Católica, entre os quais a freira brasileira Irmã Dulce. Santa Dulce dos Pobres, falecida em 1992, fora beatificada em maio de 2011. Primeira santa nascida no Brasil, experimentou processo de canonização considerado excepcionalmente rápido.
2. Além do então vice-presidente da República, Hamilton Mourão, integraram a comitiva oficial brasileira as seguintes autoridades à época, entre outras: o presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro da Saúde, o procurador-geral da República, o governador da Bahia, o prefeito de Salvador, o ex-presidente José Sarney e o embaixador no Vaticano.

VI - Temas culturais

1. O Brasil aumentou sua presença nas Pontifícias Academias. Em outubro de 2020, o professor de biofísica molecular José Nelson Onuchic foi nomeado membro ordinário da Pontifícia Academia de Ciências (PAS), juntando-se ao físico Vanderlei Salvador Bagnato, membro da PAS desde 2013. Já o professor de engenharia florestal Virgílio Maurício Viana foi admitido na Pontifícia Academia de Ciências Sociais (PASS) em outubro de 2021, tornando-se o primeiro brasileiro nomeado para a instituição.
2. A embaixada no Vaticano forneceu apoio institucional para o lançamento de dossiê da Biblioteca Nacional (FBN) sobre o compositor e Maestro Diretor da Capela Musical Pontifícia, Lorenzo Perosi. O lançamento do Dossiê teve repercussão na imprensa oficial vaticana. O serviço em língua portuguesa do portal eletrônico "Vatican News" publicou reportagem sobre o evento.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E ORDEM DE MALTA
(elaborado pelo Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, que deixa o posto)

I – Relações Diplomáticas

1. A Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta ("Ordem de Malta") é uma entidade internacional com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. Foi estabelecida no século XI como uma comunidade monástica dedicada a administrar hospital para assistência aos peregrinos que se dirigiam a Jerusalém.
2. Em 1956, o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, na pessoa do ministro-conselheiro da Embaixada junto à Santa Sé, acreditado como encarregado de negócios interino. Em 1966, a representação diplomática foi elevada à categoria de embaixada.
3. A Ordem de Malta está presente no Brasil por meio de três associações: São Paulo (fundada em 1956), Rio de Janeiro (1957) e Brasília (1984). Existe ainda o Conselho Nacional das Associações Brasileiras da Ordem Soberana e Militar de Malta, fundado em 2004 e localizado em Brasília.
4. A Associação de São Paulo presta assistência médica para cerca de 60 mil pessoas por ano, além de apoiar uma creche e um centro de juventude. No Paraná, sustenta, entre outros projetos, uma casa para idosos, uma creche, uma escola de formação profissional, uma escola para crianças com necessidades especiais e um centro para a reintegração de toxicodependentes. A Associação do Rio de Janeiro administra o centro médico "São João Batista". Já a Associação de Brasília administra dez creches no Distrito Federal e um centro social para crianças, adolescentes e idosos em Minas Gerais.
5. Em junho de 2022, o Governo brasileiro concedeu "agrément" à indicação do conde Franz von Schönborn-Wiesentheid como Embaixador da Ordem de Malta. O embaixador apresentou credenciais em 29/8/2022.
6. A embaixada no Vaticano acompanhou iniciativas de estreitamento das relações bilaterais com a Ordem de Malta. O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), almirante Antônio Barra Torres, efetuou visita à sede da Ordem, em 31 outubro de 2019. Em diversas oportunidades, as autoridades melitenses manifestaram interesse em possíveis projetos de cooperação conjunta com o Brasil nas áreas médica e social.
7. O embaixador da Ordem no Equador, Elias Petrus Fernandini Bohlin, chefiou a delegação melitense à cerimônia de posse do senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro último.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE – PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a promover os interesses do Brasil e dos brasileiros junto à Santa Sé e à Ordem Soberana de Malta, gerando maximização de benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Fortalecer as relações bilaterais com a Santa Sé e com a Ordem Soberana e Militar de Malta, por meio do constante diálogo político e do aprofundamento da cooperação, bem como contribuir com análises e informações sobre os assuntos relativos à Santa Sé e à Ordem Soberana e Militar de Malta, com vistas a planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, promovendo, defendendo e representando os interesses do Brasil em suas relações internacionais.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Fortalecer as relações bilaterais com a Santa Sé e com a Ordem Soberana e Militar de Malta.
2. Identificar possibilidades de cooperação com a Santa Sé e com a Ordem Soberana e Militar de Malta.
3. Aprofundar o diálogo político com a Santa Sé e com a Ordem Soberana e Militar de Malta.
4. Promover a imagem do Brasil junto à Santa Sé e à Ordem Soberana e Militar de Malta.
5. Obter o apoio da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta em prol do fortalecimento e da reforma das instituições multilaterais, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e, desse modo, ampliar a participação do Brasil nos processos e instâncias decisórias internacionais.
6. Divulgar a cultura e a realidade brasileiras junto às altas autoridades da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência consular a cidadãos brasileiros com vínculos funcionais diretos com a Santa Sé e com a Ordem Soberana e Militar de Malta.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.
9. Relatar a atuação humanitária da Ordem Soberana e Militar de Malta.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

(Devido às peculiaridades da Santa Sé e da e a Ordem Soberana e Militar de Malta, não há relações bilaterais no domínio do comércio e dos investimentos.)

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, a atuação político-diplomática e humanitária da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta, com o objetivo de prover os formuladores de política externa de subsídios para tomada de decisões.

- *Produzir informações e análises sobre os principais temas de política interna e externa da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta, assim como sobre suas possíveis implicações para a atuação internacional do Brasil.*

2) Retomar os mecanismos diplomáticos de alto nível, como as consultas políticas com a Santa Sé, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado.

- *Apoiar a retomada do mecanismo de consultas políticas com a Santa Sé, cuja última reunião ocorreu em setembro de 2016, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais e a cooperação entre os dois Estados, bem como a coordenação sobre temas multilaterais.*
- *Apoiar a realização de visitas oficiais de alto nível, bem como de autoridades brasileiras ao Vaticano.*

3) Acompanhar as matérias da imprensa sobre os temas da agenda bilateral, buscando maior proximidade com jornalistas brasileiros e estrangeiros que cobrem as atividades do Papa e da Santa Sé.

- *Produzir informações e análises sobre as principais matérias publicadas na imprensa sobre as relações bilaterais, bem como sobre temas de interesse das duas partes.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta.

2) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos bilaterais em formato presencial ou virtual.

3) Número de visitas de autoridades de parte a parte.

4) Número de reuniões com representantes da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões, negociação de acordos ou visitas de alto nível.

5) Número de telegramas produzidos pela Embaixada e de matérias publicadas nos principais veículos de imprensa sobre as relações bilaterais e os temas de interesse comum.

III - RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA E COM OUTRAS REGIÕES DO MUNDO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Acompanhar os desdobramentos das relações da Santa Sé com outros países da América Latina

- O fato de o Papa Francisco ser latino-americano incrementou o interesse da Santa Sé no continente. Questões como direitos humanos, democracia, liberdade religiosa, erradicação da pobreza estão no centro das atenções da Igreja. O acompanhamento das relações da Santa Sé com países da Região é de interesse para a política externa do Brasil. A diplomacia vaticana, sob o Papa Francisco, teve papel central na reaproximação entre os Estados Unidos e Cuba em 2014. Francisco tem manifestado preocupação com a situação na Nicarágua, onde o bispo de Matagalpa, Rolando Álvarez, foi condenado a 26 anos de prisão.

2) Acompanhar os desdobramentos das relações da Santa Sé com países da Ásia e Oriente Médio

- Na Ásia, ainda que a população católica seja claramente minoritária, desde a chegada dos primeiros missionários, à época das grandes navegações, o número de católicos tem crescido. A importância desses fiéis ultrapassa o aspecto religioso. O catolicismo e a Igreja tiveram – e ainda têm – importante impacto na identidade e na estruturação de importantes Estados da região, com outra formação social e predominância religiosa, como Tailândia, Japão, Índia, Vietnam ou Sri Lanka. Timor Leste e Filipinas são aos países com maior percentual de católicos entre suas populações, com 97% e 83%, respectivamente.
- Atenção importante é conferida ao Oriente Médio, não só por ser o berço do cristianismo, mas também por existirem importantes comunidades católicas em países como o Iraque, Síria e Líbano. A Igreja sempre destaca a necessidade de resolução dos conflitos na Síria e no Iêmen. A Santa Sé acompanha com particular interesse a questão da Palestina, já se havendo posicionado em favor da solução de dois Estados. Ademais, o Oriente Médio se singulariza pelo interesse da Santa Sé na preservação dos lugares santos para o cristianismo e no diálogo inter-religioso com muçulmanos e judeus.

3) Acompanhar o interesse da Santa Sé sobre a estabilidade da ordem internacional

- A Santa Sé sempre teve interesse na questão da ordem internacional, em particular nos eventos que possam desestabilizá-la e provocar maiores prejuízos e sofrimentos, sobretudo nos países mais pobres. O Papa tem sido bastante vocal ao condenar o conflito na Ucrânia – qualificado por ele como "absurdo e cruel" e ofereceu seus bons ofícios para mediar o conflito, viajando a Moscou e Kiev.

- Outra área de grande interesse é a África, onde o Papa fez cinco viagens nos dez anos em que está à frente da Igreja. A África é o continente onde se verifica maior número de adesões ao catolicismo. A religião foi introduzida pelos portugueses no século XV, com a conversão do rei do Kongo, em 1491. Em sua mais recente viagem, em janeiro passado, Francisco esteve na República Democrática do Congo e no Sudão do Sul. O Papa mais uma vez denunciou os males do colonialismo e dos conflitos, da desigualdade entre a opulência e a miséria e destacou a importância da preservação do meio ambiente. Há interesse na realização de um Sínodo sobre a bacia do rio Congo, a exemplo do Sínodo da Amazônia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre relações com a América Latina e outras regiões do mundo, bem como sobre a ordem internacional.**
2) **Número de reuniões com funcionários da Secretaria de Estado, diplomatas acreditados junto à Santa Sé e observadores independentes (acadêmicos, jornalistas, entre outros).**
3) **Número de telegramas sobre diálogo inter-religioso.**

IV - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Contribuir com subsídios para a atuação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial durante o mandato como membro não permanente em exercício no biênio 2022-2023.**

   • *Manter diálogo com interlocutores da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta, a fim de obter subsídios sobre as posições vaticanas e melitenses em temas relativos à paz e segurança internacionais.*

2) **Contribuir com subsídios a respeito de temas de interesse comum, que auxiliem na definição das posições do Brasil em organismos e conferências internacionais.**
3) **Obter o apoio da Santa Sé a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.**

   • *Fazer gestões no mais alto nível possível, com vistas a obter o apoio da Santa Sé a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais dos quais seja membro pleno, além de buscar respaldo a outras iniciativas do Brasil no plano multilateral, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. A meta não se aplica à Ordem Soberana e Militar de Malta, cuja participação em organismos internacionais ocorre via de regra na qualidade de observador e, portanto, sem direito a voto.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de expedientes do posto sobre assuntos relativos à Santa Sé e à Ordem Soberana e Militar de Malta que sejam considerados do interesse do CSNU.**

2) **Número de gestões junto à Santa Sé em favor de candidaturas do Brasil em organismos multilaterais dos quais o Estado pontifício é membro pleno.**
3) **Número de seminários, eventos e colóquios que permitam melhor compreender a posição da Santa Sé sobre temas da agenda internacional, nos quais participem o Chefe do posto e os diplomatas da Embaixada.**

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana e Militar de Malta**
   - *Organizar eventos públicos sobre expressões artísticas e temas da cultura brasileira, com a finalidade de ampliar o conhecimento do público-alvo sobre o Brasil.*
   - *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Santa Sé e na Ordem Soberana e Militar de Malta.*
   - *Explorar a cooperação com os Museus Vaticanos no domínio da museologia.*
2) **Estreitar o diálogo com universidades e outras instituições culturais vaticanas com o objetivo de promover o diálogo acadêmico, bem como difundir o pensamento brasileiro na área cultural.**
   - *Incentivar o intercâmbio de publicações sobre temas de política externa entre, de um lado, a FUNAG e o Instituto Rio Branco (IRBr) e, de outro, a Pontifícia Academia Eclesiástica e as Pontifícias Universidades diretamente vinculadas à Santa Sé.*
   - *Incentivar o intercâmbio de publicações entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e a Biblioteca Apostólica Vaticana.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana e Militar de Malta.**
2) **Número de eventos para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana e Militar de Malta.**
3) **Número de palestras para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana e Militar de Malta.**
4) **Número de entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras na Santa Sé e na Ordem Soberana e Militar de Malta.**

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Obter o apoio da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta para iniciativas brasileiras, no plano multilateral, no domínio do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente.**

2) Acompanhar a atuação da Santa Sé na discussão dos temas atinentes ao meio ambiente e à mudança do clima.

- *Acompanhar a implementação interna, pela Santa Sé, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) e do Acordo de Paris (2015), os quais entraram em vigor para o Estado pontifício em outubro de 2022.*

3) Acompanhar a implementação pela Santa Sé das recomendações do Sínodo da Amazônia, celebrado entre 6 e 27 de outubro de 2019.

- *A publicação da Encíclica "Laudato Sí", em 2015, e a celebração do Sínodo da Amazônia, em 2019, marcaram novo engajamento da Igreja Católica em favor da preservação do meio ambiente e da conservação da natureza. Ênfase especial foi conferida à região Amazônica, que se estende por nove países da América do Sul, a maior parte sob soberania brasileira. O desafio colocado à humanidade pela mudança do clima foi alçado ao topo das preocupações do Papa e da Igreja num movimento equivalente àquele gerado pelas Encíclicas "Pacem in Terris", de João XXIII, em 1963, e "Populorum Progressio", de Paulo VI, em 1967. Em discurso ao final da Assembleia Sinodal, o Papa Francisco destacou a importância de a Igreja Católica se reformar para atuar na Amazônia. Tais reformas de natureza abrangente envolvem desde a formação de sacerdotes e de diplomatas do Vaticano até a maior inclusão das mulheres e a criação de um setor amazônico no Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, entre outras iniciativas.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões com representantes da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta para fazer gestões em favor de iniciativas brasileiras, no plano multilateral, no domínio de promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente.

2) Número de telegramas relatando medidas adotadas para implementação das propostas do Sínodo da Amazônia.

3) Número de reuniões com autoridades da Santa Sé sobre a implementação das propostas do Sínodo da Amazônia.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incentivar a cooperação entre instituições de pesquisa brasileiras e as Pontifícias Academias de Ciências (PAS), de Ciências Sociais (PASS), da Vida (PAV) e outras entidades científicas diretamente vinculadas à Santa Sé.

- *Favorecer o diálogo entre pesquisadores brasileiros e os da PAS, da PASS, da PAV e de outras entidades sobre temas como bioética e inteligência artificial.*
- *Divulgar a produção científica brasileira nas instituições de pesquisa diretamente vinculadas à Santa Sé.*

2) **Favorecer o intercâmbio entre institutos de astronomia brasileiros e o Observatório do Vaticano.**
   - *Divulgar a produção científica brasileira no campo da astronomia e ciências afins junto ao Observatório do Vaticano.*
   - *Divulgar junto à comunidade brasileira de astronomia oportunidades oferecidas pelo Observatório do Vaticano, como bolsas em "escolas de verão".*

3) **Obter o apoio da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta para iniciativas brasileiras no campo da ciência, tecnologia e inovação.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de expedientes do posto sobre a produção científica nas instituições diretamente vinculadas à Santa Sé.**
2) **Número de reuniões com pesquisadores das instituições científicas diretamente vinculadas à Santa Sé.**
3) **Número de contatos e visitas de pesquisadores brasileiros às instituições científicas vinculadas à Santa Sé.**
4) **Número de contatos e visitas de pesquisadores de instituições científicas vinculadas à Santa Sé a entidades congêneres no Brasil.**
5) **Número de reuniões com representantes da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta para fazer gestões em favor de iniciativas brasileiras no campo da ciência, tecnologia e inovação.**

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Incentivar a cooperação entre hospitais pediátricos brasileiros e o *Ospedale Pediatrico Bambino Gesù*, instituto de referência mundial sob a jurisdição extraterritorial da Santa Sé.**
   - *Favorecer o diálogo de autoridades e pesquisadores de hospitais pediátricos brasileiros com o Bambino Gesù.*

2) **Incentivar a cooperação entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e a academia diplomática vaticana (Pontifícia Academia Eclesiástica – PAE).**
   - *Impulsionar a troca de publicações e outras atividades, bem como a adoção de projetos conjuntos entre as duas instituições.*

3) **Explorar possibilidades de cooperação conjunta nas áreas médica e social com a Ordem Soberana e Militar de Malta e a sua agência humanitária *Malteser International* no Brasil e em terceiros países.**
   - *Buscar a intensificação da atuação da Ordem no Brasil em projetos direcionados a dependentes químicos, portadores de hanseníase e de necessidades especiais, bem como favorecer novas iniciativas para atender a encarcerados e a migrantes venezuelanos na fronteira norte do país.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de contatos e de reuniões entre representantes de hospitais pediátricos brasileiros e do *Bambino Gesù*.**
2) **Número de contatos e de reuniões entre representantes do IRBr e da PAE.**
3) **Número de atividades e projetos conjuntos entre o IRBr e a PAE.**
4) **Número de contatos, reuniões, atividades e projetos com representantes da Ordem de Malta e da *Malteser International*.**

VIII – COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Obter o apoio da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta para iniciativas brasileiras, no plano multilateral, no domínio da promoção do desenvolvimento socioeconômico e do combate às desigualdades, em particular da Pontifícia Academia de Ciências Sociais (PASS).**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Número de reuniões com representantes da Santa Sé e da Ordem Soberana e Militar de Malta para fazer gestões em favor de iniciativas brasileiras, no plano multilateral, no domínio da promoção do desenvolvimento socioeconômico e do combate às desigualdades.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Garantir a prestação eficiente de serviços consulares aos brasileiros com vínculos funcionais diretos com a Santa Sé. Devido às *suas peculiaridades, a Ordem de Malta não possui comunidade brasileira a ser atendida pela Embaixada.***

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda.**
2) **Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda.**
3) **Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares.**

SF/23623.50616-09

RELATÓRIO Nº , DE 2023-CRE

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 10, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta*.

Relatora: Senadora **TEREZA CRISTINA**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 10, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraímos as informações que passamos a relatar.

Nascido em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro de 1955, formou-se em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal em 1977, tendo obtido o título de *Master of Arts in International Relations* pela Universidade de Boston, em 1983, e o Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília, em 2001.

SF/23623.50616-09

Em 1976, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Nomeado Terceiro-Secretário em 1977, ascendeu a Ministro de Primeira Classe em 2005, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar os de Assessor Especial e Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, em 2005, de Subsecretário-Geral para Política, entre 2007 e 2009.

No exterior, inúmeras foram suas missões temporárias e permanentes, conforme registrado nos documentos que nos foram enviados pelo Itamaraty. Destacam-se, nesse sentido, os postos de Embaixador em Berlim, entre 2009 e 2013, em Buenos Aires, entre 2013 e 2016, e em Bruxelas, na Missão do Brasil junto à União Europeia, entre 2016 e 2019.

Registramos, ainda, que Sua Excelência tem profícua produção acadêmica e ampla experiência na temática ambiental. Em 1994, defendeu a tese *"Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento"*, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Santa Sé e a Ordem de Malta. Constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil e dados básicos de ambos.

Assim, observamos que o Brasil e a Santa Sé mantêm relações diplomáticas desde 1826. O catolicismo era religião oficial do Império, nos termos da Constituição de 1824. Porém, desde a Constituição republicana de 1891, vigora no Brasil o princípio da liberdade religiosa e a separação entre a Igreja e o Estado.

Os católicos representam aproximadamente 50% da população brasileira, sendo o Brasil considerado pela Santa Sé o maior país católico do mundo, contando com o mais numeroso episcopado da Igreja.

Assinalamos, ainda, que, conforme destaca o documento do Itamaraty, a Igreja Católica é *a única instituição confessional do mundo com acesso formal às relações diplomáticas, e sua interação com os outros atores da cena internacional se dá por meio da Santa Sé, pessoa jurídica conduzida*

SF/23623.50616-09

pelo Papa e pelas instituições da Cúria Romana, que o auxiliam em sua missão. Assim, no ano de 1902, a representação diplomática da Santa Sé no Rio de Janeiro foi elevada à categoria de Nunciatura. Já a representação brasileira na Santa Sé foi elevada à categoria de Embaixada em 1919.

Vale lembrar que o Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé Relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, proposto pela Santa Sé em 2006, veio reafirmar o princípio internacionalmente reconhecido da liberdade religiosa. O instrumento internacional dispõe, ainda, sobre os fundamentos da relação bilateral, sobre a personalidade jurídica da Santa Sé e das instituições eclesiásticas que regularmente atuam nas esferas religiosas e de assistência e solidariedade social. Ademais, prevê cooperação para a salvaguarda do patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, considerado parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, assim como dos lugares de culto, e dispõe também sobre as instituições de ensino mantidas pela Igreja Católica, bem como sobre tributos, vínculos trabalhistas, vistos e outros temas relevantes.

Um último aspecto que destacamos do relatório encaminhado pelo Itamaraty refere-se à conduta da Santa Sé frente ao conflito entre Rússia e Ucrânia. Nesse sentido, o documento assevera que:

> *Em face do conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, a Santa Sé tem mantido postura de "equidistância sem indiferença": equidistância em relação aos beligerantes, mas sem indiferença em relação às consequências da conflagração. Tal política vaticana desdobrou-se inicialmente em três vertentes: a "diplomacia ecumênica" (ação conjunta com a Igreja ortodoxa russa, prejudicada posteriormente por declarações polêmicas do Patriarca Cirilo); a "diplomacia da negociação" (prontidão para eventual mediação); e a "diplomacia da misericórdia", com o deslocamento de dois cardeais ao território ucraniano para entregar pessoalmente ajuda humanitária, em complemento à já extensa ação da Caritas Internationalis no terreno.*

No que concerne à *Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta* ("Ordem de Malta"), de forma resumida, destacamos que se trata de entidade internacional com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas plenas. O Governo brasileiro reconheceu o estatuto internacional da Ordem Soberana e Militar de Malta no ano de 1951.

SF/23623.50616-09

Assinalamos o *status* peculiar da Ordem no Direito Internacional: embora não possua território próprio (apenas alguns imóveis), recebe tratamento equiparado ao de um Estado, com soberania reconhecida por mais de 100 países, sendo membro observador da Organização das Nações Unidas (ONU). Ademais, mantém relações diplomáticas e emite passaportes, e possui duas propriedades em Roma (o Palácio da Via Condotti e a Vila do Monte Aventino), que gozam do regime de extraterritorialidade. Sua população permanente é de apenas três pessoas, o Príncipe, o Grão-Mestre e o Chanceler.

A Ordem possui 13.500 membros, 80.000 voluntários permanentes e 20.000 profissionais da saúde associados, incluindo médicos e enfermeiros. O cargo de Grão-Mestre está vago desde 2020, sendo ocupado interinamente pelo Lugar-Tenente do Grão-Mestre, que detém os mesmos poderes daquele, e cujo titular é eleito para mandato de um ano.

Vale destacar, ainda, que a Ordem de Malta foi fundada no século XI como uma comunidade monástica dedicada a São João Batista, com a finalidade de administrar um hospital para assistência aos peregrinos que se dirigiam a Jerusalém, então sob domínio dos califas do Egito.

Com a conquista de Jerusalém pelos cristãos na Primeira Cruzada (1099), a Ordem assumiu funções militares de defesa dos doentes e peregrinos. Uma bula do Papa Pascoal II, de 15 de fevereiro de 1113, colocou o hospital de São João sob a proteção da Santa Sé e assegurou aos membros da Ordem, originalmente ligados aos beneditinos, o direito de eleger livremente os seus chefes, sem intervenção de qualquer outra autoridade eclesiástica. Iniciou-se, então, a trajetória independente da Ordem do Hospital de São João, já consagrada aos seus dois fins: "*obsequium pauperum*" (a serviço dos pobres) e "*tuitio-fidei*" (a proteção da fé).

Após a queda do Reino Cristão de Jerusalém em 1291, a Ordem se estabeleceu provisoriamente em Chipre. Em 1310, conquistou a Ilha de Rodes, adquirindo-lhe soberania territorial. Passou, assim, a exercer o papel de bastião da Cristandade no Mediterrâneo Oriental. Era governada por um Grão-Mestre (que detinha o título de Príncipe de Rodes e, posteriormente, o de Príncipe de Malta), que exercia sobre a ilha de Rodes prerrogativas soberanas, de acordo com o direito feudal.

Com a queda de Rodes em 1523, os cavaleiros de Rodes renderam-se às tropas do Sultão Solimão, o Magnífico, cedendo a ilha aos turcos. Em 1530, o Imperador Carlos V cedeu-lhe como domínios soberanos,

SF/23623.50616-09

com a aprovação do Papa Clemente VII, as ilhas de Malta, Gozo e Comino, bem como Trípoli, no norte da África. Foi estipulada então a neutralidade da Ordem nas guerras entre nações cristãs, apesar de continuar sua intensa atividade militar em defesa da Cristandade, combatendo os otomanos.

A Ordem permaneceu em Malta até 1798, quando, durante sua expedição ao Egito, Napoleão Bonaparte ocupou a ilha em função de seu valor estratégico. Fixou-se em Roma, em 1834.

Em 1879, o papa Leão XIII restabeleceu a dignidade do Grão-Mestre e as honras cardinalícias que o acompanham, as quais conserva até a atualidade.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL

6

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *CHRISTIAN VARGAS*
CPF.: 476.171.360-72
ID.: 10827 MRE

1967	Filho de José Miguel Brutto Vargas e Maria Denise Vargas, nasce em 16 de de dezembro, em Porto Alegre, RS
Dados Acadêmicos:	
1990	Bacharelado em Letras (Português, Inglês e Francês), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
1995	Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1998	Curso de especialização em American Foreign Policy e Western European Politics, Harvard University
2000	Curso de especialização em Integração Européia, Collège d'Europe
2003	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (2003)
2012	Curso de Altos Estudos, Tese ("com louvor"): "As Relações Econômicas e Comerciais Brasil-Argentina no Século XXI".
Cargos:	
1995	Terceiro-secretário
1999	Segundo-secretário
2005	Primeiro-secretário, por merecimento
2007	Conselheiro, por merecimento
2012	Ministro de segunda classe, por merecimento
2021	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1995-96	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessor
1996-98	Divisão de Mar, Antártida e Espaço Exterior, assistente
1998-99	Departamento de Temas Especiais, assessor
1999-02	Missão junto às Comunidades Européias em Bruxelas, Terceiro e Segundo-Secretário
2002-04	Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário
2004-07	Assessoria Internacional da Presidência da República, assessor
2007-09	Embaixada em Buenos Aires, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2009-11	Embaixada em Paris, Conselheiro
2011-13	Divisão de Coordenação Econômica e Comercial do Mercosul, chefe
2013-15	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores
2015-18	Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro (2015-2018)
2018-20	Embaixada em Moscou, Ministro-Conselheiro
2020-22	Assessoria Internacional do Ministério de Minas e Energia, chefe
2022-23	Coordenação-Geral da Organização dos Estados Americanos-CGOEA, coordenador-geral
2023-	Departamento de Integração Regional-DEIR, diretor
Condecorações:	
1995	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata - primeiro lugar no vestibular para o IRBr
1995	Prêmio Rio Branco, Medalha de Vermeil - primeiro lugar no Curso de Preparação à Carreira Diplomática
2011	Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
2017	Medalha do Mérito Tamandaré, Marinha do Brasil
2017	Ordem do Mérito da Defesa, comendador, Ministério da Defesa

2018	Medalha Exército Brasileiro, Exército Brasileiro
2019	Medalha do Mérito Santos Dumont, Força Aérea Brasileira
2021	Ordem do Mérito Naval, comendador, Marinha do Brasil

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2023

(nº 123/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CHRISTIAN VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 123

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CHRISTIAN VARGAS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CHRISTIAN VARGAS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00048/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CHRISTIAN VARGAS**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Cuba, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CHRISTIAN VARGAS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 136/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CHRISTIAN VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101189** e o código CRC **DD223FCC** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002900/2023-86 SUPER nº 4101189

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE CUBA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MARÇO DE 2023

MAPA


Golfo de México
Estrecho de la Florida
BAHAMAS
La Habana
Mariel
Matanzas
Pinar del Río
Océano Atlántico Norte
Santa Clara
Cienfuegos
Estrecho de Yucatán
Isla de la Juventud
Nuevitas
Camagüey
Holguín
Paso de los Vientos
Mar de las Antillas
(Mar Caribe)
Manzanillo
Bayamo
Guantánamo
Santiago de Cuba
U.S. Naval Base Guantanamo Bay
Cayman Islands (U.K.)
0 50 100 km
0 50 100 mi
HAITI

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS....4
PERFIS BIOGRÁFICOS....5
POLÍTICA INTERNA....6
POLÍTICA EXTERNA....8
Estados Unidos....9
Rússia....11
China....12
União Europeia....13
Espanha....13
Canadá....14
América Latina e Caribe....14
Cuba e o sistema interamericano....15
Política multilateral....15
ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR....17
RELAÇÕES BRASIL-CUBA....21
Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba....24
Programa Mais Médicos....24
Cooperação Técnica....25
Cooperação em pesquisa e produção de medicamentos....26
Comércio bilateral....27
Comércio Brasil-Cuba 2012-2022 (US$ milhões, FOB)....29
Investimentos....29
Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel - ZEDM....29
Dívida de Cuba em atraso....30
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS....31
ACORDOS BILATERAIS....32

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Cuba
CAPITAL	Havana
ÁREA TOTAL	109.884 km²
POPULAÇÃO	11,113 milhões
IDIOMA OFICIAL	Espanhol
SISTEMA DE GOVERNO	Regime de partido único (Partido Comunista de Cuba) e de órgão supremo (Assembleia Nacional do Poder Popular)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Assembleia Nacional do Poder do Povo)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Miguel Díaz-Canel Bermúdez
CHANCELER	Bruno Eduardo Rodríguez Parrilla
UNIDADE MONETÁRIA	Peso Cubano (CUP)
PIB	CUP 545,2 bilhões (2021)
PIB *PREÇOS CORRENTES*	US$ 22,7 bilhões (2021)*
PIB *PPP*	Cuba não fornece dados de PIB PPP
PIB *PER CAPITA*	US$ 2.044 (2021)
PIB *PER CAPITA PPP*	Cuba não fornece dados de PIB PPP
VARIAÇÃO DO PIB	1,3% (2021); -10,9% (2020); -0,2% (2019); 2,2% (2018);
INFLAÇÃO	60% (2022, *Economist Intelligence Unit*)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,764 (2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	78,45 anos (2021)
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 200 pessoas
EMBAIXADOR EM CUBA	Roberto Colin (encarregado de negócios, a.i. desde 2020)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Adolfo Curbelo Castellanos (encarregado de negócios, desde 2021)

*Em 2020, antes da reforma monetária, o PIB cubano era de US$ 107,3 bilhões e o país posicionava-se como a 7ª economia da América Latina e a principal economia do Caribe. Em 2021, o PIB foi recalculado em razão da reforma monetária, que extinguiu o Peso Cubano Convertible (CUC) e promoveu desvalorização do CUP, que tinha paridade com o dólar, para US$ 1,00 = 24,00 CUP. Os indicadores macroeconômicos, a partir de 2021, não são, portanto, comparáveis com os anos anteriores.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MIGUEL MARIO DÍAZ-CANEL BERMÚDEZ
Presidente dos Conselhos de Estado e Ministros



Nasceu em Villa Clara, Cuba, em 1960. Graduou-se em Engenharia Eletrônica (1982), pela Universidade Central de las Villas Marta Abreu. Em 1985, ingressou como professor da mesma universidade, onde se destacou como dirigente da União de Jovens Comunistas (UJC). Entre 1987 e 1989, cumpriu missões internacionais na Nicarágua. Em 1991, foi eleito membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba (PCC). Em 2003, foi designado Primeiro-Secretário do PCC, em Holguín, e eleito membro do bureau político do PCC, por indicação de Raúl Castro. Em maio de 2009, assumiu o Ministério de Educação Superior. Em março de 2012, assumiu a Vice-Presidência do Conselho de Ministros para as áreas de educação, ciência, cultura e esporte. Em fevereiro de 2013, foi eleito Primeiro Vice-Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, em substituição a José Ramón M. Ventura. Em 19 de abril de 2018, Díaz-Canel foi eleito presidente do Conselho de Estado da República de Cuba, pela recém-constituída Assembleia Nacional do Poder Popular.

BRUNO RODRÍGUEZ PARRILLA
Ministro das Relações Exteriores

Nasceu na Cidade do México, em 1958. Formou-se em Direito. Lecionou Direito Internacional na Universidade de Havana. Em 1990, foi eleito para o Comitê Central do PCC, o qual ainda integra. Dirigiu o jornal “Juventud Rebelde”, ligado ao movimento estudantil, em 1991. Participou de missão das Forças Armadas Revolucionárias em Angola. Atuou como representante permanente de Cuba junto às Nações Unidas entre 1995 e 2003. Em 2003, tornou-se vice-ministro de Relações Exteriores, encarregado de América Latina e Caribe; em 2004, foi primeiro vice-ministro de Relações Exteriores. Chefiou missão médica humanitária de Cuba ao Haiti (2004) e ao Paquistão (2005/2006). Assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores em 2009.

POLÍTICA INTERNA

A política interna de Cuba está marcada pelos esforços do governo de, por um lado, avançar na “atualizaçao do modelo”, tanto do ponto de vista político quanto econômico, e, por outro, resguardar as características do regime socialista cubano e preservar as conquistas sociais acumuladas, tais como o acesso universal a serviços de educação e saúde, as políticas e práticas comunitárias, entre outros.

O período em que o país foi governado pelo Presidente Raúl Castro, que esteve à frente da presidência do Conselho de Estado e de Ministros de 2008 a 2018, foi caracterizado por avanços importantes em Cuba. Além da atualização do modelo econômico e da reforma migratória, destacaram-se, no campo político, o processo de rejuvenescimento da liderança do Partido Comunista Cubano e o estabelecimento do prazo máximo de dez anos para o exercício dos cargos de liderança do Estado.

Tal conjunto de mudanças propiciou o surgimento de novos atores sociais em Cuba, notadamente um ascendente estrato médio urbano, formado por trabalhadores autônomos (“cuentapropristas”), por uma camada de trabalhadores rurais relativamente independentes do Estado ("usufructurarios" e membros de cooperativas não-estatais) e por uma nova geração de lideranças da sociedade e intelectuais.

Os ares de mudança foram reforçados pela reaproximação com os Estados Unidos, durante o segundo mandato do Presidente Barack Obama, que culminou com a reabertura recíproca de embaixadas, em 2016, e pela visita histórica do Presidente norte-americano a Havana no mesmo ano, em contexto de flexibilização de parcela das sanções impostas por Washington como parte do embargo econômico, comercial e financeiro à Cuba.

Esse ciclo histórico, marcado ainda pelo falecimento de Fidel Castro, em 2016, abriu caminho para a chegada ao poder de Miguel Díaz-Canel, em 2018, primeiro Presidente de Cuba nascido depois da revolução de 1959. Aspecto relevante desse período, marcado por transição geracional e inovações políticas e econômicas, foi a relativa normalidade com que se processaram as mudanças, sem rupturas internas, em clima de estabilidade institucional e contando, de modo geral, com altos índices de apoio do povo cubano.

O governo do Presidente Díaz-Canel, ao longo dos últimos cinco anos, teve de lidar com realidade complexa e desafiadora, marcada por: i) expectativas da sociedade cubana com relação à continuidade das reformas políticas e econômicas; ii) retrocesso nas relações com os Estados Unidos, na esteira da eleição do Presidente Donald Trump, com a imposição de regime acrescido de sanções contra Cuba (política de “pressão máxima”); iii) significativa deterioração da situação econômica do país, agravada pela pandemia de Covid-19, a partir de 2019, pela passagem devastadora do furacacão Ian, em setembro de 2022, e pela alta de preços de alimentos e energia, decorrentes do conflito na Ucrânia; e iv) nova onda emigratória, decorrente da situação interna, marcada por desabastecimento, inflação e cortes de energia.

Apesar do contexto desafiador, o governo cubano seguiu adiante com as reformas. Em 2018, após meses de consultas à cidadania, a Assembleia Popular propôs novo texto constitucional, submetido a referendo em 24/02/2019 e aprovado por 87% de um universo de 7,8 milhões de eleitores. A nova Constituição, que não sofria alterações havia 43 anos,

reafirma o caráter socialista do regime político cubano e o papel central do Partido Comunista Cubano na condução do país. Ainda que o Estado se mantenha como principal pilar da economia, passa a reconhecer o papel do mercado, da propriedade privada e dos investimentos estrangeiros. A nova Carta Magna fixa o limite de exercício da presidência em dois mandatos consecutivos de cinco anos, cria o cargo de primeiro ministro e fortalece os poderes locais. Além disso, promove uma série de inovações em matéria social e de direitos individuais, e passa a permitir a dupla nacionalidade.

Não obstante, no auge da pandemia de Covid-19, em julho de 2021, em contexto de deterioração da situação econômica e escassez de alimentos e remédios, ocorreu em Havana e outras cidades do país a maior onda de protestos populares desde a revolução de 1959, com reinvindicações de melhoria de condições de vida da população, solução para questões materiais e maior liberdade política. Manifestações similares, ainda que de menores proporções, voltaram a acontecer em 2022, após a passagem do furacão “Ian”. Cerca de mil pessoas foram detidas nos protestos, o que resultou em processos e prisão de 297 pessoas, segundo informações do próprio governo cubano, por crimes distintos de sedição, vandalismo, roubo ou desordem pública.

Nesse contexto, o governo promoveu inovações importantes do ponto de vista político e jurídico. Em maio de 2022, a Assembleia Nacional do Poder Popular aprovou legislação sobre: soberania alimentar, recursos naturais e meio ambiente, proteção de dados pessoais, diretos do autor e do artista intérprete, proteção do patrimônio cultural e patrimônio natural. Foram promulgadas, ainda, três novas leis penais: o novo Código Penal, que subsitui o de 1997 e regulamenta aspectos da Constituição; a lei de Amparo aos Direitos Constitucionais; e nova lei de Execução Penal.

Além disso, em 26/9/2022, foi aprovado, por referendo popular antecedido de amplo processo de consultas à população, o novo Código das Famílias, que substituiu legislação de 1975 e que regulamenta questões referentes a direito das crianças, matrimônio, responsabilidade parental, adoção, direito ao aborto, violência no âmbito familiar, entre outras. O referendo contou com 74% de participação: 6,2 milhões de pessoas votaram, sendo 3,9 milhões pelo "sim" e 1,9 milhão pelo "não".

O conjunto de reformas legislativas e institucionais apresentou progressos significativos, mas também despertou reparos. Por um lado, foi adotada legislação avançada sobre diversas questões importantes, entre as quais promoção dos direitos da mulher, proteção às crianças e adolescentes, respeito à diversidade sexual, regime de adoção, sustentabilidade ambiental, estímulo à cultura, promoção da inclusão digital e regulação do direito à privacidade, temas caros aos grupos mais representativos dos protestos de 2021.

Por outro lado, a nova legislação penal adotou normas que poderiam significar eventual diminuição de espaço para questionamentos políticos, em particular o aumento das hipóteses de punibilidade a “crimes contra a segurança do Estado” e “contra a ordem constitucional”, bem como um maior rigor das penas aplicáveis a casos de “sedição”. A pena capital, vigente no arcabouço jurídico cubano, foi mantida para 23 tipos penais, entre os quais ameaças à segurança do Estado e terrorismo.

Nesse contexto, de expectativas e demandas da sociedade cubana, evoluções políticas e econômicas, e desafios urgentes frente às necessidades materiais do país, devem realizar-se, em 26/3/2023, eleições legislativas em Cuba. A partir da renovação do Parlamento, segundo

o sistema político cubano, este deverá escolher o Presidente, o que deverá ocorrer no segundo semestre do corrente ano, em data a ser fixada. A expectativa é a de que o Presidente Miguel Díaz-Canel venha a ser reconduzido ao cargo, por novo período de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

Diferentemente da maioria dos países latino-americanos, a política externa de Cuba se destaca por ser estratégica e global, característica de poucos países, sobretudo quando se tem em mente as dimensões territoriais, populacionais e o tamanho da economia cubana. A projeção internacional de Cuba decorre, em larga medida, da revolução cubana, de 1959, e da participação direta do país na dinâmica da guerra fria entre as duas potências mundiais de então. A posição de todo estratégica do país, localizado a 80 milhas (366 km) do território dos Estados Unidos, e as histórias imbricadas das duas nações, pelo menos desde o século XIX, certamente foram fatores determinantes para que o país caribenho estivesse fadado a ter alta gravitação geopolítica.

Contra esse pando de fundo, ao longo dos últimos sessenta anos, o governo cubano desenvolveu diplomacia ativa e projetou interesses em outros continentes. Para tanto, contou com uma Chancelaria altamente profissionalizada e acumulou capacidades diplomáticas reconhecidas mundialmente, com condições de exercer influência no tratamento de agendas multilaterais. O papel destacado de Cuba na cooperação Sul-Sul, sobretudo com a África, ou sua vitória diplomática anual nas Nações Unidas no que diz respeito à condenação quase unânime da comunidade internacional ao embago norte-americano, revelam uma política exterior eficaz, baseada na defesa do direito internacional e na cooperação.

Os princípios básicos que nortearam a política exterior de Cuba desde o final dos anos 1950, tais como a primazia do direito internacional, a defesa da soberania e dos princípios de autodeterminação e não ingerência, a luta por mudanças na governança multilateral e a democratização do sistema das Nações Unidas, a prioridade das relações Sul-Sul, além da promoção da solidariedade e da cooperação internacional, continuam servindo de base para a ação diplomática cubana. Esse conjunto de fatores constitui, certamente, elemento de explicação para o perfil da política exterior de Cuba, cuja expressão mais palpável é a presença de 114 embaixadas e 7 representações de organismos regionais residentes em Havana.

Ainda que baseada até hoje em princípios e valores, evidentemente a política externa de Cuba também expressa os interesses nacionais do país. Neste sentido, percebem-se ajustes e adequações, que refletem o novo contexto nacional e internacional, e as necessidades concretas da sociedade cubana. Com efeito, as mudanças ocorridas no modelo econômico e social, as carências em matéria de abastecimento no contexto de décadas de embargo ao país e, mais recentemente, os desafios econômicos impostos pela pandemia e o conflito na Ucrânia, têm impactado a orientação internacional do país, havendo os componentes econômico e comercial passado a adquirir importância crescente na estratégia de inserção externa de Cuba.

Desde 1959, o governo cubano contou, em variados momentos, com sócios externos privilegiados, que foram capazes de compensar a ausência de relações com os Estados Unidos e a pressão permanente que Washington exerce sobre Cuba e a sociedade cubana. Em um primeiro momento, até o início dos anos 1990, o papel de parceiro privilegiado

coube à União Soviética e ao conjunto dos países socialistas. Na esteira da dissolução do bloco soviético, em contexto de grave crise econômica interna e saída massiva de cidadãos cubanos do país (o chamado "período especial em tempos de paz", de 1991 a 1994), Cuba buscou diversificar parcerias. Dentre os países que passaram a desenvolver relacionamento privilegiado com Havana, destacou-se a Venezuela, sobretudo como provedor estratégico de energia, posição que vem perdendo importância relativa mais recentemente.

Na última década e meia, Cuba buscou, de maneira constante, diversificar suas parcerias externas, em contexto de "atualização do modelo econômico" e abertura crescente para os investimentos estrangeiros. O país apostou, do mesmo modo, em uma inserção ativa na região da América Latina e Caribe, por meio da ampliação das relações bilaterais, a começar pelos maiores países da região, e por engajamento nos foros regionais de concertação, com destaque para a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC). Nesse contexto de diversificação de parceiros e ampliação de oportunidades, países como Argentina, Canadá, China, Espanha, México, Rússia, Venezuela – e também o Brasil, em dado momento – posicionaram-se como os principais sócios internacionais do país caribenho. No período de 16 a 27 de novembro de 2022, o Presidente Miguel Díaz-Canel realizou seu primeiro grande périplo internacional, com visitas encadeadas a Argélia, Rússia, Turquia e China.

Estados Unidos

A relações com os Estados Unidos fazem parte indissociável da história de Cuba e remontam ao próprio processo de independência cubana, última colônia da Espanha na América Latina a libertar-se da metrópole espanhola, em 1898. O processo durou três décadas e assistiu a duas guerras de irredenção, com intervenção direta de Washington e participação de tropas norte-americanas em solo cubano. Os termos da Emenda Platt (1901), que ditaram a transferência do controle do governo para os cubanos, limitavam o direito de Cuba de fazer tratados com outras nações, restringiam a autonomia do país na condução de sua política externa e relações comerciais, além de autorizar os Estados Unidos a "intervir pela preservação da independência cubana".

O padrão das relações entre os dois países, no entanto, foi inteiramente redefinido a partir da revolução cubana de 1959, que implicou posição de total autonomia de Cuba com relação a Washington e, tendo em conta a natureza do regime socialista implantado, terminou por implicar o país de maneira direta na dinâmica da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. São conhecidos os episódios que marcaram o relacionamento bilateral naquele período, dos quais são emblemáticas a chamada "invasão da Baía dos Porcos", tentativa de desembarque de mercenários treinados pelos EUA, em Playa Girón, em território cubano, no ano de 1961, e a "crise dos mísseis", envolvendo Moscou, Washington e Havana, em outubro de 1962.

Nesse contexto, a decretação, pelos Estados Unidos, no final de 1960, ainda na presidência Eisenhower, de um embargo econômico, comercial e financeiro contra Cuba, passou a ser elemento central não apenas das relações entre os dois países, mas também da própria inserção externa de Cuba. O objetivo do embargo era o de gerar, por meio do desabastecimento e da imposição de dificuldades materiais, insatisfação interna que levasse a população cubana a derrubar o governo. Ainda que não tenha conseguido cumprir tal objetivo, o embargo teve, entre seus muitos efeitos, a intensificação das ondas migratórias de cidadãos cubanos em direção aos Estados Unidos, tema que passou a ser central para as relações bilaterais e que possui também implicações internas nos Estados Unidos, tendo em

conta a importância que adquiriu a comunidade cubano-americana no país, em particular no estado da Flórida.

Na década de 1990, durante os sucessivos governos dos Presidentes George Bush, Bill Clinton e George W. Bush, são incrementadas as medidas e sanções, ao amparo da Emenda Torricelli (1992), que ampliou as proibições a companhias estadunidenses de realizar negócios com Cuba, inclusive suas subsidiárias no exterior; proibiu barcos que passam pelos portos cubanos de realizar transações comerciais nos EUA, salvo os que contam com autorização do secretário do Tesouro; e autorizou o Presidente norte-americano a aplicar sanções contra entidades que promovessem assistência a Cuba, entre outras medidas.

Em 1996, o Presidente Clinton assinou a Lei Helms-Burton, formalmente denominada de Lei de Liberdade e Solidariedade Democrática com Cuba, que ampliou as sanções e reforçou seus aspectos extraterritoriais. Em seu Título III, a legislação norte-americana prevê sanções às pessoas ou às companhias estrangeiras que realizem transações com propriedades estadunidenses que tenham sido confiscadas em Cuba depois da Revolução de 1959, abrindo assim a possibilidade de processos nos tribunais norte-americanos. O embargo tem sido duramente criticado pelo governo de Havana ao longo dos anos e tem sido apontado como uma das principais causas das dificuldades econômicas e sociais que afetam a população de Cuba. As medidas norte-americanas são objeto de rechaço da quase totalidade da comunidade internacional.

O padrão do relacionamento entre Cuba e os EUA só teria uma inflexão significativa durante os anos de governo do Presidente Barack Obama, sobretudo em seu segundo mandato. Após a reeleição, em 2012, a administração Obama operou mudança de fundo na política para Cuba. Por meio de diálogos reservados iniciados em 2013, foram acertados os termos gerais que visavam a abrir caminho para a normalização das relações diplomáticas e econômicas. Tais entendimentos prévios, que incluíram, entre outros, troca de agentes de espionagem presos em ambos os países, aumento dos limites para remessas e viagens de cubanos emigrados e compromissos de Cuba com a expansão do acesso público à internet.

Em dezembro de 2014, foi anunciada formalmente a retomada de relações e, em agosto do ano seguinte, as Embaixadas, que até então funcionavam como "Seções de interesse", foram reabertas. Em março de 2016, o Presidente Obama fez visita histórica a Cuba, manteve reunião oficial com o Presidente Raúl Castro, e afirmou que "é a hora de levantar o embargo". Indicou, por outro lado, que permaneciam "diferenças muito reais entre os dois países" e que as "mudanças em Cuba devem prosseguir", mas "conduzidas pelo próprio povo cubano". Nesse contexto de franca aproximação, houve a flexibilização de diversas sanções impostas à Ilha, acompanhadas da abertura de canais de diálogo e cooperação, adoção de uma série de medidas que facilitavam o comércio de empresas norte-americanas com o país caribenho e, não menos importante, a retirada de Cuba da lista publicada anualmente pelo Departamento de Estado de países que promovem o terrorismo.

Com o início do governo do Presidente Donald Trump, em janeiro de 2017, foram revertidas as medidas de aproximação e flexibilização das sanções do período anterior. O novo governo expediu, logo no início de mandato, conjunto robusto de sanções, no que foi qualificado como "política de pressão máxima" a Cuba. Dentre as medidas adotadas, destacaram-se a ativação do Título III da Lei Helms-Burton, com o objetivo de dissuadir os investimentos estrangeiros por outros países; restrições de voos e suspensão de viagens de cruzeiros norte-americanos a Cuba, com impacto no turismo; imposição de limites nas remessas por nacionais cubanos nos EUA, com a suspensão das operações da Western Union com o país; e o incremento das sanções sobre bancos internacionais que realizam

negócios com a ilha. Além disso, nos últimos meses da administração Trump, Cuba foi reincluída na lista de países patrocinadores do terrorismo, ampliando ainda mais o escopo das sanções e limitando a ajuda humanitária ao país.

O início do governo de Joe Biden, em 2021, foi marcado por expectativas quanto a uma possível reversão das políticas implementadas pela administração anterior com relação a Cuba. No entanto, tal reversão não ocorreu, tendo prevalecido atitude gradualista da nova administração. Ao longo de 2022, contudo, as relações estiveram marcadas por retomada de atividade, com reativação de canais de diálogo sobre temas migratórios e cooperação judiciária, acompanhadas de diversas medidas pontuais de flexibilização, como a eliminação dos limites para envio de remessas a Cuba; a possibilidade de aumento dos voos diretos a todas as regiões do país; o reestabelecimento de viagens de grupos; e a concessão de ajuda humanitária após a passagem do furacão Ian.

Além disso, a Embaixada norte-americana retomou a emissão de vistos em Havana no início de 2022, e os dois governos reativaram o diálogo regular sobre temas migratórios. No plano das relações econômicas, empresas norte-americanas de capital cubano-americano foram autorizadas a operar em Cuba e, em outubro de 2022, realizou-se reunião de foro comercial bilateral Cuba-EUA, primeiro evento do gênero desde 2016, que contou com a presença de 27 empresários norte-americanos e 5 cubano-americanos. A última edição da Feira Internacional de Havana (14-18/11/2022), por sua vez, teve pavilhão dedicado a investidores cubano-americanos pela primeira vez em sua história.

Por outro lado, foram impostas, pelo governo norte-americano, dificuldades adicionais ao turismo europeu na Ilha; e Cuba foi mantida na recente edição anual da lista do Departamento de Estado de países patrocinadores do terrorismo, apesar de apoio expressivo da comunidade internacional em contrário à medida.

Rússia

A relação bilateral entre Cuba e Rússia tem nível de parceria estratégica. Há reuniões regulares da Comissão Intergovernamental para Cooperação Econômica e Técnico-Científica, e de consultas políticas entre as respectivas chancelarias. Dada a história do relacionamento bilateral e o compartilhamento de visões em questões de política internacional, observa-se intensa cooperação nos mais variados setores entre Rússia e Cuba.

Na última década, registraram-se visitas de alto nível de parte a parte. Moscou perdoou a maior parte da dívida cubana e é um dos principais parceiros econômico-comerciais do país, tendo sido um dos maiores emissores de turistas para Cuba no período imediatamente anterior à pandemia e da guerra na Ucrânia. Nos anos recentes, as relações bilaterais tiveram impulso renovado, com o ingresso da Ilha como membro observador na União Econômica Eurasiática (UEE), em dezembro de 2020, e, no ano seguinte, com a adoção de um plano bilateral de ações conjuntas para 2021-2025 nas áreas econômica, de saúde, biotecnologia, agricultura e esporte.

Em sua visita mais recente à Rússia, em novembro de 2022, o Presidente Díaz-Canel reuniu-se com o Presidente Putin, e tratou-se da possibilidade de projetos de cooperação na área de energia, tema que havia sido discutido previamente pela XIX Comissão Intergovernamental para Cooperação Econômica e Técnico-Científica bilateral. Durante a

visita, foram discutidas formas de incrementar as trocas comerciais, creditícias, financeiras e bancárias, além da possibilidade de projetos industriais, científicos e culturais. Tratou-se, em particular, da revitalização de projetos conjuntos, como a modernização da empresa siderúrgica "Antillana de Acero", a reabilitação da Planta Mecânica de Santa Clara e o funcionamento de centro de diagnóstico e manutenção de equipamentos na Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM).

Posição diante da guerra na Ucrânia

Na esteira da invasão do território da Ucrânia, Cuba fez declarações favoráveis a Moscou, responsabilizando os Estados Unidos e a OTAN pelo conflito e buscando justificar a ação russa. No entanto, nas votações em foros multilaterais sobre a questão, Havana tem buscado adotar posição de equilíbrio, havendo votado, em determinadas ocasiões, pela abstenção, em lugar de um alinhamento automático com a Rússia.

China

Cuba e China mantêm laços históricos e relação de amizade especial. A China é o segundo maior parceiro comercial de Cuba, depois da Venezuela, apesar de o comércio bilateral ter diminuído de mais de US$ 2 bilhões, em 2017, para US$ 1,3 bilhão, em 2021, segundo dados do governo cubano. Estima-se que a dívida cubana com a China esteja na cifra de bilhões de dólares, embora esses dados não sejam públicos.

A participação chinesa em múltiplas esferas da economia cubana qualifica a relação como estratégica para Havana. Investimentos recíprocos entre os dois países incluem, entre outros, a empresa mista Biotec Pharmaceutical, especializada na pesquisa, produção e venda de anticorpos monoclonais usados no diagnóstico e tratamento de câncer, que conta com tecnologia cubana, e o projeto de modernização do porto de Santiago de Cuba, a cargo da empresa “China Communications Construction Company”.

No plano político, destaca-se o longo relacionamento entre os partidos comunistas chinês e cubano. A China tradicionalmente defendeu a soberania e a independência cubanas, sustentando que cada país é livre para escolher seu modelo de socialismo e condenando o embargo norte-americano à Ilha. Cuba, por sua vez, reconhece o princípio de “uma só China”, opõe-se a interferências na política interna chinesa e já declarou apoio à cooperação no âmbito da iniciativa "Belt and Road" (BRI), da Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) e da Iniciativa de Segurança Global (GSI). Há, ainda, alinhamento de posições em fóruns multilaterais, em particular nas Nações Unidas, e regionais, tais como o Fórum CELAC-China e o G77+China.

Ao longo da última década, observa-se intensa agenda de visitas bilaterais em diferentes níveis. Em novembro de 2022, o Presidente Díaz-Canel realizou visita a Pequim, quando foi adotada "Declaração Conjunta sobre o Aprofundamento das Relações China-Cuba na Nova Era". Apesar de Cuba não haver cumprido os prazos para pagamento de sua dívida com a China, o governo chinês aceitou reestruturar a dívida e doou US$ 100 milhões ao país caribenho para atenuar os efeitos da crise econômica. Além disso, foram assinados acordos e memorandos de entendimento para fornecimento de medicamentos, insumos médicos, alimentos, matérias primas para uniformes escolares, roupa de trabalho e utensílios de

cozinha para programas de alto impacto sobre a população cubana. Merecem destaque dois acordos para execução de projetos na esfera de vigilância cibernética.

União Europeia

De 1996 a 2016, vigorou "Posição Comum" da UE, que condicionava o adensamento da relação bilateral ao respeito às garantias fundamentais na Ilha. A partir da assinatura do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação (ADPC), em dezembro de 2016, a União Europeia abandonou o enfoque predominantemente crítico no tocante à questão dos direitos humanos em Cuba, em favor de uma estratégia de "engajamento construtivo", em cuja moldura figuram interesses mais amplos. Os principais temas da agenda Cuba-UE estabelecidos pelo ADCP são: i) direitos humanos; ii) medidas coercitivas bilaterais; iii) não-proliferação de armas de destruição de massa; iv) controle de armamentos convencionais; v) agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável; vi) energia; vii) meio ambiente e mudança do clima.

A III Reunião do Conselho Conjunto Cuba-UE, em janeiro de 2021, reforçou a aproximação e veiculou mensagem unívoca de interesses compartilhados frente à política norte-americana para Cuba, por meio da incisiva condenação da UE à inclusão de Cuba na Lista de Estados Patrocinadores de Terrorismo, da oposição à aplicação dos títulos III e IV do Ato Helms-Burton e do endosso à expectativa de Cuba quanto à reversão pela administração Biden das políticas implementadas pelo governo do Presidente Trump.

As relações Cuba-UE têm sido marcadas, portanto, por pragmatismo e atitude construtiva de ambos os lados, com foco nos benefícios mútuos, inclusive em matéria econômica, que podem advir da relação.

Espanha

As relações de Cuba com a Espanha são marcadas por espírito construtivo, amistoso e de cooperação mútua, com base nos laços históricos e culturais que vinculam os dois países e as duas sociedades, mas também em um conjunto de vínculos em matéria de comércio, investimentos e fluxos migratórios. Desde meados dos anos 1990, quando foram tomadas as primeiras medidas cubanas de abertura ao capital estrangeiro, grandes grupos espanhóis do setor de turismo, como o Meliá e o Iberostar, associaram-se ao Estado cubano e posicionaram-se como líderes do setor no país. Hoje, contabilizam-se mais de sessenta investimentos espanhóis em Cuba, em distintos setores, e mais de setenta contratos de administração hoteleira. A Espanha é, ademais, um dos principais parceiros comerciais de Cuba, figurando, em 2020, como o terceiro país de origem de importações cubanas e o quarto destino para as vendas do país caribenho.

No plano político, Madri tem servido como facilitadora das relações de Cuba com a União Europeia, havendo atuado em favor do ADPC Cuba-UE, bem como apoiado o país caribenho em diferentes foros financeiros multilaterais, como o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e o Clube de Paris. Em novembro de 2018, o Presidente de governo Pedro Sánchez visitou Havana, primeira visita oficial de mandatário espanhol a Cuba após 32 anos (a última havia

sido de Felipe González, em 1986). Na ocasião, foram assinados memorandos de entendimento em matéria de diálogo político e sobre cooperação científica e cultural. Em novembro de 2019, teve lugar visita histórica dos Reis da Espanha a Cuba. Desde então, ocorreram diversas visitas, em nível ministerial, de autoridades espanholas à Ilha.

Canadá

Desde meados dos anos 1990, o Canadá mantém política de aproximação com Cuba e presença importante na economia cubana. O país figura em primeiro lugar entre os países emissores de turistas para Cuba, respondendo por quase 25% do fluxo total de um setor fundamental para a economia cubana. Em termos comerciais, o Canadá representa o segundo mercado para as exportações cubanas, com 14% do total. No campo dos investimentos, as empresas canadenses também se situam entre os principais atores presentes na economia da Ilha, respondendo por mais da metade da produção total de níquel e cobalto, entre outros setores estratégicos.

No campo político, a relação bilateral com o Canadá é marcada pelo contraste com as posições dos EUA. A solidariedade canadense a Cuba se expressa no apoio consistente de Ottawa contra o embargo econômico e à crítica da aplicação integral do Ato Helms-Burton, que termina por incidir sobre os importantes investimentos canadenses na Ilha.

América Latina e Caribe

Ao longo das últimas décadas, registraram-se importantes avanços na inserção cubana na política regional da América Latina e Caribe. Após o ingresso de Cuba na Associação Latinoamericana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), em 1999, e a aproximação com a Comunidade do Caribe (CARICOM), nos anos 2000, a participação de Cuba na reunião de Cúpula de Países da América Latina e Caribe (CALC), na Costa do Sauípe, (Bahia), em 2008, que evoluiu para o lançamento da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), em 2010, pode ser vista como marco do novo engajamento cubano com a região. No ano de 2014, Havana foi sede da II Reunião de Cúpula da CELAC, reunião de caráter histórico, em que o país se posicionou no centro dos esforços de concertação regional.

As relações individuais com parceiros privilegiados na região avançaram, com destaque para as relações com Argentina, México e também Brasil. No que se refere à Venezuela, o país chegou a ocupar lugar central para Cuba na primeira década deste século, sobretudo como fornecedor estratégico de energia, nos marcos da iniciativa Petrocaribe. Nos anos recentes, os imensos desafios econômicos nos dois países, em grande medida resultado da "pressão máxima" adotada pela administração Trump e dos impactos da pandemia, causaram mudanças na relação bilateral, muito embora os dois governos mantenham relação política próxima, e a Venezuela siga no topo dos exportadores para Cuba, em razão das vendas de petróleo e derivados. O mandatário cubano realizou, durante o seu mandato, duas visitas a Caracas.

Com o México, as relações passaram por dinamização nos anos recentes. Em fevereiro deste ano, o Presidente Díaz-Canel fez sua quarta visita ao México desde que assumiu o cargo. Já o Presidente Andrés Manuel López Obrador fez visita de Estado de grande destaque em maio de 2022, às vésperas da Cúpula das Américas realizada em Los Angeles,

para a qual Cuba não foi convidada. O intercâmbio comercial com o México tem aumentado e, recentemente, o país anunciou programa de contratação de serviços médicos cubanos e ofereceu apoio com pessoal e com combustível depois da explosão dos reservatórios de petróleo de Matanzas, em agosto de 2022. Em proporção menor, algo parecido ocorreu com a Argentina, que aumentou bastante sua participação como parceiro comercial de Cuba nos últimos anos. Em 2020, a Argentina ocupava a posição de 4º maior exportador para Cuba, seguida imediatamente do México.

Cuba e o sistema interamericano

Cuba foi membro fundador da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Em 1962, por resolução (aprovada por maioria qualificada de 2/3 e voto contrário do Brasil) da VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, adotada ao amparo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o governo de Cuba foi excluído das atividades do Sistema Interamericano. No entanto, Cuba jamais denunciou a Carta da OEA, do que resultou ter-se mantido, ainda que apenas formalmente, como membro da Organização.

Somente em 2009, no 39º período de sessões da Assembleia Geral da OEA, foi adotada resolução (AG/doc.5005/09) que tornou sem efeito a resolução da VIII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, de 1962. A resolução de 2009 estabeleceu, ainda, que a participação de Cuba na OEA pode ser resultado de processo de diálogo que venha a ser iniciado a pedido do governo cubano.

Mesmo com o fim da suspensão formal, o governo de Cuba não indicou, até hoje, interesse em retomar sua participação nas atividades da OEA.

Política multilateral

Cuba foi membro fundador da ONU e do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Nos anos 1960, após a revolução, com participação suspensa na OEA, no FMI e no Banco Mundial, o governo cubano aderiu ao Movimento Não Alinhado e ao G77. Nos anos 1970, passou a integrar o COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua, que reunia países do bloco comunista). Nos anos 1980, o país consolidou sua inserção global, com atuação militar na África Austral e a cooperação médica e técnica com os países em desenvolvimento. A partir dos anos 1990, com a desintegração do bloco soviético, Cuba intensificou seus esforços de atuação multilateral e regional, buscando na legitimidade de organizações internacionais e do direito internacional formas de reposicionar sua política externa e evitar estrangulamento político e econômico.

A atuação de Cuba nos foros internacionais caracteriza-se pela defesa do multilateralismo e dos princípios do direito internacional, como o respeito à soberania e à integridade territorial, a autodeterminação, a não ingerência e a cooperação internacional. A diplomacia cubana mantém perfil particularmente ativo em organismos internacionais, importante plataforma de projeção da voz e da visão do país sobre os temas da agenda internacional. O país possui significativa presença nas Nações Unidas, onde obtém número elevado de apoios a seus pleitos e iniciativas. Destaca-se, nesse contexto, a resolução

apresentada anualmente por Cuba na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) de condenação ao embargo norte-americano.

No plano multilateral, Brasil e Cuba defendem princípios comuns, havendo convergência de posições em múltiplos temas. Tradicionalmente, o Brasil recebe apoio de Cuba em votações de matérias do seu interesse e em favor de suas candidaturas.

Cuba assumiu, em janeiro de 2023, a presidência pro tempore do G77+China, mecanismo de coordenação e concertação de posições dos países em desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas. Entre os objetivos da presidência de turno cubana, destacam-se a consolidação da unidade, presença e influência dos países em desenvolvimento em processos negociadores multilaterais, inclusive em matéria de mudança do clima; o fomento à solidariedade e à cooperação internacionais no contexto da recuperação pós-pandemia; e o impulso à reforma da governança financeira internacional.

Resolução da AGNU sobre embargo a Cuba

Desde 1992, a delegação cubana apresenta anualmente à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) projeto de resolução intitulado "Necessidade de colocar fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba". Apesar de consistentemente levada a voto a pedido dos Estados Unidos, a iniciativa é sempre aprovada por ampla maioria dos estados membros.

Ao longo dos anos, o texto da proposta – composto por poucos parágrafos preambulares e operativos – não tem sofrido alterações de fundo. O foco da resolução é reafirmar a inconformidade de leis domésticas com efeitos extraterritoriais (como é o caso da Lei Helms-Burton, que consolidou o embargo norte-americano a Cuba) com princípios e normas de direito internacional, sem incluir considerações sobre a política interna e externa cubana.

Anualmente, a resolução solicita ao Secretário-Geral da ONU a elaboração de relatório a respeito da implementação da resolução. Embora diversos países tenham conhecidas reservas ao regime político cubano, prevalece a condenação, pela ampla maioria da comunidade internacional, do embargo à Cuba, com base na defesa do direito internacional.

Em 2016, no contexto de medidas norte-americanas para flexibilizar o bloqueio, os EUA abstiveram-se por primeira e única vez, não tendo sido registrados votos contrários à iniciativa naquele ano. No ano seguinte, com a mudança de governo nos EUA, o país voltou a votar contra o texto.

De 1992 a 2018, o Brasil votou consistentemente a favor do referido projeto de resolução. Em 2019, na 74ª AGNU, houve mudança de posição do governo brasileiro, e o Brasil somou-se aos EUA e Israel no voto contrário ao texto, que foi adotado por 187 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções (Colômbia e Ucrânia). Na 75ª AGNU, em junho de 2021, o Brasil reavaliou seu voto e optou pela abstenção, tendo sido a resolução adotada por 184 votos a favor, 2 contra (EUA e Israel) e 3 abstenções (Brasil, Ucrânia e Colômbia). Na 76ª AGNU, em 2022, a resolução foi adotada com 185 votos a favor, 2 contra (EUA e Israel) e 2 abstenções (Brasil e Ucrânia).

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

O Produto Interno Bruto de Cuba em 2021 foi da ordem de US$ 22,7 bilhões (Banco Mundial, 2022). Em 2020, antes da reforma monetária, o PIB cubano era calculado em US$ 107,3 bilhões, o que posicionava o país como a 7ª economia da América Latina e a principal economia do Caribe. As estatísticas atuais melhor refletem a real situação econômica do país, que passou a posicionar-se em 18º lugar no ranking das economias da América Latina e do Caribe, e em 3º dentre os países caribenhos.

A estrutura do PIB cubano por setores aponta para forte concentração no setor de serviços (76%), seguido pela indústria (21%), cabendo ao setor de agricultura e pesca apenas 3%. Os serviços médicos e de turismo são especialmente importantes para a balança de pagamentos, sendo o turismo hoje um dos principais motores da economia cubana.

A economia e o comércio exterior de Cuba estão controlados maiormente pelo Estado, que é o principal proprietário dos meios de produção. Ao longo das duas últimas décadas, no entanto, estão em curso esforços de "atualização do modelo" econômico de Cuba, no sentido da regularização e incentivo de negócios privados individuais ("cuentapropismo"); da flexibilização do mercado atacadista; da constituição de cooperativas agrícolas de natureza privada; da racionalização da política monetária; e da abertura ao capital estrangeiro.

Marco nesse processo foi a aprovação pelo Parlamento cubano, em 29/03/14, da Lei de Investimento Estrangeiro em Cuba (Lei 118), com o objetivo declarado de atrair capital externo para dinamizar o desenvolvimento econômico e social do país. Em 2018, foram adotadas normas adicionais relacionadas ao investimento externo direto (IED), modificando a Lei 118, no intuito de agilizar e flexibilizar ainda mais os processos de apresentação e avaliação dos negócios com capital estrangeiro.

Desde então, o país aprovou mais de 270 novos investimentos estrangeiros, em valor aproximado de US$ 10 bilhões. O resultado ficou bem abaixo da meta então projetada de US$ 2,5 bilhões por ano, mas confirmou a decisão e o compromisso do governo com a abertura da economia e a promoção de parcerias externas.

Em 2021, foram criadas condições legais para o surgimento e funcionamento, pela primeira vez em mais de 60 anos, de micro, pequenas e médias empresas privadas em Cuba, ampliando ainda as possibilidades de atuação de trabalhadores autônomos e de cooperativas não agropecuárias. As micro, pequenas e médias empresas estão autorizadas a desenvolver vasto espectro de atividades econômicas, o que abre novas possibilidades para o comércio exterior, inclusive com o Brasil.

Entre setembro de 2021 e outubro de 2022, havia sido aprovada a criação de 5.895 micro, pequenas e médias empresas privadas, das quais 47,6% constituem novos empreendimentos e 52,4% reconversões de negócios previamente existentes. Estima-se que a iniciativa privada tenha gerado mais de 102 mil novos empregos, e que já corresponda a 14% do PIB do país.

Também o setor de agronegócio cubano está experimentando mudanças, com estímulos à produção local, integração de cadeias produtivas com pesquisas acadêmicas e fomento a investimentos estrangeiros. Nesse contexto, insere-se o Plano de Soberania Alimentar e Educação Nutricional (Plano SAN), que visa à diminuição da dependência das importações de alimentos. Encontram-se em implementação, sob a égide do Plano SAN, mais de 60 medidas que visam a liberar entraves burocráticos do setor e a promover a produtividade.

Além desse conjunto de mudanças, foi implementado, em janeiro de 2021, novo ordenamento monetário e cambial, que acabou com a dualidade monetária (peso cubano-CUP e peso cubano conversível-CUC) que existia no país desde 1994, deixando-se em vigor apenas o CUP, que não possui cotação internacional e teve taxa de câmbio interna fixada pelo Banco Central em US$ 1,00 = 24,00 CUP (pesos cubanos) para pessoas jurídicas, e US$ 1,00 = 120,00 CUP, para pessoas físicas.

Do ponto de vista macroeconômico, em todo caso, a inflação segue sendo um dos principais desafios das autoridades econômicas cubanas, corroendo o poder de compra e afetando negativamente o nível de vida da população. Segundo estimativas da *Economist Intelligence Unit*, a inflação teria sido da ordem de 77% em 2021 e 60% em 2022, com 283% de inflação acumulada desde o advento do novo ordenamento monetário.

Comércio exterior

O comércio exterior tem função essencial na economia cubana, fortemente dependente de importações estratégicas como alimentos e combustíveis. O país mantém intercâmbio comercial com mais de 170 países e apresenta déficit estrutural em sua balança comercial. Os principais países de destino das exportações cubanas (2020) foram Canadá, China, Países Baixos, Espanha e Venezuela, ao passo que os principais provedores de Cuba naquele ano foram Venezuela, China, Espanha, Argentina e México.

Os principais itens da pauta exportadora cubana de bens, caracterizada pela baixa diversificação, são níquel, charutos, rum, açúcar, produtos biotecnológicos e medicamentos, e frutos do mar. As importações compõem-se principalmente de alimentos e insumos, maquinários e equipamentos de transporte, manufaturas em geral e petróleo.

É digna de nota e objeto de especial preocupação das autoridades cubanas a situação de dependência externa do país no setor de alimentos. Cuba importa, em média, de 70% a 80% de todos os insumos agrícolas e alimentos que consome, o que em alguns anos pode chegar a mais de 90%, representando importações anuais que superam os US$ 2 bilhões.

As importações cubanas totais em 2021 foram de U$ 8,4 bilhões, enquanto as exportações atingiram U$ 1,9 bilhão, com um saldo negativo de U$ 6,5 bilhões. No mesmo ano, as exportações de serviços foram de U$ 5,8 bilhões, dos quais U$ 4,3 bilhões em serviços de saúde.

O desequilíbrio do comércio exterior é visto como fator de vulnerabilidade externa, tendo em conta o acentuado déficit comercial na balança de bens, em contexto de escassez de divisas, compensado apenas em parte pela balança de serviços, principal fonte de ingressos correntes. Nesse quadro, o turismo converteu-se gradualmente no motor da economia cubana e principal receptor de investimentos estrangeiros. Desde os anos 1990, com o fim da União Soviética e os impactos decorrentes para a economia cubana, o governo promoveu crescente abertura do setor de turismo a capitais estrangeiros, em particular espanhóis e canadenses, que se posicionaram como líderes no setor em Cuba.

O recorde de recepção de turistas pelo país foi atingido em 2018, com 4,7 milhões de visitantes. Em 2019, esse número diminuiu para 4,2 milhões, em decorrência do aumento das sanções estadunidenses adotadas pelo governo Donald Trump. Em 2020 e 2021, houve novo e acentuado declive, em razão da pandemia, havendo o país fechado suas fronteiras entre março de 2020 a novembro de 2021. Nesse quadro, 1,1 milhão de turistas visitaram Cuba em 2020 e somente 356 mil em 2021. Em 2022, foi registrado o ingresso de 1,7 milhão de visitantes à Ilha, bem abaixo da expectativa oficial de 2,5 milhões de turistas e das médias históricas anteriores à pandemia. O governo cubano objetiva receber 3,5 milhões de turistas em 2023; contudo, segundo dados oficiais preliminares, entraram no país 488.730 turistas nos primeiros dois meses do corrente ano – ritmo aquém do esperado para cumprir a meta anual estipulada.

Investimentos estrangeiros

Segundo informações oficiais do Ministério do Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (MINCEX) de Cuba, desde 2014, ano da promulgação da nova lei de investimentos, teriam sido concretizados 272 empreendimentos com capital estrangeiro no país e 51 na Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel, totalizando cerca de US$ 10 bilhões.

Em novembro passado, o governo cubano divulgou nova Carteira de Oportunidade de Investimento Estrangeiro (COIE), com 708 projetos, totalizando um montante de investimentos potenciais de US$ 33,5 bilhões. Segundo o MINCEX, mais de 50 projetos estariam em negociações avançadas, com valor aproximado a US$ 9 bilhões.

Entre as políticas ativas de atração de investimentos, destaca-se a facilitação de negócios, com base na eliminação de entraves burocráticos, agilização de aprovações e facilidades tributárias. Em janeiro de 2020, o Ministério de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro (MINCEX) anunciou o início do serviço de Janela Única de Investimento Estrangeiro (VUINEX), que tem por objetivo facilitar os trâmites para a aprovação de novos empreendimentos e criar facilidades para os investidores estrangeiros.

Os principais setores que recebem IED em Cuba são os de turismo, alimentos, transporte, serviços profissionais, construção, indústrias, energia, biotecnologia, saúde, informática e mineração. O governo cubano não publica detalhes dos investimentos estrangeiros, mas estima-se que mais de 50% dos projetos de investimentos em Cuba provêm de países da União Europeia, sendo a Espanha o principal investidor em ampla gama de setores. O Canadá também tem sido tradicional fonte de IED em Cuba, em particular nos setores de turismo, energia e mineração. Nos anos recentes, capitais chineses também têm ingressado no país.

As principais perspectivas para o aumento e diversificação de investimentos estrangeiros em Cuba, entretanto, vinculam-se à Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel.

Desempenho recente e perspectivas

A pandemia de Covid-19, com as sabidas consequências sobre o turismo, o recrudescimento das sanções norte-americanas e o aumento global dos preços de alimentos e energia, estes em decorrência das tensões geopolíticas globais, afetaram muito negativamente a economia cubana. O PIB, que havia retrocedido em -0,2% em 2019, apresentou forte contração de -10,9% em 2020, em conjuntura já marcada por desafios significativos em matéria de abastecimento de alimentos e energia, por conta das sanções norte-americanas.

Em 2021, a economia de Cuba registrou leve recuperação, com crescimento de 1,3%. Estimativas preliminares do governo cubano indicam que, em 2022, o PIB tenha crescido em torno de 2%. Espera-se que as medidas recentes de abertura às micro, pequenas e médias empresas e ao investimento estrangeiro em comércio varejista e atacadista possam induzir recuperação sustentada nos próximos anos, o que dependerá, em grande medida, da retomada do principal motor da economia cubana, o turismo, ainda em níveis muito abaixo dos que se observavam antes da pandemia. As estimativas da *Economist Intelligence Unit* de dezembro passado eram de crescimento de 4,9% em 2023 e 3,8% em 2024.

RELAÇÕES BRASIL-CUBA

As relações diplomáticas com Cuba foram estabelecidas em 1906, com a criação da Legação do Brasil em Havana, cumulativa com a América Central. A partir de então e ao longo das décadas seguintes, o relacionamento bilateral esteve caracterizado por baixa densidade, em razão da distância geográfica, da ausência de comunicações diretas e pela pouca prioridade conferida por ambos os países ao relacionamento.

Registrou-se sensível aproximação no período imediatamente posterior ao triunfo da revolução cubana, tendo sido o Brasil um dos primeiros países a reconhecer o novo governo em Havana, ainda em janeiro de 1959. Em maio daquele mesmo ano, o então Primeiro-Ministro Fidel Castro realizou sua primeira visita ao Brasil, tendo sido recebido pelo Presidente Juscelino Kubitschek no Rio de Janeiro e em Brasília. Em maio de 1960, Fidel Castro realizaria nova visita ao país, tendo mantido reunião bilateral com o Presidente Juscelino Kubitschek.

Nos primeiros anos da década de 1960, sob a égide da chamada "Política Externa Independente" dos Presidentes Jânio Quadros e João Goulart, o relacionamento com Cuba foi marcado por maior proximidade. Foi emblemática desse período a posição assumida pelo Brasil, na Conferência de Punta del Este da Organização dos Estados Americanos, em janeiro de 1962, contra a expulsão de Cuba do organismo interamericano. Tal atitude de proximidade não impediu, no entanto, que o governo brasileiro deixasse claro que as posições do Brasil não deveriam ser confundidas com simpatia ideológica pelo regime cubano.

Em 13/05/1964, na esteira da instauração do regime militar no Brasil, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com Cuba. Durante as três décadas seguintes, não houve, na prática, relações dignas de nota entre os dois países, ainda que tenha havido, a partir de 1974, uma retomada de contatos, com a criação do Sistema Econômico Latinoamericano (SELA), englobando todos os países da região. Registraram-se, também, algumas operações comerciais triangulares, envolvendo o Brasil e a Ilha.

As relações diplomáticas entre os dois países somente seriam restabelecidas em 1986, com a redemocratização no Brasil. No período do Presidente José Sarney, buscou-se dar sentido predominantemente econômico-comercial às relações bilaterais, o que foi, no entanto, dificultado pela crise econômica em ambos os países.

No início da década de 1990, apesar da conjuntura econômica adversa, registraram-se avanços nas relações bilaterais. O Presidente Fidel Castro participou da cerimônia de

posse do Presidente Fernando Collor de Mello, a primeira visita da liderança cubana ao Brasil após o reatamento das relações. O Presidente cubano voltou ao país por ocasião da Conferência Rio-92, em contexto de reorientação da política externa cubana, na esteira da dissolução da União Soviética e do recrudescimento do embargo norte-americano à ilha.

Já no governo do Presidente Itamar Franco, as relações entre Brasília e Havana foram marcadas por diálogo e aproximação, que resultou na ampliação da rede de acordos de cooperação bilateral, incluindo áreas como geologia e mineração, biotecnologia e novos materiais. Tal movimento preparou terreno para o adensamento da cooperação, que se daria mais adiante.

Durante os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o relacionamento bilateral esteve marcado por avanços concretos e visitas de alto nível de lado a lado. O Presidente Fidel Castro visitou o Brasil em duas ocasiões (agosto-setembro de 1998 e maio-junho de 1999), tendo estado em Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O Presidente brasileiro, por sua vez, realizou visita oficial a Cuba em novembro de 1999. Nesse período, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, que permitiu tratamento mais estruturado da cooperação bilateral. Datam também dessa época os primeiros financiamentos aprovados pelo BNDES para a exportação de produtos brasileiros a Cuba, o início de cooperação na área de saúde e a assinatura do Acordo de Complementação Econômica Brasil-Cuba (ACE-43).

Ao mesmo tempo, a postura crítica adotada pelo governo brasileiro, em diversas ocasiões, com relação à situação dos direitos humanos em Cuba, gerou por vezes desgastes pontuais, o que não prejudicou o andamento favorável da relação bilateral como um todo. No plano multilateral, o Brasil manteve sua posição tradicional na ONU de condenação ao bloqueio contra Cuba e apoiou, na Assembleia Geral da OEA, realizada no Panamá em 1996, declaração de rechaço à Lei Helms-Burton.

Nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula (2003-2011), as relações entre Brasil e Cuba adensaram-se de forma inédita, orientadas pela noção de "compromisso construtivo". Ainda em seu primeiro ano de governo, em setembro de 2003, o Presidente brasileiro visitou Cuba e assinou amplo leque de acordos de cooperação. O período foi marcado por intensa troca de visitas de alto nível, pelo adensamento da cooperação técnica, pelo incremento do intercâmbio comercial e pela realização de investimentos brasileiros na ilha, em áreas como energia e infraestrutura, com o início das obras de modernização e ampliação do porto de Mariel.

Ao longo desse período, o Brasil trabalhou ainda por uma plena inserção de Cuba nos foros políticos regionais, com destaque para a I Cúpula de Países da América Latina e Caribe (CALC), realizada em 2008 na Costa do Sauipe (Bahia), e que deu origem à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010. Nos foros multilaterais, o governo brasileiro adotou posição de apoio ativo a todas as iniciativas de condenação do embargo norte-americano a Cuba, particularmente no âmbito das Nações Unidas.

O avanço do processo de "atualização do modelo econômico" cubano, durante o governo do Presidente Raúl Castro, abriu caminho para um novo tipo de relacionamento, informado por sentido mais pragmático e por objetivos estratégicos, com a diversificação

dos projetos de cooperação técnica, incremento substancial do comércio bilateral e participação brasileira em projetos de infraestrutura, com destaque para a ampliação e modernização do Porto de Mariel. Nesse contexto, o Brasil tornou-se paulatinamente um dos principais parceiros externos de Cuba.

Nos governos da Presidenta Dilma Roussef, houve avanços importantes nas relações bilaterais, com a participação significativa de médicos cubanos no âmbito do Programa Mais Médicos, que se tornou o maior programa de cooperação já executado entre os dois países, e a consolidação da participação brasileira em obras de infraestrutura logística em Cuba, com destaque para a Zona de Desenvolvimento Econômico de Mariel. No plano econômico-comercial, realizaram-se diversas missões empresariais ao país, com presença expressiva de empresas brasileiras, lideradas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex), na Feira Internacional de Havana (FIHAV), bem como reuniões de mecanismo de cooperação entre Brasil e Cuba para Assuntos Econômicos e Comerciais. O comércio bilateral, beneficiado por linhas de financiamento do BNDES a exportações brasileiras, passou por processo de expansão, atingindo a marca histórica de US$ 426,8 milhões em 2015, com saldo francamente positivo para o Brasil. No plano da cooperação técnica bilateral, desenvolveram-se projetos nas áreas de agricultura, saúde, governo digital, entre outras, além de se haverem realizado missões de intercâmbio científico e conhecimento tecnológico na área de fármacos e biomedicina.

O período foi marcado por visitas de alto nível e encontros regulares nos níveis técnicos. Em janeiro de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff visitou Havana, reuniu-se com o mandatário cubano, compareceu à cerimônia de inauguração do Porto de Mariel e participou, ainda, da II Cúpula dos Países Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), sediada por Cuba. Em julho de 2014, o Presidente Raúl Castro esteve no Brasil, a fim de participar da Reunião Presidencial entre China, Brasil, Quarteto da CELAC, Países da América do Sul e México, em Brasília, e os dois mandatários mantiveram reunião bilateral à margem do evento. Em novembro de 2015, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, realizou visita a Cuba.

No período que vai até 2016, as relações entre Brasil e Cuba passaram, assim, por processo de dinamização, com agenda diversificada e substantiva, havendo o Brasil atuado como parceiro ativo de Cuba na promoção do processo de modernização do Estado e na abertura progressiva do país para o investimento e o comércio internacional. Mencione-se, a propósito, a visita ao Brasil, em abril de 2013, de Marino Murillo, um dos Vice-Presidentes do Conselho de Ministros de Cuba, com o objetivo de conhecer as políticas públicas brasileiras e colher subsídios que pudessem servir de referência para a "atualização do modelo econômico" cubano. Ao longo desse ciclo, foram também adensados os laços entre as sociedades brasileira e cubana, reforçando os sentimentos de proximidade e solidariedade entre os dois países, que compartilham importantes semelhanças culturais e étnicas.

A partir de 2016, na esteira do processo de "impeachment" da Presidenta Dilma Rousseff, o governo cubano deixou de conceder "agrément" a embaixador designado pelo Brasil e rebaixou sua representação ao nível de encarregado de negócios. Ainda assim, foram mantidos os canais de diálogo, tendo a última visita bilateral de alto nível ocorrido em janeiro de 2018, durante o governo do Presidente Michel Temer, com a ida do ministro da Saúde do Brasil a Cuba. Em novembro daquele ano, o governo de Cuba tomou a iniciativa de encerrar unilateralmente a participação no Programa Mais Médicos.

No governo do Presidente Jair Bolsonaro, as relações mantiveram-se em compasso de espera, havendo sido a representação diplomática mantida em nível de encarregado de negócios por ambas as partes. A mudança de padrão de voto pelo Brasil, em 2019, no tratamento da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas que condena o embargo a Cuba, quando Brasília votou contra a resolução, ao lado de EUA e Israel, foi recebida por Havana como sinalização de franco afastamento.

Não obstante, durante esse período, foram mantidas relações de amizade e cooperação com Cuba por governos subnacionais, a começar pelos estados do Nordeste brasileiro, por intermédio do Consórcio do Nordeste. Foram também preservados os vínculos entre entidades de classe e associações comerciais, como é o caso da Câmara de Comércio Brasil-Cuba. A embaixada do Brasil em Havana seguiu apoiando as eventuais delegações brasileiras, promovendo atividades de caráter cultural e de promoção comercial, e prestando a assistência consular devida aos cidadãos brasileiros residentes em Cuba ou em visita ao país.

O governo cubano acompanhou com atenção o processo eleitoral brasileiro em 2022, tendo sido o Presidente Miguel Díaz-Canel um dos primeiros Chefes de Estado a telefonar ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para cumprimentá-lo pela vitória. Nas cerimônias de posse presidencial, Cuba esteve representada pelo seu Vice-Presidente Salvador Valdés Mesa. Em 9/1/23, o Presidente cubano telefonou ao Presidente brasileiro para prestar solidariedade, em repúdio aos atos antidemocráticos ocorridos em Brasília no dia anterior.

Em 24/01/23, o Presidente Lula reuniu-se com o Presidente Díaz-Canel, em Buenos Aires, à margem da VII Cúpula da CELAC. Na ocasião, indicaram plena disposição de normalizar as relações bilaterais, inclusive por meio da elevação da representação diplomática ao nível de embaixadores, e comprometeram-se a revitalizar a agenda de cooperação técnica em setores a serem identificados conjuntamente e redinamizar o comércio bilateral.

Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba

Criado inicialmente na Câmara de Deputados, em 1989, o grupo foi instalado no Senado Federal, em 1995, passando a contar com conformação mista. Em 2019, em sua última formação, o Grupo de Amizade Parlamentar contava com a participação de 65 deputados e 12 senadores, representando amplo espectro de forças políticas no Congresso. Além de incentivar e respaldar a cooperação bilateral, o Grupo de Amizade Parlamentar exerceu, ao longo dos anos, importante papel na defesa e promoção dos laços de solidariedade com Cuba, inclusive no que diz respeito à condenação ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto à ilha pelos Estados Unidos. Em 11/3/23, o Grupo Parlamentar ainda não havia sido reativado no âmbito da 57ª Legislatura (2023-2027).

Programa Mais Médicos

O Programa Mais Médicos desenvolveu-se ao amparo da Lei 12.871/2013, que permitiu a contratação de médicos brasileiros e estrangeiros, inclusive médicos cubanos, com vistas a suprir de atendimento médico o conjunto dos municípios brasileiros. A MP 621, de 08/07/2013, estabeleceu, entre os requisitos para habilitação ao Mais Médicos, o de o país parceiro dispor de mais de 1,8 médicos/1000 habitantes.

Por suas características e qualidades reconhecidas na área de saúde, Cuba afigurou-se como parceiro privilegiado no âmbito do Programa. O país conta com uma das maiores disponibilidades de médicos do mundo – 6,9 médicos/1.000 habitantes –, e detém grande experiência em convênios de provimento profissional, havendo atendido a mais de 60 países. Adicionalmente, Cuba possui reconhecimento internacional em políticas de saúde voltadas para a Atenção Básica e Saúde da Família.

A contratação de médicos cubanos deu-se por intermédio de acordo específico, firmado em 26/4/2013, entre Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Ao longo da execução do Programa, a contratação de médicos cubanos chegou ao número de mais de 11 mil profissionais, que atuaram em cerca de 3.600 municípios brasileiros e 34 distritos sanitários especiais indígenas, abrangendo todos os estados da Federação. Os médicos cubanos responderam por mais de 60% do total de médicos no Programa, tendo sido alocados em regiões como o semiárido nordestino, periferia de grandes centros urbanos, municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) baixo ou muito baixo, bem como regiões com população indígena e quilombola.

Em novembro de 2018, o governo cubano formalizou a decisão de descontinuar sua participação no Programa Mais Médicos e, no período de 25/11 a 25/12 realizou operação de retirada dos cerca de oito mil cooperados cubanos que se encontravam no Brasil. Desse total, estima-se que, entre mil e dois mil médicos cubanos tenham optado, por vontade própria, por permanecer no Brasil.

Cooperação Técnica

A cooperação técnica entre Brasil e Cuba tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 1997. Entre 1998 e 2011, foram realizadas doze reuniões do Grupo de Trabalho de Cooperação, para avaliação e aprovação de projetos de cooperação técnica bilateral.

Importante característica da cooperação entre os dois países é o caráter de "mão-dupla" de vários projetos, nos quais o Brasil, além de transferir boas práticas e conhecimentos para a formação de recursos humanos em Cuba, beneficia-se das pesquisas realizadas e técnicas desenvolvidas pelas entidades parceiras cubanas.

Em 2011, na XI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral, foi aprovado conjunto de projetos de cooperação técnica, com ênfase nas áreas de saúde ("Apoio técnico para a implementação de bancos de leite humano"), governo digital ("Modernização tecnológica dos sistemas eletrônicos de gestão dos processos judiciais dos tribunais da República de Cuba") e agricultura ("Desenvolvimento de capacidades técnicas em controle biológico de pragas agrícolas em Cuba"; e "Assistência Técnica para a Produção de Soja e Milho em Cuba").

Cabe destacar, em particular, os resultados da cooperação desenvolvida na área de agricultura, com a participação da Embrapa, que trouxe consideráveis ganhos na produção cubana, por meio da utilização de variáveis de sementes de milho e soja de maior produtividade, a transferência de conhecimentos sobre o controle de pragas e a capacitação de técnicos cubanos no cultivo de milho e soja.

Na área de saúde, o intercâmbio de conhecimentos resultou na capacitação de técnicos de ambos os países: (i) na análise da qualidade de vacinas e medicamentos que fazem parte do comércio bilateral regular, tais como aqueles relativos ao combate à febre amarela e à imunização infantil; (ii) no fortalecimento da capacidade de ambos os países no desenvolvimento de pesquisas clínicas sobre o câncer; e (iii) na implantação da rede de bancos de leite humano em Cuba.

As iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Cuba foram suspensas em 2016. Em 2023, porém, decidiu-se prover novo impulso ao programa de cooperação bilateral, com a possibilidade de realização da XII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral. Para tanto, o governo brasileiro solicitou à parte cubana a indicação de até sete áreas de interesse estratégico para a indicação de futuras iniciativas. Está prevista a ida a Havana, ainda no primeiro semestre de 2023, de missão de prospecção da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para preparação da XII Reunião do GT de Cooperação Técnica.

Cooperação em pesquisa e produção de medicamentos

Cuba possui capacidades reconhecidas internacionalmente na pesquisa e no desenvolvimento de medicamentos. O setor de fármacos do país é considerado de interesse estratégico e é responsável pela produção de cerca de 60% de todos os medicamentos utilizados nacionalmente. Há interesse cubano no adensamento da cooperação com o Brasil no setor, tanto no que diz respeito a aspectos regulatórios quanto na pesquisa, desenvolvimento e comercialização de medicamentos.

No que se refere à dimensão regulatória, encontra-se em vigor Memorando de Entendimento entre a ANVISA e o "Centro para el Control Estatal de Medicamentos, Equipos y Dispositivos Médicos" (CECMED), não havendo, no momento, registro de atividades de cooperação entre os dois órgãos. O CECMED, que conta com mais de 300 funcionários qualificados, deve ampliar proximamente suas competências de monitoramento e certificação, passando a incluir alimentos, cosméticos, produtos de tabaco, água, entre outros.

O complexo empresarial de saúde cubano – Biocubafarma – reúne 45 empresas, com parcerias em diversos países, inclusive África do Sul, Brasil, China e México, e mantém diversas linhas de pesquisa aplicada e desenvolvimento de medicamentos. Por ocasião da pandemia de Covid-19, os pesquisadores cubanos alcançaram o feito notável de desenvolver, de forma autônoma, três vacinas contra a doença (Soberana 2, Soberana Plus e Abdala), as quais foram utilizadas para a ampla imunização da população e adquiridas por diversos países, entre os quais México, Irã e Vietnã. A Biocubafarma recebeu medalha da Organização Mundial de Propriedade Intelectual ("Medal for Inventors"), pelo desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19, e foi capaz de produzir 85% dos medicamentos utilizados no combate à Covid-19.

Entre os centros de excelência cubanos de pesquisa em saúde, destacam-se o "Centro de Inmunologia Molecular" (CIM) e o "Centro de Ingeniería Genética y Biotecnología" (CICB). O CIM e o CICB desenvolvem diversas atividades de cooperação internacional e são responsáveis pela produção de medicamentos inovadores, como o NeuroEpo, ainda em fase de estudos clínicos, que atua na contenção da evolução de doenças neurodegenerativas, como o Alzheimer e o Parkinson; o Heberprot-P, que auxilia a cicatrização de pessoas diabéticas, evitando amputações; e o complexo JM-20, também para o tratamento de

doenças neurodegenerativas. Há interesse declarado de Cuba em trabalhar para a homologação e futura comercialização de medicamentos inovadores no Brasil.

O CIM possui colaboração com o Instituto Biomanguinhos, para pesquisa e produção de recombinantes protêicos. Há também conversações em curso entre a Prefeitura de Maricá (RJ) e a Biocubafarma, com vistas à colaboraçao para possível instalação de centro de pesquisa e produção de medicamentos naquele município, com foco em medicamentos e fitoterápicos para o tratamento de câncer, artrite reumatoide, diabetes e vitiligo, entre outros.

Comércio bilateral

Na última década, houve queda expressiva do volume de comércio entre Brasil e Cuba, que passou de mais de US$ 620 milhões, em 2012, para US$ 182,5 milhões em 2021.

Os principais fatores que incidiram nessa dinâmica foram: (i) a saída de Cuba do programa Mais Médicos; (ii) a desativação do crédito PROEX, que retirou cerca de US$ 100 milhões de financiamento por ano para exportação de produtos brasileiros de consumo, afetando particularmente as exportações de carne de frango e farelo de soja, entre outros; e (iii) a pandemia de Covid-19 e a deterioração da situação econômica em Cuba, que fez com que o governo tenha priorizado as importações de alimentos de consumo básico, em detrimento de outros itens das categorias de bens intermediários e bens de capital, que integravam a pauta exportadora brasileira.

Em 2022, o intercâmbio bilateral registrou aumento de 60,3% em relação a 2021, atingindo o valor total de US$ 292,6 milhões. As exportações brasileiras totalizaram US$ 289,9 milhões, um acréscimo de 60,9% com relação ao ano anterior. As importações brasileiras de produtos cubanos aumentaram 17,4%, totalizando US$ 2,7 milhões. O superávit comercial a favor do Brasil foi de US$ 287,2 milhões.

No último ano, os grupos de produtos com maior participação na composição da pauta exportadora brasileira para Cuba foram: gorduras e óleos vegetais (33%); arroz sem casca ou semielaborado (17%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis (13%); milho não moído (5,9%); açúcares e melaços (5,5%); demais produtos da indústria de transformação (4,4%); tubos e perfis ocos e acessórios para tubos de ferro ou aço (4,2%); e café não torrado (2,5%).

Nas exportações brasileiras para Cuba, os aumentos mais significativos, em comparação com o ano anterior, foram registrados nos seguintes grupos de produtos: gorduras e óleos vegetais: +159%; arroz sem casca ou semi-elaborado: +66,9%; açúcares e melaços: US$ 15,8 milhões (exportações nulas em 2021); milho não moído: +16,8%; carne bovina: +50%; carne de suíno: +7,5%; tubos e perfis ocos e acessórios para tubos de ferro ou aço: +26,5%; café não torrado: +22,4%; papel e cartão: +284%; e calçados: +122%.

O aumento da demanda por óleo de soja brasileiro foi influenciado principalmente pelo conflito na Ucrânia. A Rússia era a maior exportadora de óleo para Cuba e, diante das dificuldades logísticas e das sanções, perdeu espaço para os produtos brasileiros.

O significativo incremento das compras de arroz brasileiro, por sua vez, decorreu da acentuada queda na produção local, que, em 2022, foi de apenas 48,6 mil toneladas, recuo de 61,6% em relação ao ano anterior. Muito embora Cuba não costume importar açúcar, as compras do Brasil ocorreram também devido à limitada produção local, que não conseguiu

garantir os compromissos de exportação nem de consumo interno do ano, uma vez que a safra em 2022 foi de apenas 480,2 mil toneladas, uma das mais baixas da história do país.

No novo contexto geopolítico mundial, o Brasil tem potencial para ocupar espaço privilegiado como fornecedor de alimentos para Cuba, por se tratar de mercado próximo, com grande capacidade exportadora e especial receptividade no mercado cubano. Além disso, a prioridade conferida pelo governo cubano ao setor de agronegócio, como parte dos esforços para fortalecer a segurança alimentar do país, pode também abrir oportunidades a exportadores brasileiros de maquinários e equipamentos agrícolas.

O produto brasileiro tem, de modo geral, imagem positiva no país, tanto entre os consumidores quanto entre agentes especializados. A penetração da cultura brasileira, por meio da música, do futebol e principalmente das telenovelas, contribuiu para reforçar a posição de produtos de origem brasileira no mercado local. Há produtos brasileiros com imagem de qualidade consolidada, como café, arroz, carne de frango, biscoitos e doces, maquinários, móveis, calçados, cosméticos e moda em geral.

O Brasil tem tido participação tradicional, com apoio da Embaixada do Brasil em Havana, nas principais feiras e eventos de promoção comercial no país. A última edição da Feira Internacional de Havana (FIHAV), maior evento do calendário anual de promoção comercial e de investimentos em Cuba, foi realizada presencialmente em novembro de 2022 e contou com a participação de 450 empresas estrangeiras de 60 países. O Brasil esteve presente por meio de 18 empresas, além de ter contado com missão institucional do Consórcio do Nordeste.

Acordo de Preferência Comercial do MERCOSUL com Cuba (ACE-62)

A estrutura de tarifas aduaneiras cubana foi aprovada em 1990 por meio do Decreto-lei nº 124, aprovado pelo Conselho de Estado. O imposto divide-se em duas categorias gerais: Tarifa Geral (aplicada aos países não membros da OMC e aqueles com os quais Cuba não tem acordos comerciais bilaterais) e Tarifa de Nação Mais Favorecida (aplicada aos países membros da OMC e àqueles com os quais Cuba tem acordos comerciais). A maior parte das importações do país realiza-se pelo regime NFM, que abrange uma tarifa mínima de 0% e uma máxima de 5%. A tarifa geral pode chegar até 10% no máximo.

O Acordo de Preferência Comercial do MERCOSUL com Cuba (ACE-62) foi assinado na Reunião de Córdoba no Conselho do Mercado Comum, em 21/07/2006, e está em vigor desde julho de 2007. Trata-se de acordo de preferências fixas, que multilateralizou as preferências negociadas em acordos bilaterais entre os Estados Partes do MERCOSUL e Cuba (no caso do Brasil, o acordo anterior era o ACE-43).

O ACE-62 inclui cerca de 3.000 produtos e estabelece concessões de Cuba ao MERCOSUL (cerca de 2.400 itens) e do MERCOSUL a Cuba (cerca de 1.200 itens). Os cronogramas de desgravação foram concluídos em 2011. Grande parte da pauta comercial de Cuba e do MERCOSUL está coberta pela desgravação. Alguns produtos permaneceram com preferências de 33% a 90%. No aspecto normativo, o ACE-62 inclui anexos sobre regras de origem, salvaguardas, solução de controvérsias, normas e regulamentos técnicos e medidas sanitárias e fitossanitárias.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022

Exportações	555,1	528,0	507,7	513,5	321,4	346,3	342,2	266,8	209,3	180,1	289,9
Importações	95.6	96.6	61.0	50.6	55.0	19.7	33.7	8.5	3.0	2.3	2.6
Balança	650.7	624.6	568.8	564.2	376.4	366.0	376.0	275.3	212.3	182.5	292.5
Saldo	459.4	431.4	446.6	462.8	266.3	326.5	308.5	258.3	206.2	177.8	287.2

Comércio Brasil-Cuba 2012-2022 (US$ milhões, FOB)

Fonte: Comex Stat, MDIC

Investimentos

Atualmente, estão presentes em Cuba onze empresas brasileiras nos setores de produção de cigarros (Brascuba S.A., *joint-venture* com participação da Souza Cruz), bebidas (Bucanero S.A., *joint-venture* com participação da Ambev), alimentos (Bello Alimentos), comercialização varejista e atacadista de materiais de construção (TDT Matcom), agência de viagens (Sanchat Tour), logística (FIDAS Enterprises) e *tradings* multissetoriais (Suplextrade; FM Coempar; Eletroflex; ABK; Sphere).

A presença econômica do Brasil em Cuba é bastante inferior à de países como Espanha, França, Países Baixos ou Canadá, havendo claro potencial inexplorado por capitais brasileiros, sobretudo à luz das evoluções internas que se processam no país.

Além das inovações regulatórias referidas mais acima, as prioridades da política de Cuba com relação a IED têm sido ampliadas, passando a incluir negócios de pequeno porte, com menores riscos e aprovação mais expedita, bem como investimentos estrangeiros em projetos de desenvolvimento local nos territórios. Outra mudança recente importante é a eliminação da exigência da participação acionária maioritária cubana nos setores de turismo, farmacêutico, biotecnológico e comércio. Há, ainda, prioridade alta na atração de IED em comércio atacadista e varejista.

Ademais, resta por explorar o pleno potencial da Zona de Desenvolvimento Especial de Mariel, principal iniciativa cubana para captação de investimentos estrangeiros nos setores industriais e de alta tecnologia.

Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel - ZEDM

A Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel foi criada em 2013, com a finalidade de atrair investimentos estrangeiros, abrigar projetos industriais e de alta tecnologia, promover a substituição de importações e servir de *hub* logístico. Localizada a cerca de 45 minutos de Havana, a ZEDM ocupa uma área total de 465 km2, contando com um porto de mar de águas profundas e um terminal para cerca de um milhão de contêineres. O Porto de Mariel foi projetado para operar com navios Neo Panamax e sua localização, no centro do Caribe, lhe confere possibilidades privilegiadas como centro logístico e na organização das cadeias de transporte globais.

A ZEDM conta com regime especial de incentivos de natureza administrativa, alfandegária, tributária e monetária, que assegura às empresas com capital 100% estrangeiro o direito de livre transferência ao exterior de lucros e dividendos.

A modernização do Porto de Mariel, executada pela empreiteira brasileira Odebrecht, com financiamento do BNDES, tornou-se iniciativa emblemática do relacionamento entre

Brasil e Cuba. O primeiro terminal de contêineres foi inaugurado em 2014, com a presença da então Presidenta da República, Dilma Rousseff.

Segundo informações oficiais cubanas, desde então, mais de 63 empresas, incluindo 11 multinacionais, oriundas de 22 países, instalaram-se e passaram a operar na ZEDM, totalizando investimentos da ordem dos US$ 3 bilhões e mobilizando 15 mil empregos diretos e indiretos. Os setores considerados prioritários por Cuba para investimentos estrangeiros na ZEDM são os de alimentos, energia e biotecnologia, sem prejuízo de outros setores de interesse. Do total de negócios instalados em Mariel, 32 são empresas de capital totalmente estrangeiro (Espanha, Reino Unido, Itália, China, entre outros), 12 são empresas estatais e os restantes são majoritariamente *joint-ventures*.

O único empreendimento de capital brasileiro instalado na ZEDM, até o momento, é a Brascuba S.A., *joint-venture* brasileiro-cubana instalada no país há 27 anos, fruto de associação entre a estatal cubana Tabacuba e a companhia brasileira Souza Cruz, que detém 63% do mercado cubano de cigarros. Ainda que a fábrica da Brascuba seja o principal empreendimento individual da ZEDM, com um aporte inicial de US$ 116 milhões, há claro potencial não explorado pelo setor privado brasileiro em Mariel, bem como possibilidades não realizadas de colaboração com portos e zonas francas brasileiras.

Dívida de Cuba em atraso

A exposição brasileira total a Cuba, incluindo pagamento de juros futuros, é de cerca de US$ 1,08 bilhão. Cuba está em default desde 2016, e o governo brasileiro tem total interesse no equacionamento da dívida cubana.

Em 31/01/2023, o montante em atraso com o Brasil era da ordem dos US$ 490,6 milhões. Já o saldo devedor, referente a parcelas vincendas até 2038, é de cerca de US$ 590,5 milhões. Os montantes são sujeitos a atualização e não incluem valores devidos por mora e juros contratuais.

Projetos contratados

Exportador	Operação	Descrição do projeto	Valor da operação (US$)
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	1876749	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A 1ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIACAO E MODERNIZACAO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	43.435.000
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	2356082	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A 2ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIACAO E MODERNIZACAO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	108.715.000
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	3191044	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A 3ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIACAO E MODERNIZACAO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	150.000.000
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	4157857	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A 4ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIACAO E MODERNIZACAO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	150.000.000
COMPANHIA DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA	5122622	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DESTINADOS A 5ª ETAPA DAS OBRAS DE AMPLIACAO E MODERNIZACAO DO PORTO MARIEL E DE SUA INFRAESTRUTURA DE ACESSO	229.910.550
TPRO ENGENHARIA S.A./ PHARMASTER DO BRASIL CONSULTORIA LTDA.	2013405	EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA CONSTRUCAO DE UMA PLANTA PARA A PRODUÇÃO DE SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME (SPGV) E SOLUÇÕES PARA HEMODIÁLISE (SCH) NA REPÚBLICA DE CUBA.	14.875.841

Fonte: BNDES, 2023

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1906	Estabelecimento das relações diplomáticas com Cuba
1906	Abertura da Legação do Brasil em Havana, cumulativa com a América Central
1959	Revolução cubana, em 1º de janeiro
1959	Brasil reconhece o governo revolucionário cubano, em janeiro de 1959
1959	Visita de Fidel Castro ao Brasil (Rio de Janeiro), em maio
1960	Visita de Fidel Castro ao Brasil (Brasília), em maio
1962	Brasil vota contra a expulsão do governo de Cuba da OEA
1964	Brasil rompe relações diplomáticas com Cuba
1985	Iniciam-se contatos informais
1986	Restabelecimento das relações diplomáticas, em 14 de junho
1987	Visita do Chanceler Abreu Sodré a Cuba

1989	Presidente Fidel Castro visita o Brasil
1988	Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba
1990	Brasil passa a se abster nas votações sobre direitos humanos em Cuba
1998	Visita do Presidente Fidel Castro ao Brasil (setembro)
1999	Visita do Presidente Fidel Castro ao Brasil (junho-julho)
1999	Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Cuba (setembro)
2002	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Cuba
2003	Visita do Presidente Lula a Cuba
2008	Visita do Presidente Lula a Cuba
2008	Visitas do Chanceler Celso Amorim a Cuba (maio e setembro)
2008	Visita do Presidente Raúl Castro ao Brasil e participação na Cúpula da América Latina e do Caribe, na Costa do Sauípe, Bahia
2010	Visita do Chanceler Celso Amorim a Cuba
2012	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Cuba
2013	Voo inaugural Havana-São Paulo pela Cubana de Aviación, em 10 de julho
2014	Visita da Presidenta Dilma Rousseff a Cuba e participação na II Cúpula da CELAC, em Havana
2015	Visita do Chanceler Mauro Vieira a Cuba
2016	Rebaixamento da representação diplomática ao nível de encarregados de negócios
2018	Encerramento da participação de Cuba no Programa Mais Médicos
2023	Visita do Vice-Presidente de Cuba, Valdez Mesa, ao Brasil, para participar da cerimônia de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2023	Reunião entre os Presidentes Lula e Diaz-Canel, à margem da VII Reunião de Cúpula da CELAC, em 24 de janeiro em Buenos Aires

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	31/01/2012
Protocolo Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área da Saúde	24/02/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Colaboração no Setor das Tecnologias da Informação e das Comunicações	24/02/2010
Comunicado Conjunto sobre Cooperação Técnica para a Produção de Soja	15/01/2008

Protocolo de Intenções na Área de Educação, Saúde e Trabalho com Vistas ao Reconhecimento Recíproco de Diplomas de Graduação e de Pós-Graduação "Stricto Sensu" na Área da Saúde	26/09/2003
Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal	26/09/2003
Memorando de Entendimento para a Troca de Experiência em Saúde Bucal	26/09/2003
Memorando de Entendimento na Área de Saúde entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba	26/09/2003
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo	26/09/2003
Acordo-Marco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	26/09/2003
Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	24/09/2002
Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	24/09/2002
Aditivo ao Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba em 04 de Março de 1994	12/10/2001
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área de Transferência de Tecnologia na Produção de Medicamentos	04/12/2000
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde da Família entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	19/10/1999
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	27/05/1998
Declaração Conjunta dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil e de Cuba	27/05/1998
Acordo de Cooperação para Redução da Demanda Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	29/08/1994
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba sobre a Questão da Dívida.	04/03/1994
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	16/09/1993
Convênio Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	16/10/1989
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba	29/04/1988
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Cuba.	18/03/1987

Acordo, por Troca de Notas, para Celebrar Encontros Periódicos entre Funcionários Diplomáticos para consideração de Temas de Conjuntura Internacional entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	18/03/1987
Memorando para a Criação de uma Comissão "Ad Hoc" para Revisão dos Instrumentos Legais Vigentes entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	18/03/1987
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	23/01/1987
Restabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	14/06/1986

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM HAVANA

Candidato: CHRISTIAN VARGAS

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Christian Vargas

Nascido em 16 dezembro de 1967, em Porto Alegre, Christian Vargas é bacharel em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990) e cursou parcialmente Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992-1993). Ingressou no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores em 1994, tendo sido o primeiro colocado no concurso de admissão (prêmio Lafayette de Carvalho e Silva) e o primeiro colocado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (prêmio Rio Branco). Realizou cursos de especialização em "American Foreign Policy" e "Western European Politics" pela Universidade de Harvard (1999) e em Integração Europeia pelo Collège d'Europe, na Bélgica (2000). Em 2012, foi aprovado, com menção "com louvor", no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese "As Relações Econômicas e Comerciais Brasil-Argentina no Século XXI".

No Brasil, ocupou as funções de assessor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (1995-1996 e 1998-1999); assistente da Divisão de Mar, Antártida e Espaço Exterior (1996-1998); assessor da Assessoria Internacional da Presidência da República (2004-2007); chefe da Divisão do Mercosul (2011-2013), sendo Coordenador Nacional da Comissão de Comércio do Mercosul; assessor do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2013-2015), responsável por América Latina e Caribe e temas de defesa; chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério de Minas e Energia (2020-2022); e chefe da Coordenação-Geral da Organização dos Estados Americanos (2022). Atualmente, é diretor do Departamento de Integração Regional do Itamaraty.

No exterior, serviu na Missão junto às Comunidades Europeias em Bruxelas (1999-2002), responsável, entre outros, pelas negociações do acordo Mercosul-UE; na Embaixada em Montevidéu (2002-2004), encarregado dos setores de política externa e imprensa; na Embaixada em Buenos Aires (2007-2009), como chefe do setor econômico e financeiro; na Embaixada em Paris (2009-2011), à frente do setor de defesa e segurança; e nas Embaixadas em Washington (2015-2018) e Moscou (2018-2020), nas funções de *Deputy Chief of Mission* e Ministro-Conselheiro.

Ao longo de sua carreira, integrou dezenas de delegações brasileiras em reuniões bilaterais e multilaterais, de nível técnico, ministerial e presidencial. Acumula larga experiência em temas regionais, tanto do ponto de vista bilateral como multilateral, bem como em assuntos ambientais e em setores estratégicos, tais como defesa, espaço exterior, nuclear e energia.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CUBA
(elaborado pelo Ministro de Segunda Classe Roberto Colin, encarregado de negócios a.i., que deixa o posto)

I – RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Brasil e Cuba mantiveram relações restritas no plano bilateral desde 2016, quando o governo cubano deixou de conceder "agrément" a embaixador designado pelo Brasil e rebaixou sua representação ao nível de encarregado de negócios. Neste período, foram mantidos os canais regulares de diálogo diplomático, e a embaixada do Brasil em Havana seguiu apoiando as eventuais delegações brasileiras, fomentando atividades de caráter cultural e de promoção comercial, prestando a assistência consular devida aos cidadãos brasileiros residentes em Cuba ou em visita ao país, e concedendo vistos a cidadãos cubanos.

Nesse quadro, as relações de amizade e cooperação com Cuba foram promovidas, em particular, por governos subnacionais, a começar pelos estados do Nordeste brasileiro, por intermédio do Consórcio do Nordeste. Foram também preservados os vínculos entre entidades de classe e associações comerciais, como é o caso da Câmara de Comércio Brasil-Cuba.

No plano diplomático, foi possível manter uma relação pragmática e construtiva com as autoridades cubanas, em especial com o Ministério das Relações Exteriores (MINREX). No caso de pedidos de apoio a candidatos brasileiros a organismos internacionais, destaca-se o apoio cubano ao candidato brasileiro a diretor-geral da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), Dr. Jarbas Barbosa da Silva Jr., em julho de 2022.

Apesar do distanciamento político, ocorreram missões técnicas brasileiras, com destaque, em 2022, para visita de delegações do Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA), para tratar do andamento da missão de habilitação zoosanitária e tecnológica de estabelecimentos brasileiros produtores e exportadores de produtos cárneos e lácteos; e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), para discutir perspectivas de cooperação no setor com suas congêneres cubanas.

A última visita de alto nível, de perfil ministerial, ocorreu em 2018, durante o governo do presidente Michel Temer, com a ida do então Ministro da Saúde brasileiro a Cuba. A última visita presidencial deu-se em 2014, quando a presidente Dilma Rousseff, conjuntamente com o presidente cubano Raúl Castro, inauguraram as obras do Porto de Mariel.

II – RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

As relações comerciais continuaram sendo o aspecto mais visível das relações cubano-brasileiras ao longo do período recente. Cuba é um dos maiores mercados para os produtos do agronegócio brasileiro na América Central e no Caribe. Em 2022, o Brasil ficou atrás apenas dos Estados Unidos como principal fornecedor de produtos agroalimentares para o mercado cubano, o mais populoso do Caribe**.** Em contexto geopolítico instável, marcado pela guerra entre Rússia e Ucrânia, tradicionais fornecedores de Cuba, o Brasil torna-se parceiro potencial para a manutenção da segurança alimentar do país.

Em 2022, o comércio Brasil-Cuba registrou aumento de 60,3% em relação a 2021, com um valor de US$ 292,6 milhões, tracionado sobretudo pelas exportações agrícolas brasileiras. As exportações brasileiras totalizaram US$ 289,9 milhões, com um acréscimo de USD 60,9%. As importações de produtos cubanos aumentaram 17,4%, para US$ 2,7 milhões. O superávit comercial

a favor do Brasil foi de USD 287,2 milhões. Em todo caso, o volume do comércio bilateral encontra-se ainda distante do montante alcançado em 2014, quando o total do intercâmbio foi de US$ 650,7 milhões.

Em matéria de investimentos, estão presentes em Cuba onze empresas brasileiras nos setores de produção de cigarros (Brascuba S.A., *joint-venture* com participação da Souza Cruz), bebidas (Bucanero S.A., *joint-venture* com participação da Ambev), alimentos (Bello Alimentos), comercialização varejista e atacadista de materiais de construção (TDT Matcom), agência de viagens (Sanchat Tour), logística (FIDAS Enterprises) e *tradings* multissetoriais (Suplextrade; FM Coempar; Eletroflex; ABK; Sphere).

Em maio de 2021, foi inaugurada nova fábrica de cigarros da Brascuba S.A. na Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel (ZEDM). O investimento realizado - da ordem de US$ 116 milhões - consolidou a posição da *joint-venture* brasileiro-cubana como o principal empreendimento individual da ZEDM. Em janeiro de 2014, a Ambev comprou ações da cervejaria Bucanero, passando a deter 50% da companhia.

Merece registro, ainda, a questão da dívida de Cuba com o Brasil, a qual se encontra em "default" desde 2016. A exposição brasileira total a Cuba, incluindo pagamento de juros futuros, é de cerca de US$ 1,08 bilhão. Em 31/01/2023, o montante em atraso era da ordem dos US$ 490,6 milhões. Já o saldo devedor, referente a parcelas vincendas até 2038, era de cerca de US$ 590,5 milhões. Em novembro de 2022, a Embaixada reuniu-se com o Ministro do Comércio Exterior e Investimentos Estrangeiros e, entre outros temas, tratou da necessidade de retomada do diálogo, com vistas ao equacionamento da dívida com o Brasil. Na ocasião, a autoridade cubana assegurou que Cuba tem todo o interesse em honrar seus compromissos.

III – COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica entre Brasil e Cuba tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 1997. Entre 1998 e 2015, os dois países desenvolveram um conjunto de iniciativas de cooperação técnica, em áreas como saúde, agricultura, governança digital, ciência e tecnologia, entre outras. Desde 2016, contudo, a cooperação técnica bilateral ficou virtualmente paralisada.

Em janeiro de 2023, decidiu-se prover novo impulso ao programa de cooperação bilateral, com a possibilidade de realização da XII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Bilateral. Está prevista visita preparatória a Havana, em maio próximo, de missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com vistas à identificação, em conjunto com as autoridades cubanas, de projetos de cooperação técnica de interesse mútuo, para elaboração e aprovação de novo ciclo bienal de iniciativas de cooperação.

IV- COOPERAÇÃO EM OUTRAS ÁREAS

Merece menção a tradicional cooperação com Cuba em matéria educacional. Estudantes brasileiros têm buscado o país para a formação em áreas de excelência cubana, como cinema e audiovisual ou medicina. Candidatos cubanos têm sido aprovados anualmente para participação no Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), mantido pelo MRE e pelo MEC, em parceria com instituições de ensino superior brasileiras. Dois estudantes foram selecionados em 2021 e três em 2022.

V – TEMAS CULTURAIS

Há sabida proximidade étnica, cultural e religiosa entre as sociedades brasileira e cubana, além de capital de simpatia entre os dois países, o que confere amplo espaço para atividades de cooperação cultural, promoção da cultura e da imagem do Brasil.

Em consequência do "lockdown" que vigorou até o final de 2021, as atividades culturais promovidas pela Embaixada do Brasil em Havana foram retomadas plenamente em 2022, com a promoção de conjunto de eventos voltados para o estreitamento das relações com a sociedade local, com vistas à promoção da imagem do Brasil em Cuba, entre os quais concertos de música brasileira, projeção de filmes e apoio a manifestações artísticas nacionais.

No contexto da Copa do Mundo Qatar 2022, a Embaixada em Havana apoiou encontros de relações institucionais, nos quais representantes dos setores empresarial, diplomático, cultural, esportivo, bem como autoridades locais e estrangeiras, reuniram-se para assistir aos jogos da seleção brasileira. A iniciativa teve por objetivo encorajar sinergias entre interlocutores locais e brasileiros, projetando imagem positiva associada ao Brasil.

Em 2022, foi possível identificar interesse da Biblioteca Nacional de Cuba José Martí em estabelecer cooperação institucional com a Fundação Biblioteca Nacional no Brasil, para o que se encontra em discussão possível memorando de entendimento entre as duas entidades, para intercâmbio de visitas, de materiais impressos e digitais, realização de conferências e exposições conjuntas.

VI – TEMAS CONSULARES

O setor consular da Embaixada em Havana tem um movimento relativamente alto, com uma média de 250 procedimentos por semana, entre concessão de vistos, atos cartoriais e emissão de passaportes.

Com o fim da pandemia, as concessões de vistos, em sua maioria a cidadãos cubanos, aumentaram significativamente. Se, em 2020, foram concedidos 635 vistos, o número aumentou para 1.826, em 2021, e 3.780, em 2022. Muitos desses vistos foram concedidos a parentes e amigos dos mais de dois mil profissionais cubanos que permaneceram no Brasil após o fim do Programa Mais Médicos. Foram também concedidos vistos de reunião familiar e a refugiados.

A comunidade brasileira que vive em Cuba é relativamente pequena, com cerca de 200 pessoas, mas influente, com capacidade de contribuir para a manutenção de boas relações políticas, comerciais e culturais. Na jurisdição do posto, há dois brasileiros presos, cumprindo pena por tráfico de entorpecentes na penitenciária de "La Condesa", reservada a estrangeiros, os quais recebem da Embaixada o devido atendimento consular regular.

MAPA ESTRATÉGICO DO MRE (PEI MRE)[1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Defender e promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior.
3. Assegurar informação, análise e assessoramento diplomático de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção das oportunidades de negócios e investimentos, dos interesses científicos e culturais, dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Trabalhar pela normalização e ampliação das relações entre o Brasil e Cuba, com base em compromisso construtivo que permita o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, correspondente ao potencial dos dois países e aos laços de amizade entre as duas sociedades, com vistas a gerar benefícios mútuos, atuando sempre em consonância com os princípios da política externa brasileira e os interesses permanentes do Brasil.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República de Cuba; fomentar a cooperação bilateral em todas as suas dimensões, por meio de iniciativas de parceria com o governo de Cuba e os demais atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade. Respeito às diferenças. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Retomar, manter e ampliar interlocução construtiva com agentes do governo local e da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a dispor de canais de diálogo que permitam a realização exitosa de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira nas relações com o país e em foros regionais e multilaterais.

2. Continuar a prover o governo brasileiro, em bases regulares, com informações e análises criteriosas e fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional cubana, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção econômica internacional do país.

3. Desenvolver ações junto aos órgãos governamentais competentes e atores econômico-empresariais, em favor do intercâmbio comercial bilateral e da identificação de oportunidades de investimentos. Prestar as informações necessárias e o apoio devido às empresas e entidades empresariais brasileiras interessadas em comerciar com Cuba ou investir no país.

4. Restabelecer contatos com instituições cubanas de pesquisa e desenvolvimento, com vistas a identificar oportunidades de cooperação de interesse mútuo, reativando a presença brasileira em ações de cooperação técnica por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de prestadores nacionais de cooperação (EMBRAPA, SEBRAE, SESC, SESI, ANVISA, entre outros), em áreas como segurança alimentar e desenvolvimento agropecuário, saúde e biotecnologia, educação e cultura, entre outras que venham a ser identificadas de comum acordo.

5. Promover ações de cooperação em matéria de políticas públicas e ferramentas institucionais, conforme os interesses e prioridades do governo cubano, com vistas a contribuir para os esforços de “atualização do modelo econômico” e modernização da gestão governamental.

6. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, tanto através de atividades realizadas na sede da Embaixada como mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial. Promover, ainda, a aproximação entre instituições culturais e educacionais de Brasil e Cuba, com vistas a explorar potenciais canais de cooperação.

7. Estimular o maior intercâmbio de pessoas e o conhecimento mútuo entre as duas sociedades, inclusive por meio da promoção do turismo.

8. Garantir serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros residentes ou em trânsito, por meio do aperfeiçoamento constante do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados, mantendo diálogo permanente com a comunidade brasileira local. Oferecer, ademais, serviços consulares de qualidade aos cidadãos cubanos que deles necessitem, em estrita observação às diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória.

9. Apoiar a manutenção e dinamização do diálogo parlamentar bilateral, por meio do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba.

10. Zelar pela gestão eficiente de recursos humanos, materiais e orçamentários da representação diplomática em Cuba, buscando soluções eficazes para problemas específicos da administração local, sobretudo no tocante aos meios de pagamento, à luz da realidade monetária e financeira local.

11. Manter política ativa de promoção da diversidade na composição da equipe de funcionários brasileiros e contratados locais que compõem o quadro da Embaixada.

12. Cuidar da integridade e bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, tendo presente, em particular, as dificuldades cotidianas impostas pela escassez de alimentos, medicamentos e energia no país.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a ampliação e a diversificação do comércio bilateral e dos investimentos:

a) Estimular o interesse de empresas brasileiras no mercado cubano, no contexto das medidas de abertura econômica adotadas pelo governo local, como a permissão para o estabelecimento de médias e pequenas empresas no país, o estímulo ao investimento externo direto e a eliminação da exigência de participação acionária majoritária cubana nos setores de turismo, farmacêutico-biológico e de comércio.

b) Trabalhar, em conjunto com as entidades brasileiras competentes, a começar pela Agência Brasileira de Promoção de Comércio e Investimentos (ApexBrasil), em prol da divulgação da oferta exportável brasileira de bens e serviços, apoiando a participação de número cada vez mais expressivo de empresas brasileiras nas mais importantes feiras e eventos internacionais de promoção do comércio realizadas anualmente em Cuba, a começar pela Feira Internacional de Havana (FIHAV).

c) Estimular e apoiar a realização, idealmente no primeiro semestre de 2023, de missão empresarial a Cuba, liderada pelo presidente da ApexBrasil, com o objetivo de identificar as oportunidades comerciais e de investimento no país.

d) Desenvolver trabalho constante de promoção de exportações brasileiras nos setores de alimentos, têxteis e vestuário, mobiliário, máquinas e equipamentos, bem como para provimento do setor de turismo. Identificar, com base em prospecções e estudos de mercado, novos nichos potenciais para produtos brasileiros.

e) Apoiar e fortalecer o diálogo entre governos e entidades subnacionais brasileiras com Cuba, com vistas ao incremento do comércio e dos investimentos, em benefício do desenvolvimento local e do conjunto das relações bilaterais.

f) Manter interlocução fluida com a Câmara Empresarial Brasil-Cuba e com a Câmara do Comércio de Cuba, com foco no apoio à promoção comercial bilateral e no agendamento de reuniões entre empresas brasileiras e cubanas.

g) Cultivar, por meio de reuniões periódicas, a proveitosa interlocução mantida com as empresas de capital brasileiro com escritório em Havana, com o intuito de conhecer suas demandas e perspectivas com relação ao mercado cubano.

h) Prospectar as novas oportunidades abertas para investimentos estrangeiros em Cuba, decorrentes das reformas modernizantes da economia cubana, em particular no que diz

respeito ao aproveitamento das facilidades da Zona Especial de Desenvolvimento de Mariel, e prestar o apoio cabível às empresas brasileiras interessadas em posicionar-se na ZEDM.

2. Divulgar e promover produtos e serviços brasileiros, por meio de eventos especificamente concebidos e organizados pela Embaixada, em parceria com câmaras empresariais e agências de fomento.

a) Organizar eventos de divulgação de produtos e serviços brasileiros, voltados para empresas cubanas do setor público e privado, bem como para os órgãos responsáveis pela administração do comércio em Cuba.

b) Trabalhar, de maneira dedicada e específica, para a promoção de produtos brasileiros de setores prioritários, a começar pelo agroalimentar, tendo em vista nichos de oportunidade identificados na pauta de importação cubana.

c) Realizar, em parceria com as câmaras empresariais, eventos de aproximação entre agentes econômicos brasileiros e o florescente setor privado de micro, pequenas e médias empresas (MIPYMES) cubanas.

3. Prover os empresários e investidores brasileiros de informações atualizadas e de qualidade sobre a economia cubana e os marcos locais de comércio e investimento no país.

a) Dar prosseguimento ao acompanhamento e à análise criteriosa da conjuntura econômica cubana e das políticas econômicas implementadas, com vistas a informar o governo e as entidades privadas brasileiras no que corresponda, identificando oportunidades de comércio e investimentos para empresas brasileiras em setores identificados.

b) Desenvolver atividades de inteligência comercial, por meio da elaboração e distribuição, pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) do posto, de publicações de interesse de empresas e investidores brasileiros.

c) Atualizar as seguintes publicações do posto: “Invest Export Brasil”, cadastro de empresas cubanas com informações sobre produtos, calendário de feiras e exposições; “Cuba, Economia, Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro”, com informações básicas sobre Cuba e foco na economia, destinadas a subsidiar estratégias de exportação e investimento de empresários brasileiros; e “Como Exportar para Cuba”, guia com informações de caráter geral sobre o país, com apresentação dos marcos legais e dos passos práticos para comerciar com o país.

d) Dar continuidade à elaboração, em caráter periódico, de análises de situação do intercâmbio comercial bilateral entre Brasil e Cuba, com vistas a manter o governo brasileiro e as entidades privadas interessadas devidamente informadas.

e) Produzir estudos setoriais e de mercado, segundo as capacidades do posto, quando solicitados por entidades brasileiras interessadas.

f) Fazer bom uso da presença de representantes brasileiros em Havana, por ocasião da realização de feiras e eventos internacionais de negócios, para municiá-los com informações sobre economia cubana, comércio exterior e perspectivas do setor privado para as relações comerciais bilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de demandas atendidas pelo SECOM da Embaixada, recebidas do setor privado brasileiro, em matéria de promoção e inteligência comercial.
b) Número de eventos de promoção organizados com participação e concurso da Embaixada.
c) Número de oportunidades comerciais identificadas e de estudos de inteligência comercial realizados.
d) Volume de negócios realizados por empresas brasileiras, inclusive em feiras e mostras locais.
e) Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras.
f) Número de reuniões e gestões junto às autoridades cubanas competentes sobre temas de comércio e investimentos.
g) Estado de atualização dos guias e cartilhas sobre comércio e investimentos relativos a Cuba, elaborados pelo posto.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS
i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar, analisar e relatar fatos relativos à vida interna do país, que sejam de relevância para as relações bilaterais e para os interesses regionais e globais da política externa brasileira.

a) Produzir, em bases regulares, informações e análises para subsidiar o governo brasileiro sobre fatos e tendências das políticas interna e externa de Cuba, inclusive em matéria de economia, comércio, finanças e investimentos, saúde, energia, meio ambiente, segurança, direitos humanos e fluxos migratórios, entre outros.

b) Manter interlocução permanente com os principais atores dos setores político e administrativo de Cuba, em níveis nacional, provincial e municipal, sobre temas e iniciativas de interesse para a relação bilateral.

c) Travar contato com formadores de opinião, acadêmicos e pesquisadores, membros do corpo diplomático, representantes de organismos internacionais e setores empresariais com presença em Cuba, com vistas a colher informações, intercambiar opiniões e identificar questões de interesse para as relações entre os dois países.

d) Elaborar informações e análises para o governo brasileiro sobre o andamento das relações do governo de Cuba com seus principais parceiros externos e com os países com incidência em sua agenda de relações exteriores.

e) Fornecer subsídios ao governo brasileiro sobre a atuação de Cuba em foros multilaterais, regionais e sub-regionais, assim como sobre a interação do governo cubano com agências e programas das Nações Unidas representados no país.

2. Fortalecer o relacionamento entre Brasil e Cuba, mediante o estímulo e apoio à realização de visitas oficiais, missões e encontros periódicos para discussão de temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral.

a) Trabalhar pela reativação dos foros bilaterais de diálogo, consultas e cooperação, segundo as prioridades do conjunto da relação bilateral e à luz dos interesses brasileiros.

b) Estimular e apoiar as visitas de autoridades brasileiras a Cuba, inclusive em nível ministerial e presidencial, quando assim for decidido pelo governo brasileiro, como forma de dar impulso à agenda bilateral, segundo as prioridades e interesses identificados.

c) Incentivar a fluidez do diálogo entre os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países e envidar esforços para que se realize, oportunamente, visita do chanceler brasileiro a Cuba.

d) Estimular a apoiar a realização de visitas de delegações parlamentares a Cuba, contribuindo para os trabalhos do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba.

e) Encorajar e apoiar a realização de visitas de delegações em nível técnico de parte a parte, segundo as prioridades e o andamento da agenda bilateral.

f) Acompanhar e apoiar o andamento das conversações para o pagamento em atraso da dívida mantida por Cuba com o Brasil, assim como realizar as gestões que se façam necessárias para o seu equacionamento.

3. Relançar e atualizar a agenda da cooperação técnica e humanitária bilateral, bem como estimular a cooperação entre entidades estaduais e municipais do Brasil com entidades cubanas.

a) Realizar, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em consulta às autoridades competentes, o pronto levantamento das prioridades atualizadas de ambos os governos no que diz respeito à cooperação técnica e humanitária bilateral, contemplando projetos de “mão dupla”, que gerem benefícios para ambas as partes.

b) Trabalhar para a realização, idealmente no segundo semestre de 2023, da XII Reunião Grupo de Trabalho de Cooperação entre Brasil e Cuba, com vistas a elaborar novo ciclo bienal de projetos/iniciativas conjuntas de cooperação técnica e humanitária.

c) Promover e apoiar visitas e reuniões entre representantes de órgãos estaduais e municipais brasileiros com representantes de entidades provinciais cubanas, incentivando a celebração de acordos para constituição de “cidades-irmãs” entre os dois países.

d) Apoiar entidades estaduais e municipais brasileiras em ações junto a órgãos governamentais cubanos, em favor do desenvolvimento e execução de projetos de cooperação, bem como de ações de aproximação nas diversas dimensões do relacionamento bilateral.

4. **Estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países**

a) Incentivar e apoiar a realização de visita a Cuba de delegações parlamentares, a começar pelo Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba, com o objetivo de contribuir para o intercâmbio com as contrapartes da Assembleia Nacional do Poder Popular e o conhecimento da realidade do país, em áreas identificadas como de interesse, de maneira a valorizar e dinamizar as relações entre as duas sociedades.

b) Do mesmo modo, estimular e prestar o apoio cabível às visitas de autoridades parlamentares cubanas ao Brasil.

c) Fomentar a cooperação entre os Parlamentos brasileiro e cubano, em temas relativos à gestão e à modernização da atividade legislativa.

5. Aperfeiçoar o arcabouço normativo do relacionamento entre Brasil e Cuba

a) Retomar as discussões sobre entendimentos bilaterais de interesse, cujas negociações tenham sido interrompidas.

b) Contribuir para a negociação de acordos que porventura se façam necessários para o fortalecimento das relações bilaterais e a implementação das iniciativas de cooperação nas distintas áreas do relacionamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de comunicações produzidas pelo posto sobre política interna e política externa de Cuba.
b) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais, inclusive com vistas à implementação de acordos.
c) Número de visitas ministeriais, de autoridades subnacionais e de delegações técnicas de parte a parte.
d) Número dos projetos de cooperação em andamento ou em negociação.
e) Número de acordos firmados.
f) Número de gestões junto à chancelaria local.
g) Número de notas oficiais trocadas com a chancelaria cubana.

III – ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a) Realizar as gestões correspondentes, com vistas a obter apoio do governo cubano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, propondo, quando conveniente, trocas de votos que possam contribuir para o êxito do pleito brasileiro.

b) Informar sobre a atuação de Cuba e seus interesses em foros multilaterais e regionais, com especial atenção, durante o ano de 2023, às iniciativas lideradas pelo país na qualidade de presidência de turno do G-77+China.

c) Contribuir para a concertação em foros multilaterais e regionais, em temas de interesse compartilhado das políticas externas brasileira e cubana, mantendo diálogo fluido e constante com os representantes das instituições locais responsáveis pela atuação multilateral e regional do país.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de expedientes produzidos pelo posto sobre a atuação de Cuba em organizações multilaterais e regionais.
b) Número de gestões (por nota verbal e pessoais) para obtenção de apoio a pleitos brasileiros em foros internacionais.
c) Índice de apoio cubano a candidaturas apresentadas pelo Brasil.

IV – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira junto à sociedade cubana e à comunidade brasileira residente em Cuba.

a) Ampliar e diversificar as iniciativas de difusão da cultura brasileira, por meio da promoção da presença de artistas brasileiros em eventos tradicionais do calendário cultural cubano, em particular festivais de música popular e clássica, mostras de cinema, festivais de dança e teatro, bem como as feiras literárias.

b) Como parte desse esforço, intensificar a interlocução com entidades cubanas de cultura, para que o Brasil venha a ser o país homenageado em festivais internacionais de música, cinema e literatura.

c) Propor e promover, com o apoio de entidades subnacionais brasileiras interessadas, a começar por governos estaduais, a realização de ciclo de eventos culturais brasileiro-cubanos, com vistas a estimular o intercâmbio cultural e valorizar as proximidades existentes entre nossos povos e expressões culturais.

d) Promover, com o apoio de instituições de ambos os países, a realização de seminários, exposições, oficinas e concertos que demonstrem a riqueza da matriz cultural africana comum.

e) Facilitar o contato e as conversações entre os Ministérios da Cultura de ambos os países, no marco do acordo de cooperação cultural vigente.

f) Acompanhar e facilitar as conversações em curso entre a Fundação Biblioteca Nacional e a Biblioteca Nacional "José Martí", as quais têm por objetivo a assinatura de Memorando de Entendimento entre as duas instituições.

g) Divulgar, para o público local, as iniciativas de promoção da cultura brasileira por meio das redes sociais da Embaixada.

h) Fomentar a utilização dos espaços interno e externo da Embaixada para realização de eventos culturais, buscando associar o endereço da Embaixada à cultura brasileira, por meio de agenda fixa de apresentações musicais e ciclo de cinema brasileiro ao ar livre.

i) Estimular a produção cinematográfica conjunta entre Brasil e Cuba, ao amparo do Acordo Latino-americano de Coprodução Cinematográfica.

j) Apoiar projetos de cooperação entre orquestras brasileiras e a Orquestra Sinfônica de Havana, inclusive em matéria de formação musical.

2. Desenvolver atividades de promoção da língua portuguesa

a) Realizar e eventualmente ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo Instituto Guimarães Rosa do Ministério das Relações Exteriores.

b) Promover a doação, ao Departamento de Português da Faculdade de Línguas Estrangeiras da Universidade de Havana, de edições de autores brasileiros, com vistas a valorizar o acervo literário nacional e divulgar a variante brasileira da língua.

c) Promover a participação ativa de alunos de língua portuguesa da Universidade de Havana em eventos culturais de literatura, música e cinema organizados pela Embaixada.

d) Promover, em parceria com as Embaixadas dos demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e em colaboração com a Universidade de Havana, eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de eventos e atividades de promoção da cultura e da imagem do Brasil.
b) Número de participantes, ouvintes e assistentes em atividades culturais promovidas pelo posto.

c) Número de contatos com agentes formadores de opinião, de postagens e de seguidores em mídias sociais.
d) Número de ações de promoção da língua portuguesa.
e) Número de alunos de português com participação em eventos culturais organizados pela Embaixada.

V – COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE (as metas prioritárias para cooperação em cultura encontram-se no item anterior)

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a) Promover a cooperação educacional entre os dois países, por meio da identificação de oportunidades para estudantes brasileiros em Cuba, em áreas de excelência reconhecida, e facilitação das informações a respeito.

b) Ampliar as atividades de divulgação, para estudantes cubanos, das ofertas de estudo em instituições brasileiras, por meio de contatos com escolas secundárias, universidades e com o Ministério da Educação de Cuba.

c) Manter interlocução com universidades cubanas, com vistas a fomentar projetos conjuntos de pesquisa universitária e mobilidade acadêmica.

d) Dar seguimento à divulgação anual dos programas PEC-G e PEC-PG, bem como ao apoio aos candidatos cubanos no âmbito dos referidos programas.

e) Estimular e apoiar a realização de convênios e memorandos de entendimento entre instituições de ensino superior brasileiras e cubanas.

f) Envidar esforços para que sejam retomados projetos de cooperação entre a Escola de Cinema e Televisão de Cuba (EICTV), de excelência internacionalmente reconhecida, e entidades análogas no Brasil.

g) No setor de saúde, em que Cuba detém instituições de pesquisa & desenvolvimento de referência, bem como políticas públicas internacionalmente reconhecidas, prospectar e apoiar iniciativas de cooperação bilateral entre institutos e centro de pesquisa brasileiros e congêneres cubanos, com ênfase no desenvolvimento e produção de fármacos e vacinas.

h) Estimular e apoiar a retomada das atividades previstas no Memorando de Entendimento existente entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o “Centro para el Control Estatal de Medicamentos, Equipos y Dispositivos Médicos” (CECMED), que prevê o desenvolvimento de atividades de cooperação bilateral e intercâmbio de visitas técnicas.

i) Apoiar as iniciativas de entes federativos brasileiros – estados, municípios e consórcios – interessados em desenvolver cooperação em matéria de saúde com entidades e instituições cubanas do setor.

j) Monitorar e relatar, de forma regular, os avanços locais na área de saúde, em particular na pesquisa e no desenvolvimento, com vistas a identificar possibilidades de cooperação entre entidades dos dois países em biotecnologia e farmacêutica.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de reuniões e contatos para fomento de novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e cubanas.
b) Número de eventos universitários com o apoio e a participação da Embaixada.
c) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, assim como de estudantes brasileiros para formação em instituições locais.
d) Número de visitas de delegações e missões técnicas.
e) Número de projetos de cooperação executados.
f) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre o tema.

VI – COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Retomar o programa de cooperação técnica bilateral e estimular a colaboração em ações de assistência humanitária.

a) Colaborar com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) nas tratativas para o relançamento da cooperação técnica com Cuba.

b) Trabalhar para a realização, idealmente no segundo semestre de 2023, da XII Reunião Grupo de Trabalho de Cooperação entre Brasil e Cuba, com vistas a elaborar novo ciclo bienal de projetos e iniciativas de cooperação técnica e humanitária.

c) Promover e apoiar contatos entre representantes de órgãos estaduais e municipais brasileiros com interesse em colaborar em projetos de desenvolvimento socioeconômico e em iniciativas de natureza humanitária com Cuba.

d) Buscar apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais cubanos competentes, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, voltadas para o emergente setor de micro, pequenas e médias empresas cubanas (MIPYMES).

e) Estimular o diálogo conjunto entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o SEBRAE e o setor de MIPYMES cubano, com o intuito de oferecer capacitação a empresas cubanas sobre temas trabalhistas e sindicais.

f) Em matéria de segurança alimentar, questão de natureza emergencial em Cuba, contribuir para identificar, em coordenação com as áreas competentes do governo brasileiro, formas de cooperação humanitária em matéria de alimentos.

g) Promover o diálogo entre a EMBRAPA e órgãos do governo cubano, com o objetivo de identificar e propor iniciativas de pesquisa e desenvolvimento conjunto, formação e capacitação técnica de agentes locais e intercâmbio de boas práticas agrícolas.

h) Trabalhar pelo fomento das exportações brasileiras a Cuba do setor agrícola, inclusive equipamentos e insumos, e do complexo agroalimentar.

2. Cooperar na área de políticas de promoção da diversidade de gênero e raça, e inclusão de pessoas LGBT.

a) Produzir informações sobre os avanços da legislação e das políticas públicas cubanas em matéria de inclusão social e promoção dos direitos de grupos vulneráveis.

b) Facilitar contatos bilaterais sobre a matéria e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais e não governamentais brasileiras e cubanas.

c) Acompanhar e informar acerca dos debates e avanços em matéria de direitos humanos no âmbito da sociedade e das instituições cubanas.

d) Fomentar o diálogo bilateral em matéria de direitos humanos e promoção da diversidade.

e) Manter as instituições cubanas relevantes informadas acerca de políticas públicas brasileiras na área de direitos humanos, especialmente aquelas que possam ser de interesse para as relações bilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de iniciativas de cooperação técnica.
b) Número de iniciativas de assistência humanitária.
c) Números do comércio bilateral no setor agroalimentar.
d) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre experiências locais em matéria de políticas de inclusão social e combate às desigualdades e à discriminação.
e) Número de informes sobre o tratamento dos direitos humanos no país.
f) Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.

VII – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a) Difundir informações sobre iniciativas e soluções brasileiras em matéria de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

b) Prospectar e identificar áreas para cooperação, com especial enfoque em zonas costeiras e ambientes marinhos,

c) Trabalhar pela difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético.

d) Trabalhar junto às autoridades cubanas com vistas a eventual visita da expedição náutica brasileira "Voz dos Oceanos", patrocinada pela ONG do mesmo nome, com propostas de soluções inovadoras para a poluição marítima.

e) Monitorar e informar sobre iniciativas cubanas em matéria de prevenção, mitigação e resposta a emergências climáticas, identificando possibilidades de cooperação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de encontros mantidos com autoridades cubanas sobre cooperação em proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
b) Número de comunicações produzidas pela Embaixada sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.
c) Número de comunicações elaboradas pela Embaixada sobre tecnologias limpas produzidas no Brasil.

VIII – COOPERAÇÃO JURÍDICA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a) Empreender esforços para a retomada das conversações, interrompidas desde 2016, sobre as propostas de Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil e Acordo de Extradição e de Transferência de Pessoas Condenadas.

b) Manter canais de interlocução com as autoridades judiciais cubanas, para o adequado encaminhamento de eventuais solicitações de cooperação judicial por parte do Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de gestões realizadas sobre o assunto.
b) Eventual assinatura do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil e dos Acordos de Extradição e de Transferência de Pessoas Condenadas.

IX – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito em Cuba.

b) Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular devida a brasileiros em situação emergencial.

c) Prestar atendimento de qualidade para solicitantes cubanos e estrangeiros de visto de entrada no Brasil.

d) Manter canais de diálogo fluido e regular com a comunidade brasileira residente em Cuba.

e) Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty.

f) Dar conhecimento à comunidade brasileira de suas obrigações e direitos como cidadãos brasileiros residentes no exterior.

g) Manter interlocução regular com as áreas competentes da Chancelaria local, com as autoridades portuárias e com companhias aéreas que mantêm voos regulares para o Brasil, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros.

h) Prestar toda a assistência consular cabível a brasileiros detidos na jurisdição do posto.

i) Realizar visitas regulares aos nacionais presos na jurisdição do posto e prestar-lhes o apoio cabível e devido.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, vistos, registros civis, procurações, entre outros.
b) Número de assistências consulares e repatriações realizadas.
c) Tempo de processamento dos serviços consulares solicitados.
d) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.
e) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do posto.
f) Registros de comentários encaminhados sobre usuários dos serviços consulares.

SF/23762.50655-35

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 21, de 2023 (Mensagem nº 123/2023, na origem), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CHRISTIAN VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba*.

RELATOR: Senador Randolfe Rodrigues

O Senado Federal é convocado a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CHRISTIAN VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cuba.

Nesse sentido, recordo que o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar, de maneira prévia, e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

Dessa forma, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), atendendo a preceito regimental, encaminhou o currículo do indicado, do qual extraio para este relatório as informações seguintes.

Filho de José Miguel Brutto Vargas e Maria Denise Vargas, o candidato nasceu em 16 de dezembro de 1967, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS). É bacharel em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do RS (1990). O indicado ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1994, tendo sido o primeiro colocado no concurso de admissão (Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, Medalha de Prata); concluiu o Curso de

SF/23762.50655-35

Preparação à Carreira IRBr também na primeira colocação (Prêmio Rio Branco, Medalha de Vermeil). No mesmo Instituto, terminou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2003 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2012. Na oportunidade, defendeu tese intitulada: "As relações econômicas e comerciais Brasil-Argentina no Século XXI", que foi aprovada "com louvor". Realizou, ainda, cursos de especialização na Universidade de Harvard (1999) e no Colégio da Europa (*Collège d'Europe*), na Bélgica (2000).

No transcurso de sua carreira, tornou-se Terceiro-Secretário em 1995; ascendeu a Segundo-Secretário em 1999; a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe em 2012; e a Ministro de Primeira Classe em 2021. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas ao longo da carreira, destacam-se: assessor da Assessoria Internacional da Presidência da República (2004/07); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (2007/08); Conselheiro na Embaixada em Paris (2009/11); Chefe da Divisão de Coordenação Econômica e Comercial do Mercosul (2011/13); Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2013/15); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2015/18); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Moscou (2018/20); Chefe da Assessoria Internacional do Ministério de Minas e Energia (2020/22); Coordenador-geral da Coordenação-Geral da Organização dos Estados Americanos (2022/23); e, desde 2023, diretor do Departamento de Integração Regional (DEIR).

Integrou, no transcurso de sua carreira, inúmeras delegações brasileiras em reuniões bi e multilaterais, de nível técnico, ministerial e presidencial. Além disso, foi agraciado com distintas condecorações nacionais.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República de Cuba, bem como planejamento estratégico da Embaixada do Brasil em Havana. Ambos os documentos estão ao dispor das senhoras e senhores senadores e deles apresento resumo de modo a subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

Destaco, de início, a circunstância de que a Ilha de Cuba, a principal do território cubano, é a maior do arquipélago das Antilhas. Esse país insular se situa em posição estratégica na região e está localizado a 366

SF/23762.50655-35

km do território estadunidense. O relevo é predominantemente plano, com ligeira zona montanhosa no Sudeste, a Serra Maestra. Cuida-se do segundo país mais populoso do Caribe, depois do Haiti, com pouco mais de 11 milhões de habitantes.

Desde 1959, ano da revolução liderada por Fidel Castro, o país vive sob modelo econômico de viés socialista, que foi formalmente anunciado com a adesão de Cuba, em 1961, ao marxismo-leninismo. Trata-se de país multiétnico cujo povo, cultura e costumes derivam de diferentes origens e influências. Por conta da ascendência africana de parte expressiva da população, a cultura cubana possui muito em comum com a brasileira.

Brasil e Cuba estabeleceram relações diplomáticas em 1906, ano em que foi criada legação brasileira em Havana, cumulativa com a América Central. A distância geográfica, a ausência de comunicações diretas, bem como a baixa prioridade conferida por ambos os países ao relacionamento bilateral não favoreceu aproximação mais robusta. Esse quadro foi alterado com o triunfo da revolução cubana. Desse jeito, o Presidente Juscelino Kubitschek recebeu o então Primeiro-Ministro Fidel Castro em visita ao Brasil.

Na sequência e sob a égide da denominada "Política Externa Independente" dos governos Jânio Quadros e João Goulart, o relacionamento foi de maior proximidade. Veja-se, nesse sentido, posição brasileira contra a "suspensão" de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1962. Vale recordar que o governo brasileiro esclareceu, na oportunidade, que sua posição não deveria ser confundida com simpatia ideológica ao regime cubano.

A instauração do regime militar em nosso país no ano de 1964 levou ao rompimento de relações diplomáticas com Cuba. Desde então, e por pouco mais de duas décadas, os contatos bilaterais foram praticamente inexistentes. As relações diplomáticas foram restabelecidas com a redemocratização no Brasil. Com efeito, o Presidente José Sarney determinou a retomada de relações formais em 1986. A partir daí e a depender da conjuntura econômica global do momento as relações adquiriam maior ou menor densidade. Do ponto de vista político, entretanto, os presidentes brasileiros buscaram fortalecer os vínculos bilaterais.

O quadro descrito adquiriu especial tração sobretudo nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula (2003/11). Nesse período, as relações se aprofundaram de maneira inédita. Foi estabelecido um "compromisso

SF/23762.50655-35

construtivo" que muito se beneficiou do processo de "atualização do modelo econômico" cubano impulsionado pelo Presidente Raúl Castro. Essa nova etapa experimentou relacionamento mais pragmático pautado por objetivos estratégicos com diversificação dos projetos de cooperação técnica, incremento do comércio bilateral e participação brasileira em obras de infraestrutura na Ilha. No governo da Presidente Dilma Rousseff houve avanços nos laços bilaterais de que são exemplo a participação de médicos cubanos no Programa Mais Médicos e a participação brasileira nas obras de infraestrutura logística, com destaque para a Zona de Desenvolvimento Econômico de Mariel.

No entanto, as relações que eram fluídas sofreram forte revés com o processo de impedimento da Presidente Dilma. Assim, o governo cubano deixou de conceder, a partir de 2016, *agrément* a embaixador designado pelo Brasil e rebaixou sua representação ao nível de encarregado de negócios. Esse contexto de baixa interlocução foi aprofundado durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro. Apesar do distanciamento político entre Brasília e Havana, as relações de amizade e cooperação foram promovidas por governos subnacionais.

O cenário recente impactou o comércio bilateral, que passou de US$ 620 milhões, em 2012, para US$ 182,5 milhões, em 2021. Contudo, o ano passado registrou incremento de 60,3% nos valores transacionados com superávit comercial amplamente favorável ao Brasil. Os produtos com maior participação em nossa pauta exportadora foram: gorduras e óleos vegetais (33%), arroz sem casca ou semielaborado (17%), carnes de aves e miudezas comestíveis (13%), milho não moído (5,9%), açúcares e melaços (5,3%), demais produtos da indústria de transformação (4,4%), tubos e perfis ocos e acessórios para tubos de ferro ou aço (4.2%), e café não torrado (2,5%).

No tocante aos propósitos estratégicos do posto contemplados no Planejamento referido, eles objetivam, entre outros: retomar, manter e ampliar a interlocução com o governo local e a sociedade civil; desenvolver ações em favor do intercâmbio comercial bilateral, bem assim assinalar possibilidades de investimentos; identificar oportunidades de cooperação de interesse mútuo e reativar a presença brasileira em ações de cooperação técnica via Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e prestadores nacionais de cooperação (EMBRAPA, SEBRAE, SESC, SESI, ANVISA); divulgar e promover produtos e serviços brasileiros; estimular e apoiar a realização de vistas oficiais, missões e encontros periódicos para debate de temas prioritários das agendas bilateral, regional e multilateral.

SF/23762.50655-35

Registro, por fim, que o setor consular da Embaixada em Havana atende a comunidade brasileira no país, estimada em 200 pessoas.

À vista da natureza de relatório informativo e não de parecer, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta peça que se destina, essencialmente, a instruir a sabatina do candidato pelos ilustres senadores membros desta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL

7

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

INISTRO DE SEGUNDA CLASSE *KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA*
CPF: 869409887-34
ID: 10460 MRE

1961	Filho de Aloísio Gonzaga Carneiro da Cunha Nóbrega e Danuta Haczynska da Nóbrega, nasce em 6 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1984	Economia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1992	Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
2002	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2013	LVIII Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco. Aprovação com louvor. Tese: "As Negociações sobre Limitações e Exceções ao Direito de Autor na Organização Mundial da Propriedade Intelectual - Ação Diplomática e Acesso ao Conhecimento".
Cargos:	
1993	Terceiro-secretário
1998	Segundo-secretário
2002	Primeiro-secretário, por merecimento
2008	Conselheiro, por merecimento
2013	Ministro de segunda classe, por merecimento
2019	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1993-94	Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
1994-96	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
1996-98	Embaixada em Lima, terceiro-secretário
1998-99	Delegação Permanente em Genebra, terceiro e segundo-secretário
1999-02	Embaixada em Varsóvia, segundo-secretário
2002-06	Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas, assistente e chefe, substituto
2006-08	Embaixada em Berlim, primeiro-secretário
2008-13	Divisão de Propriedade Intelectual, chefe
2013-15	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor
2015-16	Embaixada em Washington, ministro-conselheiro
2016-19	Departamento de Mecanismos Inter-Regionais, diretor
2019-	Secretaria de Oriente Médio, Europa e África, secretário

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2023

(nº 112/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 112

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00037/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Índia e, cumulativamente, junto ao Reino do Butão, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ANDRÉ ARANHA CORRÊA DO LAGO**, foi removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela portaria n° 259, de 8 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União n° 30, de 10 de fevereiro de 2023, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 142/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101223** e o código CRC **BDD1883D** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002889/2023-54 SUPER nº 4101223

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

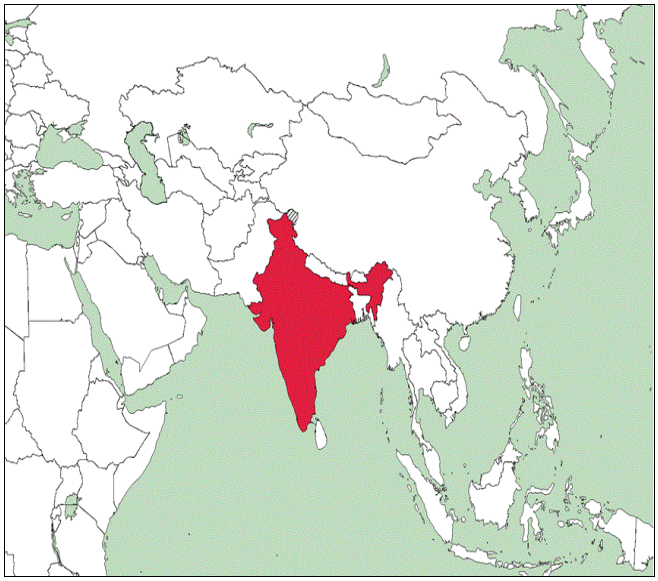
Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ÍNDIA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Fevereiro de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE A ÍNDIA	
NOME OFICIAL:	República da Índia
GENTÍLICO:	indiano(a)
CAPITAL:	Nova Delhi
ÁREA:	3.287.263 km²
POPULAÇÃO:	1,4 bilhão (em vias de se tornar o país mais populoso do mundo)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Hindi e inglês. Línguas oficiais em nível estadual: assamês, bengali, caxemiri, gujarati, kannada, maithili, malayalam, marata, nepalês, oriya, punjabi, sânscrito, tâmil, telugu, urdu
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Hinduísmo (79,8%); islamismo (14,2%); cristianismo (2,3%); sikhismo (1,7%); budismo (0,7%); outras religiões (1,3%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República federativa parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento bicameral: câmara baixa (*Lok Sabha*) com 552 membros; e câmara alta (*Rajya Sabha*), com 250 membros.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Droupadi Murmu (desde 25/07/2022)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Narendra Modi (desde 26/05/2014, reconduzido ao cargo em 30/05/2019)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Subrahmanyam Jaishankar (desde 31/05/2019)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL:	US$ 3,47 trilhões (2022 - 5º maior)
PIB - PARIDADE DE PODER DE COMPRA PPP:	US$ 11,67 trilhões (2022 - 3º maior)
PIB *PER CAPITA*:	US$ 2.470 (2022)
PIB PPP *PER CAPITA*:	US$ 8.290 (2022)
VARIAÇÃO DO PIB:	6,1% (2023, est.); 6,8% (2022) 8,9% (2021); - 6,6% (2020); 3,7% (2019); 6,5% (2018).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021):	0,633 – 132º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	67,2 anos
ALFABETIZAÇÃO (2022):	77,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2022):	7,5% (Centre for Monitoring Indian Economy)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rupia indiana
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Suresh K. Reddy
EMBAIXADOR EM NOVA DELHI:	André Aranha Corrêa do Lago
BRASILEIROS NO PAÍS:	Estima-se que há cerca de 860 brasileiros residentes (após repatriação em abril de 2020, em razão da pandemia de COVID-19).

Fontes dos dados econômicos: FMI, Banco Mundial e PNUD.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – ÍNDIA
(em US$ bilhões, FOB)

Brasil→Índia	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	**11,42**	**7,91**	**5,64**	**7,61**	**7,57**	**7,3**	**7,05**	**11,5** (+63,5%)	**15,2** (+32%)
Exportações	4,78	3,62	3,16	4,66	3,91	2,8	2,88	4,8	6,3 (+31,2%)
Importações	6,64	4,29	2,48	2,95	3,66	4,5	4,17	6,73	8,86 (+31%)
Saldo	-1,85	-0,67	0,67	1,71	0,24	-1,76	-1,28	- 1,93	-2,5

APRESENTAÇÃO

A Índia tornou-se independente do Reino Unido em 15 de agosto de 1947. É o maior país da Ásia Meridional e o sétimo maior do mundo, em área. Com cerca de um sexto da população mundial, a Índia deverá se tornar o país mais populoso do mundo em 2023, ultrapassando a China. De acordo com algumas estimativas, esse processo já teria ocorrido. A população é majoritariamente rural (cerca de 60%), embora algumas das cidades mais populosas do mundo sejam indianas, como a capital, Nova Delhi (28,5 milhões), e Mumbai (20 milhões de pessoas). O estado indiano de maior densidade demográfica é Uttar Pradesh, no norte do país, com mais de 200 milhões de habitantes. A taxa de urbanização indiana (em torno de 35%) tem-se incrementado a uma taxa de 2% ao ano.

Apesar de enfrentar grandes desafios sociais e econômicos, a Índia contemporânea é caracterizada por intenso crescimento econômico e alto dinamismo científico-tecnológico. Com cerca de 500 milhões de habitantes abaixo dos 25 anos e crescente acesso da população à Internet, o país apresenta elevado potencial para expansão dos fluxos de investimento e comércio.

O país enfrentou recessão econômica em razão da pandemia de COVID-19, com queda de 6,6% do PIB no ano de 2020. Em 2021, porém, a economia indiana deu mostras de forte recuperação, com crescimentos de 8,9%. O FMI calculou em 6,8% o crescimento econômico da Índia em 2022. Para 2023, estima taxa de 6,1%.

Em 2022, ano em que comemorou 75 anos de sua independência, a Índia tornou-se a quinta maior economia mundial em termos nominais, tendo superado o Reino Unido. A economia indiana já é a terceira maior do mundo pelo critério de paridade do poder de compra.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DROUPADI MURMU

Presidente



Nasceu no estado de Odisha, em 20 de junho de 1958. Foi professora e funcionária pública estadual. Elegeu-se para a assembleia legislativa do Estado de Odisha (2000-2009) e, entre 2015 e 2021 foi governadora (indicada pelo executivo central) do estado de Jharkhand.

Murmu é a segunda mulher e a primeira pessoa de origem tribal a ser chefe de Estado na Índia. Ela pertence ao grupo étnico santal. As castas e tribos registradas, conforme dispositivos constitucionais e legais indianos, formam os grupos sociais mais desfavorecidos do país, objeto de diversas políticas afirmativas.

Droupadi Murmu tomou posse como presidente em 25/7/2022, para mandato de cinco anos.

NARENDRA MODI

Primeiro-ministro



Nasceu no estado de Gujarat, em 17 de setembro de 1950. É o terceiro dos seis filhos de uma família de comerciantes. Graduou-se pela Universidade de Delhi e obteve título de mestre em Ciência Política pela Universidade de Gujarat.

Em 1987, filiou-se ao *Bharatiya Janata Party* (BJP). No ano seguinte, foi escolhido como secretário-geral da legenda no estado de Gujarat. Em 2001, tornou-se governador (*Chief Minister*) do estado de Gujarat, tendo sido reeleito, em 2012, pela quarta vez consecutiva.

Empossado pela primeira vez como primeiro-ministro em 2014 e reconduzido ao cargo em 30 de maio de 2019, Narendra Modi é o primeiro chefe de governo indiano nascido após a independência do país.

SUBRAHMANYAM JAISHANKAR
Ministro de Assuntos Exteriores



Nascido em 9 de janeiro de 1955, em Delhi, é filho de Krishnaswamy Subrahmanyam, um dos maiores pensadores estratégicos indianos e ex-diretor do "Institute for Defence Studies and Analyses", influente *think tank* fundado em 1965. Possui mestrado em Ciência Política, bem como mestrado e doutorado em Relações Internacionais pela Universidade Jawaharlal Nehru, de Nova Delhi.

Ingressou na diplomacia em 1977 e serviu em Moscou, Washington, Colombo, Budapeste e Tóquio e, como embaixador, na República Tcheca, em Singapura, na China e nos Estados Unidos. Atuou também como *Joint Secretary* para Américas da chancelaria. Foi nomeado secretário do Exterior (função equivalente à de secretário-geral do MRE) no primeiro governo do primeiro-ministro Narendra Modi, cargo que ocupou durante três anos, até aposentar-se em 2018.

Até ser nomeado ministro de Negócios Estrangeiros, no segundo mandato de Modi, em 31 de maio de 2019, atuava como "presidente para assuntos corporativos globais" do grupo Tata. S. Jaishankar é o primeiro diplomata de carreira a chefiar a pasta de assuntos exteriores da Índia, cargo tradicionalmente ocupado por parlamentares. Em julho de 2019, elegeu-se pelo BJP para a Câmara Alta do Parlamento (*Rajya Sabha*).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia foram estabelecidas em 1948, logo após a independência indiana. Completam, portanto, 75 anos em 2023. Os intercâmbios econômico-comerciais e culturais eram pouco expressivos até o início dos anos 90, quando ambos os países empreenderam reformas com vistas a uma maior abertura de suas economias e o relacionamento político e econômico tornou-se mais intenso. Em 2006, foi estabelecida Parceria Estratégica entre Brasil e Índia.

A Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural, em nível de chanceleres, é o principal mecanismo de coordenação e diálogo bilateral. Desde seu estabelecimento, em 2002, já foram realizadas oito edições, alternadamente no Brasil e na Índia, tendo a última sido em Brasília, em agosto de 2022.

Há também instâncias bilaterais sobre consultas políticas, temas estratégicos, monitoramento de comércio, cooperação em defesa, ciência e tecnologia, bioenergia, petróleo e gás, segurança cibernética, entre outros temas.

No contexto da pandemia de COVID-19, o Brasil e a Índia mantiveram intensa coordenação bilateral. Em janeiro de 2021, chegaram ao Brasil dois milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca fabricadas pelo Instituto Serum, da Índia, importadas pelo Governo Federal. Em fevereiro, foi recebido o segundo lote de dois milhões de doses da vacina.

Visitas bilaterais de alto nível

Chefes de Estado brasileiros visitaram a Índia nos anos de 1996, 2004, 2007, 2008 e 2012. Chefes de governo indianos visitaram o Brasil em 1968, 1992 (Rio 92), 2006, 2010, 2012 (Rio+20) e 2014 (Cúpula do BRICS). Mais recentemente, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro Narendra Modi tiveram encontros bilaterais à margem da XI Cúpula do BRICS (Brasília, 13/11/2019) e à margem da Cúpula do G20 (Osaka, 29/06/2019).

Entre 25 e 27 de janeiro de 2020, a convite do primeiro-ministro Modi, o ex-presidente Jair Bolsonaro realizou visita de Estado à Índia. Participou, como convidado de honra, das celebrações do Dia da República (26 de janeiro, quando se comemora a entrada em vigor da Constituição indiana, em 1950). Foi a terceira vez que um chefe de Estado brasileiro foi agraciado com essa distinção pelo governo indiano (presidente Lula, em 2004, e presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996).

Durante a visita presidencial em 2020, foram assinados quinze atos bilaterais, dos quais se destacam: i) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos – ACFI (a Índia foi o 15º país, a maior economia e o primeiro país asiático com o qual o Brasil assinou instrumento dessa natureza); ii) Acordo de Previdência Social; iii) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia; iv) Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Setor de Petróleo e Gás Natural; e v) Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Geologia e Recursos Minerais. Foi adotado, também, Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-Índia. Trata-se de documento político que compila os mecanismos institucionais existentes, bem como estabelece metas para as diversas áreas de cooperação entre os dois países.

O então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, visitou a Índia (23/02 a 02/03/2021), para acompanhar o lançamento, por veículo indiano, do satélite Amazônia-1 a partir de centro espacial no estado de Andhra Pradesh. Também manteve vários encontros com autoridades indianas e destacou o interesse brasileiro na ampliação da cooperação bilateral em temas espaciais e aeroespaciais, bem como no estabelecimento de novos canais de interlocução nas áreas de biotecnologia (sobretudo para a pesquisa de insumos farmacêuticos), nanotecnologia, fotônica, novas tecnologias do setor energético, tecnologias de informação e comunicação, inteligência artificial, entre outras.

De 19 a 22 de abril de 2022, visitou a Índia o então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, acompanhado de delegação empresarial. Na oportunidade, confirmou-se o interesse mútuo no aprofundamento da cooperação em etanol, inclusive em motores *flex fuel*. Também acordou-se promover conjuntamente os biocombustíveis, em particular o etanol, em foros e mercados internacionais, bem como fomentar intercambio de conhecimento em políticas na área de biocombustíveis. Ademais, foram assinados dois instrumentos entre os setores privados (pelo lado brasileiro, UNICA e APLA).

O ministro indiano da Pesca, Pecuária e Lácteos, Parshottam Rupala, visitou o Brasil de 15 a 21 de maio de 2022, oportunidade em que se encontrou com o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes, com o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu-ABCZ, bem como conheceu fazendas de gado em Uberaba/MG e a sede da Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora/MG.

Em 23 e 24 de agosto de 2022, o ministro de Assuntos Exteriores Subrahmanyam Jaishankar visitou o Brasil, quando co-presidiu, com o então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Carlos França, a 8ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia. Durante a visita, foi assinado protocolo à

convenção bilateral para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, além de memorando de entendimento entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a *Prasar Bharati*, entidade pública de comunicação indiana, para troca de conteúdo. Em São Paulo, o chanceler indiano participou de reunião na FIESP e de evento empresarial com o Grupo LIDE.

Em setembro de 2022, visitou Brasília delegação indiana do setor de petróleo e gás, chefiada pelo vice-ministro Pankaj Jain. Durante a visita, a Petrobras e a *Indian Oil Corporation* (IOC), maior estatal de petróleo e gás indiana, assinaram contrato com opção de fornecimento de até 12 milhões de barris de petróleo pela Petrobras. O contrato tem duração de seis meses e poderá ser renovado por mais um ano. A empresa brasileira também firmou memorando de entendimento com a *Bharat Petroleum* para fomentar tratativas com vistas a eventual fornecimento de petróleo bruto.

De 6 a 8 de novembro de 2022, o ministro de Estado das Relações Exteriores e dos Assuntos Parlamentares da Índia, V. Muraleedharan (segunda autoridade de nível hierárquico mais alto nessas pastas) visitou o Brasil, ocasião em que se avistou com o então vice-presidente da República e participou de sessão solene da Câmara dos Deputados, em homenagem aos 75 anos da independência da Índia.

Em 5 de janeiro de 2023, o chanceler Mauro Vieira e o Ministro de Assuntos Exteriores da Índia, Dr. Subrahmanyam Jaishankar, mantiveram conversa telefônica, em que conversaram sobre a importância da Parceria Estratégica Brasil-Índia; a presidência indiana do G20 em 2023, e brasileira, em 2024; a Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros do G20, em Nova Delhi (1º e 2 de março); a colaboração no CSNU em 2022 e reforma do órgão; cooperação em energias renováveis; bem como o aumento do comércio bilateral, que atingiu recorde em 2022.

Diplomacia parlamentar

Em junho de 2022, foi instalado no Senado Federal o Grupo Parlamentar Brasil-Índia, que tem como presidente o senador Nelsinho Trad e como vice-presidente o senador Espiridião Amin. No âmbito da Câmara dos Deputados, há também o Grupo Parlamentar Brasil-Índia, presidido pelo deputado Vinícius Carvalho, e a Frente Parlamentar Mista Brasil-Índia, coordenada pelo deputado Daniel Coelho.

Coordenação em organismos multilaterais e foros plurilaterais

A coordenação Brasil-Índia em organismos multilaterais e foros plurilaterais é tradicionalmente intensa. Os dois países integram grupos plurilaterais como IBAS, BRICS, G20 (formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia), G4 (sobre reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas) e BASIC (sobre mudança do clima).

Em 2022, os dois países coincidiram como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) pela quarta vez, já que a Índia foi eleita para o biênio 2021-2022 e o Brasil, para o biênio 2022-2023.

Comércio bilateral Brasil-Índia

Em 2022, a corrente de comércio foi de US$ 15,15 bilhões (31,4% maior do que em 2021), com aumento de 31,3% nas exportações brasileiras, que chegaram a US$ 6,3 bilhões. No período, os óleos vegetais figuraram em primeiro lugar, com 37% do total exportado, enquanto o petróleo bruto correspondeu a 29% e ouro, a 13%. Na pauta de importações (que totalizaram, no período, US$ 8,85 bilhões), continuam predominando combustíveis derivados de petróleo (29%), compostos químicos (13%) e outros produtos da indústria de transformação.

Em vigor desde 2009, o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) MERCOSUL-Índia prevê preferências fixas de 10%, 20% e 100% para 450 linhas tarifárias de cada lado. Há intenção de ambas as partes em expandir o Acordo.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou, em dezembro de 2021, o relatório final do Painel dos contenciosos iniciados por Brasil, Guatemala e Austrália a respeito do regime de apoio ao setor açucareiro da Índia. As decisões do Painel foram favoráveis ao Brasil e aos outros dois demandantes. O Painel concluiu que a política indiana de preços mínimos obrigatórios para a cana-de-açúcar excedeu os limites estabelecidos pelo Acordo de Agricultura da OMC. Concluiu também que os subsídios indianos à exportação de açúcar violam regras da OMC. O Brasil espera que a Índia ajuste sua legislação e práticas às decisões do Painel e segue disposto a negociar com aquele país o pronto encerramento do contencioso.

Investimentos bilaterais

Empresas indianas têm investido no Brasil sobretudo nos setores de infraestrutura, automóveis, químicos e defensivos agrícolas, fármacos e tecnologia da informação. A Índia está entre os dez maiores investidores no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Em 2022, também foram

anunciados investimentos adicionais na exploração de petróleo, na transmissão de energia e na fabricação de tratores e de motocicletas.

Os investimentos brasileiros na Índia incluem os setores de motores elétricos, automação bancária, fibras industriais, autopeças, tecnologia da informação e armamento leve.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na Índia é composta pelo setor consular da Embaixada em Nova Delhi e pelo Consulado-Geral em Mumbai. Existem, ainda, consulados honorários brasileiros em Bangalore, Calcutá e Hyderabad. Estima-se que a população brasileira residente na Índia seja de 860 pessoas.

POLÍTICA INTERNA

A Índia é uma república formada por 28 estados e nove territórios da União, com sistema de governo parlamentarista bicameral. A câmara baixa do parlamento indiano, *Lok Sabha* (Casa do Povo), conta com até 552 membros com mandato de cinco anos. A câmara alta, *Rajya Sabha* (Conselho dos Estados), conta com até 250 membros com mandato de seis anos, sendo doze indicados pelo presidente e o restante eleito pelas assembleias estaduais.

O presidente, eleito para um mandato de cinco anos por ambas as casas do parlamento e pelos legislativos estaduais, é o chefe de Estado. O presidente tem o poder de dissolver a *Lok Sabha* e deve sancionar as leis votadas no parlamento antes que entrem em vigor. Já o primeiro-ministro, escolhido pelo partido ou coalizão com maior representação parlamentar, é o chefe de governo e concentra a maior parte dos poderes executivos.

Os estados são liderados por governadores, nomeados pelo governo central. Na prática, porém, o poder executivo estadual é exercido por "ministros-chefes", que respondem às assembleias legislativas estaduais, em função análoga àquela exercida, em nível nacional, pelo primeiro-ministro.

O sistema judiciário conta com uma Suprema Corte com a prerrogativa de julgar a constitucionalidade das leis. É composta por um juiz principal (*Chief Justice*) e até 30 juízes, nomeados pelo presidente por indicação do juiz principal. Os tribunais superiores estaduais e os tribunais distritais são subordinados à Suprema Corte.

Os dois principais partidos políticos indianos são o *Bharatiya Janata Party* – BJP (Partido do Povo Indiano), identificado com a tradição hindu e atualmente no poder; e o *Indian National Congress* – INC (Partido do Congresso), herdeiro dos movimentos independentistas da primeira metade do

século XX e hegemônico durante décadas após a independência indiana. Os partidos políticos regionais, baseados nas mais variadas plataformas – como identidades linguísticas e de castas ou representações tribais – desempenham papel importante nos poderes executivos e legislativos estaduais. Muitos deles, em âmbito nacional, se aliam ao BJP ou ao Partido do Congresso na formação de coalizões.

As últimas eleições gerais, realizadas em 2019, consistiram no maior pleito eleitoral do mundo, com cerca de 900 milhões de eleitores cadastrados. O comparecimento, em torno de 67%, foi considerado elevado e ligeiramente superior ao de 2014. Com votação superior àquela obtida em 2014, o BJP ampliou significativamente sua maioria no parlamento, e Narendra Modi foi reconduzido ao cargo de primeiro-ministro. As próximas eleições gerais estão previstas para 2024.

As eleições para os legislativos estaduais não coincidem com as eleições gerais. Realizaram-se, em fevereiro e março de 2022, eleições nos estados de Uttar Pradesh (o mais populoso do país), Goa, Manipur, Uttarakhand e Punjab. O BJP saiu vitorioso nos quatro primeiros, enquanto o Partido do Congresso perdeu a disputa no Punjab para o *Aam Aadmi Party* – AAP (Partido do Homem Comum), que já governava Delhi.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa indiana atribui grande importância ao multilateralismo e orienta-se pela "autonomia estratégica", pelo que rejeita alinhamentos rígidos com outros países. Sua diplomacia busca três objetivos prioritários: (i) garantir um ambiente estável, de paz e de segurança em seu entorno imediato; (ii) manter relações cordiais e equilibradas com as grandes potências; e (iii) estabelecer parcerias mutuamente benéficas com os países em desenvolvimento.

A Índia também mantém relação estreita com os países da ASEAN – em sintonia com a política *Act East* –, bem como com os países do Oriente Médio, que a Índia classifica como parte de sua "vizinhança estendida". Muitos deles são importantes supridores de petróleo para a Índia e contam com expressivas diásporas indianas.

Índia-Paquistão

Desde a partição do subcontinente indiano em 1947, a Índia e o Paquistão já travaram três guerras (em 1965, 1971 e 1999), duas das quais se desenrolaram em torno da região contestada da Caxemira. Em fevereiro de

2019, as tensões escalaram em razão do atentado terrorista de maior proporção naquela região desde 1989, com saldo de mais de 40 policiais indianos mortos, que motivou respostas militares, inclusive bombardeios na fronteira de fato entre os países.

Em fevereiro de 2021, comandantes militares da Índia e do Paquistão acordaram reafirmar o cessar-fogo na Linha de Controle, cujos princípios foram delineados em 1972. O movimento foi considerado um dos mais relevantes desde 2003, quando se iniciou um período de distensão.

Índia-China

A China é um dos principais parceiros comerciais da Índia (em anos recentes, alternou-se com os Estados Unidos na primeira posição), e tradicionalmente aufere elevados superávits no comércio bilateral. A China é também importante fonte de investimentos na Índia, além interlocutor em foros plurilaterais e regionais (BRICS, BASIC e Organização para a Cooperação de Xangai). Permanecem, porém, disputas fronteiriças não resolvidas, que já motivaram uma guerra entre os dois países, em 1962.

Índia-EUA

A Índia foi classificada como parceiro de defesa principal (*major defense partner*) dos EUA em 2016. A Índia e os Estados Unidos integram o Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), com Austrália e Japão.

Índia-Rússia

Índia e Rússia mantêm mecanismo regular de reuniões em alto nível. Em sua vigésima edição (Vladivostok, setembro de 2019), a relação bilateral foi caracterizada como "parceria estratégica especialmente privilegiada". Em setembro de 2022, a Rússia passou a ser o segundo maior fornecedor de petróleo bruto da Índia. As compras de petróleo russo passaram de menos 300 mil barris/dia em abril para mais de 800 mil barris/dia em setembro.

Conflito na Ucrânia

Sobre o conflito na Ucrânia, a Índia tem defendido o caminho da diplomacia e do diálogo, além de fazer referência ao direito internacional, à Carta das Nações Unidas, à soberania e à integridade territorial dos estados. As intervenções indianas têm mencionado também a situação humanitária, a ajuda indiana em medicamentos e equipamentos médicos, bem como solicitado o cessar-fogo imediato e o acesso humanitário às zonas de conflito.

Grupos regionais e plurilaterais

A Índia é membro de organizações regionais como a Associação para a Cooperação Regional do Sul da Ásia (SAARC, na sigla em inglês) e a Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Multissetorial Técnica e Econômica (BIMSTEC, na sigla em inglês). A SAARC prevê o estabelecimento gradual de uma zona de livre trânsito e de livre comércio.

Em 2023, o G20 é presidido pela Índia, que tenciona dar ênfase ao desenvolvimento sustentável, responsável e inclusivo, com o objetivo de fazer frente aos desafios de lidar com uma ordem global em mudança, com os riscos climáticos e com a recuperação econômica pós-pandemia. O Brasil sucederá a Índia na presidência do G20, em 2024.

A Índia presidiu o BRICS em 2021. Assim como na presidência brasileira em 2019, observou-se boa sintonia de posições entre o Brasil e a Índia no agrupamento.

A Índia atribui também grande importância ao IBAS, agrupamento estabelecido em 2003 por Brasil, Índia e África do Sul. A presidência indiana promoveu, em 2021, encontros nas áreas de cooperação para o desenvolvimento, mulheres, turismo, medicina tradicional, padronização e segurança. A 10ª Reunião Ministerial Trilateral foi realizada em 21/09/2022, à margem da abertura da 77ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. No corrente ano, o Brasil receberá, da Índia, a presidência rotativa do IBAS.

ECONOMIA

Segundo o FMI, a Índia já superou o Reino Unido em PIB nominal, tendo alcançado a posição de quinta economia do mundo. O país deve se tornar a terceira economia do mundo até 2030.

Relatório do Ministério das Finanças da Índia (2022-23) é marcado pelo otimismo governamental em relação ao futuro do país. O governo pretende tornar a Índia uma "nação desenvolvida" até 2047, ano da celebração dos 100 anos de independência. Há, ainda, planos de aumentar o setor manufatureiro para 25% do PIB (atualmente está em 17%). Além do aumento do PIB, projeta-se a queda do desemprego, o crescimento da demanda interna e a diminuição da inflação.

Os bons resultados da gestão econômica do governo do primeiro-ministro Narendra Modi estão relacionados aos fundamentos macroeconômicos, em especial: (i) redução da taxa de inflação; (ii) política cambial estável, com reservas internacionais elevadas; e (iii) política fiscal voltada para o controle de gastos e a redução do déficit. A atual política econômica indiana confere,

ademais, especial atenção à agenda de modernização da economia e de reformas estruturais, a exemplo da *Goods and Services Tax* (GST), de 2016, maior reforma tributária realizada desde a independência.

A agricultura emprega 42%[1] da população economicamente ativa do país. Em setembro de 2020, foram aprovadas reformas legislativas que flexibilizam a política de preços mínimos no setor agrícola e liberalizam o comércio e a política de estoques agrícolas, mas as medidas enfrentaram forte oposição em diversos estados indianos e tiveram sua aplicação suspensa pela Suprema Corte. Em 19/11/2021, o primeiro-ministro Modi anunciou a decisão de revogar aquelas leis.

Elaborado a partir de programas governamentais já existentes, esse pacote de estímulos foi denominado "Índia autossuficiente" (*Atmanirbhar Bharat Abhiyaan*) e tem orientado as diferentes medidas do governo central indiano para a retomada econômica, como medidas monetárias e fiscais voltadas a apoiar empresa indianas, além de ampla gama de propostas voltadas à reforma de setores da economia e à redução da participação do Estado na economia. A campanha "Índia autossuficiente", assim como o programa *Make in India*, busca reduzir a dependência de importações (principalmente da China) e promover a Índia como centro global industrial e de serviços.

Por outro lado, os impactos econômicos do conflito na Ucrânia também têm sido objeto de preocupação na Índia. Os mais imediatos dizem respeito ao aumento dos preços do petróleo, a alteração no mercado mundial de alimentos e o consequente aumento da inflação, que tem estado acima do teto de 6% definido pelo Banco Central indiano (em 2021, a inflação anual foi de 5,6%). A fim de conter os preços internos e evitar escassez doméstica, o governo impôs restrição às exportações de trigo, parcialmente levantada na sequência. Foram também limitadas as exportações de arroz.

Com relação ao comércio exterior indiano, o país vem batendo recordes comerciais em diversas áreas. As exportações de bens ultrapassaram a marca de USD 400 bilhões no último ano fiscal (2021-22). No entanto, apesar de todo esse dinamismo econômico, ocorreu incremento da concentração de renda na Índia no período de 1985-2019. De acordo com relatório da Oxfam, atualmente 21 bilionários indianos têm a mesma riqueza que 700 milhões de concidadãos. Por outro lado, relatório do Ministério das Finanças apresenta dado do PNUD de que 415 milhões de pessoas teriam saído da pobreza entre 2005 e 2019.

[1] Os setores de serviços e indústria empregam, respectivamente, 32% e 25% da mão de obra indiana.

Setor energético

A Índia é a terceira maior consumidora mundial de energia, além de um dos grandes motores do aumento da demanda por petróleo, ao importar mais de 80% de suas necessidades de consumo. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), em função de sua expansão econômica, populacional, de urbanização e industrialização, a Índia apresenta atualmente a maior tendência de crescimento da demanda por energia no mundo em todos os cenários até 2040.

A matriz energética primária da Índia, com base na oferta energética, é a seguinte: 51% carvão; 24% petróleo e derivados; 14% biomassa; 7% gás natural; 1,5% hidrelétricas; 1,3% solar, eólica e pequenas hidrelétricas. Já do ponto de vista da matriz elétrica, baseada em capacidade instalada, a matriz é: 53% carvão; 13,5% solar; 12% hidrelétricas; 10% eólica; 6% gás; 3% bioeletricidade; 2% nuclear; 1% pequenas hidrelétricas; e 0,13% outros.

O país é o quarto maior do mundo em capacidade instalada de energia renovável, o quinto em energia solar e quarto em energia eólica. Em outubro de 2021, a Índia ultrapassou a marca de 150 GW de capacidade instalada de energia renovável, aproximando-se da meta anunciada pelo PM Modi de instalação de 175 GW até 2022 – dos quais 100 GW de energia solar, 60 GW de energia eólica, 10 GW de bioenergia e 5 GW de pequenas hidrelétricas.

Há forte incentivo governamental à maior adoção dos biocombustíveis na matriz de transportes, de que é exemplo a recomendação, de dezembro passado, para produção de motores *flex fuel* pela indústria automobilística. A AIE estima que a Índia ultrapasse a China como o terceiro maior produtor de etanol em 2023, o que poderá contribuir para o alcance da meta de mistura na gasolina de 20% (E20) até abril/2023. Em junho de 2022, o primeiro-ministro Modi anunciou que foi alcançada a meta de 10% (E10), o que teria reduzido a emissão de 2,7 milhões de toneladas de carbono e evitado o gasto de USD 5,3 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

3000 a.C	Ascensão da civilização do Vale do Indo.
2000 a.C	Período Védico.
Séc. IV a.C	Ascensão do Império Máuria.
Séc. III d.C	Apogeu do Império Gupta.
1498	Chegada de Vasco da Gama à Índia.
Século XVI	Império Mogol, sob o qual floresceu o islamismo na Ásia Meridional.
Século XVIII	Declínio do Império Mogol e intensificação da presença da Companhia Britânica da Índia Oriental.
1857	"Grande Motim", rebelião indiana contra o domínio britânico.
1858	Início do governo direto da Índia pela Coroa Britânica (*British Raj*).
1885	Fundação do Congresso Nacional Indiano.
1947	Independência da Índia. Governo de Jawaharlal Nehru (INC, até 1964). Secessão do Paquistão e Primeira Guerra da Caxemira.
1948	Assassinato de Mahatma Gandhi.
1950	Entrada em vigor da Constituição indiana.
1962	Guerra contra a China por território fronteiriço.
1965	Guerra contra o Paquistão na região da Caxemira.
1966	Governo de Indira Gandhi (INC, 1966-77).
1971	Apoio indiano à guerra de independência de Bangladesh (então Paquistão Oriental); guerra contra o Paquistão.
1974	Primeiro teste nuclear indiano (Pokhran I).
1980	Novo governo de Indira Gandhi (1980-84).
1984	Assassinato de Indira Gandhi. Governo de Rajiv Gandhi (INC, até 1989)
1991	Assassinato de Rajiv Gandhi. Governo de Narasimha Rao (INC, até 1996).
1998	Governo de Athal Bihari Vajpayee (BJP, até 2004). Segundo teste nuclear da Índia (Pokhran II) e do Paquistão, condenados pelo CSNU.
1999	Assinatura da Declaração de Paz de Lahore e subsequente Guerra de Kargil contra o Paquistão.
2000	Índia atinge a marca de 1 bilhão de habitantes.
2004	Governo de Manmohan Singh (INC, até 2014).
2008	Acordo de cooperação nuclear com EUA e França.
2010	Acordo de cooperação nuclear com Rússia, Argentina e Canadá; apoio dos EUA à Índia como membro permanente no CSNU.
2014	Governo de Narendra Modi (BJP, até a atualidade).
2015	Índia lança seu primeiro laboratório espacial Astrosat. Índia lidera lançamento da Aliança Solar Internacional. Índia celebra acordo de cooperação nuclear com o Reino Unido.
2016	Índia adere ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis-MTCR. Acordo de cooperação nuclear com Japão.
2017	Reativação do Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), composto por Índia, EUA, Japão e Austrália.
2018	Índia incluída no Grupo de Wasenaar, para controle de exportações de armas

	convencionais e produtos e tecnologias de uso dual, bem como no Grupo da Austrália, foro informal que busca evitar que exportações contribuam para o desenvolvimento de armas químicas e biológicas. Índia adquire sistema russo de defesa antiaérea S-400 Triumf.
2019	Recondução de Narendra Modi ao cargo de primeiro-ministro. Índia realiza primeiro teste com armamento antissatélite-ASAT e lança segunda missão lunar, Chandryaan-2 (não exitosa, pois perdeu contato no momento do pouso na lua). Tensões na fronteira com o Paquistão escalam em razão do atentado terrorista de maior proporção naquela região desde 1989, com saldo de mais de 40 policiais indianos mortos.
2020	Imposição de *lockdown* para contenção da pandemia de COVID-19 (25/3-31/5). Queda de 7,3% do PIB (ano fiscal 2020/21), primeira recessão desde 1980. Adoção de pacote de estímulos econômicos com vistas à recuperação pós-pandemia ("Índia autossuficiente"). Elevação de tensões na fronteira com a China (maio e setembro), com vinte soldados indianos mortos.
2021	Início do oitavo mandato da Índia como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2021-22). Pico de infecções pelo coronavírus ("segunda onda" da pandemia, com prevalência da variante "delta"), entre abril e junho. Início da desmobilização de tropas na fronteira com a China (fevereiro), mas rodadas de negociação com a China sobre a questão fronteiriça terminam em impasse. Início das comemorações dos 75 anos de independência da Índia (a ser celebrado em agosto de 2022). Cancelamento de reforma de leis agrícolas apresentadas pelo governo em 2020, após intensos protestos de agricultores.
2022	Eleições estaduais em Uttar Pradesh, Goa, Manipur, Uttarakhand e Punjab (fevereiro e março). Visita a Nova Delhi do MNE da China, Wang Yi, primeira visita recíproca desde o início de tensões na fronteira, em maio de 2020 (25/3). 75º aniversário da independência da Índia (15/8). Índia torna-se a quinta maior economia mundial em termos nominais, tendo superado o Reino Unido. Índia assumiu presidência do G20 (dezembro)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1948	Estabelecimento recíproco de missões diplomáticas.
1954	Visita ao Brasil do vice-presidente S. Radhakrishnan.
1968	Visita da primeira-ministra Indira Gandhi ao Brasil.
1992	Visita do primeiro-ministro Narasimha Rao ao Brasil (Rio-92).
1996	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Índia.
1998	Visita oficial do presidente K.R. Narayanan ao Brasil.
2002	Criação da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural – Comissão Mista, em nível de ministros das Relações Exteriores.

2003	I Reunião da Comissão Mista (Nova Delhi). Criação do IBAS (Foro de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul).
2004	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. Criação do G-4/ONU (Brasil, Alemanha, Índia e Japão).
2006	Estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-Índia. Visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil. II Reunião da Comissão Mista (Brasília). I Cúpula do IBAS (Brasília).
2007	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Índia. III Reunião da Comissão Mista (Nova Delhi). I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi). II Cúpula do IBAS (Pretória). Criação do BASIC (coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China sobre mudança do clima – reuniões de ministros).
2008	Visita da presidente Pratibha Patil ao Brasil Criação do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia. III Cúpula do IBAS (Nova Delhi).
2009	IV Reunião da Comissão Mista (Brasília). Abertura da adidância militar do Brasil em Nova Delhi. I Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia (Nova Delhi). I Cúpula do BRIC (Ecaterimburgo). Entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a Índia (intercâmbio comercial foi de US$ 5 bilhões).
2010	Visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil. II Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Brasília). II Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia (São Paulo). IV Cúpula do IBAS (Brasília). II Cúpula do BRIC (Brasília). Visita do comandante da Força Aérea indiana P.V. Naik ao Brasil. Visita do ministro da Defesa Nelson Jobim e do comandante da Marinha do Brasil Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto à Índia. I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Nova Delhi – nível de secretários dos Ministérios da Defesa).
2011	V Reunião da Comissão Mista (Nova Delhi). III Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi). I Reunião do Diálogo Econômico e Financeiro (Rio de Janeiro). III Cúpula do BRICS e ingresso da África do Sul (Sanya). V Cúpula do IBAS (Pretória).
2012	Visita da presidente Dilma Rousseff à Índia. Visita do ministro da Defesa Celso Amorim à Índia. IV Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi). III Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia (Nova Delhi). I Reunião da Comissão Mista sobre Cooperação Científica e Tecnológica (Nova Delhi). Visita do primeiro-ministro Manmohan Singh ao Brasil (Rio+20). IV Cúpula do BRICS (Nova Delhi).
2013	VI Reunião da Comissão Mista (Brasília). II Reunião do Diálogo Econômico e Financeiro (Nova Delhi). V Cúpula do BRICS (Durban).
2014	Visita do primeiro-ministro Narendra Modi ao Brasil (primeira viagem do chefe de

	governo da Índia ao exterior). VI Cúpula do BRICS (Fortaleza).
2015	VII Reunião da Comissão Mista (Nova Delhi). V Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia (Nova Delhi). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Índia (Brasília). I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Mobilidade (Brasília). Visita da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Kátia Abreu à Índia. VII Cúpula do BRICS (Ufá, Rússia).
2016	Visitas do presidente Michel Temer, do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Blairo Maggi e do ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Marcos Pereira à Índia. IV Reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Brasil-Índia (Brasília). VIII Cúpula do BRICS (Goa).
2017	Visita do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) general Etchegoyen à Índia. V Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia (Nova Delhi). IX Cúpula do BRICS (Xiamen).
2018	II Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica (Brasília) X Cúpula do BRICS (Joanesburgo).
2019	VI Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (Brasília). Visita do primeiro-ministro Narendra Modi ao Brasil no âmbito da XI Cúpula do BRICS (Brasília) e encontro com o Sr. PR. Encontro entre o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, e o assessor de Segurança Nacional da Índia, (NSA, na sigla em inglês), Ajit Doval, à margem da Reunião de Assessores de Segurança Nacional do BRICS (Brasília).
2020	Visita de Estado do presidente Jair Bolsonaro à Índia. Homenagem ao Brasil por ocasião do Dia da República (25/1). Assinatura de 15 instrumentos bilaterais e adoção do Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-Índia. XII Cúpula do BRICS (novembro, por videoconferência). Videoconferência entre o MRE Ernesto Araújo e o MNE Subrahmanyam Jaishankar sobre temas geopolíticos e estratégicos (novembro).
2021	Importação de 4 milhões de doses da vacina produzida pelo Instituto Serum da Índia, sob licença da Oxford/AstraZeneca (janeiro e fevereiro). Participação dos senhores PR e MRE, e de outras altas autoridades brasileiras, na celebração do Dia da República da Índia, organizada pela Embaixada da Índia em Brasília (26/1). Lançamento do satélite Amazônia-1, por veículo indiano, a partir da base de Sriharikota, na Índia (28/2). Visita à Índia do ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes (23/2-2/3) XIII Cúpula do BRICS (setembro, por videoconferência). Reunião de consultas sobre temas do Conselho de Segurança (Brasília, 13/2)
2022	Telefonema bilateral entre os ministros das Relações Exteriores (14/1). Visita à Índia do secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) (14-18/3). Visita à Índia do ministro de Minas e Energia (19-22/4). Visita à Índia de missão do TCU (8-10/5). Visita ao Brasil do ministro da Pesca, Pecuária e Lácteos (15-21/5).

	Visita ao Brasil de delegação da organização de pesquisa espacial indiana e reunião com a AEB (20/5). Instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Índia no Senado Federal (1/6). Visita de delegação do *National Defence College* da Índia (5-11/6). Visita ao Brasil do chanceler S. Jaishankar e realização da 8ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia (23 e 24/8). Visita ao Brasil do vice-ministro de Petróleo e Gás Natural e assinatura de contrato entre a Petrobras e a *Indian Oil Corporation* (23/9). Visita ao Brasil do Ministro de Estado para Relações Exteriores e Assuntos Parlamentares da Índia (6-8/11)
2023	Telefonema entre os ministros das Relações Exteriores (5/1)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Comércio entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Índia.	03/02/1968	20/10/1969	05/10/1968
Acordo de Cooperação Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federativa da Índia.	23/09/1968	26/06/1970	16/07/1970
Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	26/04/1988	11/03/1992	28/04/1992
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	22/02/1992	22/02/1992	20/03/1992
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica no Setor Ferroviário	15/09/1993	15/09/1993	29/09/1993
Agenda Comum para o Meio Ambiente	27/01/1996	27/01/1996	N/A
Ajuste Complementar ao Acordo de Comércio entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Índia sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	02/07/1997	03/08/1997	21/07/1997
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	05/05/1998	05/05/1998	08/05/1998

Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia na Área de Saúde e Medicina	05/05/1998	05/05/1998	08/05/1998
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural	22/08/2002	22/08/2002	10/09/2002
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	01/12/2003	27/12/2006	11/05/2007
Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	25/01/2004	20/10/2011	17/07/2014
Acordo de Cooperação na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	25/01/2004	Em ratificação pela Índia	---
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	25/01/2004	17/11/2004	26/11/2004
Programa de Intercâmbio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia de Cooperação no Campo da Educação	01/02/2006	01/02/2006	15/03/2006
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	02/02/2006	16/05/2012	14/11/2014
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica	12/09/2006	21/07/2011	05/02/2013
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para Cooperação na Área de Assentamentos Humanos	12/09/2006	12/10/2006	25/09/2006
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia com Vistas à Implementação das "Semanas de Cultura Brasileira na Índia" e das "Semanas de Cultura Indiana no Brasil"	12/09/2006	12/09/2006	25/09/2006

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Assistência Mútua em Matéria Aduaneira	04/05/2007	30/11/2013	18/11/2014
Acordo de Coprodução Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	04/06/2007	03/11/2010	03/11/2011
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação Mútua entre as Academias Diplomáticas	12/09/2007	12/09/2007	03/10/2007
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Luta Contra a Fome e a Pobreza	18/02/2008	18/02/2008	22/02/2008
Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	16/04/2008	20/08/2015	24/05/2017
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Índia para a Cooperação em Agricultura e Setores Afins	16/04/2008	16/04/2008	05/05/2008
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia na Área de Defesa Civil e Assistência Humanitária	16/04/2008	16/04/2008	05/05/2008
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Índia	08/03/2011	Em ratificação pela Índia	---
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	30/03/2012	30/03/2012	28/05/2012
Declaração de Intenções para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Promoção dos Direitos da Mulher e da Criança	30/03/2012	30/03/2012	N/A
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia	30/03/2012	30/03/2012	28/05/2012
Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de impostos sobre a Renda, Celebrada em Nova Délhi, em 26 de abril de 1988.	15/10/2013	06/08/2017	05/12/2017
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	15/10/2013	24/02/2019	09/07/2019

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Estabelecendo Cooperação na Ampliação de uma Estação Terrestre Brasileira para o Recebimento e Processamento de Dados de Satélites de Sensoriamento Remoto Indianos (SRI)	16/07/2014	Em ratificação pela Índia	---
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente	16/07/2014	16/07/2014	19/08/2014
Programa de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para o Período 2020-2024, no âmbito do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia (1968)	25/01/2020	25/01/2020	09/03/2020
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Cooperação em Bioenergia	25/01/2020	25/01/2020	19/08/2020
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	25/01/2020	Em ratificação no Brasil	---
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	25/01/2020	Em ratificação no Brasil	---
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia	25/01/2020	Em ratificação no Brasil	---
Protocolo alterando a Convenção Destinada a Evitar A Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrada em Nova Delhi, em 26 de abril de 1988 (modificada pelo Protocolo Assinado em outubro de 2013)	24/08/2022	Em ratificação no Brasil	----

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BUTÃO







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Fevereiro de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE O BUTÃO	
NOME OFICIAL:	Reino do Butão
GENTÍLICO:	Butanês
CAPITAL:	Thimphu
ÁREA:	38 394 km²
POPULAÇÃO (2022):	786 mil
LÍNGUA OFICIAL:	Butanês (*dzhongka* – origem sino-tibetana e escrita tibetana)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (75,3%); hinduísmo (22,1%); outras (2,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO:	parlamento bicameral composto pelo Conselho Nacional e pela Assembleia Nacional
CHEFE DE ESTADO:	Jigme Khesar Namgyel Wangchuck (desde 9 de dezembro de 2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Lotay Tshering (desde 7 de novembro de 2018)
CHANCELER	Tandi Dorji (desde 7 de novembro de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2022):	US$ 2,71 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2022):	US$ 9,94 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2022)	US$ 3.560
PIB PPP *PER CAPITA* (2022):	US$ 13.080
VARIAÇÃO DO PIB:	4,3% (est. 2023); 4% (2022) - 3,3% (2021); -2,3% (2020); 4,4% (2019); 3,8% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH (2021):	0,666 (127ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020):	72 anos
ALFABETIZAÇÃO (2021):	71%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	4,8%
UNIDADE MONETÁRIA:	ngultrum
EMBAIXADOR EM THIMPHU:	André Aranha Corrêa do Lago (residente em Nova Delhi)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Doma Tshering (Embaixadora junto à ONU, em Nova York)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Não há registro de brasileiros residentes

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-BUTÃO						
(em US$ mil - FOB)						(em US$ milhões)
Ano	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Intercâmbio	343	200	255	384	599	2,3 (+283%)
Exportações	94	0	19	0,4	201	1,8 (+800%)
Importações	249	200	236	383	398	0,5 (+25%)
Saldo	-155	-200	-217	-383	-198	1,3

APRESENTAÇÃO

O Butão é um pequeno país, localizado entre a China, ao norte, e a Índia, ao sul. Consolidou-se como estado independente em 1616, sob a liderança do lama (autoridade religiosa no budismo tibetano) Ngawanag Namgyal. Após conflito com o Império Britânico, foi assinado o Tratado de Sinchula (1865), em que o país perde cerca de 20% de seu território, parte do qual em troca de estipêndio anual, o que caracteriza período de ascendência colonial britânica.

A data nacional do país, 17/12, comemora o estabelecimento da monarquia, em 1907. Em 1910, outro tratado com o *Raj* garante ao Butão condição independente em questões internas, mas estipula que o país deverá ser "guiado" pelo governo britânico, que, por sua vez, serviria como "árbitro" de eventuais disputas com os principados vizinhos, sob domínio imperial. Em 1949, o Butão assinou tratado de amizade com a Índia, mediante o qual se estabeleceu a independência do país, ainda que sob a orientação indiana em política externa. Paulatinamente, o país afirmou sua autonomia em relação a Nova Delhi e, em 2007, os vizinhos firmaram novo tratado de amizade, que põe fim ao sistema de proteção estabelecido inicialmente com os britânicos e que teve a Índia como sucessora.

Historicamente, o Butão utilizou sua posição geográfica remota para limitar influências externas e mantém, há mais de um século, uma política de isolamento com o objetivo de preservar sua herança cultural. Desde os anos 50 do século passado, iniciou processo de gradual modernização, com o estabelecimento, em 1953, de assembleia nacional, a chamada Tshogdu. Em 1965, foi criado o Conselho de Ministros e, em 1998, o monarca abriu mão de suas funções de chefe de governo.

Em 2008, o país tornou-se uma monarquia constitucional em sentido pleno, com partidos organizados, parlamentares das duas casas eleitos por voto direto. A Constituição de 2008 classifica o budismo como "herança cultural" do país. A identidade nacional butanesa é fortemente ligada à religião budista – de linha tibetana – e à figura do monarca, que tem *status* sagrado e detém tanto o poder temporal (chefe de Estado) como o espiritual.

A língua oficial é o butanês, de matriz sino-tibetana, embora minorias étnicas falem outras línguas, como o nepalês. O inglês foi adotado como língua franca da elite butanesa, sendo empregado nas escolas e universidades.

PERFIS BIOGRÁFICOS

JIGME KHESAR NAMGYEL WANGCHUCK

Rei



Nasceu em 21/02/1980, em Thimphu. Estudou na Cushing Academy e no Wheaton College, em Massachusetts (EUA) e, em 2000, graduou-se em Relações Internacionais e Serviço Exterior na Universidade de Oxford, na Inglaterra. É Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de New Brunswick, no Canadá, pela Universidade de Rangsit, na Tailândia, pela Universidade de Calcutá, na Índia, e pela Universidade Keio, no Japão. Assumiu o trono em 14 de dezembro de 2006, quando seu pai abdicou em seu favor, convertendo-o no quinto rei da dinastia Wangchuk, detentora do trono desde 1907. Em 1° de novembro de 2008, foi coroado rei do Butão.

LOTAY TSHERING

Primeiro-ministro



Nasceu em 10/05/1969, na aldeia de Dalukha. Graduou-se em Medicina pela Universidade de Daca, no Bangladesh, e especializou-se em Urologia nos Estados Unidos. Trabalhou no principal hospital da capital, Thimphu, até 2013, quando se

candidatou, sem sucesso, a uma cadeira na Assembleia Nacional. Nas eleições seguintes, em 2018, foi eleito membro da Assembleia Nacional pelo Partido Unido do Butão (DNT), que conquistou maioria no Parlamento. Em 07/11/2018, tomou posse como primeiro-ministro.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas do Brasil com o Butão foram estabelecidas em 2009, tendo sido o Brasil o primeiro país da América Latina a fazê-lo. Pleitos brasileiros em foros multilaterais têm contado com apoio butanês, mas a distância geográfica e o pouco conhecimento mútuo limitam o desenvolvimento das relações bilaterais.

Em novembro de 2009, o então primeiro-ministro do Butão, Jigme Thinley, visitou o Brasil por ocasião da 5ª Conferência Internacional do Índice da Felicidade, realizada em Foz do Iguaçu. O evento foi organizado pelo *Centre of Bhutan Studies*, entidade vinculada ao governo butanês que promove eventos internacionais para divulgar o conceito de "Felicidade Nacional Bruta". Thinley voltou a visitar o Brasil por ocasião da Conferência Rio+20, em 2012.

O ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), visitou o Butão em 2017 para promover intercâmbio entre os judiciários, com ênfase em direito ambiental e na formação jurídica.

Em 2018, delegação butanesa visitou o Brasil a fim de participar do Fórum Mundial da Água. Na ocasião, os representantes do Butão realizaram visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itaipu, com apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Ainda em 2018, a embaixadora não residente do Butão, Doma Tshering (representante permanente em Nova York) visitou Brasília, quando apresentou cartas credenciais ao então presidente Michel Temer e manteve outros encontros.

Em 2022, o governo butanês apoiou a candidatura do Professor Leonardo Caldeira Brant a uma vaga na de juiz Corte Internacional de Justiça, decorrente do falecimento do Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade.

Cooperação técnica

Em maio de 2022, o Butão solicitou ao Brasil cooperação técnica em formação profissional. O país busca suprir déficit de mão de obra local qualificada em setores básicos da economia, que se agravou com os efeitos negativos da pandemia da

COVID-19, bem como fortalecer a educação profissionalizante, voltada sobretudo aos jovens, em setores como infraestrutura, agricultura, serviços e turismo.

Com apoio da ABC, cinco técnicos e especialistas do Ministério do Trabalho e Recursos Humanos do Butão vieram ao Brasil (Rio de Janeiro, Goiânia e Brasília) em setembro de 2022, quando participaram de reuniões e visitas técnicas ao SENAI e outras instituições.

Os dois países negociam acordo básico de cooperação técnica, que poderia viabilizar ações mais estruturantes de cooperação – ainda que atividades pontuais como a realizada em setembro possam ocorrer mesmo sem acordo vigente.

Comércio bilateral

Apesar de ainda bastante incipiente, o comércio entre o Brasil e o Butão registrou recorde em 2022, com crescimento expressivo na comparação com 2021 (+283%). Da corrente de US$ 2,3 milhões, as exportações brasileiras perfizeram US$ 1,8 milhões e as importações provenientes do Butão, apenas US$ 500 mil. Dessa forma, o Brasil foi superavitário, com saldo de US$ 1,3 milhões, tendo revertido os saldos negativos na balança comercial recente com o Butão.

Manteve-se, porém, a concentração do comércio bilateral em dois tipos de produtos: praticamente a totalidade das exportações brasileiras são de carnes e as importações originárias do Butão correspondem a aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos.

POLÍTICA INTERNA

O Butão é uma jovem democracia que, na atualidade, passa por processo de abertura e modernização. O budismo, religião majoritária no país, desempenha papel relevante na definição da política e do comportamento do povo butanês.

O país é uma monarquia constitucional, cuja primeira constituição foi adotada em 2008. Os ministros de estado são nomeados pelo rei entre os membros da Assembleia Nacional (câmara baixa), por indicação do primeiro-ministro.

O Poder Legislativo é bicameral, constituído pelo Conselho Nacional, composto por 25 membros (vinte eleitos diretamente e cinco indicados pelo rei), e pela Assembleia Nacional (47 membros eleitos diretamente por voto proporcional). Os mandatos em ambas as casas são de cinco anos. Os membros do Conselho Nacional não podem ter filiação partidária, enquanto que na Assembleia Nacional é obrigatório pertencer a algum partido político.

Foram realizadas eleições legislativas em 2008, 2013 e 2018, registrando-se nos dois últimos pleitos vitórias de partidos de oposição. O Poder Judiciário é composto por Corte Suprema (com jurisdição somente sobre temas constitucionais), Alta Corte, cortes distritais e cortes subdistritais.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Butão é, em grande parte, determinada por sua posição geográfica, uma vez que o país encontra-se entre a China e a Índia. Conforme seus princípios nacionais, o Butão procura promover a paz por meio do diálogo com a comunidade internacional, almejando, também, a preservação de sua soberania, integridade territorial e patrimônio cultural e religioso.

O Butão mantém relações diplomáticas com 54 países e a União Europeia (nas Américas, somente com Brasil, Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica e Cuba). Não há relacionamento diplomático formal com a China. O país mantém seis embaixadas no exterior (Austrália, Bangladesh, Bélgica, Kuwait, Índia e Tailândia), além das missões junto às Nações Unidas em Nova York e em Genebra, ademais de três consulados nos Estados Unidos e na Índia. Apenas Bangladesh, Índia e Kuwait mantêm embaixadas residentes em Thimphu.

Embora mantenha relações diplomáticas com poucos países, o Butão é membro de organizações regionais como a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), juntamente com Afeganistão, Bangladesh, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka, e da Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Multissetorial Técnica e Econômica (BIMSTEC).

A Índia é o principal parceiro político e o mais importante mercado para os produtos butaneses, além de responder por parcela significativa do déficit comercial daquele país. É por meio de seu vizinho meridional que o Butão mantém canais de intercâmbio com outros países, uma vez que suas fronteiras com a China são pouco porosas. Cabe destacar a participação destacada da Índia em projetos de infraestrutura, como a construção de usinas hidrelétricas e de estradas.

O Butão foi um dos países em desenvolvimento não membros do G20 a participar da conferência “Voice of the Global South”, em janeiro de 2022, iniciativa da presidência indiana do G20.

As relações com a China são consideradas conflitivas devido a disputas fronteiriças, destacadamente as do platô de Doklam, próximo à tríplice fronteira China-Butão-Índia. Em junho de 2017, um impasse na região envolveu os três países

e causou mobilização militar de Índia e China. A questão teve início com a tentativa chinesa de construir uma rodovia em área que Índia e Butão consideram território butanês. O governo indiano enviou tropas à região, suscitando ameaças de intervenção militar da China. Depois de 73 dias, os dois países acertaram uma trégua sobre a questão, que ainda não foi solucionada de maneira definitiva. As negociações com vistas a solução abrangente para a delimitação das fronteiras entre Butão e China, iniciadas em 1984, ainda permanecem sem conclusão e com poucos sinais de avanço.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Butão tem sua economia essencialmente baseada na agricultura, extração florestal e na venda de energia hidrelétrica para a Índia. Embora esteja decrescendo, a população rural perfaz 57% do total, sendo que a agricultura responde por cerca de 19% do PIB (2020). A moeda nacional, o *ngultrum*, está atrelada à rupia indiana, de modo que alterações na economia indiana afetam diretamente a economia butanesa.

Graças a suas condições geográficas, o Butão conta com potencial hidrelétrico notável, estimado em 30 GW, dos quais 23,76 GW são considerados economicamente viáveis no curto prazo, segundo dados da *International Hydropower Association*. A maior parte da hidroeletricidade gerada no Butão é exportada para a Índia, o que corresponde a mais de 40% das exportações do país e a 14% de seu PIB. Com a expansão da capacidade de geração de energia em curso e o recente entendimento para exportação de hidroeletricidade butanesa também para o Bangladesh, o país deverá emergir proximamente como importante fonte de energia limpa na Ásia Meridional.

O comércio internacional do Butão, embora modesto em números absolutos, tem peso importante em sua economia, correspondendo a quase 67% do PIB em 2020. O país depende da importação de diversos tipos de bens, incluindo industrializados e *commodities* agrícolas e minerais. Seus principais destinos de exportações foram, em 2021, a Índia (96%), a Itália (1,7%) e a Coreia do Sul (0,5%). As maiores origens de seus importados foram a Índia (79%), a China (9%) e a Tailândia (6%).

O setor de turismo tem ganhado destaque no Butão. Em setembro de 2022, após mais de dois anos e meio de fronteiras fechadas a viajantes estrangeiros, em função da pandemia de COVID-19, o país reabriu-se ao turismo internacional com uma estratégia renovada de alto valor e baixo volume. A nova estratégica butanesa

busca, essencialmente, promover um turismo ainda mais exclusivo para viajantes de alta renda, conter o turismo com impacto negativo e fortalecer a imagem do Butão como país onde há um “índice de felicidade” em contraponto à métrica tradicional econômica (crescimento do PIB e outros indicadores).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

500 a.C.	Povos nômades estabelecem-se nas planícies butanesas.
Séc. XI	O Butão é ocupado por forças militares mongóis.
1616	O monge Ngawang Namgyal assume a liderança política do Butão e estabelece um governo central.
1862	Soldados butaneses saqueiam Sikkim e Cooch Behar, então estados clientes do *Raj* britânico, ambos atualmente parte da Índia.
1864-1865	Guerra do Império Britânico contra o Butão, que resultou na perda de aproximadamente 20% do território butanês (Tratado de Sinchula).
1907	A monarquia é instituída. Ugyen Wangchuck torna-se o primeiro "rei dragão".
1952	Jigme Dorji Wangchuck assume o trono.
1953	A Assembleia Nacional é instituída.
1959	Milhares de refugiados tibetanos buscam asilo no Butão após a incorporação do Tibete à China.
1972	Jigme Singye Wangchuck assume o trono após a morte do pai.
1990	Ocorrem confrontos de natureza étnica e protestos por democracia e pelos direitos dos nepaleses no sul do país.
1998	O rei cede poderes à Assembleia Nacional. O regime continua absolutista, com parlamentares escolhidos pelo monarca.
1999	Televisão e Internet passam a ser permitidas no país.
2006	O rei Jigme Singye Wangchuck abdica. O príncipe-herdeiro Jigme Khesar Namgyel Wangchuck assume o trono.
2008	A monarquia constitucional é instituída, com a adoção de eleições diretas para a escolha dos parlamentares.
2013	Eleições resultam na vitória do Partido Democrático do Povo, de oposição, liderado por Tshering Tobgay, que se torna primeiro-ministro.
2018	Eleições resultam na vitória do Partido Unido do Butão, de oposição, liderado por Lotay Tshering, que se torna primeiro-ministro.
2022	Reabertura do país à entrada de viajantes estrangeiros, após fechamento de mais de dois anos durante a pandemia de COVID-19.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2009	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Butão.
2009	Visita ao Brasil do primeiro-ministro do Butão, Jigmi Thinley, por ocasião da 5ª "Conferência Internacional do Índice da Felicidade".
2012	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jigme Thinley, por ocasião da Conferência Rio+20.
2017	Visita ao Butão do ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para promover intercâmbio entre os judiciários, com ênfase em direito ambiental e na formação jurídica.
2018	Visita a Brasília de delegação butanesa, por ocasião do Fórum da Água.
2022	Missão técnica do Ministério do Trabalho e Recursos Humanos do Butão ao Brasil sobre formação profissional, com visitas SENAI e outras instituições.

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Eritreia.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA

EMBAIXADA DO BRASIL EM NOVA DELHI

Candidato: KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Kenneth Felix Haczynski da Nóbrega

Nascido em 1961 no Rio de Janeiro, formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1984, e foi aluno de graduação em música na Academia de Música Fryderyk Chopin de Varsóvia, entre 1987 e 1990. Em 1993, concluiu o Curso Preparatório no Instituto Rio Branco (Academia Diplomática Brasileira). Em 2013, apresentou sua tese "Negociações sobre Limitações e Exceções aos Direitos Autorais na Organização Mundial da Propriedade Intelectual - Ação Diplomática e Acesso ao Conhecimento", no 58º Curso de Estudos Avançados do Instituto Rio Branco, tendo sido aprovado com louvor.

Ao longo de sua carreira diplomática, ocupou diversos cargos no Ministério das Relações Exteriores, incluindo: Secretário de Oriente Médio, Europa e África(2019-4/2023); Diretor de Mecanismos Interregionais e sous-sherpa do BRICS e IBAS(2016-2018); Assessor do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2013-2015); Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual (2008-2013); Adjunto, Chefe Adjunto e Chefe da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (2002-2006); Assistente da Divisão Mar, Antártica e Espaço (1994-1995) e Assistente da Divisão da Organização dos Estados Americanos (1994). Suas atribuições diplomáticas no exterior foram a Embaixada do Brasil em Washington (2015-2016) como Ministro Conselheiro; a Embaixada do Brasil em Berlim (2006-2008) como Chefe da Seção Econômica; a Delegação Permanente junto à OMC e Organizações Econômicas em Genebra (1998-1999) como delegado brasileiro para negociações de serviços, e a Embaixada do Brasil em Lima (1995-1998) como Chefe do Setor Consular. Participou também de diversos grupos interinstitucionais, entre eles o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual da Câmara de Comércio Exterior, como Representante Adjunto (2008-2011) e Representante Permanente (2011-2013), e o Comitê de Combate à Pirataria Conselho Nacional, como Representante Adjunto (2008-2013).

Lecionou Técnicas de Negociação Internacional no Instituto Rio Branco (Academia Diplomática Brasileira)-2017-2022

Fala português, inglês, francês, espanhol, polonês e alemão.

Casado com Ana Lúcia Mikosz da Nóbrega.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ÍNDIA
(elaborado pelo Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, que deixa o posto)

I – Relações diplomáticas

1. As relações bilaterais tiveram início em 1948 e foram marcadas por afinidade de posições no plano multilateral (ONU, GATT/OMC). Essa identidade de visões foi seguida por uma fase intensa, nas últimas duas décadas, de coordenação plurilateral, em foros como G4, BRICS, IBAS, G20 e BASIC.
2. Nos últimos anos, tem-se fortalecido a relação bilateral propriamente dita, que já se projetava desde a parceria estratégica de 2006, reestruturada pelo Plano de Ação de 2020, que aflora agora com o aumento intenso do fluxo de comércio e de investimentos e da parceria em biocombustíveis, entre outros - mas que ainda deixa entrever espaço para ampliar a coordenação política.
3. Na visita presidencial de janeiro de 2020, foram assinados 15 instrumentos bilaterais. Também foi adotado o Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica, que teve por objetivo reativar diversos instrumentos e assegurar que fossem utilizados de modo a contribuir de maneira eficaz para as relações bilaterais.
4. Em 2022, foi retomada a Comissão Mista Brasil-Índia, que, em 24 de agosto, teve sua 8ª reunião em Brasília, co-presidida pelos dois Ministros das Relações Exteriores.
5. Os chanceleres Mauro Vieira e Subrahmanyam Jaishankar mantiveram conversa telefônica em 5/1/2023, bem como encontro bilateral em 1º de março, em Nova Delhi, à margem da Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros do G20.

II – Relação econômico-comercial

1. No biênio 2021-2022, as exportações do Brasil para a Índia somaram USD 11,1 bilhões de dólares, um aumento de 95% ante os USD 5,7 bilhões exportados pelo Brasil no período de 2019-2020. As importações brasileiras de produtos indianos cresceram significativamente, de USD 8,7 bilhões em 2019-2020 para USD 15,6 bilhões em 2021-2022, o que resultou em déficit para o Brasil, nos últimos quatro anos, entre USD 1,3 e 2,5 bilhões.
2. A corrente de comércio entre Brasil e Índia alcançou um recorde de US$ 15,2 bilhões em 2022, superando a meta de US$ 15 bilhões anunciada por ocasião da visita presidencial em janeiro de 2020. Em poucos anos, a Índia saiu da 10ª posição do ranking para o 5º lugar entre os maiores parceiros comerciais do Brasil, ultrapassando Japão e Itália.
3. Os principais produtos da pauta de exportação brasileira para a Índia, em 2022, foram óleos vegetais (37%), petróleo bruto (29%) e ouro (13%). As principais importações brasileiras da Índia, por sua vez, concentraram-se em combustíveis derivados de petróleo, sobretudo diesel (29%), compostos químicos, inclusive para fabricação de produtos farmacêuticos (13%) e insumos para inseticidas e similares (7,7%).
4. O período foi marcado pelo crescente interesse de investidores indianos em diversificar e expandir a aplicação de capital na economia brasileira. Estimativas não oficiais indicam que o estoque de investimentos indianos no Brasil é US$ 8 bilhões, sobretudo nos setores de infraestrutura, automóveis, químicos e tecnologia da informação.
5. As empresas brasileiras, por sua vez, apresentam participação menos significativa no volume de investimentos externos na Índia, apesar de haver interesse crescente de empresas nacionais pelo mercado indiano. As informações disponíveis indicam que o estoque de investimentos brasileiros na Índia estaria entre US$ 500 milhões e US$ 1

bilhão, e incluem os setores de: motores elétricos, automação bancária, fibras e tecidos industriais, autopeças, tecnologia da informação e tecnologia financeira/fintech, além de armamento leve.

6. O governo indiano tem buscado avançar em negociações comerciais com novos parceiros. Esse ímpeto representa oportunidade para promover exercício negociador ambicioso, mais além da ampliação substantiva da cobertura de comércio e de linhas tarifárias do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) MERCOSUL-Índia de 2009.
7. Um dos principais desafios para o Brasil na relação comercial bilateral é a ampliação e diversificação qualitativa das nossas exportações, concentradas em poucos itens. As ações de promoção da imagem do Brasil voltaram-se para atrair interesse para a entrada de produtos brasileiros de alta qualidade no mercado indiano, especialmente em áreas nas quais o Brasil tem presença internacional competitiva (design, cafés especiais, bebidas alcoólicas etc.).
8. O posto buscou intensificar a parceria com a ApexBrasil, que passou a contar com analista dedicado exclusivamente à Índia em seu escritório em Dubai e realizou missão em junho de 2022 com o objetivo de conhecer o ambiente de negócios e identificar oportunidades e parceiros na Índia. Também foram feitos esforços no intuito de reforçar a colaboração com outros parceiros, a exemplo do trabalho de coordenação com as Câmaras de Comércio Índia Brasil (CCIB) de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que têm apoiado missões comerciais brasileiras.
9. Foi dada continuidade às tradicionais atividades de promoção comercial, inclusive com parceiros do governo federal, de governos regionais e do setor privado, como participação em feiras, organização de eventos, apoio a missões do governo e do setor privado, produção de informações e atendimento a consultas, entre outras. No que concerne a feiras, o posto apoiou a participação brasileira nos setores de aviação, alimentos, defesa, automobilístico e de biocombustíveis. Apesar da pandemia da COVID-19, multiplicaram-se as missões comerciais estaduais e setoriais à Índia (inclusive no contexto da visita presidencial de janeiro de 2020), refletindo a importância crescente do país no cenário econômico mundial, mas revelando também pouca clareza, por parte de alguns setores brasileiros, sobre como atuar na Índia. A pandemia, por outro lado, legitimou o uso de tecnologias de reunião por meios remotos, que abriram novas oportunidades para a promoção comercial e de investimentos entre o Brasil e a Índia.
10. O posto tem dado continuidade, com a adidância agrícola, à renovação dos estudos de inteligência comercial. Em 2022, foi iniciada a atualização do guia "Como Exportar - Índia" e a produção do estudo sobre mercado de defesa, que se juntam àqueles sobre outros mercados como sucos cítricos, carne suína e aves e frutas como parte de um processo contínuo de produção de uma gama ampla de pesquisas sobre áreas variadas do mercado.
11. Registro igualmente que não foi formado ainda conselho empresarial Brasil-Índia com representantes de peso do empresariado dos dois países. O fortalecimento das relações bilaterais e o aumento do fluxo de comércio indicam que este seria momento apropriado para formar sólido e respeitado grupo de empresários. Os principais atores nos temas bilaterais de energia, inclusive produtores de açúcar, já transmitiram seu interesse de fazer parte de eventual conselho.
12. A implementação de restrições à importação ou exportação de determinados produtos, muitas vezes sem aviso prévio, como no caso da proibição de exportações de trigo e arroz e de importação de feijão mungo verde, tem sido um fator a dificultar exportações

brasileiras do setor agrícola. Para superar impasses com as autoridades indianas e contornar barreiras sanitárias e fitossanitárias, as ações contínuas do posto são muito fortalecidos pela adidância agrícola. O Brasil logrou considerável sucesso no campo do comércio exterior, com o setor agropecuário respondendo sozinho por um terço das exportações, com especial destaque para óleos vegetais comestíveis, algodão e frutas.

13. Nos últimos anos, houve melhoria de acesso ou mesmo abertura do mercado indiano para produtos como gergelim, maçã, farinha de peixe, "pet food", peixes ornamentais, carne suína e de aves, e proteína hidrolisada de frango. Em alguns casos, como o das maçãs e do óleo de soja, o mercado indiano já se mostra um dos maiores destinos das exportações brasileiras.

III- Cooperação bilateral

Energia

1. O Brasil e a Índia têm forte cooperação no setor de energia renovável, e os biocombustíveis têm sido a pedra angular desse engajamento, como evidenciado pela assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Bioenergia, em 2020, durante visita presidencial, e pela realização do seminário "Ethanol Talks" na mesma época. Após a decisão indiana de acelerar as metas de biocombustíveis e de investir em flex-fuel, o posto tem encontrado um número crescente de interlocutores no governo indiano e na indústria prontos a promover a aproximação com o Brasil na área de biocombustíveis, especialmente no Ministério do Petróleo e Gás Natural da Índia e no Ministério de Transportes e Rodovias, bem como na Sociedade dos Produtores Indianos de Automóveis (SIAM). Têm-se multiplicado os convites para eventos organizados por importantes atores relacionados ao setor de energia e de transportes, que permitem promover a imagem do Brasil como referência no processo de transição energética, tendo contato próximo com lideranças da indústria, do governo e da imprensa. O posto tem procurado promover também eventos para estimular a cooperação entre os dois países, a exemplo das duas edições do Ethanol Talks, e de outros visando a promover conhecimento público sobre as vantagens do etanol e "desmistificar" questões relacionadas ao biocombustível.
2. Um marco do relacionamento nessa área foi a visita, em abril de 2022, do então ministro de Minas e Energia, acompanhado de importante comitiva do setor privado, com executivos dos setores sucroalcooleiro e automobilístico. Em declaração conjunta, consagrou-se disposição de ambas as partes em desenvolver uma Aliança Brasil-Índia para a promoção global da bioenergia e dos biocombustíveis, ideia que viria a ser utilizada pela Índia para propor uma aliança global de biocombustíveis no contexto de sua presidência do G20. A visita teve grande impacto no relacionamento bilateral e contribuiu para o desenvolvimento do setor de etanol na Índia, em especial ao promover uma crescente interação entre as entidades privadas (empresas, associações de classe, consultorias, think tanks). Um dos resultados foi, em outubro de 2022, o lançamento de projeto piloto de veículo híbrido flex-fuel na Índia, a partir de modelo importado do Brasil. No início de 2023, o governo apoiou o estande da UNICA no pavilhão do etanol na Auto Expo, maior feira de automóveis da Ásia.

Ciência e tecnologia

3. A cooperação entre o Brasil e a Índia em ciência e tecnologia merece ser mais explorada, embora tenha havido progresso nos últimos anos, marcados por alguns eventos. Um

novo Programa de Cooperação Científica e Tecnológica, foi assinado em 2020, durante a visita presidencial, quando também houve assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Segurança Cibernética. Em fevereiro e março de 2021, o então ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil realizou visita à Índia, quando acompanhou o lançamento do satélite brasileiro Amazônia-1.

4. Entre diversos projetos de cooperação bilateral, destacam-se a realização de programa de incubação cruzada de agritechs, com apoio de diversas entidades indianas e brasileiras, e os webinários e seminário sobre fintechs (Conferência Fintech Brasil-Índia", Mumbai, 23/4/2019) e proposta de programa de "softlanding" cruzado de fintechs dos dois países. Em 2022, foi publicado Mapeamento do Ecossistema Nova Delhi e Região, com o objetivo de oferecer inteligência de mercado útil para a estratégia de internacionalização de startups e outros agentes de inovação brasileiros. No contexto das rápidas transformações no espaço digital indiano, o posto vem, ainda, realizando análises de importantes setores de CTI da Índia como o mercado de jogos eletrônicos, inteligência artificial, 5G e processos internos relacionados à regulamentação de plataformas digitais, moedas digitais e proteção de dados.

Saúde

5. Ambos os países têm desafios semelhantes na área de saúde, com diversas oportunidades no intercâmbio de pesquisadores, maior contato entre instituições, bem como o desenvolvimento conjunto de produtos farmacêuticos. Em 2020, foram assinados Memorando de Entendimento entre Ministérios da Cidadania para a Primeira Infância; Memorando de Entendimento no Campo de Saúde e Medicina e Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Medicina Tradicional e Homeopatia. Foi possível realizar, desde então, encontros dos grupos de trabalhos criados pelos diversos memorandos.
6. Tema de grande importância nos últimos anos foi a cooperação e coordenação durante a pandemia global de COVID-19. Em janeiro de 2021, foram feitas intensas gestões em favor da liberação e transporte do lote de vacinas Covishield (acordo entre a Fiocruz e o Serum Institute of India e a AstraZeneca). O primeiro lote de 2 milhões de doses de vacina chegou ao Brasil em janeiro de 2021. Posteriormente, houve envio de outro lote de 2 milhões de doses, em fevereiro. O Brasil foi o primeiro país a receber vacinas exportadas pela Índia.

Mudança do clima e meio ambiente

1. A Índia sediou a 27ª Reunião Ministerial do BASIC (19 e 20/11/2018), evento que evidenciou as expectativas dos países do agrupamento em relação aos principais processos do regime de mudança climática. Índia e Brasil costumam manter posicionamento convergentes em foros internacionais e há boa interlocução e concertação durante negociações multilaterais relacionadas a temas de mudança do clima.
2. Estabelecida em 2019, a “Coalizão sobre Infraestrutura Resiliente a Desastres” (CDRI) é um importante projeto de projeção indiana no cenário global de energia, meio ambiente e mudança do clima. O Brasil aderiu à CDRI em maio de 2021, com o objetivo de explicitar a contribuição brasileira no tema de adaptação à mudança do clima e a possibilidade de acessar conhecimento técnico nessa área.

IV – Temas culturais

1. Foi dada ênfase a apresentar aspectos da cultura brasileira desconhecidos do público indiano, em várias modalidades artísticas (música, cinema, teatro, arquitetura, fotografia, entre outros). A Índia apresenta uma imensa variedade de oportunidades para divulgação da cultura brasileira e para a exploração de interações, apenas uma fração dos quais pôde ser aproveitada.
2. A assinatura do Programa de Intercâmbio Cultural 2020-2023 facilitou a cooperação com instituições estatais indianas - como a *National Gallery of Modern Art* em Nova Delhi, o *Indian Museum* em Calcutá e o *City Government Museum* em Chandigarh - geralmente prontas a cooperar com a Embaixada.
3. Após a suspensão de atividades causada pela pandemia, o posto pôde organizar em 2022 diversas mostras em comemoração aos 200 anos do Brasil. Em paralelo a essas mostras, foram organizadas palestras, concertos, festivais de cinema, entre outros, que buscaram transmitir a diversidade da cultura brasileira. Atividades relacionadas ao futebol também foram muito bem recebidas, tanto pelo contexto da Copa do Mundo, quanto pela tradicional simpatia pelo futebol brasileiro, principalmente em West Bengal (Calcutá) e Kerala.
4. Alguns exemplos de eventos foram: exposição de ensaio fotográfico sobre Roberto Burle Marx no parque *Sunder Nursery*, posteriormente também exibida em Goa; a exposição sobre os 200 anos da independência através da evolução da construção no país (“Building Brazil”), no *India Habitat Centre*, posteriormente exibida também em Calcutá; a exposição em comemoração aos 60+ anos de Brasília na *National Gallery of Modern Art* em Nova Delhi, que já esteve em Chandigarh e segue para a *National Gallery* de Bangalore. Essas três grandes exposições tiveram impacto significativo e vieram dar seguimento a outras, como "Museus de arte contemporânea no Brasil", anterior à pandemia, mas que pôde ser novamente exibida. Essas mostras permanecem à disposição do posto e já está estão programadas para cidades como Patna e Mumbai.

V – Temas consulares

1. Em 2020, diante do fechamento das fronteiras internacionais e das medidas de precaução com vistas a restringir o ingresso de cidadãos estrangeiros na Índia, o posto organizou voo de retirada de brasileiros. Tratou-se de operação de grande envergadura. Foram repatriados ao Brasil, no voo fretado pela Embaixada ou em outros voos, cerca de 500 brasileiros.
2. O setor consular estabeleceu canal de diálogo privilegiado com setores da polícia, judiciário e autoridades migratórias indianas, o que tem facilitado, dentre outros casos de assistência consular, o acesso a brasileiros detidos. Os excelentes serviços do advogado que presta serviços ao setor consular têm também contribuído para essa atuação.
3. Em que pese o aumento das solicitações por vistos após o relaxamento das condições de viagem, o setor consular passou a dar conta de modo eficiente da demanda, que, hoje, não tem qualquer passivo. A ideia de centros de recepção e processamento inicial de vistos ("visa centers"), foi retomada como parte do esforço de dinamizar as relações bilaterais. Como os estudos feitos demonstraram, o visa center seria útil, sobretudo, para descentralizar o atendimento para várias cidades da Índia. Em parceria com o Consulado-Geral em Mumbai, o posto continua a acelerar a produção dos documentos necessários à licitação do "visa center".

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E BUTÃO
(elaborado pelo Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, que deixa o posto)

I – Relações diplomáticas

1. As relações bilaterais foram estabelecidas em 2009; tendo sido o Brasil o primeiro país da América Latina a fazê-lo. A expectativa butanesa por cooperação brasileira abre diversas oportunidades, sobretudo no contexto da graduação do Butão, que deixou a categoria de país de menor desenvolvimento relativo.
2. Além dos contatos em organismos internacionais, as perspectivas de relações com o Butão podem ser exploradas no campo da cooperação, mas também no desenvolvimento do comércio bilateral.

II – Relação econômico-comercial

1. Apesar de ainda bastante incipiente, o comércio entre o Brasil e o Butão registrou recorde em 2022, com crescimento expressivo na comparação com 2021 (+283%). Da corrente de US$ 2,3 milhões, as exportações brasileiras perfizeram US$ 1,8 milhões e as importações provenientes do Butão, apenas US$ 500 mil. Dessa forma, o Brasil foi superavitário, com saldo de US$ 1,3 milhões, tendo revertido os saldos negativos na balança comercial recente com o Butão.
2. Manteve-se, porém, a concentração do comércio bilateral em dois tipos de produtos: praticamente a totalidade das exportações brasileiras são de carnes e as importações originárias do Butão correspondem a aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos.

III – Cooperação Técnica

1. Foi realizada missão de especialistas do Ministério do Trabalho e Recursos Humanos do Butão ao Brasil, de 24 de setembro a 1 de outubro de 2022. A missão butanesa conheceu o sistema de educação profissional e vocacional oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Representantes butaneses reconhecem que a missão técnica foi um marco nas relações bilaterais e têm reiterado que a área de capacitação vocacional (principalmente treinamento de jovens profissionais) é tema prioritário para país que pretende dar continuidade à cooperação técnica com o Brasil nessa área.
2. Será de grande valia a esperada assinatura de acordo-quadro de cooperação.

III- Cooperação em outras áreas

1. As autoridades butanesas indicaram interesse em cooperar com o Brasil no treinamento de sua equipe negociadora para as tratativas de mudança do clima e meio ambiente.
2. Ademais, atividades como programas de promoção do futebol brasileiro podem ser desenvolvidas.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)[1]

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos baseia-se no PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência, capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, ao promover e administrar, com integridade e visão global, as relações do Brasil com a República da Índia e com o Reino do Butão, em todos os seus âmbitos; ao defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros na Índia e no Butão por intermédio de atuação diplomática de excelência; e ao prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados, ao Congresso Nacional e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações do Brasil com a Índia e no Butão.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com insumos para o planejamento e a execução com excelência da política externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado indiano, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros na Índia
3. Fortalecer o diálogo político com a Índia, inclusive a coordenação em organismos multilaterais e foros plurilaterais
4. Intensificar a cooperação bilateral em áreas como energias renováveis, saúde, ciência e tecnologia e defesa, com base no Plano de Ação para Fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-Índia, adotado em 2020
5. Intensificar a cooperação técnica com o Butão
6. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais
7. Oferecer serviços consulares com qualidade e rapidez para a comunidade brasileira
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

ÍNDIA
I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Aumentar e diversificar o comércio bilateral

- *Apoio à realização de missões empresariais de lado a lado e a participação brasileira em feiras na Índia;*
- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros, em coordenação com o Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Itamaraty e com a ApexBrasil;*
- *Realização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de expansão no mercado indiano, inclusive aqueles de maior valor agregado, como aviação civil, produtos de defesa, máquinas e equipamentos dos setores agrícola e de saúde, produtos da agroindústria, em coordenação com o DPR, associações setoriais e a ApexBrasil;*
- *Atuação coordenada com a adidância agrícola com vistas à resolução de questões pendentes de natureza sanitária e fitossanitária com impacto sobre o comércio de produtos agropecuários;*
- *Interlocução frequente com o governo indiano para assegurar maior fluidez no comércio bilateral, em particular por meio da previsibilidade de aspectos tarifários e regulatórios;*
- *Apoio à realização de reuniões regulares do Mecanismo de Monitoramento do Comércio*
- *Estímulo à recriação de um Fórum de Líderes Empresariais Brasil-Índia.*

2) Estimular investimentos recíprocos, integrando o objetivo mais amplo de promover a reindustrialização do País.

- *Promoção de oportunidades de investimentos no Brasil, inclusive ao amparo do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), que já conta com participação expressiva de empresas indianas;*
- *Estímulo a investimentos brasileiros na Índia, inclusive no âmbito de programas governamentais como "Make in India" e "Production Linked Incentive Scheme";*
- *Apoio a empresas brasileiras e indianas para a realização de joint ventures;*
- *Apoio à operacionalização, uma vez em vigor, do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), assinado em janeiro de 2020, e do Protocolo à Convenção bilateral para evitar a dupla tributação, assinado em agosto de 2022.*
- *Fortalecimento da capacidade de concessão de vistos de visita para empresários indianos, inclusive por meio do início do funcionamento de "visa centers";*

3) Fomentar negociações comerciais entre o MERCOSUL e a Índia

- *Estímulo, em coordenação com órgãos do governo brasileiro, às negociações para ampliação da cobertura do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia, em vigor desde 2009.*
- *Realização de gestões a fim de sensibilizar o governo e o empresariado indianos sobre as propostas do MERCOSUL relativas à expansão do Acordo de Comércio Preferencial.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de missões empresariais e feiras comerciais relevantes com participação de empresas brasileiras;
2) Número de estudos e outras estratégias de identificação de nichos de mercado para produtos brasileiros na Índia;
3) Número de eventos de promoção comercial realizados e/ou apoiados pela Embaixada, inclusive seminários presenciais e virtuais;
4) Número de gestões feitas junto ao governo indiano, em diferentes níveis, sobre questões sanitárias e fitossanitárias, tarifárias e regulatórias, com impacto sobre o comércio bilateral;
5) Realização de pelo menos uma reunião do Mecanismo de Monitoramento do Comércio durante a gestão do candidato;
6) Recriação, no formato mais adequado, do Fórum de Líderes Empresariais Brasil-Índia.
7) Número de telegramas e outras informações enviadas ao Itamaraty, bem como de contatos feitos com setores empresariais, sobre oportunidades de investimentos recíprocos;
8) Número de gestões ou outros contatos feitos com o governo indiano, com vistas a facilitar a operacionalização do ACFI e do Protocolo à Convenção bilateral para evitar a dupla tributação;
9) Número de gestões ou outros contatos com o governo indiano no contexto das negociações sobre a expansão do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento do diálogo político entre Brasil e Índia

- *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras à Índia e vice-versa, especialmente em nível de ministros e chefes de Estado/governo;*
- *Apoio à realização de reuniões da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural ("Comissão Mista Brasil-Índia")*
- *Apoio à realização de reuniões do mecanismo de Consultas Políticas;*
- *Apoio à realização de reuniões do Diálogo Estratégico.*

- *Apoio à realização de eventos ou outras ações para celebrar o 75º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Índia, em 2023 (este objetivo deve ser articulado com as metas da seção "IV - Promoção da imagem do Brasil, da cultura brasileira e do turismo") .*

2. **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa da Índia**
   - *Elaboração regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa da Índia, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, comércio e investimentos, inovação e tecnologia, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros;*
   - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos;*
   - *Realização de visitas/reuniões/encontros/eventos envolvendo analistas, observadores e atores políticos locais com participação da Embaixada.*

3. **Incrementar o relacionamento parlamentar bilateral**
   - *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e indianos;*
   - *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e indianos;*
   - *Apoiar atividades dos Grupos Parlamentares Brasil-Índia (Senado e Câmara dos Deputados) e da Frente Parlamentar Mista Brasil-Índia.*

4. **Intensificar a paradiplomacia bilateral e a cooperação entre entidades subnacionais brasileiras e indianos**
   - *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes de entes federados brasileiros e indianos;*
   - *Apoio à negociação de acordos de irmanação entre regiões e municípios brasileiros e indianos;*
   - *Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades subnacionais brasileiras e indianas.*

5. **Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral**
   - *Elaboração de subsídios ao diálogo com o Congresso Nacional sobre a importância de análise de acordos bilaterais já assinados e ainda não ratificados pelo lado brasileiro.*
   - *Realização de gestões junto às autoridades indianas com vistas à pronta conclusão de acordos em negociação, como: i) cooperação no combate ao terrorismo e outros ilícitos transnacionais e ii) cooperação jurídica em matéria civil.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de visitas bilaterais de alto nível realizadas durante a gestão;

2) Número de reuniões de mecanismos bilaterais de diálogo político realizadas durante a gestão do candidato;

3) Realização de pelo menos uma ação de relevo para celebrar o 75º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Índia, em 2023;

4) Número de telegramas do posto sobre temas de política interna e externa da Índia, bem como sobre outros assuntos de interesse para a política externa brasileira, por ano;

5) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e indianos;

6) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e indianos;

7) Número de acordos ratificados ou assinados durante a gestão.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para o fortalecimento do diálogo Brasil-Índia em organismos multilaterais e foros plurilaterais**
   - *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação da Índia em dossiês regionais e internacionais, inclusive como subsídio para a participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU no biênio 2022-2023;*
   - *Elaboração de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pela Índia em organismos multilaterais, como a ONU e seus órgãos, agências e programas especializados, bem como em foros plurilaterais como G20, G4, BRICS, IBAS e BASIC;*
   - *Apoio a encontros bilaterais à margem de reuniões de alto nível desses organismos multilaterais e foros plurilaterais;*
   - *Fomento à troca de informações sobre temas da agenda desses organismos e foros, com vistas à articulação de ações conjuntas sempre que possível;*
   - *Estímulo à coordenação bilateral sobre temas do G20, tendo em vista as presidências consecutivas do grupo por Índia (2023) e Brasil (2024).*

2. **Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com a Índia entre seus membros.**
   - *Realização de gestões para buscar o apoio do governo da Índia a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas multilaterais e plurilaterais por ano;

2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de organismos multilaterais e foros plurilaterais;

3) Número de reuniões e outros encontros com autoridades indianas para tratar de temas e propostas de interesse do Brasil no âmbito de organismos multilaterais e foros plurilaterais;

4) Índice de apoio indiano a candidaturas apresentadas pelo Brasil no âmbito de organismos multilaterais.

IV - Promoção da imagem do Brasil, da cultura brasileira e do turismo

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade indiana e diversificar as referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas**
   - *Apoio à difusão do português do Brasil, inclusive em parceria com instituições locais, como universidades;*
   - *Promoção de eventos de cultura brasileira, em diferentes áreas, ao amparo do Programa de Intercâmbio Cultural Brasil-Índia 2020-2024;*
   - *Fomento à produção e difusão de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios, em idiomas locais, para diversificar as referências sobre o país;*
   - *Fomento ao intercâmbio de conteúdo entre os serviços públicos de radiodifusão, no âmbito do memorando de entendimento firmado entre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e Prasar Bharati, da Índia, em agosto de 2022;*
   - *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
   - *Fomento à ida de artistas brasileiros à Índia para realizarem apresentações;*

2. **Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
   - *Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação e criação conjunta;*

- *Apoio à divulgação de design e arquitetura nacional.*

3. **Promover o Brasil como destino turístico de viajantes indianos**
   - *Participação brasileira em grandes feiras de turismo na Índia, em cooperação com a EMBRATUR e com entidades locais;*
   - *Apoio a estudos de mapeamento de destinos turísticos de interesse para turistas indianos no Brasil, tornando sua divulgação mais efetiva;*
   - *Fortalecimento da capacidade de concessão de vistos de visita para turistas indianos, inclusive por meio do início do funcionamento de "visa centers";*

4. **Intensificar a promoção da imagem do Brasil**
   - *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial para divulgação de produtos brasileiros, bem como com atividades culturais especiais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de ações de promoção do português do Brasil, como palestras, seminários virtuais, entre outros;

2) Número de ações de promoção da cultura brasileira, em diferentes áreas, aprovadas e realizadas durante a gestão;

3) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão;

4) Número de ações de promoção do turismo aprovadas e realizadas durante a gestão.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover a cooperação com a Índia em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação em desenvolvimento sustentável, com foco em energias renováveis**
   - *Apoio à cooperação entre entes governamentais, privados e acadêmicos/científicos do Brasil e da Índia sobre aspectos técnicos, regulatórios e logísticos da cadeia de biocombustíveis (principalmente etanol), inclusive produção de motores "flex fuel";*
   - *Fomento ao diálogo e cooperação entre entes governamentais, privados e acadêmicos/científicos do Brasil e da Índia sobre energia solar e eólica;*
   - *Representação brasileira e interlocução frequente com a Aliança Solar Internacional (ISA), entidade com secretariado na Índia, e cujo acordo-quadro foi aprovado em 29/09/2022 pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal;*

- *Representação brasileira e interlocução frequente com a Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI), entidade com secretariado na Índia, à qual o Brasil aderiu em 2021;*
- *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
- *Apoio a diálogo entre especialistas indianos e brasileiros para troca de experiências em matéria de conservação, monitoramento e combate ao desmatamento ilegal de florestas;*

2. **Fortalecer diálogo com o governo indiano sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, bem como da Convenção sobre Biodiversidade**
   - *Elaboração de materiais de registro e análise sobre os desdobramentos do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dos compromissos assumidos pela Índia no Acordo de Paris e na implementação do Protocolo de Quioto;*
   - *Análise dos impactos ambientais dos efeitos da mudança do clima na Índia, como aumento das temperaturas, aumento dos índices pluviométricos, intensidade de secas e outros fenômenos;*
   - *Apoio ao diálogo entre negociadores indianos e brasileiros sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, bem como da Convenção sobre Biodiversidade, além de estímulo à coordenação de posições antes de grandes eventos internacionais relacionados ao clima, tanto bilateralmente quanto no âmbito do BASIC (com África do Sul e China).*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de ações (reuniões, gestões, eventos, seminários virtuais, publicações) sobre biocombustíveis e motores *flex fuel* realizados durante a gestão;
2) Número de ações (reuniões, gestões, eventos, seminários virtuais, publicações) sobre energia solar e eólica realizados durante a gestão;
3) Número de reuniões, gestões e contatos com os secretariados da Aliança Solar Internacional e da Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI) realizados durante a gestão;
4) Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão;
5) Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano.

VI - Cooperação técnica

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover a cooperação técnica com a Índia, tanto em bases bilaterais quanto iniciativas de cooperação em terceiros países**
   - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação técnica bilateral;*

- *Gestões com vistas a avaliar interesse indiano na retomada de negociação de acordo de cooperação técnica;*
- *Apoio à interlocução entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a entidade homóloga da Índia sobre cooperação em terceiros países, inclusive no âmbito do Fundo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).*

2. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e gestões bilaterais sobre cooperação técnica realizadas durante a gestão.

VII - Cooperação em educação, ciência e tecnologia, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover aproximação entre instituições de ensino superior dos dois países e diálogo sobre políticas públicas na área de educação

- *Apoio ao estabelecimento de contatos e arranjos de intercâmbio e cooperação entre instituições brasileiras e indianas de ensino superior;*
- *Promover o diálogo entre autoridades de educação dos dois países com vistas a maior intercâmbio sobre políticas públicas na área;*

2. Ampliar a cooperação bilateral em ciência e tecnologia

- *Apoiar a implementação do Programa de Cooperação Científica e Tecnológica 2020-2023, bem como a eventual negociação de documento que venha a sucedê-lo;*
- *Estimular a realização de nova reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica;*
- *Fomentar a aproximação entre instituições de pesquisa do Brasil e da Índia;*
- *Apoiar a identificação de mecanismos de fomento a pesquisas conjuntas entre cientistas de ambos os países.*

3. Ampliar a cooperação bilateral em saúde, bem como o diálogo com sobre aspectos multilaterais do tema

- *Apoiar o diálogo e a cooperação em temas considerados prioritários pelo Ministério da Saúde, como o fortalecimento do complexo industrial da saúde, o enfrentamento de doenças, saúde digital e telemedicina, entre outros;*
- *Apoiar a realização de reuniões técnicas sobre cooperação em saúde, ao amparo dos memorandos de entendimento firmados em 2020;*
- *Fomentar o aprofundamento do diálogo sobre aspectos multilaterais da saúde, como enfrentamento a pandemias, acesso a medicamentos, entre outros;*
- *Apoio a autoridades brasileiras e representantes do setor privado com interesse em cooperar com parceiros indianos para a aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar.*

4. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em Defesa**
   - *Incentivar o contato e a interlocução entre autoridades de defesa dos dois países, inclusive no marco do Comitê Conjunto de Defesa;*
   - *Divulgação, junto aos setores interessados do governo indiano, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
   - *Elaboração, para o governo brasileiro, de materiais de registro e análise sobre a atuação e o funcionamento do setor de defesa indiano;*
   - *Apoio a processos de negociação de acordos e memorandos de entendimento no setor de defesa entre Brasil e Índia;*
   - *Fomentar aproximação e diálogo entre autoridades públicas e especialistas técnicos na área de segurança cibernética, seja bilateralmente, seja em formato trilateral (no âmbito do IBAS, com a África do Sul) ou multilateral (no marco das Nações Unidas e outros organismos internacionais).*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, contatos e outras iniciativas com vistas a aproximar instituições de ensino superior dos dois países durante a gestão;

2. Número de reuniões, contatos e outras iniciativas com vistas a fomentar maior cooperação em ciência e tecnologia entre autoridades e instituições de pesquisa dos dois países durante a gestão;

3. Número de contatos, gestões e outras iniciativas para contribuir com maior aproximação entre autoridades de defesa dos dois países durante a gestão;

4. Número de contatos, gestões e participações brasileiras em feiras e eventos de promoção da indústria de defesa;

5. Número de instrumentos bilaterais em matéria de defesa concluídos durante a gestão.

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Ampliar o apoio à comunidade brasileira na Índia**
   - *Ampliação de canais de apoio consular e ampliação da difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros;*
   - *Fortalecimento do apoio a brasileiros em situação de vulnerabilidade, em especial cidadãos que respondem a processo judicial na Índia ou brasileiros presos, inclusive os que solicitam transferência para o Brasil.*

2. **Otimização do atendimento à comunidade brasileira**

- *Redução do tempo de atendimento aos consulentes brasileiros, considerando-se que as demandas por vistos no Setor Consular da Embaixada devem diminuir com a futura implementação dos "visa centers".*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de brasileiros em situação de maior vulnerabilidade atendidos e acompanhados pelo Setor Consular da Embaixada;

2. Índice de satisfação dos consulentes, auferido por meio de reclamações ao Setor Consular e Ouvidoria, tempo de espera no guichê, tempo de espera para a resolução de demandas, entre outros.

BUTÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Representar, cumulativamente, os interesses do Brasil junto ao Reino do Butão

- *Estímulo ao fortalecimento das atividades de cooperação técnica entre o Brasil e o Butão em áreas já identificadas como formação profissional, bem como incentivo à definição de outras áreas de interesse comum;*
- *Apoio às negociações do Acordo de Cooperação Técnica;*
- *Realização de gestões em prol de candidaturas e propostas brasileiras em organismos multilaterais;*
- *Acompanhar a evolução da política externa butanesa, considerando-se as peculiaridades do Butão, que mantém relações diplomáticas com poucos países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de telegramas sobre temas relativos ao Reino do Butão;
2) Número de reuniões, contatos e gestões junto ao governo e outros atores no Butão sobre cooperação técnica;
3) Número de reuniões, contatos e gestões junto ao governo do Butão sobre candidaturas e propostas brasileiras em organismos multilaterais.

SF/23160.42605-36

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 12, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão*.

Relatora: Senadora **MARGARETH BUZETTI**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 12, de 2023, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor KENNETH FÉLIX HACZYNSKI DA NÓBREGA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Índia e, cumulativamente, no Reino do Butão.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraímos as informações que passamos a relatar.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1961, formou-se em Economia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ, em 1984. Tendo ingressado no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do

SF/23160.42605-36

Instituto Rio Branco em 1992, foi nomeado Terceiro-Secretário no ano seguinte, ascendendo na carreira até, por merecimento, tornar-se Ministro de Primeira Classe em 2019.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar os de Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual (2008-2013), de Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-Regionais (2016-2019) e de Secretário de Oriente Médio, Europa e África (desde 2019). No exterior, entre outros postos, assinalamos o de Primeiro-Secretário na Embaixada em Berlim (2006-2008) e de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2015-2016).

Sua tese no Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, defendida em 2013, teve como título "As Negociações sobre Limitações e Exceções ao Direito de Autor na Organização Mundial da Propriedade Intelectual – Ação Diplomática e Acesso ao Conhecimento".

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Índia e o Butão, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Tornando-se independente do Reino Unido em 15 de agosto de 1947, a Índia é o maior país da Ásia Meridional e o sétimo maior do mundo, em área. Com cerca de um sexto da população mundial, tornou-se, em abril de 2023, o país mais populoso do mundo em 2023, ultrapassando a China, conforme amplamente noticiado.

Assim, a população indiana de 1.428.600.000 (um bilhão, quatrocentos e vinte e oito milhões e seiscentos mil) habitantes é marcada pela superlativa diversidade linguística e cultural. É majoritariamente rural (cerca de 60%), embora algumas das cidades mais populosas do mundo sejam indianas, como a capital, Nova Delhi (28,5 milhões), e Mumbai (20 milhões de pessoas). O estado indiano de maior densidade demográfica é Uttar Pradesh, no norte do país, com mais de 200 milhões de habitantes. A

SF/23160.42605-36

taxa de urbanização indiana (em torno de 35%) tem-se incrementado a uma taxa de 2% ao ano.

Ainda sobre aspectos socioculturais, cabe destacar a tensão religiosa entre a maioria hinduísta e as minorias muçulmana e sikh, que já levou a assassinato de líderes políticos e está na origem de atentados que continuam a abalar o país.

Do documento enviado pelo Itamaraty, destacamos que, "apesar de enfrentar grandes desafios sociais e econômicos, a Índia contemporânea é caracterizada por intenso crescimento econômico e alto dinamismo científico-tecnológico". E, completa o Itamaraty, são cerca de 500 milhões de habitantes abaixo dos 25 anos e crescente acesso da população à Internet, o que faz com que o país apresente elevado potencial para expansão dos fluxos de investimento e comércio.

Em 2022, ano em que comemorou 75 anos de sua independência, a Índia tornou-se a quinta maior economia mundial em termos nominais, tendo superado o Reino Unido. A economia indiana já é a terceira maior do mundo pelo critério de paridade do poder de compra.

Note-se que o país enfrentou recessão econômica em razão da pandemia de COVID-19, com queda de 6,6% do PIB no ano de 2020. Em 2021, porém, a economia indiana deu mostras de forte recuperação, com crescimentos de 8,9%. O FMI calculou em 6,8% o crescimento econômico da Índia em 2022. Para 2023, estima taxa de 6,1%. Nesse sentido, o relatório do Itamaraty assevera que:

> *Relatório do Ministério das Finanças da Índia (2022-23) é marcado pelo otimismo governamental em relação ao futuro do país. O governo pretende tornar a Índia uma "nação desenvolvida" até 2047, ano da celebração dos 100 anos de independência. Há, ainda, planos de aumentar o setor manufatureiro para 25% do PIB (atualmente está em 17%). Além do aumento do PIB, projeta-se a queda do desemprego, o crescimento da demanda interna e a diminuição da inflação. Os bons resultados da gestão econômica do governo do Primeiro-Ministro Narendra Modi estão relacionados aos fundamentos macroeconômicos, em especial: (i) redução da taxa*

SF/23160.42605-36

de inflação; (ii) política cambial estável, com reservas internacionais elevadas; e (iii) política fiscal voltada para o controle de gastos e a redução do déficit. A atual política econômica indiana confere, ademais, especial atenção à agenda de modernização da economia e de reformas estruturais (...).

As relações bilaterais remontam a 1948, ano da independência indiana. Completam, portanto, 75 anos em 2023. As primeiras décadas do relacionamento foram protocolares e se restringiram à cooperação no âmbito de organizações internacionais, a relações comerciais embrionárias e a intercâmbios culturais de pouca relevância, observa o relatório do MRE. Esse contexto começou a se alterar no romper dos anos 1990, período em que ambos os países empreenderam reformas tendentes a maior abertura de suas economias, e o relacionamento político e econômico tornou-se mais intenso.

Em 2006, foi estabelecida Parceria Estratégica entre Brasil e Índia. A Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural, em nível de chanceleres, é o principal mecanismo de coordenação e diálogo bilateral. Desde seu estabelecimento, em 2002, já foram realizadas oito edições, alternadamente no Brasil e na Índia, tendo a última sido em Brasília, em agosto de 2022.

Há também instâncias bilaterais sobre consultas políticas, temas estratégicos, monitoramento de comércio, cooperação em defesa, ciência e tecnologia, bioenergia, petróleo e gás, segurança cibernética, entre outros temas. No contexto da pandemia de COVID-19, o Brasil e a Índia mantiveram intensa coordenação bilateral. Em janeiro de 2021, chegaram ao Brasil dois milhões de doses da vacina Oxford/AstraZeneca fabricadas pelo Instituto Serum, da Índia, importadas pelo Governo Federal. Em fevereiro, foi recebido o segundo lote de dois milhões de doses da vacina.

A Índia constitui-se, portanto, em importantíssimo parceiro em diversas áreas, do comércio à ciência e tecnologia e à defesa. Muito significativo é o fato de ser uma democracia e de termos pleitos coincidentes em foros internacionais. Acordos bilaterais em áreas como previdência, assistência jurídica mútua em matéria penal, facilitação de investimentos e

SF/23160.42605-36

tributação têm sido assinados, alguns deles recentemente aprovados nesta Casa.

O Reino do Butão, por sua vez, situa-se na cordilheira do Himalaia entre a China e a Índia, consolidou-se como estado independente em 1616. Tendo permanecido praticamente isolado durante muitos anos de modo a limitar as influências culturais externas, até 1974, o país era fechado aos estrangeiros.

Em 2008, o Butão abandonou o regime monárquico absolutista e se tornou uma monarquia constitucional, com parlamentares eleitos por voto direto. Note-se, entretanto, que a Constituição de 2008 classifica o budismo como "herança cultural" do país. A identidade nacional butanesa é fortemente ligada à religião budista – de linha tibetana – e à figura do monarca, que tem *status* sagrado e detém tanto o poder temporal (chefe de Estado) como o espiritual. Segue sendo um "Estado protegido" da Índia, conforme Tratado de Amizade entre os dois países firmado em 2007.

As relações bilaterais foram estabelecidas em 2009, tendo sido o Brasil o primeiro país da América Latina a fazê-lo. Pleitos brasileiros em foros multilaterais têm contado com apoio butanês, mas a distância geográfica e o pouco conhecimento mútuo limitam o desenvolvimento das relações bilaterais.

Em 2022, o governo butanês apoiou a candidatura do Professor Leonardo Caldeira Brant a uma vaga na de juiz Corte Internacional de Justiça, decorrente do falecimento do Juiz Antônio Augusto Cançado Trindade.

Também em 2022, o Butão solicitou ao Brasil cooperação técnica em formação profissional. O país busca suprir déficit de mão de obra local qualificada em setores básicos da economia, que se agravou com os efeitos negativos da pandemia da COVID-19.

O Butão, vencidos os conflitos étnicos da década de 1990, tem se caracterizado pela divulgação do conceito de "felicidade nacional bruta". Essa formulação conta com decisivo apoio do governo butanês e é uma

SF/23160.42605-36

forma de divulgar positivamente o país no mundo. Nossa relação comercial com o país é incipiente, concentrando-se o comércio bilateral em dois tipos de produtos: praticamente a totalidade das exportações brasileiras são de carnes e as importações originárias do Butão correspondem a aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos, e inexiste registro de brasileiros no Reino.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL

8

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO*
CPF: 500.108.329-04
ID: 9066 MRE

1961	Filho de Luís Gastão de Alencar Franco de Carvalho e Maria de Lourdes Cordeiro Franco de Carvalho, nasce em 13 de fevereiro, em Curitiba/PR
Dados Acadêmicos:	
1986	Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1988	Pós-graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/DF
1995	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2007	Curso de Altos Estudos - IRBr, Tese: “As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros”
Cargos:	
1986	Terceiro-secretário
1993	Segundo-secretário
1999	Primeiro-secretário, por merecimento
2004	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento
2015	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1986-88	Secretaria de Orçamento e Finanças, assistente
1988-91	Secretaria de Relações com o Congresso, assistente
1991-95	Embaixada em Roma, terceiro-secretário e segundo-secretário
1995-99	Embaixada em Santiago, segundo-secretário
1999	Cerimonial, assistente
1999-03	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assistente e assessor
2003-07	Delegação Permanente em Genebra, primeiro-secretário e conselheiro
2007-08	Embaixada em Berna, conselheiro
2008-09	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, chefe de gabinete
2009-10	Divisão de Serviços Gerais, chefe
2010-13	Divisão do Meio Ambiente, chefe
2013	Subsecretaria-Geral Política I, chefe de gabinete
2013-16	Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, diretor
2016-20	Embaixada em Luanda, embaixador
2020-21	Secretaria de Comunicação e Cultura, secretário
2021-22	Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, secretário
2022-	Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos, secretário
Publicações:	
2015	"Notas sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos" in: Cadernos de Política Exterior, ano 1, número 2
Condecorações:	
2001	Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil

2002	Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro
2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2008	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2015	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2019	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2021	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2021	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2021	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADO DA ERITREIA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MARÇO DE 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Estado da Eritreia
GENTÍLICO	Eritreu, eritreia
CAPITAL	Asmara
ÁREA	117 600 km²
POPULAÇÃO (PNUD, 2021)	3 620 312 habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Tigrínia, árabe e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo ortodoxo eritreu (57,7%), catolicismo (4,6%), islã sunita (36,2%), outras (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista unipartidária
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral, Assembleia Nacional Legislativa (175 assentos)
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Presidente Isaias Afwerki (desde 24 de maio de 1993; *de facto*, 27 de abril de 1991)
CHANCELER	Osman Saleh (desde 18 de abril de 2007)
PIB NOMINAL (FMI, 2022)	US$ 2,37 bilhões
PIB PPP (FMI, 2022)	US$ 7,6 bilhões
PIB *PER CAPITA* (FMI, 2022)	US$ 647,00
PIB PPP *PER CAPITA* (FMI, 2022)	US$ 2 080,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,6% (2022); 2,9% (2021); -0,5% (2020); 3,8 (2019)
IDH (PNUD, 2022)	0,492 (176ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2021)	66,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (BM, 2018)	76,6%
DESEMPREGO (BM, 2021)	8%
UNIDADE MONETÁRIA	Nafka (1 US$ = 15 ERN)
EMBAIXADOR PARA O BRASIL	A ser designado
EMBAIXADOR PARA A ERITREIA	Antonio de Aguiar Patriota, residente no Cairo (desde outubro de 2019)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-ERITREIA (fonte: MDIC) - FOB US$ milhões										
Brasil → Eritreia	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Intercâmbio	29,3	10,6	9,5	1,3	15,4	0,1	0,2	4,6	4,82	0,1
Exportações	29,2	10,6	9,5	1,3	15,4	0,1	0,2	4,6	4,82	0,1
Importações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,03
Saldo	29,2	10,5	9,5	1,3	15,4	0,1	0,2	4,6	4,81	0,06

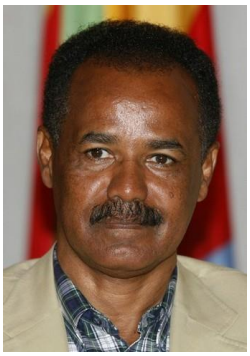
APRESENTAÇÃO

Situada no Chifre da África, banhada pelo Mar Vermelho e próxima do Golfo de Áden, a Eritreia ocupa posição estratégica, como ponto de confluência entre dois oceanos. A Etiópia perdeu sua saída para o mar com a independência da Eritreia, em 1993, o que constituiu um dos motivos para os frequentes conflitos entre os dois países no fim do século XX e início do século corrente.

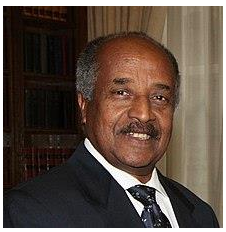
A história do país é antiquíssima, iniciando-se em contatos com civilizações como o Egito e a Núbia e passando por diversas fases, com destaque para o Reino de Axum, que exerceu considerável poder político na região durante o primeiro milênio da Era Comum. Da mesma forma como ocorreu na maior parte do norte e do Chifre da África, a Eritreia foi incorporada ao Império Otomano no século XVI e, com o colapso deste, passou, no final do século XIX, à esfera da expansão colonial europeia, quando foi ocupada pela Itália. Com a derrota de Benito Mussolini na Segunda Guerra Mundial, o país passou ao domínio britânico. Em anos subsequentes, a ausência de consenso entre os Aliados sobre o status da Eritreia, somada a pressões internas, levaria a longa guerra de independência, na qual movimentos independentistas eritreus combateram o governo de Haile Selassie e administrações posteriores da Etiópia.

Politicamente, a Eritreia independente tem-se caracterizado pelo unipartidarismo e, externamente, por relações conturbadas com vizinhos e atores internacionais. A situação alterou-se no final da última década, com a assinatura do Acordo de Paz com a Etiópia em 2018, a retomada de relações com o Djibuti e a suspensão de sanções impostas pela ONU desde 2009. O envolvimento eritreu no conflito do Tigré (2020-2022), na Etiópia, ensejou, porém, novas dificuldades do relacionamento do país com determinadas regiões. Estado Unidos e União Europeia implementam sanções unilaterais contra o país. Países africanos e outras potências, como China e Rússia, têm mantido relação pragmática com Asmara.

PERFIS BIOGRÁFICOS



ISAIAS AFWERKI. Presidente. Foi designado, pelo Parlamento, presidente da Eritreia independente em 1993. Eleições democráticas estavam previstas para 1997, mas nunca se realizaram. Seu partido, a Frente Popular para a Democracia e Justiça, é o único permitido no país. Nascido em 1946 em Asmara, Afwerki juntou-se à Frente para Libertação da Eritreia (ELF) em 1966 e recebeu treinamento militar na China. Em 1970, ajudou a fundar a Frente Popular para Libertação da Eritreia (EPLF), de que se tornou secretário-geral em 1987.



OSMAN SALEH. Ministro dos Negócios Estrangeiros. Nascido em 1948 (75 anos). Foi o primeiro ministro da Educação da Eritreia independente, cargo que ocupou entre 1993 e 2007. Desde 2007 ocupa o cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Eritreia, estabelecidas em 1996, ainda são incipientes, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e raras visitas bilaterais de alto nível. A representação brasileira junto ao governo de Asmara faz-se por cumulatividade com a Embaixada no Cairo.

Em fevereiro de 2010, visitou o Brasil o ministro das Minas e Energia da Eritreia, Ahmed Haji, na condição de portador de carta do presidente Isaias Afwerki ao então presidente Lula, sendo acompanhado pelo representante da Eritreia junto às Nações Unidas, Embaixador Araya Desta. Em maio de 2010, o ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre, participou do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, em Brasília. Em 2011, em nova visita ao Brasil, o ministro Behre apresentou ao

governo brasileiro a posição de seu país acerca da situação no Chifre da África. Foi, também, discutido o regime de sanções contra a Eritreia adotado pelo CSNU. Em 2016, o ministro dos Esportes da Eritreia, embaixador Zemede Tekle Woldetatios, viajou ao Rio de Janeiro para assistir aos Jogos Olímpicos.

Comércio e Investimentos

Muito oscilante e pouco expressivo, o comércio bilateral tem sido tradicionalmente superavitário para o Brasil (as exportações do Brasil corresponderam a 97% do comércio bilateral em 2022). O primeiro registro de intercâmbio comercial entre os dois países data de 2002, não ultrapassando, então, US$ 2,9 mil e consistindo unicamente de exportações brasileiras. Em 2009 houve expressivo crescimento das exportações brasileiras à Eritreia, que alcançaram a cifra recorde de US$ 29,24 milhões, dos quais 97% corresponderam a exportações brasileiras, sobretudo de açúcar. Desde então, as trocas comerciais têm variado significativamente, com queda significativa em 2018 e 2019, aumento em 2020 e 2021, e nova queda em 2022. As modestas exportações eritreias para o Brasil, desde 2006, têm sido compostas por camisetas de algodão e herbicidas.

Não há registro de investimentos brasileiros na Eritreia. Entre as oportunidades de negócios para empresas brasileiras no país, destaca-se o incentivo que vem sendo dado pelo governo eritreu para que companhias estrangeiras participem, em regime de *joint venture*, de projetos de exploração mineral no país.

Assuntos Consulares

Não há registro de brasileiros residentes na Eritreia. Tampouco existe uma rede de Consulados Honorários do Brasil no país. Os assuntos consulares pertinentes à Eritreia são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo.

Cooperação Técnica

Não há iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Eritreia. Em contatos diplomáticos em 2019 e 2022 a Eritreia indicou interesse em receber cooperação na área agrícola.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil à Eritreia.

POLÍTICA INTERNA

A Eritreia foi colônia italiana de 1889 a 1943, quando o seu território passou a ser administrado pelo Império Britânico após a derrota da Itália na II Guerra Mundial. Em 1952, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou resolução que previa a criação de uma Federação entre a Etiópia e a Eritreia, com base nos vínculos históricos, culturais e econômicos existentes entre os dois países. A resolução, que seria implementada no mesmo ano de sua adoção, contou, à época, com o patrocínio dos Estados Unidos e do Reino Unido, que visavam a compensar a Etiópia por sua colaboração com os Aliados durante a II Guerra e, sobretudo, sustar avanços da URSS sobre a estratégica região do Chifre da África.

A Federação entre Etiópia e Eritreia foi contestada desde seu início por grupos opositores eritreus. Em 1962, o Imperador Haile Selassie anexa unilateralmente o território da Eritreia. Inicia-se, então, o conflito armado pela independência do país, capitaneado pelos integrantes da Frente de Liberação da Eritreia (ELF, em inglês), movimento fundado por expatriados eritreus residentes no Cairo, em 1960. Em 1972, divergências entre as lideranças da ELF levaram à criação da Frente de Liberação do Povo Eritreu (EPLF, em inglês). Ao final dos anos 1970, a EPLF, liderada pelo atual presidente Isaias Afwerki, lograria impor-se sobre os demais grupos armados. Em 1974, Haile Selassie foi deposto. O regime do Derg (junta militar de orientação marxista-leninista liderada por Mengistu Haile Mariam) manteria a repressão aos movimentos eritreus até sua queda, em 1991.

Em 24 de maio de 1991, a EPLF tomou a capital Asmara, no contexto da queda do Derg. Realizou-se, então, em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas, referendo em que a esmagadora maioria da população da Eritreia (99,83%) votou em favor da independência, que, naquele mesmo ano, foi declarada. A EPLF, facção dominante, reconfigurou-se como partido político, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, em inglês). Em maio de 1993, Isaias Afwerki, antigo militante da EPLF, foi designado presidente pela Assembleia Nacional. Nos anos seguintes, a PFDJ se firmaria como o único partido político legal do país.

Por ocasião da Primavera Árabe (2011), invocando a necessidade de união nacional frente a inimigos externos, o presidente Afwerki buscou aumentar o poder das forças armadas e do aparato de segurança do estado, reprimindo ou

banindo dissidências.

A Eritreia constituiu-se como um estado unipartidário e militarizado (o serviço militar obrigatório pode durar indefinidamente), onde a imprensa é exclusivamente governamental.

POLÍTICA EXTERNA

Durante os quatro anos seguintes à independência eritreia (1993), Eritreia e Etiópia mantiveram relações amistosas, motivadas pela interdependência econômica. Em 1997, as relações com a Etiópia deterioraram-se, sobretudo devido a questões relativas às condições de acesso etíope ao mar. Em 1998, iniciou-se guerra de fronteira, que resultou em milhares de vítimas e agravou as condições de pobreza e fome nos dois países.

O Acordo de Argel, assinado no ano 2000, estabeleceu cessar-fogo entre a Eritreia e a Etiópia, possibilitando a criação, em julho do mesmo ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE), responsável por monitorar o cessar-fogo entre os dois países e demarcar os limites da fronteira comum. Em 2003, a comissão encarregada pela ONU da demarcação de fronteiras (Eritrean-Ethiopian Boundary Commission) apresentou suas conclusões. No entanto, diante da dificuldade de implementação de seu mandato, a Missão foi encerrada em julho de 2008.

Em junho de 2018, no contexto das diversas reformas políticas empreendidas pelo primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, a Etiópia surpreendeu observadores ao anunciar que acataria integralmente o Acordo de Argel. Logo em seguida, Ahmed realizou visita histórica a Asmara, na qual, em encontro com o presidente Isaias Afewerki, anunciou abertura mútua de Embaixadas, estabelecimento de conexão aérea e autorização para ligações telefônicas, assinando, na ocasião, Declaração Conjunta de Paz e Amizade. Por fim, Afewerki reciprocou a visita, presidindo a cerimônia de abertura da Embaixada da Eritreia em Adis Abeba.

O Djibuti cortou relações com a Eritreia após o início do conflito etíope-eritreu, mas as restabeleceu em 2000, com a assinatura do Acordo de Argel. Entretanto, o relacionamento bilateral voltou a se arrefecer em abril de 2008, período em que ressurgiram tensões fronteiriças. Choques violentos ocorreram na região fronteiriça de Ras Doumeira. Em janeiro de 2009, o CSNU instou ambas as

partes do conflito a retirar tropas e equipamentos militares da região, o que foi feito pelo Djibuti, mas não pela Eritreia. Em setembro de 2018, na esteira do acordo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, este país e o Djibuti anunciaram que restaurariam relações diplomáticas.

As seguidas acusações de apoio a grupos insurgentes na Somália levaram à imposição de sanções pelo CSNU e debilitaram as relações com Washington, que incluiu a Eritreia em lista de países que apoiavam o terrorismo internacional. Em dezembro de 2009, o CSNU adotou a Resolução 1907, que impunha sanções à Eritreia pelo envolvimento do país na crise da Somália e pelo descumprimento das determinações do CSNU sobre o conflito fronteiriço com o Djibuti. Em novembro de 2018, o CSNU anunciou a suspensão das sanções impostas contra a Eritreia, medida que já vinha sendo defendida por países da região, com destaque para a Etiópia.

A Eritreia sempre atribuiu alta prioridade às suas relações com o Egito, percebido como a outra potência na região, capaz de contrabalançar a influência etíope. O Egito é um dos poucos países africanos a manter embaixada residente no país e o aeroporto do Cairo é um dos poucos a ter ligação aérea direta para Asmara, com cinco voos semanais, em operação deficitária.

ECONOMIA

A Eritreia é um dos países mais pobres do mundo, figurando em 176º lugar, entre 189 países, no ranking de desenvolvimento humano da ONU. O período de quase vinte anos sob o regime do Derg, bem como os conflitos com a Etiópia, tiveram impacto sensivelmente negativo sobre a economia do país. Nos últimos anos, o crescimento da Eritreia tem sido impulsionado sobretudo, pelo desenvolvimento do setor de mineração.

Empresas estrangeiras interessadas na exploração de minérios no país devem seguir o regime de *joint venture* com a estatal ENAMCO (Companhia Nacional Eritreia de Mineração). Pesquisas de empresas sul-africanas indicam a existência de minérios em 60% do território eritreu, sendo potássio o mais abundante, provavelmente uma das maiores reservas do mundo. Cobre, zinco, prata e ouro são extraídos em pelo menos cinco minas principais, exploradas por empresas de origem russa, australiana, chinesa e canadense. Outros minérios

também presentes em solo eritreu, como sílica e tântalo, ainda não tiveram sua exploração comercial iniciada.

O regime de chuvas irregular e o histórico de conflitos armados e tensões sociais no país prejudicaram o desenvolvimento do setor agrícola, que é altamente dependente da importação de grãos para suprir o consumo doméstico.

A Eritreia enfrenta sérios desequilíbrios macroeconômicos, como a alta da inflação e do endividamento interno e externo, além de persistente déficit em transações correntes. As exportações da Eritreia atingiram, em 2021, aproximadamente US$ 600 milhões (UNCTAD). Os principais compradores foram a China (62%) e a Índia (18%). Os principais produtos exportados foram ouro e outros minerais, gado, tecidos, comida e bens manufaturados. Por sua vez, as importações foram de cerca de US$ 1,15 bilhão.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1996	Estabelecimento de relações diplomáticas
2010	Visita ao Brasil do ministro das Minas e Energia da Eritreia, Ahmed Haji (fevereiro)
2010	Visita a Brasília do ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre, para participação no Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (maio)
2011	Visita ao Brasil do ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre
2016	Visita ao Rio de Janeiro do ministro dos Esportes da Eritreia, Zemede Tekle Woldetatios, para assistir aos Jogos Olímpicos.

ATOS BILATERAIS

Não há atos bilaterais assinados entre Brasil e Eritreia.

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 5, DE 2023

(nº 90/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 90

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de março de 2023.

EM nº 00032/2023 MRE

Brasília, 15 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, junto ao Estado da Eritreia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 99/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência o Senhor
Senador **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS**
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem (4055643) na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/03/2023, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4058769** e o código CRC **0107D49C** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002645/2023-71 SUPER nº 4058769

604

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
MARÇO DE 2023

EGITO – DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Árabe do Egito
GENTÍLICO	Egípcio, egípcia
CAPITAL	Cairo
ÁREA	1.001.450 km²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	104 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã sunita (90%); cristianismo (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	República semi-presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Câmara dos Representantes e Senado
CHEFE DE ESTADO	Presidente Abdel Fattah Al-Sisi (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mostafa Madbouly (desde junho de 2018)
CHANCELER	Sameh Shoukry (desde junho de 2014)
PIB NOMINAL (US$ FMI, 2022)	US$ 469,09 bilhões
PIB PPP (FMI, 2022)	US$ 1,66 trilhão
PIB PER CAPITA (FMI, 2022)	US$ 4.500,00
PIB PER CAPITA PPP (FMI, 2022)	US$ 15.960,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	6,6% (2022); 3,3% (2021); 3,5% (2020); 5,5% (2019); 5% (2018); 5,4% (2017)
IDH (PNUD, 2020)	0,7 (116º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	71 anos (BM, 2020)
ALFABETIZAÇÃO	87% (BM, 2021)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	9,3% (BM, 2021)
UNIDADE MONETÁRIA	Libra egípcia (1 US$ = 29,89 EGP – em 27/01/23)
EMBAIXADOR NO CAIRO	Antonio de Aguiar Patriota (desde outubro de 2019)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Wael Aboul Magd (desde março de 2020)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ bilhões FOB – COMEX STAT)

BRASIL→ EGITO	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Intercâmbio	**2,96**	**2,48**	**2,46**	**2,16**	**1,87**	**2,57**	**2,40**	**2,15**	**1,96**	**2,55**	**3,48**
Exportações	2,71	2,20	2,31	2,06	1,77	2,42	2,13	1,83	1,75	2,01	2,84
Importações	0,25	0,28	0,15	0,10	0,09	0,15	0,27	0,31	0,21	0,54	0,64
Saldo	2,46	1,93	2,17	1,95	1,68	2,26	1,86	1,52	1,54	1,47	2,20

PERFIS BIOGRÁFICOS



ABDEL FATAH AL-SISI (Presidente da República). Nasceu no Cairo, em 1954. Militar de carreira, entrou para os quadros de infantaria em 1977, depois de graduar-se na Academia Militar Egípcia. Comandou uma divisão mecanizada; foi chefe de Segurança e Informação na Secretaria Geral do Ministério da Defesa; comandante da Zona Militar do Norte; chefe da Inteligência e Reconhecimento Militar. Em 2012, foi promovido a general e nomeado Chefe das Forças Armadas e ministro da Defesa e Produção Militar pelo então presidente Mohamed Morsi. Tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa, durante a presidência interina de Adly Mansour (2013-2014). Foi eleito, em maio de 2014, presidente do Egito, tendo sido reeleito para o cargo em abril de 2018.



MOSTAFA MADBOULY (Primeiro-Ministro). Nasceu no Cairo, em 1966. É bacharel, mestre e doutor em Engenharia pela Universidade do Cairo. Exerceu as funções de diretor da Autoridade Geral de Planejamento Urbano do Ministério de Habitação e Desenvolvimento Urbano (2011-12); diretor regional para os países árabes do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos-HABITAT (2021-14); e Ministro da Habitação, desde 2014. Tornou-se primeiro-ministro em junho de 2018. Após a nomeação à chefia de governo, Madbouly continuou à frente do Ministério da Habitação.



SAMEH HASAN SHOUKRY (Ministro dos Negócios Estrangeiros). Nasceu em outubro de 1952, no Cairo. Graduou-se em Direito (1975), pela Universidade Ein Shams. Ingressou na Chancelaria egípcia em 1976. Serviu em Londres, Buenos Aires e Nova York. Em 1994, tornou-se Diretor do Departamento de Estados Unidos e Canadá. No ano seguinte, foi nomeado, pelo então Presidente Hosni Mubarak, Secretário de Informação e Seguimento, cargo diretamente vinculado à Presidência. Em 2004, tornou-se Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiros e Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros. No ano seguinte, foi nomeado Representante Permanente do Egito junto à Organização das Nações Unidas, em Genebra. Em 2008, foi designado Embaixador em Washington, tendo permanecido na função até sua aposentadoria, em

2012. Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito em junho de 2014, após a eleição de Al-Sisi.

APRESENTAÇÃO

O Egito ocupa lugar central no mundo árabe, sendo, ao mesmo tempo, um país do norte da África, com fronteiras terrestres com a Líbia e com o Sudão, e a porta de entrada para o Oriente Médio, na região do Sinai. Além da costa oriental egípcia, o Golfo de Ácaba banha Israel, Jordânia e Arábia Saudita, a qual compartilha com o Egito a grande parte do Mar Vermelho. O país constitui, ainda, por meio do Canal de Suez, o ponto de passagem entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo e, por extensão, entre o Oceano Índico e o Atlântico. Sua população, atualmente estimada em 104 milhões, é a maior do mundo árabe e a terceira maior do continente africano, atrás da Nigéria e da Etiópia. Sua economia, medida pelo PIB nominal, é a segunda maior do continente africano, atrás da Nigéria, e a terceira maior do mundo árabe, depois da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos.

Palco de uma das histórias mais longas do mundo, o Egito fez parte, durante os primeiros séculos da era moderna, do Império Otomano, cuja capital se localizava em Istambul. Entre o final do Século XIX e o início do século XX, com o colapso otomano, o país passou gradativamente para a esfera da expansão colonial europeia, com o protetorado britânico tendo sido oficialmente declarado em 1914. A extinção formal do protetorado, em 1922, não foi acompanhada, porém, por redução correspondente da presença do Reino Unido, que chegou a utilizar o Egito como base de operações aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. O crescente sentimento independentista culminou com a Revolução Egípcia de 1952 (ou Revolução de 23 de julho), tendo a independência sido formalmente declarada em 1953.

Por sua inserção geográfica múltipla, no Oriente Médio, no continente africano e no Mediterrâneo, o Egito é ator geopolítico relevante. No plano africano, o Egito assume protagonismo no encaminhamento da crise na Líbia. No Oriente Médio, é atuante na Síria; assume papel de mediação no conflito israelense-palestino; e aproxima-se crescentemente dos países do Golfo, dos quais recebe importante ajuda econômica e onde vive grande parcela da diáspora egípcia.

A dimensão multilateral da política externa do Egito, sede da Liga dos Estado Árabes (LEA) é igualmente relevante, como atesta o fato de país haver sediado, em novembro de 2022, a COP-27. Constitui, ainda, importante difusor cultural no mundo árabe, por meio de sua literatura, cinema, televisão e música, consumidos e apreciados em toda a região.

RELAÇÕES BILATERAIS

Estabelecidas em 1924, as relações diplomáticas entre Brasil e Egito ganharam maior dinamismo após a instauração da República Árabe do Egito, em 1953, ano em que a legação brasileira no Cairo foi elevada a Embaixada. A Embaixada do Egito em Brasília foi aberta em 1976.

Brasil e Egito mantêm diálogo construtivo em temas regionais e multilaterais, caracterizado por ampla convergência de visões, bem como histórico positivo de apoios recíprocos em candidaturas internacionais.

A partir de 2003, a aproximação entre os dois países intensificou-se. Naquele ano, o presidente Lula visitou o Egito, ocasião em que se assinou memorando de entendimento para o estabelecimento de consultas políticas. Desde então, foram realizadas seis reuniões desse mecanismo. Em dezembro de 2009, por ocasião da visita do então chanceler Celso Amorim ao Cairo, foi firmado memorando de entendimento que estabeleceu mecanismo de diálogo estratégico entre Brasil e Egito, em reconhecimento mútuo da relevância dos dois países como interlocutores políticos em suas respectivas regiões. O mecanismo de diálogo estratégico Brasil-Egito reuniu-se uma única vez, ainda em 2009.

Entre 2003 e 2011, foram realizadas quatro visitas de chanceleres brasileiros ao Egito e uma visita de chanceler egípcio ao Brasil, em 2005. Desde 2011, não houve visita de chanceler brasileiro ao Egito. O presidente Mohamed Morsi foi o último chefe de estado egípcio a visitar o Brasil, em maio de 2013, pouco antes de sua deposição e detenção.

O ano de 2017 marcou o início de novo ciclo de aproximação bilateral, com a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio (ALC) Mercosul-Egito; encontro entre os presidentes Temer e Al-Sisi, à margem da 72ª AGNU; e a visita ao Brasil do então ministro do Comércio e Indústria egípcio, que representou seu país na 51ª Cúpula do Mercosul, sendo recebido pelo então presidente Michel Temer.

Em abril de 2018, realizou-se a V Reunião de Consultas Políticas, após um hiato de sete anos. Em julho do mesmo ano, o ministro Aloysio Nunes Ferreira encontrou-se com conselheiro especial do presidente Al-Sisi, à margem da 10ª Cúpula dos BRICS, ocasião na qual convidou o chanceler brasileiro a visitar o Egito. Em outubro do mesmo ano, o Egito formalizou seu apoio à candidatura do Brasil a assento não permanente no CSNU (biênio 2022-2023).

Desde meados de 2019, tem-se intensificado o diálogo político e a construção de confiança recíproca entre Brasil e Egito, a exemplo da visita ao Cairo da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da VI Reunião de Consultas Políticas, em julho de 2020, em nível de secretários; de videoconferência (fevereiro de 2021), telefonema (junho de 2021) e reunião presencial à margem da AGNU (setembro de 2021) entre os chanceleres, quando trataram sobretudo da agenda bilateral.

Em setembro de 2021, o então vice-presidente Hamilton Mourão realizou visita ao Cairo, quando foi recebido pelo presidente Al-Sisi, acompanhado do chanceler Shoukry; pelo primeiro-ministro Mostafa Madbouly; e pelo ministro da Defesa e Produção Militar, general Mohamed Zaki. O ex-vice-presidente participou, ainda, da cerimônia de inauguração do escritório da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) no Cairo, com a presença da ministra do Comércio e Indústria, Nevine Gamea.

Em novembro de 2022, a convite do presidente Abdel Fattah Al Sisi, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva participou da COP-27, em Sharm El Sheik (Egito), como participante especial. Na ocasião, o presidente Lula manteve conversa telefônica com o presidente Al-Sisi, em que agradeceu as facilidades logísticas oferecidas, e o convidou a visitar o Brasil em 2023.

Os chanceleres Mauro Vieira e Sameh Shoukry mantiveram reunião bilateral à margem da reunião ministerial do G20, realizada em Nova Délhi, em 2 de março de 2023, ocasião em que trataram do conflito na Ucrânia e da agenda bilateral Brasil-Egito. Brasil e Egito têm-se posicionado de forma semelhante em relação ao conflito na Ucrânia, reafirmando o compromisso em defesa da Carta da ONU e favorecendo iniciativa de paz. Está sendo agendada, pelos canais diplomáticos, visita do chanceler Sameh Shoukry ao Brasil, provavelmente em maio próximo, no âmbito de visita a outros países da região.

Brasil e Egito concluíram, recentemente, negociações de Acordo por Troca de Notas para Evitar a Dupla Tributação (ADT) dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional, que viabilizará a criação da rota Cairo-São Paulo a ser operada pela estatal EgyptAir, e Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Defesa do Brasil e do Egito, que incrementará a promissora cooperação bilateral na área.

Temas consulares

Até 1º de março de 2023, treze cidadãos brasileiros estavam detidos em presídios egípcios por tráfico de drogas. Este quadro motivou a negociação, ainda em curso, de tratado para transferência de pessoas condenadas.

Cooperação técnica

A cooperação técnica bilateral com o Egito está amparada no Acordo de Cooperação Técnica e Científica, celebrado em 31 de janeiro de 1973, e promulgado em 04 de janeiro de 1974. Em 29 de julho de 2009, Brasil e Egito assinaram o Memorando de Entendimento para Promover Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África. Até o momento, não foi implementada nenhuma ação conjunta ao abrigo do mesmo.

Atualmente, há quatro demandas egípcias de cooperação técnica bilateral sob análise da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nas áreas de produção de etanol, de leite, de cana-de-açúcar e algodão.

Cooperação em defesa

A área de defesa é setor promissor para o aprofundamento das relações bilaterais com o Egito. Na vertente de capacitação, o Estado-Maior do Exército tem oferecido regularmente quatro vagas anuais a oficiais egípcios para os seguintes cursos, ministrados em estabelecimentos de ensino no Brasil: Curso de Idioma Português para Militares Estrangeiros; Curso Internacional de Operações na Selva; Curso Internacional de Estudos Estratégicos; Estágio Internacional de Defesa Cibernética para Oficiais das Nações Amigas; e Estágio de Preparação para Missões de Paz. Em 2023, o Egito aceitou convite para participar do estágio de preparação para missões de paz, do estágio internacional de defesa cibernética e do curso de português para militares estrangeiros.

A dimensão econômico-comercial possui vasto potencial tendo em conta ser o Egito o terceiro maior comprador de armamentos no mundo e o primeiro na África. Há histórico de aquisição de produtos de defesa brasileiros pelo Egito, e a Força Aérea egípcia chegou a dispor de 54 aeronaves EMB-312 (Tucano), produzidas nos anos 80 mediante parceria entre a EMBRAER e a Organização Árabe para a Industrialização (AOI).

Em maio de 2022, no contexto da visita do então secretário especial para Assuntos Estratégicos da Presidência da República, foi firmado memorando de entendimento entre o Ministério da Defesa do Brasil e a Organização Árabe para a Industrialização (AOI), bem como memorando de entendimento entre o Ministério da Defesa do Brasil e o Ministério da Produção Militar do Egito. Na mesma ocasião,

realizaram-se, igualmente, duas demonstrações de voo da aeronave C-390, com vistas a atender aos requisitos operacionais demandados pelo governo egípcio para eventual compra.

Comércio e investimentos

Em 2022, a corrente comercial entre o Brasil e o Egito cresceu de maneira expressiva e atingiu cerca de US$ 3,5 bilhões, maior resultado dos últimos dez anos. As exportações brasileiras somaram cerca de US$ 2,85 bilhões (aumento de 41% em relação a 2021), as importações totalizaram US$ 650 milhões (expansão de 18%) e o saldo final foi superavitário para o Brasil (saldo de US$ 2,2 bilhões). Desse modo, em 2022, o Egito tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil na África, superando a Argélia, que ocupou essa posição em 2021. O Egito se manteve, ainda, como principal destino das exportações brasileiras para os países africanos. O Brasil, por sua vez, foi o principal parceiro comercial do Egito na América Latina no mesmo ano.

Tradicionalmente, os principais produtos exportados pelo Brasil para o Egito são milho, açúcares, carne bovina, minério de ferro e soja (4%). Já o Egito fornece, sobretudo, fertilizantes para o agronegócio brasileiro. Esse fato, aliado à circunstância de que o Egito ser um importador líquido de alimentos, configura uma complementariedade estrutural, entre as duas economias, que se reveste de caráter estratégico.

Desde a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, em 2017, há indícios de diversificação das exportações brasileiras, com maior participação de bens manufaturados. O calendário do acordo MERCOSUL-Egito prevê plena desgravação tarifária até 2026, representando oportunidade para desenvolvimento contínuo de nossas relações comerciais bilaterais.

Quanto aos investimentos, registre-se a presença do grupo Camargo Correia no Egito, cuja participação na cimenteira Amreyah Cement representa o maior investimento brasileiro no país. Há também relevante presença brasileira no setor de transportes, a exemplo das empresas Marcopolo e Randon.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de contratos de empréstimos ou financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil em favor do Egito.

POLÍTICA INTERNA

O Egito é uma república semipresidencialista e um estado unitário. O presidente é o chefe de estado, e o primeiro-ministro, o chefe de governo. O presidente chefia também o Executivo, junto com o gabinete de governo. O presidente é eleito por voto popular direto para mandato de seis anos. O primeiro-ministro é nomeado pelo presidente, que também nomeia os ministros, e confirmado pela câmara baixa do Parlamento.

Atualmente, o país encontra-se em momento de consolidação de sua estabilidade política, depois das manifestações da Primavera Árabe (2011) e da eleição (2012) e queda (2013) do presidente Morsi.

O presidente Abdel Fatah Al-Sisi foi eleito pela primeira vez em 2014 e reconduzido em 2018. Em 2019, foram aprovadas, por referendo popular, emendas à constituição de 2014, que resultaram na ampliação do mandato presidencial de quatro para seis anos, podendo o presidente exercer três mandatos consecutivos; no fortalecimento das prerrogativas do executivo; e na reinstituição do Senado.

No plano interno, o governo do presidente Sisi, caracteriza-se pela implementação de amplo projeto de modernização e reforma econômica e social, consubstanciado em plano estratégico de longo prazo, dedicado à consecução de metas de desenvolvimento sustentável em diversos âmbitos (*Egypt Vision 2030*).

Enquadram-se nesses esforços os megaprojetos de infraestrutura, como a renovação da malha viária, a ampliação do Canal de Suez e a construção de novas cidades, em particular a Nova Capital Administrativa (NAC).

O agravamento da situação econômica no Egito, sobretudo a inflação dos alimentos, tem motivado o aumento da insatisfação popular em relação ao governo do presidente Abdel Fatah Al-Sisi.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa egípcia tem-se pautado pela diplomacia multipolar, em que opera exercício de equilíbrio entre as relações com Washington, Bruxelas, Moscou e Pequim, sem dispensar interlocução de alto nível com potências regionais e países do Sul Global.

O Egito atua como potência regional tanto na África como no Oriente Médio, desempenhando papel de relevo no encaminhamento das situações na Líbia e no Sudão, bem como na questão israelense-palestina e da Síria. Na agenda regional da política externa egípcia, destaca-se também a controvérsia com a Etiópia em torno da construção de hidrelétrica etíope no Nilo Azul (Hidrelétrica da Grande Renascença

Etíope – GERD). Recorde-se que o Nilo supre 95% das necessidades hídricas do Egito.

Os BRICS ocupam importante lugar na estratégia egípcia de diversificação de parcerias externas. O Egito participou, no âmbito do diálogo expandido, em cúpulas recentes do agrupamento. A possibilidade de incorporação do Egito ao BRICS, em especial em seu banco, é um desejo fortemente manifestado por lideranças políticas do país.

O ambiente geopolítico inaugurado com o conflito na Ucrânia trouxe novos desafios para o Egito em termos econômicos e de segurança alimentar, decorrentes da repentina interrupção no fluxo de turistas provenientes de Rússia e Ucrânia e de dependência egípcia de importação de cereais desses mesmos países, que, tradicionalmente, respondiam por 85% das importações egípcias de trigo. O Egito tem tentado manter posição de defesa da Carta da ONU e de independente em relação ao conflito, na medida em que o país é importador de grandes quantidades do trigo russo e próximo econômica e politicamente dos Estados Unidos. No âmbito de iniciativa da Liga dos Estados Árabes (LEA), o Egito tem participado de tentativas de mediação entre Moscou e Kiev.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Egito é a segunda maior economia da África, com PIB de US$ 469 bilhões, atrás apenas da Nigéria (US$ 504 bilhões) e terceira maior economia entre os países árabes, atrás da Arábia Saudita (US$ 1 trilhão) e dos Emirados Árabes Unidos (US$ 505 bilhões), segundo dados do FMI, referentes a 2022.

Em consequência dos impactos negativos da pandemia da Covid-19 sobre setores-chave da economia egípcia, como o turismo, a navegação internacional pelo Canal de Suez e o setor de óleo e gás, as taxas de crescimento da economia egípcia em 2020 (3,6%) e em 2021 (3,3%) recuaram em relação àquela registrada em 2019 (5,6%). Não obstante, esses dados revelam a resiliência da economia egípcia em contexto negativo que levou muitos países à recessão. Em 2022, segundo FMI, o crescimento do PIB do Egito foi da ordem de 6,3%. Para 2023, o Fundo prevê crescimento menor, da ordem de 4,4%.

A economia egípcia vem sofrendo com os impactos negativos da crise na Ucrânia e das sanções unilaterais impostas à Rússia. Os principais setores afetados são os de turismo, energético e das *commodities* alimentares (trigo e óleos vegetais), com efeitos prejudiciais sobre a inflação, o orçamento público e a taxa de câmbio. O Egito é o maior importador mundial de trigo, importando cerca de 49% do que consome. Rússia e Ucrânia são origem de 85% das importações egípcias de trigo. Estima-se que

preços mais altos do trigo podem quase dobrar os gastos anuais do governo local com importações do produto, sobrecarregando as finanças públicas e alimentando a pressão inflacionária.

Outra consequência da guerra na Ucrânia tem sido a drástica redução nas receitas do turismo causadas pela interrupção do importante fluxo de visitantes russos e ucranianos para os balneários do Mar Vermelho (quase 30% do total de turistas recebidos pelo país), fator que tem contribuído para a forte desvalorização da lira egípcia em 2022, de cerca de -15%.

Também preocupa as autoridades locais a tendência de alta nos preços do petróleo. O Egito, como importador líquido de petróleo bruto e derivados, é afetado negativamente pelas oscilações de preço. Economistas alertam para o risco de que a pressão gerada pelo aumento dos preços de petróleo e do trigo possa levar a inflação no Egito, em 2023, à taxa de 12%, bem acima da taxa registrada em 2022 (8%).

Dada a deterioração de seu quadro macroeconômico, o Egito finalizou, em 27 de outubro de 2022, acordo com o FMI que inclui a adoção de regime cambial flexível, com objetivo de alcançar a estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade de sua dívida externa, fortalecendo a sua resiliência ante os choques externos.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2023 – Reunião bilateral entre o chanceler Mauro Vieira e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Sameh Shoukry, à margem de reunião ministerial do G20 realizada em Nova Délhi (março).

2022 – Participação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, a convite do presidente egípcio, na 27ª Conferência das Partes (COP 27) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Sharm El-Sheikh (novembro).

2022 – Visita ao Egito do secretário especial para Assuntos Estratégicos da Presidência da República, ministro Flávio Rocha, e do ministro da Agricultura, Marcos Montes (maio).

2021 – Visita do vice-presidente Hamilton Mourão ao Cairo (setembro).

2021 – Reunião entre os chanceleres França e Shoukry, em Nova York, à margem da 76ª Assembleia Geral da ONU (setembro).

2021 – Reunião, por videoconferência, entre o então chanceler Ernesto Araújo e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Sameh Shoukry (fevereiro).

2020 – VI Reunião de Consultas Políticas Brasil-Egito, por videoconferência, em nível de secretários.

2019 – Visita ao Egito da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Teresa Cristina (setembro).

2018 – Visita a Sharm El-Sheikh do Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, por ocasião da 14ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (novembro).

2018 – Visita ao Egito do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eumar Novacki (setembro).

2018 – Encontro, em Joanesburgo, do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira com o ex-Primeiro-Ministro e Representante Especial do Presidente Abdel Fattah El-Sisi, Sr. Sherif Ismail, à margem da X Cúpula dos BRICS (julho).

2018 – Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Egito, no Cairo (abril).

2018 – 1ª Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Egito (fevereiro).

2017 – Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Indústria do Egito, Tarek Kabil, representando o Presidente Abdel Fattah El-Sisi, por ocasião da 51ª edição da Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (dezembro).

2017 – Encontro bilateral, em Nova York, entre o Presidente Michel Temer e o Presidente Abdel Fattah El-Sisi à margem da 72ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas (setembro).

2017 – Entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Egito (1º de setembro).

2014 – Visita ao Egito do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller (agosto).

2013 – Visita ao Brasil do Presidente Mohamed Morsi (8 e 9 de maio).

2012 – Encontro entre o Presidente Mohamed Morsi e a Presidente Dilma Rousseff à margem da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas (setembro).

2012 – Participação de técnicos egípcios, com financiamento da Agência Brasileira de Cooperação, no Seminário "Política Social para o Desenvolvimento", organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (janeiro).

2011 – Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Egito, no Cairo (maio).

2011 – Visita ao Egito do Chanceler Antonio de Aguiar Patriota (7 e 8 de maio).

2011 – Governo brasileiro realiza contribuição de US$ 150 mil para atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Egito (maio).

2010 – Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior e Indústria do Egito, Rachid Mohamed Rachid. Durante a sua participação na Cúpula do MERCOSUL, em San Juan, é assinado o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Egito (agosto).

2010 – Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Egito, em Brasília (julho).

2010 – Assinado Acordo Institucional entre o Centro de Pesquisa Agrícola do Egito e a EMBRAPA (maio).

2010 – Visita ao Egito do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge (março).

2009 – Chanceler Celso Amorim retorna ao Egito para participar da Conferência Internacional de Sharm-El-Sheikh em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza (março).

2009 – Visita do Chanceler Celso Amorim ao Egito.

2008 – Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Indústria do Egito, Rachid Mohammed Rachid (agosto).

2006 – Intercâmbio comercial bilateral cresce 250% em relação a 2001, atingindo US$ 1,3 bilhão.

2005 – Assinatura do Programa Executivo para Implementação do Acordo Cultural e Educacional.

2005 – Visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros Aboul Gheit para participar da I Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA), à margem da qual se reúne com o Chanceler Celso Amorim (maio).

2004 – Visita ao Egito do Chanceler Celso Amorim para participar, como convidado especial, de reunião da Liga Árabe; encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ahmed Maher, e com o Ministro do Comércio Exterior, Youssef Boutros Ghali (maio).

2003 – Assinatura de Memorando de Entendimento sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.

2003 – Assinatura do Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas Políticas.

2003 – Visita ao Egito do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (dezembro).

2003 – Visita ao Egito do Chanceler Celso Amorim (junho).

1996 – Assinatura de Memorando de Entendimento sobre Turismo.

1991 – Assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, sobre Cooperação em Pesquisa Aplicada à Agricultura e Áreas Afins.

1991 – Visita ao Egito do Chanceler Francisco Rezek.

1987 – Visita ao Egito do Chanceler Roberto de Abreu Sodré.

1985 – Assinatura de Acordo para criação de Comissão Mista Brasileiro-Egípcia.

1985 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Boutros Boutros-Ghali.

1976 – Abertura da Embaixada do Egito em Brasília.

1973 – Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e Científica.

1973 – Assinatura de Acordo Comercial.

1973 – Visita ao Egito do Chanceler Mário Gibson Barbosa.

1972 – Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mourad Ghaleb.

1960 – Assinatura de Acordo Cultural.

1953 – Elevada a representação diplomática brasileira no Cairo ao nível de Embaixada (decreto nº 32.290, de 20 de fevereiro).

1924 – Estabelecimento de relações diplomáticas; criação da Legação do Brasil no Egito, em nível de Ministro Residente (decreto nº 16.397, de 27 de fevereiro); chegada ao Cairo do Ministro Residente do Brasil (6 de agosto).

1922 – Brasil reconhece a independência do Egito (decreto nº 15.505, de 31 de maio).

1917 – Brasil nomeia Ministro Residente para chefiar a agência diplomática no Egito, também encarregado do Consulado-Geral (decreto 12.585, de 20 de julho).

1910 – O Cônsul-Geral do Brasil em Alexandria passa a ter o caráter de agente político ou diplomático para o Egito (decreto nº 2.259, de 21 de setembro).

1876 – Segunda visita do Imperador D. Pedro II ao Egito.

1871 – Primeira visita do Imperador D. Pedro II ao Egito.

1863 – Brasil nomeia cônsul-geral honorário em Alexandria (31 de maio).

ATOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área de Desenvolvimento Social	**Cooperação Técnica**	08/05/2013	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica	**Cooperação Técnica**	08/05/2013	Situação especial
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Agrário	Agricultura **Cooperação Técnica**	08/05/2013	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	**Agricultura** Cooperação Técnica	08/05/2013	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico	**Consultas Diplomáticas**	27/12/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva	**Cooperação Educacional e Esportiva**	27/12/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores d do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Egito sobre Cooperação Mútua entre Institutos Diplomáticos	**Academias Diplomáticas**	29/07/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento para Promover Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África	**Cooperação Técnica**	29/07/2009	Em Vigor
Programa Executivo ao Acordo Cultural	**Cooperação Artístico-cultural**	09/05/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	**Vistos e Imigração**	09/12/2003	Em Vigor
Memorando de Entendimento para Estabelecer Consultas	**Consultas**	09/12/2003	Em Vigor

Título do Acordo	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Políticas	**Diplomáticas**		
Memorando de Entendimento sobre Turismo	**Turismo, Feira e Exposições**	14/11/1996	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto para Estudos Diplomáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Egito e o Instituto Rio Branco IRBr do Ministério das Relações Exteriores.	**Academias Diplomáticas**	09/05/1993	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Científica sobre Cooperação em Pesquisa Aplicada à Agricultura e Áreas Afins.	**Agricultura**	09/11/1991	Em Vigor
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação	**Comissão Mista**	07/03/1985	Em Vigor
Acordo Comercial	**Comércio**	31/01/1973	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	**Cooperação Científica e Tecnológica**	31/01/1973	Em Vigor
Relatório Final da Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Cooperação Cultural, Técnica e Científica Brasil-Egito	**Cooperação Artístico-cultural**	27/01/1973	Superado
Acordo Cultural	**Cooperação Artístico-cultural**	17/05/1960	Em Vigor
Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino do Egito	**Cooperação Artístico-cultural**	08/09/1951	Substituído
Acordo Comercial Provisório	**Comércio**	01/08/1936	Expirado
Acordo, por troca notas, Comercial Provisório entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino do Egito.	**Comércio**	13/05/1930	Expirado

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL NO CAIRO

Candidato: PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto

Dados pessoais e formação acadêmica: Nascido em 13 de fevereiro de 1961, em Curitiba, Paraná. Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco, 1985-1986. Curso de Pós-graduação ("Lato sensu") em Administração Pública (CIPAD) pela Fundação Getúlio Vargas, 1987-1988. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), 1995. Curso de Altos Estudos - IRBr, "As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros", 2007.

Carreira diplomática: Terceiro Secretário, dezembro de 1986. Segundo Secretário, junho de 1993. Primeiro Secretário, por merecimento, junho de 1999. Conselheiro, por merecimento, dezembro de 2004. Ministro de Segunda Classe, por merecimento, dezembro de 2008. Ministro de Primeira Classe, por merecimento, dezembro de 2015.

Cargos e funções no Brasil: Secretaria de Orçamento e Finanças, assistente, 1987. Secretaria de Relações com o Congresso, assistente, 1988 a 1991. Cerimonial (Divisão de Visitas), assistente, 1999. Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (SGEX), assistente e assessor, 1999 a 2003. Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (SGEX), Chefe de Gabinete, 2008. Divisão de Serviços Gerais (DSG), Chefe, 2008 a 2009. Divisão do Meio Ambiente, Chefe, 2010 a 2013. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Conselheiro Titular, Representante do MRE, 2010 a 2013. Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselheiro Titular, Representante do MRE, 2010 a 2013. Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conselheiro Titular, Representante do MRE, 2011 a 2011. Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos I (SGAP-I), Chefe de Gabinete, 2013. Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, Diretor, de novembro de 2013 a novembro de 2016. Secretaria de Comunicação e Cultura, Secretário, de 01/12/2020 a 13/07/2021. Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, Secretário, de 14/07/2021 a 19/04/2022. Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos, Secretário, de 20/04/2022 a 27/02/2023.

Missões no Brasil (alguns exemplos): Integrou a delegação brasileira à XXVII Cúpula de chefes de Estado do Mercosul, Ouro Preto, 2004. Integrou a delegação brasileira à Reunião do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), Brasília, 2006. Integrou a delegação brasileira à Reunião de Alto Nível do G20, Rio de Janeiro, 2006. Integrou a delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Rio de Janeiro, 2012. Chefiou a delegação brasileira à I Reunião do Diálogo Brasil-China sobre Estados Unidos, Brasília, 2014. Chefiou a delegação brasileira ao Diálogo de Alto Nível sobre Direitos Humanos Brasil – União Europeia, 2021.

Missões Permanentes no exterior: Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo Secretário, 1991 a 1995. Embaixada em Santiago, Segundo Secretário, 1995 a 1999. Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário e Conselheiro, 2003 a 2007. Embaixada em Berna, Conselheiro, 2007 a 2008. Embaixada em Luanda, Embaixador, de 16/11/2016 a 27/11/2020.

Missões no exterior (alguns exemplos): Integrou a delegação brasileira à II Cúpula das Américas, Santiago, 1997. Consulado-Geral em Roma, Encarregado do Consulado-Geral, em missão transitória, 2001. Integrou a delegação brasileira à Conferência de Desarmamento, Genebra, de 2003 a 2007. Integrou a delegação brasileira à VII Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), Nova York, 2005. Chefiou a delegação brasileira à V Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Nagoya, 2010. Foi o Chefe, alterno, da delegação brasileira à X Conferência das Partes na Convenção de Diversidade Biológica (COP 10), Nagoya, 2010. Foi o Chefe, alterno, da delegação brasileira à 9ª Sessão do Foro das Nações Unidas sobre Florestas, Nova York, Chefe, 2011. Chefiou a delegação brasileira à VI Reunião das Partes (V COP/MOP) do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Hyderabad, Índia, 2012. Chefiou a delegação brasileira à IV Reunião Ordinária de 2015 do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), Washington, 2015. Integrou a delegação brasileira ao XLV Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 2015. Integrou a delegação brasileira à VII Cúpula das Américas, Cidade do Panamá, 2015. Co-chefiou a delegação brasileira à COP-26 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Glasgow, 2021. Integrou a delegação brasileira na semana de abertura da 77ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York, 2022. Chefiou a delegação brasileira à 66ª Sessão da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, 2022. Co-chefiou a delegação brasileira à COP-27 da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Sharm el-Sheikh, 2022.

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EGITO E ENTRE BRASIL E ERITREIA
(elaborado pelo Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, que deixa o posto)

I – Relações diplomáticas

1. Estabelecidas em 1924, as relações diplomáticas entre Brasil e Egito ganharam maior dinamismo após a instauração da República Árabe do Egito, em 1953, ano em que a legação brasileira no Cairo foi elevada a Embaixada. A Embaixada do Egito em Brasília foi aberta em 1976.
2. Os dois países mantêm diálogo construtivo em temas regionais e multilaterais, caracterizado por ampla convergência de visões, bem como histórico positivo de apoios recíprocos em candidaturas internacionais.
3. Os principais marcos da relação bilateral foram a celebração de memorando de entendimento (MdE) para o estabelecimento de consultas políticas (2003); MdE para o estabelecimento do mecanismo de diálogo estratégico (2009); Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito (em vigor desde 2017); apoio do Egito à candidatura brasileira a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2022-2023; conclusão das negociações de Acordo por Troca de Notas para Evitar a Dupla Tributação (ADT) dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional, o que viabilizará a criação da rota aérea Cairo-São Paulo; e do Protocolo de Cooperação entre o ministérios das defesas dos dois países.
4. Entre os encontros de alto nível recentes, destacam-se: (i) visita do então Vice-Presidente Hamilton Mourão ao Cairo, onde foi recebido pelo Primeiro Ministro Madbouly e pelo Presidente Sisi, em setembro de 2021; (ii) a ida, em novembro de 2022, do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva a Sharm El Sheik (Egito), a convite do presidente Abdel Fattah Al Sisi, para participar da COP-27; e (iii) reunião bilateral entre os chanceleres Mauro Vieira e Sameh Shoukry, à margem da reunião ministerial do G20, realizada em Nova Délhi, em 2 de março de 2023.

II – Relação econômico-comercial

1. O Egito é o maior parceiro comercial do Brasil na África. Em 2022, a corrente comercial entre os dois países atingiu a cifra de US$ 3,48 bilhões, maior resultado dos últimos dez anos. As exportações brasileiras somaram cerca de US$ 2,85 bilhões (aumento de 41% em relação a 2021), as importações totalizaram US$ 650 milhões (expansão de 18%) e o saldo final foi superavitário para o Brasil (saldo de US$ 2,2 bilhões).
2. Tradicionalmente, os principais produtos exportados pelo Brasil para o Egito são milho, açúcares, carne bovina, minério de ferro e soja (4%). Já o Egito fornece, sobretudo, fertilizantes para o agronegócio brasileiro.
3. O fato de o Egito ser importador líquido de alimentos faz com que haja complementariedade estrutural entre as duas economias, que se reveste de caráter estratégico.
4. Quanto aos investimentos, registre-se a presença brasileira no setor de transportes, a exemplo das empresas Marcopolo e Randon.

5. Em coordenação com o Adido Agrícola, foram empreendidos esforços bem sucedidos para superar entraves fitossanitários a importações de produtos egípcios como alho, laranjas e azeitonas. Em atendimento a interesse brasileiro, entendimentos foram alcançados para a exportação de bananas e algodão, entre outros produtos.
6. A inauguração de escritório, em setembro de 2021, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) no Cairo trouxe valioso apoio às atividades do setor de Promoção Comercial da Embaixada. O escritório - sob a chefia do Sr. Michael Gamal (negociador egípcio do acordo com o MERCOSUL) tem contribuído para organizar visitas ao Egito de missões de entidades como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e a Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO).
7. Entre as iniciativas organizadas ou apoiadas pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada, destacam-se: (i) evento na Embaixada, em outubro de 2022, para celebrar o Dia Internacional do Café, durante o qual foram servidos cafés de cinco regiões brasileiras com indicação de origem; (ii) missão da ABIMO ao Cairo em fins de 2022; (iii) missão técnica da APEX ao Cairo e Alexandria para a prospecção de mercado nos setores de alimentos e bebidas foco o aumento das exportações de café, banana, maçã, feijões e leguminosas; (iv) participação do Brasil na Feira Comercial Food Africa 2022 em dezembro de 2022.

III – Cooperação Técnica

1. A cooperação técnica bilateral está amparada no Acordo de Cooperação Técnica e Científica (em vigor desde 1974) e o Memorando de Entendimento para Promover Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Países da África (em vigor desde 2009).
2. No momento, há quatro demandas egípcias de cooperação técnica bilateral sob análise da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), nas áreas de produção de etanol, de leite, de cana-de-açúcar e algodão.

III- Cooperação em defesa

1. Na vertente de capacitação, o Estado-Maior do Exército tem oferecido regularmente quatro vagas anuais a oficiais egípcios para os seguintes cursos: Curso de Idioma Português para Militares Estrangeiros; Curso Internacional de Operações na Selva; Curso Internacional de Estudos Estratégicos; Estágio Internacional de Defesa Cibernética para Oficiais das Nações Amigas; e Estágio de Preparação para Missões de Paz.
2. O então Secretário Nacional de Assuntos Estratégicos (SAE), Almirante Flavio Rocha, realizou périplo pelo mundo árabe com escala de dois dias no Cairo, em maio de 2022, acompanhado por delegação que incluiu representante do Ministério da Defesa e da EMBRATUR, parlamentar e quarenta empresários dos setores agrícola, de fertilizantes, de móveis e produtos de defesa.
3. Em junho de 2022, o General de Brigada Sérgio Queiroz, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) inaugurou, no Cairo, o Comitê de Cooperação Militar Brasil-Egito, acompanhado de integrantes do Ministério da Defesa. Na ocasião foram abordadas modalidades de cooperação e intercâmbio de oficiais entre as

forças armadas dos dois países. A parte egípcia demonstrou especial interesse pela indústria de defesa brasileira. Segunda reunião do mecanismo deverá ocorrer no Brasil, em 2023.

IV – Temas culturais

1. Elenca-se, a seguir, as seguintes atividades culturais organizadas pela Embaixada: (i) em janeiro de 2020, os escritores Julián Fuks e Tatiana Salem Levy (com romances traduzidos para o árabe), compareceram à feira do livro do Cairo e proferiram palestra na Biblioteca Pública da capital; (ii) em maio do mesmo ano realizou-se a primeira Semana de Literatura Latino-Americana, com videoconferências de autores contemporâneos da região, entre os quais Julián Fuks; (iii) o escultor João Trevisan foi incluído entre os expositores da mostra de arte contemporânea "Art D'Égypte", cuja 4ª edição se intitulou "Forever is Now"; (iv) diplomata da Embaixada acompanhou, em Luxor, o encerramento dos trabalhos da temporada de 2022 do Programa Arqueológico Brasileiro no Egito (BAPE), de projeto conduzido pelo arqueólogo José Roberto Pellini e apoiado pela Universidade Federal de Sergipe e em associação com o Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais; e (v) Exposição de fotografias, organizada pela Embaixada, das duas viagens ao Egito realizadas por D.Pedro II no século XIX no Gezira Arts Center do Cairo, em novembro de 2021, segunda edição da exposição teve lugar na Biblioteca de Alexandria, em dezembro de 2022.

V – Temas consulares

1. Em 2021, foi inaugurado o Conselho de Cidadãos Brasileiros do Cairo, aprimorando o diálogo do posto com os cidadãos brasileiros que residem no Egito.
2. O setor consular da Embaixada se situa entre os maiores emissores de vistos para o Brasil no Oriente Médio, incluída a categoria de vistos humanitários para refugiados sírios e vistos de visita.
3. O setor consular continua a prestar assistência consular aos 13 brasileiros presos no Egito, mediante visitas regulares e apoio jurídico com recursos da Embaixada. Os presos brasileiros são visitados pelo posto a cada dois meses e recebem auxílio humanitário e artigos básicos de higiene.

Relações com Eritreia

1. As relações entre Brasil e Eritreia, estabelecidas em 1996, ainda são incipientes, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e raras visitas bilaterais de alto nível. Restrições ao ingresso na Eritreia, decorrentes da pandemia de covid-19 e da guerra na província etíope vizinha do Tigré (2020-2022), dificultaram a programação de missões da Embaixada do Brasil no Cairo a Asmara. Não obstante, o posto manteve contato regular com a Embaixada da Eritreia na capital egípcia, cujo embaixador mostrou-se receptivo às gestões relativas a candidaturas brasileiras e aberto ao diálogo sobre os desafios enfrentados por seu país.
2. Muito oscilante e pouco expressivo, o comércio bilateral tem sido tradicionalmente superavitário para o Brasil (as exportações do Brasil corresponderam a 97% do comércio bilateral em 2022). O primeiro registro de intercâmbio comercial entre os

dois países data de 2002, não ultrapassando, então, US$ 2,9 mil e consistindo unicamente de exportações brasileiras.

3. Estão em curso tratativas para a organização de missão da Embaixada do Brasil no Cairo a Asmara, com vistas à exploração de possibilidade de cooperação em matéria de desenvolvimento rural. Existe forte demanda na Eritreia por agrônomos qualificados, com especialização em agricultura tropical. A proposta é de deslocamento de diplomata do posto com o Adido Agrícola para contatos exploratórios no Ministério de Negócios Estrangeiros e da Agricultura.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à República Árabe do Egito e ao Estado da Eritreia.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República nas relações Brasil-Egito e Brasil-Eritreia, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar a parceria política entre Brasil e Egito, manter o diálogo com a Eritreia e promover a inserção econômica competitiva do Brasil na região, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no Egito e na Eritreia.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais com Egito e Eritreia e com blocos regionais, com destaque para a Liga dos Estados Árabes.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no Egito e na Eritreia.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no Egito e na Eritreia.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Promover o aumento das exportações do Brasil para Egito e Eritreia (Objetivos Estratégicos 1 e 6);
2) Promover a diversificação das exportações do Brasil para Egito e Eritreia, com ênfase no aumento do valor agregado das exportações (Objetivos Estratégicos 1 e 6);
3) Promover a abertura de mercados atualmente fechados e manutenção de acesso de mercados atualmente abertos no Egito e na Eritreia, com ênfase na obtenção do reconhecimento pelo Egito do Sistema de Inspeção Federal do Brasil, facilitando as exportações de carne brasileira (Objetivos Estratégicos 1 e 6);
4) Promover a atração de investimentos egípcios para o Brasil (Objetivos Estratégicos 1 e 6);
5) Apoiar investidores brasileiros no Egito e na Eritreia (Objetivos Estratégicos 1 e 6);
6) Promover a continuidade da implementação do ALC Mercosul-Egito para que as facilidades tarifárias e comerciais em geral do Acordo sejam plenamente utilizadas por produtores dos dois países (Objetivos Estratégicos 1 e 5);
7) Avaliar oportunidade de acionar cláusula evolutiva do ALC Mercosul-Egito para o comércio de serviços e área de investimentos (Objetivos Estratégicos 1 e 5);
8) Promover a criação de rota aérea Cairo-São Paulo, ao abrigo dos acordos de serviços aéreos e para evitar a dupla tributação em serviços aéreos (Objetivos Estratégicos 1 e 5).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de iniciativas de inteligência comercial;
2) Número de ações de promoção comercial;
3) Número de reuniões sobre temas econômico-comerciais com empresas brasileiras e parceiros egípcios e eritreus (entre outros, Ministérios, agências governamentais e regulatórias, câmaras de comércio, grupos de amizade, associações setoriais, importadores, exportadores, investidores);
4) Número de participações em eventos para promoção de comércio e investimentos (feiras, seminários, mostras etc.);
5) Número de respostas a consultas sobre informação comercial e econômica Brasil-Egito e Brasil-Eritreia;
6) Número de relatórios de acompanhamento econômico-comercial de Egito e Eritreia.
7) Proporção do comércio de bens bilateral Brasil-Egito ao abrigo do ALC Mercosul-Egito

8) Número de reuniões com autoridades egípcias e setores produtivos egípcio e brasileiro sobre a extensão do ALC Mercosul-Egito para serviços e investimentos;

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Acompanhar e informar sobre a situação política interna no Egito e na Eritreia (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
2) Acompanhar e informar sobre a política externa de Egito e Eritreia (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
3) Acompanhar e informar sobre a política, economia política e geopolítica do entorno regional, relativo ao Norte da África e ao Oriente Médio, e continental (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
4) Promover o aprofundamento das relações políticas Brasil-Egito e Brasil-Eritreia (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
5) Retomar as visitas recíprocas de altas autoridades, com ênfase na redução do déficit de visitas de alto nível de autoridades egípcias ao Brasil (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
6) Fomentar a cooperação interparlamentar entre os dois países (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
7) Organizar reuniões periódicas do Mecanismo de Consultas Políticas com Egito, devendo a próxima realizar-se em Brasília (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
8) Retomar o Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Egito (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
9) Avaliar a elevação da relação bilateral ao nível de Parceria Estratégica, por ocasião de futura visita presidencial (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);
10) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral (Objetivos Estratégicos 1, 2, 4 e 5);

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de informes sobre política interna egípcia e eritreia;
2) Número de informes sobre política externa egípcia e eritreia;
3) Número de informes sobre política regional e continental;
4) Número de reuniões com interlocutores políticos relevantes (oficiais, diplomáticos, acadêmicos, da sociedade civil, etc.);
5) Número de visitas recíprocas presidenciais e ministeriais;
6) Número de missões parlamentares recíprocas;
7) Número de reuniões realizadas do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Egito;
8) Número de reuniões realizadas do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Egito;
9) Número de acordos bilaterais firmados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Acompanhar e informar sobre as ações e iniciativas na Liga dos Estados Árabes (LEA), da qual o Brasil é observador (Objetivos Estratégicos 4 e 5);
2) Estreitar relacionamento com países membros da Liga dos Estados Árabes, no contexto de suas participações na organização (Objetivos Estratégicos 2, 4 e 5);
3) Organizar reuniões periódicas do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-LEA;
4) Ampliar apoio a candidaturas brasileiras a cargos em organismos internacionais (Objetivo Estratégico 4);
5) Subsidiar a atuação do Brasil no Conselho das Nações Unidas, em especial durante o mandato do país como membro não permanente do CSNU (2022-2023), em temas nos quais o Egito exerce papel ativo, como a questão israelense-palestina e a situação na Líbia e no Sudão (Objetivos Estratégicos 2 e 4);

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Percentual de participação em reuniões da LEA abertas a observadores;
2) Número de reuniões com representantes e delegados de países membros da LEA;
3) Número de informes sobre a LEA;
4) Número de reuniões do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-LEA;
5) Número de gestões/número de candidaturas do Brasil a organismos internacionais junto a Egito e Eritreia;
6) Número de expedientes do posto sobre temas constantes da agenda do CSNU.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Ampliar a difusão da cultura brasileira no Egito e na Eritreia e diversificar as referências culturais brasileiras (Objetivos Estratégicos 2 e 6);
2) Promover intercâmbio cultural entre Brasil e Egito (Objetivos Estratégicos 2 e 6);
3) Promover a indústria cultural e criativa do Brasil no Egito e na Eritreia (Objetivos Estratégicos 2 e 6);
4) Promover destinos turísticos no Brasil junto às sociedades e mercados egípcios (Objetivos Estratégicos 2 e 6);

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de iniciativas de promoção cultural (eventos, shows, seminários, palestras, publicações, difusões radiofônicas e online, exibições cinematográficas, atividades gastronômicas etc.);
2) Número de missões culturais recíprocas entre Brasil e Egito;

3) Número de informes sobre política cultural e indústria cultural no Egito e na Eritreia;
4) Número de reuniões e contatos com empresas de turismo egípcias para promoção de destinos brasileiros.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Promover a cooperação com Egito, sede da COP 27, na área de desenvolvimento sustentável, mudança do clima e proteção ambiental, inclusive no contexto da candidatura brasileira a organizar a COP 30 (Objetivos Estratégico 1, 4 e 6);
2) Desenvolver e identificar possibilidades de coordenação e aproximação de posições brasileiras e egípcias e eritreias na área ambiental (Objetivos Estratégico 1, 4 e 6);

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de informes sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;
2) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Egito Objetivos Estratégicos 1 e 6);
2) Desenvolver e identificar oportunidades de cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Egito, inclusive na área de agricultura (Objetivos Estratégicos 1, 5 e 6);
3) Mapear possibilidades de cooperação científico-tecnológica com a Eritreia (Objetivo Estratégico 1).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema
2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões;
3) Número de informes sobre cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Promover cooperação esportiva e cultural com o Egito, por meio da implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva

e do Programa Executivo ao Acordo Cultural entre Brasil e Egito (Objetivos Estratégicos 2 e 6);

2) Promover a cooperação em defesa, inclusive por meio da divulgação e promoção da base de produtos de defesa (Objetivos Estratégicos 1 e 5);
3) Promover o intercâmbio de jovens diplomatas e palestrantes entre as academias diplomáticas dos dois países, por meio da implementação do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e seu homólogo egípcio (Objetivos Estratégicos 1 e 6).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de ações de cooperação esportiva e cultural (intercâmbio de técnicos, missões esportivas, visitas de atletas, seminários, shows, publicações, difusões radiofônicas e online, exibições cinematográficas, atividades gastronômicas etc.).
2) Número de informes sobre assuntos de defesa;
3) Número de visitas e missões recíprocas relacionadas à área de defesa;
4) Número de jovens diplomatas e palestrantes que se beneficiaram de intercâmbio entre as academias diplomáticas dos dois países.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Finalizar negociação de novo Acordo sobre Cooperação Técnica com o Egito, proposto pelo Brasil em 2018 (substitui acordo anterior que não entrou em vigor por vícios formais) (Objetivos Estratégicos 1 e 5);
2) Definir programa de trabalho na área de agricultura, com base no Memorando de Entendimento entre a Embrapa e o Agricultural Research Center (ARC), firmado em 2022 (Objetivos Estratégicos 1 e 5);
3) Promover a criação de programa de cooperação em agricultura/agronomia com a Eritreia (Objetivos Estratégicos 1 e 5).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões com representantes governamentais para promover e negociar novo Acordo sobre Cooperação Técnica;
2) Número de reuniões técnicas com vistas a identificação de áreas e elaboração de projetos de cooperação técnica em agricultura com o Egito;
3) Número de reuniões com vistas a criar programa de cooperação em agricultura/agronomia com a Eritréia.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégico do MRE)

1) Diminuir o tempo de espera para pedidos de serviços consulares (Objetivo Estratégico 7);

2) Promover a integração da comunidade brasileira no Egito (Objetivo Estratégico 7);
3) Promover a conscientização e o enfrentamento à violência de gênero entre comunidade brasileira no Egito (Objetivo Estratégico 7);
4) Manter e possivelmente ampliar a atuação do conselho de cidadãos do Egito (Objetivo Estratégico 7);
5) Finalizar a negociação de Tratado para Transferência de Pessoas Condenadas, com potencial de beneficiar nacionais brasileiros cumprindo pena no Egito.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Tempo médio de espera para pedidos de serviços consulares, tanto na fila do e-consular como no de entrega do serviço solicitado;
2) Número de eventos para a comunidade brasileira, incluindo eventos culturais;
3) Número de eventos, cartilhas e programas de enfrentamento à violência de gênero voltados para a comunidade brasileira;
4) Número de reuniões do Conselho de Cidadãos;
5) Número de reuniões de negociação do Tratado para Transferência de Pessoas Condenadas e eventual assinatura do mesmo.

SF/23093.97719-59

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 5, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia*.

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores (MRE), atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O Senhor PAULINO FRANCO DE CARVALHO NETO nasceu em 13 de fevereiro de 1961, em Curitiba/PR.

SF/23093.97719-59

Em 1985, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), do Instituto Rio Branco, como pré-requisito para ingressar, no ano seguinte, como Terceiro-Secretário, na carreira diplomática. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD) em 1995 e, em 2007, teve aprovada sua tese "As perspectivas para o fortalecimento da Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (CPAB) e os interesses brasileiros", como corolário do Curso de Altos Estudos (CAE) daquela instituição. Pós-graduou-se, também, em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/DF, em 1988.

Em 2004, ascendeu a Conselheiro; em 2008, a Ministro de Segunda Classe; e, em 2015, a Ministro de Primeira Classe. Todas as ascensões por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Chefe da Divisão de Serviços Gerais (2009-2010), Chefe da Divisão do Meio Ambiente (2010-2013), Diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos (2013-2016), Secretário da Secretaria de Comunicação e Cultura (2020-2021), Secretário da Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania (2021-2022), e de Secretário da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos (desde 2022).

Desempenhou, ainda, importantes funções em missões temporárias, conforme consta do currículo à disposição dos membros desta Comissão. Em missões permanentes, destacamos as de Conselheiro em Berna (2007-2008) e de Embaixador em Luanda (2016-2020).

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Árabe do Egito e o Estado da Eritreia. Registre-se que constituem países de superlativa importância, tanto pelas relações tradicionais com o Egito quanto pelas possibilidades de expansão dos vínculos com a Eritréia.

Nesse sentido, o MRE enviou amplo relatório sobre os dois países, incluindo as relações bilaterais com cada um deles. Desse documento, que está à disposição das Senhoras e dos Senhores Senadores, extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

SF/23093.97719-59

A República Árabe do Egito, interlocutora tradicional do Brasil, ocupa lugar central no mundo árabe, em razão de sua grande importância política, cultural e, naturalmente, geopolítica. Seu protagonismo se dá tanto no mundo árabe quanto entre as nações africanas e do Oriente Médio e, ainda, em instâncias multilaterais de caráter global. Dessa dimensão multilateral da política egípcia, convém assinalar que o país é sede da Liga dos Estados Árabes (LEA), e em seu território ocorreu, em novembro de 2022, a 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-27).

A população egípcia, atualmente estimada em 104 milhões, é a maior do mundo árabe e a terceira maior do continente africano, depois de Nigéria e Etiópia. Assinale-se que o país constitui importante difusor cultural no mundo árabe, por meio de sua literatura, cinema, televisão e música, consumidos e apreciados em toda a região.

Note-se que o Egito é a segunda maior economia da África, tendo, conforme dados referentes a 2022, do Fundo Monetário Internacional (FMI), Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 469 bilhões, atrás apenas da Nigéria (US$ 504 bilhões). Ainda segundo o FMI, é a terceira maior economia entre os países árabes, atrás da Arábia Saudita (US$ 1 trilhão) e dos Emirados Árabes Unidos (US$ 505 bilhões).

No que concerne ao relacionamento bilateral, esse foi estabelecido em 1924. Ganhou densidade ao longo do século XX, com os dois países convergindo em diversos foros multilaterais, destacando-se o Movimento dos Países Não Alinhados, no qual a República Árabe sempre atuou com significativo protagonismo. Ademais, Brasil e Egito têm histórico positivo de apoios recíprocos em candidaturas internacionais.

Desde meados de 2019, assinala o documento do MRE, tem-se intensificado o diálogo político e a construção de confiança recíproca entre os dois países. Exemplo disso foi a visita ao Cairo da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e atual Senadora Tereza Cristina. Destacam-se, ainda, VI Reunião de Consultas Políticas, em julho de 2020, em nível de secretários; os encontros entre os chanceleres para tratar sobretudo da agenda bilateral; e a visita, em setembro de 2021, do então Vice-Presidente e atual Senador Hamilton Mourão ao Cairo, quando foi recebido pelo Presidente Al-Sisi, acompanhado de autoridades do Governo egípcio.

Em 2 de março de 2023, os Chanceleres Mauro Vieira e Sameh Shoukry mantiveram encontro bilateral por ocasião da reunião ministerial do G20,

SF/23093.97719-59

realizada em Nova Délhi, quando trataram do conflito na Ucrânia e da agenda bilateral Brasil-Egito.

Ambos os países concluíram, recentemente, negociações do *Acordo por Troca de Notas para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional*, que viabilizará a criação da rota Cairo-São Paulo a ser operada pela estatal *EgyptAir*, e do *Protocolo de Cooperação entre os Ministérios da Defesa do Brasil e do Egito*, que incrementará a promissora cooperação bilateral na área.

As relações econômicas têm, por igual, crescido. Em 2022, a corrente comercial entre o Brasil e o Egito atingiu cerca de US$ 3,5 bilhões, maior resultado dos últimos dez anos. As exportações brasileiras somaram cerca de US$ 2,85 bilhões (aumento de 41% em relação a 2021), as importações totalizaram US$ 650 milhões (expansão de 18%) e o saldo final foi superavitário para o Brasil em US$ 2,2 bilhões. Desse modo, em 2022, o Egito tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil na África, superando a Argélia, que ocupou essa posição em 2021.

A República Árabe do Egito manteve-se, ainda, como principal destino das exportações brasileiras para os países africanos. O Brasil, por sua vez, foi o principal parceiro comercial do Egito na América Latina no mesmo ano. Nossa pauta de exportações se concentra em produtos primários (açúcar, carnes, milho, soja e minério de ferro). Já o Egito fornece, sobretudo, fertilizantes para o agronegócio brasileiro. Esse fato, aliado à circunstância de que o Egito ser um importador líquido de alimentos, configura uma complementariedade estrutural, entre as duas economias, que se reveste de caráter estratégico.

Ademais, desde a entrada em vigor do *Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito*, em 2017, há indícios de diversificação das exportações brasileiras, com maior participação de bens manufaturados. O calendário do referido acordo prevê plena desgravação tarifária até 2026, representando oportunidade para desenvolvimento contínuo de nossas relações comerciais bilaterais.

Não há registro de contratos de empréstimos ou financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil em favor do Egito.

No que concerne às relações consulares, convém destacar que, até 1º de março de 2023, treze cidadãos brasileiros estavam detidos em presídios egípcios por tráfico de drogas. Este quadro motivou a negociação, ainda em curso, de tratado para transferência de pessoas condenadas.

SF/23093.97719-59

Sobre a Eritréia, que se tornou independente da Etiópia em 1993, após longo conflito separatista, as relações com o Brasil "ainda são incipientes", de acordo com o relatório do MRE, o que se reflete em reduzido comércio bilateral e raras visitas bilaterais de alto nível. A representação brasileira junto ao governo de Asmara faz-se por cumulatividade com a Embaixada no Cairo.

As relações comerciais com o país, que é um dos mais pobres do mundo, são diminutas. Não há iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Eritreia. Em contatos diplomáticos nos anos de 2019 e 2022, a Eritreia indicou interesse em receber cooperação na área agrícola. Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil àquela nação africana.

Não há tampouco registros de brasileiros residindo em território eritreu. Os assuntos consulares pertinentes à Eritreia são também de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo.

Diante do exposto, creio que os membros desta Comissão já dispõem de elementos para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES - PRESENCIAL

9

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *MICHEL ARSLANIAN NETO*
CPF.: 014.034.077-70
ID.: 10646 MRE

1969	Filho de Leon Arslanian e Maud Lutterbach Arslanian, nasce em 5 de abril, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1993	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - IRBr
1996	Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ
1998	Especialização em Integração Européia pelo Collège d'Europe, Unidade de Bruges, Bélgica
2002	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2008	Curso de Altos Estudos - IRBr, "A Liberalização do Comércio de Serviços do MERCOSUL: Estado Atual e Desafios" (conceito com louvor)
Cargos:	
1994	Terceiro-secretário
1999	Segundo-secretário
2004	Primeiro-secretário, por merecimento
2007	Conselheiro, por merecimento
2012	Ministro de segunda classe, por merecimento
2020	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1994-98	Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1998-01	Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro e segundo-secretário
2001-04	Delegação Permanente junto à ALADI e ao MERCOSUL, Montevidéu, segundo-secretário
2004-08	Divisão de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, assistente e assessor
2008-11	Missão junto à OEA, Washington, conselheiro
2011-12	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2013-16	Secretaria de Planejamento Diplomático
2016-19	Departamento de Integração Econômica Regional, diretor
2019-22	Departamento do Mercosul, diretor
2022-	Secretaria das Américas, secretário
Publicações:	
2010	A liberalização do Comércio de Serviços do MERCOSUL, Editora FUNAG, Brasília
2017	Integração econômica regional e negociações comerciais brasileiras: estado atual e desafios. Com César Yip. Cadernos de Política Exterior, v. 3, n. 5, pp. 205-228.
2022	MERCOSUL na Casa dos 30. Com Kassius Diniz da Silva Pontes. Revista Interesse Nacional. Edição 59. Out-Dez
Condecorações:	
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial
2011	Medalha do Pacificador
2013	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2022	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2023

(nº 120/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MICHEL ARSLANIAN NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, Canadá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 120

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MICHEL ARSLANIAN NETO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, Canadá.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MICHEL ARSLANIAN NETO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00043/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MICHEL ARSLANIAN NETO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **NORBERTO MORETTI**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o organismo internacional e curriculum vitae de **MICHEL ARSLANIAN NETO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira

Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 146/2023/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MICHEL ARSLANIAN NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, Canadá.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101469** e o código CRC **46184C02** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002895/2023-10 SUPER nº 4101469

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos
Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria
Divisão de Negociação e Promoção de Serviços

ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Março - 2023

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)
Países membros:	193 países
Ano de fundação:	1944
Ano de adesão do Brasil:	1944 (membro fundador)
Sede:	Montreal (Canadá)
Principais órgãos:	Assembleia-Geral, Conselho e Secretariado.
Principais chefias:	Presidente do Conselho: Sr. Salvatore Sciacchitano (Itália), mandato 2023-2025. Secretário-Geral da OACI: Sr. Juan Carlos Salazar (Colombia), mandato 2021-2024.
Representante da OACI no Brasil:	Não há representante residente no Brasil. O Escritório Regional da OACI para América do Sul tem sede em Lima, Peru.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Salvatore Sciacchitano (Itália)
Presidente do Conselho da OACI



O Conselho elege seu Presidente por um mandato de três anos, podendo ser reeleito para um segundo mandato. O italiano Salvatore Sciacchitano é o sexto e atual presidente do Conselho da OACI, eleito em 25 de novembro de 2019 e reeleito para um segundo mandato (2023-2025), durante a 41ª Assembleia da OACI (27 de setembro a 7 de outubro de 2022).

No momento de sua reeleição, em suas palavras de agradecimento, o presidente afirmou que deverá continuar a levar adiante sua agenda de modernização da OACI no próximo triênio, para o benefício de todos os Estados Membros e da comunidade global de aviação. Ressaltou a importância de trabalhar por uma Organização capaz de gerar resultados concretos nos planos da segurança operacional, da segurança contra atos ilícitos e da sustentabilidade.

Sciacchitano opera na área da aviação civil há 42 anos. Possui mestrado em Engenharia de Telecomunicações pela Universidade de Catânia (Itália) e formação avançada em aviação em instituições como a própria OACI e a Universidade de Cranfield (Inglaterra). Atuou como Diretor-Geral da Autoridade de Aeronavegabilidade Italiana (RAI), como Diretor-Geral Adjunto da Autoridade de Aviação Civil Italiana (ENAC) e como Secretário Executivo da Conferência Europeia de Aviação Civil (ECAC). Em 2019 foi nomeado representante da Delegação da Itália junto à OACI. Já recebeu as seguintes distinções: Prêmio Lifetime Achievement, da Air Transport News (2017); Prêmio de Distinção Pessoal da Flight Safety Foundation - Mediterrâneo

(2016); Diploma Paul Tissandier, da Federação Aeronáutica Internacional (2009); e o Prêmio “Golden AOPA” da italiana AOPA (2006). É fluente em italiano, inglês e francês e possui conhecimento básico de espanhol.

Juan Carlos Salazar (Colombia)
Secretário-Geral da OACI



O Secretário-Geral da OACI é o chefe do Secretariado e o principal executivo da Organização responsável pela direção geral do trabalho do Secretariado. O Secretário-Geral fornece liderança a uma equipe especializada que trabalha no campo da aviação civil internacional. O Secretário-Geral atua como Secretário do Conselho da OACI e é responsável perante aquele órgão como um todo. Seguindo as políticas estabelecidas, executa as funções atribuídas pelo Conselho e faz relatórios periódicos sobre o andamento das atividades do Secretariado.

O Secretariado é constituído por cinco divisões principais: Direção da Navegação Aérea, Direção dos Transportes Aéreos, Direção da Cooperação Técnica, Direção dos Assuntos Jurídicos e Relações Externas e Direção da Administração e Serviços. O Secretário-Geral também é diretamente responsável pela gestão e desempenho efetivo do trabalho das atividades atribuídas ao Gabinete do Secretário-Geral relacionadas a Finanças, Planejamento Estratégico, Coordenação e Parcerias, Supervisão Interna, Ética e Comunicações e sete Escritórios Regionais.

O Conselho da OACI nomeou Juan Carlos Salazar, da Colômbia, como o novo Secretário-Geral da Organização para um mandato de três anos, com início em 1º de agosto de 2021.

DADOS GERAIS

A Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) foi criada pela Convenção de Chicago, realizada em 1944, nos Estados Unidos. Com sede em Montreal, Canadá, tem escritórios em todos os continentes. O órgão é ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) e conta atualmente com 193 países-membros.

Histórico

Com o acelerado desenvolvimento da aviação durante a Segunda Guerra Mundial, sentiu-se a necessidade de regulamentar a aviação civil internacional. No início de 1944, o governo dos Estados Unidos consultou outras nações sobre esse assunto e convidou 55 países para que se reunissem na cidade de Chicago, em novembro daquele ano, a fim de discutir o futuro da aviação civil. Durante cinco semanas, delegados de 52 países, entre eles o Brasil, estudaram os problemas da aviação civil internacional. O resultado foi a Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), instrumento que estabelece os princípios e regulamenta todos os aspectos da aviação civil internacional.

A Convenção de Chicago foi ratificada pelo Brasil em 26 de março de 1946 e sua promulgação ocorreu por meio do Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946. Em seus 96 artigos e 19 Anexos, estabelece os princípios gerais do Sistema de Aviação Civil Internacional, utilizados até os dias atuais. Prevê os direitos e as obrigações de todos os Estados Contratantes, sugere a adoção de padrões e práticas internacionais recomendadas (*Standards and Recommended Practices* - SARPs) para regular a navegação aérea, recomenda aos Estados Contratantes que estabeleçam serviços e instalações de navegação aérea e propõe que se facilite o transporte aéreo mediante a redução de trâmites alfandegários e de imigração. A Convenção reconhece o princípio da soberania exclusiva e absoluta de todo Estado sobre o espaço aéreo correspondente a seu território e estabelece que não se poderá explorar nenhum serviço aéreo internacional regular sobre o território de um Estado Contratante ou para o interior deste sem o seu consentimento prévio.

A Convenção de Aviação Civil Internacional entrou em vigor no dia 4 de abril de 1947, quando foi atingido o número de ratificações necessárias (26 Estados). Antes disso, entre agosto de 1945 e abril de 1947, permaneceu em operação uma Organização Internacional Provisória de natureza técnica e consultiva com propósitos de colaboração no campo da aviação civil internacional nomeada Organização Provisória de Aviação Civil Internacional (OPACI).

Desde o começo das atividades da OPACI/OACI, foi definido o serviço de Secretariado, especialmente no campo tecnológico, com a finalidade de cobrir duas atividades principais:

- Aplicação de regras gerais e regulamentações relativas a treinamento e licenciamento de pessoal aeronáutico, tanto para trabalhos no ar quanto no solo; sistemas de comunicação e procedimentos; regras para o sistema de controle de tráfego aéreo e práticas aéreas; requerimentos de aeronavegabilidade para aeronaves de navegação aérea internacional, bem como a sua identificação e registro; meteorologia aeronáutica, mapas e gráficos. Por razões óbvias, esses aspectos requeriam uniformidade em escala mundial, à medida que avançava a navegação aérea internacional. As atividades em tela, portanto, tiveram que ser tratadas por um órgão central, na sede da OACI, mantendo todas as informações num só lugar, para facilitar o desenvolvimento e evitar problemas.

- Aplicação prática dos serviços de navegação aérea e apoio aos Estados para sua implementação coordenada em áreas específicas onde condições de funcionamento e outros parâmetros considerados relevantes pudessem ser comparados.

Para cumprir o último objetivo, foi acordado subdividir a superfície da terra em regiões com distintos e específicos problemas de navegação de naturezas semelhantes. Um exemplo típico deste processo é ilustrado por uma comparação entre a "Região do Atlântico Norte (NAT)", onde a preocupação principal com navegação é relativa a voos internacionais de longo alcance, e a "Europa-mediterrânia (EUR)", onde a coordenação das operações trans-europeias com voos domésticos e o tráfego internacional de curto alcance constituem o maior problema.

Uma vez criadas as regiões, foi necessário providenciar órgãos capazes de ajudar os Estados na resolução dos seus problemas de acordo com suas especificidades regionais. Foi acordada, portanto, para melhor alcançar esses

objetivos, a criação de Escritórios Regionais a serem localizados nas próprias regiões ou o mais perto possível da região de atuação.

Como resultado, a OACI adotou os conceitos de Regiões e de Escritórios Regionais, acordando que todas as atividades deveriam funcionar dentro de suas regiões, desde que não entrassem em conflito com as atividades globais da Organização. Reconheceu-se, também, que tais atividades poderiam variar de região para região, levando em conta o ambiente econômico, técnico ou social da região em questão.

Finalidades

A Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) tem como principais objetivos o desenvolvimento dos princípios e das técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos, de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos. Além de estudar problemas técnicos, jurídicos e econômicos relativos ao transporte aéreo internacional, desenvolve um trabalho importante no campo da assistência técnica, ao buscar organizar e dar maior eficiência aos serviços de infraestrutura aeronáutica nos países em desenvolvimento. Essa assistência é prestada por meio de equipes de especialistas, enviados aos diversos países para organizar e orientar a operação dos serviços técnicos indispensáveis à aviação civil, e de bolsas de estudo para cursos de especialização.

As finalidades estatutárias da OACI são desenvolver princípios e técnicas de navegação aérea internacional, bem como fomentar a organização e o crescimento do transporte aéreo internacional. Para consecução dessas finalidades a Organização deverá:

a) assegurar o desenvolvimento seguro e ordenado da aviação civil internacional;
b) fomentar técnicas de desenho e utilização de aeronaves para fins pacíficos;
c) estimular a utilização do espaço aéreo, das instalações aeroportuárias e dos serviços de navegação aérea para a aviação civil internacional;
d) atender à necessidade de um transporte aéreo seguro, regular, eficaz e econômico;
e) evitar desperdício econômico em razão da concorrência excessiva;
f) assegurar que os Estados membros tenham seus direitos respeitados e que cada país tenha a oportunidade de explorar empresas de transporte aéreo internacional;

g) evitar a discriminação entre os Estados membros;
h) promover a segurança de voo na navegação aérea internacional; e
i) impulsionar o desenvolvimento da aeronáutica civil internacional em todos os seus aspectos.
h) servir de foro prioritário para solução de controvérsias entre seus membros acerca da interpretação do alcance da Convenção de Chicago.

Atualmente, a OACI trabalha para alcançar sua visão de desenvolvimento seguro e sustentável da aviação civil por meio da cooperação entre os seus Estados membros em torno dos seguintes objetivos estratégicos:

1. Segurança contra atos ilícitos (security) - melhorar a segurança global da aviação civil;
2. Segurança de voo (safety) - melhorar a segurança operacional da aviação civil;
3. Proteção ao meio ambiente - minimizar os efeitos prejudiciais da aviação civil mundial sobre o meio ambiente;
4. Capacidade de navegação aérea e eficiência – aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de aviação civil mundial;
5. Desenvolvimento econômico do transporte aéreo – promover o desenvolvimento de um sistema de aviação civil economicamente sólido e viável.

Estrutura

De acordo com os termos da Convenção de Chicago (1944) que a constituiu, a Organização é composta por uma Assembleia, um Conselho de associação limitada com vários órgãos subordinados e um Secretariado.

a) Assembleia

Poder máximo da Organização. Fixa as diretrizes que a orientam, assim como analisa o trabalho realizado no período anterior e planeja as atividades para os três anos seguintes. É constituída por todos os Estados contratantes, contando atualmente com 193 Estados-membros, que se reúnem a cada três anos e, extraordinariamente, em qualquer época, por convocação do Conselho ou a pedido de dez Estados Contratantes. Cada Estado Contratante tem direito a um voto, e as decisões são tomadas por maioria simples, salvo disposição da Convenção de Chicago em contrário.

Entre 27 de setembro a 7 de outubro de 2022, realizou-se, em Montreal, a 41ª Sessão da Assembleia Geral da OACI, mais recente assembleia da Organização.

b) Conselho

Órgão executivo da OACI, de caráter permanente, composto atualmente por 36 Estados-membros, cujos delegados dirigem a Organização em nível político. Seus membros são eleitos a cada triênio, durante a realização da Assembleia da Organização, obedecendo a três categorias: os Estados de maior importância no transporte aéreo, os Estados que fazem a maior contribuição aos serviços de navegação aérea internacional e os Estados que irão garantir maior representatividade geográfica regional.

Como órgão regulador, o Conselho dirige o trabalho da Organização e dispõe de órgãos que se reportam a ele. O Conselho adota os SARPs ("Standards and Recommended Practices – Padrões e Práticas Recomendadas") a serem incluídos nos Anexos da Convenção de Chicago; atua como árbitro no caso de litígios entre Estados Contratantes em situações que possam prejudicar o desenvolvimento da navegação aérea internacional; e, em caráter geral, toma as medidas necessárias para manter a segurança e a regularidade do transporte aéreo internacional.

A eleição para o cargo de Presidente do Conselho é realizada na primeira sessão do Conselho, após a reunião da Assembleia.

Para o triênio 2023-2025, foram eleitos membros do Conselho, nos termos do artigo 50 da Convenção de Chicago, os 36 países a seguir:

<u>Grupo I (11 Estados de maior importância no Transporte Aéreo)</u>

Austrália, Brasil, Canada, China, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos.

<u>Grupo II (12 Estados que mais contribuem para prover instalações e serviços para a Navegação Aérea Civil Internacional)</u>

Argentina, Áustria, Egito, Islândia, Índia, México, Nigéria, Arábia Saudita, Singapura, África do Sul, Espanha e Venezuela.

Grupo III (13 Estados que asseguram a representação geográfica no Conselho)

Bolívia, Chile, El Salvador, Guiné Equatorial, Etiópia, Gana, Jamaica, Malásia, Mauritânia, Catar, Coreia do Sul, Romênia, Emirados Árabes Unidos e Zimbábue.

Ressalte-se a representatividade latino-americana e caribenha no Conselho. São oito Estados, ocupando os seguintes assentos:

1° Grupo – Brasil, eleito e reeleito desde a criação da Organização;
2° Grupo – Argentina, México e Venezuela;
3° Grupo – Bolívia, Chile, El Salvador e Jamaica.

Estrutura do Conselho:

O Conselho da OACI é composto por 6 órgãos técnicos: Comissão de Navegação Aérea; Comitê de Transporte Aéreo; Comitê de Ajuda Coletiva para os Serviços de Navegação Aérea; Comitê de Finanças; Comitê sobre Interferência Ilícita na Aviação Civil Internacional e suas Instalações e Serviços; e Comitê Jurídico.

- Comissão de Navegação Aérea: trata de questões técnicas do interesse da Aviação Civil;

- Comitê de Transporte Aéreo: trata de questões que têm reflexos nos interesses comerciais das empresas aéreas, assuntos econômicos da navegação aérea internacional;

- Comitê de Ajuda Coletiva para os Serviços de Navegação Aérea: visa a apoiar os Estados mais carentes na melhoria de seus serviços de apoio à Aviação Civil Internacional;

- Comitê de Finanças: trata do planejamento e controle dos gastos da Organização, que depende da contribuição dos Estados;

- Comitê sobre Interferência Ilícita na Aviação Civil Internacional e suas Instalações e Serviços: trata do desenvolvimento de métodos para melhorar a segurança contra atos que ponham em risco a aviação civil;

- Comitê Jurídico: trata do estudo e desenvolvimento de novos instrumentos jurídicos do interesse da coletividade dos Estados, bem como do aperfeiçoamento dos já existentes; e

- Comissão de Navegação Aérea: é responsável pelos assuntos técnicos relacionados com a segurança operacional (*safety*) e com a proteção do meio ambiente. O colegiado é formado por 19 especialistas com qualificações e experiência apropriadas na ciência e na prática aeronáuticas. Os membros dessa Comissão são eleitos pelo Conselho entre os indicados pelos Estados Contratantes.

Esses órgãos técnicos, com exceção da Comissão de Navegação Aérea, que atua de modo permanente, trabalham de modo intermitente e são compostos por representantes dos Estados. Tais órgãos mantêm permanente ligação com seus correspondentes que operam na estrutura do Secretariado.

Dos 19 Anexos à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, 16 referem-se a questões de navegação aérea.

Cabe à Comissão de Navegação Aérea:

- Discutir e preparar os Padrões e Práticas Recomendadas (SARP) a serem submetidos ao Conselho para análise, adoção e posterior inclusão nos Anexos à Convenção; e

- Examinar, coordenar e planejar o programa técnico da OACI em matéria de Navegação Aérea.

Ressalte-se que, diferentemente dos representantes no Conselho, os especialistas que compõem a Comissão de Navegação Aérea atuam a título pessoal.

c) Secretariado

Órgão operacional-administrativo da OACI ao qual está vinculado o corpo de funcionários da OACI. Diferentemente dos dois órgãos anteriores, o Secretariado não é composto por Estados e, sim, por pessoas físicas, indicadas pelos Estados. Portanto, enquanto uma opinião dada na Assembleia e no Conselho é uma posição de um Estado, uma opinião dada no âmbito do Secretariado é considerada uma posição individual, sem necessariamente representar a opinião do Estado de nacionalidade do indivíduo.

Atualmente, o Secretário-Geral da OACI é o colombiano Juan Carlos Salazar, eleito pelo Conselho para mandato de três anos iniciado em janeiro de 2021.

O Secretário-Geral possui sob a sua chefia o "Gabinete do Secretário-Geral", diretamente responsável pela gestão e desempenho no trabalho eficaz das atividades atribuídas a esse Gabinete relacionadas com as Relações Externas e Informação Pública; Finanças; Programas de Avaliação; Auditoria e Gestão de Revisão e dos Assuntos Regionais, incluindo o funcionamento dos sete escritórios regionais.

Estrutura do Secretariado:

O Secretariado é composto por cinco escritórios (bureaux): Bureau de Navegação Aérea; Bureau de Transporte Aéreo; Bureau Jurídico; Bureau de Assistência Técnica/Administração; e Bureau de Serviços.

- Bureau de Navegação Aérea – desenvolve estudos técnicos para a Comissão de Navegação Aérea, bem como Padrões de Normas e Práticas Recomendadas (SARP), relacionadas com segurança, regularidade e eficiência na navegação aérea internacional para o Conselho;

- Bureau de Transporte Aéreo – provê assistência especializada exigida pela Assembleia, Conselho, Comitê de Transportes Aéreos (ATC), Comissão da Interferência Ilícita (UIC), Comissão Mista de Apoio de Serviços de Navegação Aérea (JSC) e por conferências especializadas de divisões, de painéis e de grupos de reuniões trabalhistas que podem ser convocadas no campo dos transportes aéreos;

- Bureau de Assuntos Jurídicos e Relações Externas – presta aconselhamento e assistência à Secretaria-Geral e por meio desta, também aos diversos órgãos da Organização e Estados-membros da OACI, em matéria constitucional, administrativa e processual e, também, sobre problemas de direito internacional, aéreo, comercial, trabalhista e afins. Isso inclui pesquisas e estudos no campo do direito aéreo internacional público e privado sobre itens do Programa Geral de Trabalho do Comitê Jurídico, bem como a preparação da documentação para o Comitê Jurídico, para conferências diplomáticas, para o Conselho, para órgãos subordinados ao Conselho e para a Assembleia. O Gabinete Jurídico é responsável pelas funções de depositário da OACI de vários tratados, bem como pelo registro de acordos nos termos dos artigos 81 e 83 da Convenção de

Chicago. As funções do Departamento Jurídico também incluem a cooperação e coordenação de atividades legais com as Nações Unidas e outras organizações internacionais;

- Bureau de Cooperação Técnica – auxilia na execução dos projetos com neutralidade, transparência e objetividade; e

- Bureau de Assistência Técnica/Administração e Serviços – é responsável por fornecer apoio administrativo, como exigido pela Organização, relacionado a pessoal, linguagem e publicações; serviços de conferência e escritório; tecnologias da informação e comunicação; registro, distribuição e vendas; Web, biblioteca e arquivos; Assembleia, Conselho e gestão de qualidade.

d) Escritórios Regionais

Fora da Sede, a OACI conta com sete escritórios regionais, que cuidam dos interesses da Organização nas diferentes regiões do mundo e são bases de apoio ao planejamento e instalação, conforme preconizado pela Organização, da infraestrutura necessária às operações do transporte aéreo internacional:

- Escritório da África Oriental e Sul da África, situado em Nairóbi, Quênia;

- Escritório da África Ocidental e da África Central, situado em Dacar, Senegal;

- Escritório da Ásia e do Pacífico, situado em Bangkok, Tailândia;

- Escritório da Europa e do Atlântico Setentrional, situado em Paris, França;

- Escritório da América do Norte, América Central e do Caribe, situado na Cidade do México, México;

- Escritório do Oriente Médio, situado no Cairo, Egito; e

- Escritório da América do Sul, situado em Lima, Peru.

ORÇAMENTO E CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

O orçamento da OACI para o triênio 2023-2025, aprovado durante a 41ª Sessão da Assembleia da Organização (Montreal, 27/09-07/10/22), priorizou as atividades relacionadas com os objetivos estratégicos — proteção contra atos ilícitos e facilitação; segurança de voo (operacional); proteção ambiental; capacidade de navegação aérea e eficiência; desenvolvimento econômico do transporte aéreo — em relação às atividades administrativas e de suporte.

Além disso, a elaboração do referido orçamento levou em conta o fato de que apenas as contribuições obrigatórias dos Estados não serão suficientes para financiar o plano de trabalho da OACI para o triênio considerado. Será necessário, portanto, fazer uso de fontes de custeio adicionais, tais como o Fundo Gerador de Receitas Auxiliares (ARGF) e as contribuições voluntárias dos Estados. Um atento monitoramento dos aportes provenientes dessas fontes de recursos adicionais deverá ser implementado com vistas a evitar a necessidade de qualquer elevação das contribuições obrigatórias dos Estados.

No sentido de otimizar a captação e, sobretudo, a utilização dos recursos de custeio, a OACI deverá realizar, no triênio 2023-2025, uma profunda revisão dos seus atuais sistemas de gestão, bem como das ferramentas empregadas para a geração de relatórios internos. Deverá, igualmente, atualizar e reforçar os sistemas relacionados com a segurança do fluxo de informação no âmbito da organização, de modo a impedir vazamentos e outros acidentes informáticos semelhantes.

São os seguintes os principais números, em dólares canadenses, do orçamento da OACI para o triênio 2023-2025 aprovado durante a 41ª Sessão da Assembleia Geral da organização:

a) Despesas (dólar canadense)

Objetivos estratégicos	2023	2024	2025	Total
Segurança operacional	32.825.000	34.178.000	34.881.000	101.884.000
Capacidade de navegação aérea e eficiência	21.460.000	22.241.000	22.630.000	66.331.000
Proteção contra atos ilícitos e facilitação	14.906.000	15.491.000	16.064.000	46.461.000
Desenvolvimento econômico do transporte aéreo	4.952.000	5.113.000	5.256.000	15.321.000
Proteção ambiental	6.877.000	6.983.000	7.351.000	21.211.000
Programa de suporte	13.909.000	14.398.000	16.215.000	44.522.000
Gestão e Administração	14.062.000	14.658.000	15.101.000	43.821.000

Total de despesas autorizado	117.032.000	117.704.000	122.824.000	357.560.000

b) Custeio (dólar canadense)

Fontes dos recursos	2023	2024	2025	Total
Contribuições dos Estados	103.920.000	104.566.000	109.665.000	318.151.000
Reembolso do fundo AOSC (Cooperação Técnica)	1.829.000	1.856.000	1.877.000	5.562.000
Transferências do saldo do fundo ARGF	8.082.000	8.082.000	8.081.000	24.245.000
Receitas diversas	780.000	780.000	780.000	2.340.000
Total	117.032.000	117.704.000	122.824.000	357.560.000

Orçamento: maiores contribuintes
Dez maiores contribuintes de 2022, em ordem decrescente:

1º Estados Unidos
2º China
3º Japão
4º Alemanha
5º Reino Unido
6º França
7º Coreia do Sul
8º Itália
9º Canadá
10º Federação Russa

Obs: O Brasil ocupa atualmente a 13ª posição no ranking dos maiores contribuintes para a OACI.

O BRASIL NA OACI

A posição do Brasil na OACI tem sido de liderança, justificada pela importância do país no transporte aéreo internacional. Participa desde sempre do Grupo 1 do Conselho da OACI, além de integrar os Comitês de Transporte Aéreo, Finanças, Cooperação Técnica, Proteção Ambiental, Jurídico e diversos painéis. Cabe ressaltar, ademais, a presença de 10 brasileiros no Secretariado da Organização. Dois deles ocupam cargos de Diretoria (D1): Jane Hupe, Vice-Diretora de Meio Ambiente; e Fabio Rabbani, Diretor Regional da OACI para América do Sul.

SUSTENTABILIDADE

Um tema que tem ganhado crescente espaço e mobilizado particular atenção do Brasil na OACI é o da sustentabilidade e mudança do clima. Destacam-se, nesse contexto, os trabalhos em torno do Esquema de Redução e Compensação de Emissões da Aviação Internacional (CORSIA, sigla em inglês). Trata-se do primeiro acordo setorial de redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa, tendo por objetivo limitar as emissões do setor a partir de 2021. Cabe notar que as emissões provenientes da aviação civil internacional não são abordadas no âmbito da Convenção do Clima e do Acordo de Paris, nem tampouco pelas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs, sigla em inglês) estabelecidas pelos países signatários deste último tratado. A assembleia da OACI decidiu desenvolver esquema global baseado em medidas de mercado (“market-based measures”, MBM), em complemento às ações levadas a cabo pelas empresas em uma cesta de medidas tecnológicas, energéticas e operacionais para combater a mudança do clima e mitigar as emissões do setor.

A implementação do CORSIA dá-se em três etapas: piloto (2021 a 2023); primeira fase (2024 a 2026); e segunda fase (2027 a 2035). Nas duas primeiras, a participação dos Estados é facultativa, sendo, porém, obrigatória na terceira para todos aqueles cuja participação na aviação internacional foi igual ou superior a 0.5% das atividades do setor aéreo internacional em 2018 e para companhias aéreas neles baseadas que operem rotas em que os aeroportos de partida e chegada se localizem em Estados participantes do Esquema.

Ao longo das negociações que resultaram na adoção do CORSIA, a delegação brasileira atuou no sentido de que a regulamentação não limitasse

indevidamente o potencial de crescimento do mercado aéreo de países em desenvolvimento como o Brasil.

Outro tema prioritário para o governo brasileiro refere-se à Meta Aspiracional de Longo Prazo (LTAG, sigla em inglês) para a redução de emissões na aviação internacional. A 41ª Assembleia da OACI adotou LTAG de emissões líquidas zero de carbono até 2050. O LTAG não atribui obrigações ou compromissos específicos na forma de metas de redução de emissões a Estados individuais. Em vez disso, reconhece que as circunstâncias especiais de cada Estado e respectivas capacidades (por exemplo, o nível de desenvolvimento, maturidade dos mercados de aviação, crescimento sustentável de sua aviação internacional, transição justa e prioridades nacionais de desenvolvimento do transporte aéreo) informarão a capacidade de cada Estado contribuir para o LTAG dentro de seu próprio prazo nacional.

Cada Estado contribuirá para alcançar a meta de maneira social, econômica e ambientalmente sustentável e de acordo com suas circunstâncias nacionais. Nesse sentido, a atuação do Brasil a respeito da LTAG na OACI busca construir consenso político de que atingir o LTAG será impossível sem o adequado acesso, pelos Estados e setor privado de países em desenvolvimento, a fontes de financiamento, em especial para produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAFs) em escala global.

IMPACTO DA COVID-19 E RECUPERAÇÃO DO SETOR AÉREO

A pandemia de COVID-19 teve impacto significativo sobre a aviação civil, com uma redução global de aproximadamente 50% dos assentos oferecidos pelas companhias aéreas. Em 2020, o tráfego de passageiros diminuiu 60% em relação ao ano anterior.

No âmbito da OACI, o Conselho criou força-tarefa voltada para a recuperação do setor (Council Aviation Recovery Task Force – CART), que teve por objetivo identificar e recomendar prioridades e políticas consideradas estratégicas para os Estados e a indústria aérea com vistas à retomada do crescimento das operações no setor de aviação e à preparação do setor para mundo pós-COVID, tornando-o mais resiliente a eventuais futuros choques.

As estimativas atuais apontam para um quadro de recuperação: segundo a OACI, “a demanda voltará rapidamente aos níveis anteriores à pandemia na maioria dos destinos no primeiro trimestre” de 2023. A Organização calcula

que, até o fim deste ano, o número de viajantes será cerca de 3% superior ao de 2019, e espera que o mesmo aumente até 4% acima deste ano em 2024.

Atos Brasil-OACI

Título	Data de Celebração	Status	Publicação (D.O.U)
Ajuste Complementar para Cooperação Técnica Celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização de Aviação Civil Internacional, Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, de 29 de dezembro de 1964, para Implementar a Capacitação Institucional e Técnica da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária no Planejamento e Gestão da Infra-Estrutura Aeroportuária	18/11/2004	Em Vigor	02/12/2004
Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a ONU e a AIEA, para Implementar Projetos de Pesquisa e treinamento em Aviação Civil, de 21/12/1995. Emenda nº 03 Nota nº 02.	12/04/2001	Em Vigor	03/05/2001

Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre a ONU e a AIEA para Implementar Projetos de Pesquisa e Treinamento em Aviação Civil, de 21/12/1995. Emenda nº 02 Nota nº 01.	12/04/2001	Em Vigor	03/05/2001
Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, para Implementar Projetos de Pesquisa e Treinamento em Aviação Civil, de 21/12/1995, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização de Aviação Civil Internacional	11/12/1998	Em Vigor	21/01/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, para Implementar Projetos de Pesquisas e Treinamento em Aviação Civil	21/12/1995	Em Vigor	25/01/1996

Atos Multilaterais

Título	Data de Celebração	Status	Publicação (D.O.U)
Protocolo para Emenda à Convenção sobre Infrações e Certos Outros Atos Praticados a Bordo de Aeronaves	04/04/2014	Tramitação MRE	
Acordo Relativo ao Trânsito dos Serviços Aéreos Internacionais	07/12/1944	Em promulgação/Casa Civil	

Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas a Danos Causados por Aeronaves, a Terceiros, a Flor do Solo e Protocolo Adicional.	29/05/1933	Em Vigor	14/03/1950
Protocolos Relativos a uma Emenda ao Artigo 50(a) e ao Artigo 56 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional	06/10/2016	Em Ratificação	
Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), aprovado por meio da Resolução AE/02-01, durante a Segunda Assembleia-Geral Extraordinária da Comissão	01/10/2009	Situação especial	
Acordo Multilateral de Céus Abertos da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC)	08/11/2012	Em Vigor	07/08/2019
Acordo Constitutivo da Organização Sul-Americana de Navegação Aérea e Segurança Operacional (OMR)	09/12/2009	Tramitação MRE	
Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e Protocolo à Convenção Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico	16/11/2001	Em Vigor	16/05/2013
Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional	28/05/1999	Em Vigor	28/09/2006
Acordo para a Implementação do Sistema regional para a Vigilância da Segurança Operacional	14/12/1998	Tramitação Ministérios/Casa Civil	
Protocolo sobre o Texto Autêntico em Seis Idiomas da Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Chicago,1944)	01/10/1998	Tramitação MRE	

Emenda ao Estatuto da CLAC, Resolução A 13-1 (Ampliação da Área Geográfica da CLAC para a Incorporação de Outros Estados da América)	24/07/1998	Em Ratificação	
Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais entre os Governos da República Argentina, da República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai.	17/12/1996	Em Vigor	06/05/1999
Resolução A12-5 - Emendas ao Estatuto da CLAC, aprovadas pela XII Assembleia Ordinária	08/11/1996	Em Ratificação	
Protocolo Relativo ao Texto Autêntico Quinquilingue do Convênio sobre Aviação Civil Internacional (Chicago 1944)	29/09/1995	Em Vigor	28/05/1999
Protocolo relativo a uma Emenda à Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Chicago 1944)	29/09/1995	Em Ratificação	
Protocolo Relativo a uma Emenda ao Artigo 50 (a) da Convenção sobre Aviação Civil Internacional.	26/10/1990	Em Vigor	13/08/2003
Protocolo Relativo a uma Emenda ao Artigo 56 da Convenção sobre a Aviação Civil Internacional	06/10/1989	Em Vigor	24/08/2005
Protocolo para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos que Prestem Serviço à Aviação Civil Internacional	24/02/1988	Em Vigor	03/06/1998
Protocolo Relativo à Emenda ao Artigo 3 bis da Convenção sobre Aviação Civil Internacional de 1944. (Inclui o Relatório Final da 25ª Assembléia Geral Extraordinária da OACI).	10/05/1984	Em Vigor	23/04/1999

4ª Assembléia da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil - CLAC - (Resoluções A4-1 e A4-3). (Modifica o Artigo 13 e introduz o Artigo 12-bis no Estatuto da CLAC)	05/12/1980	Em Ratificação	
Protocolo de Emenda - Artigo 83 Bis - à Convenção de Aviação Civil de Chicago, 07 de Dezembro de 1944.	06/10/1980	Em Vigor	14/08/1998
Acordo sobre Cooperação Técnico-Operativa entre os Aproveitamentos de Itaipu e Corpus.	19/10/1979	Em Vigor	05/11/1979
Protocolo que Modifica a Convenção sobre os Danos Causados a Terceiros, na Superfície, por Aeronaves Estrangeiras.	23/09/1978	Em Vigor	22/11/1999
Protocolo sobre o Texto Autêntico Quadrilingüe da Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Chicago 1944).	30/09/1977	Em Vigor	20/04/2000
Protocolo relativo a uma Emenda à Convenção sobre a Aviação Civil Internacional (Chicago, 1944).	30/09/1977	Em Vigor	18/11/1999
Protocolos Adicionais nº 1 e nº 2 que Modificam a Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional. Concluída em Varsóvia, em 12 de Outubro de 1929, Emendado pelo Protocolo da Haia, de 28 de Setembro de 1955.	25/09/1975	Em Vigor	08/12/1998

Protocolo de Montreal nº 4 que Modifica a Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional. Concluída em Varsóvia, em 12 de Outubro de 1929, Emendada pelo Protocolo da Haia, de 28 de Setembro de 1955.	25/09/1975	Em Vigor	08/12/1998
Protocolo Adicional nº 3 que Modifica a Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional. (Concluída em Varsóvia, em 12/10/29, Emendada pelo Protocolo da Haia, de 28 de Setembro de 1955).	25/09/1975	Em Ratificação	
Protocolo Relativo a uma Emenda (Artigo 48(a)) à Convenção de Aviação Civil Internacional	15/09/1975	Em Vigor	05/10/1977
Protocolo Relativo a uma Emenda do Artigo 50a da Convenção sobre Aviação Civil Internacional.	16/10/1974	Substituído	11/02/1981
Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC)	14/12/1973	Em Vigor	27/01/1976
Acordo Multilateral de Busca e Salvamento (SAR)	10/05/1973	Em Vigor	18/10/2019
Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos Contra a Segurança da Aviação Civil	23/09/1971	Em Vigor	22/06/1973
Protocolo Relativo a uma Emenda ao Artigo 56 da Convenção sobre Aviação Civil Internacional.	07/07/1971	Em Vigor	05/10/1977
Protocolo Relativo a uma Emenda ao Artigo 50a da Convenção sobre Aviação Civil Internacional.	12/03/1971	Em Vigor	26/10/1973

Protocolo que Modifica a Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional.	08/03/1971	Substituído	
Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves.	16/12/1970	Em Vigor	28/02/1972
Protocolo sobre o texto autêntico Trilingüe da Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Chicago,1944).	24/09/1968	Em Vigor	02/06/1999
Protocolo de Emenda ao Artigo 50a, da Convenção de Aviação Civil Internacional.	21/06/1961	Substituído	15/08/1969
Convenção Relativa a Certificados de Navegabilidade de Aeronaves Importadas.	22/04/1960	Tramitação MRE	
Acordo Multilateral Relativo a Direitos Comerciais sobre Serviços Aéreos Não Regulares.	30/04/1956	Tramitação MRE	
Protocolo de Emenda Á Convenção de Varsóvia de 1929 para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional.	28/09/1955	Em Vigor	28/06/1965
Protocolo Relativo à uma Emenda (Artigo 45) à Convenção de Aviação Civil Internacional	14/06/1954	Em Vigor	15/03/1962
Protocolo Relativo a Certas Emendas (Artigos 48a, 49e e 61, à Convenção de Aviação Civil Internacional	14/06/1954	Em Vigor	09/03/1962
Convenção Relativa aos Danos Causados a Terceiros na Superfície por Aeronaves Estrangeiras.	07/10/1952	Em Vigor	27/05/1963

Convenção Relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sobre Aeronaves.	19/06/1948	Em Vigor	01/09/1953
Protocolo Relativo a Uma Emenda (Artigo 93 Bis) à Convenção de Aviação Civil Internacional.	27/05/1947	Em Vigor	09/01/1950
Convenção de Aviação Civil Internacional (Ato da Conferência Internacional de Aviação Civil)	07/12/1944	Em Vigor	12/09/1946
Acordo Provisório sobre Aviação Civil Internacional.	07/12/1944	Em Vigor	22/01/1946
Protocolo Adicional à Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas a Danos Causados por Aeronaves, a Terceiros na Superfície	29/09/1938	Em Vigor	14/03/1950
Convênio para a Unificação de Regras Relativas ao Abalroamento Aéreo.	19/09/1938	Tramitação MRE	
Convenção sobre Trânsito de Aviões	19/06/1935	Superado	
Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras Relativas a Penhora Conservatória de Aeronaves (Atos da III Conferência de Direito Privado Aéreo).	29/05/1933	Em Vigor	14/04/1939
Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas a Danos Causados por Aeronaves, a Terceiros, a Flor do Solo e Protocolo Adicional.	29/05/1933	Em Vigor	14/03/1950
Convenção para a Unificação de Certas Normas Relativas ao Transporte Aéreo Internacional e Protocolo Adicional	12/10/1929	Em Vigor	05/12/1931
Convenção sobre Aviação Comercial.	20/02/1928	Superado	

Convenção Internacional para Regulamentação da Navegação Aérea.	13/10/1919	Superado	

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

Candidato: MICHEL ARSLANIAN NETO

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Michel Arslanian Neto

Nascido em 1969, no Rio de Janeiro, o embaixador Michel Arslanian Neto é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1994, concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, no Instituto Rio Branco, e foi nomeado Terceiro-Secretário. Em 1998, concluiu especialização em Integração Europeia, no Collège d`Europe, na Bélgica. Apresentou, em 2008, tese de conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, intitulada "A Liberalização do Comércio de Serviços do MERCOSUL: Estado Atual e Desafios", tendo sido aprovado "com louvor".

Na Secretaria de Estado, em Brasília, foi assistente da Divisão do Mercado Comum do Sul (1994-1998), subchefe da Divisão de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros (2004-2008), assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2011-2013), coordenador-geral de Planejamento Político e Econômico da Secretaria de Planejamento Diplomático (2013-2016), diretor do Departamento de Integração Econômica Regional (2016-2019), diretor do Departamento de MERCOSUL e Integração Regional (2019- abril de 2022) e diretor do Departamento do MERCOSUL (abril de 2022 – julho de 2022). Exerceu a função de Secretário das Américas de 25 de julho de 2022 a 24 de janeiro de 2023.

Nos anos de 2004 e 2010, foi coordenador do Núcleo de Apoio à Presidência *Pro Tempore* Brasileira do MERCOSUL. De 2015 a 2017, integrou a Banca Examinadora da prova de Português do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

No exterior, serviu na Missão do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia (1998-2001), na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL (2001-2004) e na Missão do Brasil junto à OEA (2008-2011). Em 2016, realizou missão transitória na Embaixada do Brasil em Iaundê, no Cameroun.

ASPECTOS DA ATUAÇÃO BRASILEIRA NA OACI

I – Principais áreas de atuação da Organização Internacional (ou Organizações Internacionais) sob responsabilidade do posto

A OACI trata de aspectos técnicos, econômicos, ambientais e jurídicos da aviação civil internacional, ocupando-se sobretudo de temas relativos à segurança operacional, à segurança contra interferências ilícitas, à proteção ambiental e à assistência e cooperação técnica. O objetivo da OACI é estabelecer "os princípios e técnicas da navegação aérea internacional e de promover o planejamento e o desenvolvimento do transporte aéreo internacional", orientada por algumas metas, tais como corresponder às necessidades da população mundial em matéria de transporte aéreo seguro, regular, eficiente e acessível; encorajar avanços tecnológicos de aeronaves para fins pacíficos; e garantir aos Estados-membros oportunidades iguais na exploração de seu potencial aéreo. Nas duas últimas décadas, incorporou o objetivo de sustentabilidade da aviação internacional.

A OACI cumpre seu mandato sobretudo mediante o estabelecimento e a atualização de "padrões e práticas recomendadas para a aviação civil internacional" ("Standard and Recommended Practices" ou SARPs, na sigla em inglês). Busca cumprir seus objetivos também por meio de auditorias da capacidade dos Estados-membros de adotar e aplicar medidas de supervisão dos entes regulados (especialmente operadores aéreos e aeroportos) nas áreas de segurança operacional ("safety") e segurança contra atos de interferência ilícita ("security") em cumprimentos das referidas SARPs. A Organização também conta com importantes mecanismos de cooperação e assistência técnica aos Estados-membros.

II – Temas de particular interesse do Brasil na organização, com indicação dos posicionamentos nacionais vigentes e aspectos mais sensíveis (principais objetivos brasileiros no encaminhamento dos debates e tomada de decisões);

Sustentabilidade da aviação civil internacional: o tema ocupa lugar central na agenda da OACI e requer particular atenção e empenho negociador da Delegação do Brasil. Em 2022, houve importantíssimos desdobramentos, em particular no que tange à mudança do clima: a realização da primeira revisão periódica do Esquema de Compensação e Redução de Emissões de Carbono da Aviação Internacional (CORSIA); e o estabelecimento de um objetivo aspiracional global de longo prazo para a redução das emissões da aviação internacional (LTAG), a saber o compromisso de descarbonização líquida da aviação internacional até 2050. No âmbito do CORSIA, o Brasil foi um dos artífices da bem-sucedida revisão do mecanismo, que permitiu praticamente eliminar grave potencial de distorção competitiva no mercado da aviação civil internacional em desfavor de empresas aéreas como aquelas baseadas no Brasil. No tocante ao LTAG, a atuação do Brasil contribuiu para que o compromisso de descarbonização líquida da aviação internacional até 2050 incluísse o reconhecimento de que as circunstâncias especiais e respectivas capacidades de cada Estado-membro deverão ser consideradas na definição de como cada um colaborará, em seu próprio cronograma nacional, para a consecução – coletiva – do Objetivo.

Nesse tema, cabe especial menção a combustíveis sustentáveis de aviação (SAFs, na sigla em inglês): há consenso de que, no curto e no médio prazos, o vetor mais promissor para alcançar o LTAG é o uso de SAFs. A projetada realização da Terceira Conferência sobre Combustíveis Alternativos de Aviação (CAAF/3) em novembro de 2023 visa a revisar a "Visão OACI 2050 para os SAFs" e a adotar um marco global que promova a produção e consumo daquele tipo de

combustível. Nos trabalhos preparatórios da CAAF/3, a Delegação tem sublinhado a necessidade de consulta ampla aos Estados-membros da OACI e de acordar-se marco global sobre SAFs que reflita e respeite a imensa variedade de capacidades e circunstâncias nacionais na matéria. Tem enfatizado, ainda, o imperativo de que o nível de ambição de tais recomendações e os meios de implementação guardem estrita correlação.

Segurança operacional ("safety"): o Brasil tem mantido posição ativa e propositiva neste que é um dos objetivos estratégicos da OACI, buscando contribuir para a solidez técnica das decisões adotadas. Além da adoção das SARPs, a Organização conta com plano estratégico global na matéria e conduz auditorias para monitorar a implementação de tais padrões e práticas recomendadas. Com o apoio do Brasil, a 41ª Assembleia aprovou a edição 2023-2025 do Plano Global de Segurança Operacional da Aviação (GASP) e a sétima edição do Plano Global de Navegação Aérea (GANP). Outro instrumento essencial na promoção da segurança operacional da aviação internacional é o Programa Universal de Auditoria de Supervisão de Segurança Operacional (USOAP). A mais recente auditoria do Programa no Brasil foi realizada em 2018 e dedicou-se à área específica de investigação de acidentes aéreos. Na ocasião, a nota atribuída foi 95,15% de conformidade com os protocolos internacionais na matéria, um dos melhores níveis de segurança operacional do mundo.

Segurança contra atos de interferência ilícita ("security"): também constitui um objetivo estratégico da OACI e também é promovida por meio de planos globais ("Plano Global de Segurança da Aviação Civil" – GASeP) e programas de auditoria (Auditoria Universal de Segurança-USAP). A mais recente auditoria no Brasil ocorreu em maio de 2019. Na ocasião, a nota atribuída pela OACI foi de 83%, desempenho considerado muito bom na comparação com os demais Estados-membros. Uma área de crescente importância no que tange à segurança na aviação é a segurança cibernética. A Delegação contribuiu substantivamente para os debates que levaram à criação, em 2021, do Comitê ad hoc de Coordenação de Cibersegurança, ainda em fase de instalação, bem como apoiou a criação do Painel de Cibersegurança (CYSECP), que conta com participação de técnico brasileiro.

Facilitação do transporte aéreo internacional: vertente da OACI voltada a auxiliar os Estados a maximizarem a eficiência e agilidade de seus procedimentos de controle de fronteira, sem prejuízo dos mais elevados padrões de segurança em aeroportos e a bordo de aeronaves. Nesse contexto, a Delegação participou das discussões do Conselho da OACI que resultaram na aprovação, em 2022, da Emenda 29 ao Anexo 9 à Convenção de Chicago. Foram inseridos e/ou atualizados dispositivos sobre emergências de saúde pública, segurança de viagens e documentos comprobatórios de saúde, voos de socorro e repatriação, facilitação do transporte aéreo de pessoas com deficiência, assistência a vítimas de acidentes aéreos e suas famílias, tráfico de pessoas e dados do "Passenger Name Record" (PNR). A emenda elevou da categoria de "prática recomendada" ("recommended practice") à categoria de padrão ("standard") a obrigação dos Estados de estabelecer legislação, normas ou políticas para assistência das vítimas de acidente aéreo e de seus familiares. A medida contou com o firme e vocal apoio da Delegação, no entendimento de que a OACI deve realizar ação robusta no que tange à assistência a vítimas de acidentes aéreos e seus familiares, inclusive à luz do fato de que a sociedade civil brasileira o exige crescentemente.

Cooperação e assistência técnica, treinamento e capacitação: o governo brasileiro, por meio da ANAC e do DECEA, promove diferentes iniciativas de capacitação e treinamento para países em desenvolvimento de diferentes regiões, especialmente com os países africanos de língua

oficial portuguesa - PALOP. Em 2022, foi formalizada a participação do País no Programa de Assistência, Capacitação e Treinamento da OACI sobre SAF (ACT-SAF). Tem atuado também para consolidação do Bureau de Cooperação Técnica e apoio à Implementação (TCC) como o principal veículo da OACI nas ações de assistência e cooperação técnicas da Organização.

Retomada da aviação civil no contexto pós-pandêmico: durante a pandemia de Covid-19, foram estabelecidas instâncias na OACI para enfrentar os impactos da doença na aviação internacional e contribuir com os esforços de retomada do setor, que contaram com ativa participação da Delegação do Brasil. Força-Tarefa de Recuperação da Aviação do Conselho da OACI (CART) foi estabelecida em março de 2020 e elaborou, já em junho daquele ano, princípios e recomendações concentradas, em boa medida, na gestão de risco sanitário e facilitação de viagens. Um marco nos esforços da OACI em favor da retomada segura da aviação internacional foi a Conferência de Alto Nível da OACI sobre a Covid-19 (HLCC), realizada em outubro de 2021. Deu contribuição relevante para mitigar o problema da excessiva multiplicidade e imprevisibilidade de regras sanitárias para ingresso de passageiros nos territórios dos Estados-membros da OACI, além de ajudar a evidenciar às autoridades sanitárias em muitos países a necessidade de melhor conciliar gestão de risco epidemiológico com a retomada das viagens aéreas internacionais. Em dezembro de 2022, com o apoio da Delegação do Brasil, o Conselho da OACI aprovou proposta de continuação dos trabalhos do CART.

III – Calendário de atividades, com referência a ciclos de governança, conferências e outros debates de interesse no futuro próximo (2023);

- "Small Group" do Comitê de Clima e Meio Ambiente (CEC) responsável pela preparação da Terceira Conferência sobre Combustíveis Alternativos de Aviação – CAAF/3.

Local e data: Montreal (sede da OACI), reuniões regulares em modo presencial e virtual.

- 229ª sessão do Conselho (fase de Comitês): 8 a 19 de maio de 2023
- 229ª sessão do Conselho (reuniões do Conselho): 12 a 23 de junho de 2023

Local: Montreal (sede da OACI).

- Global Aviation Gender Summit 2023

Local e data: Madri, Espanha, de 5 a 7 de julho de 2023.

- Evento Pré-CAAF/3 – evento preparatório para a Terceira Conferência sobre Combustíveis Alternativos de Aviação – CAAF/3. Dividido em dois momentos: "stocktaking" e consultas sobre políticas e finanças

Local e data: Montreal (sede da OACI), dias 11 e 12 de julho para o "stocktaking" e dia 13 de julho para as consultas sobre políticas e finanças.

- Evento Pré-CAAF/3 (Consultas Políticas) – evento preparatório para a Terceira Conferência sobre Combustíveis Alternativos de Aviação – CAAF/3. Em princípio, consulta com os Estados membros da OACI

Local e data: Montreal (sede da OACI), em setembro de 2023 (datas ainda não definidas).

- 230ª sessão do Conselho (fase de Comitês): 25 de setembro a 6 de outubro de 2023
- 230ª sessão do Conselho (reuniões do Conselho): 30 de outubro a 10 de novembro de 2023

Local: Montreal (sede da OACI).

- Terceira Conferência sobre Combustíveis Alternativos de Aviação – CAAF/3

Local e data: Dubai, Emirados Árabes Unidos, dias 21 a 24 de novembro de 2023.

- Simpósio Drone Enable 2023

Local e data: Montreal (sede da OACI), 5 a 7 de dezembro de 2023.

IV – Grupos de interesse e coalizões de países que atuam nos diversos temas nas organizações sob alçada do posto, assim como indicação da participação brasileira nesses grupos/coalizões;
A atuação do Brasil no âmbito da OACI não se dá, na maior parte dos casos, por meio de coalizões. O País apresenta um perfil de certa forma singular, por, ao mesmo tempo, ter importância significativa na aviação civil internacional e ainda enfrentar alguns desafios do mundo em desenvolvimento e apresentar grande potencial a desenvolver em seu setor aéreo. Seu perfil mais desenvolvido na aviação civil o exclui de tratamentos diferenciados conferidos, na Organização, a, entre outros, certos países da região latino-americana, como no âmbito do CORSIA, o que termina por trazer desafios, por exemplo, para a articulação de esforços no âmbito do GRULAC na OACI em matéria ambiental. Neste campo, o Brasil articula-se permanentemente com outros grandes países em desenvolvimento. No tratamento de todos os itens da agenda da OACI, a Delegação mantém constante e construtivo diálogo com todas os demais interlocutores relevantes e, frequentemente, tem papel decisivo na construção de consensos.

V – Situação do pagamento das contribuições aos Organismos de interesse e outras possíveis pendências brasileiras relacionadas aos mandatos em particular (e.g. cumprimento de decisões, realização de visitas/inspeções).
A partir de 01/01/2023, a contribuição brasileira devida é de CAD$ 1.069.960,00 e US$ 551.192,00 (as contribuições à OACI são denominadas nas duas moedas). Os valores preliminarmente previstos para 2024 são CAD$ 1.060.299,00 e US$ 570.930,00 e, para 2025, CAD$ 1.129.111,00 e US$ 581.663,00. A contribuição brasileira diminuiu de 2,27% do valor total do orçamento, no triênio anterior, para 1,56%, no atual.

VI – Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), seus Protocolos e Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio
Ademais dos assuntos ligados à aviação, a Delegação ocupa-se, embora em menor escala, de temas afetos à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), a seus dois protocolos (Protocolo de Cartagena sobre a Movimentação Transfronteiriça de Organismos Geneticamente Modificados e o Protocolo de Nagoia de Acesso e Repartição de Benefícios), bem como do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio. Em linhas gerais, o Brasil defende que a proteção da biodiversidade somente será sustentável no longo prazo por meio da implementação equilibrada dos três objetivos ou pilares da Convenção: conservação da diversidade biológica global, utilização sustentável dos recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da sua utilização anteriormente referidos. No período janeiro de 2021-março de 2023, a principal tarefa dos Estados-parte da CDB foi a preparação da COP-15, concluída em Montreal, de 7 a 19 de dezembro de 2022. Suas principais decisões foram relacionadas: a) ao Marco Global de Biodiversidade Pós-2020; b) à mobilização de recursos para implementar a CDB, inclusive financiamento aos países em desenvolvimento; e c) ao sequenciamento genético digital.
O Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal, criado em 1990, tem como objetivo auxiliar países em desenvolvimento a eliminarem ou reduzirem a produção e consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio. O Fundo é administrado por um Comitê Executivo (ExCom), encarregado, inter alia, de elaborar regras de avaliação e aprovar programas e projetos

domésticos elegíveis para o recebimento de recursos financeiros. A pandemia de Covid-19 praticamente impossibilitou as reuniões do ExCom em 2020 e 2021, e, apenas em 2022, o órgão voltou a reunir-se presencialmente em Montreal, por duas vezes. Nessas ocasiões, foram tratados temas de alocação de recursos do Fundo Multilateral aos vários projetos de conversão tecnológica já aprovados.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) 1

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DA DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À OACI

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à Organização da Aviação Civil Internacional.

MISSÃO DO POSTO

Executar com excelência a Política Externa Brasileira, com vistas a promover os interesses do Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional, bem como prestar apoio à participação do Brasil no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Promover a imagem e os interesses da aviação civil internacional do Brasil nas diversas instâncias da OACI e nas distintas vertentes de atuação da Organização, em particular naquelas referentes a segurança de voo, segurança contra interferências ilícitas, proteção ambiental e cooperação e assistência técnica.

2. Orientar-se pelo propósito de atender às necessidades da população brasileira e mundial em matéria de transporte aéreo seguro, regular, eficiente, sustentável e acessível.

3. Manter perfil elevado de atuação, nos planos diplomático e técnico, para que as atividades da OACI proporcionem condições adequadas para o desenvolvimento da aviação civil internacional do Brasil, atendidos critérios bem fundamentados de segurança operacional, segurança contra ilícitos e sustentabilidade. Nesse contexto, evitar a adoção de medidas que limitem indevidamente a participação de mercado e o potencial de expansão do setor de aviação civil internacional do Brasil.

4. Em matéria de segurança operacional, trabalhar para a consecução do objetivo, fixado na 41ª Assembleia da OACI (2022), de alcançar um cenário sem fatalidades para as operações de aviação comercial até 2030.

5. Em matéria de segurança contra atos ilícitos, buscar conciliar a imprescindível preocupação securitária com medidas que facilitem e agilizem cada vez mais as viagens.

6. No tocante à proteção ambiental, reforçar o papel da OACI como vetor de promoção do desenvolvimento sustentável da aviação civil, em linha com a posição adotada pelo Brasil no âmbito do regime multilateral sobre meio ambiente e mudança do clima. Nesse contexto, empenhar-se pela correta implementação do Esquema de Compensação e Redução de

Emissões de Carbono da Aviação Internacional (CORSIA, na sigla em inglês) e pelo cumprimento da meta aspiracional global de longo prazo (LTAG, na sigla em inglês), fixada na última Assembleia da OACI, de zerar a emissão líquida de dióxido de carbono da aviação civil até 2050, nos termos da Resolução A41-22.

7. Contribuir para elevar a visibilidade política, a densidade substantiva e a organicidade das iniciativas, projetos e atividades da OACI no cumprimento do objetivo estratégico de desenvolvimento sustentável da aviação civil.

8. Apoiar a OACI em seus esforços de contribuir para a retomada do setor de transporte aéreo no contexto pós-pandêmico, buscando-se também melhorar o planejamento de preparação e resposta a novos eventos de saúde pública que afetem a aviação internacional.

9. Contribuir para manter e ampliar os programas de cooperação e assistência técnica oferecidos pela Organização, em particular para países em desenvolvimento. Reforçar a presença do Brasil nesta vertente, tanto como receptor quanto como prestador de cooperação.

10. Apoiar o aprimoramento das práticas de governança, gestão e transparência da Organização. Buscar reforçar a presença brasileira no Secretariado da Organização.

11. Aprofundar os contatos políticos e a cooperação com os demais Estados-membros e observadores, nas áreas sob mandato da OACI, em caráter complementar ao relacionamento bilateral entre o Brasil e esses países.

12. Contribuir para a permanente coordenação entre as áreas de governo diretamente envolvidas em aviação civil – Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Portos e Aeroportos, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Comando da Aeronáutica (Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA) –, e a interação com os segmentos da sociedade interessados, como empresas aéreas, aeroportos, fabricantes de aeronaves, passageiros e associações de familiares de vítimas de acidentes aéreos.

13. Continuar a atuar estreitamente com os representantes da ANAC e DECEA, integrantes da Delegação do Brasil junto à OACI, e, no que couber, com autoridades das duas entidades no Brasil.

14. Nos temas de competência da Delegação que transcendem a OACI, prestar apoio à participação do Brasil nas negociações e eventos realizados no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e de seus dois protocolos (Protocolo de Cartagena sobre a Movimentação Transfronteiriça de Organismos Geneticamente Modificados e o Protocolo de Nagoia de Acesso e Repartição de Benefícios), bem como nas atividades relacionadas ao Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

15. Dar visibilidade às boas práticas e iniciativas do Brasil e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no campo da biodiversidade.

TEMAS PRINCIPAIS E RESPECTIVAS METAS

As metas do presente planejamento estratégico estão distribuídas, inicialmente, pelos cinco objetivos estratégicos da OACI para o triênio 2023-2025, tal como estabelecidos pelo Conselho da Organização: segurança operacional; capacidade e eficiência da navegação aérea; segurança da aviação e facilitação; desenvolvimento econômico do transporte aéreo; e proteção do meio ambiente. Agregam-se, em seguida, metas sobre os seguintes temas adicionais da OACI: cooperação e assistência técnica; e governança, gestão e transparência. Ao final, incluem-se metas sobre os outros dois assuntos, além da OACI, de que se ocupa a Delegação: a Convenção sobre Biodiversidade Biológica; e o Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

I – SEGURANÇA OPERACIONAL

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Participar ativamente das instâncias da OACI responsáveis pela promoção da segurança operacional da aviação civil internacional, tema coberto, entre outros, pelos Anexos 1 (Licença de Pessoal), 6 (Operação de Aeronaves), 8 (Aeronavegabilidade) e 13 (Investigação de Incidentes e Acidentes de Aeronaves) da Convenção de Chicago, que criou a OACI.

- Nesse contexto, participar substantivamente da elaboração e atualização dos Padrões e Práticas Recomendadas (SARPs, na sigla em inglês) na matéria, bem como acompanhar o trabalho de monitoramento do grau de implementação das referidas SARPs pelos Estados-membros, em particular no que se refere ao Brasil.

- Acompanhar a implementação da edição 2023-2025 do Plano Global de Segurança Operacional da Aviação (GASP, na sigla em inglês), cuja meta primordial é reduzir continuamente o risco de fatalidades associadas a acidentes aeronáuticos e orientar a elaboração dos planos nacionais e regionais de segurança operacional.

- Contribuir para a atualização regular e acompanhar a implementação do Programa Universal de Auditoria de Supervisão de Segurança Operacional (USOAP, na sigla em inglês), que busca levar à efetiva implementação das normas de segurança operacional nos Estados-membros, por meio de atividades como auditorias, workshops e validação das medidas corretivas nacionais.

- Acompanhar e contribuir, no que couber, para o processo de adequação do Brasil às conclusões da próxima auditoria do Programa no País, a ser realizada nos meses de maio e junho do corrente ano (a última foi em 2018).

- Realizar trabalho técnico e diplomático para buscar consenso entre os Estados-membros sobre a elaboração e atualização das SARPs e do GASP, a fim de contribuir para a aplicação de normas e práticas o mais alinhadas possível na aviação civil internacional, evitando-se os riscos, as dificuldades e os entraves que adviriam da aplicação de múltiplas regras, distintas entre si, pelos Estados-membros.

- Incentivar a contínua implementação pelo Brasil das SARPs e a adequação dos planos e programas nacionais ao disposto nas referidas SARPs, no GASP e nas respectivas atualizações.

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de iniciativas relacionadas a segurança operacional adotadas pelo Brasil em Montreal.

- Número de iniciativas relacionadas a segurança operacional adotadas pela OACI.

- Número de comunicações da Delegação com relato de contatos, reuniões e gestões no âmbito do OACI e com representantes dos demais Estados junto àquela Organização.

- Número de comunicações da Delegação com análises e informações gerais sobre o tema.

- Número de comunicações da Delegação com relato de interlocução mantida com segmentos da sociedade brasileira, como representantes de empresas aéreas, aeroportos, fabricantes de aeronaves, passageiros e associações de familiares de vítimas de acidentes aéreos.

- Número de notas expedidas para o Secretariado e demais Delegações junto à OACI.

- Número de visitas de delegações do Brasil.

II – CAPACIDADE E EFICIÊNCIA DA NAVEGAÇÃO AÉREA

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Participar ativamente das instâncias da OACI responsáveis pela modernização da infraestrutura de navegação aérea e dos aeroportos, assim como pela elaboração de novos procedimentos para otimizar o funcionamento do sistema de aviação, temas cobertos pelos Anexos 11 (Serviços de Tráfego Aéreo), 14 (Aeroportos) e 19 (Gestão da Segurança Operacional) da Convenção de Chicago.

- Nesse contexto, participar substantivamente da elaboração e atualização dos Padrões e Práticas Recomendadas (SARPs, na sigla em inglês) na matéria, bem como acompanhar o trabalho de monitoramento do grau de implementação das referidas SARPs pelos Estados-membros, em particular no que se refere ao Brasil.

- Acompanhar a implementação da sétima edição do Plano Global de Navegação Aérea (GANP, na sigla em inglês) e participar do processo de revisão do GANP, cuja oitava edição será apresentada na 42a Assembleia da OACI e terá como foco o gerenciamento digital das informações, a conectividade global da comunidade aeronáutica e a segurança cibernética.

- Realizar trabalho técnico e diplomático para buscar consenso entre os Estados-membros sobre a elaboração e atualização das SARPs e do GANP, a fim de contribuir para a aplicação de normas

e práticas o mais alinhadas possível na aviação civil internacional, evitando-se os riscos, as dificuldades e os entraves que adviriam da aplicação de múltiplas regras, distintas entre si, pelos Estados-membros.

- Incentivar a contínua implementação pelo Brasil das SARPs e a adequação dos planos e programas nacionais ao disposto nas referidas SARPs, no GANP e nas respectivas atualizações.

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de iniciativas relacionadas a capacidade e eficiência da navegação aérea adotadas pelo Brasil em Montreal.

- Número de iniciativas relacionadas a capacidade e eficiência da navegação aérea adotadas pela OACI.

- Número de comunicações da Delegação com relato de contatos, reuniões e gestões no âmbito do OACI e com representantes dos demais países junto àquela Organização.

- Número de comunicações da Delegação com análises e informações sobre o tema.

- Número de comunicações da Delegação com relato de interlocução mantida com segmentos da sociedade brasileira, como representantes de empresas aéreas, aeroportos, fabricantes de aeronaves, passageiros e associações de familiares de vítimas de acidentes aéreos.

- Número de notas expedidas para o Secretariado e demais Delegações junto à OACI.

- Número de visitas de delegações do Brasil.

III – SEGURANÇA DA AVIAÇÃO E FACILITAÇÃO

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Apoiar a implementação e participar das revisões do Plano Global de Segurança da Aviação Civil (GASeP, na sigla em inglês), que orienta Estados, setor privado e outros atores no aprimoramento da segurança contra atos de interferência ilícita (como atentados terroristas), buscando, entre outros, desenvolver uma cultura de segurança, capacitar recursos humanos e aperfeiçoar os recursos tecnológicos e promover a inovação.

- Participar substantivamente da elaboração e atualização dos Padrões e Práticas Recomendadas (SARPs, na sigla em inglês) na matéria e apoiar a implementação e participar das revisões da Auditoria Universal de Segurança (USAP), criada na sequência dos ataques às torres gêmeas em 2001, cujo objetivo é monitorar a implementação das referidas SARPs, previstas, sobretudo, no Anexo 17 da Convenção de Chicago.

- Buscar assegurar o tratamento transversal do tema da segurança cibernética nos foros da Organização, entre outras medidas, mediante o pleno e tempestivo funcionamento do Comitê *Ad Hoc* de Coordenação de Cibersegurança e a revisão da Estratégica de Cibersegurança da Aviação pelo Painel de Cibersegurança (CYSEP, na sigla em inglês).

- Engajar-se na agenda de facilitação do transporte aéreo internacional, com vistas a maximizar a eficiência dos procedimentos de controle de fronteira, sem prejuízo dos mais elevados padrões de segurança em aeroportos e a bordo de aeronaves.

- Dar atenção especial à implementação da Emenda 29 ao Anexo 9 (Facilitação) da Convenção de Chicago, aprovada em 2022, que atualizou dispositivos sobre emergências de saúde pública, repatriação, facilitação de transporte aéreo de pessoas com deficiência, assistência a vítimas de acidentes aéreos e suas famílias, tráfico de pessoas e dados do “Passenger Name Record“ .

- Realizar trabalho técnico e diplomático para buscar consenso entre os Estados-membros sobre a elaboração e atualização das SARPs e do GASeP, a fim de contribuir para a aplicação de normas e práticas o mais alinhadas possível na aviação civil internacional, evitando-se os riscos, as dificuldades e os entraves que adviriam da aplicação de múltiplas regras, distintas entre si, pelos Estados-membros.

- Incentivar a contínua implementação pelo Brasil das SARPs e a adequação dos planos e programas nacionais ao disposto nas referidas SARPs, no GASeP e nas respectivas atualizações.

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de iniciativas relacionadas a segurança da aviação e facilitação adotadas pelo Brasil em Montreal.

- Número de iniciativas relacionadas a segurança da aviação e facilitação adotadas pela OACI.

- Número de comunicações da Delegação com relato de contatos, reuniões e gestões no âmbito do OACI e com representantes dos demais países junto àquela Organização.

- Número de comunicações da Delegação com análises e informações sobre o tema.

- Número de comunicações da Delegação com relato de interlocução mantida com segmentos da sociedade brasileira, como representantes de empresas aéreas, aeroportos, fabricantes de aeronaves, passageiros e associações de familiares de vítimas de acidentes aéreos.

- Número de notas expedidas para o Secretariado e demais Delegações junto à OACI.

- Número de visitas de delegações do Brasil.

IV – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO TRANSPORTE AÉREO

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Participar, ativamente, do Grupo de Trabalho sobre a liderança da OACI em matéria de desenvolvimento econômico do transporte aéreo ("Small Group on ICAO's Leadership in Economic Development of Air Transport "), com vistas à elaboração de recomendações ao Conselho sobre iniciativas que conduzam ao aperfeiçoamento e à otimização da conectividade aérea global e regional e à modernização da estrutura regulatória do setor aéreo, considerando medidas que, a exemplo do que ocorre no Brasil, promovam maior liberalização do transporte aéreo internacional de carga e de passageiros, flexibilizem os critérios de propriedade e controle de empresas aéreas, de modo a permitir maior concorrência no setor.

- Participar ativamente das reuniões do Comitê de Transporte Aéreo (ATC) e contribuir para a adoção de medidas que favoreçam o desenvolvimento de um sistema de aviação civil internacional economicamente viável e dotado de maior eficiência, transparência, com maior acesso a financiamento a custos adequados para infraestrutura aeronáutica, transferência de tecnologia e capacitação institucional e de pessoal técnico.

- Apoiar as iniciativas da OACI que visam à coleta e divulgação de dados da aviação internacional, bem como à melhoria dos recursos e da capacidade dos Estados em análise de dados, incluindo "big data", para tomada de decisões e formulação de políticas baseadas em evidências.

- Acompanhar o trabalho e manter contato periódico com os especialistas brasileiros integrantes dos painéis técnicos vinculados ao Comitê de Transporte Aéreo que discutem temas relacionados ao desenvolvimento econômico da aviação civil, a saber, Painel de Regulação do Transporte Aéreo (ATRP), Painel de Análise e Dados da Aviação (ADAP), Painel de Economia Aeroportuária (AEP) e Painel de Serviços Econômicos de Navegação Aérea (ANSEP).

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de comunicações da Delegação com relato de contatos, reuniões e gestões no âmbito do OACI e com representantes dos demais Estados junto àquela Organização.

- Número de comunicações da Delegação com análises e informações sobre o tema.

- Número de comunicações da Delegação com relato de interlocução mantida com segmentos da sociedade brasileira, como representantes de empresas aéreas, aeroportos, fabricantes de aeronaves, passageiros e associações de familiares de vítimas de acidentes aéreos.

V – PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Acompanhar e incentivar a correta implementação do Esquema de Compensação e Redução de Emissões de Carbono da Aviação Civil (CORSIA, na sigla em inglês), que em 2023 conclui sua

fase piloto e de 2024 a 2026 estará em sua primeira fase de implementação, de caráter ainda voluntário.

- Encorajar a OACI e seus Estados-membros, em particular o Brasil, a trabalhar conjuntamente para o cumprimento da meta aspiracional global (LTAG, na sigla em inglês) de zerar as emissões líquidas de CO2 da aviação civil internacional até 2050, levando-se na devida conta os termos precisos em que o objetivo foi fixado na 41a Assembleia da OACI (seu caráter coletivo, e não individual, com reconhecimento das circunstâncias especiais e respectivas capacidades de cada Estado, que contribuirão para o LTAG de acordo com seu próprio marco temporal nacional).

- Defender o alinhamento das decisões adotadas pela OACI na vertente ambiental ao regime multilateral sobre meio ambiente e mudança do clima e às posições adotadas pelo Brasil naquele âmbito, em particular no que se refere ao princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e ao papel dos países desenvolvidos no tema dos meios de implementação dos compromissos – financiamento, capacitação e transferência de tecnologia.

- Defender a continuidade do exame, pela OACI, sobre os meios de a Organização contribuir para a implementação do LTAG.

- Com vistas à elaboração de recomendações para a 42a Assembleia da OACI (2025), trabalhar pela tempestiva estruturação e funcionamento de processo negociador acerca de modalidades de financiamento de iniciativas, projetos e atividades em países em desenvolvimento que lhes permita contribuir para o cumprimento da LTAG.

- Enfatizar as atividades da OACI em torno dos chamados “combustíveis sustentáveis de aviação“ (SAFs, na sigla em inglês), considerados o vetor mais promissor e viável no curto e médio prazos para a consecução do LTAG. Nesse sentido, continuar a engajar-se ativamente nos trabalhos para a Terceira Conferência sobre Combustíveis Alternativos de Aviação, prevista para novembro de 2023, ocasião em que deve ser revista a Visão da OACI para os SAFs e adotado um marco global que promova a produção e o consumo daquele combustível.

- Contribuir para a avanço do debate sobre os SAFs e sua tempestiva regulação no Brasil, mediante, por exemplo, o diálogo com atores relevantes e a sugestão de iniciativas e eventos sobre o assunto.

- Realizar trabalho técnico e diplomático para buscar consenso entre os Estados-membros sobre a elaboração e atualização das SARPs em matéria ambiental, a fim de contribuir para a aplicação de normas e práticas o mais alinhadas possível na aviação civil internacional, evitando-se os riscos, as dificuldades e os entraves que adviriam da aplicação de múltiplas regras, distintas entre si, pelos Estados-membros.

- Incentivar a contínua implementação pelo Brasil das SARPs e a adequação dos planos e programas nacionais ao disposto nas referidas SARPs e nas respectivas atualizações.

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de iniciativas relacionadas a proteção do meio ambiente adotadas pelo Brasil em Montreal.

- Número de iniciativas relacionadas a proteção do meio ambiente adotadas pela OACI.

- Número de comunicações da Delegação com relato de contatos, reuniões e gestões no âmbito do OACI e com representantes dos demais países junto àquela Organização.

- Número de comunicações da Delegação com análises e informações sobre o tema.

- Número de comunicações da Delegação com relato de interlocução mantida com segmentos da sociedade brasileira, como representantes de empresas aéreas, aeroportos, fabricantes de aeronaves, passageiros e associações de familiares de vítimas de acidentes aéreos.

- Número de notas expedidas para o Secretariado e demais Delegações junto à OACI.

- Número de visitas de delegações do Brasil.

VI – COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Continuar a atuar no âmbito do Conselho para fortalecer o papel do Escritório de Cooperação Técnica (TCB) como principal provedor e instância de coordenação de cooperação técnica e de assistência técnica da OACI.

- Participar ativamente das discussões no Comitê de Cooperação Técnica e Apoio à Implementação da OACI (TCC), com o objetivo fortalecer a presença do Brasil como prestador de assistência técnica na Organização.

- Em seguimento à carta de intenção assinada com o Secretário-Geral da OACI em outubro de 2022, durante a 41a Assembleia, fortalecer o apoio a países em desenvolvimento em temas de cooperação e assistência técnica, em especial a Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

- Apoiar, no nível político, ações da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e do Comando da Aeronáutica (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) relacionadas às áreas de cooperação e assistência técnica no âmbito da OACI.

- Atuar junto ao Secretariado da OACI, em especial junto ao Escritório de Cooperação Técnica e Apoio à Implementação, para ampliar a participação de especialistas brasileiros em atividades ligadas à cooperação técnica e à assistência técnica.

- Atuar junto às instâncias competentes da OACI para manter, e se possível ampliar, a presença e atuação de “secondees” (pessoal cedido temporariamente de outros órgãos da administração pública) brasileiros no Escritório de Cooperação Técnica e Apoio à Implementação.

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de propostas e iniciativas de cooperação técnica e assistência técnica apoiadas pelo Brasil.

- Número de comunicações da Delegação com relato de contatos, reuniões e gestões no âmbito do OACI e com representantes de países interessados em ações de cooperação técnica e assistência técnica.

- Número de comunicações da Delegação com análises e informações sobre o tema.

VII – GOVERNANÇA, GESTÃO E TRANSPARÊNCIA DA OACI

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Participar ativamente dos Comitês de Governança e de Finanças do Conselho da OACI, assim como de grupos temáticos *ad hoc* criados por essas instâncias, a fim de garantir que a Organização cumpra seu mandato com eficiência e transparência, em linha com as melhores práticas do sistema das Nações Unidas e, no que couber, com os princípios que orientam a administração pública brasileira.

- Acompanhar a execução orçamentária da OACI e participar do processo de elaboração do projeto orçamentário para o próximo triênio, no intuito de garantir que haja equilíbrio entre receitas auferidas e custos decorrentes do mandato recebido dos Estados-membros pela Organização, como também zelar para que as obrigações de contribuição financeira do Estado brasileiro não sejam majoradas para além do interesse nacional.

- Monitorar as oportunidades de vaga de trabalho no Secretariado oferecidas pela OACI para destacamento de pessoal enviado pelos Estados-membros (“secondment”), como forma de contribuir para a capacidade de atuação da OACI, assim como para ampliar a presença brasileira no âmbito do Secretariado e formar quadros do setor público brasileiro de aviação civil com experiência internacional.

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de reuniões dos Comitês de Governança e de Finanças, de grupos *ad hoc* sobre temas correlatos e de reuniões do Conselho e da Assembleia sobre temas de governança, gestão e transparência.

- Número de comunicações sobre o tema produzidas pela Delegação do Brasil junto à OACI.

- Número de reuniões de comitês, do Conselho, de grupos *ad hoc* e da Assembleia sobre orçamento da OACI.

- Número de telegramas expedidos sobre vagas de trabalho no Secretariado da OACI para pessoal dos Estados-membros.

- Número de pessoal destacado dos órgãos de governo brasileiro incorporados, no período de atuação, aos quadros do Secretariado da OACI.

VIII – CONVENÇÃO SOBRE BIODIVERSIDADE

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Acompanhar e apoiar o processo de implementação do Marco Global da Biodiversidade Kunming-Montreal Pós-2020, adotado na COP-15 (Montreal, 7 a 19 de dezembro de 2022) e composto de 4 objetivos e 23 metas voltadas, entre outros objetivos, para reverter a perda de biodiversidade até 2030.

- Acompanhar e apoiar os trabalhos intersecionais, até a próxima COP (2024), em particular nos temas relativos a financiamento, inclusive proposta do Brasil de criação de um Fundo Global para a Biodiversidade, e sequenciamento genético digital, em particular elaboração de mecanismo multilateral para a assegurar a justa e equitativa repartição dos benefícios derivados do uso comercial das informações digitais de recursos genéticos obtidas a partir de acesso original a uma amostra física.

- Acompanhar e apoiar a participação brasileira na COP-16, a ser realizada em 2024, na Turquia.

- Em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, manter contatos com representantes diplomáticos dos demais países no Canadá, inclusive membros do Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC), e com o Secretariado da CDB, para trocar informações e análises e realizar eventuais gestões de interesse do Brasil no campo da biodiversidade.

- Buscar divulgar no Canadá, junto aos demais representantes diplomáticos e ao Secretariado da CDB, as ações e programas do Brasil e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no campo da biodiversidade, inclusive a projetada reunião de países amazônicos a ser promovida pelo Governo brasileiro e seus resultados.

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de comunicações da Delegação sobre reuniões por ela acompanhadas no âmbito da CDB.

- Número de comunicações da Delegação sobre contatos com o Secretariado da CDB e demais representantes diplomáticos no Canadá.

- Número de visitas de delegações do Brasil.

IX – FUNDO MULTILATERAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE MONTREAL SOBRE CAMADA DE OZÔNIO

i) Metas prioritárias da gestão do candidato

- Acompanhar os desdobramentos da implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

- Acompanhar e apoiar a participação do Brasil no âmbito do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal, em especial nas reuniões do seu Comitê Executivo (ExCom), encarregado, entre outras funções, de elaborar regras de avaliação e aprovar, para recebimento de recursos financeiros, programas e projetos domésticos do países em desenvolvimento voltados para eliminar ou reduzir a produção e o consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio.

ii) Indicadores para mensurar o cumprimento das metas

- Número de comunicações da Delegação sobre reuniões por ela acompanhadas no âmbito do Fundo do Protocolo de Montreal.

- Número de comunicações da Delegação sobre contatos com o Secretariado da CDB e demais representantes diplomáticos no Canadá.

- Número de visitas de delegações do Brasil.

SF/23249.26974-17

Minuta

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 18, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MICHEL ARSLANIAN NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, Canadá*.

Relator: Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MICHEL ARSLANIAN NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, Canadá.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Leon Arslanian e Maud Lutterbach Arslanian, tendo nascido em 5 de abril, no Rio de Janeiro/RJ.

Em 1993, ingressou no Curso Preparatório da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Tornou-se Terceiro Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Segundo-Secretário (1999), a Primeiro-Secretário

SF/23249.26974-17

(2004), a Conselheiro (2007), a Ministro de Segunda Classe (2012) e a Ministro de Primeira Classe (2020).

Em missões no Exterior, serviu na Missão junto à então Comunidade Econômica Europeia (CEE), em Bruxelas (1998-01); na Delegação Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), em Montevidéu (2001-4); e na Missão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (2008-11).

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se a de assistente da Divisão do Mercosul (1994-8); assistente e assessor da Divisão de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros (2004-8); assessor do Gabinete do Ministro (2011-12); diretor do Departamento de Integração Econômica Regional (2016-19); diretor do Departamento do Mercosul (2019-22); e secretário da Secretaria das Américas (2022-janeiro de 2023).

Em 2008, concluiu, com louvor, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco – CAE - com a tese: "A Liberalização do Comércio de Serviços do MERCOSUL: Estado Atual e Desafios".

Recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Mérito Aeronáutico, grau Oficial; Medalha do Pacificador; Ordem de Rio Branco, graus Grande Oficial e Grã-Cruz.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e o Planejamento Estratégico da Delegação junto à OACI.

Trata-se de organização multilateral reunindo 193 Estados Partes, da qual o Brasil é membro fundador. Foi criada pela Convenção de Chicago, de 1944. Sediada em Montreal (Canadá), conta com os seguintes órgãos principais: Assembleia-Geral, Conselho e Secretariado, e tem escritórios em todos os continentes. É ligada à Organização das Nações Unidas (ONU).

Entre seus principais objetivos estão o desenvolvimento dos princípios e técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos. Além de

SF/23249.26974-17

estudar problemas técnicos, jurídicos e econômicos relativos ao transporte aéreo internacional, desenvolve importante trabalho na área da assistência técnica, ao buscar organizar e dar maior eficiência aos serviços de infraestrutura aeronáutica nos países em desenvolvimento. Essa assistência é prestada por meio de equipes de especialistas, enviados aos diversos países para organizar e orientar a operação dos serviços técnicos indispensáveis à aviação civil, e de bolsas de estudo para cursos de especialização. Atualmente, trabalha para alcançar sua visão de desenvolvimento seguro e sustentável da aviação civil por meio da cooperação entre seus Estados membros.

O Brasil tem sido extremamente atuante na OACI e vem fazendo parte do Grupo 1 do Conselho desde a sua criação, em 1944. A posição do nosso país é de liderança, dada sua importância no transporte aéreo internacional. O Brasil integra os Comitês de Transporte Aéreo, Finanças, Cooperação Técnica, Proteção Ambiental, Jurídico, bem como diversos painéis. Cabe ressaltar, ademais, a presença de 10 brasileiros no Secretariado da Organização, sendo que dois deles ocupam cargos de Diretoria. O Brasil ocupa a 13ª posição no ranking dos maiores contribuintes da Organização.

As metas prioritárias do candidato, disponíveis a todos no planejamento estratégico, estão relacionadas aos cinco objetivos estratégicos da OACI para o triênio 2023-2025, tal como estabelecidos pelo Conselho da Organização, que são a segurança operacional; capacidade e eficiência da navegação aérea; segurança da aviação e facilitação; desenvolvimento econômico do transporte aéreo; e proteção do meio ambiente. Além disso, agrega posições sobre a cooperação e assistência técnica; governança, gestão e transparência; a Convenção sobre Biodiversidade Biológica; e o Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

SF/23249.26974-17

, Relator